



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA**

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

**Emigrados do sertão:
secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)**

Belém-PA, 2023

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

**Emigrados do sertão:
secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social na Amazônia, da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, como exigência para a obtenção do título de doutor em História, sob orientação da professora doutora Franciane Gama Lacerda.

Belém-PA, 2023

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

**Emigrados do sertão:
secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)**

Banca Examinadora:

Prof^ª Dra. Franciane Gama Lacerda (Orientadora – UFPA)

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Examinador interno – UFPA)

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique (Examinador interno – UFPA)

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso (Examinador externo – UFMA)

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador externo – UFPI)

Prof. Dr. Jose Maia Bezerra Neto (Examinador interno – UFPA – suplente)

Belém-PA, 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e Silva, Márcio Douglas de Carvalho e.
Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-
Piauí (1877-1891) / Márcio Douglas de Carvalho e Silva. —2023.
478 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Franciane Gama Lacerda
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2023.

1. Ceará. . 2. Piauí. . 3. Seca.. 4. Migração. . I. Título.

CDD 981.04

Agradecimentos

Ainda que toda luta seja empreendida a partir de uma vontade individual, mais difícil e quase impossível é concretizar um objetivo se não houver a ajuda de outras pessoas. Chegar até aqui foi algo que planejei por muitos anos, e sabia que precisaria vencer muitas etapas até alcançar o que é o meu foco. Foi uma caminhada longa! Embora tenha tentado torná-la mais retilínea possível, tive que percorrer circundando muitas curvas. Sabendo que com esforço tudo que eu imaginava era alcançável, nunca perdi o combustível. Dependia só de mim? A determinação de continuar persistindo, sim, mas a perseverança nada adiantaria se não houvesse a ajuda de outras pessoas. Pessoas que em sua quase totalidade foram apenas colegas, e até desconhecidos que passaram pela minha vida naquele momento, deram algum auxílio e disseram: “continua, você vai conseguir!” Muitas delas, sei que não entendiam o significado do que eu estava buscando, mas deram ânimo direta ou indiretamente, abriram um atalho em meio a alguma das curvas e me ajudaram a entrar na linha reta novamente. Alguns tenho contato, uns agora são amigos e outros não sei mais onde estão. Se tivesse que dividir este trabalho para dedicar a cada uma dessas pessoas, ele se tornaria dezenas de pedacinhos. Para quem ajudou com boas energias e palavras, obrigado! Para quem contribuiu com ações, minha gratidão! Agradeço também aos bons professores que tive ao longo da vida. Sou hoje parte de tudo o que me ensinaram. Não cabe aqui mencionar nomes, de tantos que foram. Também poderia deixar pessoas queridas sem serem citadas, pelo fato de não terem sido suporte para mim neste momento, mas que foram em algumas outras ocasiões da vida. Como disse, foi uma caminhada longa. Muitas pessoas fizeram parte dela em cada uma das etapas que fui avançando... e ao final, uns colaboraram com a minha evolução acadêmica ao longo de anos que antecedem a chegada a esta etapa, outros ao longo dela, e alguns já na reta final. Todos doaram um pouco de si para eu construir este trabalho! Este texto é a soma de todos vocês!

Resumo

Na segunda metade do século XIX, algumas províncias do Norte do Império brasileiro enfrentaram sucessivas secas, que provocaram a migração da população residente nas áreas atingidas para outras onde se acreditava existirem recursos que possibilitariam a sobrevivência. No ano de 1877, iniciou-se uma seca no Ceará que se estendeu até 1879. No final da década de 1880, o fenômeno mais uma vez visitou as terras cearenses, deixando suas marcas visíveis, principalmente em 1888 e 1889. Nesses dois momentos, grande foi o deslocamento de homens e mulheres cearenses para outras províncias brasileiras, entre elas, a vizinha, Piauí, que em certa medida também já era afetada pela seca na forma de fenômeno climático, passando a experimentá-la também como produto social. O objetivo desta tese é analisar a migração de cearenses para o Piauí, entre os anos de 1877 e 1891, considerando esses deslocamentos um ato de protagonismo de homens e mulheres, pobres e ricos que empreenderam as jornadas migratórias como possibilidade de vencer as dificuldades impostas pela seca em seu local de origem, elegendo o Piauí como rota e também destino. Toma-se como base para o recorte de tempo, o ano em que o fluxo de cearenses passou a ser mais intenso em direção à província vizinha, até o início da década de 1890, quando ainda eram realizadas as práticas assistencialistas por meio dos socorros públicos, e já era possível encontrar cearenses constituindo novas famílias no Piauí. Entre as fontes definidas para a realização da pesquisa, estão os diferentes jornais editados no Piauí e no Ceará, além de relatórios, mensagens, discursos, atas, bem como ofícios e outros documentos da Comissão de Socorros Públicos. Com isso, na presente tese investiga-se o fato de que, para além dos fluxos migratórios ocorridos no Oitocentos, já conhecidos na historiografia, existiram outros destinos migrantes empreendidos pelos cearenses, entre eles o Piauí, que também foi afetado pelas secas, visto como um polo receptor, seja daqueles que a essa região se destinavam, à medida que ela oferecia melhores condições de sobrevivência que o Ceará, ou dos que estavam tentando uma travessia para o Maranhão e o Pará. Por ser intensa em muitas épocas, a migração trouxe para o Piauí o agravamento das consequências da seca, exigindo medidas de combate aos seus efeitos pelo governo local, que instituiu as Comissões de Socorros Públicos, promovendo o assistencialismo e deslocando parte dos migrantes para as frentes de trabalho, seja em obras públicas ou nos Núcleos Coloniais. Ao chegarem ao Piauí, os migrantes quase sempre encontravam dificuldades para sobreviver, porém, muitos conseguiram se estabelecer nessa região e não voltavam para o Ceará após o fim da seca. Desse modo, defende-se a tese da importância do Piauí nos contextos migratórios do século XIX, como um espaço receptor de migrantes cearenses e gerador de múltiplas experiências sociais.

Palavras-Chave: Ceará. Piauí. Seca. Migração.

Abstract

In the second half of the 19th century, some provinces in the North of the Brazilian Empire faced successive droughts, which caused the migration of the population residing in the affected areas to others where it was believed that there were resources that would enable survival. In 1877, a drought began in Ceará that lasted until 1879. At the end of the 1880s, the phenomenon once again visited Ceará, leaving its visible marks, mainly in 1888 and 1889. great was the displacement of men and women from Ceará to other Brazilian provinces, including the neighboring one, Piauí, which to a certain extent was already affected by drought in the form of a climatic phenomenon, starting to experience it as a social product. The objective of this thesis is to analyze the migration of people from Ceará to Piauí, between the years 1877 and 1891, considering these displacements an act of protagonism by men and women, poor and rich, who undertook the migratory journeys as a possibility of overcoming the difficulties imposed by the dry in its place of origin, choosing Piauí as route and also destination. As a basis for the time frame, the year in which the flow of people from Ceará became more intense towards the neighboring province, until the beginning of the 1890s, when welfare practices were still carried out through public assistance, and it was already possible to find people from Ceará constituting new families in Piauí. Among the sources defined for carrying out the research, there are the different newspapers published in Piauí and Ceará, as well as reports, messages, speeches, minutes, as well as letters and other documents from the Public Aid Commission. Thus, this thesis investigates the fact that, in addition to the migratory flows that occurred in the 19th century, already known in historiography, there were other migrant destinations undertaken by people from Ceará, including Piauí, which was also affected by droughts, seen as a receiving pole, either for those who were destined for that region, as it offered better conditions for survival than Ceará, or for those who were trying to cross to Maranhão and Pará. Because it was intense at many times, migration brought to Piauí the worsening of the consequences of the drought, requiring measures to combat its effects by the local government, which established the Public Aid Commissions, promoting welfare and moving part of the migrants to the fronts of work, either in public works or in Colonial Nuclei. Upon arriving in Piauí, migrants almost always found it difficult to survive, however, many managed to settle in that region and did not return to Ceará after the end of the drought. In this way, the thesis of the importance of Piauí in the migratory contexts of the 19th century is defended, as a receiving space for migrants from Ceará and a generator of multiple social experiences.

Keywords: Ceará. Piauí. Dry. Migration.

Lista de figuras

Figura 01	
Divisão política da Província do Ceará – 1872	49
Figura 02	
Anúncio da venda de um sítio no Piauí, em 1877.	92
Figura 03	
Estradas que ligavam o Ceará ao Piauí (séculos XVIII e XIX)	131
Figura 04	
Anúncio da venda de boi do Piauí em jornal cearense (1889)	133
Figura 05	
Anúncio de venda de café cearense no Piauí em 1887	136
Figura 06	
Mapa do Piauí com destaque para Príncipe Imperial e Amarração	142
Figura 07	
Classificação climática do Piauí no cenário “Seco” e “Regular”	178
Figura 08	
Comarcas piauienses afetadas pela seca entre 1877-1879.	187
Figura 09	
Municípios afetadas pela seca de 1888-1889, no Piauí	195
Figura 10	
Regiões de onde migravam os cearenses em direção ao Piauí (1877-1879)	258
Figura 11	
Assinatura de André Jacome da Paz, em 22 de agosto de 1877	301
Figura 12	
Anúncio da Comissão de Socorros de Teresina, em agosto de 1877.	318
Figura 13	
Igreja de São Benedito, onde trabalharam migrantes cearenses durante a seca, nos anos de 1878 e 1879	357
Figura 14	
Reclamação de emigrantes a bordo da embarcação (Teresina - Amarante, 1879)	421
Figura 15	
Requerimento feito por um migrante cearense no Piauí, em maio de 1878	423

Lista de tabelas

Tabela 01	
Exportação de cera de carnaúba pelos portos do Ceará (1866-1876)	34
Tabela 02	
Exportação da borracha de maniçoba pelos portos do Ceará (1866-1876)	35
Tabela 03	
Exportação de algodão pelo Ceará (1845-1891)	39
Tabela 04	
Importação e exportação – Ceará (1872-1877)	40
Tabela 05	
Movimento de produtos e receita da Via-férrea de Baturité (abril-agosto de 1877)	43
Tabela 06	
Dízimo do gado – Ceará (1870-1880)	57
Tabela 07	
Exportação de Couros – Ceará (1845-1885)	58
Tabela 08	
Exportação e Importação - Ceará (1877-1881)	60
Tabela 09	
Receita e despesa da fazenda geral – Ceará 1876-1886.	62
Tabela 10	
Demonstração da indústria pastoril (bezerros) da Província do Piauí (1869-1879)	79
Tabela 11	
Exportação de gado vacum, muar e cavalari (Província do Piauí – 1877-1886)	82
Tabela 12	
Receita arrecadada do tesouro provincial do Piauí no ano financeiro de 1887-1888.	104
Tabela 13	
Demonstrativo da receita e despesa efetuada na Província do Piauí nos anos financeiros de 1873 a 1884	107
Tabela 14	
População escrava do Piauí em 1872.....	115

Tabela 15	
Resumo geral dos escravos matriculados na Província do Piauí (1886-1887)	118
Tabela 16	
Meteorologia Ceará no primeiro semestre de 1877	157
Tabela 17	
Distribuição das despesas dos Socorros Públicos entre 01 de maio de 1877 e 20 de novembro de 1878	207
Tabela 18	
Demonstração de todas as despesas feitas com a seca por conta dos diferentes créditos.....	211
Tabela 19	
Mapa do movimento da enfermaria de emigrantes estabelecida no Hospital da Caridade, a contar de 10 de maio a 06 de agosto de 1879.	268
Tabela 20	
Mapa do movimento da enfermaria de emigrantes estabelecida no Quartel de Polícia, de 18 de maio a setembro de 1879.....	268
Tabela 21	
Mapa do movimento do hospital do Morro de Santo Santo Antonio, 1879	269
Tabela 22	
Chefes de família, estado civil e profissão dos emigrados do Ceará para Campo Maior, em 1877	292
Tabela 23	
Presidentes da Província do Piauí (1877-1881, 1888-1889)	309
Tabela 24	
Recursos destinados às Comissões de Socorros do Piauí em 1877	332
Tabela 25	
Preço da quarta de farinha vendida pelas Comissões de Socorros em julho de 1878.	335
Tabela 26	
Socorros Públicos – despesas autorizadas pelos governos Sancho Barros Pimentel e Constantino Moura, pagas na administração de Mariano Lustosa	348
Tabela 27	
Despesas com socorros públicos no governo de José Mariano Lustosa do Amaral (dez. 1878-mar. 1879).....	348
Tabela 28	
Recurso destinado às Comissões de Socorros do Piauí em 1889.	352

Tabela 29	
Obras contratadas com as verbas dos socorros públicos no Piauí, no governo de Raymundo José Vieira, em 1889	363
Tabela 30	
Valores repassados para as Comissões de Socorros pelo governo da Província do Piauí em agosto de 1889.....	364
Tabela 31	
Núcleos Coloniais no Piauí (1877-1878).....	373
Tabela 32	
Núcleos Coloniais com emigrantes e despesas até 31 jan. 1878	375
Tabela 33	
Emigrantes que se retiraram do núcleo Deserto em fevereiro de 1879	394
Tabela 34	
Mortes e retiradas dos Núcleos Coloniais de Teresina (ago.-set. e out. de 1878).....	395
Tabela 35	
Origem dos emigrantes do núcleo Santa Philomena (mar. 1878 – mar. 1879)	398
Tabela 36	
Lista de óbitos no núcleo Alagoa da Mata entre 01 de junho e 07 de agosto de 1878.	400
Tabela 37	
Casamento envolvendo cearenses em Teresina (1883-1891)	428
Tabela 38	
Registro de casamentos civis, Vila de Natal, Teresina-PI, envolvendo migrantes cearenses, em 1891	430

Sumário

Considerações iniciais	13
PARTE I	
Economia e mão de obra	26
<i>Capítulo I</i>	
Economia, finanças e trabalho no Ceará no século XIX	27
01 O contexto econômico do Império brasileiro	27
02 A província do Ceará: economia, indústria e finanças	33
03 A ocupação da mão de obra no Ceará na segunda metade do século XIX	63
<i>Capítulo II</i>	
O Piauí no século XIX: economia, trabalho e relações de contato com o Ceará.....	74
01 A Província criadora e da agricultura de subsistência	74
02 Trabalho e ocupação da mão de obra no Piauí na segunda metade do século XIX ..	109
03 O comércio, as estradas e as zonas de contatos entre Ceará e Piauí	128
PARTE II	
Secas e migrações	144
<i>Capítulo III</i>	
As secas de 1877-1879 e 1888-1889, no Ceará e no Piauí	145
01 As secas e os seus significados	145
02 As chuvas, as secas e o assistencialismo no Ceará	154
03 As secas no Piauí: incidências, epidemias, verbas públicas e os registros na memória	171
<i>Capítulo IV</i>	
Do Ceará para o Piauí.....	216
01 As migrações cearenses na segunda metade do século XIX.....	216
02 As migrações de cearenses para o Piauí: deslocamentos, travessias e cenários após a chegada	226
03 Dois migrantes no Piauí: Francisco Rodrigues Lima Bastos e André Jacome da Paz.....	279

PARTE III

Política, imprensa, assistencialismo e trabalho 303

Capítulo V

Política, imprensa e a “gestão da seca” no Piauí 304

01 Política e imprensa no Piauí na segunda metade do século XIX 305

02 A vigilância da imprensa na gestão dos Socorros Públicos 316

03 As Comissões de Socorros Públicos no Piauí 327

04 A ocupação da mão de obra migrante nas obras públicas 354

Capítulo VI

Os Núcleos Coloniais: trabalho, moradia e sociabilidades 370

01 Os Núcleos Coloniais no Piauí 370

02 Cotidiano, cerimônias e sociabilidades nos Núcleos Coloniais 410

03 Seguir viagem, retornar, ficar: caminhos e paradas dos emigrantes cearenses no Piauí 416

Considerações finais 434

Referências 439

Considerações iniciais

Para todo historiador, o caminho que existe até a chegada aos seus sujeitos de pesquisa quase sempre é longo, envolve tempo, paciência, escolhas, reflexões, leituras, releituras, questionamentos... e eis que eles estão lá, ou pensamos que estão! Em uma pesquisa que tem como recorte de tempo o século XIX, os documentos, independentemente da sua natureza, como os jornais, por exemplo, revelam mais do que simplesmente os sujeitos a que me referi; dizem não só sobre eles, mas sobre os seus modos de pensar, comportamentos, relacionamentos, visão do outro, do mundo da política, da economia, da cultura e de aspectos plurais do seu tempo. Não cabe aqui estender-me sobre o universo de possibilidades que o historiador pode extrair de uma fonte, mas quero dizer que, como historiador, a sensação de “alcançar” de alguma forma essas pessoas é algo singular, é de ter feito uma grande viagem no tempo! O tempo que se consome à medida que se recorre a um tempo já consumido. A rigor, como escreveu Carlos Drummond de Andrade, “o tempo é a minha matéria”. Para nós, historiadores, importa-nos o passado, mas assim como o poeta, valemo-nos do “tempo presente, *dos* homens presentes, *da* vida presente”¹ para exercer o nosso ofício.

Os documentos nem sempre simplesmente nos dizem o fato dado, eles “pedem” para serem ouvidos e interpretados, e isso se faz no presente, pelos homens do presente. O presente que impõe a sua marca sobre uma interpretação do passado, e o historiador,² na vivência de suas sensações cotidianas, busca entender como o tempo permitiu a modelagem da sociedade e seus comportamentos. Longe de ser uma mera sucessão de fatos – estes que são o resultado da ação do homem –, a história é, antes de tudo, o desejo de se fazer entender esses homens e mulheres que agiram em uma dada época, e ao passo em que se deu a sua atuação, produziram efeitos que direta ou indiretamente se traduzem no que somos na atualidade. Dito isto, pode-se perguntar, afinal, quem é ou quem são as vozes que ecoam em um jornal, uma imagem ou um relatório do século XIX? Uma pessoa que viveu, experienciou as sensações de uma época, foi influenciada por leituras, discursos, amigos, familiares e intencionalmente ou não, deixou suas impressões para os vindouros, sobre o tempo em que estava.

É nesse ponto que o historiador passa a fazer parte dessa história: ao pesquisar os fatos, ele também produz uma história, não somente aquela que está em busca de conhecer

¹ ANDRADE, Carlos Drummond. *Mãos Dadas* [Sentimento do mundo], 1940. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/files/2016/08/M%C3%83OS-DADAS.pdf>. Acesso: 20 jan. 2021, *grifo meu*.

² SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, Tempo e História. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART Philippe. *Questões para a História do Presente*. Bauru: Edusc, 1999.

por meio da investigação, mas, o próprio ato de pesquisar em si é produtor de um evento que todos nós, pesquisadores, nos envolvemos e fabricamos. Até chegar a digitar estas linhas iniciais, percorri um longo caminho/tempo, que teve como ponto de partida a escolha do tema, e sucessivamente as primeiras pesquisas, os achados iniciais ainda brutos e os múltiplos questionamentos que foram e vão surgindo a cada momento que busco descobrir mais; embora sejam acessíveis, mesmo não estando fisicamente mais presentes, as pessoas que nos dizem sobre uma dada era, informam ao mesmo tempo que nos incitam a duvidar do que vemos. Antagonicamente, elas nos dão pistas, ao passo que nos apontam novas possibilidades por meio de um emaranhado de “rastros”³ que ficaram registrados no curso das suas existências. O resultado disso é que um texto historiográfico nunca é um trabalho feito por um historiador apenas, mesmo quando desde a investigação até a escrita, o empreendimento é executado somente por um único pesquisador. O exercício de criação é um processo colaborativo entre historiador, leituras, leitores, críticos e principalmente com os sujeitos que lhes falam a partir dos documentos. É um intenso diálogo de vozes e expressões fragmentadas que vão se intrincando e, como em um caleidoscópio, tornam visíveis, por meio das letras, as formas de agir de um determinado agrupamento humano ou de indivíduos compartimentados.

Conhecer as histórias de quem viveu em uma dada época, talvez seja uma tarefa que requer tanto cuidado como descobrir os percursos das ações de uma pessoa que está viva, convivendo conosco, afinal, tanto os vivos como os mortos podem ser provocadores de surpresas, e assim se faz o trabalho do historiador! Carlo Ginzburg adverte quanto a esse fato, indicando que a própria natureza do documento conduz o pesquisador ao encontro com os sujeitos de maneira fragmentada, pois “os registros civis apresentam-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; e os registros cadastrais, enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos, enquanto criminosos, enquanto autores ou testemunhas”.⁴

É inevitável que as lacunas não surjam e que a subjetivação não esteja presente em meio às palavras; as linhas que vão sendo formadas com o acréscimo sucessivos de caracteres, nada mais são do que a expressão visível do resultado de um percurso, do uso de “técnicas científico-poético-literárias” e do esforço individual ou coletivo de historiadores que dedicam parte do seu tempo à arte de dar voz a outras pessoas, mesmo que ela seja levada ao público após sofrer as interferências teóricas e metodológicas que o serviço do historiador exige. Ao final de tudo,

³ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989, p. 173.

um escrito é resultado da conjunção de pesquisa, leituras, uso de conceitos e metodologias que conduzem a uma versão, uma interpretação entre as várias possíveis.

Isso é o que tento fazer aqui: mostrar, por meio da análise documental, um pouco da história de pessoas que viveram no século XIX e que tiveram experiências múltiplas em suas vidas no intercurso de uma migração que se encaminhou do Ceará em direção ao Piauí. Não se trata apenas de narrar, mas de analisar, pela óptica da História Social, como homens e mulheres, diante da realidade que lhes era presente, tomaram a guia da sua própria vida, rompendo laços com o lugar onde viviam, às vezes com familiares, e empreenderam uma caminhada que tinha como finalidade, antes de tudo, garantir a sobrevivência sua e dos seus. Nos dizeres de Hebe Castro, a História Social debruça-se para as análises sobre atores e seus comportamentos coletivamente e as relações entre os diversos grupos sociais, tendo, portanto, “seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica”.⁵

Foi seguindo os “rastros” desses atores, que fiz uma “caminhada”, no sentido simbólico que cabe à palavra, em busca de cearenses e piauienses que protagonizaram deslocamentos e travessias com o propósito de vencer um obstáculo comum: as consequências da seca. Não à toa, me referi ao presente anteriormente, pois, em grande medida, meu interesse em estudar a trajetória dessas pessoas partiu de relatos de migrantes e de descendentes de cearenses que “vieram para o Piauí no tempo da seca”. Mas que seca? Passei a me perguntar. Várias foram elas! Os que a princípio tive contato, foram filhos, netos e amigos que me diziam ter um familiar, conheciam ou já tinham ouvido narrativas de que determinada pessoa chegou ao Piauí após deixar o Ceará, quando a seca lá se agravou. Qual(is) a(s) consequência(s) disso? Diretamente, posso dizer que, como resultado, muitos piauienses hoje têm suas raízes genealógicas herdadas de cearenses, provocadas por esses fluxos migratórios. Obviamente, esse não é o foco desta pesquisa, pois é tema que carece de outra investigação, mas foram esses relatos que me instigaram a começar as minhas primeiras buscas sobre a temática. Longe de estarem restritas ao século XIX, já sendo identificadas anteriormente a este período, os descendentes que narram as travessias em meio a exiguidade de chuvas, quase sempre se referiam às trajetórias realizadas nos episódios que se sucederam ao longo século XX, entre

⁵ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 54.

elas a talvez mais famosa de todas as secas, a de 1915, que permanece viva na memória coletiva e em parte pela produção literária e jornalística que se produziu em torno dela.

Localizar naquele momento as pessoas a quem “os informantes” se referiam para investigar esses fluxos que se sucederam no século passado, seria tarefa que não exigiria muito esforço, mas quis recuar no tempo, para onde não encontraria quem me narrasse por meio da oralidade os acontecimentos que se deram nessas migrações. Nesse retrospecto, cheguei à segunda metade do XIX, em que um vasto acervo documental me apresentou a viabilidade de realizar esta pesquisa. Foi baseado nessas fontes que construí o texto que se estende pelas páginas sucessivas a estes parágrafos. Desprendendo-me das ilusões e fascínios que atentavam a me distrair, debrucei-me na catalogação e análise dos documentos que elegi como primordiais para esta construção analítico-narrativa. O que trago aqui, obviamente, é o resultado de uma síntese das diversas possibilidades apresentadas pelos documentos, eles que, ao serem tomados como referência, devem ser entendidos como objetos de produção parcial e, portanto, tendem a serem enganosos, pois são produzidos “somente em situações de decisão e ação”, e existem sentimentos e emoções que por eles não são registrados.⁶ Embora eu assumo o conduto narrativo, o protagonismo expresso na linguagem escrita é atribuído unicamente aos milhares de sujeitos que deixaram os registros da sua existência por meio da escrita pelo próprio punho, dizendo de si por si mesmos, ou a partir da mão de terceiros, consistindo o fato de que os “documentos são socialmente determinados” e homens, ricos e brancos produzem mais documentos do que pobres, mulheres e indígenas, por exemplo, recaindo ao historiador o papel de “criar o equilíbrio, colocando todos como participantes da história”.⁷

Complementares entre si, as fontes documentais catalogadas são de origens e tipos diversificados: o primeiro tipo são os jornais. Para não citar todos, na sequência identifico alguns dos que divulgaram notícias que contemplam a nossa problemática: *A Imprensa*, *A Época* e *A Phalange*, todos ditados no Piauí, e o *Cearense*, *A Constituição* e a *Gazeta do Norte*, oriundos da província do Ceará. O segundo tipo que utilizei refere-se às fontes de cunho oficial do governo: relatórios, falas e mensagens dos governadores apresentados à Assembleia Legislativa pelos Presidentes da Província do Piauí e do Ceará, Relatórios do Ministério do Império e discursos diversos de personagens políticos dessas duas províncias estão compreendidos dentro desse rol.

⁶ LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra et. al. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 246-262, p. 249.

⁷ LEVI, 2015, p. 249.

O terceiro tipo é oriundo dos órgãos criados para solucionar ou pelo menos amenizar a situação dos migrantes cearenses e dos piauienses que sentiam o impacto das secas, como Atas das reuniões da Comissão de Socorros Públicos do Piauí (de Teresina e de municípios afetados pela seca, que receberam migrantes), Atas das reuniões e contratos dos Núcleos Coloniais, Livro de Atas e Inspeções da Comissão de Socorros Públicos de Teresina e Ofícios e documentos expedidos pela Comissão de Socorros Públicos aos Presidentes das Províncias. Para além, tomo como referência alguns livros eclesiásticos de registro de casamentos da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Teresina, e um livro de casamento civil que consultei no Arquivo Público do Estado do Piauí, onde tive acesso à imensa maioria dos documentos aqui citados.

Em posse disso, embora tenha tentado tratar cada um dos migrantes como sujeito único, não pude me desvencilhar do contexto coletivo em que estavam mergulhados, mudando apenas dentro da estratificação social, a forma como foram registrados nos documentos. Em grande medida, os cearenses e piauienses que estavam migrando, foram retratados pela imprensa e por muitos documentos oficiais de modo homogêneo, com o uso de palavras que incutiam a eles uma visão penosa e até desgraçada, como flagelados, infelizes e emigrantes... Vistos como uma massa, eram apenas vítimas do acaso, ignorando-se a multiplicidade de pessoas ali existentes, as particularidades, as histórias, as resistências, as origens e os desejos que cada família e migrante possuíam. Fazendo um adendo, justifico, antes de mais nada, o uso constante da palavra “emigrante” para referir-me àqueles que estavam migrando, embora em dezenas de vezes adjective-os sem a prefixação. Assim, quando recorro às transcrições dos documentos, sigo a forma da escrita original, que, independentemente do tipo de fonte consultada, refere-se aos cearenses como “emigrantes”, ainda que eles já estivessem estacionados no Piauí, condição que atribui o uso correto do termo “imigrante” na língua portuguesa.

Tratados como um conjunto unitário – emigrantes –, em não raras vezes foram usados como objeto de exploração política pela imprensa local, principalmente quando sua condição era manipulada a fim de alimentar os dissabores entre liberais e conservadores no Piauí. É nos registros das Comissões de Socorros Públicos que os nomes e alguns detalhes da identificação de homens e mulheres cearenses e piauienses aparecem; a importância de situá-los por meio das suas denominações reside no fato de que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, *compõem* uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.⁸ Foi por meio deles que tive acesso mais direto

⁸ GINZBURG, 1989, p. 175, *grifo meu*.

a esses indivíduos, confluindo com as outras informações que a documentação me permitia, dentro da delimitação cronológica que me propus percorrer, tornando isso possível, pois “as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos”.⁹

Em meio às consequências da seca, não só os pobres¹⁰ e migrantes sentiam-se impactados; foi um fenômeno que abarcou de alguma maneira cearenses e piauienses que estavam na malha geográfica (por vezes chamada de sertão)¹¹ e social de sua abrangência. A depender do que me permitiram os documentos, pude trazê-los para cá de modo mais particular,

⁹ GINZBURG, 1989, p. 174.

¹⁰ Na análise de José Roberto do Amaral Lapa (2008), pobre “é aquele que trabalha, mantendo-se e aos seus com parcimônia. Não lhe sobra aforro”, possuindo cidadania limitada (p. 31). No nível semântico, a palavra “povo” tornou-se sinônimo de pobre, portanto, “ser do povo era e é ser pobre, tanto no século XIX quanto no XX” (p. 32). Ainda segundo o autor, “a existência e a permanência da pobreza ocorre como produto da sociedade que a consente, que dela vive, envolvendo, portanto, uma certa interdependência” (p. 36). Para tentar entender o conceito de pobre e pobreza, aqui comumente usado para referir-me aos migrantes cearenses e piauienses, assim como sugere a documentação analisada, recorri ao significado destas palavras nos dicionários correntes do século XIX. No *Dicionário da língua brasileira*, de 1832, pobre é indicado como “quem não tem o necessário para viver. Que tem poucas posses”; pobreza, de modo semelhante, é a “falta do necessário para viver. Falta de posses” (PINTO, 1832, s/n). No *Dicionário da língua portuguesa*, de 1859, pobreza é tida como a “falta do necessário para a vida, grande escassez, estreiteza de posses (...). Pobreza exprime a ideia de ter alguma cousa, porém não o bastante para as necessidades da vida” (FARIA, 1859, p. 942). No dicionário Caldas Aulete de 1881, pobre é dito como aquele “falto ou privado do necessário; que vive com poucas posses”, e pobreza a “falta do necessário para a vida; escassez; estreiteza de posses, de haveres” (p. 1360). Partindo desses conceitos que, embora definidos na palavra, podem ter múltiplos significados, compreendo que pobre e pobreza são concepções que devem ser pensadas e analisadas por diferentes ópticas. Nas narrativas encontradas na documentação que analisei, os sujeitos identificados como pobres são aqueles que caracteristicamente se enquadram ou se aproximam das condições trazidas pelos significados atribuídos a este termo. Quero dizer, com isso, que embora tome para este trabalho o entendimento de pobre e pobreza como produto social dentro de uma dada era e contexto, este pode sofrer variações ao longo do tempo, a depender dos métodos e conceitos empregados para a sua compreensão.

¹¹ Justifico aqui o uso da palavra “sertão”, assim como faço com a apropriação do termo “emigrantes” em outro ponto desta tese, pois ambas, somadas (emigrados e sertão) formam o título deste escrito: tendo sido usada no relatório do Ministério do Império do ano de 1878, para referir-se à abrangência da seca nas províncias do Norte, principalmente aquelas que hoje correspondem aos Estados da Região Nordeste, a palavra “sertão” por vezes é ambígua e portadora de significados históricos. Segundo Janaina Amado (1995, p. 145), trata-se de uma “relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de ‘Nordeste’ se esvazia”. A palavra está presente no imaginário brasileiro desde o século XVI, quando comumente era usada para se referir às regiões distantes do litoral, no interior do Brasil. Ao longo dos séculos, passou a absorver novos significados. No “último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando ‘sertão’ numa categoria essencial para o entendimento de ‘nação’”. A partir desse período, “verifica-se uma tendência de naturalizar a expressão sertão por parte da intelectualidade brasileira, fazendo-a remeter a um espaço físico delimitado (entre os quais o ambiente semiárido das ‘províncias do norte’)” (MACIEL, 2006, p. 115). No começo do século XX, na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, identifica-se uma direta relação da paisagem da região conhecida hoje como Nordeste, com o termo sertão. Na escrita do autor: “É uma paragem impressionadora. As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. O regime torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas e embatendo naqueles pendores, expôs há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as séries mais antigas daqueles últimos rebentos das montanhas: todas as variedades cristalinas, e os quartzitos ásperos, e as filades e calcários, revezando-se ou entrelaçando-se, repontando duramente a cada passo, mal coberto por uma flora tolhida – dispendo-se em cenários em que ressalta, predominante, o aspecto atormentado das paisagens” (CUNHA, 2016, p. 21). Mais sobre o tema em: SILVA, Moacir. M. F. A Propósito da Palavra “Sertão”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, VIII (90): 637-644, setembro, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1950_v8_n90_set.pdf. Acesso: 25 jan. 2021.

como fiz com os casos específicos de André Jacome da Paz e Francisco Rodrigues Lima Bastos, homens de posses, que migraram do Ceará para o Piauí em 1877, da mesma forma que fizeram muitos que permaneceram e permanecem anônimos nas teias da história. Outros, como o casal Umbelino Dornel de Souza e Maria Canuta de Lima, não serão esquecidos totalmente. Eles, um dia antes de migrarem para o Piauí em 1889, procuraram oferecer o primeiro dos sacramentos ao seu filho, que estava na iminência da morte.

Apoiando-me na produção historiográfica existente acerca das secas e das migrações que ocorreram no Ceará e nas e para as províncias do Norte,¹² no século XIX, pude delinear uma proposta que pudesse encontrar o seu espaço na escrita a respeito desses acontecimentos. É inegável que a seca cearense, assim como as migrações dessa parte do Brasil para o Norte e para o Sul, são o foco de algumas pesquisas já existentes no seio das Ciências Humanas e Sociais, e também cenário para algumas narrativas literárias ditas consagradas. A esse respeito, busquei situar uma proposta que em meio a vários outros trabalhos pudesse dialogar com eles, e apresentar o que poderia ter de novo dentro dos meandros da escrita historiográfica. Objeto preferido de muitos escritores, as secas e as migrações de pessoas quase sempre têm o poder de causar o interesse dos leitores, muitas vezes pelas cenas de dor, morte, dificuldades e sofrimento que vêm agregadas a elas.

Embora a documentação tenha me sugerido a mesma tônica, longe que querer romantizar os obstáculos vividos por esses sujeitos, tentei mostrar a migração de cearenses para o Piauí para além das cenas trágicas que quase inevitavelmente tive que também aqui registrar, porém sempre buscando evidenciar a movimentação, o protagonismo dessas pessoas como “condutoras do próprio destino”. Embora tenda a concordar que esse contexto social deve ser entendido a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos,¹³ é mister afirmar que mesmo envolto a isso, o indivíduo é capaz de realizar as suas escolhas dentro das estratégias que elabora, pois, “enquanto uma pessoa está viva e com saúde, (...) ela possui um grau de autonomia, uma margem de manobra de seus atos, dentro da qual pode e precisa tomar decisões”.¹⁴

Com isso, busco enfatizar as experiências particulares dos migrantes, quando possibilitado pela documentação, atentando-me ao fato de que, inseridos em um contexto maior, estavam em permanente interação com os demais sujeitos, como com os outros que se

¹² Segundo Almeida (1868), compreendiam o Norte as seguintes províncias: Amazonas, Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

¹³ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

¹⁴ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 56.

encontravam na mesma condição migratória ou agentes do poder público, cômico de que da forma como tomo a citação acima, independentemente da condição em que se encontra, o sujeito é capaz de executar algum tipo de ação. Vendo-os como atores sociais, homens e mulheres que são protagonistas de suas próprias histórias, verificando como as suas experiências se relacionam com as diversas dimensões da realidade no percurso histórico,¹⁵ pude identificar as redes de relações entre as diferentes esferas de poder, e dessas com os sujeitos que estavam em movimento. Alerto que, mesmo adotando esse arcabouço conceitual e metodológico, o contexto mais amplo no qual esses atores se movem e tomam as suas ações não é desprezado, pelo contrário, parto do cenário econômico, político, social e geográfico em que estão inseridos para poder engendrar a análise proposta.

Verificados dentro dessa ambiência, parto, em certa medida, para uma análise que se vale de conceitos da micro-história, ao “reduzir a escala”¹⁶ de observação, saindo do particular para encontrar respostas para as contestações mais amplas,¹⁷ buscando identificar as relações possíveis entre sujeitos dentro de um determinado espaço, em que os jogos sociais se tornam mais facilmente identificados e “a adoção de uma escala *torna-se*, antes de mais nada, a escolha de um ponto de vista de conhecimento”.¹⁸ Reduzir a escala significa tomar como possibilidade a explicação mais ampla do fenômeno dentro de uma dada configuração social, em que as estratégias e os comportamentos do grupo se exprimem de forma coletiva, mas também individual, sendo, portanto, o problema central da micro-história, “dizer que qualquer fragmento pode sugerir coisas se olharmos como o microscópio”.¹⁹

Quando quis fazer entender há pouco que existe uma produção escrita acerca da seca-migração do/no Ceará, tanto em âmbito local como nacional, referia-me aos registros que dão conta da saída de cearenses para o Pará, Amazonas e para as zonas cafeeiras do Sul brasileiro no século XIX. Mas, e para o Piauí? Pelo menos em publicidade a migração de cearenses para a sua província vizinha é pouco conhecida na historiografia, e até mesmo a produção acadêmica e literária sobre esse fato em solo piauiense é inferior ao que se verifica em relação ao Ceará, salvo alguns trabalhos que cito em páginas posteriores.

Deveras, quero dizer que é entre o já escrito e o não analisado que busco situar este trabalho, em meio às produções de estudos migratórios de âmbito local e/ou regional: resultado

¹⁵ IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revisa da Faculdade de Letras-História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 115-140.

¹⁶ GINZBURG, 2007, p. 264.

¹⁷ LEVI, 2015.

¹⁸ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 94, *grifo meu*.

¹⁹ LEVI, 2015, p.

de uma trajetória que, assim como os sujeitos que me subsidiam a fala, é de persistência, tenho como objetivo analisar a migração de cearenses para o Piauí entre os anos de 1877 e 1891, avistando o ato de migrar como uma ação protagonista de todos aqueles que, independentemente da posição social que ocupavam, deslocaram-se das regiões onde viviam estabelecidos, quase sempre em grupos familiares, na busca de alcançar as terras piauienses com a expectativa de superar as dificuldades de sobrevivência que a eles eram impostas pela seca, fazendo do Piauí local de passagem, parada e também de destino. Tomo como base para esse recorte, a existência de duas grandes secas que afetaram o Ceará e o Piauí dentro desse espaço de tempo, a primeira, que durou três anos, de 1877 a 1879, e a segunda, que se iniciou em 1888 e foi ganhando expansão no Piauí no ano seguinte. O corte até 1891 justifica-se por ter seguido os rastros da vivência de cearenses no Piauí até esta data, quando identifiquei alguns deles estabelecendo matrimônios nessas terras e nelas se fixando, algo que certamente fizeram nesse e em muitos outros momentos.

Geograficamente, a migração tinha origem em pontos específicos do Ceará, mas nem sempre muito óbvios. Os cearenses que cruzavam a fronteira oeste desta província, deslocavam-se principalmente de comarcas que se avizinhavam ao Piauí, porém, isso não era um fato dado; longe da proximidade territorial ser uma determinação para uma escolha óbvia de destino, as fontes me mostraram que além de Tauá, São Matheus e Ipu, por exemplo, pessoas de áreas mais distantes dos limites fronteiriços também deslocavam-se a fim de alcançar as terras piauienses, vindas de regiões como Sobral, Maria Pereira, Santa Quitéria e Canindé. O ingresso ocorria praticamente por toda a extensão dos limites, principalmente onde havia estradas que ligavam as duas províncias; isso quer dizer que, do norte ao sul do Piauí, pela fronteira leste, chegavam cearenses que seguiam um percurso mais ou menos retilíneo em relação à região de onde viviam no Ceará.

Em terra estrangeira, iam se achegando onde era possível fincar parada. Príncipe Imperial (atualmente Crateús), Oeiras, Jaicós, Amarante, Campo Maior, Parnaíba, Piracuruca e Marvão (atualmente Castelo do Piauí), foram algumas localidades onde se registrou a passagem ou a permanência de homens e mulheres cearenses. Ao avolumarem-se nessas localidades, que nem sempre tinham condições suficientes de oferecer-lhes abrigo, sua presença provocou impactos significativos à população local; diante da permanência das dificuldades que buscavam se afastarem, muitos optavam por continuar a caminhada em direção à Teresina, procissão que engrossava também com a adição de piauienses. Diante desse fluxo, a capital teve a sua população aumentada, de forma que a presença migrante na cidade passou a ser motivo de preocupação para o poder público local, que adotou medidas para gerenciar essa

população, criando, com os recursos das Comissões de Socorros Públicos, os Núcleos Coloniais, na década de 1870.

A rigor, sinto necessário dizer que as secas não são vistas aqui tipicamente como fenômeno climático, mas me interessaram as suas repercussões no âmbito social, no tocante à intensidade em que as pessoas foram afetadas pelas suas consequências, registrando-se, entre elas, as migrações. Foram elas as únicas causadoras dos deslocamentos? Certamente não! As migrações de cearenses devem ser vistas em um contexto amplo que abrange a própria estrutura econômica e social da província do Ceará. Mesmo assim, é inevitável dizer que as secas, dentro do que a documentação me sugeriu, foram o gatilho para que a fronteira fosse cruzada. Com esse ensejo, lanço os seguintes questionamentos que tomo como balizadores para o desenvolvimento da escrita desta tese: 1) Quais os fatores que tornavam o Piauí um polo receptor de migrantes cearenses em épocas de seca? 2) Quem eram as pessoas que migravam para o Piauí e como se definia essa dinâmica migratória? 3) Quais os impactos sociais e econômicos para o Piauí, oriundos da migração de cearenses? 4) Quais as ações do governo do Piauí para administrar essas migrações? 5) Quais as condições de vida a que eram submetidos os migrantes cearenses, tanto os que recebiam auxílio direto da Comissão de Socorros Públicos, como os que eram enviados para os Núcleos Coloniais e demais tipos de obras que eram destinados a executar? 6) Ao fim das secas, quando os recursos dos Socorros Públicos eram findados, qual o destino desses migrantes?

São esses questionamentos que busco responder ao longo dos capítulos da presente tese. Com isso, cabe a mim agora apresentar a forma como estruturei a tese ora apresentada. A fim de possibilitar o entendimento da leitura àquilo que é o foco principal desta discussão, as secas, a consequente migração e as suas reverberações no Piauí, dividi o texto em três partes ou eixos principais, a saber, respectivamente: “Economia e mão de obra”, “Secas e migrações” e “Política, imprensa, assistencialismo e trabalho”, cada uma delas composta por dois capítulos, que exponho com mais detalhes na sequência.

No capítulo inicial, “Economia, finanças e trabalho no Ceará no século XIX”, construí uma análise que parte da estrutura econômica do Brasil imperial, para posteriormente pousar em pontos específicos da composição econômica do Ceará, e no capítulo seguinte, do Piauí, como províncias brasileiras. Atrelada ao fator econômico, verifiquei como estava organizada socialmente a população cearense em relação ao acesso à terra, ao trabalho, à agricultura e aos meios de produção. É nesse ponto que me detenho a analisar a ocupação da mão de obra nessa parte do Brasil, principalmente de homens e mulheres livres, assim como o espaço ainda ocupado pela força da população escravizada. Entendendo como girava a dinâmica da relação

do homem pobre livre com o espaço, seja ele agricultor, posseiro, agregado, arrendatário ou vaqueiro – os despossuídos de terra –, com a classe dominante e o setor econômico prioritário para esse grupo, ficou mais nítido como se dava a teia das relações sociais existentes no Ceará, e assim pude melhor compreender o cenário vasto, social, político e econômico do qual partiam as migrações.

O segundo capítulo segue o mesmo raciocínio do primeiro: “O Piauí no século XIX: economia, trabalho e relações de contato com o Ceará” analisa a estrutura econômica da província que tinha como sustentáculo principal a pecuária, além de praticar a agricultura de subsistência. Não me prendendo somente a esses dois elementos, mostrei também outros produtos cultivados e comercializados no Piauí, além do seu comércio local e as relações de contato com outras praças de vulto econômico, inclusive com o Ceará, com quem historicamente haviam laços comerciais importantes, em especial aquele realizado por meio do comércio do gado. Como considerei relevante entender primeiro a economia e o emprego da mão de obra das duas províncias, para poder situar esses sujeitos em meio à crise econômica e social provocada pela seca, posicionei os homens livres e também escravizados piauienses em relação à disponibilidade de braços livres e escravizados, e o campo de trabalho em que cada grupo social estava empregado. A situação econômica do Piauí é um dos fatores que considero relevantes considerar no momento em que a seca e a migração, de encontro com essa estrutura parca, conseguem ganhar amplidão, requerendo do poder público uma ação mais enérgica.

A segunda parte volta-se para dois aspectos principais: as secas nas duas províncias e a migração do Ceará para o Piauí. O capítulo “As secas de 1877-1879 e 1888-1889, no Ceará e no Piauí”, o terceiro desta tese, divide-se em três tópicos: o primeiro faz uma discussão acerca da seca e os seus significados sociais, políticos e econômicos nas regiões onde se apresentavam, e o seguinte enfoca diretamente a problemática histórica da seca no Ceará e a forma como os governos dessa província agiram para combater os seus efeitos, principalmente na segunda metade do século XIX. A última parte, e a que ganha mais espaço nessa seção, volta-se para a compreensão das incidências e impactos das secas no Piauí. Desconhecendo uma seca tão intensa até a década de 1870, a província teve dificuldades para gerir os impactos provocados por aquele fenômeno que se agravou devido à sua – pode-se dizer, em certa medida –, frágil estrutura econômica e a entrada de migrantes cearenses, assim como a incidência de epidemias de sarampo que se alastraram por alguns municípios. Em meio a isso, expus mais dois temas que considerei relevantes dentro dessa ambiência: o debate acerca dos repasses de verbas pelo Império para o Piauí investir nos Socorros Públicos, que eram consideravelmente inferiores aos repassados à província do Ceará, e os registros/temores que ficaram na memória dos piauienses

após a seca iniciada em 1877, que eram retomados sempre que se sentia o prenúncio de que as chuvas tardariam a cair.

O quarto capítulo, “Do Ceará para o Piauí”, trata no primeiro tópico das migrações historicamente empreendidas pelos cearenses para diferentes regiões do Brasil, as implicações dessa mobilidade populacional para a província do Ceará e a forma como o governo local administrava a perda de habitantes, principalmente nas épocas críticas, com destaque para a segunda metade do Oitocentos. Na sequência, a migração de cearenses para o Piauí foi analisada com enfoque dado para aspectos como: pontos de chegada, sujeitos que migravam, característica e/ou forma definidora dessas migrações, principalmente a de 1877-1879, impactos para as localidades receptoras, discursos na imprensa local e o cenário que a população migrante se deparava após a cruzada da fronteira. No último tópico, abordo especificamente a trajetória de dois migrantes no Piauí, no final da década de 1870: Francisco Rodrigues Lima Bastos e André Jacome da Paz. Ambos homens de posses e influência política, deixaram o Ceará nos primeiros meses de seca, ainda no ano de 1877, o primeiro chegando a Oeiras, no centro-sul da província, e o segundo ao norte, em Campo Maior. Durante o período que permaneceram na zona receptora, agiram em prol dos seus interesses, fazendo usos da influência que possuíam para se imporem e driblar a condição de “emigrantes da seca”, a qual eram apontados.

Se a segunda parte se atém à migração, a terceira é composta pelo debate que se traduziu em disputas políticas e ações efetivas para gerir o impacto da seca e da migração e a presença dos migrantes no Piauí, de modo especial na capital, Teresina. Composta por dois capítulos, o primeiro deles se intitula “Política, imprensa e a “gestão da seca” no Piauí”; nessa última parte, tive que analisar a forma como se organizavam os partidos políticos no Piauí e a maneira como a imprensa agia em torno dos debates que envolviam liberais e conservadores, para poder entender a maneira para onde e como eram aplicados os Socorros Públicos. Alternando-se ao poder, os dois principais partidos existentes no Segundo Reinado usavam a imprensa como arma de manipulação da opinião pública e conservação dos seus interesses, independentemente de quem estava no poder, mudando apenas o discurso, se de defesa do governo enquanto estavam no controle da máquina pública ou de oposição ferrenha, quando eram destituídos.

Nesse cenário, os jornais *A Imprensa*, *A Época*, e *A Phalange* foram alguns dos principais noticiosos que, vestidos da ideologia política a que serviam, fizeram intenso uso das letras para explorar a condição dos migrantes cearenses que estavam no Piauí e, dessa forma, criticar a ação do partido ascendido ao poder na gestão da seca. Ainda no quinto capítulo, deixei espaço para verificar o uso da mão de obra migrante em obras públicas, principalmente em

Teresina. Diferentemente do ocorrido no Ceará, onde foram desenvolvidos projetos de maior expansão, como açudes e ferrovias, no Piauí, os trabalhos ficaram praticamente restritos à elevação de templos religiosos, reparos de ruas, prédios públicos e construção de cemitérios.

“Os Núcleos Coloniais: trabalho, moradia e sociabilidades” é o último capítulo tecido a partir da pesquisa. Criados para direcionar a população migrante cearense e piauiense para fora do centro urbano de Teresina, os Núcleos Coloniais tinham como característica serem espaços em que as famílias poderiam construir suas moradias e se dedicar à atividade agrícola. Os Núcleos eram terras cedidas e administradas pelos seus proprietários, a partir de contratos que faziam com o governo provincial, tendo como contrapartida do poder público o repasse de boas somas de dinheiro a esses contratantes, o gerou constantes polêmicas na imprensa local, até eles serem totalmente dissolvidos sob a conclusão de não terem alcançado plenamente os objetivos para os quais foram criados.

Embora existam controvérsias sobre a sua criação e manutenção, alimentadas pelos dissabores políticos da época, foram os Núcleos Coloniais os espaços em que a população migrada pôde permanecer por algum tempo ou até mesmo se fixar a após o fim da seca. Da vivência nesses espaços, encontrei momentos de lutas, resistências, convivências, sociabilidades, compadrios, casamentos, cenários e cenas que mostram que foi possível desenvolver modos de vida e de se relacionar em solo piauiense, mesmo ainda envoltos pela persistência da seca. “Seguir viagem, retornar, ficar: caminhos e paradas dos emigrantes cearenses no Piauí”, é o último tópico escrito. Sugestivamente, como já informa o título, busquei identificar os “destinos migrantes” após o fim das secas. Entre partidas, retornos e permanências, pude perceber como se imbricaram as trajetórias de homens e mulheres cearenses e piauienses após cessarem os efeitos da seca; entre eles, encontrei aqueles que resolveram ficar, casando e constituindo famílias.

PARTE I

Economia e mão de obra

Capítulo I

Economia, finanças e trabalho no Ceará no século XIX

01 O contexto econômico do Império brasileiro

Por alguns séculos concentrando em sua faixa litorânea a maior fonte de riqueza explorada no Brasil, o Norte,¹ no decorrer do Oitocentos, já não contribuía com parcela significativa da receita imperial, antes oriunda da produção açucareira, que, nesse período, possuía outra atividade monocultora, gerando significativas somas para as exportações brasileiras. O café, produzido nas terras roxas do Sul, tornou-se o elemento econômico de maior significância do país, provocando um “deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul”.² Mesmo passando por um momento de “renascimento agrícola” após a emancipação política do Brasil, ao longo do século XIX, a economia da parte Norte do Império caracterizou-se pela perda da posição econômica em detrimento das zonas cafeeiras.³

Embora a descrição acima pareça mostrar que existiam dois polos econômicos, um antes próspero e depois decadente, e outro sem muita importância e posteriormente alçado à condição de sustentáculo financeiro do Império, “a economia brasileira entre 1830 e 1889, apesar da efetiva centralidade da produção cafeeira, foi relativamente diversificada e dinâmica”.⁴ No curso do século XIX, “as vocações regionais” do país possibilitaram um diversificado espaço de relações de trabalho, produção variada para o mercado e até tecnologias, contrariando a interpretação de que a vida econômica do Brasil era fundada na monocultura escravista e exportadora.⁵ Essa visão se perde ao confirmar-se que “a economia brasileira esteve longe de ser homogênea em qualquer de suas características básicas, antes se desenvolveu a partir das particularidades regionais”.⁶

¹ Embora esta pesquisa tenha como recorte geográfico o Ceará e o Piauí, estados da Região Nordeste, irei situá-los no texto como Províncias do Norte, *status* que possuíam, e parte do Brasil, onde estavam localizadas geograficamente no século XIX. Para entender a concepção do Nordeste como região do Brasil, ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

² PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 157.

³ PRADO JÚNIOR, 2004.

⁴ PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional 1830-1889*, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 182.

⁵ PAULA, 2012.

⁶ PAULA, 2012, p. 182.

A perspectiva historiográfica que elegeu a história econômica do país em ciclos, acabou provocando um reducionismo que ignorou as particularidades de cada região, pois até mesmo o Norte, em pleno auge da produção açucareira, não se limitou apenas à produção desse gênero. Para uma melhor compreensão das características econômicas do Brasil no século XIX, é necessário enxergá-la “como regionalmente diversificada do ponto de vista da produção, dos mercados, das relações de trabalho, das estruturas fundiárias”.⁷ Nesse mosaico econômico, posso citar, além do café, a produção de açúcar, do cacau, da erva-mate, do fumo, do algodão, da borracha e o mercado de couros e peles, todos eles ocupando menor ou maior importância nas exportações nacionais. Também deve-se considerar a existência do mercado de produção de alimentos para consumo interno, como arroz, milho e carnes, característicos do extremo Sul do Brasil.⁸

Esse complexo econômico levou Celso Furtado (2007) a dividir a economia brasileira em três setores principais: o primeiro, formado a partir da economia açucareira e do algodão, e pela ampla zona de subsistência que se ligava a estes setores; o segundo, composto pela economia de subsistência do Sul; e o último, a produção cafeeira.⁹ Analisando conjuntamente, a economia do Brasil conseguiu atingir, ao longo da segunda metade século XIX, taxas relativas de crescimento, tendo o comércio exterior o campo mais dinâmico desse avanço econômico;¹⁰ nesse aspecto, identifica-se “o considerável desenvolvimento da lavoura cafeeira *que* contará como o primeiro fator de reajustamento da vida econômica do Brasil”¹¹ no campo das exportações.

Seguindo esse panorama, Caio Prado Júnior (2004) concluiu que a partir de 1850, o Brasil entrou “bruscamente em plena prosperidade e larga ativação da sua vida econômica”,¹² sendo prova disso o surgimento de empresas industriais, bancos, companhias de navegação a vapor, de mineração, de transporte urbano e gás, além das estradas de ferro.¹³ Os anos entre 1870 e 1880 passaram a ser considerados como “um dos momentos de maior prosperidade nacional. (...) Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas, continuam a se multiplicar em ritmo crescente; e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto”.¹⁴

⁷ PAULA, 2012, p. 183.

⁸ PAULA, 2012.

⁹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁰ FURTADO, 2007.

¹¹ PRADO JÚNIOR, 2004, p. 168, *grifo meu*.

¹² PRADO JÚNIOR, 2004, p. 192.

¹³ PRADO JÚNIOR, 2004.

¹⁴ PRADO JÚNIOR, 2004, p. 194.

Mesmo com todo esse progresso econômico, é necessário destacar que as manufaturas nacionais concorriam com os bens importados, produzidos em campos industriais bem mais desenvolvidos do que o brasileiro, o que leva a entender que a economia do Brasil se fundava em uma força que era ao mesmo tempo a sua grande franqueza: a lavoura voltada para a exportação.¹⁵ Além do café, como já citei, outros produtos também figuravam nesse mesmo cenário: o algodão e o açúcar, com pouco significado no mercado externo, a borracha na Amazônia, que deu ao Brasil, por certo período, o monopólio da sua oferta no mercado internacional, e o cacau, produzido principalmente na Bahia, completavam a lista de gêneros que representavam as exportações brasileiras nos anos finais da Monarquia.¹⁶ Com essas características torna-se possível afirmar que se tratava de uma base econômica “muito precária, e *dependente* de conjunturas incertas”.¹⁷

Mesmo nessas condições, esse desenvolvimento contribuiu para a inserção do Brasil no processo de expansão capitalista, embora em “modestos passos”,¹⁸ caracterizado “por uma significativa disseminação de valores, ideias, instituições, mercadorias, e pela modernização dos meios de transporte e comunicação, como o telégrafo, o telefone, a ferrovia, as embarcações modernas”, ainda que pesasse contra o país a existência de um capitalismo que, mesmo chegando em atraso, era imposto pelas classes dominantes, com base em um “mercado interno restrito e precário, *resultando* num capitalismo dependente, cujas características essenciais são a concentração de renda e da riqueza”.¹⁹

A partir das características econômicas descritas anteriormente, se conclui que a capacidade fiscal do governo brasileiro estava diretamente ligada “ao setor externo”,²⁰ tornando-se dependente dos impostos sobre o que era exportado e importado, passando a ter cerca de 75% da arrecadação provenientes das receitas do comércio exterior, entre os anos de 1844-45 e 1889, ao passo que as receitas do interior, somavam aproximadamente 20%.²¹

Acerca dos direitos de exportação, “foi mantido no Brasil em torno de 5 a 7% *ad volumen* durante todo o período imperial”,²² chegando até a 10%, pois as províncias também faziam uso desse imposto, mesmo que existissem contradições a respeito da permissão constitucional da sua cobrança ou não pelas unidades administrativas. Para José Murilo de

¹⁵ PRADO JÚNIOR, 2004.

¹⁶ PRADO JÚNIOR, 2004.

¹⁷ PRADO JÚNIOR, 2004, p. 199, *grifo meu*.

¹⁸ PRADO JÚNIOR, 2004.

¹⁹ PAULA, 2012, p. 195, *grifo meu*.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²¹ VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 247-274, abril-junho 2007.

²² CARVALHO, 2008, p. 268.

Carvalho (2008), esse fato é algo que causa surpresa, pois afetava principalmente os setores mais importantes da agricultura.²³

Com essa arrecadação, percebeu-se o crescimento das rendas públicas, que mesmo com a persistência do déficit orçamentário, dava maior fôlego ao tesouro público, aumentando a sua capacidade de realizações.²⁴ Era comum a luta pelo equilíbrio orçamentário a cada novo ministério que tomava posse. “Entre os anos de 1826 a 1888, o déficit somou 855,8 mil contos. Grande parte dele (95%) se deveu aos gastos extraordinários com as revoltas internas, com as guerras externas e com os desastres naturais, como secas e epidemias”,²⁵ não tendo como cobrir essas despesas, o Império recorria a empréstimos, tanto internos como externos.²⁶

Quanto ao que arrecadavam as províncias, o valor variava em média de 20 a 25% das receitas do país, o que nem sempre era suficiente para cobrir os seus gastos. “De um total de 839 balanços no período de 1840 a 1889 (...) foram constatados déficits em 421 casos (ou 50,2%). Em outras províncias (de um total de 20) ocorreram déficits em mais da metade dos anos”,²⁷ entre elas estavam o Ceará e o Piauí.

No conjunto da economia nacional, o Norte, primeira região a se desenvolver economicamente desde o início da colonização, ocupou-se em dois sistemas econômicos principais: a produção açucareira e a pecuária;²⁸ o primeiro localizado na faixa litorânea, e o segundo, expandindo-se para o interior do território ao longo do curso dos rios. Para além desses, havia outros produtos gerados na região, tendo ela “jamais se resumido à produção de açúcar; (...) foi também local de produção de tabaco, de cacau, de alimentos e de atividades pecuaristas”.²⁹

A crise que se estabeleceu no comércio internacional do açúcar no século XIX atingiu diretamente o Brasil. Em meados deste período, a participação do açúcar brasileiro no mercado externo caiu para aproximadamente 8% da produção total. Entre 1821-1830, havia representado 30,1% das exportações brasileiras; já entre 1871-1880, 11,8%. No fim do século, ocorreu o declínio mais intenso, representando apenas 6,0% do total de exportações, em contradição aos 64,5% do café.³⁰

²³ CARVALHO, 2008.

²⁴ PRADO JUNIOR, 2004.

²⁵ CARVALHO, 2008, p. 264.

²⁶ Sobre empréstimos externos feitos pelo Brasil, ver: CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222259?mode=full>. Acesso: 11 jul. 2020.

²⁷ VILLELA, 2007, p. 251.

²⁸ CASTRO, 2007.

²⁹ PAULA, 2012, p. 186, *grifo meu*.

³⁰ CASTRO, 2007 e PAULA, 2012, pp. 183-184.

Em relação à pecuária, à medida que comércio do açúcar entrou em decadência ainda no século XVII, essa atividade transformou-se em uma economia de subsistência, com um contingente populacional que crescia ao alcance em que havia disponibilidade alimentar e terras, sendo ela a “fonte quase única de alimentos e de uma matéria-prima (couro). (...) Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária, foi um fator fundamental das transformações estruturais que passou a economia *do Norte* em sua longa etapa de decadência”.³¹ O couro é outro produto que, ao longo do século XIX, foi perdendo importância no mercado externo; representando 13,6% do que era exportado entre 1821-1830, caiu para 5,6% entre 1871-1880, e 3,2% entre 1881-1890.³²

Nos primeiros decênios do século XIX, a produção algodoeira possibilitou uma maior diversificação das atividades econômicas, refletindo na intensificação do crescimento da população. Esse momento foi importante para algumas províncias do Norte, pois, “certas regiões, como o Ceará, *conheceram* pela primeira vez uma etapa de prosperidade”.³³ Em números, ocupou entre 1821-1830, 20,6% do total das exportações, sofrendo significativa queda nas décadas seguintes, mas se recuperando entre 1861-1870, voltando aos 18,3%, ante 6,2% da década anterior.³⁴ Percebe-se que essa ascensão da economia algodoeira no Norte, estava condicionada a uma condição favorável no mercado internacional, entre eles, a Guerra Civil nos Estados Unidos. Nas décadas que se arrastam até o fim do século, o algodão brasileiro decaiu vertiginosamente, sendo “deslocando pela produção norte-americana e oriental”,³⁵ chegando a apenas 2,7%, entre 1891 e 1900.³⁶ De certa forma, ao longo das décadas, esse fenômeno representou determinado desequilíbrio estrutural para uma população que vivia à base da economia de subsistência, principalmente na seca que se iniciou em 1877 e se prolongou por três anos, provocando emigração e redução da mão de obra local, principalmente no Ceará.³⁷

Outro fator que contribuiu para a decadência da economia do Norte, foi a extinção do tráfico internacional de escravos; já abalado economicamente, começou a perder parte de sua mão de obra para o Sul, que, por algum tempo, graças ao café, comprou os escravizados a bons preços. Já depauperado economicamente, a perda de mão de obra significou um maior prejuízo em relação às províncias do Sul, que também fizeram uso da imigração europeia,

³¹ CASTRO, 2007, p. 100, *grifo meu*.

³² PAULA, 2012, pp. 183-184.

³³ CASTRO, 2007, p. 194, *grifo meu*.

³⁴ PAULA, 2012, pp. 183-184.

³⁵ CASTRO, 2007, p. 158.

³⁶ PAULA, 2012, p. 183-184.

³⁷ CASTRO, 2007.

algo que não ocorreu em larga escala no Norte,³⁸ tanto pelas condições econômicas que não permitiam, como por não despertar o interesse dos colonos, devido ao seu clima. Além disso, as províncias do Norte também sofreram com a migração dos seus próprios habitantes, em direção a “regiões com melhores perspectivas. Este movimento de populações tornar-se-á particularmente ativo depois da grande seca de 1877-80, que despovoará (...) do Ceará até a Bahia”.³⁹

Como já descrevi anteriormente, quando considerada em conjunto, a economia brasileira alçou significativas taxas de crescimento ao longo do século XIX. Possuindo o Norte, neste período, como principal fonte de exportação, o açúcar, o algodão, o cacau, couros e peles, identifica-se que a “pujança” econômica que o Império viveu não se refletia nas diversas partes do país, pois todos os produtos citados anteriormente, embora tenham tido importância econômica em diferentes épocas, passaram por problemas, seja na aceitação do mercado ou de redução de preços no comércio internacional,⁴⁰ estando as províncias do Norte, em sua maioria, vivendo desafios econômicos ao longo da segunda metade do referido século, diante da perda de espaço do mercado externo.

Ceará e Piauí, inseridos nesse contexto, possuíam um desafio a mais: as secas periódicas que historicamente afetaram essa região, principalmente o Ceará, trazendo, entre outras consequências, grande emigração do povo cearense. Para entendermos melhor como se estabeleciam esses deslocamentos em meio às secas, serão apresentadas as características da economia dessas duas províncias no século XIX, especialmente em sua segunda metade.

³⁸ No Piauí, por exemplo, em 1872, o governo imperial mostrou-se solícito ao estabelecimento da emigração estrangeira, oferecendo auxílio para essa empreitada. Em porte dessa notícia, o presidente da província comunicou aos fazendeiros que estivessem dispostos a aceitar essa proposta, que segundo ele, mostrava-se conveniente e “mais que nunca necessários”, e indispensáveis para substituir a mão de obra escrava, que “tende a desaparecer cada vez mais sob o poderoso influxo do espírito abolicionista, que está hoje felizmente arraigado em todo o Brasil”. Mesmo com a disposição do Ministério da Agricultura do Império, e a aprovação do presidente provincial, nenhum proprietário demonstrou interesse na vinda de estrangeiros para sua terra, “sem dúvida porque a agricultura acha-se aqui muito atrasada”. (Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872. Maranhão. Typ do Paiz, 1872, p. 39-40).

O tema foi assunto outra vez, no relatório do presidente da província, Vieira da Silva, em junho 1889. Com o título “Imigração e Colonização”, o tópico tratava da necessidade da iniciativa da introdução de europeus na província, uma vez que não existia associação de imigrantes no Piauí. A proposta encarregava ao Estado as despesas da propaganda na Europa e da fixação de 200 famílias de europeus, que poderiam ser alocados nos vales do Uruçuí ou do alto Parnaíba, onde seriam estabelecidos Núcleos. Para isso, demarcariam-se lotes onde os imigrantes iriam trabalhar recebendo auxílio nos primeiros meses, até que conseguissem sobreviver por conta própria. Foi outra proposta que não teve muito sucesso. (Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889). Essa apatia em relação à colonização europeia não era restrita ao Piauí. Para conhecer mais sobre o “desinteresse nortista pela colonização europeia”, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte e a política de imigração. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

³⁹ PRADO JÚNIOR, 2007, p. 202.

⁴⁰ CASTRO, 2007.

02 A província do Ceará: economia, indústria e finanças

Das províncias do Império brasileiro, o Ceará era uma das regiões do Norte que possuía oscilações em sua importância econômica para o montante nacional. Vizinha do Piauí, ambas as províncias tiveram um desenvolvimento econômico com características bem próximas, a saber, a agricultura de subsistência e, principalmente, a indústria pecuarista, que foi por alguns séculos o sustentáculo econômico tanto de uma como da outra. Pouco enfocadas na produção historiográfica acerca da economia brasileira (inclusive em obras já citadas anteriormente), o “esquecimento” foi motivo de algumas críticas na apresentação do livro de Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará*.⁴¹

Para compreender melhor a dinâmica que se estabelece a partir dos episódios de secas prolongadas, com as migrações de cearenses, tanto em direção às províncias da Amazônia, do Sul e também ao Piauí, julguei necessário analisar com mais detalhes a situação econômica do Ceará e do Piauí, no século XIX, principalmente em sua segunda metade, quando a região foi afetada (dentro do recorte desta pesquisa) por duas secas mais intensas em um curto espaço de tempo (1877-1879 e 1888-1889). Para este trabalho, além de consultar a bibliografia existente sobre o tema, que possibilita um debate amplo na historiografia, sendo possível que novas pesquisas específicas tanto acerca da economia do Ceará quanto do Piauí sejam desenvolvidas, também consultei Relatórios dos presidentes das duas províncias, Relatórios do Ministério do Império, além das notícias veiculadas em jornais que circulavam em âmbito local no período analisado.

No *Ensaio estatístico da Província do Ceará*,⁴² publicado em 1863, o autor Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, ao apresentar os dados acerca da “riqueza pública e particular”, mostrou em primeiro plano a descrição da agricultura cearense, considerada “o primeiro de todos os interesses dos povos (...) e por uma inconcebível fatalidade, o menos conhecido, e o mais desprezado de todos”.⁴³ A importância da agricultura, mencionada pelo autor, é entendível, pois essa atividade, junto à pecuária, se fez presente na vida econômica do Ceará ao longo da história dessa província. A descrição de Thomaz Pompeu é bem detalhada, tanto no que se produzia quanto no que ele chamou de “agricultura própria”, que incluiu a indústria extrativa, a indústria agrícola e a criação de gados. No ramo extrativo, pode-se citar a goma

⁴¹ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar, 2000.

⁴² BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza. Typ de B. de Mattos, 1863.

⁴³ BRASIL, 1863, p. 339.

elástica. Extraída da maniçoba e abundante em toda a província, ganhou destaque no mercado exportador entre os anos de 1854 e 1855, embora já fosse explorada em anos anteriores. Seguindo esse curso, “a exportação da borracha (...) se manteve em alta até 1876”,⁴⁴ quando entrou em decadência, não por efeitos da seca que iniciou no ano seguinte, pois tratava-se de um produto retirado na natureza adaptada ao clima seco, mas por falta da mão de obra, provocada principalmente pela migração,⁴⁵ tema que analisarei adiante. A cera de carnaúba, a cera de abelhas silvestres, madeiras e salinas (que abasteciam o mercado de sal do Piauí e do Maranhão) também aparecem como produtos exportados entre o fim da primeira e o começo da segunda metade do século XIX.⁴⁶ Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1881, o senador Pedro Leão Velloso destacou a participação da cera de carnaúba⁴⁷ e da borracha extraída da maniçoba nas finanças do Ceará, sendo exportadas pelos portos de Fortaleza, Aracaty, Acarahú e Granja, entre 1866 e 1876. O valor em quilos está descrito nas tabelas abaixo:

Tabela 01: Exportação de cera de carnaúba pelos portos do Ceará (1866-1876)⁴⁸

Ano	Quilos
1866	247,246
1867	275,280
1868	199,172
1869	153,161
1870	44,149
1871	48,546
1872	116,556
1873	125,163
1874	103,719
1875	77,969
1876	122,883

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 15-16.

⁴⁴ SOUSA, José Weyne de Freitas. (2009). 265f. *Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

⁴⁵ SOUSA, 2009.

⁴⁶ BRASIL, 1863.

⁴⁷ Segundo Raimundo Girão (2000, p. 386), dada a importância da carnaúba para a economia cearense, “em 1851, foi votada a primeira lei de proteção a carnaubeira”, ficando o corte do seu tronco proibido, devendo ser retirada a palha sem derrubada da árvore, incorrendo em multa e prisão a quem fizesse o contrário.

⁴⁸ Abundante no litoral, várzeas do Jaguaribe, comarcas próximas a Fortaleza, além de outras regiões (BRASIL, 1863).

Tabela 02: Exportação da borracha de maniçoba pelos portos do Ceará (1866-1876)⁴⁹

Ano	Quilos
1866	61,559
1867	94,932
1868	92,074
1869	113,778
1870	205,143
1871	301,931
1872	214,487
1873	194,914
1874	226,903
1875	152,305
1876	881,052

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 16.

A extração desses dois artigos nos últimos dez anos que antecedem a seca que se iniciou em 1877, demonstra a existência de produtos que, embora contribuíssem para a renda provincial, não assumiam peso significativo na pauta das exportações realizadas pelo Ceará. Mesmo aparecendo nas décadas posteriores como o gênero de exploração, a extração da cera de carnaúba sofreu impactos após 1877, pois, “com a dispersão da gente que dela se ocupava, a extração da cera houve grande depressão no seu comércio”,⁵⁰ voltando a ter algum significado econômico em anos posteriores, por exemplo, em 1885, quando foi exportado 20.101 kg de cera pelo porto de Fortaleza, a um valor oficial de 86.862\$140, o maior identificado desde 1860.⁵¹ Já a exploração da borracha da maniçoba, teve participação episódica como elemento econômico. Com números crescentes em quilos exportados durante quase toda a década de 1870, após 1878, perdeu seu vigor de mercado, surgindo novamente entre os anos de 1886-1887, quando foi exportado um total de 300.000kg.⁵²

A agricultura, “produzida em todos os municípios da província”⁵³ em grande ou pequena escala, principalmente dos gêneros voltados para a exportação, passou por um grande impulso no mesmo período citado anteriormente, sendo os ramos mais ricos do Ceará, na ordem definida por Thomaz Pompeu, os seguintes: algodão, café, cana (da qual se produzia açúcar, aguardente e rapadura), tabaco, mamona, farinha de mandioca, polvilho, arroz, milho,

⁴⁹ Abundante principalmente nas comarcas de Fortaleza, Baturité e Imperatriz (na região da capital) (BRASIL, 1868).

⁵⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 16.

⁵¹ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

⁵² GIRÃO, 2000.

⁵³ BRASIL, 1863, p. 352.

feijão e frutas. É visível a diversificação econômica da província no ramo agrícola, tanto na parte extrativa, como também no que o autor citado definiu de “indústria agrícola”.⁵⁴

O algodão está presente não apenas na descrição de Pompeu, mas também é destaque na literatura econômica do Ceará. Cogitado como “elemento comerciável” desde 1777,⁵⁵ começou “a ser cultivado na província para exportação, em seguida ao ato de 17 de janeiro de 1799, que separou o Ceará da capitania de Pernambuco, e lhe permitiu comunicar-se diretamente com a metrópole”. Antes disso, a produção era voltada para o consumo interno, passando a ser exportado para a Inglaterra,⁵⁶ ganhando a “(...) preferência europeia, como matéria-prima têxtil, com o advento da Revolução Industrial, (...) rompendo o exclusivismo pastoril no Ceará”,⁵⁷ sendo considerada uma cultura antiga e a que mais floresceu desde o início do século XIX. Em meados da década de 1820, entrou em decadência, quase desaparecendo do mercado, voltando a ter vulto econômico a partir de 1848,⁵⁸ “assumindo a posição de principal produto na pauta das exportações do Ceará, enquanto que a elevação dos preços no mercado internacional estimulava o investimento dos proprietários de terras e comerciantes da capital”.⁵⁹

Mike Davis (2002), no livro *Holocaustos Coloniais*, definiu esse período da ascensão econômica do algodão no Norte do Brasil como um “surto”, atribuindo ao que chamou “miragem de prosperidade” a não existência de secas entre 1845 e 1869. O autor associou a decadência do poder de mercado do algodão cearense à retomada da produção de algodão no Sul dos Estados Unidos, o que provocou a queda do preço no mercado mundial, e aos “altos e rígidos custos (...) do transporte por terra para os portos fluviais mais próximos”.⁶⁰ Além da falta de infraestrutura interna para escoamento da produção, o autor ainda cita a não existência de um mercado consumidor doméstico, como fatores que comprometeram a continuidade do êxito dessa cultura.

Embora, na segunda metade do século XIX, estivesse “em curso uma série de transformações no âmbito da Província do Ceará”,⁶¹ verificadas principalmente por meio da

⁵⁴ BRASIL, 1863.

⁵⁵ GIRÃO, 2000.

⁵⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 16.

⁵⁷ GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: *História do Ceará*. SOUZA, Simone de (Org.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 78, grifo meu.

⁵⁸ BRASIL, 1863.

⁵⁹ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 46.

⁶⁰ DAVIS, MIKE. *Holocaustos Coloniais*. Rio de Janeiro; São Paulo. Editora Record, 2002, p. 402.

⁶¹ PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). *Rev. de C. Sociais*, Fortaleza, v. 20/21 nº 1/2, p. 199-230, 1889/1990, p. 199.

nova fase em que vivenciava a agricultura comercial, tornando-se o sustentáculo da economia local, as bases materiais frágeis em que havia se estruturado a província ficaram evidentes, e a precariedade das estradas, ou até a falta delas, era apontada como um dos entraves ao desenvolvimento econômico.⁶² Em novembro de 1878, em fala apresentada à Assembleia Legislativa provincial, o presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, descreveu os principais aspectos que afetavam negativamente a economia do Ceará, apontando não apenas a seca que estava em curso como fator depressor da economia, mas assinalou que antes dela, o comércio e a agricultura já passavam por dificuldades, entre elas, o escoamento da produção, fator que impedia o desenvolvimento agrícola cearense:

Qualquer baixa nos preços desanima em extremo nossa lavoura, porque a carestia e a dificuldade de transporte não lhe permite entrar em concorrência nos mercados estrangeiros, e ainda nos de outras províncias mais bem servidas de locomoção. Daí o decréscimo da produção, que em muitos lugares se limita pela força das circunstâncias ao necessário para abastecimento local, e dos mercados vizinhos. Enquanto a estrada de ferro Baturité não chegar ao vale do Cariry, e a de Sobral ao vale do Ipú, os produtos dessas férteis regiões e da serra da Ibiapaba, que circunda a província de nordeste a sueste, nos seus limites com as do Piauí e Pernambuco, não poderão ser exportados; o que é sem dúvida, a principal causa da lentidão e do progresso agrícola e comercial do Ceará.⁶³

A falta de comunicação dentro da Província também aparece como responsável por dificultar a chegada dos Socorros Públicos a muitas regiões do Ceará, durante a seca de 1877-79, assim, a inexistência de vias efetivas de locomoção era um problema que afetava tanto o desenvolvimento econômico quanto a ação do governo provincial. A solução era conhecida: construir estradas de ferro interligando os pontos mais importantes do território cearense, estabelecendo a comunicação entre essas regiões e a capital e as províncias vizinhas, facilitando o escoamento da produção para o mercado externo. A ausência de instituições financeiras na província também comprometia o avanço da economia agrícola, pois muitos produtores estavam sujeitos a empréstimos a juros abusivos. Na mesma fala, o presidente da província descreveu as condições que eram submetidos os produtores que recorriam a créditos para os seus investimentos:

A falta de estabelecimento bancário também concorre para entorpecer a agricultura e o comércio, porque lavradores e negociantes são obrigados a sujeitar-se a excessivas usuras, mormente os primeiros que, precisando de

⁶² PINHEIRO, 1889/1990.

⁶³ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 22.

mais largo prazo para a restituição dos empréstimos, subscrevem cláusulas verdadeiramente leoninas, como de dar gêneros em pagamento por preço ínfimo, e na falta ao tempo do vencimento, pagá-los pelos preços correntes; o que basta para arruiná-los, cumpram ou não o contrato.⁶⁴

As queixas do presidente provincial possuem um tom lamentoso, ao mesmo tempo que demonstram a possibilidade de revigoramento econômico do Ceará, caso existissem recursos que permitissem a evolução em maior escala do que era produzido na província. Embora reclame da falta de uma instituição financeira no ano de 1878, antes disso, em 1836, havia sido implantado o Banco Provincial do Ceará, o primeiro banco a funcionar no Brasil, depois do Banco do Brasil, mas acabou encerrando suas operações poucos anos depois de fundado, em 1839.⁶⁵ Em 1886, a falta de um banco na província continuava sendo motivo de preocupação, pois vários setores sentiam as dificuldades de acesso ao crédito, além da realização de outras operações. “É sensível a falta de estabelecimentos bancários não só para o comércio, como para a agricultura, e, entretanto, é uma instituição de tal ordem que facilmente poderia criar-se, remunerando largamente os capitais que nele se empregassem”.⁶⁶ Somente em 1893, o Ceará passou a ter uma instituição bancária novamente, quando entrou em funcionamento o Banco do Ceará, além de uma filial do Banco de Pernambuco, que foi estabelecida em Fortaleza no mesmo ano, porém ambos não tiveram vida longa. O primeiro encerrou suas atividades em 1916, o segundo, bem antes disso, em 1903. Além desses, outras instituições bancárias foram instaladas no Ceará, já no século XX.⁶⁷

Mesmo enfrentando todas essas dificuldades, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1881, o presidente Pedro Leão Velloso, ao referir-se ao algodão, afirmou: “este é o produto mais importante do Ceará e que pode ser considerado a base da riqueza da província, atenta a extensão de terras que ela possui apropriadas a esta cultura”.⁶⁸ Nesse ano, já havia melhores condições de escoamento; se no relatório de 1878, o presidente da província indicava a falta de estradas como elemento que impedia a chegada da produção agrícola até os portos para ser exportada, três anos depois, quando apresentou o relatório de 1881, o presidente Pedro Leão Velloso, descrevia outro cenário, completamente favorável à expansão

⁶⁴ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 22.

⁶⁵ GIRÃO, 2000; NETO, Eduardo Bezerra. O Banco Provincial do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, 2006.

⁶⁶ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, p. 17.

⁶⁷ GIRÃO, 2000.

⁶⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 16.

da cultura algodoeira: “as duas estradas de ferro, das quais me ocupei oportunamente, aí estão solicitando a cultura deste produto nas excelentes terras que as marginam e permanecem inativas”.⁶⁹

A tabela abaixo mostra os dados de exportação do algodão cearense em quilogramas e o valor arrecadado, do ano de 1845-46, até 1891.

Tabela 03: Exportação de algodão pelo Ceará (1845-1891)

Ano	Quilos	Valor	Ano	Quilos	Valor
1845-46	124.757	39:981\$000	1868-69	4.686.300	3.684:815\$000
1846-47	46.378	12:632\$000	1869-70	5.219.147	4.911:190\$000
1847-48	249.603	73:207\$300	1870-71	7.253.893	4.033:040\$000
1848-49	511.322	131:397\$120	1871-72	8.324.258	4.503:356\$000
1849-50	368.207	110:316\$800	1872-73	4.970.064	3.070:278\$000
1850-51	717.293	270:596\$982	1873-74	4.878.044	2.608:364\$000
1851-52	630.337	201:728\$700	1874-75	5.738.890	2.599:072\$000
1852-53	991.628	340:991\$150	1875-76	3.505.580	1.456:223\$865
1853-54	746.915	300:071\$050	1876-77	3.082.420	1.163:313\$600
1854-55	703.303	237:875\$640	1877-78	1.314.574	444:485\$280
1855-56	954.062	357:163\$200	1878-79	628.948	283:214\$000
1856-57	904.334	369:468\$000	1879-80	683.890	354:695\$000
1857-58	1.128.168	519:573\$280	1880-81	2.071.625	945:553\$000
1858-59	1.091.375	524:658\$605	1881-82	5.270.269	2.262:849\$460
1859-60	1.139.354	596:318\$340	1882-83	4.345.702	1.911:285\$998
1860-61	863.479	419:810\$372	1883-84	4.443.771	1.830:552\$200
1861-62	745.828	470:479\$800	1884-85	3.072.195	1.300:005\$700
1862-63	646.050	659:234\$960	1885-86	3.159.515	1.342:360\$100
1863-64	888.290	1.415:096\$280	1886-87	9.904.256	3.441:408\$180
1864-65	1403.261	1.415:096\$280	1887-88	4.811.977	1.536:591\$480
1865-66	2.002.144	1.776:325\$900	1888-89	1.670.116	560:451\$140
1866-67	2.380.838	2.256:927\$000	1889-90	2.337.714	1.075:348\$440
1867-68	4.332.412	2.249:267\$000	1890-91	3245.354	1.303:878\$700

Fonte: Girão (2000, p. 226-228).

⁶⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 16.

A tabela apresenta as oscilações da quantidade de algodão vendida para o exterior e também o valor com que ele era comercializado. Observa-se claramente a redução da produção em anos específicos, como os de seca prolongada, como 1846-1847, entre os anos de 1878-1880 e 1888-1889. É visível que nem a produção, nem os preços mantêm uma constante ao longo do período mostrado, havendo épocas em que mesmo com uma produção maior, o montante final acumulado com as vendas, não foi proporcional à produção em quilogramas, o que indica que o comércio do algodão cearense, assim como outros produtos de exportação brasileiros, estavam condicionados às mudanças ocorridas no cenário econômico internacional; no caso do algodão, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, ilustra a situação. Na análise de Raimundo Girão (2000), “em 1876, (...) nota-se um progresso imenso, a exportação subiu (...). Acresce que aquele ano não foi o de maior exportação; em 1871, já havia baixado o preço do algodão”,⁷⁰ embora nesse ano tenha havido um aumento da produção. De grande importância econômica, o valor do algodão no mercado externo era capaz de interferir diretamente na balança comercial da província do Ceará. No relatório de 1878, o presidente Albuquerque Barros, mostrou o impacto provocado pela baixa do preço do produto entre os anos de 1872 e 1877.

Tabela 04: Importação e exportação – Ceará (1872-1877)

Ano	Importação	Exportação
1872-73	3.211:371\$517	5.034:469\$185
1873-74	3.904:642\$207	4.499:744\$044
1874-75	2.976:487\$715	4.572:808\$115
1875-76	2.882:841\$660	3.260:379\$514
1876-77	2.473:846\$496	2.865:475\$026

Fonte: Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 22

Nos anos mostrados na tabela, as exportações estiveram sempre à frente, com relativo saldo diante do que o Ceará importava, e o algodão contribuía de forma direta para esse resultado positivo. Conforme escrevi anteriormente, o custo do algodão no mercado externo interferia nas rendas da província. Albuquerque Barros mostrou isso claramente em números ao afirmar que o preço do algodão “desceu de 605 rs. o Kil. a 377, e influiu também na produção do nosso principal artigo de comércio. Em 1872 a 1873 foram exportados 5069.583 kilog. de algodão no valor oficial de 3.070:179\$513, e em 1876-1877, kil. 3.082.120 no valor

⁷⁰ GIRÃO, 2000, p. 232.

oficial de 1.163:31\$601”.⁷¹ Mesmo com as retrações episódicas que possuía, em 1887, no relatório apresentado pelo presidente Araujo Torreão, o algodão se apresentava no primeiro lugar da economia provincial. Entusiasmado, o presidente elencou as vantagens de se produzir esse gênero: “A sua cultura não exige o emprego de grandes capitais imobilizados em dispendiosos aparelhos, como acontece com o da cana-de-açúcar, nem o seu produto se faz esperar por alguns anos como se dá com as plantações do cafeeiro”;⁷² com essas vantagens, o algodão constituía, segundo ele, a indústria que se ocupava a grande maioria dos habitantes do Ceará. No relatório, a quantidade produzida em quilos variou entre os anos de 1880 e 1886, de 2:071.625 no ano inicial, passando por 5:270.269, no exercício de 1881-1882, a 3:159.515 no ano de 1886, somando nesse quinquênio o total de 22:353.077 kg de algodão, rendendo a preços oficiais o valor de 9.592:781\$620. Mesmo com esses números, a participação do Brasil no comércio internacional de algodão era praticamente irrelevante: ocupava, em 1875, apenas 4% desse mercado, atrás dos Estados Unidos (64,5%), Sarat (11,5%), Egito (9%) e Índias Orientais (5%), movimentando com esse produto apenas 108.800.00 libras, ante 1.682.300.000 libras dos Estados Unidos.⁷³

Como abordarei mais à frente, a indústria têxtil só passou a vigorar na província em 1883, quando foi montada a primeira fábrica para essa finalidade no Norte do Brasil, em Fortaleza, produzindo cerca de 1.900.00 metros de fazenda de algodão, e aproximadamente 150.000 ks de fio para redes. Em 1889, foi fundada a segunda fábrica, denominada “Ceará Industrial”, e, em 1894, chegou a Sobral a terceira fábrica do ramo no Ceará.⁷⁴

Outro gênero agrícola que fez parte da dinâmica econômica cearense no século XIX foi o café. A semente de café introduzida no Ceará foi levada de Pernambuco para o Cariri, em 1822.⁷⁵ Em 1846, o produto deixava de ser consumido apenas internamente e já entrava para lista de exportação na província.⁷⁶ A produção desse produto ocorreu principalmente nas serras, “onde a temperatura e a pluviosidade são mais favoráveis, além da terra”, destacando-

⁷¹ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 22

⁷² Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 82.

⁷³ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e officio com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

⁷⁴ GIRÃO, 2000.

⁷⁵ BRASIL, 1869.

⁷⁶ GIRÃO, 2000.

se os plantios nas “serras de Baturité, Aratanha, Maranguape, Uruburetama, Meruoca, Serra Grande e Araripe”.⁷⁷

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial em 1881, o presidente Pedro Leão Velloso, destacou os principais pontos do Ceará em que se cultivava café. Além da serra de Baturité, havia nos municípios de Maranguape, Pacatuba, Crato, Jardim e Viçosa, e se via esperançoso na expansão do cultivo da planta na serra da Ibiapaba: “Quem (...) conhece a extensão da serra da Ibiapaba, a natureza do seu solo, sua uberdade e clima, compreende o importantíssimo concurso que aquelas terras prestariam à riqueza da província com a cultura do café que ali poderá ter grande desenvolvimento”.⁷⁸ Ao dar prosseguimento à sua descrição, o presidente da província teceu elogios aos cafezais que encontrou. Deixou claro ser o café uma importante fonte de exploração no Ceará, chegando a criticar aqueles que não se dedicavam com maior vigor a essa cultura:

Na serra da Meruoca, vi cafezais, que nada tem a invejar aos melhores das províncias do Sul, e isto já em não pequena extensão. Se todos os proprietários daquela serra (...) seguissem o exemplo, não limitando-se a cultura da mandioca, e de cereais para consumo interno, ali teria nos criado uma fonte de riqueza, tanto mais fácil de desenvolver-se quanto os produtores vão ter meio de fácil transporte pela via férrea de Camocim a Sobral.⁷⁹

Além do incentivo do governo provincial, que chegou a solicitar do Imperial Instituto Agrícola Fluminense, por meio do Ministério da Agricultura, outra variedade de semente de café para distribuição dos produtores, Pedro Leão Velloso destacava a facilidade de escoamento do produto a partir da via férrea, algo que por muito tempo limitou a produção algodoeira.

Com o trecho Fortaleza-Parangaba, inaugurado em 1875, somente após os trabalhos mais acelerados utilizando a mão de obra da população em meio à seca iniciada em 1877, chegaram os trilhos a Baturité, em fevereiro de 1882. Antes, em janeiro de 1881, iniciaram os movimentos dos trilhos entre Camocim e Granja, e no final do ano de 1882, foi inaugurada a estação em Sobral. Essas realizações nas décadas de 1870-80 demonstravam um novo impulso de florescimento e vitalidade da economia cearense.⁸⁰

⁷⁷ LIMA, Pedro Airton Queiroz. O café na província do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 100.

⁷⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 18.

⁷⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 18.

⁸⁰ GIRÃO, 2000. Na análise de Evaldo Cabral de Mello (1984, p. 221), “as ferrovias deveriam servir de instrumento da emancipação provincial, desviando para as pequenas capitais o movimento comercial que, em

Observando a movimentação da via férrea de Baturité nos meses de abril, junho, julho e agosto de 1877, identificou-se o seguinte:

Tabela 05: Movimento de produtos e receita da Via-ferrea de Baturité (abril-agosto de 1877)

	Abril	Junho	Julho	Agosto
Produto	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos
Aguardente	18.004	1.134	9.723	20.630
Algodão	16.416	9.936	45.108	65.391
Açúcar	950	-----	9.015	51.649
Borracha	1.060	2.990	5.670	9.121
Café	9.360	11.450	160.375	415.518
Couros	16.058	24.432	38.472	57.975

Fonte: VIA-FÉRREA DE BATURITÉ. *Cearense*, nº 45, p. 02, ano 31, 27 mai. 1877; *Cearense*, nº 57, p. 02, ano 31, 08 jul. 1877; *Cearense*, nº 71, p. 04, ano 31, 26 ago. 1877; *Cearense*, nº 78, p. 02, ano 31, 14 set. 1877.

No relatório de provincial de abril de 1888, o presidente Araújo Torreão mostrou as estatísticas do movimento de mercadorias relativo ao ano de 1887, na via férrea de Baturité, onde se destacavam o café, o açúcar e o algodão. O primeiro com 3.218.076 kg, e produto de 52: 001\$420; o segundo com 933.064 kg, e produto de 4:812\$740; e o terceiro com 3.905.020, e produto de 49: 045\$190.⁸¹ Pela movimentação dessas mercadorias na via férrea, identifica-se, pelo menos em três meses dos verificados em 1877, a pujança do café na economia cearense em volume transportado, à frente de outros gêneros de importância na economia local, como o algodão. Dez anos depois, o café ainda liderava a lista de gêneros que circulavam por essa ferrovia.

Indicado como de qualidade superior ao produzido no Rio de Janeiro, o café cearense teve seu comércio incrementado, superando em valor as exportações do algodão em anos específicos na década de 1860, por exemplo, em 1861-1862, quando as exportações de 745.828 kg de algodão renderam para a província 470:479\$800, e os 1.87.393 kg de café exportados geraram a soma de 1.178:054\$000. O feito voltou a se repetir nos anos de 1877-1878, daí em diante se comportando quase de forma equiparada ao algodão.⁸² Em números, encontrava-se o Ceará chegando a exportar, em 1872, 1.886.806 kg de café; em 1874, já

detrimento seu, as grandes praças regionais entretinham diretamente com os centros urbanos do interior, de um lado, e com o exterior do ouro. Projetadas sem referência a um plano nacional ou sequer regional, as ferrovias nortistas foram construídas no contexto de uma divisão administrativa que inicialmente parecia destinada a promover tal aspiração. Resultado disso, o Norte agrário não sentiu os mesmos impactos com o transporte ferroviário como aquele visto nas áreas de cafezais do Sul, como em São Paulo, onde as “condições ecológicas extremamente favoráveis se acumpliciará com as tendências altistas do mercado internacional do café” (p. 207).

⁸¹ Relatório com que o Dr. Enéas de Araújo Torreão passou a administração da Província do Ceará, ao Dr. Antônio Caio da Silva Prado, no dia 21 de abril de 1888. Typ. Constitucional, nº 24. Fortaleza, 1888.

⁸² BRASIL, 1863 e GIRÃO, 2000.

atingia a 2.815.768 kg, e em 1877, 2.615.573 kg.⁸³ Esses valores, mesmo que não sejam extraordinários, são significativos; em uma época em que o café produzido no Sul do Brasil era a maior fonte de renda do Império, o Ceará também apresentava um produto que, mesmo produzido em menor quantidade que o Sul, era competitivo no mercado externo. Como narrou Pedro Leão Velloso, em sua fala de 1881: “o café do Ceará é bem reputado nos mercados estrangeiros por suas qualidades intrínsecas, mas tanto a cultura, como seu preparo reclamam de aperfeiçoamentos, já experimentados no Sul, que lhe aumentariam consideravelmente a quantidade e melhorariam a qualidade”.⁸⁴

Em 1887, o presidente provincial Araujo Torreão, indicou que a produção de café estava restrita às serras, onde o clima frio favorecia o seu desenvolvimento. Em 55 anos de produção, a participação do café na economia cearense, embora lento, foi constante, sofrendo abatimento na cifra de produção nas épocas em que a frutificação do cafeeiro foi prejudicada pela escassez de chuvas, afirmando ele que “a exportação no exercício de 1885-1886 foi de 193.430 quilogramas, um pouco maior do que a do exercício anterior, que havia sido de 106.872 quilogramas”.⁸⁵ Mesmo com uma produção expressiva em âmbito local, em 1886, o presidente Joaquim Costa Barradas avistava que, se aproveitadas as terras disponíveis para essa cultura, o Ceará poderia produzir somas mais significativas de café. Comparado com a produção do Império, quando o Brasil era o principal exportador de café do planeta, a produção cearense representava uma fração diminuta que não causava alteração nas quantidades da exportação geral do país.⁸⁶ Como observou Raimundo Girão (2000), no Ceará, não chegou a existir uma aristocracia baseada nas rendas do café, como nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, mas formou-se o que ele chamou de “pequena nobreza dos cafezais barituritenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente”.⁸⁷

Marcante na história da colonização portuguesa no Brasil, abrangendo a parte litorânea do antigo Norte, principalmente na costa de Pernambuco e da Bahia, a produção de cana-de-açúcar também se fez presente na história econômica do Ceará. Considerado um dos ramos da

⁸³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 19.

⁸⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 18.

⁸⁵ Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 83.

⁸⁶ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e officio com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

⁸⁷ GIRÃO, 2000, p. 381.

agricultura mais antigos da província, foi levada pelos primeiros colonos que chegaram ao Ceará, indo das maiores produtoras do gênero, no século XVII. Porém, foi na primeira metade do século XIX que a cultura ganhou proporção com a fabricação de aguardente, açúcar e rapadura, esta última produzida há muito tempo em larga escala, principalmente no Cariri e Serra Grande, de onde passou a se exportar para as províncias vizinhas como Piauí, Pernambuco, Paraíba e Bahia, aguardente, rapadura e melão.⁸⁸

Na década de 1860, pode-se contabilizar mais de 300 engenhos no Cariri e 130 no Crato. Ao todo, considerando a soma de 21 freguesias, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1863) contabilizou 1.446 estabelecimentos que se destinavam à produção de açúcar, aguardente e rapadura, com um total de 1.252 engenhos, sendo eles em sua maioria localizados em Aquiraz, Crato, Jardim, Ipu, Baturité, Cascavel e Fortaleza, rendendo à cultura da cana em seus diversos produtos a quantia aproximada de 1.480:000\$000.⁸⁹ Com o algodão em alta, no ano de 1862, a fabricação de açúcar entrou em queda, perdendo relativa importância nas exportações provinciais.⁹⁰ Ainda assim, em 1881, o açúcar mascavo do Ceará concorria “para as rendas públicas com a quarta parte dos valores exportados da província”.⁹¹ Apesar de ser de qualidade inferior, tratava-se de uma especialidade diante do tipo de açúcar que era produzido em maior quantidade no Brasil, sendo, por isso, o açúcar mascavo oriundo da província, enviado exclusivamente para a Inglaterra sob recomendação das casas exportadoras. Já o açúcar branco e refinado, para consumo interno, o Ceará importava de Pernambuco.⁹² Destaque importante para a continuidade da exportação de aguardente, além do açúcar. Se no ano de 1880, o Ceará exportou 280.662 kg de açúcar, ante cifras bem maiores, como 2.599.286 kg de 1875, pois a produção ainda sentia o impacto da seca de 1877-79, nesse mesmo ano, foi enviado para o exterior 8.833 litros de aguardente.⁹³ Sofrendo impacto expressivo durante os três anos de seca, a agricultura açucareira ainda reativou seu fôlego, e estava presente nas exportações cearenses, quando iniciou uma nova seca em 1888.⁹⁴ A falta de chuvas foi motivo para que a exportação de açúcar fosse interrompida no quinquênio de 1875-1876 a 1879-1880. “Nos anos subsequentes, o desenvolvimento que, teve a cultura da cana em alguns municípios mais próximos da capital, mal compensou as perdas

⁸⁸ BRASIL, 1863.

⁸⁹ BRASIL, 1863.

⁹⁰ GIRÃO, 2000.

⁹¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 19.

⁹² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

⁹³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

⁹⁴ GIRÃO, 2000.

das plantações, que se deram em outros municípios”. Nos anos de 1885-1886, o número exportado foi de 1.023:747, bem inferior à média que comumente era conhecida a cada quinquênio, desde 1855, que chegou a 1.944.130 entre 1870-1875.⁹⁵

Acerca do cultivo da cana-de-açúcar, destaco os gêneros oriundos dessa cultura, além do açúcar em si, como as já citadas, aguardente, rapadura e o melaço. Parte dos canaviais era reservada para o fabrico desses produtos. Em 1877, por exemplo, existiam 124 engenhos destinados a essa atividade.⁹⁶ A rapadura, para além da sua produção econômica, se sobressai como alimento comum na dieta do cearense. Raimundo Girão (2000) descreveu a sua importância: “talvez se pudesse chamar de Nordeste da rapadura o Nordeste duro de Gilberto Freyre, porque foi e ainda é a rapadura, mais que a carne de novilhos, a comida forte e generalizada do homem dessa parte do Brasil”.⁹⁷

Além do algodão, do café e da cana, o Ceará também produzia, em grande parte para consumo interno, o tabaco, considerado, no começo da segunda metade do século XIX, o quarto ramo da produção agrícola cearense, chegando a existir uma fábrica de cigarros na cidade de Granja, que empregava cinquenta órfãos. Mas, embora possuindo terras favoráveis a essa cultura, a produção do Ceará, comparada à da Bahia, era muito pequena, tanto pela falta de conhecimento do cultivo quanto do preparo, fabricando somente o fumo de corda, abandonando a folha, considerada própria para o charuto.⁹⁸

A farinha de mandioca e os cereais, como milho, feijão e arroz, também eram produzidos para consumo interno. No começo da década de 1880, após bons invernos, esses gêneros já existiam de modo a oferecer excedente. A farinha de mandioca, considerada a “base da alimentação, o pão nosso do povo”⁹⁹ era muito consumida, junto à rapadura, pelos habitantes da província. O jornal *O cearense* descreveu, em 1889, a abundância e a importância da farinha para a população local:

A cultura da mandioca na Serra Grande (*do Araripe*), é o principal cuidado dos agricultores, tornando-se este ramo da cultura, muitas vezes, o recurso da população dos municípios vizinhos, que nas quadras calamitosas que ali se afluem em alta escala, como acaba de suceder na quadra difícil que atravessamos, em que não se pode calcular o número de milhões de litros de farinha que dali tem saído para diversas partes desta e das províncias

⁹⁵ Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 85.

⁹⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

⁹⁷ GIRÃO, 2000, p. 375.

⁹⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

⁹⁹ BRASIL, 1863.

vizinhas, e pelo diminuto preço, (tal é a fartura) até princípio de março, de dois mil réis por oitenta litros!¹⁰⁰

Com dados disponíveis de 31 freguesias, Thomaz Pompeu Brasil estimou existir no Ceará cerca de 11.000 estabelecimentos de farinha, ocupando uma área de aproximadamente 600.000 alqueires; desse total, era exportado apenas o equivalente a 30.000 alqueires, o restante, servindo para consumo interno, assim como os demais cereais citados anteriormente, exceto por pequena parte que era vendida para as províncias vizinhas, como a do Piauí. A cultura da mandioca, em certo momento, pareceu ser algo extremamente rendoso para o produtor. Na fala de Costa Barradas, em 1886, alguns cálculos foram mostrados para exemplificar a rentabilidade do cultivo dessa planta. Pelos números apresentados, o resultado superava até mesmo produtos que historicamente foram exportados pela província.

Três hectares de algodão em bom terreno produzem 250 arrobas de algodão bruto no valor de 1.250\$000; despendendo-se 1.615\$000, deixa líquido 1.089\$000 réis. Três hectares de mandiocas produzem, em tapioca, a renda bruta de 2.767\$500; despendendo-se 1.290\$000 deixa líquido 1.474\$000 Um operário pode tratar bons hectares de cafeeira, de canaviais ou mandiocas e três de algodoeiros, realizando como lucro, em relação ao café - 500\$000; à cana 640\$000; ao algodão, 960\$000 e à mandioca, 1.290\$000.¹⁰¹

Mesmo com toda essa produtividade extraída da terra, os conhecimentos técnicos de uso e aprimoramento do solo eram ainda precários; cultivava-se sem o cuidado de preservação do solo e sem oferecer a ele maior produtividade. Essa situação era relatada na fala do presidente da província em 01 de setembro de 1886: uma grande resistência que essa indústria deveria superar era a da carência de conhecimentos profissionais, pois não havia na província “uma só escola ou instituto em que seus filhos, aliás inteligentes e ativos, possam adquirir as noções essenciais que os habilitem a tirar melhor partido da natureza”. Com isso, afirmava-se “sem receio de contradita”, que até aquela data, os únicos processos utilizados pelos agricultores eram aqueles introduzidos pelos colonizadores portugueses, isto é, derrubar as árvores, deixando-as expostas junto ao solo. Essa forma de uso da natureza fez com que “mais de metade das matas da província fossem abatidas sem proveito para a lavoura”, desprotegendo o solo, expondo-o à ação dos raios solares, permitindo o seu ressequimento,

¹⁰⁰ UM PATRÍCIO. *Cearense*, Fortaleza, nº 87, p. 02, ano XLIII, 18 de abril de 1889, *grifo meu*.

¹⁰¹ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. *Typ. Econômica*. Fortaleza, 1886, p. 29.

prejudicando, assim o crescimento da vegetação.¹⁰² Todos esses problemas colocavam a agricultura como uma “propriedade precária”, exposta a todo tipo de acintes que poderiam afetar a sua rentabilidade. Pode-se citar entre o que foi definido como “influências destruidoras que a podem arruinar de um dia para outro”, “a irregularidade das estações, as moléstias parasitárias, os agentes atmosféricos, a negligência do senhorio, o fogo, o ataque de aninais, etc.”.¹⁰³ As expressões utilizadas por Costa Barradas, além de apontar os problemas a que estava exposta a prática da agricultura na província, buscava alertar que, continuando nesta condição, em um momento breve, esse ramo econômico, além de comprometer a sua produtividade, estava fadado a sofrer sérias crises, o que ocorria, principalmente quando as chuvas escasseavam.

Para melhor situar em que regiões do Ceará estavam localizadas as zonas produtivas de alguns gêneros citados anteriormente, apresenta-se na página seguinte o mapa da província, correspondente ao ano de 1872.¹⁰⁴ O objetivo do mapa é entender onde, e se havia concentração da produção em algumas regiões, e quais eram elas. No terceiro capítulo, busco identificar a origem (município/comarca) dos migrantes cearenses que chegavam ao Piauí. Com isso, verifico se havia relação do desenvolvimento agrícola regional com a migração, investigando se os cearenses migravam para o Piauí de zonas mais prósperas, ou de regiões que não aparecem nas descrições como produtoras em grande escala de algum gênero importante nas receitas provinciais.

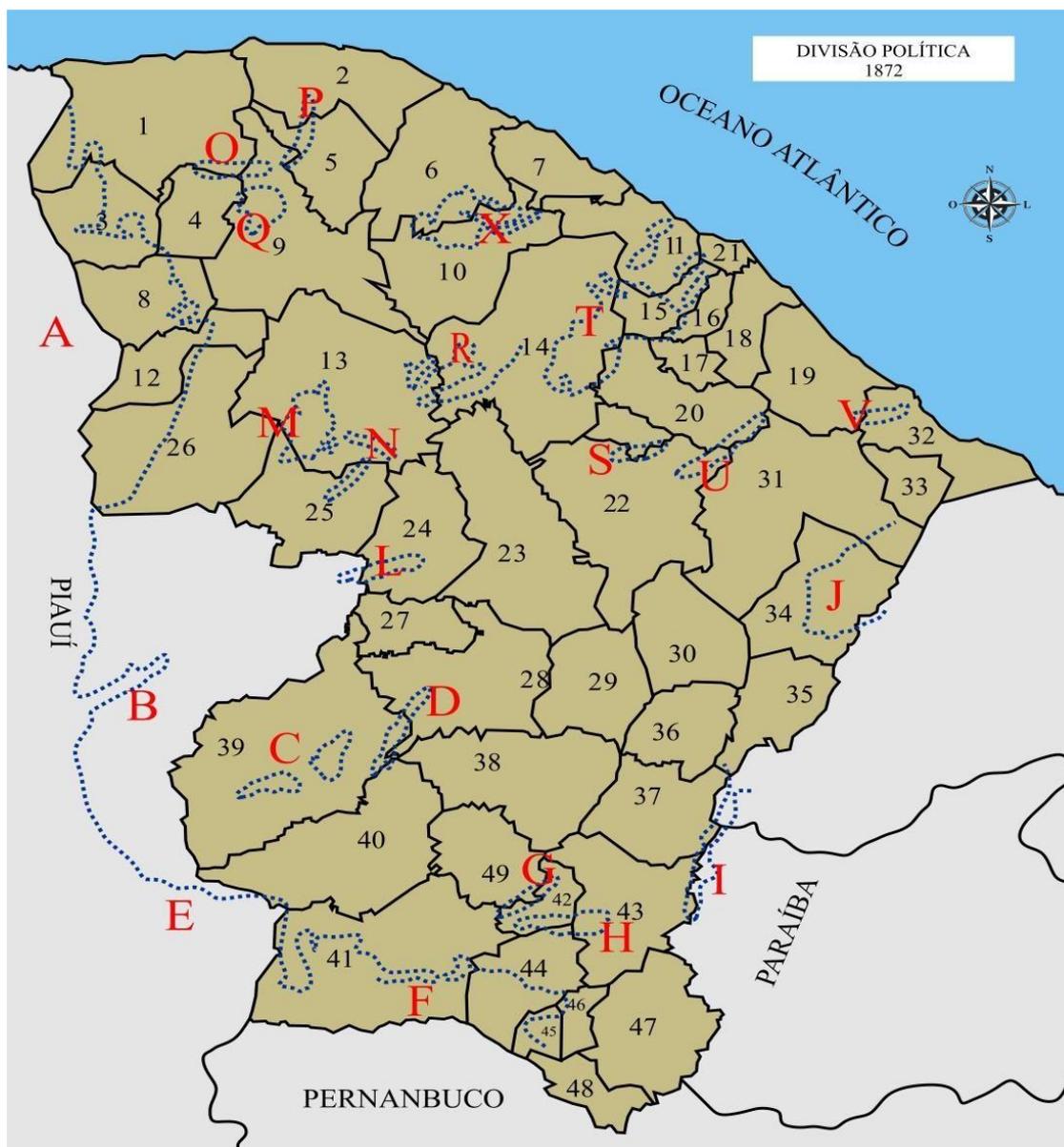
No mapa que segue pode-se observar o nome dessas regiões e algumas descrições geográficas e regionais realizadas com base no texto de Raimundo Girão, *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, publicado em 1863, e a fala do presidente da província Joaquim da Costa Barradas, dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará, em 1886.

¹⁰² Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, p. 25-26.

¹⁰³ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, p. 30.

¹⁰⁴ Dentro do recorte desta pesquisa, a divisão administrativa da província correspondia ao mapa apresentado na figura 01. O mapa posterior, que encontrei, corresponde aos limites válidos em 1890, que traz entre as maiores modificações, a troca de territórios feita entre o Ceará e o Piauí, pelo decreto imperial nº 3.012, tema que abordarei com mais detalhes no último tópico do próximo capítulo.

Figura 01: Divisão política da Província do Ceará – 1872



Fonte: Elaborado com base no mapa disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/112x.htm> e no mapa disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/ceara/mapas/ceara-antigo.htm>. Acesso: 23 jul. 2020

Legenda:

Localidades

01 Granja	11 Caucaia	20 Baturité
02 Acaraú	12 Guaraciaba do Norte	21 Fortaleza
03 Viçosa do Ceará	13 Santa Quitéria	22 Quixadá
04 Coreaú	14 Canindé	23 Quixeramobim
05 Santana do Acaraú	15 Maranguapi	24 Boa Viagem
06 Itapipoca	16 Pacatuba	25 Tamboril
07 Trairi	17 Redenção	26 Ipu
08 São Benedito	18 Aquiraz	27 Pedra Branca
09 Sobral	19 Cascavel	28 Mombaça
10 Itapajé		29 Solonópole

30 Jaguaratama	37 Icó	44 Crato
31 Russas	38 Iguatu	45 Barbalha
32 Acarati	39 Tauá	46 Missões Velha
33 Jaguaruana	40 Saboeiro	47 Milagres
34 Limoeiro do Norte	41 Assaré	48 Jardim
35 Pereiro	42 Várzea Alegre	49 Jucás
36 Jaguaribe	43 Lavras da Mangabeira	

Serras

A Serra da Ibiapaba	N Serra do Catolé
B Serra da Joanhina	O Serra da Goyana
C Serra da Arneiróz	P Serra do Mucuripe
D Serra do Flamengo	Q Serra da Meruoca
E Serra dos Cariris	R Serra do Machado
F Chapada da Serra do Araripe	S Serra Azul
G Serra Dos Cavalos	T Serra de Baturité
H Serra São Pedro	U Serra dos olhos d'Água
I Serra das Balanças	V Serra do Araré
J Chapada da Serra do Apody	X Serra do Serrote
L Serra da Pedra Branca	Y Serra Do Padre
M Serra das Matas	

Em ambas as referências que tomo para essa construção, as serras são mencionadas como a localização das zonas produtoras. Por esse motivo, primeiro é necessário situá-las geograficamente e indicar as suas características que propiciavam a agricultura. A primeira delas, Ibiapaba,¹⁰⁵ também chamada de Serra Grande, situada ao oeste, faz fronteira com o Piauí. Na descrição de Thomaz Pompeu, trata-se de uma região fresca com alagadiços ou brejos e nascentes d'água, desde Viçosa do Ceará até São Gonçalo (freguesia localizada na Serra Grande, passando a fazer parte do Ipu),¹⁰⁶ a partir daí, suas chapadas se tornam secas, se estendendo até o Araripe em direção ao Sul, já na fronteira do Ceará com Pernambuco. A serra do Araripe é descrita como uma região de água nascente no seu centro, tornando os terrenos do Cariri férteis para todo tipo de cultura. No centro da província, conhecia-se a Serra do Machado (incluindo as freguesias de Quixeramobim, Canindé e Santa Quitéria), própria para a cultura do café e cana. Na divisa com a Paraíba e Rio Grande do Norte, pode-se ainda situar a Serra do Pereiro (onde se localiza no mapa a freguesia de Pereiro e Icó), caracterizada pelo autor, como uma região de muita água. No grupo central, encontra-se Uruburetama. A noroeste de Fortaleza e se estendendo paralelamente ao litoral, era considerada bastante fértil, propiciando a produção de legumes, café e cana. Outra delas, localizada a 60 léguas da capital

¹⁰⁵ Além de ter esta denominação, “circula a província com os diversos nomes de Serra Grande (*termo que recebia na comarca de Ipu*), dos Cocos, Araripe, Cariris e Apody”. BRASIL, Thomaz, Pompeu de Sousa. *Dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará*. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert, 1861, p. 27, grifo meu.

¹⁰⁶ BRASIL, 1861.

e 16 do litoral, a serra da Meruoca (envolvendo Sobral e Coreaú), apesar de não ser abundante em água, “é fresca e seu terreno muito substancioso, produz bastante mandioca e legumes”,¹⁰⁷ com abundância de farinha. Além das serras, os documentos apontam o Vale do Jaguaribe como área produtiva, sita na fronteira com o Rio Grande do Norte, incluindo municípios como Jaguaribe, Pereiro, Jaguaretama, Limoeiro do Norte e Russas (de acordo com a divisão administrativa existente em 1872).

Dito isso, resta situar de forma mais direta onde se produzia algodão, café, cana, fumo e mandioca. O primeiro, no ano de 1886, era cultivado, além das serras e vales frescos, em todo o Jaguaribe, Serra do Pereiro, nas encostas da Ibiapaba e Araripe, Serras do Machado, Uruburetama, Baturité e Acarape.¹⁰⁸ Thomaz Pompeu Brasil indicou a existência do cultivo do algodão em Fortaleza, Maranguape, Pacatuba, Baturité, Acarape, Santa Quitéria, Jardim, Canindé, Russas e Pereiro. O café era cultivado na região das serras de Baturité, Maranguape, Aratanha,¹⁰⁹ Acarape, Meruoca, Serra Grande, Araripe, Crato, Jardim, Fortaleza, Canindé, Pacatuba e Ipu (Serra Grande). Já a cana, na parte norte, era produzida na Meruoca e Serra Grande (Granja e Viçosa do Ceará), no sul, no Vale do Jaguaribe e no Cariri, onde podem ser apontados os municípios do Crato, Barbalha e Jardim, além disso, também se produzia cana no vale do Acarape, em Fortaleza, Maranguape e Baturité. Já o fumo, era cultivado em São Mateus,¹¹⁰ Lavras,¹¹¹ Icó, Acarape e Acaraú, localizada no extremo norte. A farinha, produzida a partir da mandioca, era considerada abundante em toda a província. De acordo com a escrita de Thomaz Pompeu, a grande maioria das freguesias possuía estabelecimentos de produção de farinha na primeira década da segunda metade do século XIX. Só para citar algumas das 34 elencadas, posso destacar: Fortaleza, Russas, Icó, Crato, Jardim, Saboeiro, Tauá, Baturité, São Mateus, Canindé, Sobral, Santa Quitéria, Ipu, Viçosa, Granja, Barbalha e Telha.¹¹²

As serras, distribuídas nas fronteiras e interior da província, certamente eram referências para a produção agrícola cearense, à medida que possibilitavam a prática da agricultura, tanto para consumo interno quanto para exportação. Mesmo assim, não se pode dizer que havia uma distribuição espacial igualitária da produção agrícola do Ceará. Como visto acima, algumas serras, principalmente aquelas mais situadas ao norte, ao sul, ao centro e

¹⁰⁷ BRASIL, 1863.

¹⁰⁸ Povoação na estrada de ferro de Baturité, pertencente a esta freguesia. Conhecida pela serra de mesmo nome que era considerada fértil para produção de café e cana (BRASIL, 1861).

¹⁰⁹ Serra localizada a sudoeste de Fortaleza (BRASIL, 1861)

¹¹⁰ Localizada à margem do rio Jaguaribe, na documentação, aparece incorporada a Saboeiro.

¹¹¹ No mapa, Lavras da Mangabeira.

¹¹² Em muitos documentos aparece limitando-se com Saboeiro e São Mateus.

a leste, são mencionadas em repetidos momentos como aquelas em que há produção de algum, ou mais de um dos gêneros que identifiquei como componentes da riqueza do Ceará. Mesmo a serra da Ibiapaba, em sua parte mais ao norte, embora descrita como importante para o desenvolvimento da agricultura, não parece ter produzido tanto como as regiões mais ao centro e próximas à capital. Grande parte da produção gerada nessa zona costeira da província com o Piauí, devido, entre outros fatores, à falta de caminhos que facilitassem a locomoção de mercadorias, tinha maior dificuldade de chegar até os portos e à Fortaleza. A farinha, por exemplo, era consumida internamente e comercializada com as províncias vizinhas, como a piauiense. Há de se entender que, mais tarde, já na década de 1880, quando os trilhos chegaram a Sobral e a extensão da ferrovia de Baturité foi concluída, houve mais facilidade de transporte desses produtos, mas isso não integrava de modo mais amplo a parte sudoeste da província, de modo mais específico, Tauá e Saboeiro, localizados na região do Sertão,¹¹³ fronteiriços com o Piauí, que pouco aparecem como centro de zonas produtoras.

Além da agricultura, o outro ramo das riquezas provinciais era “a indústria criadora ou pastoril”, que ocupava quatro quintos do território cearense, com um total de 3.500 léguas quadradas, incluindo o litoral e as serras baixas.¹¹⁴ Em 1886, o presidente Joaquim Barradas, afirmou: “É esta a principal indústria do Ceará e a que constitui a riqueza do sertão”.¹¹⁵ A criação de gado, “por muitos anos, (...) foi quase que a indústria única da província, chegando a gerar a convicção de que o seu solo era impróprio para a lavoura”.¹¹⁶ Podendo-se considerar, com isso, que desde os tempos coloniais, a indústria pastoril se destacou como o elemento de maior importância da riqueza da Província do Ceará,¹¹⁷ compreendendo a criação do gado vacum,¹¹⁸ cavalari,¹¹⁹ muar, lanígero (cabrum), ovelhum e suíno.

¹¹³ Na definição de Thomás Pompeu Brasil (1863, p. 135), sertão podia ser definido como “todo terreno do interior que não é serra. Consta de terrenos secos, formado por serrotes baixos e pedregosos, ou tabuleiros duros, e arenosos (...) cortados por muitos rios e ribeiros, que correm somente na estação chuvosa”.

¹¹⁴ BRASIL, 1863.

¹¹⁵ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e officio com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araújo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, p. 53.

¹¹⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 13.

¹¹⁷ Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araújo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 86.

¹¹⁸ Sobre o gado vacum, escreveu Thomaz Pompeu de Sousa: “Gado vacum. Este ramo de indústria criadora é o mais rico e importante da província. Em todos os municípios se cria gado em maior ou menor escala, sendo certo, porém que o que onde se chama sertão é o terreno mais próprio e onde se reproduz-se mais, como melhor se desenvolve. Quanto a sua qualidade, é superior, em tamanho e peso ao gado de Piauí e Maranhão; e quanto a carne passa pela melhor do Brasil. Alguns municípios criam melhor que outros, o gado cresce mais. As ribeiras de Oueixaramobim, Acaracú, Canindé e Inhamum são as mais afamadas da província”. BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Estado da agricultura e da indústria no fim do ano de 1856 na província do Ceará. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, nº. 7, janeiro de 1857, p. 341.

A multiplicação do gado se dava principalmente na parte do sertão, onde se encontravam extensas pastagens abertas e ervas forrageiras. Quanto ao sistema de criação, pode-se dizer que era semisselvagem e “quase todo entregue às forças da natureza, o que obtusa o maior desenvolvimento de que é esta indústria susceptível; pois os constantes prejuízos que os criadores sofrem anualmente tem por causa tal sistema de criação”.¹²⁰ O uso do sistema “bravio” de criação aparecia como um problema à expansão e ao melhoramento da produção pastoril do Ceará em alguns relatórios provinciais, o que indicava que, mesmo sobrevivendo aos problemas internos de criação, às secas e às epizootias,¹²¹ o gado cearense sempre recuperava o rebanho, até em situações de secas adversas, em que grande parte dos animais morriam de sede e fome, falta de investimentos e aprimoramentos da criação. A fala do presidente da província, Albuquerque Barros, em 1878, é incisiva em apontar todos os problemas que a indústria pastoral vivenciava, não poupando críticas aos criadores.

O atraso da indústria pastoril, não menos do que a falta de chuvas, concorreu para este funesto resultado. (*Refere-se a extinção do gado cearense em cerca de 70%, entre 1877-1878*). Os gados são criados à lei da natureza. Soltos nos campos, confiados à mercê da providência divina, e a fé pública; não há estabulação; não se prepara feno; nenhum abrigo contra as intempéries, nenhuma defesa contra os abactores (*ladrão de gado*). Alguns currais, em que se faz a ordenha durante o inverno, num cercado, em que se conservam algumas pastagens, e a aguada, constituem, em geral, as benfeitorias de uma fazenda de criação. Se muitos fazendeiros têm compreendido a grande conveniência da construção de açudes, raríssimos lhes têm dado as convenientes proporções para guardar água e alimentar a lavoura por mais de ano, faltando as chuvas. As roças são muito limitadas, e as forragens que delas resultam, ficando expostas ao sol, ao vento e à chuva, perdem as suas propriedades nutrientes, e são afinal mais estragadas, do que aproveitadas pelos animais que soltam dentro dos cercados. De algum tempo os fazendeiros, em vez de cuidarem da reprodução e conservação das crias, preferem refazer gados que compram no Piauí para revenderem. Forram-se assim aos cuidados que exigem as crias na sua tenra idade, deixando-as perecer na máxima parte por falta de trato; e calculam duplicar e triplicar o seu capital dentro de 2 ou 3 anos, sem nenhum trabalho, e somente por efeito da riqueza das pastagens naturais, que nos bons tempos elevam ao duplo e ao triplo, dentro daquele período, o valor dos gados comprados. Desta especulação tem resultado grande dano à província. O decrescimento da produção, a degeneração das raças, o desenvolvimento de epizootias tem sido consequências fatais desse sistema. A ambição do lucro esperado no ócio tenta os capitais e não permite guardar proporção entre as soltas e as pastagens. Tenham ou não terras suficientes, os especuladores confiam suas

¹¹⁹ Na descrição de Thomaz de Sousa Brasil (1863, p. 382): “Em forças os nossos cavalos são muito superiores aos do Sul, porquanto não só carregam 10 a 12 arrobas, como fazem viagens de 80 a 100 léguas sem muda.

¹²⁰ BRASIL, 1863, p. 380.

¹²¹ Segundo Brasil (1863, p. 384), “as epizootias ordinariamente se desenvolvem com intensidade nas secas, o que faz agravar a calamidade destas. São conhecidas com os nomes de *catarrhaes*, *mal triste*, *treme*, *rengue*, *mofa*. Mesmo em tempos ordinários estes males, principalmente o triste, atacam as fazendas e fazem consideráveis estragos”.

manadas ao campo indivisos e abertos, e frustram destarte os cálculos dos fazendeiros mais cautos e previdentes, sendo impossível obstar a invasão dos gados alheios. A administração das fazendas é entregue a homens ignorantes dos preceitos da indústria, e muito mal retribuídos. Ordinariamente se ocupam em percorrer os campos, amansar os animais e fazer alguns queijos durante o inverno, pegar as rezes destinadas à venda. Enquanto o gado não começa a cair de inanição, nos anos em tardam as chuvas, nenhum cuidado se presta à sua alimentação; antes de arrebanhando para receber um trato muito tardio, a fome, a sede, o furto o tem dizimado. Depois de arrebanhado ou é mal alimentado com ramas de algumas árvores silvestres ou é retirado para outros lugares em que haja resto de pasto. Se a seca se prolonga, é nas vezes nos alagadiços das praias que procuram salvar uma parte do gado, com prejuízo da lavoura; e o derradeiro recurso é transpor a Ibiapaba e demandar os campos do Piauí, aonde chegam as manadas já muito enfraquecidas, depois de haver morrido um terço, às vezes metade na jornada.¹²²

As críticas e os problemas avistados por Albuquerque Barros, em 1878, não eram algo novo na fala dos presidentes provinciais. Dez anos antes, mensagem com o mesmo teor foi direcionada por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque: “Este é o ramo da indústria mais importante da província, e também o mais exposto às eventualidades da natureza, a cujos recursos está unicamente entregue”,¹²³ embora de grande valor, representava “uma riqueza perdida na máxima parte”.¹²⁴

A descrição feita em 1878 por Albuquerque Barros, não somente mostra a continuidade do desprezo ao uso de técnicas racionais de criação do rebanho, como também atesta a forma como estava exposta a todo tipo de intempérie a criação cearense. O descuido com a pastagem, com a reprodução, que inevitavelmente conduzia em muitos casos os animais à morte, deixava um dos mais importantes ramos da economia provincial condicionado à ação da natureza. A ociosidade e o desejo do lucro fácil, sem grandes investimentos, criando o gado solto em pastagens abertas, eram uma estratégia que poderia até ser lucrativa para quem apostava nesse tipo de negócio, mas de certa forma corroíam um sistema de produção, que poderia ser melhor conduzido, gerando riqueza para a província. Não apenas nesta fala, mas em vários documentos são comuns as menções à compra de gado no Piauí para repor o rebanho cearense, quando este estava quase desaparecendo, como mostrado acima, na seca de 1877, quando cerca de 70% do rebanho foi extinto. Esse fato

¹²² Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 20.

¹²³ Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Excelentíssimo presidente da Província, Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de novembro de 1868. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1868, p. 38.

¹²⁴ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 21.

demonstra, antes de tudo, a dependência do Ceará em relação ao Piauí, em um importante setor econômico da província, favorecendo o comércio piauiense, que tinha na pecuária sua principal fonte de riqueza. O transporte dos animais em busca de pasto em solo piauiense também era outra alternativa que dizimava parte do rebanho, assunto que exponho mais adiante. Com isso, pode-se pensar que a forma como historicamente se conduzia a pecuária no Ceará, de certo modo, afetava diretamente as rendas provinciais, colocando essa província também em uma situação de atraso civilizacional quanto ao uso de técnicas zoológicas. A falta de melhoramento dos rebanhos implicava a ausência de critérios científicos para que essa indústria prosperasse. O relatório feito por Manuel Ferreira Lagos, após visita da *Comissão científica de Exploração*, ao Ceará, em 1859, atestava o estado em que se conduzia a pecuária cearense:

Sendo o Ceará uma província cujo ramo mais importante de indústria consiste na criação do gado, é de lastimar que ainda ali esteja tão atrasada a Zootecnia, conhecimento dos animais aplicado às necessidades do homem; ciência que nos ensina os meios de criar, conservar, multiplicar, melhorar e utilizar os animais domésticos, apropriando-os melhor a seu destino especial, tirando deles o maior número de serviços e proveitos.¹²⁵

Mesmo com todo esse debate, a incorporação de técnicas de criação mais rentáveis não foi adotada na pecuária cearense, permanecendo essas técnicas “presas ao modelo tradicional, extensivo, ‘à lei da natureza’”.¹²⁶ No relatório apresentado pelo presidente da província em 1881, após mencionar as perdas sofridas pela seca que perdurou nos anos anteriores, Pedro Leão Velloso afirma que os fazendeiros buscaram reparar o prejuízo, aumentando a sua criação, comprando gado do Piauí, alertando para os efeitos nefastos que poderiam ter sido evitados:

Devem eles estar (*fazendeiros*) convencidos, por dolorosa experiência, de que os efeitos da calamidade (*seca 1877-1879*) não seriam tão perniciosos, se outras fossem as condições em que encontrasse a indústria, menos abandonada dos cuidados que reclama, aconselhados pela ciência, e já experimentados pela lição de outros povos.¹²⁷

Para esse sucesso, era necessária a construção de açudes, plantios de árvores, além de melhorar os prados e introduzir novas raças. Caso essas providências não fossem tomadas, somadas à carência de conhecimentos de veterinária, “a indústria pastoril permanece na

¹²⁵ LAGOS, Manuel Ferreira. Relatório da Seção Zoológica (1861). BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 378.

¹²⁶ NEVES, 2000, p. 46.

¹²⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 14, *grifo meu*.

primitiva, quando se fosse melhorada, seria um dos mais produtivos ramos de riqueza”.¹²⁸ No mesmo relatório, o presidente provincial indicou ainda outro problema: a falta de terras para o pastoreio, algo já citado por Albuquerque Barros em 1878, quando afirmou que muitos criadores confiavam aos campos abertos a sua criação, invadindo as terras de fazendeiros mais cuidadosos com o seu rebanho. Para esse problema, Thomaz Pompeu Brasil já havia indicado uma solução: “trocar o sistema bravio de criação pelo de estábulo de tanta vantagem na Europa”.¹²⁹ Embora esse sistema não tenha sido implantado, pois, mais de uma década depois da publicação das conclusões de Thomaz Pompeu, o gado continuava sendo criado solto, é importante relatar que, mesmo de forma isolada, em algumas partes da província, havia leis que tentavam impedir essa prática, como em Saboeiro, onde foi aprovada a Lei n.º 948 de 27 de agosto de 1860, pela câmara da referida comarca, estabelecendo que: “Todas as pessoas que criarem gados vacum, cavalar, cabrum, ovelhum e suíno, e estes arruinarem o cercado e destruírem as plantações alheias, (...) ficarão responsáveis pelo prejuízo causado”.¹³⁰

No ano de 1887, ao elogiar a recuperação do rebanho cearense após a seca que iniciara dez anos antes, Araujo Torreão indicou que contribuiu para esse resultado “a exuberância das pastagens, riquíssimas de princípios nutritivos, que aceleram de modo excepcional a multiplicação dos gados. Poucos anos mais de invernos regulares, e a indústria pastoril no Ceará terá atingido a sua antiga opulência”. Não deixou de citar as melhorias no sistema de criação, necessitando para isso “apenas que os criadores se compenetrem da necessidade de adotar os preceitos da indústria pecuária, procurando desde logo melhorar o tratamento dos gados e reconstituir, por meio de cruzamento, as raças degeneradas que possuem”.¹³¹ De forma a contribuir com esse melhoramento, mandou distribuir pelas câmaras municipais um plano de estábulos, que caso fossem adotados os projetos, os resultados positivos seriam conhecidos em poucos anos.

Mesmo com todas as implicações que lhe causavam danos, a pecuária cearense era uma importante fonte de receitas para a província. O relatório de 1881 mostrou a coleta do dízimo, evidenciando essa afirmação. Observa-se que os números permanecem com pouca

¹²⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 14.

¹²⁹ BRASIL, 1863, p. 380.

¹³⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861, pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009, p. 441, *grifo meu*.

¹³¹ Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da Província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 86.

oscilação ao longo da década, sofrendo grande retração a partir de 1877, como consequência da seca que afetava diretamente os rebanhos, mal protegidos da ação da natureza.

Tabela 06: Dízimo do gado – Ceará (1870-1880)

Ano	Valor do dízimo
1870	58:949\$004
1871	85:477\$118
1872	73:793\$970
1873	82:525\$086
1874	86:174\$063
1875	88:167\$916
1876	85:771\$315
1877	8:232\$126
1878	1:199\$800
1879	13:301\$370
1880	24:107\$600

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 14.

Um dos ramos da indústria, derivado da criação de gado, era o couro. De grande importância, entre os anos de 1850 e 1855, foi superado apenas pelo algodão, ocupando o segundo lugar nas exportações do Ceará.¹³² A sua comercialização foi descrita por Thomaz Pompeu: “Salgado, ou simplesmente distendido o seco, é exportado para o estrangeiro pelos portos de Acaracú e Aracaty, por cabotagem para as províncias do Maranhão e Pernambuco, e pelo porto da capital para fora do império”.¹³³ Requerido na França, o couro manteve-se, na segunda metade do século XIX, como um dos mais importantes itens exportados para esse país, e os objetos confeccionados a partir dessa matéria-prima estavam entre as oito mercadorias mais importadas pelo Brasil do país europeu,¹³⁴ reforçando o papel brasileiro como exportador de matéria-prima e consumidor de produtos manufaturados de nações estrangeiras no século XIX, o que era um problema tanto para o Império quanto para o Ceará, pois qualquer desvalorização dos produtos exportados colocava em evidência a fragilidade econômica da região. Em 1878, essa condição ficou comprovada na fala de Albuquerque Barros:

A depreciação de muitos dos nossos principais produtos, o algodão, o açúcar, a borracha; a diminuição de algumas colheitas, como as do café; as crises comerciais que afetaram a quase todas as praças do Império, tinham de 1874 a 1877 restringido as transações mercantis, e exercido notável

¹³² GUABIRABA, Maria Célia de. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Fortaleza: Instituto de Memória do Povo Cearense, 1989.

¹³³ BRASIL, 1857, p. 350.

¹³⁴ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária; São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

influência na importação e exportação. Essa que chegara a exceder de muito aquela, mal se equilibrava. A importação diluíra cerca de 24%, a exportação cerca de 40%.¹³⁵

Em relação à balança comercial do Ceará, esta foi deficitária quase durante toda a segunda metade do século XIX, tendo um comércio dependente das importações para suprir a demanda interna. Com uma atividade produtiva restrita, produtos como pólvora e cigarros eram importados, enquanto exportava-se gêneros agrícolas como açúcar, algodão e café, além de ceras de carnaúba, goma elástica e couros.¹³⁶ Em 1878, se sentia os males provocados pela falta de uma indústria fabril no Ceará. O presidente Albuquerque Barros lamentava o retrocesso no beneficiamento do couro. Depois de um período curtindo peles com qualidade quase similar às melhores da Europa, o Ceará voltava a importá-las em troca de couros salgados, que eram exportados por essa província, pois a sola nativa, corroída “pela má qualidade da potassa, sempre mal encorpada e muito avermelhada em razão do preparado (...) da casca do angico, o mais usual, tem desmerecido consideravelmente”.¹³⁷

Tabela 07: Exportação de Couros – Ceará (1845-1885)

Quinquênios	Média em quilogramas	Média do valor oficial
1845-46 a 1849-50	18.895	44:794560
1850-51 a 1854-55	20.982	78:537\$920
1855-56 a 1859-60	29.685	206:205\$622
1860-61 a 1864-65	57.142	318:522\$204
1865-66 a 1869-70	827.483	445:755\$200
1870-71 a 1874-75	993.320	577:427\$600
1875-76 a 1879-80	1.331.579	624:849\$800
1880-81 a 1884-85	493.846	300:383\$924

Fonte: Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 87.

É flagrante verificar que desde 1845 o couro aumentou substancialmente, tanto na média exportada quanto no valor oficial, que também variou sempre para cima. Os efeitos contrários só se fizeram sentir no último quinquênio, quando o rebanho cearense tentava se recuperar após um período prolongado de seca. Na fala do presidente provincial Araujo

¹³⁵ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 22.

¹³⁶ SOUSA, 2009.

¹³⁷ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 22.

Torreão, “a não ser a importação de gados do Piauí e Maranhão, a exportação seria quase nula neste período, e ainda nos anos seguintes”.¹³⁸

Quanto à indústria fabril, além dos couros, em 1878, poderia se considerar que a indústria manufatureira ainda era incipiente na província, “não havendo estabelecimento desse gênero que mereça especial atenção”,¹³⁹ segundo o presidente provincial Albuquerque Barros. Os relatórios dos anos de 1881 e 1886 traziam a mesma tônica: no mais antigo, a indústria manufatureira é considerada tão rudimentar a ponto de não haver estabelecimento do gênero que mereça menção especial.¹⁴⁰ No mais novo, afirma-se que pouco ou nada existe, pois o que se conhece é tão rudimentar que não pode receber o batismo de indústria.¹⁴¹

Em 1878, as fábricas que existiam no Ceará eram necessitadas de maquinário aperfeiçoado para funcionamento, podendo ser citadas apenas fábricas de sabão e de cigarros, “duas fundições, uma de refinação de açúcar, uma fábrica de vinhos, aguardente e álcool (...), algumas oficinas de serralheiro e de outras artes mecânicas”.¹⁴² Em 1886, os avanços no ramo industrial ainda eram bem tímidos e parecidos com 1878, limitando-se a uma estação de preparo de cera de carnaúba, uma de couro, uma de vinho de caju, além de fabricação de cordas e redes. Em Fortaleza, localizavam-se duas fábricas de sabão, duas de refinar açúcar, uma fábrica de gelo, além de outras que produziam charutos, cigarros, sapatos e óleos. O único destaque nesse meio era a “Fiação de Tecidos Cearense”, que começou a ter produção regular em 1884. Dois anos depois, empregava 105 pessoas, pagando ordenados e salários de 5\$500 a 200 réis diários. Com uma produção que tinha aceitação no mercado, o que já incentivou o aumento da produção e compra de mais maquinários da Inglaterra, todo o algodão consumido na “Fiação de Tecidos Cearense” era oriundo da própria província.¹⁴³

¹³⁸ Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da Província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 87.

¹³⁹ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 21.

¹⁴⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

¹⁴¹ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

¹⁴² Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 21.

¹⁴³ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

Por ser um empreendimento de iniciativa do Dr. Antonio Pompeu de Souza Brasil, associado a Thomaz Pompeu de Souza Brasil e ao Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, encontram-se os primórdios da indústria têxtil no Ceará, ligado a investimentos do capital local, e diretamente conectado à produção econômica interna, pois tanto fazia uso do algodão cultivado na província, como é encontrado em vários anúncios no jornal *Gazeta do Norte*, ainda em 1883, que diziam: “Fábrica de Fiação e Tecidos Cearense. Compra-se algodão em caroço, por melhor preço do que em qualquer outra parte”,¹⁴⁴ como também era comercializado, a princípio, em âmbito interno. Da forma como afirmou Aragão (2002), a indústria cearense, diferindo de outras partes do Brasil, que tiveram seu arranque no começo do século XIX, só ganhou maior expressividade nas duas últimas décadas desse século.¹⁴⁵ A partir daí, pode-se entender que estava dada a largada para que outras indústrias do ramo fossem surgindo na província, pois com o processamento do algodão feito nas fábricas de tecidos localizadas em Fortaleza, “inicia-se o período fabril cearense e a capital, além de exercer o papel de grande centro coletor e beneficiador de produtos primários, torna-se aos poucos centro de transformação da produção primária”.¹⁴⁶

O comércio, “indústria sem vida própria”, estava condicionado às oscilações dos demais gêneros produzidos no Ceará, constituindo-se “um intermediário das outras indústrias, vivendo da sua seiva”. A tabela a seguir mostra o movimento comercial do Ceará, entre os anos de 1877 a 1881.

Tabela 08: Exportação e Importação - Ceará (1877-1881)

Anos	Exportação direta	Importação direta
1877-1878	2.012:000\$000	2.678:000\$000
1878-1879	2.722:600\$000	2.681:600\$000
1879-1880	774:418\$157	2.612:252\$250
1880-1881	1.226:172\$000	3.359:122\$000

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 25.

¹⁴⁴ FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEARENSE. *Gazeta do Norte*, nº 259, p. 04, ano IV, 27 nov. 1883. Em 1886, continuava a vinculação de anúncios da mesma natureza, transparecendo a ideia de que a fábrica vivia pujança financeira: “Algodão: compra-se algodão em pluma ou em caroço e paga-se bem na Fábrica de Fiação e Tecidos Cearense, ou na rua 24 de maio nº 120”. ALGODÃO. *Gazeta do Norte*. Nº 79, p. 02, ano VI, 09 abr. 1886.

¹⁴⁵ ARAGÃO, Elizabeth. Fiúza (Coord.). *O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará*. Fortaleza: SINDITÊXTIL/FIEC, 2002.

¹⁴⁶ SILVA, J. B. O algodão no processo de organização do espaço. In: SOUZA, Simone de. (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 87.

Em menos de uma década, vê-se uma clara redução na exportação direta entre os anos de 1879-80, efeito imediato da seca, que iniciou em 1877 e afetou a produção agrícola e pastoril, refletindo nas exportações. Antes disso, em maio de 1877, o jornal *Cearense* mostrou a posição do Ceará no quadro geral de exportação do Império; ocupando 2º lugar na exportação de borracha extraída da maniçoba, 3º lugar na exportação de algodão, 4º lugar com o café, 5º lugar com couros e produtos bovinos e 7º lugar na exportação de açúcar. Esses números, segundo o jornal, colocavam o Ceará em uma posição vantajosa em relação a outras províncias.¹⁴⁷ É notável que as secas provocavam enorme impacto nas contas provinciais, muitas vezes prolongado. A morte do rebanho, a perda da colheita e a migração dos seus habitantes colocavam o Ceará em crítica situação financeira. Em 1883, “o comércio, a agricultura e a indústria pastoril, principais fontes de riqueza da província, *estavam*, por assim dizer, recomeçando, pois que, tudo isso tinha quase desaparecido ao longo da calamidade da seca, alimentada pela emigração”.¹⁴⁸ No ano seguinte, o Ceará ainda apresentava um estado financeiro precário, no qual a deficiência de renda continuava mantendo o desequilíbrio no orçamento.¹⁴⁹ Em 1888, no contexto de início de uma nova seca na província, as condições econômicas já eram mais favoráveis, quando o relatório do Ministério do Império teceu uma impressão positiva em relação à economia cearense: o restabelecimento das forças da província após tamanha calamidade era elogiado. A fertilidade do solo, o clima, a propagação das espécies animais e a capacidade intelectual do povo cearense eram os responsáveis pelo desenvolvimento da riqueza pública e privada, após a quase aniquilação. Os cálculos mais otimistas já colocavam o Ceará entre as províncias mais prósperas do Império, antes do final do século XIX, haja vista o desenvolvimento do comércio, a produção, a exportação e o consumo interno, que excediam as médias anuais até então existentes.¹⁵⁰ A tabela seguinte mostra a receita e a despesa da fazenda geral da Província do Ceará, de julho de 1876 a dezembro de 1886.

¹⁴⁷ NOVO MUNDO. *Cearense*, nº 40, p. 01, ano XXXI, 10 mai. 1877.

¹⁴⁸ Fala que o Exmo. Sr. Comendador Dr. Satyro D’Oliveira Dias, dirigiu à Assembleia Legislativa, do Ceará na sessão ordinária de 1883. *Thypografia do Cearense*, 1884, p. 20-21, *grifo meu*.

¹⁴⁹ Fala com que o Sr. Conselheiro Sinval Odorico de Moura, presidente da Província do Ceará, dirigiu à respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1885, por ocasião da instalação da sua sessão ordinária. Fortaleza. *Typographia da Gazeta do Norte*, 1885. (Anexos).

¹⁵⁰ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

Tabela 09: Receita e despesa da fazenda geral – Ceará 1876-1886

Receita		Despesa		
Exercícios	Importância Arrecadada	Importância Despendida	Saldo	Déficit
1876-1877	1.466:528\$845	1.258:395\$172	208:133\$673	
1877-1878	1.296:010\$963	7.987:057\$035		6.691:046\$072
1878-1879	1.584:246\$462	20.323:384\$189		18:739:136\$727
1879-1880	1.854:767\$137	9.939:926\$645		8.085:160\$508
1880-1881	1.919:982\$773	2.420:183\$740		500:200\$967
1881-1882	2.310:888\$148	2.083:498\$120	227:390\$028	
1882-1883	2.618:928\$377	2.046:083\$173	572:845\$204	
1883-1884	2.487:705\$086	1.784:634\$006	703:071\$080	
1884-1885	1.888:416\$710	1.860:415\$722	28:000\$988	
1885-1886	1.944:852\$445	1.900:440\$041	44:412\$404	
Soma	19.372:326\$946	51.604:017\$843	1.783:853\$377	34.015:544\$274

Fonte: Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 70.

Os dados são claros, assim como outros números apresentados anteriormente, ao mostrar os impactos da seca de 1877-1879 nas finanças provinciais. O resultado foi o déficit, que perdurou por quatro exercícios, entre os dez. Confluindo com o ânimo descrito no relatório do Ministério do Império, ao se referir ao ano de 1888, verifica-se pela tabela que a partir do exercício de 1881-1882, o comum foi a existência de saldo. Embora tenha apresentado resultado positivo na maioria dos exercícios, entre os analisados, a soma total do déficit era maior. A realidade da Província do Ceará não era diferente das finanças do Império, como já mostrei anteriormente. Na visão dos críticos do sistema monárquico, “o Império é o déficit”.¹⁵¹ Em 1896, o presidente do Estado do Ceará, José Freire Bezerril, fez menção às finanças da antiga província: os orçamentos no regime do Império, bem poucas vezes fecharam com saldo; a regra era o déficit”. Segundo ele, dos 55 exercícios, entre 1835 a 1888, apenas 22 apresentaram um saldo que somava 1:023:261\$335, o que não foi suficiente para superar o déficit total, que chegou a 1.329:095\$127, fazendo subir as despesas parciais acumulados em 32 exercícios nos quais as despesas sempre foram maiores que as receitas.¹⁵² Vivendo economicamente entre saldos e déficits, a Província do Ceará foi afetada por uma nova seca entre 1888-1889, quando alguns setores da economia ainda tinham marcas da de 1877-1879. As consequências diretas dessas secas nas finanças provinciais, serão apresentadas no próximo capítulo.

¹⁵¹ CARVALHO, 2008, p. 266.

¹⁵² Mensagem do presidente do Estado do Ceará. Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à respectiva Assembleia Legislativa, em sua 5ª sessão ordinária da 1ª Legislatura. Fortaleza. Typ. da República 1896, p. 14.

03 A ocupação da mão de obra no Ceará na segunda metade do século XIX

Vistos os principais eixos produtivos do Ceará em grande parte do século XIX, analisarei agora a ocupação e mão de obra da população cearense nesses espaços econômicos. A intenção desta discussão é entender como o cearense livre se encaixava nos meios produtivos da província, pois sabe-se que em momentos de migração intensa, a falta “de braços”, além das secas, afetava a produção econômica do Ceará, tema que pode ser encontrado em diversos relatórios provinciais, mostrando que ora se permitia a migração como forma de evitar mais mortes por inanição durante as secas, ora se dificultava a saída dos cearenses, seja para a Amazônia ou para o Sul, usando os recursos dos Socorros Públicos para a realização de obras, com a finalidade de evitar os deslocamentos. Destaco que, pelo menos neste tópico, não é objetivo discutir o emprego do cearense nas obras durante as secas,¹⁵³ mas sim em “períodos normais” em que tanto a agricultura como a pecuária eram as ocupações principais do cearense.

No ano de 1860, Thomaz Pompeu Brasil (1863) estimou que o Ceará possuía uma população de 503.759 habitantes, sendo, deste total, 468.318 livres e 35.441 escravos. Esse número demonstra uma proporção de pessoas livres bem maior em relação à escravizada. Nos cálculos do autor, para cada 100 pessoas da província, 92,2 eram livres e 7,8 escravas. Do número total de livres, o excedente feminino era de 4.902, ou seja, para cada 100 pessoas, 51,1 eram mulheres, e 48,9, homens. Na população escrava, dava-se o fato contrário: existiam 18.434 homens e 17.997 mulheres, fenômeno explicado pelo autor, entre outros fatores, pela maior mortalidade entre as escravas, por não resistiram à fadiga da submissão aos mesmos serviços que o homem no campo, e às “moléstias” que adquiriam ao serem expostas ao trabalho, mesmo em período gestacional. No censo de 1872,¹⁵⁴ a população cearense¹⁵⁵ era de 721.686. Deste total, 689.773 livres e 31.913 escravos, o que equivale a pouco mais de 4% da

¹⁵³ Sobre o tema ver: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014. Nesta tese, o autor faz uma análise das experiências que os “retirantes” tinham ao serem submetidos aos trabalhos de construção de ferrovias e açudes durante os períodos de seca no Ceará.

¹⁵⁴ Considerado o primeiro censo geral da história do Brasil, “apesar da pobreza dos meios disponíveis, 10.112.061 habitantes foram recenseados em 1872, em todas as províncias, e a sua distribuição se fez segundo a cor, o sexo, o estado, se livres ou escravos, o estado civil, a nacionalidade, a ocupação e a religião”. O próximo recenseamento brasileiro, que deveria ocorrer em 1880, foi adiado para 1887, mesmo assim, não sendo realizado. Após 1872, o recenseamento seguinte ocorreu já durante a República, em 1890, e só conhecidos os números dessa apuração em 1900. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso: 24 jul. 2020.

¹⁵⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.

população. Se comparado, com o Piauí,¹⁵⁶ que possuía quase 12% da população ainda sob o regime de escravidão, (de 202.222 habitantes – 178.427 livres e 23.795 escravos), a Bahia,¹⁵⁷ que mantinha 12,16% da população sob esse regime, e as zonas produtoras de café para exportação, como São Paulo¹⁵⁸ e Rio de Janeiro,¹⁵⁹ que possuíam 18.71 e 37.39% da sua população, respectivamente, sob o regime de escravidão, o Ceará era uma província que em termos percentuais em relação à população total, só possuía mais escravizados que o Amazonas,¹⁶⁰ que mantinha menos de 2% da sua população submetida ao trabalho escravo.

Segundo Eurípedes Antônio Funes, a mão de obra do escravo marcou presença nos espaços rural e urbano cearense “em todo campo de trabalho”, sendo “incorporado ao setor produtivo, estando presente na pecuária, na agricultura, em serviços domésticos, ou ainda como escravos de aluguel e de ganho”. O autor ainda identificou que houve concentração de escravos nas áreas consideradas de maior produtividade da província, com destaque para aquelas com predomínio das atividades agropastoris.¹⁶¹ Mesmo assim, considerando que a pecuária não exigia um número expressivo de mão de obra, e como lavoura não se enquadrava na “estrutura de *plantation*”, os escravos foram destinados a várias atividades, desempenhando comumente “mais de uma função”. Em 1883, a população escrava cearense estava dividida da seguinte forma: 38,5% vivendo no campo, 17,1% nos centros urbanos e 44,3% eram considerados sem profissão,¹⁶² ou seja, aqueles que executavam tarefas diversas e possivelmente não representavam ser força de trabalho determinante na economia agropastoril. Com esses dados, é visível que a população escrava cearense não desempenhava função preponderante na economia da província na segunda metade do século XIX, embora a sua mão de obra ainda fosse utilizada em algumas regiões, como identificado no sul do Ceará, onde mesmo existindo um número pequeno de escravizados, fazendas localizadas no Cariri cearense faziam uso dessa força de trabalho, principalmente na cultura canavieira.¹⁶³ No relatório do ministro e secretário de Estados dos Negócios do Império, Ferreira Viana, de

¹⁵⁶ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.

¹⁵⁷ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.

¹⁵⁸ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_sp.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.

¹⁵⁹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.

¹⁶⁰ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v2_am.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.

¹⁶¹ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 105.

¹⁶² FUNES, 2000, pp. 113-114.

¹⁶³ CORTEZ, Ana Sara R. P; CORTEZ, Ana Isabel R. P. e IRFFI, Guilherme. Escravidão e economia no cariri cearense da segunda metade do século XIX. *XVIII Fórum Banco do Nordeste de desenvolvimento*. 2012.

Disponível

em: https://www.bnb.gov.br/documents/160445/223813/sim2_mesa3_escravidao_economia_cariri_cearense.pdf/0342b921-c044-4136-bc45-affeb8648a03. Acesso: 24 jul. 2020.

1888, ao elogiar a ação da libertação dos escravos no Ceará,¹⁶⁴ ocorrida por meio da Carta Magna de 15 de março de 1884,¹⁶⁵ definindo-a como “progressiva elevação do senso moral”,¹⁶⁶ atribuiu à data da Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre, de 1871) a quantia de 32.711 escravos na província. Levando em conta que esses números podem ser aproximados do real, verifica-se que em um ano houve redução da população escrava, causada entre outros fatores pelo tráfico interprovincial, que chegou a ser de 16.400 escravos entre 1850 e 1880, sendo em termos percentuais a província que mais perdeu essa população.¹⁶⁷ Em 1886, a estimativa era que o contingente de escravizados no Ceará estivesse reduzida a 2%, pois entre 1873 a 1880, o Ceará exportou cerca de 11.000 escravos pelo Porto de Fortaleza; além disso, essa população sofreu grande mortalidade durante a seca de 1877-1879.¹⁶⁸

Isso faz pensar que em 1884 a mão de obra escrava existente na província, embora ainda fosse utilizada, há muito coexistia com a livre, por isso, a libertação dos escravizados processada naquele ano “não teve impacto significativo sobre a evolução da economia cearense durante os anos 1880, ainda que tenha afetado – via um efeito-riqueza negativo – alguns plantadores que continuaram a depender do trabalho de seus escravos até a libertação”,¹⁶⁹ observando-se que o papel secundário do trabalho escravo na agricultura cearense era uma realidade desde a década de 1850. O relatório provincial de 1871 já indicava

¹⁶⁴ Em fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 1887, o presidente da província, Araujo Torreão, mostrava que, embora eliminada da província, a escravidão ainda existia no município de Milagres, (localizado no extremo Sul do Ceará, fronteira com a Paraíba – ver mapa – figura 01), ignorando a lei provincial, além da lei imperial n° 3.270, de setembro de 1885, que entre outros aspectos, tornava livre os escravos maiores de 60 anos. Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887.

¹⁶⁵ Para conhecer melhor sobre o tema ver: MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em História. Niterói, 2012.

Uma das motivações para a libertação dos escravos no Ceará, recai sobre a concentração do número de cativos, principalmente indo de províncias do Norte para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Percebendo o perigo político do grande número de escravos nesses locais, os governos dessas províncias aprovaram leis que estabeleciam impostos proibitivos sobre a importação de escravos. Essa medida teve como consequência uma queda rápida do preço dos escravos nas regiões exportadoras. Assim, as dificuldades de vendê-los, somada à pequena demanda por essa mão de obra em nível local, podem ser considerados fatores que possibilitaram a libertação espontânea dos escravos no Ceará em 1884. LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo. *R. Bras. Econ.* Rio de Janeiro, v. 42, n° 04, p. 317-69 out./dez. 1988.

¹⁶⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 95.

¹⁶⁷ PINHEIRO, 1889/1990.

¹⁶⁸ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e officio com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

¹⁶⁹ LAGO, 1988, p. 352.

essa mão de obra como um fato condenado; e o trabalho livre, uma realidade já presente no Ceará.¹⁷⁰

Nas conclusões de Francisco José Pinheiro (1889-1990), houve uma redução da população escrava em relação ao número total de habitantes na segunda metade do século XIX. Quando avaliada a participação do escravo na agricultura, constatou-se que, em 1869, apenas 28% dos escravos estavam presos a essa atividade. Em 1872, o número era menor, 23%. Com isso, identificou-se que, enquanto a agricultura comercial cresceu, houve redução da participação do trabalho escravo nesse setor, ascendendo a produção agrícola “a partir de 1850, graças à utilização do homem ‘livre’/pobre”.¹⁷¹ Ao referir-se à expansão da economia cotoneira, Raimundo Girão (2000) avistou uma corrida por essa produção, na qual homens e mulheres abandonavam as suas atividades, como plantação de mandiocas e até os teares, para se dedicarem a essa cultura. Como mostrei na Tabela 03, a partir de 1864-65 até 1876-77, o algodão teve colheitas que renderam números até então desconhecidos no Ceará. Para o autor, esse resultado “era devido ao trabalho livre; o lavrador preferia pagar aos assalariados 1\$280 diários, a empregar na roça seus poucos escravos”,¹⁷² embora tenha que ressaltar que o salário pago aos trabalhadores variava de um ano para o outro, e até mesmo durante o ano, levando-se em conta as perspectivas da produção agrícola de acordo com o inverno.¹⁷³ Isso era tão real que, diferentemente do valor diário citado anteriormente, após a retomada da produção de algodão nos Estados Unidos, a diária de trabalho no Ceará caiu para até 500 réis.¹⁷⁴

Vê-se que a redução da mão de obra escrava e o crescimento da agricultura comercial marcavam transformações importantes no Ceará, na segunda metade do século XIX. Essas mudanças colocaram em destaque “a necessidade de organizar as relações de trabalho na província, tendo por base o homem livre/pobre nacional”,¹⁷⁵ tido no projeto dos grupos dominantes locais como o que existia de viável para solucionar a necessidade da força de trabalho.¹⁷⁶

¹⁷⁰ Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente da Província do Ceará, pelo 2º vice-presidente da mesma, Coronel Joaquim da Cunha Freire, no ato de passar-lhe a administração, em 20 de janeiro de 1871. Typographia Cearense. Fortaleza, 1871.

¹⁷¹ PINHEIRO, 1889-1890, p. 205.

¹⁷² GIRÃO, 1863, p. 233.

¹⁷³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹⁷⁴ GIRÃO, 1863.

¹⁷⁵ PINHEIRO, 1889/1990, p. 202.

¹⁷⁶ Na análise de Francisco José Pinheiro (1889-1990), o homem livre pobre era apontado pelos grupos dominantes locais como a força de trabalho mais viável para solucionar a necessidade mão de obra, surgindo com isso o debate nos jornais cearenses na primeira metade do século XIX, da necessidade de criar leis para regularizar o sistema de trabalho. As principais dificuldades apontadas para organizar as relações de trabalho eram a vadiagem e a preguiça – que o autor interpreta como sendo uma possível resistência do homem livre à submissão do trabalho disciplinado, e à instabilidade desses trabalhadores. Diante dessa situação, Pinheiro indica

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), a constituição da implantação do sistema mercantil no Brasil deu origem a “uma formação *sui generis* de homens livres” não incorporados a esses aparelhos. Essa situação proporcionou a existência de “homens destituídos da propriedade dos meios de produção”, parecendo como um “conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram”.¹⁷⁷ Como afirmou Funes (2000), o contingente populacional de homens livres, formado em sua maioria por pobres, negros e pardos, que penetrou o Ceará durante o seu processo de ocupação e expansão, alocou-se nesse território na condição de vaqueiros, como morador ou agregado, dentro dos limites das fazendas de criação. Conforme demonstrado, diferentemente de outras províncias do Império, no Ceará, esses grupos já apareciam incorporados ao sistema produtivo voltado para o comércio de bens agrícolas, antes mesmo da segunda metade do século XIX. O que aconteceu depois desse período foi a ampliação da participação de força de trabalho, como, por exemplo, no cultivo do algodão.

A própria natureza da cultura algodoeira talvez possa também indicar a opção do trabalho livre ao escravo; com um ciclo vegetativo que requeria menor tempo de dedicação na capina, não necessitava de “braços” durante o ano completo, e a sua colheita não demandava braços fortes para a execução; com isso, não era rentável manter um escravo para trabalhar apenas alguns meses por ano, sendo mais vantajoso o trabalho livre.¹⁷⁸ Essa situação fez com que fosse inviável comprar escravos para destinar a essa prática, visto que possivelmente em algumas épocas do ano não teriam ocupação, sendo mais rendoso o pagamento aos moradores locais pelo tempo trabalhado, até mesmo com a ascensão do valor das diárias, quando o algodão passou a ser muito procurado. Também, por ser um produto leve, o algodão podia ser colhido por mulheres e crianças.¹⁷⁹ Outro aspecto importante a ser observado é que a cultura algodoeira não ficou restrita apenas aos grandes proprietários. “Os poucos e pequenos proprietários e moradores passaram (...) a semeá-lo nos pedaços de terra de que dispunham, associando ao milho e ao feijão, a fim de colher no mesmo roçado o produto de subsistência e o de venda”,¹⁸⁰ tornando-se uma cultura dos ricos e dos pobres, por isso, ser considerada “uma indústria adequada a esta província (...): pode explorá-la tanto a grande como a pequena

que a principal estratégia utilizada pelos grupos dominantes foi controlar o acesso à terra, entre elas, a relação latifúndio/minifúndio, submetendo o pequeno produtor ao grande proprietário.

¹⁷⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 14.

¹⁷⁸ ANDRADE, 1973.

¹⁷⁹ ANDRADE, 1973.

¹⁸⁰ ANDRADE, 1973, p. 154.

lavoura”.¹⁸¹ Em 1886, Joaquim Costa Barradas elogiava as qualidades de se cultivar algodão. Por ser uma planta que, pelas suas características de cultivo, servia também ao pobre,

a cultura do algodão é a mais fácil e não exige senão metade ou a terça parte do trabalho que requer a do café e a do milho. Como esgota depressa o solo, não deve ser muito extensa, senão em lavras de pequenas dimensões. Presta-se a ser tratada pelo pobre, como pelo abastado agricultor. É a lavoura popular por excelência.¹⁸²

Embora tenha sido praticada em escala ampla, enquanto a escravidão ainda era o sustentáculo da força de trabalho na maioria das províncias do Império, a mão de obra livre também limitava em certos momentos a expansão da agricultura cearense. No relatório de 1881, o presidente Pedro Leão Veloso, ao expor os principais avanços que poderiam ser feitos em relação à produção de cana e dos seus derivados, reconhecia as dificuldades que impediam uma maior expansão. Mesmo nas escalas permitidas pelas circunstâncias, de todo modo peculiares, a província “não tem nem poderá ter a grande lavoura; visto que se pode dizer que só tem o trabalho livre e este ainda não permite a sustentação de grandes núcleos de trabalhadores, formando vastos estabelecimentos agrícolas”.¹⁸³ A falta de trabalhadores para o desempenho das diversas culturas era tema comum na documentação analisada, principalmente após os períodos de seca, quando a migração se acentuava.

A situação acima foi descrita poucos anos após o fim da seca da década de 1870, que provocou a morte e a migração de muitos cearenses. Mesmo com isso, é de se observar que a população do Ceará voltava à curva ascendente com facilidade. O relatório do Ministério do Império de 1888, ao evidenciar a recuperação econômica da província após a seca da década anterior, associava esse feito ao aumento populacional, pois mesmo com a perda de vidas que sofrera, chegava à época do início da nova seca, com 932.00 habitantes.¹⁸⁴ Números ascendentes já vinham sendo relatados anteriormente. Pedro Costa Barradas presumia, em 1886, ter o Ceará, uma população de 915.000 pessoas. Esse crescimento rápido, segundo ele, tinha uma explicação:

¹⁸¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 16.

¹⁸² Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, p. 33.

¹⁸³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 20.

¹⁸⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

A secura da atmosfera, a regularidade de temperatura, a ventilação franca do mar, a serenidade das noites, a ausência de tremedais ou pântanos, tornam-na eminentemente salubre e própria a procriação. Além disto, tendo a natureza obrigando o sertanejo a sobriedade, porque durante 7 meses de verão vive das provisões guardadas do inverno, a fez a raça a uma existência simples, de limitadas ambições e necessidades, espécie de chinês que se contenta como arroz de suas lavras. Produção excessiva de população, rudeza do solo, eis os dons propulsores da civilização cearense: aquele operando no sentido de aumentar o capital social; este estimulando o homem a tirar de maninha herdade, por dobrada atividade, a subsistência de que carece.¹⁸⁵

O aumento populacional, em certa medida, prejudicava o trabalhador pobre que vivia de diárias. No mesmo relatório de 1886, o presidente Pedro Costa Barradas alertava para a inferioridade do valor da jornada de trabalho de 9 horas, pago no Ceará: em Fortaleza, não excedendo 800 réis, nas cidades do centro da província, pelo mesmo tempo laboral, pagava-se em média de 400 a 700 réis. Esse fenômeno é explicado, segundo ele, por três fatores: abundância de braços, procura por trabalho e população improdutiva.

O modo de vida do trabalhador livre, em paralelo à cultura do algodão, principalmente após as quedas no preço desse gênero, era regulado pela divisão do tempo entre a agricultura de subsistência e a prestação de serviços aos fazendeiros, em atividades que envolviam todo o grupo familiar. Na produção para consumo da família, após a derrubada e da queima da mata, a terra estava pronta para a sementeira, quando iniciasse o período de chuvas. A família participava da atividade de plantio de sementes, como milho e feijão. Após isso, parte do grupo familiar mantinha o roçado limpo, enquanto o pai poderia trabalhar recebendo algum pagamento nas grandes e médias propriedades;¹⁸⁶ embora, mesmo praticando uma economia de subsistência, esse núcleo familiar estava “ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde se tem a roça”.¹⁸⁷

A participação da mão de obra livre nessas atividades, enquanto também se cultivava gêneros para consumo interno, como os já citados, “sugere o ajustamento de temporalidades distintas”, pois os calendários de cultivo e colheita dessas diferentes culturas eram regidos por calendários agrários específicos.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, anexo 04, p. 09.

¹⁸⁶ ANDRADE, 1973.

¹⁸⁷ FURTADO, 2007, p. 177.

¹⁸⁸ MOURA, Denise A. Soares de. Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888). *América Latina en la historia económica* número 27, enero-junio de 2007, p. 93.

Em sintonia com a realidade de oferta de mão de obra presente no Ceará, o trabalho livre já aparecia como uma vantagem até mesmo para um tipo de cultura específica, como a do fumo, que por ser uma lavoura que não expandia grandes dimensões e “pelo cuidado que requer e exigindo diminutíssimos capitais na sua exploração, é por sua natureza a mais apropriada ao regime do trabalho livre e a constituição da propriedade territorial no Ceará, onde não existe a ‘fazenda’ com o seu cortejo de escravidão e senzalas”.¹⁸⁹

Em relação à produção de cana, penso que o custo associado à compra do escravo pode ter contribuído pela opção do trabalho livre. Para suprir a necessidade de braços, muitos proprietários de províncias que produziam cana permitiam o estabelecimento de moradores em suas terras, desde que trabalhassem na fazenda por alguns dias da semana a preços mais baixos. Nos demais dias, poderiam cuidar da sua própria roça. Esse sistema fez surgir o que foi denominado de “‘moradores de condição’, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo”.¹⁹⁰

Além do sistema de condição, existia também o de parceria, adotado na produção de algodão, comum principalmente entre os pequenos e médios agricultores que recebiam terras cedidas dos grandes latifundiários. No período em que a maior parte das terras eram concentradas nas mãos de poucos proprietários, a parceria tornou-se uma importante relação no trabalho na economia do algodão. Pelo uso da terra, o lavrador cedia parte da colheita para o proprietário, o que trazia vantagens para esse último, pois os custos da força de trabalho ficavam com o parceiro, ele não corria grandes riscos de sofrer prejuízos caso a colheita fosse ruim.¹⁹¹ Dito isso, é perceptível “que essas relações eram gêneros de arrendamento não-monetário, formas de exploração, sob as quais se escondia a expropriação do proprietário de parte do trabalho alheio”,¹⁹² porém, embora comandasse esse sistema de relação, os proprietários das terras dependiam da “sujeição desses homens ao trabalho”.¹⁹³

Na pecuária, relações de trabalhos parecidas também eram firmadas. Os fazendeiros, que optavam por viver nos centros urbanos, deixavam a fazenda sob a administração e cuidados do vaqueiro. Nesse sistema, o vaqueiro tinha direito a um de cada quatro bezerros ou animal que nascesse na fazenda. As crias recebidas por ele poderiam crescer junto às do

¹⁸⁹ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, p. 42.

¹⁹⁰ ANDRADE, 1973, p. 104.

¹⁹¹ GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

¹⁹² GONÇALVES, 2002, p. 153.

¹⁹³ GONÇALVES, 2002, p. 154.

fazendeiro, ou em algumas situações, este era obrigado a vender a sua “sorte”, tirando assim a possibilidade de esse trabalhador constituir seu próprio rebanho.¹⁹⁴ Observa-se que, da mesma forma como ocorria na agricultura, o trabalho desenvolvido na pecuária também era livre; não recebendo o vaqueiro um salário, mas por meio da partilha da produção, algo que parece ser vantajoso ao proprietário, pois este pouco tinha a gastar com mão de obra.

A forma de trabalho conduzida na pecuária contribuiu para as relações sociais de dependência e “de tipo paternalista”.¹⁹⁵ Nesse tipo de vínculo, embora pudessem ter o seu cultivo, tanto o vaqueiro, parceiros, quanto os demais agregados, não poderiam produzir nas melhores terras, pois elas eram destinadas às atividades principais da fazenda, seja a pecuária ou o algodão, por exemplo.¹⁹⁶ Isso levou ao binômio que Frederico de Castro Neves definiu como “submissão *versus* proteção”, algo diretamente ligado às condições da ocupação do território cearense, que conduziram ao tipo de relacionamento firmado por meio da mutualidade.¹⁹⁷ Quando observada no conjunto, encontra-se a principal atividade da economia criatória, ligada à subsistência da população local, sendo o gado uma “fonte quase única de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente em tudo”.¹⁹⁸

Quanto ao emprego do trabalho escravo na pecuária, pode-se dizer que “representava um mercado de ínfimas dimensões”.¹⁹⁹ A ausência dessa mão de obra na atividade pecuarista foi explicada pelo presidente da província Costa Barradas, por este não se tornar necessário para o trabalho na terra da fazenda, pela falta de “confiança do criador para, na independência e solidão dos campos, pasturar o gado”,²⁰⁰ e pela produtividade do trabalho livre.

Pode-se verificar que a existência do trabalho remunerado e os demais mecanismos de vínculos de trabalho e uso da terra, colocavam o homem pobre livre em um patamar de desigualdade, pois “embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada”.²⁰¹ Em outras palavras, os homens livres pobres, que trabalhavam nas terras dos ricos, estavam expostos a todo tipo de autoridade que vinha deles. Podiam fazer uso da terra, retirar o seu sustento, mas de tudo que produzissem, parte era entregue ao proprietário, além de estarem sujeitos aos seus desmandos. Um claro exemplo disso é descrito

¹⁹⁴ ANDRADE, 1973.

¹⁹⁵ NEVES, 2000, p. 43.

¹⁹⁶ NEVES, 2000.

¹⁹⁷ NEVES, 2000, p. 42.

¹⁹⁸ FURTADO, 2007, p. 100.

¹⁹⁹ FURTADO, 2007, p. 99.

²⁰⁰ Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886, anexo 04, p. 08.

²⁰¹ FURTADO, 2007, p. 177.

no jornal *Cearense*, em 2 de outubro de 1877. A correspondência reproduzida, enviada de Sobral pelo Padre José Thomaz, mostrava que a população residente na serra estava exposta às decisões dos grandes proprietários. Enquanto percorria a seca, “os fazendeiros do sertão, por serem ricos e donos dos principais sítios da serra, *encheram* a serra de gados, a fim de os fazerem escapar da seca”. A queixa feita no jornal identifica o problema que existia nessa sociedade, em que os pobres cultivavam na terra dos ricos, e estes faziam o que desejavam com suas propriedades, da forma como lhes conviesse.

(...) os plantadores da serra são quase exclusivamente os pobres caboclos e que estes têm sua lavoura pela maior parte nas terras dos ricos (...) e por isso não podem ter voz alguma, e nem o direito de queixar-se, porque imediatamente serão despedidos e confiscados os restos de suas lavouras destruídas pelos bichos do arrogante patrão. (...) Já milhares de rezes estão se refrigerando na serra, e todos os dias sobem os magotes! E os *vigilantes* fiscais nada podem fazer em contrário, porque o gado é do branco e rico, *para quem não foi feita a lei*; e este pouco se importa, que morram de fome dez caboclos plantadores, contanto que salve a vida de um seu garrote magro.²⁰²

A fala do padre deixa explícito um problema social,²⁰³ que, longe de ser algo concentrado na Meruoca, era a realidade comum na província, como afirmei anteriormente. A voz do padre, levantada em favor daqueles que não tinham sequer “o direito de queixar-se”, expõe a desigualdade de relações quando o Ceará tinha como forte força de trabalho a mão de obra do homem livre. Esse sistema de sujeição, mesmo denunciado, era uma ordem que se deve dizer, inalterada, estabelecida, desde o processo de colonização, por isso, pode-se afirmar que a seca não atuava “sobre uma matéria bruta, mas sobre um conjunto de condições sócio-históricas definidas, nas quais se insere fundamentalmente a organização socioeconômica camponesa de tipo ‘tradicional’”.²⁰⁴ Essas relações de dependência dos que trabalhavam em relação aos possuidores das terras, sintoma imediato da concentração fundiária, mostra uma sociedade marginalizada, limitando o acesso dos despossuídos à terra e

²⁰² JOSÉ THOMAZ. *Cearense*, nº 84, p. 02, ano 31, 04 out. 1877.

²⁰³ Para reforçar a continuidade dessa prática, o padre ainda transcreveu histórias de acontecimentos de 1825, segundo ele, contadas pelos velhos caboclos, que possuíam o mesmo teor da sua carta-denúncia. “Os brancos fazendeiros daquele tempo, ascendentes bem próximos dos brancos de hoje, depois de terem destruído com os seus gados as lavouras dos pobres serranos, ou de apostar em si delas por pouco mais de nada, o deixaram entregue aos horrores da fome! E quando esses pobres parias acoitados da cruel fome matavam um garrote do branco conquistador, ou arrancar vale um miserável pau de mandioca, era imediatamente agarrado, e sem mais forma de processo levado a praça pública de Sobral, ligando ao despótico pelourinho, e batido tão desapiadadamente, que muitos exalavam ali mesmo o último suspiro! Outros dali levados em braços iam curtir as longas dores provenientes das inúmeras chibatadas! Aqueles cruéis verdugos nem ao menos ao sexo frágil poupavam as torturas, porque quantas pobres mulheres até por serem apanhadas colhendo maracujás silvestres nas terras do branco, não tinham as mãos arrebetados com pesadas palmatórias sobre duros brancos de madeira?!”. JOSÉ THOMAZ. *Cearense*, nº 84, p. 02, ano 31, 04 out. 1877.

²⁰⁴ NEVES, 2000, p. 44.

aos meios produtivos. Em momentos críticos de falta de chuvas, a subordinação aos proprietários das terras tornava-se mais intensa. Porém o que se observa é que ao longo do século XIX, as grandes secas provocaram um rompimento dessas relações no sertão cearense,²⁰⁵ pois elas significavam episódios de dificuldades profundas, acarretando a mobilidade humana e grande número de mortos. Levando como base a estrutura da economia camponesa, as dificuldades provocadas pela falta de chuvas “significava a impossibilidade de ‘atravessar’ a seca em condições mínimas de ‘segurança alimentar’ em que a proteção oferecida pelo proprietário torna-se insuficiente e as famílias tornam-se assim ‘retirantes’ à procura de trabalho e comida”.²⁰⁶

²⁰⁵ GONÇALVES, 2002.

²⁰⁶ NEVES, 2000, p. 47.

Capítulo II

O Piauí no século XIX: economia, trabalho e relações de contato com o Ceará

01 A Província criadora e da agricultura de subsistência

Em 1884, assim como em anos anteriores e posteriores, a condição de desenvolvimento da agricultura no Piauí, era tema dos relatórios provinciais. Nesse ano, alertou o presidente Victorio da Costa: “A agricultura constitui uma das grandes divisões da indústria (...). Não ignoreis quão atrasada está, (...) e quanto se faz preciso para o seu desenvolvimento e para a riqueza da vossa população”.¹ Na fala do presidente, não somente a falta de incremento da produção agrícola era um obstáculo para a evolução econômica do Piauí, mas a pecuária, “principal indústria da província”, também permanecia quase completamente na inércia, mesmo sendo possível a exploração de gêneros associados a esse setor. Era nesse contexto que se situava a economia do Piauí na segunda metade do século XIX, tendo como principais ramos do desenvolvimento a pecuária, a agricultura de subsistência e a exportação de alguns gêneros, como o algodão.²

Ligada ao processo de colonização das terras que vieram a compor o Piauí, a criação de gado nessa região data da segunda metade do século XVIII, quando foram estabelecidas próximas aos rios Piauí e Canindé as primeiras fazendas, fundamentais para o movimento de ocupação do território. Luiz Mott cita uma das explicações para que as fazendas de gado tenham se expandido no solo piauiense, em detrimento da agricultura. Para ele, a vantagem econômica desse sistema era evidente: além de pastagens naturais propícias para a criação, regiões vizinhas como a Bahia e o Maranhão, que se dedicavam à lavoura comercial, como cana, fumo e o algodão, consumiram por muito tempo a carne produzida no Piauí, pois lhes parecia mais rentável comprar do que criar; além disso, desenvolveu-se entre o povo piauiense, o que ele chamou de “ideologia da pecuária”, instigadora do enaltecimento da atividade criadora.³ Mesmo com seu desenvolvimento ao longo dos séculos, pode-se dizer que economicamente a pecuária mostrou-se um setor frágil, na medida em que não foi capaz de “germinar outras atividades produtivas”. Esse sistema de produção caracterizou-se desde o princípio por um complexo de dependência, sem muitas iniciativas próprias; com os

¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884.

² QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 2006.

³ MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

moradores das fazendas que dependiam dos proprietários das terras, e estes da ação da natureza. Isso fez com que a pecuária extensiva implantada no Piauí tivesse como produto “uma economia primitiva, tradicional e passiva dentro do sistema econômico em formação no Brasil, do qual cada vez mais se distanciava”.⁴

Mesmo assim, a fazenda de gado foi o eixo pelo qual ocorreu o desenvolvimento da ocupação do Piauí, constituindo-se por muito tempo no único estabelecimento de exploração econômica.⁵ O fato de existirem no Piauí “recursos naturais favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, (...) possibilitou o crescimento quantitativo dos rebanhos”.⁶ A falta de melhoramento genético e o manejo inadequado, propiciou a formação da raça pé-duro, já adaptada e resistente às condições adversas da região, como períodos de pouco pasto e água.

Ainda que sendo criados com técnicas primitivas, os rebanhos piauienses possuíam uma boa aceitação no mercado, tanto dos núcleos urbanos do litoral açucareiro, como também das zonas de exploração de Minas Gerais,⁷ estabelecendo-se, no Piauí, parte das mais importantes fazendas de criação do Norte do Brasil, chegando a “monopolizar os mercados consumidores de gado que se ampliavam com o surgimento de outras praças”,⁸ abastecia o Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, até o século XVIII, quando na segunda metade do século, essa atividade entra em uma fase, chamada por R. N. Monteiro de Santa, de “estagnação”,⁹ pois a partir daí permaneceu apenas como atividade de subsistência, ocupando cada vez mais terras. Nesse período, como estava associada ao crescimento populacional, a renda gerada pelas exportações do gado piauiense era insuficiente para garantir o nível de vida que estava em ascensão.¹⁰

Uma das referências para essa criação pecuária piauiense são as fazendas deixadas por Domingos Afonso Mafrense, em 1711, para os jesuítas, que por meio de uma excelente administração, conseguiram ampliar o rebanho, chegando a cerca de 32.000 cabeças de gado em 39 fazendas. Após a expulsão dos religiosos, as propriedades foram englobadas em três

⁴ MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995, p. 60.

⁵ SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Academia piauiense de letras, 2001.

⁶ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 71.

⁷ MENDES, 1995.

⁸ BRANDÃO, 2015, p. 71.

⁹ Segundo Lima (2016), o período que vai da segunda metade do século XVIII até a primeira do XIX, definida pela historiografia como de “estagnação”, é um período também de mudanças significativas, pois no campo fundiário houve a descentralização das terras com a divisão entre os herdeiros; economicamente houve, embora forçada pela crise, a comercialização de produtos derivados da pecuária, mostrando a existência de uma diversificação, além de variedade na produção agrícola com foco no mercado regional e de exportação. LIMA Solimar Oliveira. *Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista*. Teresina: EDUFPI, 2016.

¹⁰ SANTANA, 2001.

departamentos: Nazaré, Canindé e Piauí. Em 1811, existiam 35 fazendas com um total de 50.760 cabeças de gado, além de outros animais como cavalos, bestas e jumentos. Em 1852, essas fazendas, conhecidas antes Fazendas da Coroa, já nessa época, Fazendas Nacionais, ainda somavam aproximadamente 65 mil cabeças de animais, entre gado vacum, (quase 50 mil), bezerros (quase 12 mil), além de cavalos e poldros.

Por falta de medidas protetoras e estimuladoras da administração governamental, gestão ineficiente e atraso em relação ao uso de novas técnicas de criação, esses estabelecimentos, aos poucos, começaram a entrar em declínio.¹¹ Usando o sistema de parceria, as fazendas particulares geravam mais lucros, pois havia maior interesse do vaqueiro, e a supervisão do proprietário ou de seus representantes era mais comum. Ainda assim, mesmo com a má administração, as Fazendas Nacionais não ofereciam prejuízos. Em números, por exemplo, a receita das Fazendas do departamento de Canindé, entre os anos de 1883 e 1886, foi de 42:213\$190, e a despesa de 11:122\$105, resultando um saldo em favor do Estado de 31:091\$085.¹²

No Piauí, foram implantadas charqueadas, que se desenvolveram entre as três últimas décadas do século XVIII e as três primeiras do XIX, principalmente em Parnaíba, predominando no mercado, a partir daí, o charque do Rio Grande do Sul.¹³ Ainda nas três últimas décadas do século XVIII, o preço do gado começou a reduzir, provocado em parte pela grande quantidade de oferta em relação ao mercado consumidor, além da concorrência da carne do Sul e das perdas sofridas em percursos longos até os centros compradores; nas viagens, os que resistiam chegavam cansados e magros, reduzindo a renda dos criadores e comerciantes.¹⁴

Segundo Lima, (2016), o transporte do gado até o seu destino poderia se estender por muitas semanas. Tomando como base a saída de Oeiras, até o destino era em média 40 dias, sendo comercializando apenas 50% do gado, pois além das péssimas estradas, muitos outros obstáculos deveriam ser superados, como os ataques de animais, desgarramentos, fadigas e os furtos.¹⁵ Além desse, entre os outros motivos que explicam essa decadência, pode-se citar: uso de técnicas rudimentares, incidência das secas “que majoravam os preços da comercialização

¹¹ KNOX, Miridan Brito. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

¹² LIMA, 2016.

¹³ BRANDÃO, 2015.

¹⁴ MENDES, 1995.

¹⁵ LIMA, 2016.

dos produtos e prejudicavam o desenvolvimento vegetativo do rebanho”, e a falta de crédito que apoiasse o desenvolvimento de uma indústria de carne salgada.¹⁶

Na visão de R. N. Monteiro Santana (2001), a pecuária do Piauí, não pode ser definida como um “ciclo”. “Elemento preponderante na formação piauiense, na medida em que concorreu para a integração da área na obra da unidade nacional, apresentou sempre caráter de subsistência, limitante, por isso mesmo, as fronteiras econômicas aquém e além do Piauí”.¹⁷ Embora, tenha entrado em “estagnação” provocada pela redução dos níveis de rendimento, a pecuária piauiense não entrou em extinção. Na visão de Solimar Oliveira Lima (2016), esse ramo da economia local teve, ao longo dos séculos XVI ao XIX, sentido unicamente comercial: “criou-se para vender, como mercadoria”, embora existisse autoconsumo, muitas vezes regulado nas fazendas. Na fala do autor, ao longo dos séculos,

a pecuária foi exclusiva atividade produtiva comercial. A principal característica da oferta foi a autonomia frente à demanda, isto é, a oferta crescia independentemente do comportamento do mercado. Este fato é resultado do caráter extensivo da pecuária, que fazia crescer o rebanho e as áreas produtivas com incorporação de grandes, médias e pequenas propriedades, embora durante os séculos, predominassem as grandes fazendas. Entretanto, o percurso de acumulação de riquezas não deve ser considerado homogêneo quando se considera o comportamento do mercado. *Destacando-se* fases de retração e expansão da comercialização, tendo em vista que a oferta permaneceu (...) independentemente do mercado, em fraco crescimento do rebanho (...) até o final do século XIX.¹⁸

O que se observou foram mudanças econômicas em outros mercados que provocaram condições desfavoráveis ao comércio do gado piauiense, podendo ser citado o próprio desenvolvimento da pecuária em outras regiões, que passaram a vender para os compradores piauienses, ante o despreparo dessa província para concorrer com novos mercados.¹⁹

“Principal fonte de riqueza pública e particular”, durante a segunda metade do século XIX, a pecuária ainda mantinha a condição preponderante na economia piauiense, com a receita provincial alimentada, majoritariamente, pela cobrança do dízimo, ocupando grande parte da população e mantendo o comércio dinâmico, mesmo que a disposição dessa atividade tenha tendido para o estacionamento e a decadência.²⁰ Em 1884, essa realidade ficava evidente. No relatório daquele ano, o presidente Victorio da Costa, ao criticar como se dava a cobrança do dízimo, afirmou: “a fonte de renda mais produtiva da província é, sem

¹⁶ KNOX, 1986, p. 26.

¹⁷ SANTANA, 2001, p. 32.

¹⁸ LIMA, 2016, p. 85-86.

¹⁹ SILVA, Rodrigo Caetano. Uma economia em outono: trabalhadores escravos ligados ao labor. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, 2020.

²⁰ QUEIROZ, 2006.

contestação, a proveniente do imposto sobre o gado”, porém, a maneira ineficiente como o dízimo era cobrado, ameaçava o futuro econômico do Piauí.²¹ No orçamento de 1880, a renda oriunda do imposto cobrado sobre a produção de gado vacum, muar e cavalari, atingiu a soma de 114:575\$533, sendo o primeiro e mais importante dos 58 tipos de taxações estabelecidos no orçamento, totalizando 291:897\$611.²² Em 1884, a receita provincial foi de 332:490\$165, desse valor, 138:872\$055, foi procedente na pecuária.²³ Nos anos posteriores, a expressividade das receitas produzidas por essa indústria também era aparente nos relatórios, mostrando que a província ainda era extremamente ligada a um setor da economia que caminhava, pelas condições de produção e escoamentos locais, em processo de lentidão, diante das possibilidades de exploração, tanto desse comércio quanto também de outros produtos gerados a partir dele.

As Fazendas Nacionais eram, nesse contexto econômico, uma importante fonte de renda para a província. Em 1881, os valores obtidos com a venda do gado nos departamentos Piauí e Nazaré, em um total de 16.447 animais, renderam 266:477\$400.²⁴ Em 1886, no departamento Canindé, entre rezes, crias e bois, somava-se 18.397 animais, além de éguas, burros e jumentos, que equivaliam à importância de 388:730\$000.²⁵ Para termos uma maior dimensão da produção pastoril do Piauí, mostro na tabela seguinte os números de bezerros nascidos por freguesia entre 1869 e 1879.

²¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 54.

²² Relatório com que o 3º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de julho de 1880. Teresina, Typ. da Imprensa, 1880.

²³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884.

²⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 07 de fevereiro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1881.

²⁵ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí, no dia 08 de outubro de 1886. Teresina, Typ. do Telephone, 1886.

Tabela 10: Demonstração da indústria pastoril (bezerros) da província do Piauí (1869-1879)²⁶

Freguesias ²⁷	1869-1870	1870-1871	1871-1872	1872-1873	1873-1874	1874-1875	1875-1876	1876-1877	1877-1878	1878-1879
Amparo	932	927	1.133	1.123	917	917	628	630	548	503
Dores	3.114	3.155	5.196	5.996	2.970	2.965	2.234	2.233	1.784	1.322
União	1.771	1.965	1.536	1.697	995	1.058	981	1.032	817	807
Barras	3.893	3.893	3.308	3.308	4.266	4.266	3.245	3.261	3.897	3.978
Batalha	2.295	2.318	1.661	1.696	2.265	2.665	2.409	2.409	1.986	1.986
Piracuruca	5.532	5.835	3.631	3.888	3.985	3.936	3.921	3.964	3.144	3.335
B. dos Lopes	4.559	4.935	3.090	3.229	3.019	3.101	3.336	3.489	2.130	2.288
Parnaíba	1.882	1.917	1.812	1.825	1.697	1.714	1.860	1.888	1.016	1.059
C. Maior	6.309	7.23?	5.939	6.338	7.442	6.492	6.079	6.170	4.413	3.201
Pedro II	2.885	3.039	2.179	2.218	2.213	2.293	2.190	2.213	1.382	1.264
Marvão	7.833	8.012	7.021	6.946	6.911	6.959	3.013	2.764	2.713	2.749
Valença	8.035	8.021	7.619	7.669	8.331	8.319	8.210	8.244	4.100	3.526
Picos	2.495	2.758	2.821	2.824	3.187	3.177	3.482	3.505	1.136	1.037
Jaicós	11.732	11.852	13.196	13.556	18.110	18.192	7.301	7.246	4.717	4.286
Oeiras	11.934	12.054	12.053	12.236	12.736	12.777	11.612	11.608	9.155	7.207
S. J. do Piauí	3.785	3.926	3.734	3.899	3.512	3.426	3.298	3.552	2.613	2.687
S. R. Nonato	5.591	6.098	6.260	6.510	5.873	5.958	5.027	3.215	3.042	3.141
S. Filomena	3.555	3.823	3.807	3.824	3.590	2.597	2.448	2.410	2.015	1.979
Corrente	3.236	3.228	2.370	2.385	1.690	1.679	1.868	1.870	1.500	1.495
Parnaguá	4.320	4.318	4.031	4.054	2.970	2.051	3.134	3.114	2.932	2.929
Bom Jesus	1.191	1.150	937	1.033	1.101	1.233	992	748	976	1.019
Jerumenha	3.907	4.058	3.463	3.725	3.556	4.598	3.755	4.087	4.341	4.261
Manga	3.027	3.142	2.978	3.084	2.697	3.935	3.437	3.692	3.105	3.152
Amarante	5.890	5.900	5.071	5.071	2.102	2.697	2.446	2.449	2.378	2.306
Regeneração					1.092	2.102	1.932	1.936	1.536	1.512
Piripiri			1.080	1.124	931	1.151	832	879	747	783
Livramento					1.823	953	913	83?	956	749
Humildes						1.823	2.766	2.850	2.205	2.026
Total	110.234	113.907	106.509	108.678	114.022	113.545	93.349	92.384	70.584	66.989

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 07 de fevereiro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1881.

O objetivo da exposição da tabela é, além de mostrar a importância da produção do gado vacum, que era criado em grande parte do solo da província, identificar as regiões onde havia maior concentração de rebanhos. Observa-se que em um período de dez anos, o número de bezerros nascidos foi levemente oscilante, quase sempre se mantendo no mesmo patamar, até os anos de 1875-1876, quando começou a reduzir em números totais. Esse comportamento

²⁶ Embora tenha optado em dispor na tabela apenas os dados relativos aos bezerros (gado vacum), o demonstrativo exposto no relatório provincial apresenta também os dados referentes ao número de poldros, burros e jumentos, que, embora não expressassem números significativos, comparados com a produção de bezerros, também tinham a importância nas rendas provinciais oriundas da pecuária. No período mostrado na tabela, o número de poldros, por exemplo, foi de 66.240.

²⁷ As freguesias N. S. do Amparo e N. S. das Dores, equivalem ao município de Teresina.

é observado em grande parte das freguesias, com destaque para Jaicós, que teve uma redução em mais da metade do seu rebanho de bezerros. Nos anos seguintes, o rebanho voltou a subir como nos anos 1882-83, com a importância de 11.929 crias. No centro-sul da província, também se destacava Oeiras. Perdendo o posto de capital do Piauí, quando a sede foi transferida para Teresina em 1852, o município foi destaque durante todo o período mostrado como o maior centro criador de gado piauiense. Mesmo nos anos de seca, quando se observa uma redução do número de bezerros em algumas freguesias, a antiga capital, mesmo bastante afetada, manteve a liderança.

Oeiras mostrava ser bastante próspera, ainda que tivesse o seu comércio limitado, principalmente pelas dificuldades de transporte, importando produtos de São Luís e Teresina a preços altos, “o município é de uma riqueza prodigiosa para todo gênero de criação e nele estão situadas as melhores fazendas (...) indústria esta que constitui o principal gênero de trabalho e riqueza da comarca”.²⁸ Os rios Canindé, Piauí, Riacho, Itaim, Guaribas e Fidalgos possibilitavam a abundância da sua criação, porém, não foi o suficiente para passar ileso pelos anos de seca, principalmente por ser para onde convergia grande número de cearenses que migravam em direção ao Piauí. Observa-se, na tabela, que nem todas as freguesias foram impactadas diretamente pela regressão do seu rebanho entre os anos de 1877-1879. Algumas apresentaram crescimento relativo, ou mantiveram-se estáveis, como Barras, Jerumenha e Bom Jesus, sendo a primeira delas ao Norte e as duas seguintes, mais ao Sul. Isso mostra que a seca não afetava significativamente todas as regiões do Piauí, como foram atingidos Jaicós e Valença, que aparecem em muitos documentos mantendo intenso comércio com o Ceará, principalmente do gado.

A pecuária, além de ser o eixo econômico mais importante para a província, possuía o mesmo significado para a grande parte das freguesias piauienses que não desempenhavam atividade diversa. Nas “Notícias das comarcas”, publicada em 1885, o principal gênero de riqueza e trabalho da maioria delas,²⁹ era a “indústria de criação de gado”. Com a chegada da seca, a atividade criatória era duramente afetada; mesmo com isso, o rebanho garantia a

²⁸ Notícia sobre as comarcas da província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In*: Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885.

²⁹ Segundo Teresinha Queiroz (2006), embora o movimento de ocupação do Piauí possa ser associado à expansão da criação do gado, houve concentração dessa atividade em algumas áreas específicas da província. Nesses locais, a pecuária definiu as características econômicas e sociais. Na Tabela 11, observam-se algumas freguesias onde essa atividade era reduzida, como Piri-piri, Regeneração, Livramento, Bom Jesus, União e até mesmo a freguesia do Amparo, ligada a Teresina.

capacidade alimentar da população local, pelo menos nos primeiros meses sem chuva. Quando a migração se tornava intensa e o gado começava a morrer pela fome e pela sede, a base econômica do Piauí, e a agricultura de subsistência, se mostravam extremamente frágeis para resistir aos efeitos do prolongamento das secas. Em 1878, o relatório encomendado pelo presidente da província, Araújo Costa, indicava que, por ser o Piauí uma província mais criadora do que agrícola, tendo sofrido baixas na produção de grãos no ano anterior, ao receber a cerca de 20 mil emigrantes repentinamente, teve seus problemas econômicos e sociais ampliados.³⁰

É certo que em períodos de crise, a economia tende a retrair, mas o que se observa é que possuindo sua principal fonte de renda associada ao dízimo do gado, as finanças provinciais se viam seriamente comprometidas, principalmente em um cenário que, tanto a migração de outras províncias, como também a interna, começava a ganhar força. Nos anos seguintes à seca de 1877-1879, o rebanho piauiense voltou a crescer. Em 1881-1882, o montante de bezerros já foi de 87.203, ante os 66.989 dos anos 1878-1879, mas ainda um pouco distante dos anos 1871-1872, quando esse total foi de 106.509.

Observando os dados existentes entre 1881 até 1885, identifica-se que o número se manteve oscilante a partir daí; apresentando redução do rebanho em relação a 1881-1882, quando teve pouco mais de 76 mil bezerros entre 1884-1885, com destaque para a produção de Jaicós, Campo Maior e Oeiras, que mesmo sofrendo redução significativa do seu gado em relação à década anterior, ainda possuía um dos maiores rebanhos do Piauí.³¹ Nas “Notícias das comarcas do Piauí”, publicadas na fala do presidente Castro Silva, Campo Maior era descrita com riqueza associada à criação de gado *vacum*, cavalariço e muar, que existiam em grande escala, além da criação de ovelhas, cabras e porcos. Na tabela abaixo, mostro a importância auferida com a exportação do gado entre os anos de 1877 a 1886.

³⁰ A COMISSÃO QUE SE DESIGNOU (...). *A imprensa*, nº 534, p. 02, ano XIII, 14 mar. 1878.

³¹ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí, no dia 08 de outubro de 1886. Teresina, Typ. do Telephone, 1886.

Tabela 11: Exportação de gado vacum, muar e cavalari (Província do Piauí – 1877-1886)

Anos financeiros	Importância
1877-1878	985\$00
1878-1879	1:657\$600
1879-1880	2:979\$200
1880-1881	2:737\$600
1881-1882	4:494\$000
1882-1883	30:899\$000
1883-1884	11:091\$000
1884-1885	11:683\$000
1885-1886	9:158\$300
Total	75:684\$700

Fonte: fala com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí, no dia 08 de outubro de 1886. Teresina, Typ. do Telephone, 1886.

Os números são ascendentes à medida que os anos vão progredindo, pois partem do período da seca, quando já vimos que houve um decréscimo significativo do número de bezerros na grande parte das freguesias do Piauí, atingindo diretamente o valor do dízimo arrecadado. A partir daí, as cifras progredem paulatinamente, até um grande pico nos anos 1882-1883, voltando a decrescer bruscamente, da mesma forma que ascenderam. Se olharmos no conjunto, é visível que, se tirado o ano do pico da arrecadação, a importância final auferida pela província com esse imposto, reduz em aproximadamente 40%.

Segundo Teresinha Queiroz (2006), entre os anos de 1850 e 1890, as receitas oriundas da pecuária eram correspondentes a 50% de tudo que o tesouro da província arrecadava. No comércio externo, o principal mercado da carne piauiense era a Guiana Francesa; no Brasil, a carne era exportada para as províncias vizinhas, obedecendo a duas rotas, seja para comercialização direta pelos fazendeiros, ou para ser comercializada por negociantes de gado e arrematantes, entrando por Pernambuco, atravessando o Rio São Francisco e chegando até Salvador, ou entrando diretamente pela Bahia, e assim, como na outra rota, chegando até a mesma capital.³²

Pela tabela, vejo que a cada ano essa renda tornava-se mais escassa, portanto, é visível que “as receitas provinciais nesse período foram, em geral, estacionárias, ou apresentaram-se em declínio, o que evidencia perdas sensíveis na economia”.³³ Além da redução dos rebanhos, evidencia-se que era pouca a produção dos derivados do gado vacum, destacando-se em grande medida o couro exportado para o exterior, principalmente para a Inglaterra.³⁴

³² LIMA, 2016.

³³ QUEIROZ, 2006, p. 20.

³⁴ QUEIROZ, 2006.

Como o dízimo era baseado no valor comercial do produto tributado, as oscilações do preço do gado, faziam igualmente oscilar o orçamento provincial. Nos períodos de seca, com perda de pastagens, a cotação do gado caía drasticamente em todas as áreas atingidas, pois a oferta do gado de corte se tornava alta. Após a seca, a reposição do rebanho cearense era feita com aquisição de “gado de cria do Piauí, menos afetado pela falta de chuva e de pecuária mais rica”. Quando essas províncias recuperavam seus rebanhos, o valor do gado piauiense caia junto ao mercado. Esse era um dos grandes problemas que afetavam esse setor, pois “enquanto se debilitavam os rebanhos piauienses como consequência do meio geográfico e da contínua evasão de gado de cria para as províncias vizinhas, como a de degenerescência dos rebanhos”, fazendeiros e as autoridades públicas, se mantinham quase apáticos em relação ao assunto,³⁵ quase sempre apenas apontando os problemas existentes, dando soluções, mas pouco agindo para mudar a realidade em que se encontrava essa indústria.

Quando Victorio da Costa alertou, em 1884, sobre a inércia em que se encontrava a pecuária da província, sugeriu a diversificação do aproveitamento dos seus recursos, uma delas era uma companhia de fabricação de carne seca. Embora reconhecesse que as charqueadas fossem uma indústria do passado, acreditava-se que se usados processos modernos de manejo, poderiam ser aceitas nos mercados estrangeiros. Citava também a necessidade de fabricação para o mercado de queijos, manteiga e leite condensado, este último, ainda não conhecido no Piauí.³⁶

³⁵ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Vol. 04. Teresina: FUNDAP; Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p. 189. Em outra publicação, Odilon Nunes afirma que a venda para “fundação de currais” em outras províncias do Norte, era prática realizada em grande escola, pelos particulares, sempre em busca de melhor lucro. NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

³⁶ Ideias para tentar tornar a pecuária piauiense mais rentável foram publicadas no mesmo ano da fala de Victorio da Costa, pelo engenheiro-agrônomo Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, no jornal *A Imprensa*. Em um longo artigo com intitulado “A exportação dos gados de criar e os meios de impedi-la”, o autor fazia uma reflexão sobre as vantagens da formação de associações que exploram a pecuária piauiense. Tomava como base associações existentes no Sul do Brasil, voltadas para a produção de açúcar. Acreditava que seria possível criar no Piauí “uma grande associação destinada a promover a prosperidade da criação pecuária, salvando-a dos males que a afligem e retardam o seu desenvolvimento”. Além da seca que atingira a pecuária piauiense entre 1877-1879, e da irregularidade das chuvas em diversos pontos da província nos anos seguintes, a exportação de gado de criar (que os cearenses comumente buscavam no Piauí, após os períodos de seca), que não era “obstada com impostos proibitivos”, segundo ele, colocava em risco de extinção o rebanho piauiense. Descartados os incentivos públicos para a sua ideia, Ricardo Ernesto, apresentou a proposta para Mariano Gil Castelo Branco, que já havia visitado as charqueadas na Argentina, descobrindo a partir daí, que outros proprietários, “homens influentes na província”, como Jacob Almendra, Holanda Costa Freire, Jesuino Moura e Cyro Ferraz, também acreditavam na ideia. Embora seu plano não tenha vingado, o autor do artigo pensava em constituir uma sociedade anônima, que compraria todo o gado de criar existente na província, seja ele da esfera pública ou privada, e manteria nas respectivas fazendas com o objetivo de multiplicar a criação. A partir disso, introduziria melhoramentos com base na zootecnia e formaria charqueadas. A forma de tornar essa proposta exequível é descrita ao longo do seu texto: contaria com sócios que, comprando as fazendas, investiam capital para que estas prosperassem. Batizada de “Sociedade Promotora do desenvolvimento da indústria pastoril”, definiu-a com o objetivo de “atenuar os males já sofridos pela criação, e sustar a exportação de gado de criar”. CARVALHO, Ricardo Ernesto Ferreira de. *A imprensa*, nº 813, p., 02-03, ano XIX, 15 mar. 1884. Em 1906, Ricardo Ernesto

O outro problema avistado pelo presidente foi o uso de práticas rotineiras, por parte dos criadores, que agindo contra “seus próprios interesses”, abandonavam os seus rebanhos à ação da natureza, criando o gado quase primitivamente, sem a seleção, cruzamento de raças, nem uso de técnicas de zootecnia e veterinária.³⁷ Em 1885, o presidente Castro Silva dirigia fala com as mesmas críticas. Segundo ele, os processos utilizados na pecuária eram os mesmos conhecidos dois séculos antes, quando foram implantadas as primeiras fazendas. Mesmo com esse descaso, a pecuária sobrevivia como a principal riqueza da província, e além de ser a atividade mais importante, era a mais tributada.³⁸

Além da estagnação, entre outros fatores, pela não adesão às práticas de melhoramento genético e criação, as secas também eram apontadas como elemento ameaçador dos rumos da pecuária piauiense. Com a vida econômica da província diretamente vinculada a esse setor, a advertência sobre as secas era uma constante. A referência mais recente foi a grande seca que tinha iniciado da segunda metade da década anterior. O exemplo do aniquilamento do rebanho cearense nesse período era um alerta. A opção para evitar o problema era a diversificação econômica, consagrando-se outros ramos da indústria, de modo que a província não ficasse exposta a tais condições.³⁹

Em 1888, ano em que iniciou outra grande seca, o Piauí sofria com a baixa de preço da sua produção de carne. O Maranhão, antes comprador do gado piauiense, a essa época já possuía uma criação para o seu próprio consumo. O mercado paraense, àquela época, era abastecido por carne enviada do Ceará. Nesse cenário de decadência, “o único recurso” avistado por Viveiros de Castro, presidente da província, era a iniciação do preparo de charque. A ideia foi atribuída tanta relevância, que mesmo a província estando em estado financeiro calamitoso, o presidente solicitou à Assembleia Legislativa, a liberação de cinco contos de réis que seriam usados para enviar pessoas ao Rio Grande do Sul e à Argentina, a fim de conhecerem as técnicas de preparo do charque, que deveriam ser empregadas no Piauí.⁴⁰

Ferreira de Carvalho, após estudar na França, publicou no Estado de São Paulo, o livro “Indústria pastoril: prontuário de noções gerais e especiais de zootecnia”.

³⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884.

³⁸ Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885.

³⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Manoel José de Meneses Prado, passou a administração da mesma província ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, no dia 07 de setembro de 1886. Teresina, Typ. da Época, 1886.

⁴⁰ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente D. Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura a Assembleia Provincial do Piauí, do dia 02 de junho de 1888. Teresina, Typ. do Telephone, 1888.

A preocupação com os problemas que rodeavam a pecuária piauiense no terceiro quartel da segunda metade do século XIX, era um sinal do esvaimento dessa atividade. Com um mercado consumidor de carne cada vez mais restrito, e sem dominar o aprimoramento da fabricação de produtos derivados do leite, uma das poucas opções de exportação que restava para a província, era o mercado de couros, que, em 1884-1885, rendeu 14:108\$800. O único ramo da indústria na criação do gado vacum, cavalari e mular, era uma fábrica de sabão existente em Parnaíba, mas com pouco desenvolvimento, devido ao uso de processos e métodos antigos.⁴¹

Com toda essa exposição, concluiu-se que, mesmo sendo considerada a atividade econômica mais importante do Piauí, a pecuária perdia aceleradamente a sua importância no mercado regional, tanto pelo desenvolvimento desse setor nas províncias que antes abastecia, como pelas perdas qualitativas que enfrentava o seu próprio rebanho, entre outros fatores, por falta do aprimoramento no modo de criação, deixando de ser competitivo junto aos antigos mercados consumidores.

Pode-se considerar que desde a década de 1870, o Piauí já perdia espaço econômico em âmbito nacional, ao passo que em outras partes do Império, como no Centro-Sul, as mudanças ocorriam rapidamente, permanecendo o Piauí apenas como expectador, não introduzindo transformações fundamentais nos modos de produção, nem diversificando o seu comércio. No discurso público, também poucas eram as iniciativas que miravam as especificidades da província. Analisado o contexto nacional, identifica-se que “dominavam as pretensões no sentido de realizar os objetivos definidos no âmbito da política nacional em detrimento de uma política que privilegiasse a ordem local”.⁴²

Com uma economia voltada para o setor pecuário desde a colonização, a agricultura piauiense, embora existente, quase sempre esteve relegada a condição de subsistência, só sendo produto de exportação em momentos específicos, mesmo assim, não chegando a incomodar o posto da atividade pecuarista.

A “ideologia da pecuária” pode ser apontada como um dos fatores que contribuíram para que o Piauí caminhasse em sentido oposto ao que por muito tempo os maiores centros produtores alçaram o Brasil, que foi a economia agrícola para exportação, revelando “o desprezo que os primeiros povoadores fizeram da agricultura (...) onde ela não se podia fazer

⁴¹ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Manoel José de Meneses Prado, passou a administração da mesma província ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, no dia 07 de setembro de 1886. Teresina, Typ. da Época, 1886.

⁴² QUEIROZ, 2006, p. 14.

o objeto de comércio”.⁴³ Mesmo com isso, nem todas as áreas rurais do Piauí eram grandes latifúndios que se dedicavam à criação bovina, havendo propriedades menores, chamadas de sítios, localizadas “nos brejos e terras úmidas”, onde eram cultivados os gêneros de subsistência.⁴⁴ Segundo Lima (2016), no decorrer do século XIX, as fazendas buscaram a diversificação produtiva visando a comercialização, auxiliando no enfrentamento às crises da pecuária.⁴⁵

Na visão de Alencastre (2015), havia uma repulsa ao trabalho na lavoura, só realizando aquela de primeira necessidade “porque sem ela morreriam de fome”, plantavam milho, feijão, arroz e mandioca, por natureza instintiva de manter a própria conservação.⁴⁶ Segundo o autor, o cultivo de algodão nessas terras foi iniciado ainda no século XVIII, mas logo abandonado, em favor da criação do gado. No século XIX, a economia piauiense apresenta novas demandas produtivas, sendo “recorrentes as informações sobre a redução do plantio de feijão e de milho, gradativamente relegados para estimular os plantios de mandioca, da cana, do algodão e do fumo”, produtos que passaram a ser cultivados, quando se percebeu a existência de demanda comercial.⁴⁷ Com isso, a carne do gado tornava-se muitas vezes a base da alimentação:

Nas fazendas públicas, a negligência com o consumo interno, especialmente o dos trabalhadores escravizados, desenvolveu uma tendência à concentração do consumo em torno do gado, o que fez surgir preocupações com a produção de cereais para a diversificação da dieta alimentar, a fim de diminuir as “matalotagens”, ou seja, reduzir o número de reses abatidas para o consumo. Para os trabalhadores, a base alimentar era praticamente composta por carne bovina “verde” ou “seca” e farinha. Em Valença, uma fazenda particular, em setembro de 1811, abateu oito bois para o consumo estimado em 15 dias.⁴⁸

É visível que mesmo com a pequena dinamização econômica que se instalava no Piauí, com o desenvolvimento da agricultura comercial, ainda mantinha o velho problema interno: produção agrícola suficiente quase que inteiramente apenas para a alimentação local. Além disso, pesava contra a agricultura piauiense, seja ela de subsistência ou mercantil, a falta

⁴³ AUTOR ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 62, parte I, 1900.

⁴⁴ MOTT, 2010.

⁴⁵ LIMA, 2016.

⁴⁶ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 84.

⁴⁷ LIMA, Solimar Oliveira. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário. *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 368.

⁴⁸ LIMA, 2009, p. 368.

do uso de técnicas de melhoramento. A forma de cultivo dos gêneros no Piauí, no século XIX, foi assim descrita por Alencastre:

Se o terreno é de mata cuidam em derrubar lá com antecedência; – secos os matos caídos, lançam lhes fogo e, depois desobstruído o espaço destinado à plantação, abre as covas, e depositam a semente. São escolhidos para plantação do algodão os terrenos de capoeira, de palmares, encostas de outeiros, e de ordinário todo o terreno elevado. Uma plantação costuma durar três anos, e às vezes mais, se o terreno é gordo. Abrem-se as roças de julho até dezembro, e no mês de janeiro, – conforme inverno – principia a plantação. (...) costumam plantar milho, feijão, arroz e mandioca, porém como esta última planta pode amofinar o algodoeiro, muitos não a consentem, salvo quando o terreno é fresco, e de antemão se tem guardado uma maior distância entre um e outro pé de algodoeiro. De maio até junho colhe-se a produção de milho e feijão, e o algodoeiro se refaz. Três grandes males costumam afetar a plantação de algodão – as lagartas e outros insetos daninhos, a falta de chuvas e muita chuva.⁴⁹

Percebe-se que a atividade agrícola piauiense, mesmo visando o comércio externo, continuava fazendo uso de técnicas rudimentares de trabalho, como derrubada e preparo da terra com técnicas e ferramentas manuais. Como escreveu Alencastre (2015), nem mesmo a introdução do arado, recomendado para uso no Piauí em fins do século XVIII, foi bem aceito pelos agricultores, por considerarem seu uso impraticável no tipo de solo piauiense. Extrai-se do trecho acima outra informação relevante: o uso da terra para plantios mistos.

Além do cultivo de plantas úteis ao consumo local, o algodão, que passou a ser exportado pelo Piauí, era muitas vezes cultivado em uma única plantação, dividindo o mesmo espaço, o que, possivelmente, poderia comprometer a sua produtividade, tendo em vista tratar-se de um solo que não recebia preparo adequado para o cultivo, preferindo os plantadores escolher sempre regiões mais úmidas para desmatar e iniciar um cultivo novo. O algodão, além de “competir” com outras culturas, ainda deveria resistir às intempéries regionais, como extremos de pouca ou muitas chuvas, além das pragas naturais. Nessas condições, uma produção mais expressiva ficava certamente comprometida. Em 1873, o presidente Affonso Ferreira detalhou as “espécies da grande e pequena cultura na província”, citando o algodão, a cana, a mandioca,⁵⁰ o feijão, o milho, o arroz e o fumo.

A natureza e fertilidade do seu terreno presta-se a todas essas culturas em maior ou menor escala: assim nos municípios da capital, Amarante, Batalha e Barras, o algodão e a cana, da qual fabrica-se açúcar em pequena escala, rapadura e aguardente, constituem o que se poderia chamar – a grande

⁴⁹ ALENCASTRE, 2015, p. 85.

⁵⁰ Na interpretação de Solimar Oliveira Lima (2015), na agricultura alimentar piauiense, a mandioca teve grande importância por estimular “a existência de uma rede de integração socioeconômica em decorrência do processo de fabricação da farinha” (p. 98).

cultura; a mandioca, o arroz, o milho, o feijão e o fumo, a pequena cultura; sendo que unicamente no município de Amarante, o mais produtor de algodão está calculada a sua exportação anual em dez mil arrobas. – Nos municípios de Campo Maior, Piracuruca, Pedro 2º, Parnaíba, Picos, União, Jaicós, Príncipe Imperial, S. João do Piauí, Manga, Parnaguá, Valença, Oeiras e Bom Jesus da Gurguéia, cultivam-se de preferência a cana e a mandioca, e que mais reduzidamente o algodão, o milho, o arroz, o feijão e a mamona; em alguns deles, porém, como Campo Maior e Manga esses gêneros são produzidos então diminuta quantidade que mal chegam para o consumo.⁵¹

A divisão estabelecida pelo presidente e a discriminação do que compunha a grande e a pequena lavoura, conduz a interpretação de que, nesse binômio, faziam parte do “grande”, aqueles gêneros que podiam ser comercializados, mesmo que em maior ou menor quantidade; o algodão e a cana, da qual se fazia aguardente, aparecem nos orçamentos provinciais como um dos produtos mais taxados na cobrança de impostos; a rapadura, em sua maior parte, era usada para consumo interno, até mesmo chegando a ser taxada em proporção de 50% a menos que a aguardente nos engenhos.

Os demais gêneros citados, como feijão, milho e mandioca, enquadrados na pequena lavoura de subsistência, eram produzidos em escala reduzida no âmbito local, e destinados ao consumo nos municípios. A concentração da produção algodoeira, principalmente em Teresina, Amarante, Batalha e Barras, é também um aspecto que deve ser notado. Esses municípios localizam-se no que poderia se chamar de “zonas úmidas”. Os dois primeiros às margens do rio Parnaíba e os outros dois, próximos a correntes de água da parte Norte do Piauí. Embora fossem cultivados em menor proporção em outros municípios, o destaque para apenas essas quatro áreas de produção é o indicativo de que o algodão não chegava perto de ser uma unanimidade na agricultura comercial piauiense. Amarante, por estar situada às margens do rio Parnaíba, tinha uma grande vantagem no comércio algodoeiro.

Era uma das mais importantes zonas de comércio do Piauí, pela facilidade de escoamento dos seus produtos por meio da navegação a vapor pelo referido rio, e concentrou, como vimos, a produção de algodão piauiense, enquanto boa parte dos outros municípios dedicava-se à lavoura de subsistência. A identificação desses municípios é de importante relevância, pois foi em muitos deles que primeiramente chegaram os cearenses ao migrarem para o Piauí, de 1877 em diante. Nos relatórios provinciais, jornais e ofícios das diversas Comissões de Socorros instaladas na província, são constantes as citações à chegada de

⁵¹ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira, entregou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º vice-presidente, no dia 01 de fevereiro de 1873. Teresina, Typ. da Pátria, 1873, Anexos, nº 10, p. 02.

cearenses, principalmente em regiões próximas à fronteira, tanto do norte, como do centro e sul da província, mais localizadas a leste. A produção agrícola em pequena escala, em algumas delas, reduzida ao suficiente apenas para o consumo local, era um dos fatores que ampliavam as consequências da seca, visto que o suprimento alimentar era insuficiente para a manutenção tanto dos nativos, como dos migrantes.

Ainda com base no relatório de 1873, vê-se as áreas cultivadas em alguns dos municípios piauienses. A extensão aproximada é dada em léguas, tendo Oeiras, juntamente com Parnaíba, na liderança com quinze léguas, seguidas de Teresina e Jaicós, com dez cada uma, Piracuruca com oito léguas quadradas, Picos e Batalha com cinco, Valença, Príncipe Imperial e Campo Maior, com três léguas em quadro e Pedro II, com quatro. Ditos esses dados, o mesmo relatório informa serem de pouca importância os estabelecimentos rurais existentes na província, até mesmo os localizados em municípios mais ricos e populosos, a exemplo de Teresina, Parnaíba, Oeiras, Valença e Jaicós, pois eram locais compostos apenas por casa de palha, com poucos instrumentos de produção, restritos quase sempre a engenhos de madeira, com mecanismos ainda em pouco aperfeiçoamento para a fabricação, seja de açúcar, aguardente, rapadura, farinha ou descaroçamento do algodão. Como pode ser observado, a produção de cereais era diminuta perto das possibilidades naturais de cultivo.

Essa realidade colocava o Piauí em condição crítica em momentos de crise. Se em 1877, a convergência migratória, junto da seca, fez acirrar a fome na província, provocada pela falta de excedente alimentar, em 1888, quando outra grande seca se apresentou, a situação agrícola do Piauí não havia mudado. No relatório provincial de 1885, é descrita a atividade econômica de cada comarca do Piauí, que dispenho em detalhes no rodapé.⁵² Os

⁵² Teresina, composta aproximadamente por 22 mil habitantes, deles 10 mil deles vivendo na zona urbana, possuía 244 fazendas de criar gado e 263 sítios de lavoura. Oito engenhos fabricando açúcar, aguardente e rapadura. Na lavoura, era cultivado algodão, fumo e cana, além de cereais, que eram destinados ao consumo local. A exportação restringia-se apenas a couros secos e salgados. Parnaíba, além do gado, criado para consumo interno e externo, exportava gêneros agrícolas como: algodão, farinha, milho, feijão, couros, madeira e borracha extraída da mangabeira, da mesma forma que a recém-incorporada do Ceará, Amaração, onde além do sal, consumido no Piauí e exportado para o Maranhão, também produzia cereais para consumo interno e para uma “pequena exportação”. Buriti dos Lopes: mandioca e algodão. Campo Maior: gado vacum, ovelhas e suínos; rapadura, açúcar e pequena lavoura de legumes para consumo local. Barras: criação de gado, fumo, algodão, cana, arroz e milho, que abastecia tanto o mercado interno como municípios vizinhos. Piracuruca: criação de gado e lavoura restrita, a ponto de não ser suficiente até para o abastecimento interno. Batalha: criação de gado, cultivo de algodão, cana, milho, feijão, mandioca, e arroz em quantidade suficiente para exportar para os municípios próximos. Pedro II: cana-de-açúcar, fumo (em grande quantidade), mandioca, milho, arroz, extração da cera de carnaúba e diminuta criação de gado. Piri-piri: lavoura de arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e algodão, suficiente para abastecer até municípios vizinhos, em épocas normais. Humildes: gado vacum e cavalari. Marvão: gado e pequena lavoura de cana e cereais, além de vela de cera de carnaúba. Amaranço: algodão, fumo, cana, mandioca, couros secos e salgados, solas, peles, borracha da mangabeira e gado, que eram exportados, além de milho, feijão e arroz para consumo local. Oeiras: criação de gado, algodão e fumo em pequena escala, lavoura de cereais e legumes para abastecimento local. São Raimundo Nonato: lavoura limitada ao consumo local e criação de gado. São João do Piauí: jazidas de sal, cera de carnaúba, criação de gado e peixe.

detalhes expostos, indicam que o Piauí, três anos antes do início de uma nova seca, apresentava características econômicas que praticamente em nada diferiam da descrição de 1873, também três anos antes do início da seca anterior, quando houve falta de cereais e carnes em muitas partes do Piauí.

Em 1885, o algodão continuava produzido em alguns municípios, tendo entre os seus destinos o mercado externo, além da produção de cana, fumo, mandioca e outros legumes utilizados na alimentação local. A exportação de alimentos, quando citada, é apenas entre municípios vizinhos, principalmente para aqueles que não possuíam cultura suficiente sequer para a sua demanda interna. O que se vê é que, em 1885, a agricultura piauiense ainda era cambaleante. Oito anos antes, o presidente Horta Barbosa, ao alertar sobre “o estado de abatimento que jaz a agricultura nesta província”, apontou as causas principais que considerou serem “as geradoras do mal”: indolência de maior parte da população, falta de iniciativa dos agricultores, inclusive daqueles que possuíam recursos para investimento, redução de braços com a exportação de escravos, produção de má qualidade, além da redução da procura, resultando em baixa nos preços, não compensando investimentos dos agricultores.⁵³

Na Resolução de 1874, que aprovou o código de postura da Vila de Independência, era evidente a preocupação com a disponibilidade de alimentos para a população local:

Art. 66. Nas feiras desta vila e suas povoações serão obrigados os vendedores de gêneros de primeira necessidade, como milho, feijão, arroz, farinha, café, &, vendê-los a retalho, de modo que possa o povo ser abastecido, conforme a família que tiver a seu cargo, e só depois das três horas da tarde poderá ser permitida a venda por grosso ou atacado já não havendo consumidores.⁵⁴

Valença: criação de gado em grande escala e agricultura restrita ao consumo interno. Comércio limitado pelas dificuldades de via de transporte. Jaicós, criação de gado, e cultivo limitado de milho, feijão, arroz, mandioca e cana-de-açúcar. Picos: lavoura em grande escala, produzindo milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, cana, cebola e alho. Jerumenha: criação de gado e lavra de cana, fumo, algodão e cereais em pequena produção. Manga: lavoura de feijão, mandioca, arroz, milho e cana para fabrico de rapadura. Gurguéia: criação de gado. Santa Filomena: descrita como fértil, mas sem desenvolvimento, possuía alguns produtos de extração vegetal. Parnaguá: criação de gado e sem lavouras e importava legumes e outros gêneros de primeira necessidade, de Santa Rita, vila pertencente à Bahia. Corrente: criação de gado, lavoura de cana-de-açúcar e café em pequena escala. Notícia sobre as comarcas da província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In:* Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885, pp. 219-319.

⁵³ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877, p. 03-04.

⁵⁴ RESOLUÇÃO Nº 887, DE 03 DE AGOSTO DE 1874 – aprova as posturas propostas pela câmara da vila de Independência. *In: Código das leis piauienses.* Teresina: Typographia do Piauí, 1876, p. 127.

A transgressão a essa lei era punível com multa de 10 mil réis ao contraventor e 15 mil ao atravessador. Era também proibido conservar em casa “sob pretexto de encomenda quaisquer cargas destinadas ao mercado público”. É visível que a lei buscava evitar que os alimentos de primeira necessidade fossem estocados para serem vendidos em momentos oportunos aos comerciantes, enquanto a população ficava desabastecida. Essas medidas talvez tenham sido tomadas em razão da não disponibilidade de mantimentos em larga escala no comércio local. Localizada próxima à fronteira com o Ceará, e mais tarde, passando a fazer parte do território cearense, a vila de Independência realizava transações comerciais com aquela província e com regiões vizinhas do Piauí. Quando iniciou a seca em 1877, foi um dos primeiros pontos, juntamente com Príncipe Imperial, com quem fazia limite territorial, a sofrer os efeitos da seca, entre eles a falta de gêneros alimentícios e a migração.

Embora em um cenário de limitações, existiam dois eixos produtivos: um para consumo interno, com cultivo de gêneros como os citados anteriormente, entre eles, como já expresso na citação, a mandioca, importante para a produção de farinha. Esses gêneros, eram produzidos principalmente em pequenas propriedades, o que limitava a existência de um maior excedente para oferta comercial. O segundo eixo era representado principalmente pelo algodão, que era destinado para as províncias vizinhas, como o Maranhão e também exportado para a Europa.⁵⁵

À medida que a demanda por algodão foi se ampliando no mercado externo, o Piauí passou investir, pelo menos com propostas, na exploração dessa cultura, a ponto de tentar se implantar uma fábrica de tecidos de algodão, quando em 1874, por meio da Resolução provincial n.º 816 de 11 de agosto de 1874, foi contratado um profissional para a realização desses serviços. O objetivo era estabelecer uma fábrica de tecidos de algodão sem ônus para os cofres públicos, porém não teve sucesso na empreitada de levantar recursos que possibilitassem a instalação da iniciativa,⁵⁶ e o Piauí só passou a ter o seu primeiro empreendimento nesse sentido, em 1893, quando foi fundada em Teresina, a Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense, que fabricava brins, algodãozinho e lona.⁵⁷

⁵⁵ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

⁵⁶ Relatório com que o Exmo. Dr. Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello passou a administração da província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Adolpho Lamenna Lins, no dia 27 de abril de 1874. Teresina, tipografia não especificada, 1874. COMPANHIA INDUSTRIAL DO PIAUÍ. *A Opinião Conservadora*, nº 08, p. 05, ano I, 05 mar. 1874.

⁵⁷ TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. Monsenhor Chaves, descreve todo o processo de implantação da fábrica, detalhando as primeiras reuniões dos responsáveis pelo projeto, as dificuldades encontradas para realização da proposta, e até as críticas surgidas na imprensa diante “dos desacertos administrativos”. Com maquinário vindo da Inglaterra, após alguns anos do início dos seus

O comércio do algodão parecia ser vantajoso a ponto de serem criadas redes de compra da mercadoria no interior da província para comercialização no exterior. Em um anúncio de 1873, divulgado no jornal *A Imprensa*, dizia-se o seguinte: “Compra-se. Algodão e couros salgados. Singlehurst e Nephew & C.^a, anunciam aos seus fregueses do interior, que comprem na cidade de Parnaíba (...) algodão por 9:000 a 9:300 e couros salgados, por 8:000 a 9:300, conforme a qualidade”.⁵⁸ O mesmo indicava também a existência de um procurador em Teresina para tratar do assunto, mostrando a presença estrangeira no comércio de algodão piauiense, e a relação dessa província na economia mercantilista. Em 1877, a existência de uma “capoeira de algodão”, era um dos atrativos na oferta de venda um sítio⁵⁹ em Barras.

Figura 02: Anúncio da venda de um sítio no Piauí, em 1877.

VENDA DE UM SITIO.

Vende-se o sitio—Veremos—no termo das Barras, limites do da União, de cujas villas dista oito legoas,—com uma casa de telha com noventa palmos de frente e boa acomodação para familia; quatro casas de palha; um açude de excellente agua potavel; prensa, forno, rodas, e mais utencilios de fazer farinha; roça nova e capoeira de algodão e mandioca; e boas terras para lavrar no interior da matta onde as roças não precisão de cercas.

Quem pretender dirija-se no dito sitio a seu proprietario capitão Manoel Thomaz Ferreira, ou a seus filhos Joaquin do Rego Ferreira, na União, e Marcellino B. Ferreira Castello Branco, em Theresina.

5—2

Fonte: VENDE UM SÍTIO. *A Imprensa*, nº 529, p. 04, ano XIII, 29 set. 1877.

Nota-se que o anúncio da venda do sítio é divulgado no segundo semestre de 1877, quando a seca já atingia o Ceará e o Piauí. Para além de descrever as condições do terreno, com a presença de água, algo que é de extrema importância para as condições climáticas daquele ano, é visível a atividade que se praticava nesse sítio, que ficava localizado em região

projetos, em 01 de janeiro de 1893, “tem lugar a inauguração oficial da “Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense””. Ver: CHAVES, Monsenhor. Fatos históricos da vida na cidade: Fábrica de fiação e tecidos piauiense. In: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra Completa, Monsenhor Chaves*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

⁵⁸ COMPRA-SE. *A Imprensa*, nº 371, p. 04, ano VIII, 29 jan. 1873.

⁵⁹ Segundo Tânia Brandão, os sítios foram importantes no contexto piauiense, por ter sido um dos meios de fixação da parcela significativa da população. Era o local onde se realizava a agricultura de subsistência, e em alguns momentos chegaram a produzir excedentes, embora a fazenda tenha sempre sido a unidade de produção de maior expressão no contexto político-econômico piauiense. BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

úmida. Em 1878, outro sítio, denominado Maracujá, foi anunciado com características parecidas. Localizado também no termo de Barras, ficava a quatro léguas do rio Parnaíba, possuindo terras para criar e para lavoura, além de máquina de descaroçar algodão e ralar mandioca, movida por tração animal, duas prensas, uma para cada produto, forno de cobre, quatro caldeirões de ferros, tear de tecer panos e redes, e duas grandes roças de algodão e uma com legumes já em crescimento. O valor pedido era 6 contos de réis.⁶⁰

Além do algodão, percebe-se a existência do cultivo de outro gênero agrícola em uma mesma propriedade; como citado nos dois anúncios, a mandioca, matéria-prima para a fabricação de farinha, era gênero cultivado nesses sítios. Identifica-se pelo menos na segunda oferta, pela descrição das ferramentas existentes, que o algodão era beneficiado no local onde era cultivado, assim como a mandioca. A descrição do sítio Maracujá, também traz à mostra a existência do cultivo de cereais, conciliando produção agrícola de subsistência, algodão, possivelmente para venda no comércio externo, além de espaço para criação de animais. Outro ponto que atento, é para a plantação de legumes em estado de crescimento. O ano de 1878 era o segundo de três, em que a seca assolava algumas províncias do Norte, entre elas o Piauí, mesmo assim, a agricultura aflorava em alguns pontos da província, mostrando que a seca não atingia em igual rigor todo Piauí, que era destino de muitos cearenses que migravam, talvez na esperança de encontrar um “oásis” como esses sítios próximos ao rio Parnaíba.

Cultivado nos sítios ou fazendas, dividindo espaço e mão de obra com outras culturas, e sem muito investimento tecnológico, “com um descaroçamento muito lento, em razão da imperfeição das máquinas, que nem sempre *eram* movidas por animais”,⁶¹ a produção de algodão do Piauí, esteve quase sempre entre os produtos com taxaço importante nos orçamentos provinciais. Nos relatórios, até o ano de 1889, ainda se encontra a cobrança de 5% de imposto sobre o quilo de algodão exportado, por meio apenas do gado e produtos extraídos a partir dele, como a carne seca e a aguardente, esta última taxada em 40%, e da décima urbana. Em 1883, uma pequena nota do jornal *A Época* indicava que o movimento do comércio de Amaranite era fraco, em detrimento da baixa do preço do gado. Mas havia uma esperança de estímulo, pois a partir de agosto começava “a entrar algodão da colheita deste ano, que nos parece ser superior a do ano passado”.⁶² O algodão, nesta notícia, parece ser a possível saída para o marasmo econômico que pairava no comércio naquele ano, mostrando a importância desse gênero frente à crise no preço do gado atravessada pela pecuária. Porém, ao

⁶⁰ VENDA DE UM SÍTIO E SEIS FAZENDAS. *A Época*, nº 13, p. 04, ano I, 29 jun. 1878.

⁶¹ ALENCASTRE, 2015, p. 85.

⁶² AMARANTE. *A Época*, nº 278, p. 03, ano VI, 03 nov. 1883.

longo da década, a arrecadação com esse produto foi decaindo, alcançando a cifra de 20:161\$5906, entre 1881-1882, em poucos anos reduzia a quase a metade desse valor, e em 1885-1886, rendeu apenas 10:490\$257.⁶³

O algodão piauiense, assim como o de outras províncias do Norte, vigorou mediante condição externa favorável. Na segunda metade do século XIX, o consumo de fibras em Teresina e na vizinha Caxias, no Maranhão, permitiu que tivesse continuidade a produção local. Ao mesmo tempo em que o algodão perdia espaço, outras culturas foram sendo ampliadas, como farinha, feijão e milho, levando à expansão da produção de gêneros para consumo interno, e “uma maior participação da produção piauiense no comércio interprovincial, notadamente entre Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. (...) *mantendo-se a lavoura como economia de mercado e a tendência a uma maior inserção na economia regional*”.⁶⁴

O comércio piauiense, que se baseava principalmente em gêneros pecuários e em poucos produtos agrícolas, como o algodão, era exportado tanto para as províncias mais próximas, como para o exterior. No século XIX, o Piauí contava com dois importantes centros de comercialização e beneficiamento: o primeiro, em Parnaíba, que detinha a concentração do comércio feito na parte mais ao norte da província, e era de onde saíam os produtos exportados via marítima, e Teresina, que passou a ganhar vulto como centro de comercialização, principalmente nas últimas décadas daquele século. Um dos produtos exportados, o algodão, era geralmente vendido a comerciantes, que atuavam como agentes ou eram eles mesmos os responsáveis diretos pela exportação.⁶⁵ A presença desses comerciantes era frequente nos jornais piauienses, tanto anunciando a compra de mercadorias piauienses, como oferecendo os mais variados tipos de gêneros estrangeiros que importavam para a comercialização em âmbito local, além de mercadorias de outras províncias. Em Teresina, no ano de 1879, a Casa Francesa divulgava os seus serviços da seguinte forma:

Casa francesa

Acabamos de receber e vendemos: açúcar de Pernambuco em meias barricas... kilo....500 reais. Aguardente pernambucana faço 800. Fumo de corda de boa qualidade em rolos. Dito baiépendy em latas, por preços cômodos. E continua a comprar: algodão em pluma, couros secos, ditos de veado, penas de ema, cabelos de animais, pelo de coroaá.
Teresina, 15 de julho de 1879.

⁶³ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí, no dia 08 de outubro de 1886. Teresina, Typ. do Telephone, 1886.

⁶⁴ LIMA, 2016, p. 105.

⁶⁵ LIMA, 2015.

Mayer & Freres.⁶⁶

Dois aspectos importantes: a) a venda de produtos de uma província vizinha – açúcar, aguardente, além de fumo, é um exemplo de que a produção desses gêneros no Piauí, embora seja objeto de menção nos relatórios, e até aparecendo como integrantes das receitas da província, era em quantidade insuficiente, possivelmente até para suprir a demanda interna. O relatório de 1885, apesar de citar o cultivo de cana em Batalha, Pedro II, Piripiri, Amarante, Jaicós, Picos e Manga, por exemplo, só menciona a produção de açúcar em Campo Maior e Teresina, que possuía, no começo dos anos 1880, oito engenhocas. Embora seja possível que em outras localidades fosse produzido açúcar, possivelmente era em pequena quantidade, pois os derivados da cana mais comumente citados são a rapadura e aguardente, necessitando o Piauí importar esse produto.

Em relação ao fumo, produzindo em Barras, Pedro II, Amarante, Oeiras e Jerumenha, aparece em alguns documentos a referência ao seu cultivo, chegando até a constar no orçamento da província, porém não atingindo valores significativos, como mostra a fala do presidente Castro e Silva, em 1885: “a cultura do fumo, cujas vantagens oferecem as fertilíssimas margens do Parnaíba a de outras correntes da província, é também insignificante, e a verba em que é estimado o imposto de 5% sobre cada quilo exportado, no orçamento vigente, é de 541\$026 réis”;⁶⁷ confluindo isso com a afirmação de que a produção agrícola tanto de cana como do fumo, ainda estava, em sua maioria, restrita ao consumo local, e tinha como base o trabalho familiar, assim, o dinamismo externo era quase insignificante tanto pela maneira autossuficiente como viviam as famílias, quanto pela distância entre os núcleos rurais, pouca circulação monetária e poder aquisitivo restrito da população,⁶⁸ o Piauí pode ser enquadrado como mercado exportador de gêneros agrícolas, pecuários e também oriundo do meio silvestre, como couro de veado e penas de ema, reproduzindo o papel exportador de matéria-prima, o que não diferia da política econômica que há muito era praticada no Império.

Em outro anúncio, de setembro de 1879, o estabelecimento citado anteriormente, oferecia produtos vindos de fora do país, notadamente manufaturados. Anunciavam-se miudezas de toda qualidade, oriundas principalmente da França, Inglaterra, Portugal e Alemanha. Comprava também “gêneros da terra, como aguardente, farinha, milho, arroz, sola, couros de boi e de veado, fumo, algodão, cabelos de gado vacum e cavalari e penas de emas,

⁶⁶ CAZA FRANCESA. *A Imprensa*, nº 603, p. 04, ano XV, 26 jun. 1879.

⁶⁷ Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885, p. 77.

⁶⁸ QUEIROZ, 2006.

os quais gêneros pagam por bons preços (...).⁶⁹ O leque de “gêneros da terra”, procurado para compra, era bem maior que no anúncio anterior, mas não mudam de natureza: são derivados da pecuária, como couro, cabelos de gado; da agricultura, como milho e arroz, além de aguardente, farinha e animais silvestres, como couro de veado.

Em Parnaíba, importante centro comercial, também existia um estabelecimento com natureza parecida, chamado “Basar Parisiense”. Em agosto de 1880, foi publicado um anúncio em que o proprietário buscava atrair seus consumidores, possivelmente pela origem dos produtos, como pelo luxo que eles representavam.

Ao Basar Parisiense

Antonio Severiano de Moraes Correia, de volta da Europa, onde percorreu as melhores cidades manufatureiras da Inglaterra e França, trouxe grande, variado e luxuoso sortimento de mercadorias e miudezas, o melhor que tem aparecido nesta província, tanto em fazendas gerais, como finas, de algodão, lã e seda, e os objetos de luxo e fantasias para senhores e cavaleiros como em louças, vidros e ferragens & todos os objetos são de superior gosto e qualidades, por terem sido escolhidos e comprados pelo anunciante, nas principais fábricas de Liverpool, Londres e Paris, pelo que vende por módicos preços a dinheiro a vista. (...)

Obriga-se também a mandar vir, por módico preço da Europa, qualquer encomenda de que o queriam encarregar no que promete servir com todo zelo e lealdade.

Parnaíba, 01 de agosto de 1880.⁷⁰

Os contatos comerciais do Piauí, por meio do porto de Parnaíba com a Europa, pareciam ser estreitos. Se era comum a entrada de produtos manufaturados vindos de diversas praças europeias, a principal exportação que se fazia do Piauí, era do algodão para a Inglaterra.⁷¹ Segundo Costa (1974), pode-se considerar que foi na década de 1860 que teve o início do movimento marítimo-comercial do Piauí, quando começou o desenvolvimento da navegação, graças a animação do comércio dessa província com as praças estrangeiras, ancorando em 1864, 31 navios com 5.448 toneladas, oriundos da Inglaterra, Estados Unidos, Guiana Francesa, e Portugal, além de praças vizinhas, como do Maranhão.⁷²

Ao longo da segunda metade do século XIX, há um crescente desenvolvimento do intercâmbio comercial do Piauí com o exterior. Muitas casas comerciais foram fundadas, ocorrendo maior dinamismo econômico. Essas casas eram, em sua maioria, importadoras e exportadoras e controlavam o comércio e a distribuição de mercadorias entre o litoral e o

⁶⁹ CAZA FRANCESA. *A Imprensa*, n.º 611, p. 06, ano XV, 26 set. 1879.

⁷⁰ AO BASAR PARISIENSE. *A Imprensa*, n.º 652, p. 04, ano XVI, 21 ago. 1880.

⁷¹ NUNES, 2007.

⁷² COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da república*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

interior da província, montando uma estrutura composta por filiais, agenciadores e caixeiros viajantes, que eram responsáveis por chegar até as regiões mais distantes do interior.⁷³ Embora isso representasse uma dinamização do comércio, os bens importados “atendiam às necessidades do reduzido contingente populacional que concentrava a renda monetária – originária basicamente do comércio do gado e do algodão e das remunerações pagas pelo Estado ao funcionalismo público, a essa época ainda reduzido”, porém, já parcialmente conectados à economia de mercado.⁷⁴

Saindo de Parnaíba, o algodão era o principal gênero exportado para a Inglaterra, além de derivados da pecuária, como couros e chifres; daquele país era importado, assim como da Alemanha, “armas e munições, tecidos e roupas feitas, calçados, chapéus, louças, talheres, azeite, manteiga, queijos, presuntos e massas alimentícias, farinha de trigo, medicamentos, sabão, ferragens, tintas, artigos de armarinho, escritório”, por exemplo. Exportava-se também animais vivos para Guiana Francesa, de onde eram importados produtos industrializados, assim como da França.⁷⁵

Mesmo havendo essa integração comercial com a Europa e com as províncias vizinhas, as conclusões dos presidentes Menezes Prado⁷⁶ e Mattos Pereira,⁷⁷ ambas publicadas em 1886, não atribuem muito desenvolvimento ao comércio piauiense. O primeiro o considerou “pequeno e acanhado”; atribuía essa condição à sua subordinação ao Maranhão, de onde comprava muitos mantimentos; para ele, os laços das praças comerciais de Teresina e São Luís, seriam as causas do acanhamento do comércio do Piauí; já o segundo, não acreditava nessa hipótese. Para ele, Parnaíba tinha contato comercial direto com a Europa, mesmo assim, “tudo ali caminha a passos lentos”. Menezes Prado invocava a iniciativa particular a aperfeiçoar as riquezas da província, retirando dela todas as vantagens possíveis, como uma das maneiras de romper a dependência em relação ao comércio do Maranhão.

A alta rotatividade de poder na presidência da província pode também ser uma via de interpretação que explique esse fato. Como um dos reflexos das disputas políticas entre liberais e conservadores no Piauí, a alternância se dava de forma repentina, tendo chegado ao cargo, entre 1843 e 1889, 90 gestores nomeados pelo governo central, muitos deles oriundos

⁷³ ROCHA, Leandro Mendes e GANDARA, Gercinair Silvério. A presença francesa no Piauí do século XIX. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 291-309, jan./jun. 2009.

⁷⁴ QUEIROZ, 2006, p. 29.

⁷⁵ NUNES, 2007, p. 176-177.

⁷⁶ Relatório com que Exmo. Sr. presidente da província do Piauí, Dr. Manoel José de Menezes Prado, passou a administração da mesma província ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, no dia 07 de setembro de 1886. Teresina, Typographia da Época, 1886.

⁷⁷ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí, no dia 08 de outubro de 1886. Teresina, Typ. do Telephone, 1886.

de outras províncias, situação que poderia agravar as tensões entre os políticos locais que disputavam cargos e lutavam pelo controle da gestão pública, e assim manterem a sua esfera de influência.

Para ter uma amostra, no ano de 1878, o Piauí trocou de presidente em cinco ocasiões. Dentro do período que citei acima, pode-se dizer que poucos foram os que tiveram mandatos que se estenderam por mais de um ano. Certamente isso inviabilizava um projeto de desenvolvimento econômico para a província, mantendo-a sempre à mercê das oscilações do mercado e subordinada e/ou dependente do mercado externo.

Como já dito, o comércio teresinense, principalmente o realizado a grosso, era monopolizado pela praça maranhense. À capital restava um “pequeno comércio a varejo, o que contribui para o elevado preço dos gêneros de importação, pelas despesas dos fretes de São Luís a Caxias pela linha fluvial do Itapecuru, e de Caxias a Teresina, em costas de animais, em uma extensão de 16 léguas”.⁷⁸ Parnaíba, possuía mais vantagens comerciais ao manter contatos diretos com as principais praças da Europa e da América; podia oferecer gêneros a preços mais vantajosos, pois sobre eles não incidiam os impostos maranhenses.

Considerada o “empório do comércio marítimo da província”, aquela cidade mantinha transações comerciais com a maioria das vilas e municípios do Norte do Piauí, como Piracuruca, Piripiri Pedro II e Barras. Vizinha a Parnaíba, Amarração, que antes pertencia ao Ceará, também era, naquele momento, um importante entreposto de embarque e desembarque de mercadorias; por lá era exportado gado vacum para Caiena (Guiana Francesa) e o Pará.

Além de estar no litoral, a proximidade com o rio Parnaíba também era um elemento que contribuía para o desenvolvimento. Como exemplos dessa condição, cito a vila de União, apontada como uma das mais prósperas da província, favorecida pela sua posição geográfica, e Amarante, que possuía um comércio de exportação e importação movimentado, mantendo contato com a Europa, Parnaíba e Maranhão, por meio da navegação a vapor pelo referido rio.⁷⁹

⁷⁸ Notícia sobre as comarcas da província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In*: Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885, p. 223.

⁷⁹ A criação da Companhia de navegação a vapor do rio Paraíba, que entrou em atividade no Piauí em 1859, fazendo, a princípio, viagens de Teresina a Parnaíba, ampliando seus percursos posteriormente, era tratada como “uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento econômico da província, beneficiando-se consequentemente, a capital, como cabeça deste corpo econômico”. CHAVES, Monsenhor. Fases históricas na vida da cidade: Companhia de navegação do rio Parnaíba. *In*: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira *Obra Completa, Monsenhor Chaves*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013, p. 66.

Outras regiões do Piauí, apesar de manterem contatos comerciais com localidades mais próximas, e até com províncias vizinhas, enfrentavam dificuldades, como Campo Maior, que possuía pequeno desenvolvimento comercial. As comarcas localizadas mais ao Leste do Norte piauiense, evidentemente, eram as que mais tinham contatos comerciais com o Ceará, como Piracuruca, Pedro II, Marvão e Piripiri, que realizavam suas transações com Sobral, por meio da serra da Ibiapaba. Outras faziam contato direto com o Maranhão, as já citadas Amarante, Piracuruca, Oeiras e Parnaíba; esta última possuía comércio pequeno e insignificante, importando das praças comerciais da Bahia. Dessa exposição, percebe-se que a capital estava quase excluída da movimentação comercial com os outros municípios do Piauí, com exceção de Marvão, apontado como um dos poucos que chegava a ter relações comerciais com Teresina.

Nessa condição, pode-se interpretar que a desarticulação comercial dos municípios da província em relação à capital também contribuía para um descompasso que impedia o desenvolvimento econômico da província. Somado a isso, alguns municípios são apontados como “de comércio insignificante”, como São João do Piauí e São Raimundo Nonato, com produção agrícola e pecuária, que chegava a ser insuficiente até mesmo para o abastecimento dos seus habitantes. Essa vida econômica apática e de produção alimentar restrita, pode ser vista como um dos fatores que agravaram as consequências das secas que afetavam o solo piauiense de forma mais severa na segunda metade do século XIX, principalmente aqueles municípios e vilas que ficavam mais distantes das margens de rios importantes como o Parnaíba, e estavam mais localizados ao centro e ao Leste do Piauí, em que as condições climáticas de alguns períodos comprometiam a safra de cereais, afetando tanto a população rural como a urbana.

É necessário lembrar que os gêneros produzidos nos sítios e fazendas, mantinham a oferta regular de alimentos nos núcleos urbanos. Na estrutura que se sustentava a economia piauiense, “qualquer redução da produção em nível local afetava substancialmente o abastecimento tanto da população rural quanto da população urbana, que não dispunha de excedentes significativos, já que a produção estava limitada às necessidades de consumo regular”.⁸⁰

Um empecilho que também desfavorecia os contatos comerciais entre os municípios, eram as estradas, seja pela falta delas, ou pela existência em estado precário. As vias de comunicação deficitárias eram um problema que se arrastava desde o período colonial. No século XIX, ainda não existia uma infraestrutura que possibilitasse a comunicação mais

⁸⁰ QUEIROZ, 2006, p. 23.

eficiente dentro da província. No relatório de 1873, foi descrito o “estado da viação, especialmente entre os principais centros comerciais e distritos mais produtivos da província”, da seguinte forma:

São péssimas as vias de comunicação e de transporte de os municípios da província; não há neles uma só estrada, que valha a pena ser aqui mencionada como digna desse nome, embora seja fácil e pouco dispendioso o melhoramento das atuais. As estradas do Parnaguá a Santa Filomena, povoado este que fica à margem do rio Parnaíba, a do Caranguejo, que liga os municípios de Piracuruca e Pedro II, a que segue da cidade do Amarante à de Oeiras, a que parte desta capital ao município de Valença, que é sem dúvida o ponto mais agrícola de toda a província, a que se dirige aos municípios de Campo Maior, Marvão e Príncipe Imperial, são simples caminhos somente transitados pelo tempo das secas e que se deterioram completamente durante a estação invernososa, visto serem quase todas interceptadas de rios; especialmente a que se dirige do Marvão a Valença, na distância do 31 léguas. Com as péssimas estradas, que existem, o alto preço de transportes tira ao produtor lucros importantes, que, se fossem percebidos e acumulados, aumentariam as forças de produção. Os gêneros chegam ao mercado com onerosos gastos, e assim sofrem uma grande depressão no seu valor.⁸¹

Como relatado, as vias de acesso entre os municípios eram deficitárias. Apesar de ser apontado como um problema fácil de ser resolvido, poucas ações para melhoramento eram realizadas, e os produtores perdiam competitividade no mercado por causa dos caros e demorados serviços de transporte, geralmente feito por animais. Três anos mais tarde, quando os efeitos da seca começam a ser refletidos no Piauí, a produção agrícola em nível de subsistência e a dificuldade de comunicação entre as diferentes partes da província, fez subir em cifras assustadoras os preços dos gêneros alimentares, obrigando muitos migrantes de outras províncias e também piauienses, a seguirem os precários caminhos em direção à Teresina e a outros municípios localizados às margens do rio Parnaíba.

Oeiras foi uma dessas localidades. Descrita nos documentos como local de entrada de muitos cearenses, a antiga capital realizava comércio com o Maranhão, importando mercadorias que parte percurso era feito via fluvial, e parte nas costas de animais, principalmente a partir de Amarante por, aproximadamente, 30 léguas, por caminhos difíceis ou veredas que ligavam uma cidade a outra. A consequência disso era um comércio limitado, que oferecia mercadorias a “preços elevadíssimos”, mesma realidade da comarca de Gurguéia, que fazia a importação de gêneros nacionais e estrangeiros pelo porto de Amarante e de lá eram transportados com uso de tração animal.

⁸¹ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira, entregou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º vice-presidente, no dia 01 de fevereiro de 1873. Teresina, Typ. da Pátria, 1873, Anexos, n.º 10, p. 03 e 04.

Em 1884, os trabalhos da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba, eram reconhecidos como “de utilidade ao comércio, à lavoura” e aos habitantes da província, por ser um dos poucos melhoramentos que existiam no Piauí, pois em relação aos meios de comunicação, a província ainda era deficitária em estradas.⁸² Realidade parecida era vivenciada em Campo Maior e Batalha, que faziam comércio com Parnaíba, usando animais “por estradas estreitas e más que não se prestam a passagem de carros”. Valença, considerada uma das comarcas mais prósperas, também tinha a sua economia prejudicada pelo mesmo problema que acometia as outras regiões da província.⁸³ Interessante verificar que existia regulamentação legal para abertura e manutenção, tanto das estradas públicas como privadas. A Resolução n.º 726 de 06 de outubro de 1870, que aprovou as posturas das comarcas de Teresina, Parnaíba e Valença, possuía artigos rígidos em relação à abertura e à manutenção das estradas, tanto as de responsabilidade pública, como particulares, estabelecendo inclusive multas de até 20 mil réis para quem não seguisse as normas de abertura e manutenção.⁸⁴

O isolamento da província foi um tema recorrente nos debates públicos piauienses. Ao longo do século XIX, algumas medidas foram tomadas, como se pode ver na citação abaixo:

A mudança da capital de Oeiras para Teresina e o incremento da navegação a vapor eram condições tidas como fundamentais pelos homens públicos para o desenvolvimento da Província e a independência do seu comércio em relação ao do Maranhão. Essas medidas deveriam ser complementadas com a abertura de estradas de rodagem ligando as regiões produtoras aos portos fluviais. Esse projeto, lentamente elaborado ao longo de várias décadas, só veio a afirmar-se no início do século XX, com as alterações conjunturais advindas do extrativismo (*da borracha extraída da maniçoba*). De uma maneira geral, é possível afirmar que, durante a segunda metade do século XIX, as tentativas públicas visavam a romper o isolamento da Província, integrando-a ao espaço regional e que, neste século, a expansão pretendida abarcar o mundo capitalista.⁸⁵

Alguns esforços foram sendo tomados ao longo dos anos com a finalidade de solucionar o velho problema das comunicações deficitárias. Em 1889, o governo do Piauí iniciou os trabalhos da construção de uma estrada de rodagem, indo da fazenda Conceição, na

⁸² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 34.

⁸³Notícia sobre as comarcas da província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In*: Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885, pp. 219-319.

⁸⁴ ESTRADAS. *O Piauí*, nº 148, p. 02, ano IV, 09 nov. 1870.

⁸⁵ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 21, *grifo meu*.

margem direito do rio Parnaíba, em direção a Oeiras, “empregando exclusivamente na obra pessoas vítimas da seca, cujo serviço foi orçado em seis contos de réis”.⁸⁶ Porém, mesmo com essas iniciativas, o que se pode afirmar é que “além da navegação fluvial, o Piauí contava mesmo era (...) verdadeiras veredas e atalhos”.⁸⁷

Na segunda metade do século XIX, as ferrovias ainda eram uma realidade distante no Piauí, embora tenham sido mencionadas algumas vezes nos documentos oficiais, ora relatando a sua importância para a economia, ora lamentando a ausência delas. Iniciativa mais concreta nesse assunto, foi tomada em 1888, quando o presidente Licínio Silva Soares, mandou contratar a construção de uma estrada de ferro que sairia de Amarante, na margem direita do rio Parnaíba, passando por Oeiras, seguindo pelo vale do rio Canindé, chegando até a serra Dois Irmãos, na fronteira com Pernambuco.⁸⁸ Ficou só no projeto. Ao contrário do que se deu em outras províncias do Norte como o Pará e o Ceará, que ao longo século XIX já iniciavam a instalação de via férreas, as primeiras estradas de ferro só foram implantadas no Piauí nas primeiras décadas do século XX, após muitos esforços junto ao governo federal, integrando o “plano mais geral, visando ao combate às secas na região”.⁸⁹

Pode-se dizer que “o tema da estrada de ferro não é apropriado apenas à discussão das políticas públicas fracassadas do período, mas permite igualmente visualizar o clima de exacerbado otimismo que se criou com a integração do Piauí ao comércio internacional”.⁹⁰ O que se vê, é que nesse quesito, os relatórios continuaram apenas relatando o que existia de progresso no âmbito da locomoção provincial, notadamente a navegação a vapor pelo rio Parnaíba, que alimentava o comércio de algumas comarcas localizadas próximas às margens desse rio, e registrando nos relatórios a necessidade da construção de estradas de rodagem que servisse de comunicação entre as regiões centrais e as margens dos rios navegáveis, como relatou o presidente Viveiros de Castro, em 1888.⁹¹

Mesmo que se afirme que ao longo da segunda metade do século XIX, as tentativas públicas visavam romper o isolamento vivido pelo Piauí, percebo que os diagnósticos

⁸⁶ Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, p. 48.

⁸⁷ QUEIROZ, 2011, p. 26.

⁸⁸ Relatório com que o Exmo. Dr. Firmino Licínio da Silva Soares, 1º vice-presidente da província do Piauí, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Dr. Raimundo José Vieira da Silva, no dia 26 de setembro de 1888. Teresina, Typ. da Reforma, 1888.

⁸⁹ QUEIROZ, 2007, p. 26.

⁹⁰ QUEIROZ, 2007, p. 24.

⁹¹ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente D. Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura a Assembleia Provincial do Piauí, do dia 02 de junho de 1888. Teresina, Typ. do Telephone, 1888.

repetidamente eram mais frequentes que as ações; com a alternância constante de líderes no executivo provincial, restava somente as suas falas que sempre apontavam o que precisava ser feito, e assim, o discurso, tomava partido em vez de ações concretas que visassem maior dinamismo econômico para o Piauí. Um dos presidentes, que pelas suas ideias se destacou dos demais, foi Emigdio Adolpho Vitorio da Costa. Elogiado pela imprensa correligionária do Partido Liberal e até do órgão de oposição, o jornal conservador *A Época* governou apenas de dezembro de 1883 a agosto de 1884. Além do pouco espaço de tempo para executar ações mais diretivas, teve que enfrentar vários obstáculos, como “a intransigência da bancada conservadora”, difícil crise política e administrativa que vivia a província, além do déficit orçamentário.⁹²

Conhecidas as principais fontes de receita da província do Piauí, deve-se entender que o orçamento de cada ano, era elaborado com base no que seria arrecadado de cada fonte de riqueza. Como já mostrei, essas fontes muitas vezes eram escassas, deficitárias e concentradas em poucos produtos, o que punha a situação econômica da província a uma condição relativamente instável. A Tabela 12 traz um demonstrativo de alguns dos principais gêneros tributados na província do Piauí, e quanto eles renderam à arrecadação do tesouro provincial, no ano financeiro de 1887-1888. A tabela também define o rendimento dos tributos por localidade do Piauí, dando uma visão bem mais detalhada de onde, possivelmente, estavam concentradas as fontes de riqueza da província.

⁹² NUNES, 2007, p. 334.

Tabela 12: Receita arrecadada do tesouro provincial do Piauí no ano financeiro de 1887-1888⁹³

Estações	Dízimo	Aguardente	Algodão exportado	Fumo exportado	Couro exportado	Engenho	Gado exportado	Cereais
Teresina	1:561\$268	1:075\$320	6:609\$202	63\$00	2:118\$000	110\$000	230\$000	----
União	874\$000	87\$680	4:156\$583	149\$700	----	10\$000	----	2\$700
Amarante	1:600\$400	117\$200	3:727\$192	----	7:116\$150	275\$000	510\$400	\$100
Parnaíba	2:181\$500	570\$095	947\$056	----	609\$300	50\$000	1:078\$700	529\$438
Valença	5:517\$500	60\$000	----	----	----	440\$???	2:286\$300	----
Barras	2:808\$000	70\$000	226\$860	----	----	115\$000	381\$000	----
Oeiras	3:150\$240	25\$088	----	----	141\$030	147\$000	2:965\$300	----
C. Maior	3:079\$620	70\$000	----	----	----	60\$000	2:150\$300	----
Marvão	2:573\$300	19\$200	----	----	----	95\$000	601\$000	----
Picos	2:028\$800	35\$000	----	----	6\$000	265\$000	1:431\$500	----
Jaicós	3:078\$900	41\$000	----	----	9\$000	----	1:382\$800	----
Batalha	1:631\$500	51\$000	----	7\$350	48\$000	40\$000	264\$000	----
Piracuruca	3:569\$100	124\$108	----	----	31\$5000	55\$000	928\$600	----
Jerumenha	1:737\$220	40\$000	----	----	3\$900	180\$000	1:253\$000	----
Manga	1:250\$000	27\$200	----	----	33\$600	80\$000	1:334\$800	----
Piripiri	796\$000	45\$000	----	----	16\$500	90\$000	485:000	64\$100
Humildes	1:317\$200	----	----	----	----	55\$0?0	1:064\$100	----
Livramento	829\$000	50\$000	----	----	6\$000	----	45\$000	----
Amarração	729\$000	198\$120	123\$225	----	49\$500	20\$000	124\$900	7\$400
Regeneração	1:133\$000	10\$000	----	----	150\$000	60\$000	199\$100	----
Bom Jesus	521\$500	4\$840	----	----	----	140\$000	511\$500	----
Pedro II	727\$000	37\$000	----	----	----	86\$030	282\$000	----
Corrente	951\$000	----	----	----	----	----	285\$100	----
Parnaguá	1:397\$700	20\$000	----	----	----	----	225\$000	----
S. R. Nonato	1:626\$200	----	----	----	----	50\$900	671\$500	----
S. J. do Piauí	2:510\$000	16\$800	----	----	----	----	1:809\$000	----
S. Filomena	127\$000	----	----	----	207\$900	----	----	----
Total	49:306\$247	2:794\$651	15:790\$000	441\$550	10:846\$700	2:738\$300	22:500\$200	545\$738

Fonte: Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, quadro explicativo, s/n.

Optei em disponibilizar na tabela as receitas oriundas das duas fontes de riqueza⁹⁴ da província que já abordei anteriormente, evidentemente, pecuária e da agricultura.

⁹³ Além das origens identificadas na primeira linha da tabela, o documento original traz outras fontes de renda, que optei não dispor, por limitação de espaço, mas que exponho aqui o nome e/ou total arrecadado, daqueles que podem ser considerados os mais importantes: décima urbana, 11:607\$148; rês verde: 24:390\$500, oriundos principalmente de Teresina, Amarante, Parnaíba e Oeiras; rês seca 661\$000, arrecadada somente em Parnaíba, Oeiras e Piracuruca; Porco, no total de 1:979\$000, com distribuição em maior e menor escala em toda província; carne seca exportada, 24\$530, oriunda de Parnaíba e Santa Filomena; pele miúda, 2:900\$600; sola exportada, 1:157\$600, de Teresina, União, Parnaíba, Batalha, Piripiri e Livramento; negociantes ambulantes, aposentados, emolumentos, dívida ativa, calculada em 37:732\$031; boticas, lojas, tavernas, botequins e cartórios, escritórios, açougues e sal, entre outros. Chamo a atenção nestes dados para a existência de mais derivados da pecuária, para além do já exposto na tabela, reafirmando a importância desse setor na economia.

⁹⁴ Associado aos gêneros comercializados pelo porto da cidade de Parnaíba, a alfândega daquela cidade rendeu aos cofres provinciais os seguintes valores nos respectivos anos financeiros: 1881-1882 – 184:829\$051; 1882-1883 – 185:6920\$232; 1883-1884 – 176:920\$525; 1885-1886 – 217:688\$596; 1886-1887 – 239:118\$294 e 1888 – 378:658\$110. Fontes: Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Sinval Odorico de Moura, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente, Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, no

Visivelmente o dízimo sobre o gado era o setor que liderava na arrecadação da receita. Em maior ou menor escala, o gado estava distribuído em toda a província, mesmo que algumas regiões concentrassem número mais significativo dos rebanhos, como é presumível pelos valores da tabela, além de já ter especificando alguns dos municípios em página anterior.

Do setor pecuário, também se vê a exportação de couro, com origem principalmente em Amarante. A renda desse produto, como se mostra, era entre todos os setores tributados, uma das mais rendosas, além do couro, também era exportada a sola, e da mesma forma recebia tributo a rês verde e a rês seca, com os valores expostos no rodapé da tabela. A carne seca, além do gado exportado, com somas totais também figurando entre uma das mais importantes. Em relação ao dízimo, o que se observa é uma redução em valores totais em relação aos anos anteriores: no ano financeiro 1883-1884, foi de 129:346\$467, no de 1885-1886, 121:944\$805, os derivados do ramo pecuário também acompanharam essa tendência, como o couro, que havia rendido ao todo 14:689\$600, em 1883-1884.

Em relação aos produtos oriundos da agricultura, notadamente a aguardente, o algodão e o fumo, eram os três gêneros agrícolas de maior expressão, embora em valores totais, os números não sejam muito relevantes. Os valores auferidos com a taxação da aguardente e dos engenhos nos oferecem uma noção da pequena relevância dessa cultura no Piauí nesse período. Nos anos anteriores, o líquido produzido a partir da cana também apresentou valores maiores em relação ao ano financeiro exposto na tabela. Quanto ao fumo, além de ter cultivo centralizado em poucos municípios, seu valor é quase inexpressivo em relação ao algodão, que era um produto agrário que ainda oferecia maior renda total, embora estivesse sua produção concentrada em basicamente três municípios localizados na zona costeira do rio Parnaíba: Teresina, União e Amarante. Comparando com os anos financeiros 1883-84 e 1885-86, a tendência foi de aumento nos rendimentos desse produto. Com números muito limitados, aparece a receita auferida com os cereais, além de ser restrito a poucas localidades.

Esses dados podem indicar uma quantidade pequena da produção de cereais, a ponto de não ser possível serem arrecadados valores expressivos na sua comercialização, uma vez que era consumido quase tudo nos locais onde eram produzidos. Levando-se em conta que esse balanço financeiro refere-se a 1887-1888, época em que uma nova seca já dava os seus sinais, possivelmente esse estado restrito de produção alimentar, contribuiu para o agravamento da fome na população local e a migrante.

dia 31 de dezembro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1882. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884.

A condição financeira da província apresentou movimento cambaleante em grande parte dos relatórios da segunda metade do século XIX. Em 1877, os problemas financeiros já eram alarmantes; em fevereiro daquele ano, a dívida passiva era de 456:877\$203 réis comprometendo até mesmo o salário dos servidores públicos, que estava atrasado há quase um ano; um dos problemas encontrados na arrecadação, fora a negligência e fraude dos coletores na arrecadação do dízimo.⁹⁵ Uma das ações tomadas, foi o aumento de impostos, entre eles, sobre o gado vacum e cavalari exportado.⁹⁶ Em 1878, embora a situação da província fosse considerada menos crítica, com a redução da dívida passiva, o déficit ainda era presente nas contas públicas; a seca foi outro agravante, pois “veio de tal modo a afetar todas as fontes de renda”. Uma das soluções para tentar melhorar a condição financeira, foi reduzir o número de funcionários e criar mais impostos, principalmente sobre a pecuária, já bastante sobrecarregada, mas não era conveniente mais naquele momento atribuir mais impostos a um setor que estava sofrendo as penalidades da consequência da seca.⁹⁷

Atravessados os anos de seca, nos exercícios seguintes, os seus reflexos ainda se fizeram sentir nas finanças do Piauí. Em 1881, o presidente Odorico de Moura alertou: “o futuro das finanças da província não se antolha agradável. Parece que estas entram em um período crítico contra o qual devem tomar sérias providências”. Os efeitos da seca anterior, se refletiam nos lançamentos da arrecadação do dízimo naquele ano, com uma depressão que atingiu 36:000\$000 réis. Com a redução da receita e crescimento das despesas, alertava o presidente: é “evidente que uma crise financeira se prepara”, devendo ser criadas novas fontes de receitas e fiscalizando a arrecadação. A arrecadação, abaixo da capacidade existente, era um dos problemas que afetava a renda provincial, principalmente na pecuária, pois havia “nos criadores uma grande repugnância de pagarem o dízimo do gado, e é opinião geral que a

⁹⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877.

⁹⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, n.º 45, 1878. Acerca da arrecadação de impostos no Piauí, Solimar Oliveira Lima escreveu o seguinte: “O não pagamento de impostos favoreceu muitas fortunas. No século XIX, eram frequentes as citações aos devedores. (...) O sistema de arrecadação do imposto, em 1854, segundo a Tesouraria da Fazenda da Província, não era, de fato, o mais eficiente. (...) O sistema era o lançamento, procedido por juntas em cada município, tendo como base as declarações dos produtores sobre o número de bezerros apanhados em cada ano. (...) A sonegação era recorrente, além de ser uma prática “secular na província”. (...) Fazendeiros, criadores e vaqueiros, condutores, marchantes e Junta de lançamento de impostos, formavam uma sólida rede de acumulação ilícita em torno da criação e da comercialização de gado no Piauí, mas não estavam sozinhos, todos queriam lucrar, gerando e ampliando “pequenas fortunas” às custas do erário público, inclusive os funcionários encarregados dos impostos, os “escrivães do Juízo dos feitos da fazenda” (LIMA, 2016, pp- 127-128).

⁹⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 29.

arrecadação dele não se faz o quinto da dívida”.⁹⁸ Outra causa provável desse feito é a elevação do imposto sobre o gado, que já citei anteriormente.

Todos esses sinais indicam que a condição financeira da província do Piauí requeria muita atenção do poder público, com receitas oscilantes, reféns de fenômenos naturais e também as demandas de mercado, em muitos períodos financeiros o produto final acabou sendo o déficit. A Tabela 13 traz o demonstrativo das receitas e despesas efetuadas entre os anos de 1873 e 1884.

Tabela 13: Demonstrativo da receita e despesa efetuada na Província do Piauí nos anos financeiros de 1873 a 1884.

Anos financeiros	Receita Arrecadada	Despesa Efetuada
1873-1874	289:845\$022	399:198\$038
1874-1875	256:798\$491	304:451\$707
1875-1876	225:066\$569	269:627\$653
1876-1877	340:708\$038	302:794\$339
1877-1878	392:099\$739	330:039\$366
1878-1879	343:817\$446	308:212\$932
1879-1880	415:151\$106	415:722\$684
1880-1881	293:675\$566	407:379\$067
1881-1882	224:281\$612	270:258\$654
1882-1883	332:490\$165	324:354\$818
1883-1884	240:152\$489	227:262\$468

Fonte: relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 57.

De 11 anos financeiros, seis foram marcados por acentuado déficit. Três deles antecedendo a seca de 1877. Dado relevante de observar, é que a receita, durante os anos em que se estendeu a seca, foi superior à despesa. Um dos motivos que posso pensar para esse fenômeno, é a venda do gado *vacum*, diante da impossibilidade de mantê-los com a falta de pasto. Outro fator que se deve considerar, é que a seca não afetou com a mesma intensidade todos os municípios da província. Principalmente as áreas próximas às margens do rio Parnaíba, puderam continuar com o cultivo agrícola. Cidades como Teresina, União e Amarante, produtoras de algodão, não foram afetadas com a seca da forma como se sentiu em Oeiras e Príncipe Imperial, por exemplo.

Pode-se creditar também o exposto pelo presidente Graciliano de Paula Batista em 1877, quando, mesmo alertando para as dificuldades econômicas, citou como fontes adicionais da receita, a cobrança da dívida ativa, a procura pelo gado piauiense e a alta dos

⁹⁸ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Sinval Odorico de Moura, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente, Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, no dia 31 de dezembro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1882, p. 47-48.

preços dos gêneros de produção da província.⁹⁹ Outra causa provável desse feito foram as medidas tomadas na administração de Graciliano de Paula, como a elevação de vários impostos, entre eles sobre o gado, citado anteriormente, rendendo a quantia de 24:000\$000, além da redução da despesa, feita na importância de 65:522\$500 réis.¹⁰⁰ Também não se pode desconsiderar as conclusões expostas no orçamento do presidente Barros Pimentel, de 1878, que apontava inconsistências nos valores declarados no orçamento feitos com a finalidade de apresentar equilíbrio, dotando nele “certas verbas com quantias evidentemente insuficientes”.¹⁰¹

Em 1879-1880, começou a haver mudança novamente no cenário econômico. O déficit tornou-se a regra nos três anos seguintes, de forma mais acentuada, em 1881-1882. Daí em diante, observa-se equilíbrio financeiro em alguns anos, mas em 1887, a convicção de que as finanças provinciais estavam em crise novamente, já era evidente. No exercício de 1885-1886, o déficit já era visível, com a diminuição crescente das receitas, e aumento das despesas, a previsão para o ano de 1888-1889, era que o déficit chegasse a 104:989\$640. A única solução enxergada pelo presidente da época foi a redução drástica das despesas.¹⁰²

A crise que se acentuava no final da década de 1880, o presidente Viveiros de Castro atribuiu manobras feitas em anos anteriores, que fizeram subir as receitas, gerando saldos positivos nos primeiros anos daquela década, mas que passado o seu efeito, vieram as consequências expressas no déficit, que naturalmente provocaram desarmonia nas receitas provinciais.

Influenciada não sei porque espírito dissipador, a assembleia provincial de 1882 aumentou consideravelmente os encargos da província com despesas novas, e como era indispensável a decretação de meios pecuniários para ocorrer a elas, sem refletir nas consequências futuras que dali resultariam, mandou por via da Res. n.º 1041 de 30 de Junho daquele ano, quo o imposto de dizimo, até então lançado três anos antes da época de sua arrecadação, fosse lançado e cobrado anualmente. Assim deu-se nos anos de 1882 a 1885 uma arrecadação dupla desse imposto, e conseguintemente um aumento de receita bastante para aparentar a suposta prosperidade financeira, com que hoje aumentam os adversários da situação dominante, sem se lembrarem de que ela serviu apenas para mascarar durante aqueles anos a fisionomia de

⁹⁹ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877.

¹⁰⁰ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, n.º 45, 1878.

¹⁰¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 30.

¹⁰² Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, passou a administração província do Piauí ao Exmo. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro, no dia 06 de julho de 1887. Teresina, Typ. do Telephone, 1887.

nossas finanças, condenadas desde então a uma decadência real. Este resultado ilusório conseguiu-se; mas além do saque realizado sobre o futuro, despendendo-se dentro dos três anos aludidos mais de duzentos contos de reis de rendas pertencentes aos anos seguintes, verificou-se desde logo no valor dos lançamentos anuais do imposto de dizimo a diferença correspondente ao preço do gado de três anos como outrora era calculado, para o de um ano como é hoje.¹⁰³

No ano seguinte a esse relatório, e já em curso a seca que iniciou em 1888, as dívidas da província tornavam-se cada vez mais acentuadas; na fala do presidente Raymundo Vieira da Silva,

Assoberbada por uma dívida enorme, que dia para dia mais se avoluma, sem comércio, sem indústria, diminuindo-se sempre as fontes de receita, enquanto a despesa quase que permanece a mesma, os empregados provinciais atrasados há um ano no recebimento dos seus vencimentos e agora flagelada por uma rigorosa seca, que tem causado enormes prejuízos, o Piauí passa por uma crise terrível que causa sérias apreensões.¹⁰⁴

Pelas descrições lidas nos relatórios dos anos antecessores e presentes durante as duas secas, a concepção que se abstrai é que o Piauí estava economicamente mais fragilizado quando chegou a seca de 1888-1889, em relação àquela iniciada em 1877, que, como mostrei, foi marcada por saldos positivos na balança financeira da província. Além da chegada das consequências advindas da Resolução n.º 1041, velhos problemas na arrecadação de imposto ainda persistiam: ineficácia na cobrança da dívida ativa, dificuldade na arrecadação do dízimo “havendo por parte dos agentes de arrecadação, muita frouxidão, muita negligência, se não coisa pior do que isto, que é a fraude”.¹⁰⁵ Mais uma vez, a solução indicada para a crise, foi um grande corte de despesas, e novos impostos, porém, além de não se encontrar “quase matéria tributável”, naquele ano em que a seca afetava as fontes de riquezas provinciais, “sem indústria, sem comércio e por demais comprometida a fortuna particular”, uma nova imposição de impostos resultaria em agravamento das consequências da seca”.¹⁰⁶

Nas décadas seguintes, a extração da borracha de maniçoba, deu um relativo folego às finanças do Piauí, já durante a era republicana, sendo o déficit suprimido em alguns anos

¹⁰³ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente D. Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura a Assembleia Provincial do Piauí, do dia 02 de junho de 1888. Teresina, Typ. do Telephone, 1888, p. 89.

¹⁰⁴ Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, p. 17.

¹⁰⁵ Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, p. 19.

¹⁰⁶ Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, p. 21.

financeiros.¹⁰⁷ O entusiasmo econômico que seguiu com a extração da maniçoba, alimentou projetos de inserção, mesmo que precariamente, do Piauí às linhas de comércio internacional, sendo comuns tentativas da criação de um banco, ou sucursal bancária de outro estado, algo que não foi viabilizado, só passando a ter o Piauí, a sua primeira agência bancária, em 1917, quando foi instalada uma filial do Banco do Brasil em Parnaíba.¹⁰⁸

Sustentando-se em dois ramos principais da economia, historicamente a pecuária, e em alguns gêneros agrícolas, a economia do Piauí mantinha-se na segunda metade do século XIX, em passos lentos, apresentando pouco desenvolvimento tecnológico, pouco avanço no comércio externo e também pouco desenvolvimento interno. Vinculada e dependente das receitas auferidas com a criação de gado, a indústria manufatureira nem de longe era uma realidade no Piauí. Tentativas de diversificar a economia, sequer foram tomadas de modo mais enérgico.

Mesmo sendo comuns no discurso político da época, as dificuldades que estavam sujeitas as finanças do Piauí, e a necessidade de agir, seja incentivando o setor existente ou diversificando a produção, o que se viu foi o aumento da taxaço sobre o gado. Tendo uma das suas poucas vias de comércio viabilizadas pela navegação a vapor pelo rio Parnaíba, somente municípios situados próximo a esse rio puderam emergir de forma mais direta no mercado externo e alcançar relativa integração econômica. Regiões mais distantes, localizadas no centro e leste da província, sofriam dificuldades de alcançar o comércio provincial e acabavam mantendo relações comerciais limitadas apenas ao consumo da população existente naquela região.

Pode-se dizer, com isso, que a rotatividade financeira no Piauí era limitada, e o consumo acompanhava essa tendência. Com uma economia de subsistência aparente, a participação do Piauí no comércio internacional, seja como exportador, seja como consumidor, foi aquém das possibilidades existentes, realidade sempre evidente nos discursos presidenciais. Não se pode dizer que o Piauí diferia da tendência econômica do país, mas em certa medida, em termos de desenvolvimento, ficou muito atrás de outras províncias da época, inclusive as vizinhas, como o Maranhão, com quem manteve dependência comercial por grande parte do século XIX. Em linhas gerais,

Embora tenham sido registradas exportações de produtos agrícolas durante o século XIX, particularmente na segunda metade, sabe-se que só foi significativa a exportação de algodão. Outros produtos como fumo, arroz,

¹⁰⁷ Ver: QUEIROZ, Teresinha: *A importância da borracha da maniçoba na economia do Piauí: (1900-1920)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

¹⁰⁸ QUEIROZ, 2011.

farinha de mandioca, rapaduras, aparecem numa proporção insignificante em relação aos produtos derivados da pecuária – couros, peles, crinas e do próprio algodão, em algumas fases em que o preço era mais alto. Se houve esse propalado desenvolvimento da agricultura durante a monarquia, ele não foi suficiente para propiciar integração da província nas correntes comerciais e pouco ultrapassou as necessidades locais.¹⁰⁹

Nessa condição, a economia piauiense era refém de todo tipo de alteração, seja de ordem política, social e também climática. As secas que afetaram o Ceará e também o solo piauiense, em certa medida, agravaram os problemas econômicos e sociais da província. Com a entrada de migrantes, vindos principalmente do Ceará, nas secas de 1877 e 1888, a economia pecuária e a agricultura de subsistência viram os preços dos alimentos subirem, e em muitas regiões houve desabastecimento, morte do gado e acirramento das limitações econômicas locais e em âmbito maior, das finanças provinciais, que em grande parte do tempo, como já dito, conviviam com o déficit.

02 Trabalho e ocupação da mão de obra no Piauí na segunda metade do século XIX

O modelo de ocupação do território piauiense, assim como em outras regiões do Brasil, possibilitou a formação de “vastas extensões de terra, *dominadas* por uma classe (...) pequena de proprietários, reforçada pela proliferação de uma classe sem terras, à qual se agregaram posteriormente os libertos”, traduzindo-se na formação de grupos de “possuidores” inativos, e outro de trabalhadores que não detinham a propriedade.¹¹⁰ No Piauí, as atividades econômicas adotadas desde a colonização foram importantes para determinar a ocupação humana na província.

Os grupos sociais que estavam presentes nessas terras não diferem em muito do restante do Brasil: índios, africanos e portugueses compunham os elementos étnicos da formação social local, embora algumas observações devam ser feitas: o povoamento piauiense se deu a partir da constituição de fazendas e, por isso, é importante considerar que os primeiros contingentes que chegaram a esse território eram compostos principalmente por baianos, pernambucanos, famílias luso-brasileiras, além de degredados portugueses. Nesse período, “não há migrantes negros, salvo os livres”.¹¹¹

¹⁰⁹ QUEIROZ, 2015, p. 54-55.

¹¹⁰ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo. *R. Bras. Econ.* Rio de Janeiro, v. 42, n.º 04, p. 317-69 out./dez. 1988, 356.

¹¹¹ BRANDÃO, Wilson de Andrade. Os primeiros tempos (1674-159): fixação do homem no espaço piauiense. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995, p. 22.

Em relação à presença do escravo negro como mão de obra no Piauí, há um debate divergente na historiografia local que, embora seja necessário descrevê-lo brevemente, não cabe aqui espaço para maior discussão sobre o tema, pois apenas pretendo situar o escravo negro e sua mão de obra na segunda metade do século XIX. Odilon Nunes (2007), referência para a pesquisa de muitos temas relacionados à história do Piauí, afirmou que grande parte dos escravos existentes na província era empregada nos trabalhos domésticos, defendendo a existência de uma relação harmônica entre escravos e senhores; na sua interpretação, era o “escravo um apenso da família”, tratado com estima e recebendo afeto do senhor, “tendo uma vida de folgazão, especialmente o das Fazendas Nacionais”,¹¹² usufruindo de uma vida diferenciada dos escravizados que viviam nos algodoais e canaviais. Para o autor, “no Piauí, o trabalho servil não era condição da economia. Os senhores não brutalizavam seus escravos ao peso excessivo do trabalho”.¹¹³ Ao trazer essas considerações, atribuiu maior participação de força e trabalho ao vaqueiro e ao trabalhador livre na atividade pecuária.¹¹⁴

Monsenhor Chaves, outro pesquisador da história local, que deixou importantes contribuições para a reflexão na historiografia piauiense, afirmou que os escravos negros chegaram ao Piauí, vindos da Bahia, por meio dos caminhos da feira do gado. Muitos deles introduzidos nas fazendas e sítios, ajudando o vaqueiro nos seus trabalhos.¹¹⁵ Diferentemente de Odilon Nunes, compreendeu que a vida do escravo negro no Piauí, era marcada por “castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono dos doentes e dos velhos”,¹¹⁶ seja no período colonial ou no Império, notadamente até a primeira metade do século XIX. A partir de então, ainda que menos violenta, não se deve pensar que “foi inteiramente de bondades, de carinhos. (...) Houve muito tronco, muita gargalheira, muito escravo castigado”.¹¹⁷ Embora Monsenhor Chaves, reconheça a carência de dados estatísticos, afirmou que “o número de escravos nunca foi muito grande no Piauí (...). Até a extinção do tráfico (1850), o número de escravos crescia; e daí por diante passou a decrescer”.¹¹⁸

¹¹² NUNES, 2007, p. 251.

¹¹³ NUNES, 2007, p. 252.

¹¹⁴ NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

¹¹⁵ O romance *Ataliba, o vaqueiro*, publicado pela primeira vez em forma de folhetim no Rio de Janeiro, em 1878, tendo cenário a seca que se passava no Piauí naqueles anos, traz entre os personagens Ataliba, o vaqueiro da fazenda Morros, localizada na região de Marvão, e o seu ajudante nos trabalhos com o gado, Cassange, um escravo, que também era seu amigo. CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

¹¹⁶ CHAVES, Monsenhor. *A escravidão no Piauí*. In: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira *Obra Completa, Monsenhor Chaves*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013, p. 190.

¹¹⁷ CHAVES, 2013, p. 191.

¹¹⁸ CHAVES, 2013, p. 194.

Luiz Mott, em pesquisas feitas posteriormente a Monsenhor Chaves, traz outra argumentação: nas suas conclusões, os escravos existentes no Piauí no século XVIII, “representavam 45,8% da população rural, estando presentes em 67,8% dos domicílios”. Considerando que nesse período o número de escravos no Brasil, era 38,6% da população, concluiu “que o trabalho escravo também foi largamente empregado na zona pastoril”, questionando assim, afirmações de pesquisadores como Caio Prado Junior e Celso Furtado, para quem o pastoreio foi incompatível com o escravismo, concluindo Mott, que “a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra escrava negra e mestiça. Embora existindo lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório”, de maneira mais significativa que o indígena e talvez até mesmo em relação ao braço livre.¹¹⁹ Como se vê, Mott, direciona a atividade do escravo negro diretamente à pecuária, atribuindo a ele significativa importância enquanto mão de obra na criação do gado. Diferentemente dessa tese, a historiadora Tânia Brandão, afastou a centralidade da mão de obra escrava da atividade criatória, atribuindo a esse grupo social diversos desempenhos no território piauiense, entre eles aqueles mais desagradáveis ao homem livre: segundo ela, na

pecuária sertaneja, especialmente no Piauí, onde ela se desenvolveu de forma mais autônoma, (...) o trabalho nas unidades produtoras não se limitava ao manejo do gado nos campos e curral, obviamente mais próprio ao homem livre, em regra o vaqueiro, ou simples remessa de bois às feiras. Havia necessidade de montagem e conservação da infraestrutura das fazendas, o que ficava a cargo dos escravos. A agricultura de subsistência, a construção de aguadas, cercas, currais e fabricação de utensílios mais grosseiros, além dos serviços domésticos, eram, sem dúvida, imprescindíveis, básicos na vida das fazendas, mas eram também trabalho pesado pouco gratificante ao homem livre.¹²⁰

Dentro desse debate, é notório que o escravo africano esteve presente, independentemente do exercício desempenhado, nas atividades econômico-produtivas do Piauí, no período colonial e imperial.

Ao analisar o processo produtivo e a ocupação da mão de obra escrava nas Fazendas da Nação, no Piauí, Solimar Oliveira Lima, descreveu várias atividades exercidas pelas escravas nesses locais, como trabalho de fiar algodão, cultivo de gêneros para alimentação, na construção de obras públicas e também na pecuária, como explicou: “as mãos das mulheres não se limitavam ao manejo dos machados, facões, foices e enxadas para produzir alimentos (...) Manejavam com a mesma destreza, as mesmas ferramentas para garantir bons pastos para

¹¹⁹ MOTT, 2010, p. 107.

¹²⁰ BRANDÃO, 2015, p. 35-36.

a criação de gado”.¹²¹ Na descrição do autor, as Fazendas Nacionais eram unidades produtivas onde os escravos produziam diferentes atividades, que eram transformadas em dinheiro, seja para o Império, ou os administradores locais, estruturando-se uma organização de produção “escravista que desenvolvia sistematicamente atividades produtivas variadas, utilizando exclusivamente o trabalho escravizado com a finalidade principal de comercialização, criando-se gado e praticando a agricultura.¹²² De acordo com o censo demográfico de 1872, a população escrava no Piauí, estava assim distribuída:

¹²¹ LIMA, 2005, p. 80.

¹²² LIMA, 2005, p. 30.

Tabela 14: População escrava do Piauí em 1872.

Municípios	Freguesias	Sexos			Total da população do município
		Homens	Mulheres	Total	
Teresina	N. S. do Amparo de Teresina	687	583	1.270	3.073
	N. S. das Dores de Teresina	832	931	1.803	
União	N. S. dos Remédios de União	519	488	1.007	1.007
Barras	N. S. da Conceição de Barras	1.114	1.065	2.179	2.179
Batalha	S. Gonçalo de Batalha	199	272	471	471
Parnaíba	N. S. da Graça de Parnaíba	312	326	638	1.220
	N. S. dos Rem. de Buriti dos Lopes	305	277	582	
Piracuruca	N. S. do Carmo de Piracuruca	179	214	393	710
	N. S. dos Remédios de Piri-piri	156	161	317	
Pedro II	N. S. da Conceição de Pedro II	116	126	242	242
Campo Maior	Santo Antônio de Campo Maior	397	429	826	826
Marvão	N. S. do Desterro de Marvão	380	360	740	740
Príncipe Imperial	Senhor do Bomfim de P. Imperial	169	189	358	358
Independência	Sant'Anna de Independência	417	461	878	878
Amarante	S. Gonçalo de Amarante	881	858	1.749	1.749
Oeiras	N. S. da Vitória de Oeiras	1.009	978	1.987	1.987
Valença	N. S. do Ó de Valença	1.117	988	2.100	2.100
Picos	N. S. dos Remédios de Picos	365	360	725	725
Jaicós	N. S. das Mercês de Jaicós	1.364	1.349	2.703	2.703
Jerumenha	S. Antônio de Jerumenha	----	-----	----	----
Manga	N. S. da Uhyca da Manga	254	224	478	478
Bom J. do Gurguéia	Senhor Bom Jesus do Gurguéia	-----	-----	----	----
Parnaгуá	N. Senhora da Conceição do Corrente	178	161	339	1.058
	N. S. do Livramento de Parnaгуá	266	276	542	
	Santa Filomena	88	89	177	
São Raimundo Nonato	S. Raimundo Nonato	228	298	526	526
São João do Piauí	S. João Batista do Piauí	378	392	765	765
Total		1.194 5	1.1850	23.795	23.795

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872¹²³ – Piauí. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf. Acesso: 05 ago. 2020.

O modelo demográfico do escravo piauiense pode ser considerado diferente em relação às regiões de produção de cana e café, entre outros aspectos, por apresentar abundância de crianças de até 14 anos, o que “apontava para uma alta natalidade e taxas de reprodução similares às da população livre, e também *por ser* um modelo onde o aporte escravo, a partir do tráfico atlântico praticamente não existiu. Os escravos, em sua grande

¹²³ Os dados referentes aos municípios de Jerumenha e Bom Jesus do Gurguéia não estão contabilizados devido a não terem sido encaminhados à contagem geral do censo de 1872.

maioria (86%), no século XIX, nasceram no Piauí”.¹²⁴ Essas informações corroboram com os dados contidos no recenseamento de 1872, quando apontou que, dos escravos existentes no Piauí, apenas 165, entre os homens, eram estrangeiros, e dentre as mulheres somente 77. Em números, o total de escravos existentes no Piauí, de acordo com o primeiro recenseamento feito no Brasil, equivale a aproximadamente 12%, em relação aos 202.222 habitantes que a província possuía naquela época. Em relação ao sexo, estes eram quase equivalentes em quantidade, sendo os homens 11.945, e as mulheres, 11.850, somando ao todo 23.795 escravos.

Espalhados pelas freguesias em menor ou maior número, observa-se uma concentração de escravos vivendo nos municípios de Teresina, União, Barras, Amarante, Oeiras, Valença, Parnaíba e Jaicós.¹²⁵ Se esse fato for comparado com alguns dados já expostos anteriormente, é possível ter algumas conclusões: todos esses municípios citados então entre os maiores produtores de bezerros no Piauí, entre 1869-1879, como exposto na Tabela 10. Alguns desses municípios são também os que, de acordo com os dados da Tabela 12, mais contribuíam para as finanças provinciais, seja por meio do dízimo, da produção de aguardente, exportação de algodão, fumo, couro ou gado. Penso que pode haver uma possível relação entre as zonas de maior geração de riqueza, com a localização dos escravos nesses locais, tanto na década de 1870, como na de 1880, quando a escravidão no Brasil já estava encaminhando para os seus últimos anos.

Nisso, quero dizer que o escravo foi, assim como afirmam alguns autores citados anteriormente, usado como mão de obra na atividade pecuária no Piauí, em maior ou menor força, da mesma forma que também pode haver trabalhado em outras atividades, entre elas os serviços domésticos. Teresina, notadamente, era o município que possuía maior número de escravos na província em 1872, indicando que além de atividades agrícolas e pecuárias, esses escravos poderiam realizar vários tipos de trabalhos, inclusive no cenário urbano. Seja nas fazendas públicas, privadas, nos sítios, ou na zona urbana, o escravo serviu de alguma forma como mão de obra nas diversas atividades econômicas da província do Piauí. Entre as condições para ser considerada uma grande fazenda no século XIX, estavam: terras com boas condições naturais, produção para consumo e mercado, além de trabalhadores escravizados.¹²⁶

¹²⁴ KNOX, Miridan Brito. A vida escrava: liberdades consentidas. *Clio* - Série História do Nordeste, nº 15, 1994, p. 153, *grifo meu*.

¹²⁵ Apesar de ser o segundo município a possuir mais escravizados, ficando atrás apenas de Teresina, Jaicós “é entretanto, o primeiro que proclama a emancipação total de seus escravos”, por estar localizado em uma das regiões mais castigadas pelas secas na província (NUNES, 2007, p. 261).

¹²⁶ LIMA, 2009.

Com base em uma mostra documental analisada, no ano de 1876, por exemplo, no município de Parnaíba, o trabalho escravo era predominante em relação ao livre: 120 escravos, ante 64 livres. Em Valença, dava-se o oposto: em 1875, foi produzido no município, feijão, arroz, batata, açúcar, aguardente, farinha de mandioca, fumo e milho. Parte desses gêneros, como açúcar, rapadura, aguardente, farinha, feijão, milho e batatas, foram exportados para Teresina, Oeiras, Amarante e também para o Ceará. Nesse caso, nota-se que diferentemente de Parnaíba, a mão de obra escrava não era predominante, sendo identificados entre os trabalhadores, 40 escravos, ante 120 livres; números com a mesma tendência, também foram encontrados em documento referente a São Raimundo Nonato, em que 250 eram livres e 150 eram escravos.¹²⁷

Em junho de 1883, o relatório provincial já indicava a redução do número da escravidão no Piauí, que ainda possuía 17.307 escravos, localizados em maior número em Teresina, Barras, Valença, Jaicós, Amarante e Oeiras.¹²⁸ Em 1887, a diminuição da população escrava já era significativa em relação ao último número mostrado. Ao todo, existiam 8.967 escravos na província; Teresina e Valença eram os únicos municípios que ainda possuíam soma acima de mil escravos, a primeira com 1.113, e a segunda constando 1.012. Nas regiões de Piripiri (57), Santa Filomena (72) e Bom Jesus (95), eram onde existia menor quantidade de escravizados por localidade.¹²⁹ A redução de escravos no Piauí, segundo Monsenhor Chaves, deveu-se a causas como mortandade elevada, libertação com as leis abolicionistas e a saída para outras províncias.¹³⁰ Pode-se citar também o fundo de emancipação, as libertações feitas pela iniciativa particular,¹³¹ e as sociedades abolicionistas, que tinham como finalidade alforriar escravos.¹³²

¹²⁷ SILVA, 2020.

¹²⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884.

¹²⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, passou a administração da Província do Piauí, Exmo. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro, no dia 06 de julho de 1887. Teresina, Typ. do Telephone, 1887.

¹³⁰ CHAVES, 2013.

¹³¹ Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885.

¹³² O historiador Rodrigo Caetano Silva, identificou a existência de quatro sociedades abolicionistas no Piauí, a saber: a Sociedade Emancipadora Piauiense, em Teresina, fundada em 1870, a Sociedade Libertadora Piauiense, também em Teresina, no ano de 1883, a Sociedade Libertadora Barrense, fundada no município de Barras, em 1884, e a Sociedade Libertadora Jaicoense, em Jaicós, em 1884. SILVA, Rodrigo Caetano. O papel das sociedades abolicionistas no processo de libertação de escravos no Piauí (1870-1884). In: SILVA, Rodrigo Caetano, *et. al. Escravos libertos e livres: histórias de lutas e resistências no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

O Resumo Geral dos Escravos Matriculados na Província do Piauí, dos anos de 1886-1887, é mais específico em alguns detalhes quanto à população escrava na província. Identifica a mesma quantidade de 8.970 pessoas submetidas à condição de escravo no Piauí, numerando-os quanto à sua distribuição por município, sexo, idade, estado civil, profissão, e espaço onde domiciliavam. Na tabela abaixo, mostro alguns dos dados disponíveis nesse documento, que considero importantes para alimentar esta análise.

Tabela 15: Resumo geral dos escravos matriculados na Província do Piauí (1886-1887)¹³³

Município	Total de escravos	Profissão			Domicílio	
		Agrícola	Artista	Jornaleiro	Urbanos	Rurais
Teresina	1.193	808	285	100	100	1093
União	436	356	80	----	42	394
Barras	500	298	202	----	32	468
Batalha	211	103	108	----	03	208
Parnaíba	342	115	115	112	100	242
Piracuruca	185	54	131	----	23	162
Pedro II	101	37	01	52	02	99
Piripiri	57	29	02	15	31	23
Campo Maior	247	202	01	44	44	203
Humildes	191	187	03	01	20	171
Marvão	212	178	02	875?	23	189
Valença	1.012	489	63	460	20	992
Picos	294	143	148	21	15	279
Jaicós	790	372	02	416	-----	790
Santa Filomena	72	71	01	----	72	-----
Amarante	530	450	04	76	91	439
Regeneração	320	320	----	----	06	314
São Raimundo Nonato	209	100	108	01	05	204
Corrente	170	73	97	----	05	165
Jerumenha/Manga	538	288	250	----	07	531
Oeiras	790	285	505	----	207	583
São João do Piauí	257	146	04	107	10	247
Parnaguá	218	117	01	100	4	214
Bom Jesus	95	51	01	43	----	----
Total	8.970	5.222	2.114	1.616	861	7.796

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do governo.

Subsérie: Escravos. *Resumo Geral dos Escravos Matriculados na Província do Piauí* [s. d.]. Caixa: 417.

¹³³ As matrículas de alguns municípios são referentes a 1886, de outros a 1887. Alerto que nos números apresentados no documento, nem sempre a soma de escravos distribuídos nas profissões indicadas, e a zona de domicílio, coincidem com o total de escravos existentes em cada município, comprometendo as somas finais de alguns elementos da tabela.

Para além de observar uma redução significativa do número de escravos entre 1883, e 1886-1887, o documento também identifica que nessa última data (dados que não expus na tabela), a quantidade de escravas já era superior ao de escravos; além disso, revela que dos quase nove mil escravos existentes na província, cerca de 5.287 eram menores de 30 anos, corroborando com informação já descrita anteriormente acerca da composição demográfica dos escravos piauienses, que eram em maioria de origem endógena.

A profissão desempenhada por essa população é de grande importância nesse contexto, por dois aspectos: a maioria dos escravos residia na zona rural (87%), e cerca de 58% destes estavam ocupados na produção agrícola. Com isso, mesmo considerando a redução significativa do número de escravos, é explícito que eles ainda eram destinados em sua maioria a trabalhos envolvendo a produção de alimentos nas fazendas e sítios. Aqueles que viviam nos centros urbanos, possivelmente tinham condições de ocupar as funções de artista, ou seja, profissões que exigiam certa especialidade com o trabalho manual, como a marcenaria e fabricação de sapatos, algo que podia ser realizado também na zona rural, pois é muito expressiva a quantidade de escravos desempenhando essa atividade, em relação àqueles que viviam nos centros urbanos.

Transitavam, também, nesse mesmo espaço, os jornaleiros, que desempenhavam diversas atividades trabalhando por jornada. Vejo que o trabalho escravo no Piauí, bastante reduzindo nos anos que antecederam ao fim da escravidão, ainda ocupava espaço importante em alguns setores da economia, entre eles a agricultura. Mesmo assim, posso considerar que não era a mão de obra preponderante para a economia piauiense naquele momento, haja vista, informações já mostradas acima, datadas da década de 1870, em que já aparecia a predominância do trabalho livre em algumas localidades. Em outras, como em Amarração, que na contagem de 1886-1887, já não possuía nenhum escravo.

A extinção da escravidão já era prevista desde 1884, pelo poder público piauiense, quando o presidente Victorino da Costa, no seu relatório, anunciou: “A escravidão, esse cancro roedor das entranhas do Brasil, e que tão má hora lhe fora legado pelos nossos maiores, tende felizmente a desaparecer”. Na fala do executivo provincial, a existência desse sistema servil, além de ser desonrosa, era vista como sintomas de atraso “civilizacional”, estigmatizando a pátria. Para ele, “a transformação brusca dos hábitos de uma sociedade constituída é sempre questão importante”.¹³⁴ Ainda assim, o trabalho escravo foi usado no

¹³⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 30.

Piauí até a abolição de 1888; enquanto em muitas regiões do Império buscava-se atribuir a condição humana ao escravo, no Piauí, “as autoridades municipais da capital (...) numa insensibilidade revoltante, ainda persistiram em equiparar os escravos aos animais de carga, colocando-os no mesmo pé de igualdade”.¹³⁵ No mesmo relatório, o trabalho livre também foi mencionado, sendo visto de forma atrasada: “notai bem que a divisão do trabalho ainda não teve o necessário incremento na província. Não raro é ver-se um e mesmo indivíduo no intuito de não despendar, acumular uma série de obrigações que no final o tornam incapaz de ser útil a si próprio”.

Com o seu discurso acerca da visão negativa da escravidão, o presidente provincial elogiava o trabalho livre, considerando-o mais proveitoso que o escravo, sendo sinônimo de prosperidade para a província, além de ser em quantidade maior que o de escravos.¹³⁶ Mesmo ocupado em algumas atividades provinciais, quando ocorreu a libertação, em 1888, os impactos econômicos para a província do Piauí, parecem terem sido irrelevantes. Como destacou o presidente Viveiros de Castro: “a resolução do importante elemento servil não perturba nesta província a organização do trabalho, pois o escravo era apenas utilizado no serviço doméstico”.¹³⁷ Na interpretação de Solimar Oliveira Lima, para os escravos piauienses, a abolição legou-lhes, praticamente, apenas a liberdade. A maioria permaneceu nos mesmos locais onde estavam estabelecidos anteriormente: “presos às propriedades pelos grilhões das novas relações sociais, continuaram como trabalhadores nas fazendas sob o domínio de submissão. Seguiram na labuta dos serviços e tarefas sob o jugo do trabalho precarizado e de jornadas que se estendiam enquanto houvesse forças”.¹³⁸

No recenseamento imperial de 1872, dentre as várias profissões elencadas como existentes no Piauí, as que mais ocupavam o contingente humano da província eram: ¹³⁹ militares (789), capitalistas e proprietários (3.271), comerciantes, guarda-livros e caixeiros (961); as profissões manuais e mecânicas, como: costureiras (18.003), das quais 1.434 eram escravas; operários com habilidades no trabalho com metais, madeiras, edificações, couros e peles, tinturaria, vestuário, chapéus e calçados, somavam 6.586 pessoas, destes, apenas 672, eram escravas, com 509 desse total sendo escravas trabalhando com tecidos.

¹³⁵ CHAVES, 2013, p. 2000.

¹³⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 28-29.

¹³⁷ Fala com que o Exmo. Sr. Presidente D. Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura a Assembleia Provincial do Piauí, do dia 02 de junho de 1888. Teresina, Typ. do Telephone, 1888, p. 24.

¹³⁸ LIMA, 2016, p. 157.

¹³⁹ Além das profissões que cito nos textos, muitas outras são elencadas no recenseamento, como religiosos, juizes, advogados, procuradores, médicos, professores, farmacêuticos, empregados públicos, etc. Selecionei para discussão apenas as que ocupavam maior contingente de pessoas e as que também empregavam escravos.

Em relação às profissões agrícolas, os considerados lavradores somavam-se 43.851 pessoas, com predominância do trabalho livre nesta atividade; escravos eram apenas 6.264; criadores¹⁴⁰ eram 4.249, todos livres. Criados e jornaleiros, 11.480, desses, eram escravos 2.445. Serviços domésticos 3.1994 pessoas, sendo entre elas, 4.686 escravas. Sem profissão especificada, 80.125. Aproximadamente 11% desse total era formado por escravos.¹⁴¹

Embora esses números sejam correspondentes a alguns anos anteriores ao do recorte desta pesquisa, é possível, a partir deles, estabelecer um paralelo com as atividades desenvolvidas no Piauí nos anos seguintes. Ver-se a mão de obra livre predominando em relação à escrava em todos os campos de trabalho; como consequência da redução desse grupo populacional na província, a cada ano foi representando menor importância na economia piauiense. Nas profissões que mais ocupavam braços, destaco a de lavrador. Envolvendo tanto a mão de obra livre como escrava, de homens e mulheres, “o trabalho na lavoura, diferentemente da pecuária, cujo ambiente era extremamente masculino, foi uma atividade que envolvia, em todo o seu processo, o trabalho das numerosas famílias e das vizinhanças, do plantio à colheita”.¹⁴² Dadas todas as implicações e limitações da agricultura, foi nessa atividade que muitos migrantes cearenses estiveram ocupados, quando foram alocados nos Núcleos Coloniais, criados em fazendas que circundavam a cidade de Teresina durante a seca de 1877-1879, destinando a mão de obra livre imigrante para uma das atividades essenciais da província, tema que analisarei com detalhes mais adiante.

Em relação aos criadores, se enquadravam nessa categoria apenas os livres, quem pertencia a esse grupo “podia ter várias criações (bovinos, caprinos, muares, etc.) e lavouras

¹⁴⁰ Na definição de Campelo (2013), o criador pode ser identificado como um produtor, mas não era detentor da posse da terra. Vinculava-se a ela por meio de acordos com os proprietários, que envolvia confiança e grau de parentesco. Estabelecia-se o formato de parceria, através do qual o criador tinha o direito de administrar a fazenda, trabalhando nela. CABRAL, Ivana Campelo. *Sertanejos piauienses: trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888)*. 155 f. (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2013.

¹⁴¹ Recenseamento do Brasil em 1872 – Piauí. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf. Acesso: 10 ago. 2020.

Embora sejam de extrema importância, os dados do recenseamento de 1872, devem ser vistos com algumas ressalvas, pois “apesar de ter limitado a diversidade de profissões, a estatística traz dados que nos ajudam a dinamizar o quantitativo populacional presente nesta província, mas também não podemos considerá-los como números exatos. Seja por questões (...) relacionadas à ingerência das autoridades na coleta de dados, da extensão territorial e do caso dos homens livres desempenharem, uma mesma pessoa, várias funções. Portanto, acumulando, por exemplo, ofícios de ferreiro e marceneiro”. MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2016, pp. 99-100.

¹⁴² MONTEIRO, 2016, p. 108.

(algodão, milho, mandioca), que eram, posteriormente, vendidos diretamente pelos criadores ou repassadas para atravessadores, que podiam ser os 'negociantes'".¹⁴³

Um dos pontos que se deve observar na lista de profissões do recenseamento de 1872, é a homogeneização das funções de cada grupo social. Sem a individualização de muitas profissões, algumas ocupações, possivelmente podem aparecer agregadas a outras, como, por exemplo, a profissão de vaqueiro,¹⁴⁴ que possuía muito destaque no Piauí, desde a colonização. Essa ocupação, “se constituiu assim pela presteza que se iniciava desde a infância. Havia, inclusive, a tradição de famílias de vaqueiros repassarem esses saberes hereditariamente, garantindo, por conseguinte, a vinculação desses serviços a fazendeiros de um mesmo grupo de posse e família”. Pode-se dizer, que eram uma posição que muitos desejavam, tanto pela estabilidade, como pelo poder que essa condição conferia dentro da estratificação da sociedade piauiense.¹⁴⁵

A categoria “serviços domésticos” era também uma das que mais ocupava mão de obra, e pode-se dizer que estava entre aquelas que mantinham o tripé de sustentação da elite piauiense através dos seus serviços braçais.¹⁴⁶ Outro dado que requer atenção é a indefinição quanto a ocupação de 80.125 pessoas, entre livres e escravos, denominados de “sem profissão”. Essa grande demanda de pessoas que, possivelmente, ocupava uma ou mais função no cotidiano, torna “implícita a diversidade de ofícios que desenvolviam esse contingente, pois tinham aproximação com os trabalhos da lavoura e as diversas atividades na área da pecuária, como ferreiro, carpinteiro, roceiro.”¹⁴⁷

No Piauí, em alguns relatórios provinciais, eram comuns as queixas acerca do pouco envolvimento do homem livre no desenvolvimento da atividade agrícola. Em 1884, o presidente Victorio da Costa, como já exposto anteriormente, após exaltar a importância do trabalho livre, referiu-se a um grupo de pessoas que preferia viver na acomodação do trabalho, como descreveu o governante: “a uberdade, porém, do vosso solo, abundante em frutos; das vossas matas, repletas de caça, dos vossos rios, regurgitando de peixes, concorrem

¹⁴³ MONTEIRO, 2016, p. 95.

¹⁴⁴ Segundo a historiadora Ivana Campelo, “a denominação vaqueiro diz respeito diretamente à lida com o gado. Contudo, observa-se que suas atividades não se limitavam a esta tarefa, incorporando também o sistema de administração da propriedade e controle dos trabalhadores. (...) É um dos elementos identificadores da economia pecuarista do sertão e também uma referência de liberdade nessa região, levando em consideração sua vida livre pelos campos e a tão almejada ascensão social que lhes era possível pelo menos hipoteticamente, a partir do sistema de quarta (a cada quatro reses que nasciam na fazenda uma pertencia ao vaqueiro)” CABRAL, 2013, p. 41.

¹⁴⁵ MONTEIRO, 2016, p. 98.

¹⁴⁶ MONTEIRO, 2016.

¹⁴⁷ MONTEIRO, 2016, p. 104.

para a indolência do homem do campo”.¹⁴⁸ Pode-se dizer, que eram grupos de pessoas que viviam de maneira independente, sem vínculos de emprego, não sendo subordinados a nenhum patrão.

Extraíam o que a natureza ofertava para se alimentarem. Esse modo de vida “incomodou a classe patronal em todo o Império, e o maior incômodo consistia da não aceitação da subordinação às elites, por parte dessas camadas sociais. Por isso, avaliavam as autoridades serem esses homens que impediam o progresso da agricultura e da pecuária no Piauí”.¹⁴⁹ Para tentar reverter essa situação, definida por Victorio da Costa como “torpor”, ele propôs a aplicação simultânea de duas medidas: reduzir os impostos àqueles que fossem considerados verdadeiros lavradores, e tributar de forma onerosa os que viviam das “riquezas naturais, não cultivam a terra, e entregam-se à ociosidade”.¹⁵⁰ A ocupação das pessoas que não possuíam vínculos com nenhum tipo de emprego, parece ser preocupação em setores, além do governamental.

Em fevereiro 1884, antes do relatório do presidente Victorio da Costa, o jornal *A Época* publicou na “Secção Particular”, um artigo intitulado “A vagabundagem”. Nele, minimizavam-se as riquezas provinciais, restritas apenas a criação de gado e a pequena lavoura de cereais; referia-se à “da falta de braços” que pudesse ser empregada com perfeição nos ramos produtivos da província; porém mais grave que essa falta de braços, era a “falta de educação do povo, pois não havia instrução pública no Piauí, resultando disso, a vagabundagem. O autor do artigo enquadrou como vagabundos aqueles que “em verdadeiras choças ele geralmente habita; possuindo quando muito uma tarrafa e uma espingarda para procurar as matas ou nas lagoas a caça e o peixe para alimentar muito mal a si e a sua família, quase sempre numerosa”.

As críticas estendiam-se às mulheres: independentemente do estado civil, “julgam-se menos enobrecidas” no desempenho de atividades manuais, resultando disso, a dificuldade de conseguir “criadas” para as casas de família. Em meio a essa situação, as críticas recaíam sobre o poder público que “na presença deste quadro pavoroso tem cruzado os braços (...) para valerem pelo bem-estar da sociedade”, que se não estivessem indiferentes, encontrariam nas leis formas de “punirem os vagabundos”. Para isso, cita o artigo 295 do código criminal

¹⁴⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 29.

¹⁴⁹ MONTEIRO, 2016, p. 119.

¹⁵⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884, p. 29.

que “manda punir aquele que não tomar uma ocupação honesta e útil, de que possa subsistir, depois de advertido pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente”. Na visão do autor do artigo, aquele considerado vagabundo, representava uma ameaça à sociedade, pois, ele “começa por não respeitar a inviolabilidade da propriedade e acaba por não respeitar a vida”,¹⁵¹ estando propenso a práticas de crimes. Observa-se nesta parte, que havia uma preocupação da invasão de propriedade; a finalidade do autor nesse momento é criticar os riscos que a riqueza particular estava exposta diante da existência de pessoas que não eram submetidas à ordem reinante da elite, seja na cidade ou na zona rural.

Segundo Monteiro (2016), esses discursos que também vinham das autoridades que buscavam “desqualificar os homens livres pobres”. Cita, por exemplo, como ação desse pensamento, a Resolução n.º 890, do ano de 1874, referente às posturas do município de Valença, que determinava em um dos seus artigos que deveriam ser levados à presença da autoridade policial, todos aqueles que fossem encontrados nas ruas da vila em estado ocioso, para se comprometerem a apresentarem documentação que provasse, em prazo de 15 dias, uma “ocupação útil”, sob pena de ser encarcerado por oito dias. Encontrar uma ocupação útil seria buscar refúgio sobre a tutela/subordinação da elite local, em forma de oferta de trabalho livre.¹⁵²

Segundo Lima (2016), os discursos acerca da indolência das pessoas livres na província do Piauí, existiam desde o século XVIII, porém foi na segunda metade do século XIX, que se tornaram mais incisivos ao passo que a fala dos poderes constituintes voltou-se para esse tema de forma articulada, fazendo uso de dois mecanismos principais, visando transformar os homens livres em trabalhadores, e disciplinar esses trabalhadores aos interesses dos seus patrões: o primeiro mecanismo diz respeito à Lei de Terras de 1850, que privou muitos grupos sociais do acesso à terra,¹⁵³ mantendo-os expropriados; o segundo, foi a punição usando os rigores da lei àqueles considerados vadios.

¹⁵¹ A VAGABUNDAGEM. *A Época*, n.º 292, p. 02-03, ano VII, 15 fev. 1884.

¹⁵² MONTEIRO, 2016, p. 134.

¹⁵³ Segundo Lima (2016, p. 63), ao longo do século XIX, no Piauí, “em razão da generalizada ocupação e drástica diminuição das terras devolutas, a tendência de expansão deu-se por meio de compras de propriedades e do fracionamento de grandes fazendas em médias, fazendo crescer o número de produtores diretos dedicados ao mesmo tempo, ao criatório e a agricultura. Neste sentido, no século XIX, pode-se encontrar as raízes de um valor comercial da terra, vinculado à força de mercado em torno da economia pastoril, mantendo a concentração nas mãos da classe senhorial e impedindo a massa de trabalhadores livres do acesso à propriedade das terras. O surgimento de um valor expresso no preço da terra refletia a necessidade de apropriação da terra pela elite fazendeira.” Mesmo assim, em Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí, em 1884, o presidente Victorio da Costa, indicou como uma das causas do abandono da exploração da terra, “a concentração de grandes posses, de terras em poucas mãos” (p. 28), o que indica que os latifúndios, mesmo que fossem sendo fracionados com a divisão entre herdeiros, por exemplo, ainda se mantinham como as unidades produtivas, que impedia, em muitas situações, o cultivo da terra por parte da mão de obra desocupada.

Encurralados pelo braço punidor do Estado que se esforçava para enfrentar o que era considerado práticas criminosas, este contingente de homens livres buscou, predominantemente nas fazendas, o apoio para garantir a sobrevivência segundo a ordem através da condição de agregado ou morador. A condição atendia, minimamente, aos interesses da população desocupada e de fazendeiros. O trabalhador, com direito de moradia, passaria a desenvolver a agricultura de subsistência e a ficar disponível para trabalhos remunerados ou em parcerias e para a satisfação de necessidades diversas dos fazendeiros, como o controle das posses, com o uso de violência, fortalecendo o mandonismo.¹⁵⁴

Como se mostra, a condição de agregado¹⁵⁵ parece ter sido uma alternativa que acomodava uma massa de pessoas destituída de terras e de emprego fixo, e atendia aos interesses do grupo dominante que desejava submeter esse contingente de pessoas ao seu domínio. Esse grupo de agregados era composto por pessoas pobres que vieram das províncias vizinhas ou que migravam internamente em busca de se acomodarem “nas fazendas alheias”. Apesar de (...) desenvolverem atividades diversas, esta é uma das funções que se destacaram, por permitir acesso à terra, mesmo sem ser proprietário”.¹⁵⁶

Enquadravam-se “nesta categoria, homens livres, libertos e inclusive escravizados. Alguns eram agregados a uma família e conviviam dentro de casa, outros se estabeleciam em um determinado lote de terras, com a permissão ou não dos proprietários”.¹⁵⁷ Podem ser vistos

como sujeitos que desfrutavam de maior mobilidade entre diferentes espaços, seja na província ou fora dela, eram eles compostos na sua maioria por grupos de migrantes oriundos da seca “que passaram e se fixaram no Piauí, e serão os que mais diretamente apareceram como alvo dos projetos nacionais de incorporação, exploração e controle do trabalho livre”.¹⁵⁸

De acordo com Cabral (2013), os agregados ocupavam-se nos setores agrícolas e pecuário, retirando dessas atividades o necessário para sua sobrevivência, junto de seus familiares, destinando o excedente produtivo ao comércio, tanto interno quanto externo. Se enquadravam nessa categoria mais diretamente os foragidos da justiça e escravos fugidos que estavam em busca de proteção dos fazendeiros em troca de favores. Eram também trabalhadores livres que procuravam lotes de terra para trabalhar, almejando uma vida melhor, o que nem sempre conseguiam, pois “a oportunidade de construir uma casa para moradia e

¹⁵⁴ LIMA, 2016, p. 156.

¹⁵⁵ Na literatura piauiense, o já citado romance *Ataliba, o vaqueiro*, traz no cenário da fazenda Morros, uma personagem identificada como “Tia Deodata”, que juntamente com sua filha Teresinha, viviam como agregadas na referida fazenda. Ver: CASTELO BRANCO, 2012.

¹⁵⁶ MONTEIRO, 2016, p. 94.

¹⁵⁷ CABRAL, 2013, p. 44.

¹⁵⁸ CABRAL, 2013, p. 15.

um lote de terras para trabalhar não eram nada fácil, ficando assim estes sujeitos obrigados a se submeterem à boa vontade dos proprietários”.¹⁵⁹

De tão comum, o Estado passou a estabelecer maior controle e reconhecimento pela categoria. Em 1885, foi aprovado um regulamento que fixava um imposto de dois mil réis para cada família de agregados que existisse vivendo em uma propriedade, devendo essa quantia ser paga ou pelo proprietário, ou pelos próprios agregados, com a prestação de serviços ou mercadorias.¹⁶⁰ Em 1887, Almiro Soares do Nascimento, que tinha propriedade em Amarante, visando não pagar o imposto, publicou o seguinte informe no jornal *A Reforma*: “o abaixo assinado comunica ao senhor coletor das rendas provinciais deste município que não tem agregado algum em suas terras, por isso, não deve ser lançado o imposto de capitação”.¹⁶¹ No mesmo ano, em um intervalo de tempo pequeno, mais dois anúncios com a mesma natureza foram publicados no jornal; um de Josefa Rosa Falcão, possuidora de terras em Regeneração, e outro, da cidade de Barras, do proprietário Manuel Cunha Machado.¹⁶²

Os agregados pareciam não ter muitos direitos em relação ao ambiente em que viviam: ao relatar a morte de gado nas fazendas do departamento de Canindé, devido à seca em 1883, e questionar o destino do couro desse gado, o denunciante que se identificou como “O Cigano”, acusava em tom irônico a condição dos trabalhadores que residiam naqueles limites: “Ai do agregado que tiver o atrevimento de tirar o tampo do couro de alguma rês que encontrar morta”.¹⁶³

No ambiente rural, onde se pode dizer que havia domínio e dependência de um grupo sobre o outro, era possível que houvesse alguns atritos. Era comum que “trabalhadores livres agregados e mesmo os escravizados, embora proibidos de fixarem moradias e plantios, tendessem a fazer retiradas de madeira para a construção de casebres e de pequenos cercados; bem como lenha para uso doméstico”, além de fazerem uso dos campos para possuírem seu próprio rebanho, prática que era combatida com veemência pelos fazendeiros, pois o uso e a posse de pequenas áreas com a produção constante de alimentos, poderia conferir ao agregado direito sobre elas.¹⁶⁴

¹⁵⁹ CABRAL, 2013, p. 45.

¹⁶⁰ CABRAL, 2013.

¹⁶¹ NASCIMENTO, Almiro Soares. *A Reforma*, nº 19, p. 04, ano I, 05 de agosto de 1887.

¹⁶² LOPES, Josefa Rosa. *A Reforma*, nº 20, p. 01, ano I, 12 de agosto de 1887; MACHADO, Manuel da Cunha. *A Reforma*, nº 21, p. 01, ano I, 20 de agosto de 1887.

¹⁶³ O CIGANO. *A Época*, 284, p. 03, ano VI, 22 dez. 1883.

¹⁶⁴ LIMA, 2016, p. 67.

Diante dessa situação, muitas vezes, as investidas para expulsar esses trabalhadores das terras tornavam-se enérgicas e com consequências drásticas. Em 1879, as medidas truculentas tomadas pelo major Políbio Rodrigues Fernandes, arrendatário¹⁶⁵ das Fazendas Nacionais, com a intenção de expulsar seus agregados, acabou provocando o descontentamento desses, que reagiram assassinando o fazendeiro. O jornal *A Imprensa*, relatou o acontecimento da seguinte forma:

Assassinato: (...) Do condutor da parte oficial, ouvimos que o atentado se deu no lugar Tanque, retiro da fazenda Serra, do departamento do Piauí, depois de 6 horas da manhã, em consequência da queima que o infeliz morto pretendia fazer de uma choupana de um agregado, ali morador, a quem havia mandado intimar para se retirar. O assinado chamava-se Manoel Dias da Cruz, que associou-se a Manoel José dos Santos, dono dessa choupana, por ter, no dia antecedente, sofrido a queima de sua casa, sita em Cajazeiras, retiro da fazenda Gameleira, de onde era agregado. Foram três os sócios na prática de tão horroroso crime, inclusive o referido Manoel José dos Santos, os quais se achavam armados com duas carabinas; fazendo disso ostentação, desde a chegada do arrendatário no lugar do acontecimento. (...) grande era a indignação da parte dos agregados das Fazendas Nacionais pelo procedimento do arrendatário, expulsando-os violentamente de suas casas e queimando. Entretanto, não podemos deixar de condenar aquele atroz atentado, como reprovado pelo direito e pela moral, e repugnante com a índole pacífica de um povo educado nos são princípios do cristianismo. Das providências tomadas pelo digno administrador, confiamos que os delinquentes terão a devida punição.¹⁶⁶

Esse tipo de conflito certamente não se restringiu ao caso específico à morte no major Políbio; se outros fazendeiros não foram mortos, muitas outras casas foram queimadas e possivelmente a morte também ceifou a vida de agregados. Esse assassinato é apenas uma amostra do ponto mais radical que poderia chegar a reação dos agregados mediante as atrocidades a que estavam submetidos; outros preferiam denunciar as violências sofridas, levando à criação de processos jurídicos, que aconteciam tanto da parte do agregado que denunciava o fazendeiro, como também o contrário.

Em outros casos, o medo das ameaças era motivo para fuga; foi o que aconteceu com Francisco Lopes de Azevedo, morador do lugar denominado “Alvío”, do segundo distrito de

¹⁶⁵ Ivana Campelo Cabral (2013, p. 34), explica como se constituía essa categoria dos arrendatários. Segundo ela, “os arrendatários ou rendeiros de grandes propriedades se estabeleciam como fazendeiros, uma vez que tinham o controle das terras durante o tempo em que estas estivessem arrendadas em seu favor. Neste caso, o arrendatário era uma espécie de fazendeiro sem posses, era considerado fazendeiro, no entanto, não era proprietário. Formavam grande parte da classe senhorial local, e embora não fossem os verdadeiros donos, ocupavam local privilegiado e de destaque na estratificação social sertaneja. O vínculo entre arrendatário e proprietário ou sesmeiro era estabelecido pela honra ao contrato firmado, e a dedicação em promover a ocupação e a lucratividade nas terras”.

¹⁶⁶ ASSASSINATO. *A Imprensa*, suplemento n.º 598, p. 02, ano XIV, 1879.

Barras, que preferiu ir embora dessa localidade, sem consentimento do proprietário da terra, após sofrer ameaças do tenente Domingos Moreira, de que teria a sua casa incendiada. Essa saída sem aviso foi motivo para que Ribeiro Franco de Sampaio, o proprietário, publicasse uma nota no jornal *A Época*, em dezembro de 1879, questionando os motivos do seu antigo agregado ter ido embora, sendo prontamente respondido no mesmo jornal em janeiro de 1880, pelo ex-agregado, que já estava vivendo em Batalha, possivelmente na mesma condição que antes.¹⁶⁷ Essa atitude, revela em certa medida o descontentamento de ambas as partes: do agregado, que fugiu por não se sentir protegido pelo dono da terra ao sofrer as ameaças, e do proprietário, por perder uma família nos seus domínios, de quem possivelmente se servia dos serviços braçais sempre que precisava.

Essas tensões demonstram de certa maneira a luta pela posse da terra e o direito de resistir extraindo dela a sua sobrevivência, em meio a uma elite que detinha riqueza, poder e buscava manter a camada de pessoas pobres e livres sob o seu controle, manuseando-os abaixo dos seus interesses. Nesse cenário, muitos cearenses entraram no Piauí, em momentos que a seca afetava de forma mais intensa a província do Ceará e acabam esbarrando nessas condições de trabalho; eram homens e mulheres livres, que assim como os piauienses, muitas vezes tornavam-se agregados na tentativa de sobreviver e também de se fixarem à terra.

Esse movimento, possivelmente, permitiu que muitos cearenses, após o fim da seca, permanecessem no Piauí, não voltando para o Ceará. Os Núcleos Coloniais, como já citei, e irei expandir a discussão mais adiante, foram um dos mecanismos adotados pelo governo provincial para ocupar o trabalhador migrante cearense no Piauí, que pode ter contribuído para a fixação deles na terra, principalmente na seca da década de 1870.

03 O comércio, as estradas e as zonas de contatos entre Ceará e Piauí

Desde o período colonial, os trânsitos de pessoas e mercadorias entre Ceará e Piauí foram frequentes. Com rotas que interligavam as duas regiões, os contatos se davam em grande medida por meio do comércio do gado, tanto o que era vendido para o Ceará, como aquele que passava pelas suas terras, indo do Piauí em direção ao Rio Grande do Norte, por exemplo.

O texto de Carlos Studart Filho, “Vias de comunicação do Ceará colonial”, é um importante documento que detalha as diversas vias de contato do Ceará com outros pontos do

¹⁶⁷ RETIRO (...) *A Época*, nº 105, p. 03, ano III, 17 de abril de 1880.

Brasil, como o Piauí. Entre as mais de uma dezena de estradas citadas como existentes no Ceará, identifica-se que muitas levavam a caminhos que chagavam ao Piauí, e outras, cortando a Ibiapaba, ligavam diretamente o Ceará às terras piauienses. Cito abaixo algumas delas, para expressar um melhor entendimento dos caminhos percorridos por cearenses e piauienses ao longo dos séculos. Acredito serem esses caminhos os mesmos percorridos por cearenses que migraram em direção ao Piauí, principalmente durante o agravamento das secas.

Estrada nova das boiadas:

Da bacia do Jaguaribe, chegava-se igualmente aos campos criadores do Piauí pela chamada «estrada nova das boiadas» (...) Vinda de Pau dos Ferros, pelo Pereiro, transpunha o Jaguaribe pouco acima da atual vila de Jaguaribe-Mirim; ia em seguida pelo Riacho do Sangue em busca do nordeste; passava ladeando os campos de Uriá, cruzava o rio das Pedras, atingindo o Banabuiú em Laranjeiras; depois de beirá-lo algum tempo, coleava junto às margens de seu tributário septentrional mais importante, o Quixeramobim, até embocar na atual cidade do mesmo nome, onde se bipartia. Um ramal, pelo Cavallo-Morto (Boa-Viagem), Independência e Crateús, caminhava para o Piauí através do boqueirão do Poti; o outro, inflectindo-se profundamente para o noroeste, ia ter a Sobral.¹⁶⁸

A denominação da estrada faz referência direta à existência das rotas do gado pelas terras cearenses, levando a acreditar que muitas dessas estradas foram “abertas” em meio às caminhadas dos bois em direção às feiras ou das feiras para as fazendas, tanto do Ceará para outras regiões, como também de outros locais, como do Piauí em direção ao Ceará. A “Estrada nova das Boiadas” ligava a região da bacia do rio Jaguaribe, que ocupa grande parte do sul cearense, e se deslocava em direção ao centro, perfazendo um imenso percurso até Sobral, no norte cearense. Nesse trajeto, ligava-se ao Piauí, tocando essa região por Independência e Príncipe Imperial, pelo vale do Crateús. Vê-se estabelecida uma rota que liga tanto o sul, o centro e o norte do Ceará ao Piauí, por meio de pontos de entrada específicos, como o citado anteriormente.

Remontando do século XVIII, a “Estrada das Boiadas”, era outro escoadouro de produtos da indústria pastoril do Piauí para o Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, cortando o solo cearense, ainda em “1731, há dela menção no texto das sesmarias cearenses sob o nome de «estrada que passa para o Piauí»”. Rumando por Icó, São Mateus, Saboeiro, Arneirós e Tauá, chegava-se às terras do médio Parnaíba. De Tauá, chegava-se ao Piauí, “pelo antigo riacho dos Camaleões, atingindo Vertentes e Crateús”, também chegava-se por meio

¹⁶⁸ STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, 1937, pp. 15-47, p. 30. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/166774/per166774_1937_00003.pdf. Acesso: 11 ago. 2020.

dos atalhos feitos na serra grande. “A variante Tauá-Piauí, (...) constituiu-se em breve um caminho tradicional, que, seguindo o riacho do Trici, encostas meridionais da serra da Joanhina, rumava Valença”.

Se a primeira rota desembocava principalmente no centro-norte piauiense, a “Estrada das Boiadas” coligia em direção ao centro-sul, atingindo o médio Parnaíba. Na análise documental que exporei mais adiante, principalmente a que cita a origem de muitos cearenses que chegaram ao Piauí durante a seca de 1877-1879, Icó, São Mateus, Saboeiro e Tauá, são os municípios mais citados como pontos de saída em direção ao Piauí, o que me faz acreditar que possivelmente a “Estrada das Boiadas”, do século XVIII, foi um dos caminhos percorridos pelos cearenses para chegarem a essa província, na segunda metade do século XIX. Valença, também estava ligada ao Ceará por trechos dessa estrada; aparece em muitos momentos como ponto de comércio com a província vizinha, seja através do gado ou de outras mercadorias.¹⁶⁹

A outra estrada que interligava cearenses e piauienses era a “Crato-Oeiras”, que “partindo do Crato, atravessava as bravias matas que cobriam as nascentes do Cariús e Bastiões, indo até a várzea da Vaca, hoje vila de Campos Salles. Daí, estendendo-se pelo dorso do chapadão araripino, alcançava Picos e a vila da Mocha (*Oeiras*)”.¹⁷⁰

Outras estradas partiam de vários pontos do Ceará e chegavam ao Piauí: de Sobral, pegando a estrada de Santa Quitéria, ou seguindo por Viçosa, conforme o ponto no Piauí, que desejasse chegar; pelo caminho Viçosa-Sobral, também poderia alcançar Marvão, no Piauí. De Granja, adentrava-se Parnaíba, no norte piauiense. De Sobral, também era possível pegar a estrada “Campo Grande-Sobral”, que levava a Príncipe Imperial. Saindo de Campo Grande, passando por Viçosa, ia-se para Parnaíba, e em outro ramo chegava-se a Marvão e Crateús.¹⁷¹

Pelo descrito, desde o período colonial, diferentes pontos do Piauí eram conectados ao Ceará por caminhos que entrecruzavam serras, rios e planícies, seja no litoral do Piauí, tocando Parnaíba por meio de Viçosa, áreas do norte piauiense, como Marvão, regiões mais ao sul, como Picos e Oeiras. O Ceará estava ligado ao Piauí por opções variadas de caminhos que aproximavam não só as fronteiras, mas também o centro piauiense, chegando até mesmo ao rio Parnaíba, já tocando o Maranhão.

O comércio do gado, certamente, foi um dos elementos que impulsionou essas aberturas de estradas, veredas, ou simplesmente caminhos, por onde passam mercadorias, e também pessoas, aproximando Ceará e Piauí não só em períodos de prosperidade, mas

¹⁶⁹ STUDART FILHO, 1937, pp. 31-32.

¹⁷⁰ STUDART FILHO, 1937, p. 39.

¹⁷¹ STUDART FILHO, 1937.

migração de pessoas. Os dois primeiros se davam principalmente do Piauí para o Ceará; os dois últimos realizavam o caminho oposto.

O transporte e a venda de gado piauiense para o Ceará, realizado desde o período colonial, era um dos elementos que favorecia os contatos entre as duas províncias. Em 1793-1794, após o rebanho cearense ser devastado pela seca que durou por dois anos anteriores a essa data, recorreu-se ao gado piauiense para manter os mercados de carne cearenses abastecidos.¹⁷² Em abril de 1877, quando a seca ainda dava os seus primeiros sinais, já faltava carne no mercado cearense, sendo suprido por gado que ia do Piauí.¹⁷³ Em outubro daquele ano, Cococy também era abastecido com “víveres trazidos do Piauí”.¹⁷⁴ Em tempo de escassez de chuvas, o rebanho cearense, que praticamente desaparecia, dava lugar à procura pelo gado piauiense, tanto durante o percurso das secas, para a alimentação da população, notadamente a mais abastada, que não migrava para outras províncias, como também após voltar a chover no território cearense, época em que se buscava “semente de gado” para repor o rebanho, pois “logo em seguida às secas, *estabelecia-se* larga importação de gados do Piauí e Maranhão, até que dentro de alguns anos *estivessem* preenchidas nas fazendas de criação todos os claros deixados pela mortalidade”.¹⁷⁵

Em maio de 1881, D. Carolina Gallianna de Jesus e seus familiares avisaram o coletor das rendas provinciais do município de Barras, no Piauí, que já não criavam “mais gados de espécie alguma em sua fazenda ‘Samba’, daquele termo, por terem vendido ao Sr. Ignácio Francisco Fontenelle, da província do Ceará, em janeiro do ano passado, o gado que ali possuíam”.¹⁷⁶ Em junho do mesmo ano, José Francisco da Silva, da vila de Humildes, também mandou publicar um anúncio com a mesma informação. Dizia ele que “vendeu a diversos compradores da província do Ceará, o resto de gado vacum e cavalari que lhe ficou da seca de 1878, no lugar Curupaity, da mesma freguesia dos Humildes, onde havia refrigerando-o”.¹⁷⁷

Pelas informações colhidas nesses dois anúncios, conclui-se que muitos esvaziavam completamente os seus currais em favor da reposição da criação cearense. Anunciavam-se essas vendas em público, para evitar o pagamento do dízimo. Não é possível saber se realmente vendiam todo o seu rebanho, embora o documento leve a entender isso, como

¹⁷² SECCA NO CEARÁ. *Cearense*, n.º 16, p. 02, ano XXXIV, 16 fev. 1880.

¹⁷³ A SECCA. *Cearense*, n.º 32, p. 02, ano XXXI, 15 abr. 1877.

¹⁷⁴ SECCA. *Cearense*, n.º 93, p. 02, ano XXXI, 04 nov. 1877.

¹⁷⁵ Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araújo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887, p. 86, *grifo meu*.

¹⁷⁶ ANNUNCIOS. *A Imprensa*, n.º 682, p. 02, ano XVI, 29 mai. 1881.

¹⁷⁷ ANNUNCIOS. *A Imprensa*, n.º 691, p. 04, ano XVI, 08 jul. 1881.

afirmei anteriormente. Criados nas zonas mais frias, onde mesmo em épocas de seca continuava a existência de pasto, regiões como Barras e Humildes, tornavam-se alvos de compradores cearenses que estavam em busca de compor um novo rebanho, como mostra no anúncio da primeira vendedora, que remete o negócio ao final do ano de 1880; o segundo, embora, deixe isso implícito, vincula a informação em 1881, no pós-seca, que findou em 1879.

Comprados por um único interessado ou para vários clientes, o gado fomentava um importante comércio entre as duas províncias, a ponto de serem divulgadas ofertas desse produto em jornais do Ceará. No ano de 1889, em sucessivos números do jornal *A Constituição*, foi publicada a oferta de 1000 bois, oriundos de Valença.

Figura 04: Anúncio da venda de boi do Piauí em jornal cearense (1889)



Fonte: ANNUNCIOS: *A Constituição*, nº 89, p. 03, ano XXVI, 25 abr. 1889.

Em outubro do mesmo ano, oferecia-se 500 bois, com origem nas Fazendas Nacionais do Piauí, “das eras de 84, e anteriores”. Os interessados deveriam procurar Mariano Gil Castelo Branco, que se encontrava em Fortaleza representando o arrendatário das fazendas, de quem recebera autorização para a venda.¹⁷⁸ Vejo que se tratava de um mercado tão importante que chamava atenção até em anúncios em jornais de circulação por todo o Ceará. Pela indicação do anúncio na Figura 04, Valença, parecia já ser um ponto de comércio do gado para os cearenses, como será visto mais à frente; para o Ceará eram também vendidos gêneros agrícolas desse município.

A qualidade do gado é um dos destaques das propagandas; o tamanho e a idade eram atrativos que buscavam seduzir os compradores. Pelo que se vê, em 1889, mesmo sendo a época em que as duas províncias atravessavam novamente uma nova seca, o Piauí continuava mantendo a oferta de carne para o Ceará. Buscava naquele momento atrair compradores não

¹⁷⁸ 500 BOIS. *O Cearense*, nº 228, p. 02, ano XLIV, 09 out. 1889.

para a reposição do rebanho, pois a seca ainda estava em curso, mas possivelmente para consumo.

Como citei antes, nem só do Piauí para o Ceará se levava gado. Também ocorria o inverso. Ocasionalmente, durante as secas, quando não existia mais outro recurso, o gado era transposto pela Ibiapaba em direção aos campos do Piauí, onde chegava cansado; muitas vezes, morrendo grande parte durante o percurso. Os que sobreviviam, eram alocados “nas chapadas e gargantas de algumas serras, e em poucas fazendas da praia”.¹⁷⁹

Apesar de ser uma alternativa, a transumância, além de ser marcada pela morte das rezes mais fracas, expunha os animais a “pastagens desconhecidas”, e aos ladrões, que pareciam cada vez mais audaciosos ao matar o gado e comer a sua carne.¹⁸⁰ Mesmo com esse perigo, em 1877, de uma só vez foram levadas 311 rezes de Sobral para terras piauienses. Aqueles que não recorriam a essa alternativa, para não perder completamente o rebanho “vendiam seu gado a preços desgraçados, para não perdê-lo; sujeitando-se a imposição dos desalmados compradores, dando 50 rezes por um cavalo!”.¹⁸¹

Segundo Vieira Junior, uma das estratégias dos proprietários de rebanhos resistirem à seca, era por meio da posse de várias propriedades, de preferência próximas às serras, por onde poderiam transitar com os animais e suas famílias a depender das condições climáticas de cada época e região. Notadamente, sabe-se que essa era uma posição que apenas aqueles mais abastados economicamente poderiam dispor.¹⁸² Em casos diferentes, vendia-se o gado, ou o transportava para o Piauí, a depender também das condições financeiras do possuir do rebanho.

A chegada de rebanhos cearenses no Piauí também era motivo de discussão entre os proprietários locais, havendo tanto os que concordavam com a prática, como aqueles que discordavam da concessão. Um texto de autoria identificada como de “Um dos ofendidos”, publicado no jornal *A Imprensa*, em 1877, vinculou o descontentamento do autor com alguns proprietários que reagiram contrariamente à presença de rebanhos cearenses em Piracuruca. Em abril daquele ano, após tentar levar seu gado de Sobral para Granja, Francisco Firmo Ferreira Frota, não encontrando pastos suficientes naquela cidade, buscou remover o seu rebanho para a vila de Piracuruca. Após acionar os seus contatos pessoais, recebeu

¹⁷⁹ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 20.

¹⁸⁰ SECCA. *O Cearense*, nº 40, p. 03, ano XXXI, 10 mai. 1877.

¹⁸¹ SECCA. *O Cearense*, nº 39, p. 03, ano XXXI, 06 mai. 1877.

¹⁸² VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. O açoite da seca: família e migração no Ceará (1780-1850). Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação brasileira de estudos populacionais, 2002.

autorização do tenente Xirrite, assim como do seu filho, o Sr. Moraes, que pôs à disposição todas as terras que possuíam para que fossem feitas soltas naquela freguesia.

Além de Francisco Firmo, outros cearenses pediram para hospedar seus gados na freguesia piauiense, e receberam a concessão. Porém, como relatou “Um dos ofendidos”, “certos senhores daqui deram bastante satisfações por terem estes cavaleiros dado consento a que aqui viesse soltar os gados, mas só quem pode reprovar esse ato de caridade são aqueles que esperam também devorar a pastagem que tem nesse termo”.¹⁸³ Considerando um ato de caridade, o autor ofendido, dizia ainda ter pasto em grande quantidade a ponto de não ser vencido pelo vacum e cavalar, o que demonstra a intensidade em graus distintos da ação da seca, em solo piauiense.

Possivelmente, temendo a escassez dos pastos, a ação dos proprietários contrários à presença de gado cearense, expõe os conflitos surgidos em meio às alternativas que se buscava para superar a seca. É de notar também que era necessário ter influência familiar e pessoal para receber essas concessões, mostrando que dificilmente o pequeno produtor, desvalido de contatos interpessoais, conseguiria realizar tais procedimentos, restando a ele render-se totalmente aos efeitos da seca, vendendo o seu gado a preços muito baixos, ou esperar vê-lo morrer de fome e sede. Da forma citada, mostrei o fluxo de animais que ocorria do Piauí para o Ceará, e do Ceará para o Piauí, e as circunstâncias em que as rotas que ligavam as duas províncias eram utilizadas. Levado o gado do Piauí para o Ceará, a finalidade era comercial, seja para o abate ou reposição de rebanhos; quando fazia-se caminhar o gado do Ceará para o Piauí, visava-se a sobrevivência da criação.

Não só pessoas e animais circulavam nas estradas provinciais. Mercadorias diversas, principalmente gêneros agrícolas, também eram objeto de comercialização dos dois lados, pela serra da Ibiapaba, cujas relações eram “contínuas e de maior importância”.¹⁸⁴ A vila de Brejo-Seco, localizada próximo à Serra Grande, no Araripe, era um dos locais do Ceará que possuía comércio com o Piauí. Cortada por “diversas estradas frequentadíssimas” (...) era uma região bastante próspera e que se destacava pela produção de farinha. Recebendo um grande trânsito de boiadeiros que ia do Piauí pela estrada Nova Roma, era cruzada por mais quatro estradas pelas quais se fazia comércio com algumas freguesias piauienses.¹⁸⁵

Por esses e vários outros caminhos, do Piauí chegavam gêneros ao Ceará; de Campo Maior, exportavam-se produtos da lavoura, cultivados no lugar chamado Pubas;¹⁸⁶ em

¹⁸³ UM DOS OFENDIDOS. *A Imprensa*, nº 508, p. 02, ano XII, 09 jun. 1877.

¹⁸⁴ MORTOS A FOME. *Cearense*, n.º 61, p. 01, ano XLIII, 16 mar. 1889.

¹⁸⁵ UM PATRÍCIO. *Cearense*, nº 87, p. 02, ano, 18 abr. 1889.

¹⁸⁶ A SECCA. *A Phalange*, nº 21, p. 03, ano 01, 05 jun. 1889.

Piracuruca, era grande o número de comerciantes que entravam nas fazendas vendendo café, aguardente e outros gêneros oriundos do Ceará; além de Piracuruca, outras freguesias que se localizavam no Norte, que ficavam algumas léguas próximas à fronteira, como no caso de Pedro II, faziam comércio constante com o Ceará, destacando-se principalmente aquele feito com a cidade de Sobral “ponto terminal da via-férrea de Camocim”. Piripiri importava anualmente, por meio de Sobral, “quantia superior a cinquenta contos de réis em mercadorias”. Em 1885, Marvão, além do contato com Teresina, relacionava-se comercialmente com diversas localidades cearenses, como Príncipe Imperial, Caridade e Arroches, para onde exportava “grande quantidade de gado vacum, couros, velas de carnaúba, em permuta de outros gêneros de produção própria e de fazendas e molhados”.¹⁸⁷

Do Ceará, vários anúncios de jornais ofereciam café para venda em Teresina. Divulgado como café de “superior qualidade”, em 1873, Antonio Ribeiro Soares, vendia a 12\$000 a arroba do produto; em 1877, custava 800 réis o quilo. Mesmo valor com que a Casa Francesa oferecia a mercadoria em 1880, superior inclusive ao oriundo do Rio de Janeiro, que na mesma época era oferecido a 720. Seis anos mais tarde, o preço caiu para 600 réis.¹⁸⁸ Em 1887, o produto cearense continuou sendo anunciado nos jornais piauienses, como mostra a figura abaixo:

Figura 05: Anúncio de venda de café cearense no Piauí em 1887.



Fonte: ANNUNCIOS, *A Imprensa*, n.º 979, ano XXIII, 06 ago. 1887.

Se em “épocas normais” as transações se davam pelas duas vias, em períodos de seca, pareciam se tornarem mais intensas, sendo principalmente vendidas no sentido Piauí-Ceará. Em 1877, cearenses foram comprar, em Valença, gêneros de primeira necessidade onde

¹⁸⁷ Notícia sobre as comarcas da província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In*: Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885, pp. 259, 265, 268 e 274.

¹⁸⁸ ANNUNCIOS. *A Imprensa*, n.º 383, p. 04, 1873; n.º 526, p. 04, 1877; n.º 648, p. 04, 1880; n.º 913, p. 04, 1886. ANNUNCIOS. *A Opinião Conservadora*, n.º 54, p. 04, 1874. ANNUNCIOS. *A Época*, n.º 100, p. 04, 1880.

podiam “ser obtidos por mais barato preço”. No mesmo ano, aconselhava-se que os socorros enviados à população residente em Tamboril e Santa Quitéria, no Ceará, fossem compostos por viveres comprados na vila de Pedro II, onde se constava existirem ainda em abundância e com preços também acessíveis.¹⁸⁹

Mais ao sul cearense, na mesma época, Tauá importava gêneros do Piauí, porém os preços já se encontravam encarecidos. O milho piauiense custava 500 réis o litro e a mesma medida de farinha, esperava-se que subisse para 2:000.¹⁹⁰ Para mensurar a supervalorização, o preço da farinha vendida em algumas localidades da serra do Araripe, em março de 1889, era de dois mil réis, por 80 litros!¹⁹¹ A venda de mercadorias do Piauí para o Ceará em períodos críticos, embora a preços altos, provocava sérios problemas à população local.

Como já expus em texto anterior, a produção agrícola piauiense, em muitas partes da província, era suficiente basicamente para o consumo localizado. Sem ter estoques significativos, vender o que possuía ou o que se conseguia produzir durante as secas, fazia com que a fome também se alastrasse no Piauí de forma mais intensa. Em 1877, o presidente da província do Piauí, Graciliano de Paula, ao descrever os efeitos da seca, afirmou que “com quanto existissem viveres para atender as necessidades dos habitantes da província, tornam-se escassos, não só pela afluência dos (...) emigrantes como pela imensa saída dos referidos viveres que a província do Ceará manda comprar por qualquer preço que custem”.¹⁹²

Em Campo Maior, no ano de 1878, já era sentido os efeitos desse comércio, tornando-se quase impossível encontrar algum legume ou farinha naquela freguesia, visto que tudo que possuía foi escoado para o Ceará nos meses anteriores.¹⁹³ Isso mostra que as transações comerciais nos dois lados estavam condicionadas às condições sociais que existiam no momento, baseando-se na oferta e procura de mercadorias, não havendo uma política que assegurasse nem a retenção do pouco de alimento que existia no Piauí, nem a especulação de preços que esses produtos podiam alcançar.

Nesse caso, a população mais pobre das duas províncias era a mais prejudicada. Sem ter condições de adquirir alimentos aos preços correntes nessas épocas, a alternativa que encontravam era seguir essas mesmas rotas de comércio por onde passavam os gêneros

¹⁸⁹ DIA 16. *Mercantil*, nº 61, p. 02, ano III, 13 set. 1877 e DIA 17. *Mercantil*, nº 61, p. 03, ano III, 13 set. 1877.

¹⁹⁰ HORRORES DA SECA. *Cearense*, nº 81, p. 03, ano XXXI, 23 set. 1877.

¹⁹¹ UM PATRÍCIO. *Cearense*, Fortaleza, nº 87, p. 02, ano XLIII, 18 de abril de 1889.

¹⁹² Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 16.

¹⁹³ CAMPO MAIOR. *A Imprensa*, nº 567, p. 02, ano XIV, 15 nov. 1878.

alimentares, em busca de locais que pudessem encontrar alguma maneira de estabelecimento e sobrevivência.

Mesmo possuindo estradas que eram aparentemente movimentadas e transitáveis ligando as duas províncias, as características topográficas e de conservação dessas vias, era um desafio a quem percorria esses caminhos. As péssimas ladeiras da serra da Ibiapaba, por exemplo, dificultavam o transporte e comércio do interior, mesmo com o Ceará, e com o Piauí.¹⁹⁴ Essas dificuldades tanto tornavam as viagens mais longas, como também o preço das mercadorias ainda mais alto. Em 1879, o jornal *Cearense*, transcreveu uma carta de um fazendeiro da Paraíba, que descrevia a condição das estradas que ligavam o Piauí ao Ceará, e de lá a outras províncias, relatando os problemas existentes, principalmente no transcurso da serra que separava as duas regiões, que prejudicava o transporte do gado, mercadoria de importância significativa para a economia das províncias e dos comerciantes envolvidos.

O comércio de gados da província do Piauí para as do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, se fazem com a máxima dificuldade e enormes perdas, atenta a aspereza da estrada por onde se transita; precisa que a província do Ceará ofereça ao comércio um melhoramento a este respeito, mandando abrir uma estrada por terrenos mais planos, menos montanhosos, e isentos de passagens de rio. A estrada navegável do Piauí para o Ceará, Rio Grande e Paraíba, corta a cordilheira da Ibiapaba e vem cair no vale denominado Bastiões, tendo 12 léguas de pedregosas montanhas e repetidas passagens de rios no declivo da dita cordilheira (...), ou as passagens de rios são frequentes e inevitáveis. O gado trazido do Piauí, estragado nas montanhas da serra que irremediavelmente atravessa, atira-se cansado, no tingui dos Bastiões, de onde não sobre sem enormes perdas. Entretanto que uma outra estrada na província do Ceará pode oferecer ao comércio, salvando o pavoroso tingui dos Bastiões, que tem levado fortunas inteiras, pois que ali negociantes tem perdido centenas de bois e nenhum passa sem perder. (...) Para que se ofereça este melhoramento ao comércio só há uma pequena dificuldade a vencer: abrir a estrada da fazenda Arara até a povoação e Quixadá no curso de sete léguas.¹⁹⁵

Além de provocar prejuízos aos comerciantes de gado, a qualidade das estradas que cortavam o Ceará em direção ao Piauí, possivelmente também obstava o comércio de outros gêneros, já que pelas dificuldades de locomoção, as cargas demoravam a chegar ao seu destino, e/ou muitas vezes tinham que fazer percursos mais longos.

Um dos pontos de intermédio dessas duas províncias era Príncipe Imperial. Pertencente ao Piauí até 1880, quando foi incorporado ao território cearense, era considerada uma “larga porta” por onde as duas províncias mantinham relações comerciais. A construção

¹⁹⁴ MORTOS A FOME. *Cearense*, nº 61, p. 01, ano XLIII, 16 mar 1889.

¹⁹⁵ UMA IDEIA APROVEITÁVEL. *Cearense*, nº 77, p. 03, ano XXXIII, 24 jun. 1879.

de estradas que faziam o contato entre os dois lados já havia sido tema da Resolução 865, publicada em julho de 1874, que autorizava o presidente da província do Piauí, a contratar os melhoramentos da estrada que ligava Príncipe Imperial a Ipu, no Ceará, principalmente na parte que ficava em território piauiense, dispondo para esse empreendimento, a quantia de quatrocentos mil réis.¹⁹⁶

Mesmo localizada em posição estratégica para o Piauí em relação ao comércio cearense, Príncipe Imperial, em alguns momentos, teve ligações mais estreitas com o Ceará, tanto no aspecto econômico, como também climático. Em 1877, foi a primeira região do Piauí a sentir os impactos da seca, da forma como já se conhecia no Ceará, e foi com esta província que manteve contato mais diretamente naquele momento, inclusive promovido de forma oficial. Naquele ano, o presidente da província do Piauí, Graciliano de Paula, admitindo a dificuldade de enviar viveres para aquela localidade partindo de alguma comarca piauiense, solicitou ao presidente do Ceará, que abastecesse a vila por meio de Sobral, enviando para lá 100 sacos de milho, arroz e farinha. No ano seguinte, o jornal *A Época* publicou uma nota a respeito da seca naquela comarca, chamando a atenção do governo para que prestasse auxílio a Príncipe Imperial e a Independência, pois “tendo sido os que mais sofreram as terríveis consequências da seca, já melhores dias lhe assomavam no horizonte pela comunicação direta em que se achavam com a capital do Ceará”.¹⁹⁷

Além do comércio terrestre, o Piauí também tinha ligações com o Ceará por meio do comércio marítimo. Nesse caso, cita o uso que o Piauí fazia do porto de Amarração, pequeno povoado que ficava próximo à Parnaíba, mas que pertencia à Granja, e incorporado ao território cearense. Por localizar-se no litoral e possuir um porto, essa povoação era de importância estratégica para o comércio piauiense com outras províncias através das embarcações, porém, como não estava nos seus limites, pagava-se imposto ao Ceará pelo que era exportado a partir daquele ponto, como consta no relatório provincial do Piauí de 1877:

Conta-me que o gado exportado pela barra de Amarração paga não pequeno imposto a província do Ceará, e a esta pertence um rendimento, que ao Piauí deveria caber, pelo direito e pela ordem natural das coisas, que indica a barra referida como própria a prestar-se mais à esta província, do que a do Ceará, que possui outros portos no litoral.¹⁹⁸

¹⁹⁶ RESOLUÇÃO nº 865, DE 13 DE JULHO DE 1874 – autoriza o presidente da província a contratar (...). In: *Código das leis piauienses*. Teresina: Typographia do Piauí, 1876, p. 31.

¹⁹⁷ SECCA. *A Época*, nº 38, p. 04, ano I, 21 dez. 1878.

¹⁹⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, em sua sessão extraordinária de 13 de abril de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1878, p. 25.

O pagamento de vultosas somas de impostos ao Ceará pelo embarque de mercadorias a partir de Amarração, era uma queixa constante entre as autoridades piauienses. Como alternativa para evitar que as receitas das transações ali realizadas se esvaíssem para a província vizinha, desejava-se que essa região fosse incorporada ao Piauí. O deputado-geral da província do Piauí, Agesilão Pereira da Silva, em discurso na câmara dos deputados em 1875, justificou a proximidade dessa região com Parnaíba como um dos motivos para que ela pertencesse ao Piauí. Na fala dele,

As relações dos habitantes de Amarração com a comarca de Granja, *eram*, portanto, somente civis e políticas. (...) Passando para o Piauí (...) *os habitantes lucrariam*, pois a pequena distância de Parnaíba lhe permitiria recorrer com mais facilidade e menos despesas à justiça pública, quando dela tivessem necessidade¹⁹⁹.

Os limites que estabeleciam a divisão entre Ceará e Piauí eram tema de debate de longa data nas assembleias provinciais do Ceará, do Piauí e imperial. Em 1871, por exemplo, foram apresentados dois projetos que traçavam novos limites entre as duas províncias. Neles alegava-se a existência de barreira natural das relações comerciais e familiares para que a população do distrito de Príncipe Imperial fosse incorporada ao Ceará.²⁰⁰ O impasse foi, em certa medida,²⁰¹ solucionado com o Decreto n.º 3.012, de 22 de outubro de 1880, que alterou a linha divisória das províncias do Ceará e do Piauí, estabelecendo o seguinte:

Art. 1º é anexado à Província do Ceará o território da comarca do Príncipe Imperial, da Província do Piauí, servindo de linha divisória das duas províncias a Serra Grande ou da Ibiapaba, sem outra interrupção além da do rio Poti, no ponto do Boqueirão, e pertencendo à Província do Piauí todas as vertentes ocidentais da mesma serra, nesta parte, e à do Ceará as orientais.

Art. 2º Fica pertencendo à Província do Piauí a freguesia da Amarração com os limites (...) da barra do rio Timonia, rio de S. João da Praia acima, até a barra do riacho, que segue para Santa Roza, e dali em rumo direito à serra de Santa Rita, até o pico da serra Cocal, termo do Piauí.²⁰²

Nessa troca, Piauí concedeu ao Ceará, Príncipe Imperial, atualmente denominado Crateús, e a vila de Independência, que anos antes havia sido desmembrada do referido

¹⁹⁹ SILVA, Agesilão Pereira da. *Opinião conservadora*, n.º 89, p. 02, ano II, 11 de nov. 1875.

²⁰⁰ LIMITES DO CEARÁ E DO PIAUHY. *Cearense*, n.º 78, p. 02, ano XXV, 09 jul. 1871.

²⁰¹ Perdura até os dias atuais o litígio que envolve a definição dos limites entre o Piauí e Ceará, na Serra da Ibiapaba, correspondendo a uma área territorial de aproximadamente 3.000 km², envolvendo 13 municípios cearenses, dos quais o Piauí reivindica a incorporação de partes de sua área ao seu território, inclusive de Crateús, que tem 6,15% dos seus domínios contestados pelo Piauí, somando ao todo 183,61 km². MAIA, Luiz Carlos Mourão e FARIAS, Luiz Carlos Moreira. *Histórico da Divisa Ceará – Piauí*. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2019.

²⁰² DECRETO n.º 3.012, de 22 DE OUTUBRO DE 1880 – Altera as linhas divisórias do Ceará e o Piauí. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3012-22-outubro-1880-546747-publicacaooriginal-61200-pl.html>. Acesso: 13 ago. 2020.

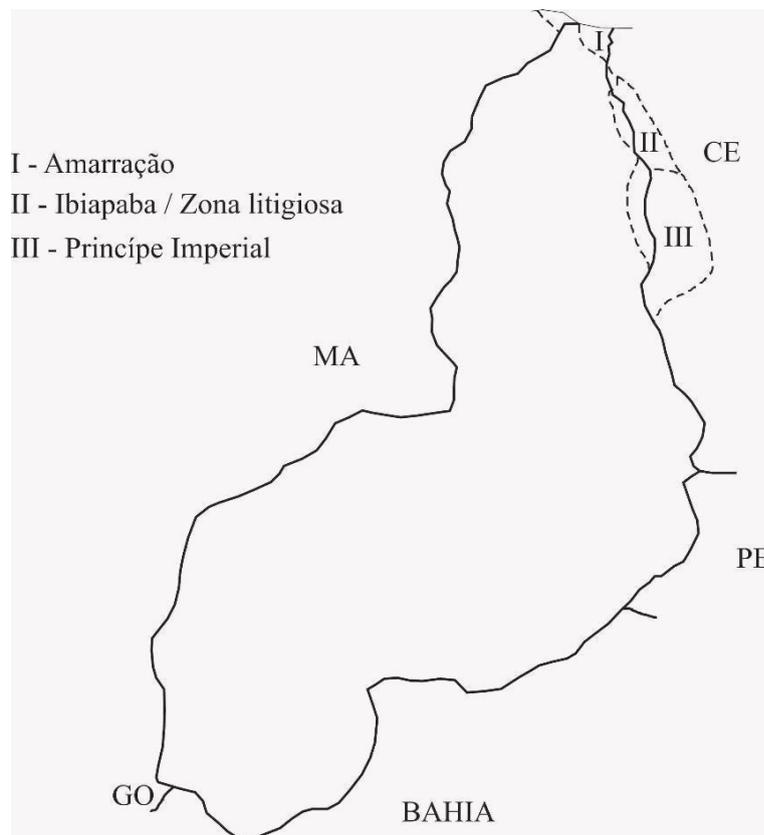
município; em favor disso, recebeu Amarração, atualmente cidade de Luís Correia, ganhando alguns quilômetros de litoral. Uma nota publicada no jornal *Cearense*, quase um ano antes do decreto, já anunciava o acordo; ao fazer uma análise do caso, indicava ter sido uma decisão desfavorável ao Piauí:

O Piauí, obtendo por esse acordo a posse de Amarração, com 37 quilômetros de costa, cedeu por sua vez ao Ceará o importante vale do Crateús, com 200 quilômetros de extensão sobre 185 de largura. Amarração é um pequeno povoado em uma praia estéril, com população tão resumida, que sua freguesia há apenas 9 eleitores. No povoado existe uma capelinha em construção e nenhum outro edifício público. As vilas de Príncipe Imperial e Independência são grandes povoados, com cadeiras de primeiras letras do sexo masculino e feminino, casas de audiências, cadeias fortes, bons templos e cemitérios públicos; (...) a paróquia de Príncipe Imperial tem 1.234 fogos com 8.939 almas; a de Independência tem 1.505 fogos com 10.751 almas (!), dando as duas paróquias 52 eleitores e constituindo uma comarca, que é contada no número das melhores da província. (...) A freguesia de Amarração, dando 9 eleitores, não pode ter mais de 3.600 habitantes. O Piauí, pois, quer em população, quer em território, fica de pior partido que o Ceará, obtendo apenas 37 quilômetros de costa, e o deserto porto de Amarração, de que não precisa o Ceará, sobre mais de 500 quilômetros de costa, possui logo a 185 quilômetros de Amarração o porto de Camocim, um dos melhores do Império.²⁰³

Desvantajosa ou não, a “permuta” territorial impôs uma nova configuração geográfica que implica na narrativa histórica a respeito do impacto das secas no Piauí. Tendo em vista isso, neste texto, situarei as fronteiras do Piauí em dois momentos diferentes, como já venho fazendo: considerando Príncipe Imperial como território piauiense nas discussões acerca da seca de 1877-1879 e pertencente ao Ceará, a partir de 1880, da mesma forma procedendo com Amarração, inclusive indicando em dois mapas específicos quando mostrar as regiões de saídas e destinos dos migrantes cearenses, no capítulo 03. O mapa abaixo enfoca a localização de ambos os espaços.

²⁰³ LIMITES DO CEARÁ E PIAUHY. *Cearense*, nº 125, p. 02, ano XXXIV, 12 nov. 1879.

Figura 06: Mapa do Piauí com destaque para Príncipe Imperial e Amarração



Fonte: adaptado de BAPTISTA, 1986.

Se comparadas dentro do contexto geral do Império brasileiro, Ceará e Piauí eram duas províncias que possuíam muitas características em comum, mas também muitos aspectos diferenciadores. Se vistas a partir do viés econômico, ambas possuíam historicamente a pecuária e a agricultura como atividades importantes, enquanto havia diferenciações nesses aspectos em relação a outras províncias do país. Na segunda metade do século XIX, tanto o Ceará como o Piauí ainda eram dependentes dos setores pecuário e agrícola. Mesmo que não tenham empreendido nenhuma atividade monocultora de grande vulto para exportação – nos dois lados, o algodão foi importante em algum momento do século XIX para as finanças locais e em graus distintos –, as duas províncias foram inseridas no comércio internacional, embora tenham atuado como exportadoras de matéria-prima, como ocorreu no restante do país.

Em relação ao desenvolvimento interno, os caminhos que cada uma seguiu foram marcados por passos tímidos, embora no Ceará, os avanços tenham sido mais frequentes. Nessa província, chegaram-se as instituições bancárias, a indústria têxtil e as ferrovias, décadas antes que no Piauí, que continuou no marasmo econômico em relação à província vizinha.

Mesmo tendo como fonte de riqueza os mesmos setores, no Ceará, a agricultura e sua exploração, foram mais impactantes economicamente do que no Piauí, que permaneceu, na segunda metade do século XIX, ainda muito dependente do gado e seus derivados, característica que, como vimos, ajudava o Ceará a repor o seu rebanho quando este se esgotava, mesmo que tanto em uma província como na outra, desprezassem-se as técnicas de melhoramento da criação animal, e também do cultivo agrícola. Independentemente do grau de riqueza e dos contatos comerciais entre os dois lados, o déficit visitou as finanças das duas províncias na maior parte do tempo, restringindo de certa maneira a sua expansão econômica.

Em relação à mão de obra, tanto o trabalho escravo como o livre se fizeram presentes nos meios produtivos, porém a condições de ocupação da terra e as fontes enfocadas como elemento de geração de riqueza, propiciariam que o trabalho livre fosse ao longo do tempo suplantando a dependência do trabalho escravo, tanto que Ceará foi pioneiro em libertar os seus escravos; o Piauí, mesmo indo até 1888 com o regime escravista na forma ativa, quando chegou a essa data, a população escrava local já era bastante diminuída, havendo relativa independência em relação a essa força de trabalho em favor da livre.

Acerca da posse da terra, a concentração de grandes áreas em benefício de poucos foi a regra nos dois lados, e isso influenciou a forma como o espaço foi sendo ocupado, os vínculos estabelecidos entre os despossuídos de terra e os seus detentores, e também as mobilidades, tanto dentro dos territórios de cada uma dessas províncias como de uma para a outra. Em duas regiões, onde o gênero produzido ou criado na terra significava forma de enriquecimento para uns e sobrevivência para outros, as mudanças no ciclo normal da natureza interrompia a suposta “harmonia” da sobrevivência de cearenses e piauienses.

As secas, não muito raras, agiram como um fenômeno diferenciador da rotina desse povo – ricos ou pobres – que, antes de qualquer coisa, buscavam formas de tirar da terra, e assim, da natureza, o seu sustento, seja através da criação de gado ou quaisquer outros viveres, em maior ou menor quantidade; do plantio da roça, milho, feijão, cana, algodão ou mandioca; habitando as serras, os vales úmidos, a margem dos rios ou as planícies do sertão. Independentemente do que fizesse ou onde estivesse, de alguma forma a seca, ou chegou ou afetou a população dessas duas províncias, tornando-se elemento comum da realidade tanto do Ceará como do Piauí; as características da ocorrência fenômeno em dois momentos da segunda metade do século XIX, e a forma como as secas atingiram as duas províncias – é o que mostro no capítulo seguinte.

PARTE II

Secas e migrações

Capítulo III

As secas de 1877-1879 e 1888-1889, no Ceará e no Piauí

01 As secas e os seus significados

De 1877 em diante, a seca foi tema que se tornou frequente nas páginas dos jornais cearenses e piauienses. Até o ano de 1880, é comum encontrar quase em edições sucessivas artigos que tinham como título a palavra “secca”, e no seu conteúdo, a descrição dos impactos provocados por esse fenômeno. Nesse período, esse assunto, dada a sua gravidade, foi uma pauta importante em periódicos das províncias que se localizavam no Norte e enfrentavam os obstáculos trazidos pela falta de chuvas. Na capital do Império, o *Jornal do Comércio* e o *Gazeta de Notícias* foram alguns dos que passaram a vincular constantemente as notícias da “seca do Norte”.

Mesmo ganhando visibilidade na imprensa a partir da segunda metade do século XIX, muitos são os registros que atestam a ocorrência desse fenômeno na região desde o período colonial. Em 1583, uma grande seca afetou Pernambuco, atingindo fortemente os engenhos de canaviais e mandioca, provocando fome e migração.¹ No século XVII, ocorreram outras secas com uma relativa proximidade temporal, como nos anos de 1603, 1609, 1614, 1645, 1653 e 1692. No século seguinte, foram registradas ao todo sete secas, a maior delas durou seis anos, de 1723 a 1728; a última deste século se estendeu por quatro anos, de 1790 a 1793.² Sobre esse episódio, o jornal *Cearense* publicou o seguinte: “chamada de grande seca, em algumas partes durou três anos, em outras, quatro anos, foi a que deixou mais tradições tristes na província. (...) estendeu-se *por* Pernambuco, (...) Bahia, Sergipe, Sul do Piauí e Maranhão ao norte, com mais ou menos intensidade”.³

Nos Oitocentos, o fenômeno se tornou mais frequente; foram, ao todo, 12 episódios.⁴ No ano de 1809, a seca causou a “mortandade dos gados do sertão, principalmente no norte do Ceará, desde Quixeramobim e Riacho do Sangue, até Crateús (...) a fome também foi

¹ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia., 1925.

² MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1983.

³ SECCAS NO CEARÁ. *Cearense*, n.º 16, p. 02, ano XXXIV, 16 fev. 1880, *grifo meu*.

⁴ Pode-se enumerar as secas de 1803-1804, 1808-1810, 1814, 1817, 1824-1825, 1833, 1844-1846, 1860, 1869, 1877-1879, 1888-1889 e 1898, muitas delas, como se observa, estendendo-se pelo período de dois anos ou mais. (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1983). Alerto que essas datas correspondem a dados referentes não só ao Ceará. Por possuir irregularidade na sua extensão, em momentos distintos entre esses citados, algumas províncias foram atingidas, enquanto outras não. Sobre o assunto, ver: ALVES, Joaquim. *História das secas (Séculos XIII a XIX)*. Edição Fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003, p. 241.

intensa. (...) O ano de 1816 foi escasso de chuvas e o de 1817 foi seco até fins de março”, causando muito receio e a morte do gado em muitas regiões do sertão, porém não tão grave como a de 1792.⁵ Em 1845-46, outra grande seca foi registrada; embora tenham ocorrido outros dois episódios como esses na década de 1860, foi em 1877 que iniciou uma nova seca, que marcou de forma significativa a população e a história das províncias do Norte. Depois dessa, ainda na segunda metade do século XIX, a região foi visitada novamente por outros episódios do fenômeno, que em graus distintos afetou as províncias do Ceará e Piauí, como em 1888-1889.

Recorrentes ao longo dos séculos e quase sempre com grande abrangência, as secas podem ser caracterizadas pelas intensidades distintas; em alguns episódios foram totais, em outros parciais, não sendo registrada regularidade em relação aos períodos de repetição, nem em relação às regiões atingidas. As secas parciais costumavam manifestar-se de forma irregular, ora em uma área territorial, ora em outra. Dentro de uma mesma unidade administrativa (província) verificou-se a mesma irregularidade, “registrando-se secas parciais, com chuvas criadoras, em uma área, enquanto as vizinhas sofrem a falta de água para as suas lavouras e para o sustento dos seus rebanhos, sendo mais chovidas as áreas serranas e litorâneas”. Mesmo quando eram totais, as secas apresentavam variações, chegando a chover de forma abundante em fevereiro e nas primeiras semanas de março.⁶ Saber dessas inconsistências é importante para entender o motivo pelo qual no Piauí, no transcurso da seca, havia freguesias que mantinham o pasto e plantio da roça, enquanto em outras os jornais relatam a falta de alimentos, fome e migração da população.

Independentemente da expansão, não só o sertanejo, como os governos locais e nacional, se esforçaram na tentativa de identificar as causas e a periodicidade das secas; não sendo previstas precisamente, sempre que as chuvas se esvaíam, iniciava um novo período de dificuldades. A alternativa para os governantes era buscar minimizar os efeitos; para os habitantes das regiões atingidas, quase sempre só restava migrar em busca de auxílio.

A ação do Estado, somente em tempos de crise, foi criticada por Liberato Barroso em 1915, ao recriminar a repetição histórica no tratamento das secas, que só resultaram em efeitos momentâneos, persistindo o problema maior, envolto em um mesmo ciclo: sempre que se manifestava a crise, o estado pedia socorro, o governo federal providenciava mandando fazer serviços e “dando esmolas”. Quando chegava o inverno “suspendem-se todos os

⁵ SECCAS NO CEARÁ. *Cearense*, n.º 16, p. 02, ano XXXIV, 16 fev. 1880, *grifo meu*.

⁶ ALVES, Joaquim. *História das secas (Séculos XIII a XIX)*. Edição Fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003, p. 239.

trabalhos por aviso oficial, o povo corre para os seus lares e todas as obras iniciadas e por concluir ficam no abandono, até que surge outra crise e restabelece-se o mesmo sistema de nossa incapacidade técnica e prática”.⁷ Muito anterior a Liberato Barroso, em 1877, o relatório do Ministério do Império já havia esboçado a mesma percepção de que ignorar as secas em “épocas normais”, acudindo a população com ações remediadoras quando elas se manifestavam, não era a forma mais adequada de combater esse fenômeno, pois sempre que “desvanecido o perigo, cessam as preocupações que ele gera”.⁸

Como é visível, a seca quase sempre só se transformava em tema nos debates políticos quando as suas consequências se tornavam visíveis, fazendo repetir-se sempre o mesmo cenário, como algo quase natural e histórico; uma condição inevitável da qual o homem não poderia escapar. Nesse contexto, tornar a seca em algo “histórico”, significa dizer que é um problema que não tem solução: “o histórico é de tal forma banalizado que acaba por transformar o semiárido em uma região aparentemente sem história, dadas as permanências e imutabilidade dos problemas. (...) nada muda, é sempre a mesma coisa, as mesmas propostas recorrentes, as mesmas medidas”. Quando se define, as secas, a pobreza e a migração como algo histórico “busca-se naturalizar um dado que é social”.⁹

Entre as explicações para a ocorrência das secas, em 1853, havia quem afirmasse que “a posição topográfica e as circunstâncias peculiares do seu solo”¹⁰ eram as causas principais; ideia compartilhada pelo Ministro do Império, Ferreira Viana, em 1888, quando afirmou que os males dos cearenses provinham da “posição geográfica e da composição telúrica da região”.¹¹

Em 1902, quando publicou o livro *Os sertões*, Euclides da Cunha, também baseou-se na mesma hipótese para explicar as causas das secas:

Como quer que seja, o penoso regime dos Estados do Norte está em função de agentes desordenados e fugitivos, (...) sujeitas às perturbações locais, derivadas da natureza da terra, e a reações mais amplas, promanadas das disposições geográficas. Daí as correntes aéreas que o desequilibram e

⁷ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1915, pelo presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso. Fortaleza, Typ. Moderna, 1915, p. 08.

⁸ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, p. 117.

⁹ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização e sua dimensão histórica. In: CAVALCANTI, Helenilda e BURITY, Joanildo (Org.). *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, p. 231.

¹⁰ REGO, Marcos Almeida. *Pedro II*, n.º 1234, p. 02, ano XIII, 11 mai. 1853.

¹¹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 100.

variam. Determina-o em grande parte, e talvez de modo preponderante, a monção de nordeste, oriunda da forte aspiração dos planaltos interiores que, em vasta superfície alargada até ao Mato Grosso, são, como se sabe, sede de grandes depressões barométricas, no estio. Atraído por estas, o nordeste vivo, ao entrar, de dezembro a março, pelas costas setentrionais, é singularmente favorecido pela própria conformação da terra, na passagem célere por sobre os chapadões desnudos que irradiando intensamente lhe alteiam o ponto de saturação diminuindo as probabilidades das chuvas, e repelindo-o, de modo a lhe permitir acarretar para os recessos do continente, intacta, sobre os mananciais dos grandes rios, toda a umidade absorvida na travessia dos mares. De fato, a disposição orográfica dos sertões, à parte ligeiras variantes — cordas de serras que se alinham para nordeste paralelamente à monção reinante —, facilita a travessia desta. Canaliza-a. Não a contrabate num antagonismo de encostas, abarrecendo-a, alteando-a, provocando-lhe resfriamento e a condensação em chuvas. Um dos motivos das secas repousa, assim, na disposição topográfica. Falta às terras flageladas do Norte uma alta serrania que, correndo em direção perpendicular àquele vento, determine a *dynamic cooling*, consoante um dizer expressivo.¹²

Com argumentos próximos a esses, em 1901, o presidente do estado, Augusto Borges, indicou algumas das “causas presumíveis da seca” no Ceará, pondo como possibilidade a posição da região em relação às correntes aéreas, a projeção das costas, a devastação das matas, a inclinação do solo, a pequena elevação das montanhas e até a influência das manchas solares,¹³ que era uma das explicações científicas que existiam para antever a chegada das secas. Em 1895, a revista literária *O pão da padaria espiritual*, divulgou um artigo de autoria de Rodolpho Teófilo, intitulado “As manchas de sol e as secas”, que mostrava a inconsistência na hipótese das manchas solares; para isso, o autor utilizou como referência um estudo feito em Zurique, que identificou que entre os anos de 1712 e 1878, as manchas de sol chegaram “ao mínimo” em 15 vezes, e apenas em duas ocasiões em 166 anos, coincidiu com episódios de secas no Ceará, descartando com isso, a possibilidade de tomar como base essa experiência para tentar presumir quando uma nova seca iria surgir.¹⁴

Outra maneira de tentar prever uma época de seca era observando o intervalo de anos entre uma e outra. Embora quase sempre fosse surpreendido, o sertanejo agarrava-se em todas as possibilidades que pudessem soar como sinal antecipado da suspensão das chuvas: em 1901, o presidente do Ceará, Pedro Augusto Borges, tentou entender a partir desse artifício a periodicidade natural das secas: entre 1711 e 1845, a média espaçada foi de 13 anos. De 1845 a 1877, houve uma “prolongada suspensão de 32 anos, que fez conceber a esperança de haver se fechado o ciclo dessa calamidade”, irrompendo na sequência, por nove anos, até 1888 e

¹² CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 45.

¹³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1901, pelo presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza, Typ. Economica, 1901.

¹⁴ THEÓFILO, Rodolfo. *O pão da padaria espiritual*, n.º 11, p. 03, ano III, 01 mar. 1895.

reaparecendo dez anos depois, e em um curto espaço de apenas um ano, apresentando-se mais uma vez. Com esses dados, concluiu o presidente que não era seguro basear-se nesse histórico, pois “iludindo-se quase sempre nas suas previsões pela mobilidade das leis cósmicas e as enganadoras indicações da atmosfera, - o flagelo surge a revezes, quando mais parece fortalecida a confiança no seu afastamento, e dissipam-se os receios de sua reprodução”.¹⁵

Como se percebe, muitas eram as experiências que buscavam identificar tanto as causas como o momento de chegada da seca; nesse último caso, além das fórmulas já citadas, havia outras experiências variadas: além do sol, observava-se a movimentação de outras estrelas, da lua, a direção dos ventos, a floração de algumas plantas como o mandacaru, o comportamento dos insetos e animais, além de experimentos em dias santos, como de São João e Santa Luzia.¹⁶ Nessa variedade de explicações e experiências, “o entendimento da seca como um fenômeno meio divino, meio natural, contra o qual o homem não tinha como lutar ou se precaver parecia ser compartilhado por muitos moradores do Ceará, mesmo os mais letrados”.¹⁷ Em 1915, no transcurso de uma nova seca, o presidente do estado, Liberato Barroso, lamentava que “as observações registradas de seca em anos anteriores, através de pouco mais de um século, ainda não *fossem* suficientes para trazer ao nosso espírito a segurança da fixação do tempo de sua realização”.¹⁸

Ao longo dos anos, principalmente após 1877, as secas parecem terem sido naturalizadas no imaginário da população sertaneja como uma ameaça constante, dada a sua imprevisibilidade, contra ela e aos seus efeitos, dever-se-ia lutar incessantemente, mesmo que ao fim de cada seca os prejuízos humanos e materiais fossem sempre significativos. Fazendo parte do ritmo natural da vida, as secas surgiam em momentos que a natureza resguardava-se de oferecer a sua sorte aos sertanejos: “provida (...) em facultar ao homem fontes de vida e prosperidade, parece que em certas circunstâncias se retrai, enviando em lugar e benefícios, flagelos”.¹⁹

A natureza, nesse caso, assume, na fala oficial, o papel de responsável pelos malefícios que a ausência de chuvas trazia à população, esvaindo-se o Estado da

¹⁵ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1901, pelo presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza, Typ. Economica, 1901, pp. 22-23.

¹⁶ MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1883.

¹⁷ LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açai, 2010, p. 93.

¹⁸ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1915, pelo presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso. Fortaleza, Typ. Moderna, 1915.

¹⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, p. 116.

responsabilidade de prover a estrutura necessária e antecipar ações que barrassem os efeitos das secas quando da sua chegada. Pelo seu caráter periódico e de ocorrências incertas, não chover em datas costumeiras, era motivo para “crescerem os temores do mal”, aumentando “o receio da reprodução” de uma nova época de dificuldades, provocando “desânimo das populações”, que ante a crença no ciclo secular das secas, julga-se ameaçada por um novo período de calamidade.²⁰ Nesses casos, os fenômenos naturais (chuva e sol), provocavam sensações psicológicas antagônicas na população: “em oito dias torna-se tudo duvidoso: produções, pastagens, aguadas. Uma chuva abundante acorda e anima a confiança geral; dois ou três dias de verão, mais ou menos caracterizado, trazem vacilação e desalento”,²¹ colocando o sertanejo em pontos limítrofes: chuva e sol poderiam significar respectivamente fartura ou fome, e nos casos mais extremos, vida ou morte.

A repetição do fenômeno e as cenas que as secas provocaram e ganharam visibilidade nacional a partir da imprensa, deram novos contornos à forma como o poder público passou a tratar as secas do Norte. As narrativas publicadas nos jornais, romances²² e documentos oficiais, trouxeram um tom trágico aos acontecimentos desencadeados pela ação das secas. Antes, apenas um elemento climático que possuía múltiplas explicações para acontecer, passou a ser visto e tratado como uma causa social e política.

Em 1877, o jornal *Gazeta de Notícias*, publicou no Rio de Janeiro, a situação que se encontravam as províncias afetadas pela seca: “São aterradoras as notícias que nos chegam do Norte do Império; a seca continua a perseguir aquelas províncias e por toda parte a destruição, a fome e a morte!”.²³ As palavras utilizadas para descrever o cenário que se estabelecia na região, buscavam, de alguma forma, sensibilizar o leitor para a situação da população atingida. Em meio ao cenário de comoção diante das cenas que eram levadas para a capital do

²⁰ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 91 e 107.

²¹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 101.

²² Na literatura cearense, um bom exemplo de narrativa que aborda a temática, é o livro de Rodolpho Teófilo, *A fome: cenas da seca no Ceará*. Publicado pela primeira vez em 1890, narrou de forma penosa as dificuldades do cearense no transcurso da seca de 1877. Tendo como cenário o Piauí, *Ataliba, o vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco, publicado em 1878, no Rio de Janeiro, também desempenhou a função de divulgar as cenas de fome e morte a que estavam sujeitas pessoas, plantas e animais nessa região. Essa impressão ainda é compartilhada por pesquisadores como Raimunda Celestina Mendes da Silva, para quem o autor, neste livro, “recupera o passado da população piauiense atingida pela seca, ou seja, a ficção é o agente não só para recuperar a história de uma parcela da população esquecida do Brasil, mas também para através dessa história, fazer conhecer a situação de abandono e miséria com que viviam (...) no período do flagelo”. SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *A representação da seca na narrativa piauiense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2005, p. 71.

²³ FESTA DE CARIDADE. *Gazeta de Notícias*, n.º 159, p. 01, ano III, 10 jun. 1877.

Império, muitas foram as doações enviadas para o Ceará, buscando amenizar o sofrimento da população.

Com essa finalidade, foi realizada a “A festa de caridade”, em junho de 1877, no Teatro São Luís, no Rio de Janeiro, onde, senhoras movidas pela solidariedade, executaram algumas apresentações compostas por encenação, coro e recitação de um poema de autoria de umas das participantes do evento, a senhora Adelina Lopes Vieira, intitulado “A festa da caridade”. Os versos narram a caminhada de uma família em direção à cidade, ao tempo em que descrevem a seca, o sofrimento e a dor humana. Nota-se que a composição foi levada a público ainda em junho de 1877, alguns meses após o início do curso da seca. Acredito que a inspiração para descrever tão tristes cenas, foi possivelmente retirada das notas dos jornais que circulavam no Rio de Janeiro; sendo transformada em arte e mantendo a tônica das notícias jornalísticas, ao chamar a atenção para os horrores da seca do Norte!

Vede-os, à noite na estrada
 Passar em bandos sombrios;
 Mas mães carregando ao seio
 Os filhos do seu amor,
 Sem encontrarem aguada,
 Secas as fontes e os rios,
 Mortas de fome e horror.

Eles, fortes no trabalho,
 Tremem de angústia e receio,
 Ao contemplar tanta dor.
 E o sangue orvalha os caminhos,
 Ficaram urzes e espinhos
 Onde estava a relva e a flor.

E a cada passa um gemido,
 Um suspiro mal contido

E já os filhos piedosos
 Construíram a liteira
 Em que transportam chorosos
 A mãe velhinha e doente,
 Com os galhos a mangueira
 Que lhes sombreava o lar,
 E enxugam lhe o pranto ardente
 Com beijos de amor sem par.
 Chegaram por fim à cidade
 Quase a morrer de fadiga,
 Desespero, fome e sede;
 E a cada porta em que param
 Ouvem suspiros e ais:
 Lágrimas em toda a idade
 Dó em cada face amiga...
 Mas ninguém ouve quem pede,

Que ninguém tem mais que dar

Vão assim de rua em rua,
Vendo morrer os que amaram,
Sem forças, mas sempre a andar!²⁴

Embora o Ceará não tenha sido “o teatro único das secas ao Norte do Brasil, de que *falavam* as mais antigas crônicas”,²⁵ foi de lá que elas irradiaram para as demais regiões, pelo menos no plano imagético, de onde os termos flagelados, retirantes, miseráveis, mortos a fome e emigrante, passaram a ser adjetivos utilizados para se referir às pessoas vitimadas pelas secas. A definição de — a grande seca — dada ao episódio de 1877-1879, já é um indicativo dessa mudança de discurso em torno desse fenômeno. Esse eixo narrativo — o sertanejo pobre, faminto e migrante, vítima das secas — adotado no jornalismo, na literatura ou na história, deve ser observado a partir da visão tomada pelos autores, pois é sabido que “na elaboração dos discursos, a visão assumida pelos narradores (...) focaliza os fatos segundo um ponto de vista específico”²⁶ e, obviamente, esse discurso construído, pode ser usado com a finalidade de defender interesses determinados.

Durval Muniz compreende as secas do Norte como um “produto histórico de práticas e discurso, como invenção histórica e social”, de um objeto “imagético de discursivo”,²⁷ que a partir de 1877, com repercussão nacional, passou a ser tratada como um problema comum a ser solucionado. Desde então, as cenas da seca foram enfatizadas como elemento da estratégia política, que usou esse fenômeno para “denunciar a decadência deste espaço e a necessidade de se voltar os olhos da ‘nação’ para resolver ‘o seu problema’”.²⁸

Segundo Frederico de Castro Neves, em 1877, a seca deixou de ser um fenômeno tipicamente climático e rural ao atingir todos os setores da sociedade, no campo e na cidade, quando os seus atores já eram “não somente os que sofrem as penúrias ou que passam fome, mas são todos os que se veem envolvidos com estes”.²⁹ Ainda que a “grande seca” tenha sido menos duradoura, abrangendo uma área menor e dizimado menos pessoas que a seca de 1825, por exemplo, ela atingiu diretamente a elite local, que passava por um momento de

²⁴ VIEIRA, Adelina Lopes. *Gazeta de Notícias*, n.º 159, p. 01, ano III, 10 jun. 1877.

²⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 96.

²⁶ SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *Para uma historiografia literária do Piauí: a narrativa da seca*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2013, p. 24.

²⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História* 15 (28), 111-120, 1995, p. 111.

²⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 112.

²⁹ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000 A, p. 50.

dificuldade financeira com a redução dos seus lucros. Além de ampliar a crise econômica, levando os membros da classe dominante à indignação, a seca de 1877, explicitou o declínio do prestígio político das oligarquias do Norte, “pondo em marcha um progresso de rompimento rápido das relações sociais tradicionais”, conduzindo a conflitos e ameaçando a ordem dominante, ficando claro para os grupos dominados a sua condição de abandonados naquele momento de dificuldades.³⁰

A divulgação desse cenário foi “decisiva na reelaboração da imagem da seca”,³¹ e com isso, “o despertar da elite nortista para a gravidade da situação que vivia é acompanhada do despertar nacional para a existência do fenômeno da seca no Norte, antes apenas conhecida como ‘seca do Ceará’”. Nesse processo, a imprensa deu grande contributo para mostrar à própria elite regional, que a seca era capaz de provocar a mobilização da opinião pública em todo o país. Foi, portanto, a imprensa que sistematizou o conjunto de imagens que transformaram o discurso da seca em um importante instrumento a serviço da elite decadente.³² Assim, “ao mesmo tempo, a seca de 1877 fornece à classe dominante do Norte um tema que sensibiliza nacionalmente e ela adquire, por seu turno, consciência da arma que tinha em suas mãos”. Politizar a seca, sobrepondo-a a qualquer problema da região, foi uma forma de angariar recursos e doações para atenuar a crise econômica que as elites locais atravessavam.³³

Vê-se que as cenas que os jornais imprimiam em suas páginas, colocando a população “desvalida”, como protagonista da pobreza e da fome ampliadas pela seca, era o artifício que o grupo dominante, também seriamente afetado pelo momento que todos atravessavam, usavam para alarmar sobre a situação de penúria do Norte. Imagetivamente, a população trabalhadora e pobre do sertão, foi usada como “escudo” para angariar recursos que, embora destinado a esse público, muitas vezes foi canalizado para atender aos interesses dos grupos dominantes locais, dando origem ao que alguns autores denominam de “indústria da seca”. Também chamada de “verba mãe”, esse tipo de indústria, “cuja matéria-prima era a apropriação indébita dos dinheiros públicos enviados para socorrer os famintos, ou o tráfico de influência em benefício dos detentores”,³⁴ foi amplamente praticada pelas oligarquias regionais. No Piauí, muitas foram as denúncias de desvios dos recursos das Comissões de

³⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino, de problema à solução (1877-1922)*. 1987. 435 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Estadual de Campinas, 1987.

³¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 116.

³² ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 117.

³³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1887, p. 81.

³⁴ MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1983, p. 90.

Socorros Públicos destinados a atender a população migrante. Essas irregularidades eram tão comuns que, em 1877, o relatório do Ministério do Império admitiu que “na distribuição dos socorros públicos pelas vítimas da seca, quer em dinheiro, quer em gêneros alimentícios e outros objetos necessários, por maior que seja o zelo e a vigilância a administração e de seus agentes, são inevitáveis as fraudes”.³⁵

Convertida em novos sentidos e discursos, as secas provocavam instabilidades e quebravam a rotina econômica e social das regiões em que frequentava. Independente da intensidade e/ou abrangência, a suspeita e a concretização da entrada em uma nova seca, provocava também o início de uma nova etapa de lutas e desafios pela sobrevivência humana e animal. No tópico seguinte, trago algumas características das secas que tiveram início em 1877 e 1888, e as formas como esses dois episódios afetaram o Ceará na segunda metade do século XIX.

02 As chuvas, as secas e o assistencialismo no Ceará

Na primeira metade do século XIX, ocorreram quatro secas totais e quatro parciais no Ceará; a última total em 1845. Após essa data não houve seca, “apenas em alguns anos a chuva tardou mais, ou o inverno *foi* escasso”.³⁶ Percorridos mais de 30 anos, em 1876, ocorreu o último bom inverno antes da renovação de uma seca total, que durou três anos. Nesse período também houve chuvas regulares e até inundações. O começo de cada estação chuvosa satisfatória, geralmente, ocorre em janeiro, podendo chover também já desde dezembro e, às vezes em março, pelo equinócio, para findar em maio ou junho.

Se até 19 de março, dia de São José, não cair chuva, “tem-se por declarada a seca”,³⁷ por isso, se logo não chovia em janeiro e fevereiro, mantinha-se “os olhos virados para o céu”.³⁸ Na confiança da chegada do inverno, às vezes logo após as primeiras chuvas em fevereiro, o lavrador plantava as suas sementes na esperança de que fosse ter uma boa colheita, mas, logo em seguida, a seca se apresentava com toda sua intensidade. Assim fizeram os agricultores de Granja em 1877: “plantou-se muito quando caíram nesta comarca

³⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, p. 121.

³⁶ BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Memória sobre o clima e as secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1877, p. 25-26, *grifo meu*.

³⁷ BRASIL, 1877, p. 11.

³⁸ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 40.

as primeiras chuvas, na véspera, no dia de São José e no dia 20; porém todas as plantações perderam-se por falta de chuva”.³⁹

Depois de muitos anos sem uma seca de grandes proporções, os alarmes que soavam na imprensa do Ceará, principalmente as veiculadas pelo jornal *Cearense*, oposição ao governo em 1877, eram considerados por alguns como especulação política, havendo quem negasse a existência da seca ou minimizasse a sua intensidade, como fez José de Alencar em abril daquele ano, ao tomar a palavra na Assembleia Geral para afirmar que a seca no Ceará “não passa por ora senão de receios”.⁴⁰

É certo que naquela data ainda pairavam muitas dúvidas, alimentadas pela esperança de que as chuvas ainda iam aparecer. O próprio jornal *Cearense* divulgava artigos que analisavam a situação climática de algumas localidades, comparando com a chegada das chuvas nos anos anteriores; em alguns textos, mesmo alertando para o perigo que se apresentava, havia a esperança de que em último momento as chuvas voltariam com intensidade. Em alguns lugares da província elas caíram, e mesmo que da forma esperada, já se admitia que naquele momento não seria mais possível segurar uma boa lavoura. Em maio, choveu em Fortaleza e “em toda a província (...), mas as gratas ilusões do inverno vão se dissipando”.

A observação do “céu” era um indicativo quase definitivo que a seca já estava estabelecida: “a atmosfera mostra-se carregada pela manhã, porém bem depressa impetuosas ventanias desvanecem todas as esperanças. O calor é intensíssimo, porém as manhãs são frias como acontece em junho, último mês da estação chuvosa”.⁴¹ Se as manhãs eram frias como junho, as noites eram limpas e claras como as de outubro,⁴² dizia o jornal *Cearense*, em meados de maio daquele ano. A inquietação ainda era alimentada com a informação de que chovia no Piauí, exceto em Príncipe Imperial, que “pelas condições do terreno”,⁴³ estava ligada ao Ceará. Em julho de 1877, as notícias dos jornais já eram fatídicas. Não havia mais como negar a seca; a especulação transformou-se no relato de cenas de dificuldades em quase todas as comarcas da província, onde se via fome, morte dos animais e a migração da população cearense.

Com pastagens e gêneros para alimentação humana insuficientes até o inverno, quando tudo seria renovado com a nova colheita, o cenário do sertão havia se modificado,

³⁹ O PEDRO II (...). *Cearense*, n.º 38, p. 02, ano XXXI, 03 mai. 1877.

⁴⁰ O SR. JOSÉ DE ALENCAR. *Jornal do Comércio*, n.º 103, p. 02, ano LVI, 14 abr. 1877.

⁴¹ CHUVAS, *Cearense*, n.º 41, p. 02, ano XXI, 13 mai. 1877.

⁴² SECCA, *Cearense*, n.º 45, p. 02, ano XXI, 27 mai. 1877.

⁴³ SANTA QUITÉRIA, *Cearense*, n.º 59, p. 03, ano XXI, 15 jul. 1877.

transformando-se em um terreno seco e de água escassa até para matar a sede. Essa situação parece ter provocado surpresa em algumas pessoas, principalmente pelo fato de que a última seca com aquelas proporções tinha visitado o Ceará décadas atrás. Na fala do presidente da província, Cavalcanti Pessoa, ao reconhecer a crise que passava o Ceará, demonstrou a surpresa com a chegada da seca naquele ano, quando se pensava que esse fenômeno não seria mais uma ameaça:

Era este ano o centenário de uma dessas grandes calamidades que tem pesado duramente sobre a província. Não obstante, ela como que repousava na segurança de que não se renovaria esse mal, que se tem constituído um muro de bronze levando ao seu progresso e desenvolvimento e paralisando as suas fontes de vida, o seu comércio e sua lavoura. A alteração operada em suas condições meteorológicas, e trinta e dois anos de estação regulares, lhe haviam feito conceber essa esperança; o que se passou no ano de 1845 era um quadro lúgubre apagado, (...) uma recordação histórica recolhida no arquivo do passado, que não era mais uma ameaça, antes valia uma promessa. O estudo das secas gerais e parciais (...) firmaram a justa confiança de que o Ceará podia caminhar desassombrado desse enorme flagelo e cuidar do seu porvir que se lhe afigurava próspero e animador. Mas assim não se realizou.⁴⁴

Os moldes em que se estabelece a fala do presidente dão um indicativo do quanto a província estava despreparada para atravessar a crise que se colocou; certamente esse estado de descanso foi responsável pela ampliação das consequências negativas do fenômeno, e o cenário político e econômico da época contribuiu para o agravamento das consequências da seca. Segundo Frederico de Castro Neves, as condições de domínio locais estavam abaladas, pois os fazendeiros encontravam-se endividados e em posição desfavorável em relação aos comerciantes da capital. Pairava “um despreparo generalizado para com os efeitos dessas mudanças econômicas e sociais. Tanto os governantes como os governados, desconheciam ainda as possibilidades terríveis contidas nessas novas relações entre os homens e a natureza”. Com o comprometimento da agricultura de subsistência dos vaqueiros e pequenos produtores, constituiu-se um abatimento sobre a sociedade, em intensidade que não era possível de ser amenizada “pelas famílias abastadas do campo, nem pelo senso de dever de paternidade de proteção por parte de alguns coronéis, muito ciosos de seu campo de domínio político. A seca pega todos de surpresa”.⁴⁵

⁴⁴ Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877, p. 36.

⁴⁵ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 B, p. 81.

De maio de 1877 em diante, a menção à situação da seca em vários pontos do Ceará era sempre indicada por adjetivos desoladores. A imprensa reforçava essa imagem divulgando cartas enviadas de vários pontos da província, todas relatando situações quase semelhantes. Em janeiro de 1878, ainda caíram poucas chuvas em alguns municípios cearenses, mudando rapidamente a paisagem do sertão, ao permitir a brota da vegetação e animar aqueles que ainda não haviam migrado, iniciando o plantio dos cereais, mas logo as chuvas cessaram, sendo seguidas pelos ventos gerais, que firmavam a continuidade da seca.⁴⁶

Ao longo dos três anos que se prolongou a seca, de 1877 a 1879, as páginas dos jornais foram preenchidas com notícias que combinavam a fome, as doenças, a morte da população no interior, as migrações, as aglomerações na capital, os socorros públicos, as memórias de secas anteriores e a condição meteorológica da província, incluindo a existência de chuvas. Não presente só nos jornais, “o fenômeno da chuva era tão importante para a vida da população cearense, a ponto de ser lembrado constantemente nas falas dos poderes públicos, que se preocupavam em demonstrar em seus relatórios anuais o ‘quadro das chuvas’”.⁴⁷ No Ceará, as primeiras observações pluviométricas tiveram início em 1849.⁴⁸ Os números auferidos no pluviômetro eram constantemente divulgados a fim de analisar a ocorrência de chuvas e comparar com o mesmo período em datas anteriores. No primeiro semestre de 1877, quando alguns ainda desacreditavam na seca, o pluviômetro só registrou 16,40 mm de chuvas na primeira quinzena de abril, distribuídos em quatro dias. No ano anterior, no mesmo espaço de tempo, tinha sido registrado 227,20 milímetros.⁴⁹ Em julho, quando a seca já era dada como certa, havia sido registradas 55 chuvas, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 16: Meteorologia do Ceará no primeiro semestre de 1877

Mês	Dias de chuva	Milímetros
Janeiro	04	24,20
Fevereiro	03	16,00
Março	17	84,00
Abril	10	40,20
Maio	12	101,80
Junho	09	89,60
Total	55	355,80

Fonte: METEOROLOGIA, *Cearense*, n.º 55, p. 02, ano XXXI, 01 jul. 1877.

⁴⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1879.

⁴⁷ LACERDA, 2010, p. 109.

⁴⁸ FERRAZ, J. de Sampaio. Meteorologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

⁴⁹ CHUVAS, *Cearense*, n.º 33, p. 03, ano XXXI, 18 abr. 1877.

Como é perceptível, não existia total ausência de chuvas, mas a intensidade como apareciam era pequena e espaçada; além disso, dentre essas poucas chuvas, algumas eram fracas. O pico no primeiro semestre daquele ano foi em maio, mês que nos períodos normais era um dos mais chuvosos e já encaminhava para o fim do inverno. Comparado com o ano anterior, os dados meteorológicos eram bem esclarecedores: no mesmo período, em 1876, havia chovido 1.365 mm no Ceará, com maior intensidade em março, abril e maio, enquanto em 1877, observou-se apenas 355,80 milímetros no primeiro semestre.⁵⁰

Nos meses e nos anos seguintes, as chuvas continuaram escassas; se a soma do ano de 1877, foi de 469 mm, a de 1878 foi 500,9, e em 1879, registrou-se 595,3.⁵¹ No ano de 1880, a presença de chuvas trouxe a esperança de renovação da sobrevivência; no mês de abril, em 28 dias chovidos, foi registrado 652,0 milímetros, número superior a todos os registros já feitos para aquele mês, desde quando iniciaram as medições pluviométricas na província;⁵² ao final do ano, registrou-se 1.539 mm, distribuídos em 133 dias de chuva, ante 40, 71 e os mesmos 133 dias em que choveu, respectivamente, em 1877, 1878 e 1879.⁵³

Nos anos seguintes, os jornais *Gazeta do Norte e Cearense*, mantiveram os boletins meteorológicos quase diariamente. Em 1888, os dados pluviométricos davam sinais que não eram animadores: as chuvas fracas e pontuais fizeram repetir o fenômeno da seca 11 anos depois da volta dos invernos regulares. No fim do mês de abril do referido ano, já reinavam as apreensões. Até aquela data, as chuvas identificadas no pluviômetro, em Fortaleza, atingiram apenas 443 milímetros, contra 1.114 no mesmo período no ano anterior. Durante todo o ano de 1888, foi registrado 729 milímetros na capital. Em maio, o governo local comunicou ao governo imperial acerca da situação que se abatia no Ceará. Chegando à metade daquele mês, já era possível afirmar que um terço da população do interior estaria em pouco tempo sem trabalho e, conseqüentemente, sem meios de sobrevivência. A estação chuvosa que chegou tardiamente foi inconstante, irregular e escassa.⁵⁴

Se analisada em relação ao ano de 1877, quando a seca surpreendeu a população e o governo, visto tantos anos de ausência, a renovação do fenômeno em 1888, praticamente uma década após o último episódio, não favoreceu a melhores formas de reagir aos seus efeitos,

⁵⁰ METEOROLOGIA, *Cearense*, n.º 55, p. 02, ano XXXI, 01 jul. 1877.

⁵¹ OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS, *Cearense*, n.º 40, p. 02 ano XXXIV, 16 abr. 1880.

⁵² OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS, *Cearense*, n.º 47, p. 02 ano XXXIV, 02 mai. 1880.

⁵³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

⁵⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

pois poucas modificações foram colocadas em prática de maneira efetiva. “O desespero das autoridades manifesta-se principalmente na ausência de medidas preventivas”, e ao caos gerado pela grande quantidade de migrantes em Fortaleza; as obras públicas existentes eram executadas sem planejamento, absorvendo a mão de obra da população migrante que diariamente se deslocava em direção aos canteiros de trabalho, avolumando-se nesses locais.⁵⁵

Com chuvas pontuais em determinados pontos da província ao longo dos meses e até anos em que se estendiam as secas, era de se compreender que algumas freguesias cearenses fossem impactadas primeiramente, enquanto em outras as dificuldades não eram tão acentuadas, pelo menos a princípio. As características geográficas de algumas regiões possibilitavam alimento e pasto para que a população resistisse à seca por algum período.

Como os episódios aqui analisados se estenderam por um ou mais anos, em determinados momentos, até mesmo nas serras e nas regiões que comumente eram mais “frias”, chegavam os efeitos da seca. Em 1878, por exemplo, “nas serras mais frescas, tais como a Ibiapaba, Meruoca, Baturité, Pacatuba, Maranguape, e nos vales do Cariri e Ipú, conservou-se alguma vegetação”. Mesmo estando a salvo das secas, um contingente significativo de pessoas emigrou do “alto sertão” “causando danos irreparáveis à lavoura alheia”.⁵⁶ Isso explica o fato das notícias da seca terem chegado primeiro de algumas regiões do Ceará, enquanto em outras o receio de uma estação difícil ainda não havia se concretizado totalmente, demonstrando que os seus efeitos não estavam restritos apenas aos locais onde não chovia.

Em setembro de 1877, já era grande o deslocamento de pessoas para a Meruoca. Naquela região teve inverno suficiente para produzir milho, feijão e mandioca, de modo que ainda existia “fartura” até aquela data, “se não fosse o grande número de emigrantes que de todas as partes estão afluindo para esta serra, por certo aqui não morreria de fome pessoa alguma”.⁵⁷ O deslocamento populacional em direção às regiões menos atingidas em busca de sobrevivência, afetava significativamente os locais para onde se dirigiam, vista a limitada quantidade de alimentos que possuíam naquele momento, além da proliferação e doenças, como ocorreu com os surtos de varíola em Fortaleza após a afluência da população do interior para a capital.

⁵⁵ NEVES, 2000 B, p. 84.

⁵⁶ Fala de que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 21.

⁵⁷ SECCA, *Cearense*, n.º 84, p. 02, ano XXXI, 02 out. 1877.

Se no dia 20 de abril de 1877, os dados pluviométricos já alertavam para a “diferença espantosa” da existência de chuvas em relação aos anos anteriores, no mês seguinte, as páginas dos jornais destacavam a situação da seca em várias localidades; as “correspondências do interior” iam de localidades como Sant’Ana, Boa Esperança, Sobral, Icó, Limoeiro, Cachoeira e Pereiro. De todas as regiões, os relatos eram quase os mesmos: não chovia, morriam pessoas e animais, a fome, a migração era intensa, e os alimentos que ainda existiam custavam valores exorbitantes. Em agosto do mesmo ano de Brejo-Seco, anunciava que “os socorros não têm produzido efeito; porque não tem chegado e os que acabaram de vir daí, o portador não quer entregar por falta de pagamento de frete”. No mês seguinte, relatava-se a morte por inanição entre os velhos e crianças em Quixeramobim.⁵⁸

Em junho, uma correspondência enviada de Saboeiro, relatava a ameaça da fome, que já rondava até mesmo os mais abastados. A população desfavorecida já morria de fome: nem sequer as raízes de mucunã e o pau do mocó encontravam para comer. Diante desse cenário, defendia o autor do texto, que aparentemente não era pobre: “o único recurso que nos resta é a emigração enquanto o trânsito não se intercepta de todo pela falta de água e pastagem. Nessa situação, acham-se muitas pessoas importantes desta vila. Vão procurar abrigo no Piauí, a fim de escaparem com suas famílias dos horrores que os aguardam”.⁵⁹

O fluxo migratório ocorria em vários sentidos, saindo principalmente do centro da província, ia em direção às serras, à Fortaleza e também às províncias vizinhas, como o Piauí. Pelo mapa da distribuição dos socorros, em junho de 1877, é possível identificar algumas das freguesias mais atingidas: entre as citadas estavam Jaguaribe-Mirim, Pacatuba, Riacho do Sangue, Maranguape, Tamboril, Maria Pereira, Acarape, Aracati-Assú, Soure, Mecejana, S. Benedito, Arroches, Boa Viagem, Trairi e Palma, além de outras citadas anteriormente.⁶⁰

No mês de outubro, o *Cearense* publicou o poema “A fome no Ceará”. Nele, o autor descrevia a situação em que se encontrava a natureza, as dificuldades sofridas pelos animais, e os sofrimentos humanos. Seca, fome e morte formavam os eixos que davam forma aos versos:

Lançai o olhar em torno;
 Arte a terra abrasada
 Debaixo da candente abobada de um forno.
 Já não chorosa sobre ela orvalha a madrugada;
 Secaram-se de todo as lágrimas das fontes.
 (...)
 As árvores antigas
 Levantam para o ar atléticas mendigas,

⁵⁸ CORRESPONDÊNCIA DO INTERIOR, *Cearense*, n.º 78, p. 02 ano XXXI, 14 set. 1877.

⁵⁹ SECCA, *Cearense*, n.º 56, p. 02, ano XXXI, 05 jul. 1877.

⁶⁰ SOCORROS AS VÍTIMAS DA SECA. *Cearense*, n.º 61, p. 03, ano XXXI, 22 jun. 1877.

Fantasma espertos, os grandes braços nus.

Na deserta amplidão dos campos luminosos
 Mugem sinistramente os grandes bois sequiosos,
 As aves caem já, sem se suster nas asas.
 E, exaurindo lhe a força enorme que ela encerra,
 O sol aplica a terra
 Um caustico de brasas
 (...)
 E por sobre esta imensa, atroz, calamidade;
 Sobre a fome, o extermínio, a viuvez, a orfandade;
 Sobre os filhos sem mãe e os braços sem amor,
 Pirão sinistramente, em bandos açougueiros
 Os abutres, que são as covas e os coveiros
 Dos que nem terra tem pra dormir, Senhor!
 (...).⁶¹

As palavras usadas por aqueles que presenciaram e/ou vivenciaram e publicaram em jornais e pela literatura para descrever as cenas da seca, revelam um ambiente marcado por um rompimento não só da produção econômica e pela presença da fome, mas por um “desajuste” nos padrões sociais de efeitos psicológicos tanto para quem presenciava, como para quem era atingido diretamente pelas consequências das secas: “as epidemias, crimes, desacatos à recatada moral das famílias provincianas, tragédias indiscutíveis se desenvolveram à vista de todos: assassinatos, suicídios, saques, loucura, antropofagia! A ordem do mundo parecia ter perdido suas referências...”.⁶²

De Saboeiro, não se relatava somente a fome, mas também a nudez; as moças andavam “cobertas de andrajos, apenas” e alguns já não saiam de casa, visto o seu estado de exposição.⁶³ Além de comida, necessitava-se também de roupas, pois a exibição dos corpos desnudos causava espanto àqueles que buscavam preservar os preceitos morais na sociedade. Todas essas cenas provocavam impacto não só fora do Ceará, mas também obviamente na população da província, provocando um impacto que marcou “profundamente a cultura local”, gerando mudanças substanciais “nas estruturas de sentimentos com relação à pobreza, às migrações, à caridade, ao trabalho e às responsabilidades sociais perante os pobres”.⁶⁴

No interior, a falta de legumes fez subir o preço dos alimentos. Em Inhamuns, em maio de 1877, até mesmo os “chamados abastados” lutavam com “as maiores dificuldades pela falta de gêneros alimentícios”,⁶⁵ que quando disponibilizados no mercado, possuíam

⁶¹ JUNQUEIRO, Guerra. *Cearense*, n.º 87, p. 04, ano XXXII, 14 out. 1877.

⁶² NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Rev. Bras. de História*, São Paulo, v. 15, n.º 29, pp. 93-122, 1995, p. 94.

⁶³ SECCA, *Cearense*, n.º 56, p. 02, ano XXXI, 05 jul. 1877.

⁶⁴ NEVES, 2000 B, p. 84.

⁶⁵ SECCA. *Cearense*, n.º 52, p. 02, ano XXXI, 21 jun. 1877.

“preços fabulosos”. De Tauá, relatava-se: “aqui (...) não há nem arroz pra uma sopa”.⁶⁶ Na impossibilidade de conseguir alimento, apelou-se para o roubo e o saque: “o assalto à propriedade tornaram-se da maior frequência, indo esses infelizes buscar a propriedade particular, aliás já tão deteriorada o que não podia haver em outra parte, aumentando assim a miséria geral”, disse o deputado Rodrigues Júnior, na Assembleia-geral de julho de 1879.⁶⁷

Nota-se que as falas que aparecem nos jornais são quase sempre narradas por pessoas que observaram a realidade vigente e, direta ou indiretamente, também eram afetadas por ela. “No contexto de uma crise sem precedentes, *percebe-se o rápido empobrecimento de grande parte da população, incluindo homens de posses da cidade e do campo*”.⁶⁸ A seca atingia ricos e pobres, mas as suas consequências chegaram até os ricos também por meio dos pobres, quando estes roubaram a sua propriedade, por exemplo, seja invadindo os depósitos, armazéns, ou matando o gado para se alimentar.

De Tamboril, ainda em junho de 1877, denunciava-se: “o povo faminto mata o gado alheio como mata veado e tatus, nada respeitam e ameaçam o público de um saque geral”.⁶⁹ Na análise de Frederico de Castro Neves, essas ações da população são interpretadas como um pedido de socorro, diante da ameaça da sobrevivência, uma forma de reagir às forças e ao poder dominantes.⁷⁰ Para esses casos, reclamava-se a proteção policial. Do povoado Remédio, comarca de Sobral, relatava-se a necessidade urgente da autoridade policial: “o crime de furto de gado lanígero é quotidiano; o escárnio às nossas leis, com eminente ameaça da segurança individual sobe ao maior auge (...)”.⁷¹ Em fala à Assembleia Legislativa, o presidente Cavalcanti Pessoa admitiu ser insuficiente a força policial existente para reprimir o crime e manter a ordem pública.⁷² Somado a isso, a seca afetou diretamente as possibilidades da ação da polícia em muitos pontos do Ceará.

Nesse cenário, “o interior da província ficou entregue aos bandos de criminosos que agiam impunemente, disputando entre si as melhores áreas de pilhagem. As vilas do interior (...) eram presas fáceis para os bandidos armados. As carroças de mantimentos (...) eram assaltadas com frequência”;⁷³ utilizando o pretexto da fome, os crimes de furto e roubo foram se expandindo “especialmente nas comarcas do sertão, onde os meios de viver *eram* mais

⁶⁶ EFEITOS DA SECCA. *Cearense*, n.º 83, ano XXXI 30 set. 1877.

⁶⁷ RODRIGUES JUNIOR. *Cearense*, n.º 92, p. 03, ano XXXIII, 27 ago. 1879.

⁶⁸ NEVES, 2000 A, p. 36.

⁶⁹ SECCA. *Cearense*, n.º 52, p. 02, ano XXXI, 21 jun. 1877.

⁷⁰ NEVES, 2000 A.

⁷¹ EFEITOS DA SECCA. *Cearense*, n.º 83, ano XXXI 30 set. 1877.

⁷² Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877.

⁷³ NEVES, 2000 B, p. 83.

escassos e mais fácil o emprego da violência”. As dificuldades de perseguir os criminosos, pela falta de contingente policial e pelas dificuldades de locomoção, faziam com que até assassinatos fossem comuns, não havendo punição para os seus atores, “visto a sua segurança achar-se na própria calamidade que *afligia* a sociedade”.⁷⁴

Em 1889, as narrativas desoladoras de fome, morte e crimes se repetiam nos jornais da capital, indo de diferentes municípios cearenses. Em fevereiro daquele ano, o jornal *Gazeta do Norte* descreveu o estado “desolador” da comarca de Ipu:

A lavoura está aniquilada, a indústria pastoril extinta. (...) os roçados de mandioca estão acabados. (...) o furto já se vai desenvolvendo em grande escala e as autoridades não dispõem de forças suficientes para o reprimir” (...) aqui chegam todos os dias retirantes do alto sertão, a morrerem de fome e aqui ficam esmolando pelas ruas. A epidemia do sarampo está fazendo muitas vítimas.⁷⁵

Em setembro de 1889, o presidente Henrique D’ávila, contabilizava exceder em trezentos mil o número de famintos no Ceará. “As classes pobres achavam-se a braço com a penúria, os lavradores e criadores com suas indústrias profundamente comprometidas, e privados eles mesmos dos meios de subsistência. Ao jornaleiro escasseava o trabalho”,⁷⁶ indústrias e o comércio estavam seriamente afetados. Em 1888, atacando a seca, “de preferência as zonas agrícolas, destruiu dois terços de toda a produção de gêneros alimentícios”. Antes do fim daquele ano, toda a população cearense, com exceção do Cariri, ao sul, já necessitava importar alimentos a preços extremamente altos para sobrevivência.⁷⁷

Naquele ano, para Sobral, onde se realizava a construção do prolongamento de uma via férrea em direção a Ipu, convergiu um grande volume de pessoas, atraídos pelos anúncios do aumento de trabalho no local, morrendo gente a fome, encontrando-se o lugar em “estado mais crítico e calamitoso”.⁷⁸ No mês de julho daquele mesmo ano, já se contabilizava a perda populacional da província: de setembro de 1888 até 1º de julho de 1889, havia emigrado 34.259 pessoas para o Norte e para o Sul do Brasil, sendo deste número 22.248 para o Norte, e o restante seguiu o curso das províncias do Sul. Obviamente essa soma não dava conta de

⁷⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província no dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878, p. 03.

⁷⁵ É DESOLADOR O ESTADO (...). *Gazeta do Norte*, n.º 55, p. 01, ano IX, 11 mar. 1889.

⁷⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 97.

⁷⁷ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 100.

⁷⁸ MORTOS A FOME, *Cearense*, n.º 61, p. 01, ano XLIII, 16 mar. 1889.

incluir as migrações realizadas por terra, a pé em direção às províncias fronteiriças com o Ceará. A mortalidade também era contada em números altos: acreditava ter morrido cerca de 27 mil pessoas naquele espaço de tempo, o correspondente a 3% da população cearense.⁷⁹

Provocada em grande medida pela inanição, devido à falta de nutrição alimentar, a morte da população cearense também era motivada pelas epidemias que afetavam tanto a capital como as diferentes comarcas do interior. Acometendo a população desde março de 1877, as epidemias faziam-se companheiras da seca na dizimação da população. Em setembro de 1877, relatava-se o avanço das “febres de mau caráter”;⁸⁰ em Baturité, a “febre remitente biliosa”, atacava de “preferência os retirantes”. Os mais de 800 doentes naquele lugar apresentavam principalmente sintomas de febre e disenterias.⁸¹

O fluxo intenso de pessoas do interior da província em direção a capital contribuiu para a “propagação de uma fulminante epidemia de varíola, vitimando mais de metade dos 100 mil retirantes amontoados em abarracamentos providenciados pelo governo na periferia de Fortaleza. (...) O auge daquele teatro de horrores foi o 10 de dezembro de 1878”, quando 1.004 pessoas foram vitimadas pela doença.⁸² Além da varíola, as diarreias, disenterias graves, o beribéri, de forma edematosa e mista, e o sarampo, provocaram a morte de milhares de pessoas no Ceará.⁸³ Em 1888, o estado sanitário da província era definido pela presença de doenças como sarampo, febres intermitentes e febres palustres.⁸⁴

Seja para a fome, para as doenças, ou para as migrações, a perda humana gerava intensos prejuízos para o Ceará, que após a passagem das secas, tinha o seu contingente

⁷⁹ EMIGRAÇÃO. *Gazeta do Norte*, n.º 148, p. 02, ano X, 10 jul. 1889.

⁸⁰ Além de febres de mau-caráter, também eram chamadas por outras denominações como febres intermitentes, febre-amarela, e tifo.

⁸¹ EPIDEMIAS EM BATURITÉ e PESTE E FOME. *Cearense*, n.º 100, p. 03, ano XXXII, 29 nov. 1877. Sobre as epidemias de cólera e varíola no Cariri cearense na segunda metade do século XIX, ver: REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Cólera, varíola e fome no interior da província do Ceará: as crises sociais no Cariri do século XIX. *Revista Historiar*, vol. 9, n.º 16, jan./jun. de 2017.

⁸² PONTE, Sebastião Rogério. *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 167.

⁸³ Relatório do presidente da junta de higiene sobre o estado sanitário durante o ano de 1878. In: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1879.

⁸⁴ Extrato dos relatórios anuais apresentados pelos inspetores de higiene provinciais. In: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

Embora tenha havido uma expansão significativa das epidemias quando conjugadas com as secas, as mortes por doenças como a varíola e o sarampo eram presentes no Ceará. Dados recolhidos na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, publicados no jornal *Gazeta do Norte*, indicam o pico de mortes em 1878, com 57.760 mortes. Em 1888, quando já estava anunciada uma nova seca, morreram aproximadamente 1.483 pessoas. As vidas perdidas nos demais períodos foram: 1874 – 970, 1875 – 725, 1876 – 811, 1877 – 2.003, 1879 – 6.822, 1880 – 1793, 1881 – 1065, 1882 – 914, 1883 – 969, 1884 e 1885 – 1.030, 1886 – 942 e 1887 – 921. A MORTANDADE (...). *Gazeta do Norte*, n.º 20, p. 02, ano IX, 24 jan. 1889.

populacional diminuído, e conseqüentemente menor mão de obra disponível para a retomada da economia, duramente afetada pela falta de chuvas. Em fala à Assembleia Legislativa em 1878, o presidente Cavalcanti Pessoa reportou-se à chegada da seca como um momento de interrupção da prosperidade: “A província (...) descansava tranquila em seus recursos naturais, e tinha posto no seu futuro toda confiança do seu progresso e desenvolvimento”, provocando o decréscimo das rendas, e comprometendo as finanças públicas.⁸⁵

Com a economia alicerçada na agricultura e na pecuária, durante os anos que se estendiam as secas, esses setores tornavam-se quase improdutivos. As sementes não germinavam e o gado reduzia fortemente, pois grande parte não resistia aos meses de fome e sede. Segundo o presidente Albuquerque Barros, entre 1877 e 1878, foi extinto aproximadamente 70% do gado cearense. Atribuía esse decréscimo à forma primitiva como os animais eram criados e a maneira com que se cultivava no Ceará,⁸⁶ contribuindo a seca para agravar um problema que já era presente. Atrelado a esses setores econômicos, o comércio também era duramente prejudicado. Evidentemente, ao falar das conseqüências das secas para a economia cearense, é necessário remeter às características que eram intrínsecas ao seu conjunto econômico na segunda metade do século XIX.

De tudo que expus no capítulo anterior, pode-se compreender que suas bases eram relativamente frágeis. A produção para consumo local e o comércio eram limitadas em muitas regiões do Ceará; a agricultura para exportação, ainda praticada sem o completo uso das técnicas científicas, era dependente das oscilações do comércio externo; a indústria e a circulação de dinheiro eram restritas, restando apenas a uma grande massa de pessoas que viviam no campo, sujeitar-se ao domínio da elite local, oferecendo-lhe a sua mão de obra por pequenos pagamentos, cuidando do rebanho em troca de algumas crias, ou produzindo nas terras dos membros do grupo dominante, dando-lhes, em contrapartida, parte da produção.

Se a seca agiu de forma avassaladora contra a economia cearense, em grande parte teve contributo da própria estrutura social e política em que ela se fincava. A fome generalizada pela falta de cereais foi o resultado do processo histórico de ocupação da terra e da forma como os meios de produção e a força de trabalho foram conduzidos. Nos meses sem chuvas, com a economia paralisada, os governos locais instituíram os Socorros Públicos como alternativa para evitar que as mortes e as migrações fossem ainda mais intensas.

⁸⁵ Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877, p. 03.

⁸⁶ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879.

Os Socorros Públicos eram permitidos pela Constituição brasileira de 1824.⁸⁷ Ao longo do tempo foram ativados em situações calamitosas para auxiliar a população, sendo amplamente utilizados nas províncias do Norte durante as secas periódicas que atingiram a região no decorrer do período monárquico. Essa era uma garantia constitucional desde que o município ou a província não tivessem mais recursos para sustentar as suas necessidades imediatas, como explicou o ministro Antonio Ferreira Viana:

A simples natureza da calamidade pública não exime a província nem o município (...) de fazerem despesas para deliberá-la, mas determina somente que, não havendo outros recursos, sejam a província e o município socorridos pelo Estado, A Constituição garante os socorros públicos, isto é, afiança, *responsabiliza-se* por esses socorros, isto é, os presta quando houver necessidade de ser a medida dessa ordem lançada à conta do Estado.⁸⁸

Assim procedeu o Ceará em 1888: antes de apelar para os recursos do Império, “recorreu aos saldos que dispunha. Na seca anterior, em 1877, após tomar consciência da gravidade da situação que se instalava na província, o presidente Caetano Estellita, nomeou as Comissões de Socorros para os locais que relatavam serem os primeiros afetados, como Imperatriz, Santa Quitéria, Lavras e Telha. As comissões eram compostas por ‘pessoas do maior critério e consideração das localidades’ que faziam a função de intermediar as necessidades do povo com a administração provincial”.⁸⁹ Em maio, “a presidência nomeou uma comissão no Crato, composta do juiz de direito interino, promotor público, do Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno Junior”, e outras pessoas notáveis, “para distribuir socorros aos indigentes, vítimas da seca naquela cidade”, enviando para lá 1:500\$000, para Milagres e Cachoeira, 1:00\$000.⁹⁰

Em junho, por meio da Lei 2.726, o governo imperial abriu um crédito de 2.000:000\$, destinando parte desse valor às províncias do Norte. Ao Ceará, foi enviada a quantia de 561:797\$040, o maior valor entre todas as províncias; para o Piauí foi destinado apenas 50:000\$000.⁹¹ Além dos recursos remetidos pelo governo imperial, o Ceará recebeu, ao longo dos três anos de seca, muitas doações de particulares, associações e entidades que enviavam

⁸⁷ Ver: CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (de 25 de março de 1824), Artigo 179, parágrafo XXXI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso: 21 ago. 2020.

⁸⁸ Relatório apresentado Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 99.

⁸⁹ Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877, 20.

⁹⁰ COMISSÃO DE SOCORROS. *Cearense*, n.º 41, p. 02, ano XXXI, 13 mai. 1877.

⁹¹ SECCA NO NORTE. *Cearense*, n.º 100, p. 03, ano XXXII, 29 nov. 1877.

tanto dinheiro como alimentos. Em maio e junho de 1877, a província recebeu donativos de várias partes do Brasil. As somas foram emitidas pelo major Capote, do Rio de Janeiro, D. Joaquim, arcebispo da Bahia, e por Silvério Gomes, vigário de Mariana, Minas Gerais, somou 3.853:000, e foram distribuídas para 19 freguesias e uma povoação.⁹²

Além de dinheiro, os vapores chegavam ao Ceará levando donativos de outras províncias em forma de alimentos, como farinha, milho, feijão e carne seca. Muito frequentes também eram os “socorros maçônicos”. Lojas provenientes de diversas províncias, como São Paulo e Rio Grande do Sul, comumente enviavam valores para serem distribuídos para as Comissões de Socorros cearenses. Várias eram as atividades realizadas com a finalidade de somar recursos para serem mandados ao Ceará. Além das apresentações artísticas que aparecem no tópico anterior, um leilão realizado nos salões do Club XV, em Santos, teve produto final de 5:000\$000, surpreendentemente, umas das prendas foi um copo com água, leilado por 10\$000.⁹³

Como é perceptível, a divulgação das cenas de morte e horror era capaz de comover pessoas de diferentes regiões do país, que se solidarizavam com as dificuldades de sobrevivência que a população cearense enfrentava naquela quadra. Porém, mesmo com todos os esforços públicos, de instituições privadas e de particulares, os recursos que chegavam ao destino final nem sempre eram suficientes. Em agosto, o jornal *Cearense*, opositor ao governo, baseado na informação de uma “pessoa circumspecta” afirmou que os 600\$ enviados para Assaré, para ser distribuído entre os inválidos, foi insuficiente, se distribuído para todos os que tinham fome, seria suficiente apenas para seis dias.⁹⁴ Em 1879, o deputado Rodrigues Junior, foi taxativo em afirmar que “foi justamente pela falta ou insuficiência de socorros que morreram centenas e centenas de indivíduos a fome dos fins do ano de 1877 a princípios de 1878”;⁹⁵ isso favorecia o banditismo e aumento da migração.

Além de insuficiente para a tamanha demanda de pessoas que necessitavam dos socorros, eram constantes as acusações de desvios dos recursos destinados a essa finalidade: de Telha, em maio de 1877, já eram feitas denúncias do “do mau uso” dos recursos enviados para a Comissão de Socorros;⁹⁶ o jornal *O Retirante*, constantemente fazia acusações em suas edições, “dizendo e provando” que “em muitas localidades as comissões de socorros só tratam

⁹² SOCORROS ÀS VÍTIMAS DA SECA. *Cearense*, n.º 61, p. 03, ano XXXI, 22 jun. 1877.

⁹³ SOCORROS MAÇÔNICOS, IMPORTANTE DONATIVO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA AS VÍTIMAS DA SECA, E PARA OS FLAGELADOS DA SECA. In: *Cearense*, suplemento ao número 83, p. 02, ano XXXI, 03 out. 1877.

⁹⁴ ASSARÉ. *Cearense*, n.º 78, p. 02, ano XXXI, 14 set. 1887.

⁹⁵ RODRIGUES JUNIOR. *Cearense*, n.º 92, p. 03, ano XXXIII, 27 ago. 1879.

⁹⁶ TELHA. *Cearense*, n.º 61, p. 03, ano XXXI, 22 jun. 1877.

de socorrer a si mesmas, parentes, protegidos e protegidas; como consta ter acontecido em Icó e Quixeramobim, onde a miséria recebeu seu quinhão em insultos e descomposturas!”⁹⁷

Existiam duas formas principais de conceder os socorros: entregando diretamente gêneros alimentares ou dinheiro à pessoa necessitada, o socorro direto; ou empregando aqueles hábeis para o trabalho em obras públicas, o socorro indireto. Com relação à distribuição de alimentos, muitas eram as dificuldades do governo provincial de enviar os mantimentos, contavam contra isso as péssimas estradas que dificultavam o acesso, o alto preço dos fretes, além dos constantes assaltos.

Como relatou o presidente Albuquerque Barros, a partir de dezembro de 1877, escassearam-se completamente os transportes, “alguns que conseguiram para diversas localidades do interior, custavam o triplo e o quádruplo do preço dos alimentos. Em vários lugares empregavam-se homens em puxar 20 a 30 léguas de distância os carros que transportavam os gêneros destinados aos Socorros Públicos”⁹⁸ Por essas dificuldades, as comarcas do alto sertão e muitas outras mais ao centro, por um bom tempo não foram auxiliadas com gêneros, sofrendo maiores privações que outras localidades.⁹⁹

Dadas essas limitações, o presidente da província do Ceará, Ferreira de Aguiar, admitiu que “por maiores que fossem os esforços do governo em fazer chegar a todos os pontos da província os socorros públicos, (...) não era possível que em uma tão grande população, disseminada por tão vasto território”, admitia terem muitos sucumbindo pela falta de alimentação.¹⁰⁰ Essa mesma conformação foi relatada pelo Ministério do Império, ao referir-se a seca de 1888-1889: usando a argumentação de que os resultados colhidos pela ação governamental nesse último episódio eram superiores aos da seca anterior, reconheceu que “apesar de todos os sacrifícios, apesar de toda a solícitude, jamais conseguirá prevenir todos os males de variadíssima feição e de extensão e intensidade incalculáveis”¹⁰¹

Em relação aos socorros indiretos, o governo buscou ocupar a população em condições de executar trabalho na construção de obras públicas, como o prolongamento da

⁹⁷ DESHONRA EM TROCA DE ESMOLAS. *O Retirante*, n.º 08, p. 02, ano I, 12 ago. 1877.

⁹⁸ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 41.

⁹⁹ Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877.

¹⁰⁰ Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província no dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878, p. 12.

¹⁰¹ Relatório apresentado Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 116.

estrada de ferro de Baturité em 1878, que chegou a ocupar cerca de trinta mil pessoas, incluindo mulheres e crianças, além de outras obras públicas, como construção de estradas, açudes e igrejas.¹⁰² O objetivo era selecionar todos aqueles considerados “válidos” para o trabalho, em localidades no interior da província ou no litoral, como uma forma de retribuição com a prestação do trabalho, aos socorros recebidos. Somente crianças “de tenra idade”, idosos, “doentes e famintos inválidos”, ganhariam os socorros gratuitamente. Aproveitando a mão de obra de milhares de pessoas desempregadas, que se viam sem condições de desempenharem suas tarefas habituais, “as secas eram (...) momentos privilegiados para que as frações da elite mais afinadas com os interesses modernizadores (...) fizessem implantar seus projetos reformadores (que vinculavam à ideia de progresso)”.¹⁰³

É importante destacar que “a política de socorrer os retirantes com trabalho assalariado era informada e reforçada pela ideologia liberal prevalecente, que acreditava que a distribuição gratuita de comida e roupas terminaria por fomentar os considerados “vícios da vadiagem”, permitindo que muitos sertanejos tendessem a mendicância e/ou a práticas consideradas criminosas ou imorais”,¹⁰⁴ como justificou o presidente Caetano Estellita: “a conveniência de ocupar as classes laboriosas que a seca reduzia inativas, despertou o pensamento fecundo de tornar produtivos os gastos a fazer com a assistência pública”, conciliando a “necessidade moral do trabalho, que aproveitando tantos braços vadios, distraia-os da ociosidade, elemento criador dos vícios e perversão dos sentimentos humanos”.¹⁰⁵

Seguindo esse pensamento, o presidente Albuquerque Barros, teceu muitas críticas à distribuição dos Socorros Públicos na forma direta. Para ele, “o simples alimento dado ao faminto, a ração de carne e farinha, para manter-lhe o atento vital, não passa de um paliativo ineficaz e igualmente nocivo ao Estado e às vítimas do flagelo, porque não impede o progresso da miséria”. Alimentar os famintos sem lhes dar ocupação, era alimentar a condição da vadiagem, uma das “misérias mais lamentáveis que a fome e a morte”.¹⁰⁶ De forma direta, ou indireta, os socorros chegavam a todos aqueles que necessitavam. Se havia parcela do

¹⁰² CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

¹⁰³ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n.º 15, janeiro-junho de 2016, p. 149-164, p. 152.

¹⁰⁴ CÂNDIDO, 2016, p. 152.

¹⁰⁵ Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877, p. 22.

¹⁰⁶ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 23.

grupo político cearense que reprovava a distribuição de gêneros alimentícios e dinheiro para a população que sofria de fome, o emprego dessas pessoas nas obras públicas também era motivo de debate, pois se sabia que não havia posto de trabalho para todos os que se dirigiam às grandes obras, como o prolongamento da estrada de Baturité. De Santa Quitéria, em 1877, o Dr. Paula Pessoa Filho, ao defender a emigração cearense para o vale do Amazonas, questionou: “Não creia que o serviço que a obra pública possa oferecer ao nosso desgraçado povo seja suficiente. Já estão reduzidas à miséria não menos de 200 mil almas. Acredita que o Estado quererá sustentar toda essa população com serviço suficiente?”.¹⁰⁷

Em 1888, com a renovação da seca, novamente o poder provincial buscou ocupar a população que se deslocava nas obras públicas; desde 1877, tinha-se em mente que entre os meios de evitar os efeitos devastadores das secas “era construindo estradas de ferro e reservatórios de água para irrigação”.¹⁰⁸ Com o efeito dessa empresa, aceleraram-se as obras das estradas de Baturité e Sobral, além dos trabalhos da construção do açude de Quixadá. Em 1889, o Ministério do Império admitiu as falhas existentes na aplicação desse tipo de socorro: além de atingir um público relativamente pequeno em relação à população total da província, muitas obras estavam paralisadas ou não ocupavam a quantidade de pessoas suficientes dentro da sua demanda.

Nesses trabalhos, quando conduzidos de acordo com as circunstâncias, o que não tem sido, seriam empregadas, quando muito, 4.000 pessoas em Baturité, 4.000 em Sobral, 2.000 em Quixadá, 1.000 em poços artesianos – a – saber 11.000 pessoas, isto é, considerando-se cada trabalhador representando uma família, o máximo de 70.000. Acresce que, quanto a Baturité, apenas trabalham 1.500; quanto a Sobral e Quixadá, (...) não começarão os trabalhos, e, quanto aos poços artesianos, facto problemático. Com relação aos demais habitantes, admitida a resistência anormal ao flagelo de um terço ou 150.003, teríamos, pelo menos, 300.000 obrigados a emigrar irremediavelmente, dentro de algumas semanas, sob pena de morrer.¹⁰⁹

Nesses termos, a emigração do cearense, mesmo que comprometesse o futuro da província, pela “perda de braços”, sendo “contrária a economia política” local, era, basicamente, a última alternativa para muitos homens e mulheres. Além das províncias da Amazônia e as produtoras de café no Sul, que embora fossem mais atrativas aos cearenses, havia a necessidade de se direcionar do interior da província até o litoral e conseguir uma

¹⁰⁷ SANTA QUITÉRIA. *Cearense*, n.º 59, p. 03, ano XXXI, 15 jul. 1877.

¹⁰⁸ Fala com que o Exmo. Sr. Senador Henrique Francisco D’ávila, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de julho de 1889. Fortaleza, Typographia da Gazeta do Norte, 1889, p. 04.

¹⁰⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 103.

passagem para embarcar para esses locais. Para muitos, principalmente aqueles mais próximos às serras que limitam com o Piauí, a alternativa foi cruzar a fronteira em direção à província vizinha, seja com a intenção de nela se estabelecer por algum tempo, ou seguir caminho a pé em direção ao Maranhão. Chegando a diferentes pontos do Piauí, esses cearenses quase sempre se deparavam com realidades parecidas com aquelas que já vivenciavam no Ceará, visto que em intensidades diferentes, a seca também atingia essa província.

03 As secas no Piauí: incidências, epidemias, verbas públicas e os registros na memória

As análises historiográficas e as narrativas literárias acerca da incidência das secas no Piauí, em especial no século XIX, comparadas com a produção existente sobre esse fenômeno no Ceará e em outras províncias do Norte, faz com que haja uma relativa invisibilidade ou subestimação em relação à intensidade com que as secas assolaram o território piauiense na segunda metade do referido século. Entre os poucos trabalhos diretamente dedicados a essa temática na produção historiográfica piauiense, posso citar o livro *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*, Maria Mafalda Balduino de Araújo, de 1991,¹¹⁰ fruto da sua dissertação, defendida na década de 1980, que enfocou os impactos da seca sobre na província do Piauí, e a forma como o Estado gerenciou os seus efeitos nos anos de 1877 a 1879.

Nesse contexto, a autora indicou a presença dos migrantes cearenses em Teresina, identificando na pesquisa que uma das principais consequências do fenômeno foi o choque sofrido pelo setor pecuário, principal fonte de renda do Piauí, ocasionando, assim, grandes problemas de ordem econômica e social para a população. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina: 1877-1914*,¹¹¹ da mesma autora, publicado pela primeira vez em 1995, tem como cenário a capital do Piauí, onde o progresso e a pobreza se contrapõem em meio à luta pela sobrevivência de pobres e imigrantes.

Outro trabalho importante que também enfoca o tema aqui proposto é o livro *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*, que teve sua segunda edição

¹¹⁰ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Universidade Federal do Piauí e Academia Piauiense de Letras, 1991.

¹¹¹ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

publicada em 1987, de autoria de Manoel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges.¹¹² Nele, os autores analisam a ocorrência das secas no Piauí, fazendo uso de uma abordagem ampla, em um recorte que vai desde o século XIX, até a segunda metade do século XX, defendendo que a seca apresenta-se mais fortemente como impulsionadora dos problemas econômicos do Piauí, a partir das últimas décadas do século XIX.

Há também vários trabalhos, não menos importantes na historiografia local, como dissertações, teses e artigos, que de algum modo, à medida que desenvolvem as análises a que se destinam, atravessam a temática da seca e das migrações; menciono como um exemplo dessa produção, a tese de Francisco Gleison da Costa Monteiro.¹¹³ Não posso deixar de citar também um pequeno texto de aproximadamente duas páginas, escrito por Monsenhor Chaves, chamado *Seca de 1877*, que faz parte do importante acervo deixado por esse pesquisador acerca da história do Piauí. Apesar de ser um texto diminuto, possui valiosa descrição sobre a seca e da chegada dos cearenses a Teresina na década de 1870.

Na literatura, talvez as duas obras mais marcantes e existentes, ambientadas no século XIX, que tem como cenário a seca no Piauí, seja *Ataliba, o vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco,¹¹⁴ e *Um manicaca*, de Abdias Neves.¹¹⁵ O primeiro, publicado em 1878, enquanto transcorria a seca nas províncias do Norte, narra o drama do vaqueiro Ataliba, responsável pela fazenda Morro, que no romance, ficava localizada em Marvão, atual Castelo do Piauí. Ataliba, junto aos outros personagens do romance, busca sobreviver ao acirramento da seca, vendo o gado morrer e a população migrar em busca de sobrevivência. O desfecho da narrativa em meio ao cenário seco é trágico, assim como ocorreu com muitos piauienses nessa época.

O segundo livro, lançado em 1909, foi o primeiro romance a ser publicado em território piauiense. Acossados pela seca, os personagens Pedro Gomes, a mulher e uma filha chamada Júlia, migrando em direção à Teresina, alcançam essa cidade em 1878, quando a capital vivia o período mais agudo em meio às consequências do fenômeno. Pode-se dizer que na obra, a seca é retratada “considerando as consequências humanas e sociais que acarreta”.¹¹⁶

¹¹² DOMINGOS NETO, Manuel e BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum*: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

¹¹³ MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2016.

¹¹⁴ CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

¹¹⁵ NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

¹¹⁶ SILVA, 2005, p. 139.

O cenário em que se desenvolvem as narrativas, a zona rural piauiense e Teresina, é importante para contextualizar os espaços em que a seca agia na natureza e nos sujeitos. Em *Ataliba, o vaqueiro*, o autor descreve a paisagem antes, durante a chegada e no percurso da seca, seguindo uma linha cronológica que provoca uma visualização sequencial dos fatos.

A fazenda Morro, no romance, situada na serra de mesmo nome, que se estendia do Piauí, confinando com o Ceará, era caracterizada por “campinas imensas, unidas como a face do oceano, (...) *tinha* solo coberto de uma grama virente e macia, que nutria grandes rebanhos por ali pastando a esmo”.¹¹⁷ Esse cenário fértil e próspero é irrompido com o anúncio da chegada da seca. Pouco tempo depois, “as campinas estavam tostadas como se acaso uma torrente de fogo as houvesse sapecado; as folhas enroscavam-se (...), as avezinhas abandonavam seus ninhos aos bandos (...), as águas decresciam e o gado, mugindo lugubrememente nos campos, tombava exangue”.¹¹⁸

Pode-se imaginar os sentimentos que essas cenas desoladoras provocavam no leitor da capital do Império, quando lá foi publicado em formato de folhetim, no jornal *Diário de Notícias*. Ao desenvolver a narrativa em uma fazenda, mostrando a sede e a morte das pessoas e do gado, Francisco Gil mirou na condição do piauiense pobre que vivia trabalhando ou como agregado nesses espaços, e também na pecuária, onde a seca provocou grandes impactos econômicos.

Saindo do campo literário e adentrando à realidade histórica, que certamente foi inspiração para a construção da narrativa de *Ataliba, o vaqueiro*, o cenário descrito pelos jornais piauienses na segunda metade do século XIX, já visualizam o Piauí esvaído pela paisagem seca, atribuindo à carestia dos alimentos, à fome, à morte dos animais e das pessoas, e à migração, como se fosse consequência puramente do fenômeno climático, que para alguns, era enviado como punição divina; explicação veiculada no jornal conservador *A Época*. Em nota publicada em 1878, o periódico afirmava que o “terrível flagelo” vivenciado pela província era resultado da ação da Divina Providência, que “costuma punir e castigar os transgressores de suas leis”.¹¹⁹ Em novembro do mesmo ano, um extenso artigo publicado na “Sessão Particular”, com o título “Secca”, enumerava o abrandamento dos costumes, a luxúria, a vaidade, a agiotagem, o abandono da igreja, a corrupção e a prostituição, como algumas das causas que motivaram os tempos difíceis (já esperados) “porque os decretos

¹¹⁷ CASTELO BRANCO, 2012, p. 57, *grifo meu*.

¹¹⁸ CASTELO BRANCO, 2012, p. 67.

¹¹⁹ SECA. *A Época*, nº 34, p. 02, ano I, 23 jul. 1878.

divinos são irrevogáveis”,¹²⁰ mostrando para o homem a sua pequenez, mandando a seca e a peste.¹²¹

Se no restante do país a imprensa teve papel importante para alarmar sobre a seca no Norte, especialmente a do Ceará, os periódicos piauienses também tomaram o tema como conteúdo quase fixo das suas matérias nos anos em que se estendia a falta de chuvas, embora no Piauí, assim como no Ceará, as cenas de sofrimento da população e a ruína da economia perante as dificuldades, fossem usadas com frequência para alimentar o discurso político contra o partido que estava no poder.

No Piauí, liberais e conservadores alternavam-se no executivo provincial durante o período imperial, e nos anos de seca, a cada momento que trocavam de posição, o teor e os sentidos que a existência da seca tomava em suas páginas eram modificados. Quero dizer com isso que as cenas dos desdobramentos da seca, eram expostas com mais intensidade pelo jornal opositor no momento, enquanto o que representava aquele que governava, relatava as ações com o uso do recurso público para amenizar as consequências do fenômeno. Nesse contexto, os jornais *A Época*, órgão do Partido Conservador, e *A Imprensa*, que representava os interesses do Partido Liberal, foram dois importantes veículos que levaram ao público a situação em que transcorria a seca no Piauí entre 1877 e 1879. Em 1889, além desses dois já citados, o jornal *A Phalange*, também atuou em prol da defesa dos interesses conservadores.

Por esse fato, ao tomar esses documentos como fonte histórica, é necessário compreender os discursos envolvidos nas tramas do poder local do ponto de vista de cada emissor. Esse debate será mais explorado quando a leva de migrantes cearenses chegou ao Piauí, intensificando os efeitos desse fenômeno, transformando definitivamente seca, de elemento climático, em elemento social e político, assunto que é objeto de análise no quarto capítulo.

Em maio de 1878, o jornal *A Época*, publicou um artigo em que descrevia a situação da população da província em meio à seca, ao mesmo tempo em que aproveitava para fazer sérias críticas aos representantes do Partido Liberal, que governava o Piauí naquele momento. Primeiramente, o texto apresenta um cenário desolador que tem como sujeitos participantes a população pobre e migrante, que não resistindo, morre, assim como os animais, ao longo dos caminhos, transformando-se em alimento para os urubus:

Há três anos suportamos os cruéis e agudos efeitos de uma seca devastadora, que (...) mirrou e dizimou mesmo – com a peste, fome, nudez e as fadigas de

¹²⁰ A SÊCCA. *A Época*, nº 33, p. 03-04, ano I, 16 nov. 1878.

¹²¹ O ÂNGULO DA MEDIDA. *A Época*, nº 73, p. 01, ano II, 23 ago. 1879.

duras peregrinações por longínquos desertos caminhos que só oferecem aos emigrantes o pasto apodrecido dos animais que também foram vítimas da fome e da seca. Por esses desertos abrasadores, vê o viandante ao lado do arcabouço do boi ou cavalo as ossadas do infeliz retirante, a quem o pobre animal serviu de veículo: todos reunidos servirão de pasto às aves carnívoras que se alimentam da podridão!¹²²

Em seguida, o jornal usa o contexto social descrito para tecer as suas críticas políticas: “Porém como um mal nunca vem só, como o castigo de Deus abrange grandes e pequenos, quis ainda a nossa mesquinha estrela que, após os rigores da seca, viessem os liberais!”. A ideia que o periódico busca imprimir é que as consequências da seca se agravaram após a chegada desse partido ao poder. Antes, quando a província ainda era administrada pelos conservadores, “as infelizes vítimas da seca eram pelos homens do governo decaído tratadas com magna solicitude. (...) Ainda não se morria de fome; todas as localidades estavam mais ou menos abastecidas de viveres e dinheiro”.¹²³

Com esse discurso, há de se considerar que as imagens transmitidas ao leitor pelos jornais, muitas vezes eram tendenciosas, visando atingir o grupo político contrário. Vê-se que em meio a fome e a miséria da população piauiense e migrante, os interesses de dominação da elite local, que inconformada quando era destronada do poder, estavam em jogo, fazendo da multidão vitimadas pela crise, massa de manobra nos discursos políticos. Assim, é de pensar o impacto que esses discursos provocavam na população da província, mesmo tratando-se de um universo em que a maioria das pessoas não dominava a linguagem escrita, o jornalismo foi um instrumento capaz de “gerar distinção, prezando o lugar e o papel do letrado como principal elaborador, difusor da civilização, do progresso, da “verdadeira” história política que se processou através das letras e prensas”.¹²⁴

Nesse contexto, a ação da imprensa usando a linguagem jornalística ou literária “foi entendida por letrados do século XIX como ação político-partidária capaz de interferir, transformar o universo iletrado do final desse século, mantendo-se os intelectuais, em posição sempre distinta e irredutível”.¹²⁵ Trocando acusações e insultos por meio das letras, quase sempre usando os pobres e migrantes como produto dessas digladiações públicas.

Assim, a forma como a seca era narrada para o público nos periódicos locais, não diferia muito do modelo de outras províncias; as dificuldades enfrentadas pela população

¹²² O SR. JOSÉ DE ARAUJO CONTINUA (...) *A Época*, nº 08, p. 02, ano I, 25 mai. 1878.

¹²³ O SR. JOSÉ DE ARAUJO CONTINUA (...) *A Época*, nº 08, p. 02, ano I, 25 mai. 1878.

¹²⁴ FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. 2004. 2006 f (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2004, p. 48.

¹²⁵ FERNANDES, 2004, p. 48.

local e os emigrantes eram usadas com finalidade para política, tanto em âmbito local, como em um contexto maior, em esfera nacional, pois aproveita-se o momento e os recursos dos socorros públicos para viabilizar muitos dos projetos defendidos pela elite política piauiense, como a construção de obras públicas, e o beneficiamento dos seus apadrinhados políticos; nesse contexto, se conclui que

a seca produz e projeta saberes e poderes. Desde a seca de 1877, esses saberes e poderes se dirigem à vida: à cidade como espaço de circulação da vida e dos elementos naturais que a afetam, e depois aos corpos dos vivos, dos desvalidos, fossem validos (aptos para o trabalho), fossem inválidos (destinados ao assistencialismo). Corpos primeiro retirantes, depois flagelados: superfície política onde se inscreve o governo, a todo momento, na gestão da fome e da peste.¹²⁶

É importante situar que as secas no Piauí eram bem menos frequentes,¹²⁷ pelo menos na intensidade, como ocorria no Ceará. A contar do período percorrido desde a última seca até 1877, compreende-se que esse era um tema novo para os jornais piauienses, que em muito relatavam apenas episódios de falta de chuvas em pontos localizados em algumas ocasiões.

De 1877 em diante, o cenário que se estabeleceu trouxe uma nova configuração narrativa em torno do fenômeno no Piauí, daí pode-se entender o porquê “a ‘seca’ piauiense não foi sempre a mesma ‘seca’ (...) revelada na literatura conhecida”.¹²⁸ Na tentativa de explicar a ausência de secas mais severas no Piauí ao longo da história, os autores Domingos Neto e Geraldo Almeida, atribuíram o fato a uma diferenciação que individualiza o Piauí em relação a outros estados da região, se comparados pelo quadro físico. Segundo eles, “os índices pluviométricos são bem mais favoráveis, as reservas subterrâneas na área sedimentar, significativamente mais importantes, e por fim, o território piauiense é profusamente bordado por importantes rios perenes”.¹²⁹

Se a ocorrência de secas no Piauí era um fato pouco conhecido como fenômeno climático, como problema social e político, também era algo que a população pobre e a elite

¹²⁶ MONTEBELLO, Natalia Monzón e SILVA Marcílio Medeiros. Retirantes flagelados no Ceará-da-seca: (bio)políticas populacionais na consolidação do Estado moderno. *Conhecer: debate entre o público e o privado* n.º 21, 2018, p. 62.

¹²⁷ Um dos episódios anteriores ao ano de 1877, foi a seca relatada pelo presidente da província do Piauí, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, no relatório de abril de 1861. Segundo ele: “Grandes secas, porém, assolaram todo o centro, e sul da província; muitas fortunas se arruinaram; a população miserável se reduziu a alimentação de raízes, e de folhas de árvores; e a fome (...) apareceu dura, e tremenda em diversas localidades. Em São Raimundo Nonato a população emigrou da villa em demanda para outros municípios. Em Oeiras, nos Picos, e sobretudo em Paranaguá, fez-se o flagelo sentir a perda, e terrivelmente. Conjurar os estragos do mal era do rigoroso dever da administração” (Relatório apresentado pelo Exm. Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Presidente da Província do Piauí, em 15 de abril de 1861. Typographia Conservadora. Teresina, 1861)

¹²⁸ DOMINGOS NETO e BORGES, 1987, p. 17.

¹²⁹ DOMINGOS NETO e BORGES, 1987, p. 17.

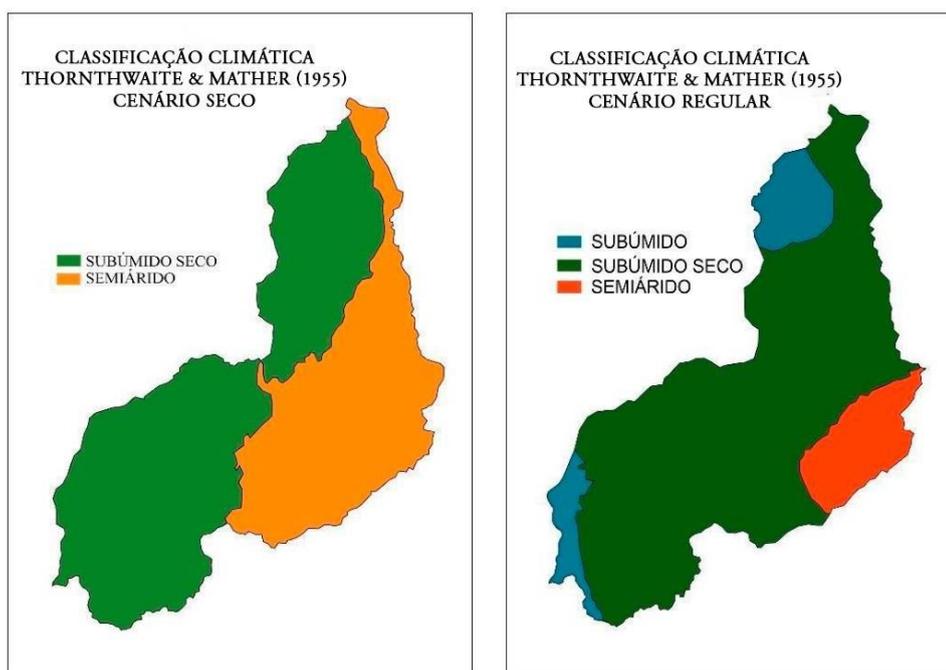
dominante ainda estava conhecendo de maneira mais direta. Mesmo com todos os rigores da seca de 1877, nem todas as comarcas do Piauí foram afetadas com a mesma intensidade, como ocorreu no Ceará. Principalmente as freguesias mais próximas à fronteira oriental, notadamente a do Ceará, e do centro da província, foram as mais atingidas pela falta de chuvas. Talvez, a distribuição dos tipos climáticos no território piauiense, ajude a entender o comportamento da distribuição das chuvas nessa região.

Pelos mapas abaixo, é possível identificar que há um encaminhamento da região mais seca para a mais úmida no sentido leste em direção a oeste, notadamente da serra da Ibiapaba, em direção à outra fronteira do Piauí com o estado do Maranhão, por meio do rio Parnaíba. Em cenário seco, toda a região fronteira com o Ceará e no centro-sul do Piauí, permanece o clima semiárido, o que pode ajudar a explicar que, com ausência de chuvas em épocas de seca extensas, essas fossem as regiões mais afetadas.¹³⁰ Nas outras regiões, na parte mais ocidental piauiense, prevalece o subúmido, ou o subúmido seco, dependendo do cenário, envolvendo boa parte da área de transição (conhecida atualmente como Meio-Norte) entre a região amazônica e o semiárido, portanto, menos afetada pelas secas acentuadas que atingem outras regiões vizinhas dessa parte do Brasil. Na análise de Odilon Nunes, o Piauí sempre apresentou maior queda pluviométrica do que a maioria dos estados vizinhos, “especialmente nas chapadas e matas em que por vezes as chuvas, mesmo em épocas de calamidades climáticas, sucedem-se de modo a salvar as pastagens, às vezes mesmo proporcionando colheitas compensadoras”.¹³¹

¹³⁰ Segundo Araújo (2011, p. 56), “esta distribuição se deve à localização do Piauí na área de encontro das massas de ar dos dois hemisférios, principalmente dos ventos alísios de nordeste e de sudeste”. ARAÚJO, José Luís Lopes (coord.). *Atlas escolar do Piauí* geo-histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2011.

¹³¹ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*, vol. 4. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p. 276.

Figura 07: Classificação climática do Piauí no cenário “Seco” e “Regular”



Fonte: Elaborado a partir de: ANDRADE JÚNIOR, Anderson Soares, *et al.* *Classificação Climática do Estado do Piauí*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004, p. 52 e 53.

As primeiras notícias acerca da seca no Piauí, em 1877, foram publicadas pelo jornal *A Imprensa*, no dia 02 de maio daquele ano, referindo-se a cartas recebidas de Príncipe Imperial, enviadas dia 11 de abril, que descreviam “em vivas cores o estado aflitivo com que se achava a população dali, seriamente ameaçada das terríveis consequências de uma seca tão longa quanto abrasadora”. Naquele lugar, dizia o escrito: “As chuvas falharam completamente e tanto o lavrador como o criador tem agora, infelizmente, diante de si a medonha perspectiva de incalculáveis prejuízos, imediatamente seguidos da fome, da miséria extrema e da expatriação; quando não seja de uma morte certa (...)”. Embora a carta já admitisse os prejuízos a economia e à vida, inclusive com a migração e a morte, a seca ainda era, àquele momento, um problema localizado apenas naquela comarca, que pela sua proximidade com o Ceará, estava sentindo os efeitos da seca que parecia ser comum àquela região, e não ao restante do Piauí, solicitando-se que o presidente da província atentasse “para a sorte dos filhos daquela parte da província; no caso muito provável de ser preciso socorrê-los”.¹³²

Em Piracuruca, ainda com bons pastos, mandava do Ceará, o senador Paula Pessoa, consentimento aos fazendeiros daquela comarca para transportarem o seu gado para as terras daquela região, procurando “comprar ou arrendar terras para fazer soltas” do gado que ainda

¹³² SECCA. *A Imprensa*, nº 505, p. 04, ano XII, 02 mai. 1877.

lhe restava. Até então, a seca que tocava seriamente o Ceará, acendia o sinal de alerta naquela freguesia, visto que, por ser “limítrofe com aquela província, virá a sofrer os efeitos do terrível flagelo”. Prevendo dias mais difíceis, já apontava alternativas: “se o mal agravar a ponto de haver verdadeira miséria, algumas pessoas terão de passar-se para a vila de Barras, ao menos temporariamente”.¹³³

No mês de junho, a notícia da seca em Príncipe Imperial esteve presente em duas páginas do jornal; em uma delas, o grupo economicamente dominante na localidade, cerca de “50 criadores”, diante da seca que os ameaçava de prejuízo total na criação do gado, solicitavam ao presidente da província a criação de uma lei isentando-os do pagamento do dízimo do gado. Na outra, já se percebendo que a seca “ameaçando acarretar as maiores calamidades”, fazia bem ao governo, “se quisesse desde já socorrer aos flagelados, enviando-lhes mantimentos”.¹³⁴

Além de Príncipe Imperial, naquele mesmo mês, as notícias da seca em outras regiões da província também já eram divulgadas, mas os seus efeitos ainda não se faziam tão intensos. Assim como em Piracuruca, a falta de chuvas na época esperada causava apreensão entre a população, que já sentia o prenúncio de dias mais difíceis, mas ainda não era dada como um fato totalmente concreto, situando as consequências locais ainda no campo das possibilidades, como mostra o trecho: “Por aqui só se fala na seca e nos seus efeitos assustadores. As populações de Jaicós, Picos, S. João do Piauí, São Raimundo e uma parte deste município (Oeiras), tem diante de si a perspectiva da miséria. Muitas famílias abastadas ficarão reduzidas à pobreza extrema”.¹³⁵

No mês de agosto, em Independência, já morria o gado e o alimento estava escasso. Farinha, rapadura e viveres consumidos naquela vila já eram importados da Ibiapaba e de Pedro II, a uma distância de 40 léguas. Em consequência disso, já existiam “muitas casas abandonadas (...) havendo lugares onde já não se mora ninguém”.¹³⁶ Além da migração, os crimes se tornavam comuns naquela localidade e em Príncipe Imperial, onde além da morte de fome e sede, o gado morria na “faca dos ladrões”, que matavam os animais em público “e em grupos armados”.

Relatavam-se também as características comuns ao momento vivido, como a escassez de alimentos.¹³⁷ Em dezembro daquele ano, chegou à imprensa a notícia da morte de Antonio

¹³³ PIRACURUCA, 29 DE ABRIL DE 1877. *A Imprensa*, nº 507, p. 02, ano XII, 30 mai. 1877.

¹³⁴ SECCA. *A Imprensa*, nº 508, p. 03, ano XII, 09 jun. 1877.

¹³⁵ SECCA. *A Imprensa*, nº 508, p. 04, ano XII, 09 jun. 1877.

¹³⁶ SECCA. *A Imprensa*, nº 515, p. 03, ano XIII, 25 ago. 1877.

¹³⁷ P. IMPERIAL. *A Imprensa*, nº 521, p. 04, ano XIII, 24 out. 1877.

Vieira do Espírito Santo, que “sucumbiu naquela freguesia por falta de alimento: morreu de fome!”. De Independência, dizia-se a mesma coisa: “já tem morrido gente a fome, e muitos que não podem sair mais, se não tivermos chuvas cedo – não sei como escapem”.¹³⁸ Havia a esperança que aquele período estivesse próximo ao fim. Já chegando ao final de 1877, planejava-se, com a renovação do ano, e a aproximação das chuvas nos próximos meses, o plantio de sementes para a retomada normal da vida, porém, como se sabe, a seca se estendeu ainda por mais dois anos, agravando a condição dos habitantes daquela região.

Em Príncipe Imperial, onde a seca já era sentida há mais de um ano, os Socorros Públicos pareciam não serem suficientes para atender as necessidades de todas as pessoas, tanto dos habitantes da comarca, como dos “grupos de emigrantes das províncias vizinhas” que migravam em direção ao centro do Piauí e por lá ficavam, “reunidos com os desvalidos” já existentes. No dia 17 de dezembro, o jornal *A Imprensa*, divulgou um abaixo assinado, enviado daquela comarca, pedindo que fossem tomadas providências mais enérgicas para salvar “tantos desvalidos que existem neste termo”. No documento, descrevia-se o cotidiano da população pobre daquela localidade:

“Dê-me algum trabalho que quero ganhar dinheiro”. Eis o que se ouve de centenas de lábios, cujas vozes enfraquecidas pela fome, imploram a caridade pública e pedem o que fazer. Em qualquer parte do município encontra-se famílias seminuas, cobertas de andrajos pedindo a quem passa: “uma escola pelo amor de Deus”. Enquanto o andrajoso chefe de família percorre as matas procurando o alimento para o sustento da mesma que fica debatendo-se nas agonias da fome, vê-se muitas vezes a corrente de lágrimas da carinhosa mãe, que está junto ao leito de um filho quase inanimado.¹³⁹

Além desses, em novembro, conhecia-se por meio do jornal, o estado que se estabelecia em Jaicós:

Vamos indo mal com a seca e se o governo não tomar providências posso lhe garantir que morrerá gente a fome. Acresce a tudo isso (...) vamos ficar até sem segurança individual, porque os furtos vão se reproduzindo em tão escala que a não tomar medidas sérias, os fazendeiros terão dois prejuízos – um da seca e outro dos ladrões. (...) As famílias estão nuas; o povo em debandada; os serviços paralisados.¹⁴⁰

Nota-se que o enfoque dos relatos da seca, vinculados pelo periódico liberal, recaíam principalmente sobre Príncipe Imperial e Independência, embora outros pontos também já sentissem os seus efeitos. Durante os primeiros meses em que se estabelece e, pode-se dizer,

¹³⁸ MORRER DE FOME. *A Imprensa*, n.º 526, p. 04, ano XIII, 10 dez. 1877.

¹³⁹ PRÍNCIPE IMPERIAL. *A Imprensa*, n.º 527, p. 04, ano XIII, 17 dez. 1877.

¹⁴⁰ SECCA HORRÍVEL EM JAICÓS. *A Imprensa*, n.º 524, p. 04, ano XIII, 19 nov. 1877.

se reconhece e toma-se consciência da gravidade que se alastrava, o Piauí era governado por Graciliano de Paula Batista, conservador, que ficou no cargo até a primeira quinzena de agosto daquele ano. Depois disso, até encerrar 1877, o Piauí ainda teve dois governantes diferentes: Francisco Bernardino Rodrigues Silva, ocupando o cargo até novembro, e o Barão de Campo Maior, que fechou o ciclo na primeira dezena de janeiro de 1878, ambos do mesmo partido.

Mesmo nesse cenário, era comum, que o jornal do Partido Liberal expusesse as condições em que se encontravam os pontos mais afetados da província, exigindo que os representantes do executivo tomassem providência. Não só a seca endógena era assunto das notas e artigos publicados; a chegada de cearenses em diversos municípios e vilas piauienses ao longo do ano inicial da seca, fez soar com mais intensidade a necessidade urgente de o governo agir em prol daquela população.

Nos relatórios dos presidentes da província, a primeira menção à seca no território piauiense, aconteceu na sessão extraordinária de 1º de junho, quando o Graciliano de Paula Batista, alertava ser “bastante grave a crise” que atravessava a província, com a quadra rigorosa que estava estabelecida, citando principalmente Príncipe Imperial e Independência, como os locais onde a seca chegou com “imensa força”.¹⁴¹ Em agosto, quando passou a presidência para Francisco Bernardino Rodrigues, o relatório de Paula Batista já incluía, além das citadas no anterior, Jaicós, Oeiras e Piracuruca. Da fala do presidente, abstrai-se a concepção que se tinha da seca naquele momento: reduzido muitas províncias do Norte a um estado contristador, “infelizmente o mal estendeu-se ao Piauí”, sendo necessária a implantação dos Socorros Públicos em várias comarcas. Nesse momento, algumas localidades ainda estavam com suas economias em relativa tranquilidade: Teresina, Amarante, Parnaíba e Campo Maior, foram precavidas para que fizessem depósitos de farinha, arroz e feijão, “prevendo dificuldades futuras”.¹⁴²

Com essas informações, compreendo que, pelo menos no primeiro ano de seca, embora algumas localidades já estivessem sofrendo com a falta de chuvas, a consciência de um problema generalizado na província ainda não existia. Algumas comarcas tiveram um inverno relativamente favorável a ponto de terem mantimentos para a alimentação local, como

¹⁴¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877, p. 01.

¹⁴² Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, n.º 45, 1878, p. 16 e 17.

era típico da economia piauiense; somente em locais mais próximos à fronteira cearense, e do centro-sul da província, já sofriam pelo problema provocado pela seca piauiense.

Refiro-me à seca piauiense, pois identifico que esse fenômeno, comparado ao Ceará, somente de forma mais tardia foi atacado com veemência, instituindo Comissões de Socorros em diversas localidades e criando os Núcleos Coloniais; passando a ser tratada como um problema social mais abrangente, principalmente quando os emigrantes, entrando no Piauí em grande número, ampliaram as consequências da seca, tanto nos lugares onde a população local já sentia os seus efeitos, como fazendo conhecer o que seria a realidade dali em diante, em outros pontos que até então se sustinham; como afirmou Paula Batista, “muitos lugares da província, nos quais podiam os respectivos habitantes manter-se com os recursos, de que dispõem, não poderá isso suceder”, devido à emigração “excessiva” das províncias limítrofes, que já experimentavam “de modo tristíssimo a influência do mal”.¹⁴³

O ano de 1878 foi de acordo com a documentação analisada, quando se sentiu a seca com mais intensidade no Piauí, tanto pelo acirramento das suas consequências em locais onde no ano anterior já eram relatadas dificuldades, como também pelo impacto que passou a provocar em freguesias que até então, mesmo com as dificuldades já existentes, ainda não haviam chegado ao estado calamitoso, pois em muitas delas tinham ocorrido chuvas regulares em 1877, e esperava-se que com a renovação do inverno no ano seguinte, as dificuldades seriam sanadas com data prevista, porém, com o prolongamento da seca no tempo e sua expansão no espaço, cenas e relatos que eram comumente atribuídos às secas cearenses, também passaram a ser encontrados no Piauí, naquela “tremenda crise”, que devastava e empobrecia a província “pela mais intensa seca que tem sofrido depois da nossa emancipação política”.¹⁴⁴

Em outubro de 1878, era a vez da seca, que há algum tempo já prevalecia, ser anunciada na vila de Humildes (atual Alto Longá). Localizada no centro-norte piauiense, não muito distante do rio Longá, a localidade, como outros pontos do território piauiense, pouco havia sentido os efeitos da seca no ano anterior, dando-se o contrário: “as chuvas que houveram, nem criaram pasto nem legumes suficientes (...). Já tendo lugares onde as águas

¹⁴³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877, p. 02.

¹⁴⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 01.

secaram, o que nunca tinha acontecido. (...) Os gêneros alimentícios escasseiam e sobem o preço e tem passado semanas que não tem tido carne no açougue”.¹⁴⁵

Em Oeiras, onde desde 1877 já era sentida a seca, as chuvas que caíram em janeiro de 1878, serviram “de engodo para o povo, que tomado de terror pelas consequências da seca e persuadido de que começava o inverno, meteu no chão as poucas sementes que possuía e perdeu-as completamente”;¹⁴⁶ em consequência da falta de alimentos, “tem morrido grande número de pessoas desvalidas” a ponto de não comportar mais na extensão do cemitério. Picos, localizada geograficamente na região de Oeiras, também se lamentava da condição que se encontrava: “Nesta comarca, pode-se dizer sem medo de errar que cerca de duzentas pessoas já tem morrido a fome!”.¹⁴⁷

Como ocorreu em Oeiras, em muitos outros lugares os lavradores plantaram suas sementes logo nas primeiras chuvas. Naquele ano, era grande a esperança de que viesse um inverno bom, mas para a frustração de todos, as chuvas foram escassas, e “com longos intervalos”, logo vindo o sol e o “calor abrasador”.¹⁴⁸ Certamente, caíram algumas chuvas em janeiro e fevereiro, mas não o suficiente para garantir a colheita. Diante dos sinais, em março de 1878 o jornal *A Imprensa* publicou um artigo enviado de Oeiras, de onde se reduziam as expectativas daqueles que haviam lançado suas sementes ao solo: “estão perdidas as esperanças de termos colheita este ano, porque os verões tem acabado com as plantações, e já está ficando tarde para novas tentativas, pelo que teremos que sofrer grande calamidade”.¹⁴⁹

Nessa certeza, muitos criadores de gado, utilizando todos os recursos que ainda existiam, buscavam salvar o seu rebanho. Outros, esvaindo-se as possibilidades, na tentativa de minorar os prejuízos, para não deixar o gado morrer por falta de alimento e água, colocam-no à venda, como fez Bronzelino de Araújo, que anunciou os seus animais no jornal *A Época*, “pelo preço que o comprador quiser, (...), o gado que possui na fazenda Paraíso (...), dos Humildes. Garante-se que é por barato a venda”.¹⁵⁰

Talvez as duas freguesias que tiveram maior mudança no quadro da seca em relação ao ano anterior, foram Amarante e Campo Maior. A primeira era afetada, assim como outros pontos da província, em especial Teresina, principalmente pela grande quantidade de migrantes que ocupavam prioritariamente os espaços urbanos, elevando a escassez de alimentos na localidade, e produzindo cenas de fome e pobreza, incomuns aos olhos da

¹⁴⁵ GORDINHO. *A Imprensa*, n.º 564, p. 04, ano XIV, 25 out. 1878.

¹⁴⁶ A SECCA. *A Imprensa*, n.º 530, p. 01, ano XIII, 17 jan. 1878.

¹⁴⁷ OEIRAS e PICOS. *A Época*, n.º 04, ano I, 24 abr. 1878.

¹⁴⁸ INVERNO. *A Imprensa*, n.º 531, p. 04, ano XIII, 06 fev. 1878.

¹⁴⁹ OEIRAS. *A Imprensa*, n.º 534, p. 03, ano XIII, 14 mar. 1878.

¹⁵⁰ VENDA DE GADOS. *A Época*, n.º 32, ano I, 09 nov. 1878.

população local. Campo Maior, que no ano anterior havia estoque de alimentos, com a escassez das chuvas em 1878, encontrava-se em condição similar a outros locais já atingidos desde o ano anterior, desenvolvendo-se ali, os “terríveis efeitos da fome” pela falta de cereais, podendo ser encontrado na vila e nos seus arredores,

Neste estado de penúria (...), para mais de 450 pessoas em completo estado de indigência e já exaustas de forças, seminuas, vagão pelas ruas desta vila a esmolarem o pão da caridade, sem mais encontrarem socorro dos proprietários, porque estes já esgotados, lutam com dificuldades por falta de gêneros para suas famílias.¹⁵¹

Afetando primeiro os mais pobres e com o passar do tempo também os ricos, a seca foi ampliando seu alcance ao longo dos dois primeiros anos, até abrandar em 1879, reverberando suas consequências do campo natural, no social, em regiões e em escalas inimagináveis. Em uma época em que a referência de seca era aquela que existia no Ceará, ela era tida como algo distante; à medida que foi estendendo o seu alcance para o Piauí, chegando pelo céu por meio da falta de chuva, ou por terra por meio da presença dos emigrantes, o governo provincial teve que adotar medidas urgentes na tentativa de reduzir as suas consequências, notando-se que no Piauí, os desafios eram duplos, pois além socorrer a população local, havia os migrantes, em sua maioria cearenses, que em muitas localidades eram superiores em número até mesmo ao dos habitantes que ali existiam. Todas essas dificuldades fizeram com que o fluxo de pessoas em direção à Teresina se intensificasse, provocando o quase despovoamento de alguns municípios.

Um requerimento enviado para o presidente da província, Barros Pimentel, em abril de 1878, dá uma visão ampla de como estava a vila de Príncipe Imperial após um ano de extensão da seca. Passado mais um período em que se esperavam chuvas, sem elas caírem em abundância a ponto de ser possível uma boa safra, intensificaram-se as consequências da seca naquela localidade sobre a população local e também a emigrada.

Assinado por 34 homens, que viviam em Príncipe Imperial e haviam emigrado para Teresina, o requerimento tinha como finalidade pedir providência ao presidente da província para que voltasse a atenção para aquela comarca, considerada uma das mais afetadas pela seca no Piauí. Pela argumentação do documento e pelas assinaturas, suponho que fossem pessoas de condição elevada, que optaram emigrar após ser renovado mais um ano de seca. É crível que fossem alguns deles da mesma família, visto nas assinaturas, ser frequente o sobrenome “Lima”. Diziam eles que:

¹⁵¹ CAMPO MAIOR. *A Imprensa*, n.º 567, p. 03, ano XIV, 15 nov. 1878.

(...) Faltando inteiramente as chuvas no ano próximo passado e neste tendo aparecido poucas, que nem criaram pastagem e nem seguraram legumes, se bem que a falta de sementes fossem poucos os que plantaram, não podia aquele termo essencialmente criador deixar de sofrer horrivelmente. De feito, o gado vacum e cavalari morreu e extinguiu-se, e o que ia sendo preservado da seca não escapou a voracidade dos famintos e ladrões que fizeram dos gados bens comuns, sem que os proprietários pudessem evitar. Alguns criadores retiraram seus gados para diversas partes desta província, fazendo uma grande despesa, e além de terem perdido mais da metade, o que escapou voltando com as primeiras chuvas que houveram este ano, vão sendo consumidos por bandos armados que se emboscaram naqueles lugares por onde o gado tem de passar. Faltando inteiramente os gêneros alimentícios, trataram parte dos habitantes de emigrar e outros, no desespero de salvar a vida, recorreram a plantas silvestres, não obstante os seus efeitos tóxicos, e os que dispunham de recursos lutaram com muita dificuldade e fizeram a avultadas despesas para se prevenirem de viveres. Os que emigraram foram encontrando dificuldades e privações de toda sorte e dos que vieram para esta província muitos, foram vítimas das intermitentes, de maneira que, estas fatais consequências da emigração e esperança de inverno este ano deteve a muitos de emigrar, pelo que ainda tem muita gente naquele termo, no entanto, está perdida a esperança de inverno e hoje o quadro que apresenta o termo de Príncipe Imperial é tristíssimo e desolador! Os gados que ali vão aparecendo são pegados os transientes atacados pelas estradas e o que mais contrista e horroriza é a mortandade já não em pequena escala, causada pela fome e suas consequências e que vai em progresso, pois que muitos que outrora eram abastados e viviam na abundância estão de tudo faltos, pois até as plantas silvestres já acabaram-se, e assim nem ao menos puderam emigrar, visto como correm no perigo de morrerem em caminhado, como já tem acontecido, sendo bem sensível a falta de cavalos para transporte de crianças e velhos, que não suportam longas viagens. Encontram-se pelas estradas e mesmo em casa, cadáveres de infelizes mortos à fome e outros agonizantes fazendo insepultos alguns cadáveres!!! Pelas ruas da vila e transitando de alguns lugares para outro, se veem um bando de miseráveis cobertos de trapos com uma magreza espantosa, extenuados de forças esmolando o pão da caridade com que esta as possa socorrer porque todos estão no auge da aflição dos sofrimentos (...).¹⁵²

A condição da população que se encontrava em Príncipe Imperial, não diferia de outros termos da província. Neste local, o agravante era a extensão da falta de chuvas, visto que desde 1877, elas eram pouco intensas naquele lugar, diferentemente de outros pontos do Piauí, que a seca só foi sentida mais seriamente em 1878. Destaca-se também a condição econômica daquela localidade, mais voltada para a criação do que a lavoura, o que comprometeu a capacidade de resistência à seca, visto a falta de estoques de grãos; além disso, Príncipe Imperial era uma das portas de entrada de emigrantes no Piauí, e um dos

¹⁵² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n.º 01, de 16 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos, caixa 320.

pontos em que o governo tinha grandes dificuldades para enviar socorros, devido à sua localização e distância em relação à capital.

Pela descrição, as cenas que se reproduziam na vila e em localidades próximas eram desoladoras. Muitos emigraram, mas outros permaneceram na esperança de um inverno bom em 1878; quando isso não aconteceu, já estavam seriamente comprometidos para dar a largada. A fala dos requerentes, que também eram emigrantes, é sensível no sentido de serem eles produtos daquele contexto, e que agora, vendo-se fora dele, mas não tão distante das consequências da seca, visto que em Teresina elas também se reproduziam, suplicavam ao governo que buscasse uma forma de ajudar a população que ainda estava estabelecida naquela localidade.

Pela anotação do topo do ofício, o pedido foi atendido um dia após a sua datação. Com registro de 18 de abril, trazia a seguinte afirmação: “foram tomadas providências na data de ontem”. Mesmo com a execução de alguma ação, e tendo sido encontrada na documentação a expedição de viveres, gêneros e dinheiro para Príncipe Imperial e para a vizinha, Independência, a população local e emigrada continuou a sofrer os efeitos da seca naqueles lugares.

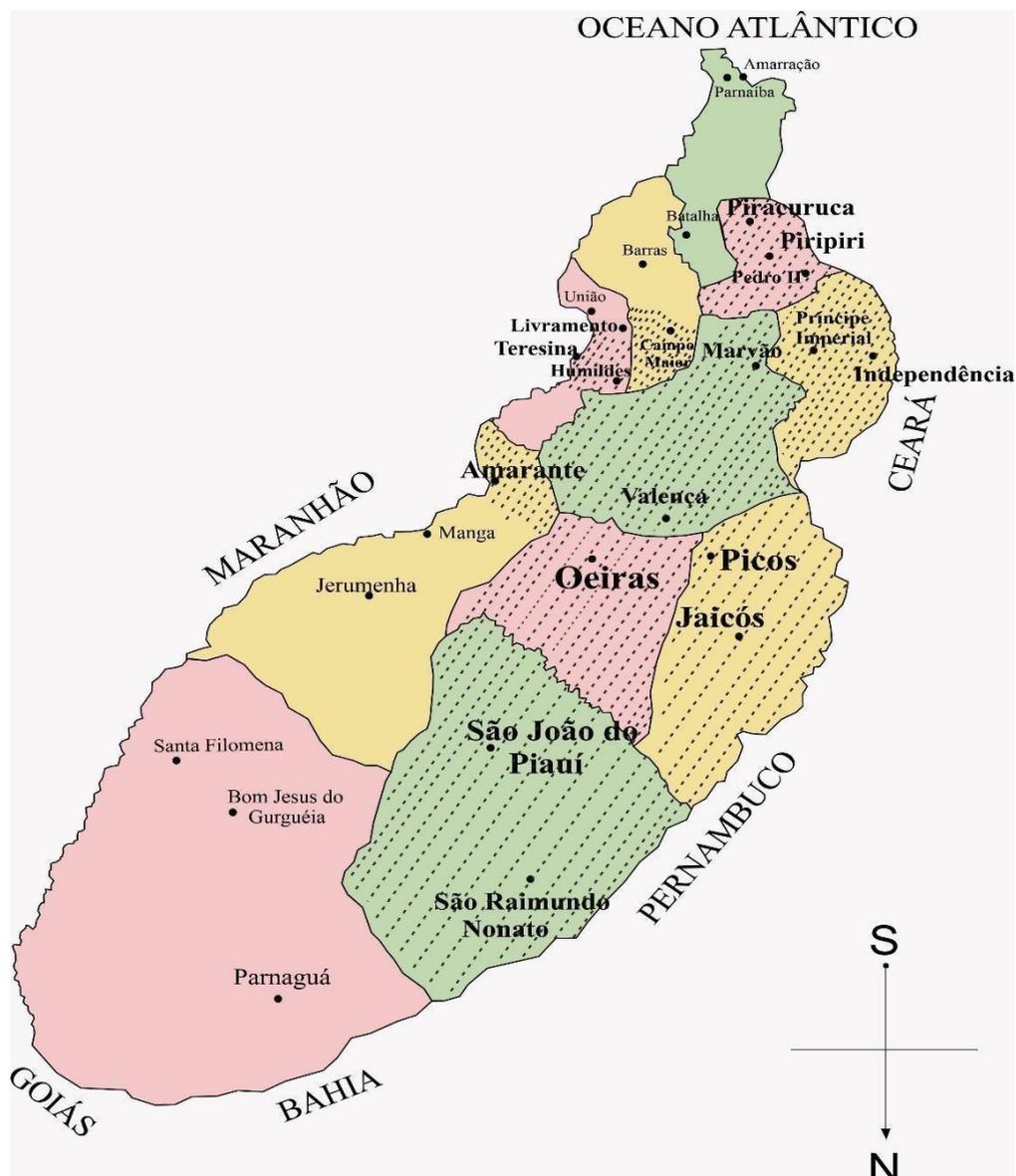
Em 1879, novamente a população e o governo renovaram a esperança da chegada do inverno. Em Príncipe Imperial, “em consequência dos horrores de uma seca de 32 meses, que além de reduzir quase todos à miséria, ceifou imensamente as famílias, vítimas da fome”, choveu no começo de 1879, desaparecendo, “afinal, o terror pânico da seca, porque hoje fazem 14 dias que temos chuvas copiosas e gerais; tendo enxurrado todos os rios; portanto, para segurar a pastagem já temos chuvas suficiente, resta-nos saber se temos para segurar os legumes”.¹⁵³ A notícia de chuvas em algumas localidades fez aumentar a procura por sementes para o plantio. Aumentaram as solicitações do envio de sementes para as Comissões de Socorros, como de São João do Piauí. Aos Núcleos Coloniais em Teresina, foi autorizada a distribuição, em fevereiro daquele ano, de 400 litros de milho, e 500 de arroz, que seriam destinados ao cultivo das roças dos emigrantes.¹⁵⁴ Estabelecimentos comerciais como a “Casa Francesa” ofertavam os produtos nos jornais desde janeiro, quando caíram as primeiras chuvas. Em outro anúncio, oferecia-se “arroz com casca e milho de superior qualidade para sementes”.¹⁵⁵

¹⁵³ BARBOSA, Theodoro D’Assis. *A Imprensa*, n.º 586, p. 03, ano XIV, 23 mar. 1879.

¹⁵⁴ OFFÍCIOS. *A Imprensa*, n.º 582, p. 01, ano XIV, 26 fev. 1879.

¹⁵⁵ LEGUMES PARA PLANTAS. *A Imprensa*, n.º 574, p. 04, ano XIV, 08 jan. 1879

Figura 08: Comarcas piauienses afetadas pela seca entre 1877-1879



Fonte: Elaborado com base nos relatórios dos presidentes da província do Piauí e do Ministério do Império e do jornal *A Imprensa*, (com autores, datas e números identificados no texto que antecede esta figura). O mapa do Piauí é uma adaptação feita a partir do *Atlas do Império do Brasil*, de 1868.¹⁵⁶

Se algumas chuvas pareciam indicar alívio das dificuldades, e a redução da morte pela fome em 1879, desde 1877, as doenças e epidemias tornaram-se intensas em muitos pontos do Piauí, vitimando muitas pessoas. Diferentemente das secas, as epidemias já haviam frequentado o Piauí em outras ocasiões. Entre 1861 e 1863, “a febre amarela e a cólera-morbo dizimaram a população piauiense”. Em 1867, foi a vez de a varíola fazer vítimas em Teresina, Parnaíba e Amarante. Em 1875, a mesma doença tornou-se epidêmica em vários

¹⁵⁶ ALMEIDA, Candido Mendes (Org.). *Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias* (...). Rio de Janeiro, Litographia do Instituto Philomatico, 1868. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso: 26 ago. 2020.

municípios, como Campo Maior, Regeneração, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Amarante, Pedro II e Teresina, onde em três meses matou mais de 500 pessoas.¹⁵⁷

O relatório do estado sanitário de Oeiras, referente ao ano de 1877, identificou, entre janeiro de junho daquele ano, uma “epidemia febril” que acometeu a população da cidade, além de bronquites, acompanhadas de “febre intensa, que só cediam ao emprego de sulfato de quinino”. De julho em diante, a população foi afetada por intensas diarreias, que, a princípio, atingiu principalmente emigrantes e indigentes, desenvolvendo-se de modo a fazer tantas vítimas, que se tornou fácil “reconhecer-se o seu caráter epidêmico”.¹⁵⁸ Em 1878, já chegavam a Teresina os pedidos de uma ambulância e medicamentos para Príncipe Imperial, a fim de “minorar o mal daqueles infelizes”, que “além da seca que os têm flagelado”, sofriam com uma “epidemia que presentemente ali reinava”.¹⁵⁹

Em Oeiras, as principais vítimas eram as crianças, que atacadas por “uma desinteira fortíssima”, morriam de seis a dez por dia. Atribuía-se a expansão da doença à alimentação servida pelos Socorros Públicos, “reduzida à simples carne de boi”, sem farinha ou qualquer “mistura leguminosa”.¹⁶⁰ Além das crianças, muitos adultos também morriam ao alcançarem aquele município após executarem a sua jornada migratória, “vítimas da alimentação venenosa a que recorrem durante a viagem”,¹⁶¹ como o “xiquexique, raiz de Corotá e de macambira, a massa de coco ou palmito que inferiam crus”,¹⁶² já chegando intoxicados e enfraquecidos.

Em 1879, além da febre de mau-caráter, diarreias e disenterias, começaram a se expandir “em diferentes pontos, com maior ou menor intensidade – a varíola”, como em Parnaíba, Picos e Jaicós. As febres¹⁶³ eram comuns principalmente em Teresina, Oeiras, Amarante e União.¹⁶⁴ Em Parnaíba, o número de vítimas da varíola, em junho de 1879, era superior a 300 pessoas.¹⁶⁵ Em Teresina, eram oferecidos medicamentos que prometiam curar

¹⁵⁷ NUNES, 2007, p. 276.

¹⁵⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Câmara de Oeiras. Ofício ao presidente da província do Piauí, de 21 de março de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 5586, Est. 05, Prat. 03.

¹⁵⁹ OFÍCIOS. *A Imprensa*, n.º 553, p. 02, ano XIV, 13 ago. 1878

¹⁶⁰ A FOME EM OEIRAS. *A Imprensa*, n.º 534, p. 04, ano XIII, 14 mar. 1878

¹⁶¹ SALUBRIDADE PÚBLICA. *A Imprensa*, n.º 546, p. 02, ano XIII, 08 jun. 1878

¹⁶² ARAÚJO, 2010, p. 95.

¹⁶³ No livro *Um manicaca*, a esposa de Pedro Gomes, imigrantes que chegaram a Teresina em 1878, foi acometida por febres que perduraram por três dias. Vendo a situação da mulher, o personagem fez promessas, que iam desde missas, a doações em dinheiro à igreja. Vendo que a condição da sua companheira era irreversível, caiu em desespero após sua morte. Revoltado, “atirou ao chão os três ou quatro santos de barro do oratório” (NEVES, 2012, p. 16).

¹⁶⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879, p. 47.

¹⁶⁵ VARÍOLA. *A Época*, n.º 63, ano II, 16 jun. 1879.

algumas dessas doenças. Anunciava-se a “cura rápida dos sezões ou febres intermitentes com as pílulas antifebris de extrato de manjerioba, prescritas e manipuladas pelo farmacêutico Arthur Pedreira, formado pela faculdade médica da Bahia”, vendido ao preço de 3,5000 réis.¹⁶⁶ Um dos remédios mais comumente encontrado nos documentos, era o “sulfato de quinino”, ou simplesmente quinino. Em fevereiro de 1879, a Comissão de Socorros de Teresina, autorizou a compra e o envio com urgência para Oeiras desse medicamento, para “tratamento de indigentes e emigrantes daquela localidade” que estavam sendo atacados por febres intermitentes.¹⁶⁷

Nos diversos documentos analisados, além do quinino e do óleo de rícino, comumente solicitados pelas Comissões de Socorros de diversas localidades para tratamento das doenças dos emigrantes, entre outros medicamentos utilizados estão: água amarga, água destilada de rosas, canela e cravo em pó, tintura de arnica, tintura de acônito, acetato de chumbo, macela, amoníaco, óleo de cravo, farinha de mostarda, sabugueiro, carbonato de ferro, ferro em pó, purgante de jalapa, purgante de sal amargo, purgante de quatro humores e purgante de resina de batata.¹⁶⁸

Na vila de União, que juntamente com a de Teresina eram os dois pontos da província mais afetados pela “peste”, a situação fúnebre tornava a situação da população ainda mais crítica. Com os enterramentos feitos próximos à vila, em covas rasas, “a noite sente-se o mau cheiro dos cadáveres mal sepultados, e já tem sucedido os cães comerem cadáveres abandonados”.¹⁶⁹ Vítima das doenças e da fome, a carência era extrema “a tal ponto (...) que a mulher *abandonava* por falta de recursos o cadáver do marido, o filho e pai”.¹⁷⁰

Essas doenças devem ser entendidas em um contexto de crise, pois “a persistência das condições paupérrimas de sobrevivência, isto é, de moradia, alimentação e vestuário, dentre outras privações, acompanhadas de doenças, debilitava sensivelmente a saúde dos indigentes e chegava a ser a causa de várias mortes”.¹⁷¹ Em julho de 1878, o delegado de polícia do

¹⁶⁶ MAIS UM PRODUTO (...). *A Época*, n.º 63, ano II, 16 jun. 1879.

¹⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n.º 306, de 17 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos 1879. Localização: Cod. 579, Est. 05, Prat. 02.

¹⁶⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Livro Contratante do Núcleos. Comissão de Socorros. Relação de medicamentos para tratamento de emigrantes que fazem parte do núcleo em Santo Antonio. 31 de agosto de 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Comissão de Socorros. Ambulância para tratamento de emigrantes acometidos por febres intermitentes na vila de Valença, de 16 de julho de 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Comissão de Socorros. Ambulância para tratamento de emigrantes residentes na vila de União, de 11 de julho de 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

¹⁶⁹ UNIÃO e FOME E PESTE. *A Época*, n.º 70, ano II, 02 ago. 1879.

¹⁷⁰ UNIÃO. *A Época*, n.º 66, ano II, 05 jul. 1879.

¹⁷¹ ARAÚJO, 2010, p. 97.

termo de Barras, encaminhou um ofício ao presidente da província descrevendo o avanço da epidemia naquela localidade e pedindo providências. Dizia ele que havia se desenvolvido “uma terrível epidemia que quotidianamente faz diversas vítimas, elevando a mortalidade a um número espantoso, especialmente entre os emigrantes e indigentes”, prevendo que “muito rara será a habitação nesta vila, onde não tenha penetrado terrível flagelo. Entre as vítimas estava o Dr. Juiz de direito da comarca”. Segundo o relator, o avanço da doença entre os mais pobres era motivada principalmente pela “falta de meios ao alcance da Comissão de Socorros, em grande parte sucumbiu à míngua de medicamentos e alimentação”.¹⁷²

Em 1889, o “estado sanitário” da província pouco diferiu do conhecido na seca anterior, desenvolvendo-se, “além das moléstias epidêmicas como impaludismo e outras ocasionais, uma epidemia de sarampo que começando na capital, mais tarde propagou-se por cidades e vilas do interior, ceifando conjuntamente com a seca (...) não pequeno número de vidas”.¹⁷³

As doenças, associadas com a seca que deu seus primeiros sinais em 1888, foi outro momento desafiador para a população que residia e para a que emigrava para o Piauí. “Em Oeiras, aos impactos da seca juntaram-se às febres de mau-caráter e no porto de Amarração, agravou-se o estado aflitivo dos habitantes pelo acúmulo de retirantes cearenses”.¹⁷⁴ Além das febres, as pneumonias e as broncopneumonias, foram intensas em Teresina e em locais como Oeiras, Amarante, Parnaíba, vilas de União, dos Humildes, Valença e Marvão, ceifando muitas vidas.

Para tentar barrar o avanço de doenças como o sarampo, foram vacinadas durante o ano de 1888, 215 pessoas em Teresina, “mas sem grande aproveitamento”, principalmente por causa da manipulação errônea das vacinas. Em 1878, tentando evitar o avanço da varíola, o presidente Sancho de Barros Pimentel, tornou a vacinação obrigatória para todos os migrantes, medida adotada tanto em Teresina como no interior, de forma mais intensa onde havia foco da doença.¹⁷⁵ Mais para além dessa medida, outro problema que agravava o

¹⁷² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício s/n, de 13 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

¹⁷³ Relatório com que o Sr. 1º vice-presidente do Estado do Piauí, Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá, entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro, no dia 23 de agosto de 1890. Teresina, Typografia de Honorato Sousa, 1890, p.,41.

¹⁷⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 94.

¹⁷⁵ ARAÚJO, 2010, p. 96.

cenário existente, era a falta de profissionais da saúde no Piauí, tanto em medicina, como em farmácia,¹⁷⁶ algo que foi presenciado na seca das décadas de 1870 e 1880.

Após o episódio iniciado em 1877, as primeiras queixas sobre a chegada de uma nova seca no Piauí, foram registradas no final de dezembro de 1888. Em texto intitulado “Oeiras: a seca no sul da província”, o jornal *A Imprensa*, referindo-se a 1877, alertava para a calamidade que se anunciava: “Não é só a vizinha província do Ceará que se estorce atualmente sob a pressão desoladora da terrível seca. O Piauí (...) vai experimentando também (...) os efeitos aterradores dessa medonha catástrofe”. Comumente, com período invernosos iniciado mais cedo do que na parte norte da província, chegando o tempo em que é costumeiro “aparecerem os primeiros ensaios do período invernosos – o mês de outubro, nada se manifesta”. Mantém-se a esperança que o cenário se modificará nos meses de novembro e dezembro, mas “a seca continua com sua plenitude e hediondez: os campos torram-se ressequidos”.¹⁷⁷

Foi a partir do começo de 1889, que os relatos sobre a seca começaram a se intensificar. Após a suspensão das chuvas nos meses que deveriam ser inversos, espalhou-se o receio de que o cenário de 1878 se repetisse. As primeiras informações sobre a morte do gado foram de Valença: estimava-se que em janeiro daquele ano, o prejuízo em todo o município era de 12 mil cabeças de gado vacum e cavalariço, maior até mesmo durante os três anos da seca anterior.¹⁷⁸

Também localizada no sul do Piauí, em Jerumenha, o início do ano não foi festejado com chuvas. De lá, relatava-se: “estamos sob um aspecto aterrador, em vista da seca que nos ameaça. Não há exemplo nas tradições deste município que já houvesse tido uma seca igual”. Com apenas duas chuvas, uma em 20 de outubro, e outra em 29 de novembro, a pastagem que nasceu logo foi sendo consumida pelo gado. Passando a época da sementeira, os lavradores já perdiam a ilusão de que teria um bom inverno. Os alimentos começaram a escassear, e o preço elevou-se, afetando logo de início a população mais pobre.¹⁷⁹

O indicativo para determinar se uma nova seca estava iniciando era a infreqüência ou até ausência de chuvas em épocas que elas eram esperadas. Diferentemente do Ceará, que desde 1849 haviam sido iniciadas as medições pluviométricas, e seus dados eram utilizados

¹⁷⁶ Higiene das províncias. Extratos dos relatórios anuais apresentados pelos inspetores de higiene provinciais. (Anexo). In: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 68.

¹⁷⁷ OEIRAS: A SECA NO SUL DA PROVÍNCIA. *A Imprensa*, n.º 1053, p. 03, ano XXIV, 29 dez. 1888.

¹⁷⁸ VALENÇA. *A Imprensa*, n.º 1054, p. 04, ano XXIV, 03 jan. 1889.

¹⁷⁹ JEROMENHA, 08 DE JANEIRO DE 1889. *A Imprensa*, n.º 1056, p. 03, ano XXIV, 19 jan. 1889.

para fazer comparações entre os períodos chuvosos e os escassos, no Piauí, as primeiras observações meteorológicas só foram realizadas em 1882. Dirigidas pelo engenheiro Benjamin Franklin de Albuquerque Lima, fizeram-se ao todo 1.489 observações entre abril e dezembro daquele ano, em Parnaíba, Teresina e Amarante, e nos lugares Corredeira da Vargem da Cruz, e Poço Surubim. Nestes dois últimos, também foi registrada no pluviômetro a quantidade de chuvas, identificando-se no Poço Surubim 108 mm, no mês de dezembro.¹⁸⁰

Além de ter ficado restrito àquele ano, as medições foram bastante concentradas, e regiões atingidas pela falta de chuvas em 1877, não foram contempladas com as aferições, como Picos, que em janeiro de 1889, registrava a mortandade do gado e de outros animais.¹⁸¹ Nessa localidade, a situação que começou a ser sentida em 1889, se arrastou até o ano seguinte. Em fevereiro de 1890, pessoas percorriam “as ruas mendigando o pão da caridade”. Além da mendicância, muitos morriam de fome, outros “lançavam mão do alheio”, principalmente no interior do município.¹⁸² Além de Picos, outras cidades do sul do Piauí, como Jaicós e São João do Piauí, relatavam a continuidade do verão, em uma época que deveria ser chuvosa. Em São Raimundo Nonato, em setembro de 1889, após quase dois anos sem chuvas, descrevia-se “as cores mais carregadas do estado desgraçado daquela comarca”.¹⁸³ Jaicós, Pio 9º e Paulista (atual Paulistana) também eram atingidas. Nessas localidades, “além da perda completa dos cereais, não houve ali nenhuma pastagem, porque o inverno durou apenas 18 dias”. Os efeitos eram sentidos de forma mais intensa do que 1877 e 1878. Além da seca, em Jaicós, também estava em curso uma epidemia de sarampo, além das conhecidas “febres”.¹⁸⁴

Às margens do rio Parnaíba, na vila de Manga (atual cidade de Floriano), a terra já estava ressequida pelas altas temperaturas e ausência de chuvas, e os lavradores perderam completamente a plantação e a população já sentia os efeitos com a falta de viveres no mercado.¹⁸⁵

No norte piauiense, já era registrada a perda do gado em Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior, Barras, Marvão, além de Valença, localizada no centro-norte piauiense, onde a seca causava “prejuízos incalculáveis”. Além da perda animal, faltava alimentação para as pessoas.

¹⁸⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da república. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

¹⁸¹ PICOS. *A Imprensa*, n.º 1056, p. 04, ano XXIV, 01 jan. 1889.

¹⁸² A FOME EM PICOS. *Estado do Piauí*, n.º 20, p. 03, ano I, 28 fev. 1890.

¹⁸³ SECCA. *A Phalange*, n.º 34, p. 01. Ano I, 21 set. 1889.

¹⁸⁴ SECCA. *A Imprensa*, n.º 1075, p. 04, ano XXIV, 01 jun. 1889.

¹⁸⁵ MANGA (...). *A Imprensa*, n.º 1079, p. 03, ano XXIV, 02 jun. 1889.

Em “Parnaíba, Piracuruca, Piripiri, Campo Maior e outros lugares, já não *havia* como mitigar a sede a fome dos migrantes cearenses e piauienses, reduzidos a mais extrema penúria”.¹⁸⁶

Amarração, localizada no litoral, e comumente com temperaturas mais amenas, também sentiu os impactos da seca no biênio 1888-1889. Os ventos amenos se enrijeceram, impedindo o desenvolvimento agrícola e pecuário:

A seca que há vinte e dois longos meses flagela o litoral da província, onde se acha encravado este município, não cessou ainda, e, apreensivo, o espírito público já presente que ela continuará por todo o ano, tendo já esta falta de regularidade da estação invernos produzida, com o calor abrasador que reina constante nesta região e o vento rijo seco e destruidor que açoita, – o estiolamento das plantações e esgotamento quase completo das águas, o abrasarem-se os campos e secarem-se as árvores! No mês de dezembro em que de ordinário aparecem, pelo solstício, as chuvas precursoras do inverno, nem uma gota d’água borrifou estes terrenos outrora ubérrimos, aos quais os rigores das secas sucessivas têm imprimindo um cunho de aridez, têm condenado a quase absoluta introdução. (...) Os fazendeiros e criadores viram morrer-lhes quase todos os gados de toda casta, depois de grandes e incessantes labutações, sendo que a muitos nem semente resta para reprodução em melhores tempos.¹⁸⁷

Além de Amarração, as perdas do rebanho também ocorreram em grande escala na vila dos Humildes, também no norte da província, não muito distante da capital. “A mortandade do gado, única riqueza do município, é extraordinária”, ricos e pobres estavam em condição delicada. Os primeiros “não dispõem de um vintém”, já “as classes menos favorecidas de fortuna, sem meios de ganhar um real, pelo trabalho, estorce-se pelo grilhão da fome e da miséria. O furto, porém, em consequência desta, lavra em grande escala”.¹⁸⁸ No começo de 1889, Pedro II e Piracuruca, “as pessoas menos favorecidas de fortuna”, entrando em estado de fome, abandonaram os seus sítios emigrando para as margens do rio Parnaíba.¹⁸⁹ Em Piracuruca, o rio que corta a cidade e leva o mesmo nome “que passa de três a mais meses dando nado”, naquele ano não precisou de canoa para atravessar. Receava-se que se repetisse naquele lugar o que ocorreu em 1877.¹⁹⁰ Campo Maior, que em 1888, exportava gado vacum e cavalos para o Ceará e Maranhão, quase já não possuía gêneros alimentícios para o consumo, o que se encontrava, vendia-se a “preços extraordinários”. No mês de junho, relatava-se: “faleceu o pobre Leopoldino; estava tão magro que parecia uma múmia; era

¹⁸⁶ SECCA. *A Phalange*, n.º 2, p. 01. Ano I, 19 jan. 1889.

¹⁸⁷ AMARRAÇÃO. *A Imprensa*, n.º 1067, p. 03, ano XXIV, 06 abr. 1889.

¹⁸⁸ HUMILDES. *A Imprensa*, n.º 1058, p. 03, ano XXIV, 01 fev. 1889.

¹⁸⁹ AS ÚLTIMAS CARTAS (...). *A Época*, n.º 538, p. 04, ano XI, 10 fev. 1889.

¹⁹⁰ PIRACURUCA (...). *A Época*, n.º 552, p. 03, ano XI, 25 mar. 1889.

casado e pai de numerosa família composta de crianças”.¹⁹¹ Desde maio já só se encontrava água para beber nas cacimbas.

A criminalidade era ascendente: furto, roubo e estelionato se desenvolveram em tão grande escala que já não há mais quem denuncie dos criminosos, nem as autoridades se animam em instaurar tantos processos. As pessoas que se achavam “em boas circunstâncias de fortuna”, preparavam-se para emigrar. Talvez a violência relatada em Campo Maior, não diferente de outros lugares do Piauí na época, agravasse ainda mais a condição das pessoas que ali residiam, porque “três numerosos bandos de ciganos, vagabundos, libertos, percorrem o termo, armados de clavinotes, espadas, punhais, cometendo toda sorte de desatinos nas fazendas de criar e nas choupanas dos miseráveis”.¹⁹²

Diferentemente de outros lugares, na documentação analisada, esta é a primeira menção em que são descritos os grupos sociais que compunham os bandos armados no Piauí, roubando tanto a população rica como a pobre. Considerada uma subversão social, os crimes que ficavam quase sempre impunes, eram atribuídos e/ou justificados ao momento de dificuldades que todos estavam atravessando.

De Barras, em agosto de 1889, o apelo do professor público Herculano F. Castelo Branco, repercutiu na imprensa, pelo estado de pobreza que se encontrava. Sem receber “a paga do labor diário”, sem crédito para comprar fiado, o professor fez uma súplica ao presidente da província em nome dos “pobres chefes de família”, professores da província, solicitando que junto aos alimentos que mandava distribuir aos “desgraçados flagelados da seca”, mandasse “atirar também ao saco uma ração diária para mitigar a fome dos filhos”.¹⁹³ Esta não foi a única reclamação de um professor piauiense acerca da falta de pagamento dos seus vencimentos. Em maio, outro professor, que não quis identificar sua residência nem o nome, mandou publicar no jornal *A Época*, carta com relato semelhante, afirmando não receber salário há quase um ano e meio. Vê-se que a seca afetava a população de diversas formas.

Direta ou indiretamente, ricos e pobres, agricultores, criadores e funcionários públicos ressentiam-se pelas consequências advindas do fenômeno climático, que com o passar dos meses, tornava-se social. Com a ausência de chuvas, em poucos meses, os animais e as pessoas eram diretamente atingidos pela sede, pela fome e pela violência. Muitos morriam, mesmo com a assistência das Comissões de Socorros, que em muitos casos pareciam não

¹⁹¹ CAMPO MAIOR. *A Phalange*, n.º 24, p. 02, ano I, 26 jun. 1889.

¹⁹² A SECCA. *A Phalange*, n.º 21, p. 03, ano I, 05 jun. 1889.

¹⁹³ CASTELO BRANCO, Herculano. *A Phalange*, n.º 28, p. 02, ano I, 09 ago. 1889.

serem suficientes para a demanda de pessoas necessitadas. Acresce a isso, as migrações e as epidemias. Noticiada timidamente a partir do final de 1888, ainda localizada em locais específicos no Piauí, sendo relatada apenas a ausência de chuvas, ao longo de 1889, com a perda das plantações e a evaporação das águas dos rios, lagoas e riachos, a seca espalhou-se pelos diversos pontos da província, desde o litoral ao extremo sul.

Figura 09: Municípios afetados pela seca de 1888-1889, no Piauí.



Fonte: Elaborado com base nos relatórios dos presidentes da província do Piauí e do Ministério do Império, do jornal *A Imprensa*, *A Época* e *A Phalange* (com autores, datas e números identificados no texto que antecede esta figura). O mapa tomado como base para a adaptação é referente à divisão político-administrativa do Piauí, do ano de 1889, extraído de: ARAÚJO, José Luís Lopes (coord.). *Atlas escolar do Piauí* geo-histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2011, p. 36.

Locais não atingidos pela seca de 1877-1879, enquanto fenômeno climático, dessa vez foram visitados, como a vila de Manga, localizada próximo ao rio Parnaíba. Outras

localidades com mais ou menos intensidade também foram tocadas pela seca, aqueles que não a sentiram tão forte enquanto elemento climático, sentiram-na como problema político-social. Os deslocamentos internos e também os vindos de fora, iam levando para diferentes comarcas as cenas e as consequências de mais uma seca, que quase sempre iam desembocar em Teresina. Como na década anterior, os migrantes buscaram as regiões mais úmidas, onde ainda havia possibilidade de encontrar formas de sobrevivência.

Emigrar ou esperar pela caridade pública e particular, era a alternativa que quase todos tinham a fazer, mas antes de tudo, muitos nutriam a esperança de que a qualquer momento tudo poderia mudar para melhor, para isso, bastava a ação da providência divina. Se para alguns, a seca era castigo de Deus pelos pecados humanos, para muitos bastava a sua vontade para que as dificuldades causadas por ela fossem suspensas. Diante da fome, da pobreza e da morte do povo, perguntava-se: “se a clemência divina não se apiedar de nós, qual a sorte que nos espera depois de tão terrível calamidade?”.¹⁹⁴ Na da fé da interferência divina, de Campo Maior, Francisco Figueiredo implorou: “Socorrei-nos Deus Onipotente com algumas chuvas, tende compaixão de vossos filhos abençoados (...)”.¹⁹⁵

Comparado os mapas das figuras 08 e 09, identifica-se que na maior parte das comarcas, as duas secas provocaram impacto; já em 1889, algumas regiões conheciam o problema pela primeira vez, digo isso, porque entre 1877-1878, algumas vilas, principalmente localizadas no norte da província e/ou mais próximas ao rio Parnaíba, como, por exemplo, Barras, não haviam sido seriamente atingidas pela seca enquanto fenômeno climático, mas apenas nesses locais tinha respingado as consequências da seca como produto social, principalmente com a convergência numerosa de emigrantes para essas localidades; outros lugares, como Oeiras, sentiram a seca nos seus dois vieses. Nos dois momentos, o resultado foi o mesmo: fome, migração e morte de muitos, mas principalmente em 1889, a seca parece ter sido mais intensa do que a anterior.

No Piauí, em muitas localidades, somente em 1878, a seca começou a mostrar-se mais dura, haja vista, em 1877, ter chovido em muitos locais da província; em 1879, também teve algumas chuvas, assim como em 1878; no primeiro e último ano, embora não tenha segurado completamente a lavoura, houve pastagens em alguns momentos para o gado; nos jornais, encontra-se com frequência a oferta de gado *vacum* para venda nos anos de seca, todos “das eras de 73, 74 ou anteriores”. De uma só vez ofertava, 500, 600 e até 2.000 bois.¹⁹⁶

¹⁹⁴ A SECA. *A Época*, n.º ? p. 02, ano XI, 03 jan. 1889.

¹⁹⁵ DUARTE, Francisco Figueiredo da Silva. *A Época*, n.º 40, p. 04, ano II, 04 jan. 1879.

¹⁹⁶ ANNUNCIOS. *A Imprensa*, n.º 526, p. 02, ano XIII, 10 dez. 1877; n.º 530, p. 04, ano XIII, 17 jan. 1878; 2.000 BOIS. *A Época*, n.º 84, p. 04, ano II, 12 nov. 1879.

Certamente as notícias de morte do gado provocadas pela seca eram comuns, mas acredito que isso variava dependendo da região da província. Em muitos lugares existia pastagem para alimentação dos animais; aqueles que tinham maior condição financeira, levavam os seus gados para locais onde era possível encontrar alimento e até mesmo, como mostrei, o gado cearense era posto para caminhar em direção ao Piauí para uma estadia enquanto durasse a seca. Entre 1877 e 1879, a seca parece ter sido, com seu maior rigor, trazida pelos emigrantes. É isso que os documentos deixam explícito quando analisados no período citado. Relatórios dos presidentes da província, discursos proferidos na Assembleia Legislativa e as notícias veiculadas nos jornais da época, apontam a afluência de migrantes como agravadora das consequências da seca, entendimento que já deixei transparecer em páginas anteriores e que irei analisar com mais espaço no próximo capítulo. Segundo Domingos Neto e Geraldo Almeida, “os problemas clássicos da seca *do norte* surgiram, então no Piauí não devido a fatores internos, mas sim em razão dos retirantes de outros estados. Para todos os efeitos, o drama vinha de fora”.¹⁹⁷

No final da década de 1880, a seca passou a ser sentida com mais intensidade a partir do ano de 1889, embora em algumas localidades já estivesse presente desde 1888. Embora perceba, que se comparado a 1877, a migração de cearenses para o Piauí parece ter sido bem menos intensa em números de pessoas, para entender isso, devemos compreender as ações de combate à seca no Ceará nos dois momentos e a forma como a migração para a Amazônia e o Sul era tratada, ora incentivada, ora dificultada pela província vizinha, o que certamente contribuiu para que o Piauí fosse ou não uma opção para os cearenses. Percebo que as queixas sobre o impacto das secas em algumas regiões do Piauí foram maiores que durante os três anos da seca da década anterior. Acresce que como disse, o pico da seca no Piauí foi em 1878, enquanto em alguns pontos, embora a seca seguinte só tenha sido sentida de forma mais intensa em 1889, em outros locais ela foi presente em 1888 e 1889. Sendo assim, o último bom inverno em determinados locais do Piauí, findou-se no primeiro semestre de 1887, voltando somente no começo de 1890.

Se identificados quais os segmentos sociais mais afetados por esse fenômeno no Piauí nos dois episódios, encontra-se a população mais pobre diretamente vitimada pelas consequências da seca. Foram essas pessoas que mais sofreram e morreram, porém, deve-se entender que quase toda a população foi tocada negativamente de alguma forma pelos seus efeitos. É comum encontrar nos documentos a referência às pessoas tidas como ricas, que

¹⁹⁷ DOMINGOS NETO e BORGES, 1987, p. 33.

sucumbiram economicamente, principalmente os criadores, que perdiam os seus rebanhos, e também passavam a viver com dificuldades.

Um dos casos mostrados na documentação é o de Luiz Correia Lima. Falecido em Príncipe Imperial em 1885, “foi um dos homens mais abastados do município, a seca (...) o reduziu a pobreza a ponto de ser necessário que seus filhos lhe fornecessem os meios de subsistência”.¹⁹⁸ Mesmo com isso, cumpre entender que, embora a grande massa da população sofresse naquele momento, notadamente a população vinculada à mão de obra agrícolas nas terras de terceiros, trabalhava como jornaleiro, ou mesmo era desempregada e que não tinham recursos para sustentar-se por muitos meses ou anos; enquanto a seca perdurava, havia outro grupo social que possuía reservas suficientes para atravessar sem sofrer grandes impactos a maior parte desse tempo, mesmo que todos sofressem de alguma forma. Porém, “há categorias que não só são pouco afetadas pela crise periódica como encontram na mesma a força de sua reprodução e engrandecimento”. Tema que abordarei no quarto capítulo, posso antes citar nesse caso, a elite política local, que, estando no poder, fazia uso dos recursos destinados ao combate da seca, para a concretização dos interesses pessoais, familiares e de aliados políticos, servindo o momento de crise para enriquecimento pessoal e familiar, evidenciando que havia aqueles que perdiam, mas havia aqueles que ganhavam com a seca.

Nos jornais, as vozes que ecoavam quase sempre não eram as das pessoas mais pobres que morriam com fome, embora em alguns momentos sejam publicados, pelo menos nos periódicos piauienses, pequenas impressões da seca vinda dessas pessoas, em sua grande maioria o que chegava ao público eram cartas e informações enviadas de diferentes pontos da província, por pessoas ditas de confiança ou de maior critério, que quase sempre não eram identificadas, ou quando o faziam, usavam apelidos ou adjetivos para se nomearem. O que se vê é que os redatores dos jornais não percorriam as comarcas em busca de registrar as cenas e proceder com sua impressão dos fatos. O que temos, são reproduções de pessoas que certamente dominavam a escrita, possivelmente tinham algum destaque social onde residiam e/ou possuíam vínculos políticos com a facção representada por um ou outro jornal de Teresina, uma vez que muitos dos relatos da seca vêm acompanhados de pedidos ao presidente da província para que “acuda” aquela localidade; trazem reclamações acerca dos socorros, em várias ocasiões considerados insuficientes, e acima de tudo, buscavam chamar a atenção para descrições de sofrimento humano e animal, e para a constante presença da morte; com isso, não podemos deixar de acreditar que, embora as cenas relatadas de fato ocorressem,

¹⁹⁸ LUIZ CORREIA LIMA. *A Imprensa*, n.º 864, p. 02, ano XX, 23 abr. 1885.

não é de duvidar que existissem exageros, pois as denúncias e/ou relatos partiam quase sempre de um palanque político.

O autor era constantemente uma “terceira pessoa” que apenas via, observava o que se passava com os demais e relatava. Parecia não ser tocado pela seca, ou estava ali apenas momentaneamente enquanto verificava a condição humana em estado de sofrimento. Aliás, essa é a tônica de quase todas as mensagens. A degradação humana provocada pela seca é o ponto máximo dos relatos mostrados. A maioria dos adjetivos utilizados para se referir a esse grupo social que era afetado pela seca ia desde palavras penosas até aquelas mais pejorativas; quase nunca eram apontadas como pessoas que estavam lutando para resistir à seca, assim como quase todos que estavam envolvidos por aquele problema, inclusive os narradores dos fatos, que pareciam muitas vezes não perceber estarem também embebidos naquele contexto.

As consequências provocadas pela seca, como já citei anteriormente, atingiu em graus distintos, tanto os pobres como os ricos. Para os professores da educação primária do Piauí, a migração das localidades era sinônimo de redução salarial. “Abandonadas algumas povoações por efeito da seca, as escolas ficam quase desertas e é justamente quando os viveres sobem a um preço fabuloso que o professor vê aqueles seus diminutos vencimentos serem abatidos”, pois havia um regulamento que diminuía em um terço a remuneração docente, à medida que os alunos frequentes não atingissem um determinado número.¹⁹⁹ Em 1878, existiam 54 escolas públicas de instrução primária no Piauí, sendo 31 do sexo masculino, somando ao todo 1075 alunos, e 23 do sexo feminino, com um total de 486 alunas. Segundo a fala do presidente Barros Pimentel, esses algarismos representavam uma diferença notável se comparados com os números aferidos anteriormente, “o que deve ser em parte atribuído ao despovoamento de algumas localidades”.²⁰⁰

Não só o professor público ficava sem ao alcance da alimentação, pois quando apareciam nos mercados, os legumes e as carnes “conservam preços tão altos que os põe fora do alcance da pobreza”,²⁰¹ como em Oeiras, que além dos preços altos, sofria crises de quase desabastecimento em 1878; o gado magro, quase já não era útil para o abate. A farinha, quando aparecia, custava 1:000 a 1:280 réis o litro, a quarta do produto, em torno de 50 litros,

¹⁹⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 17.

²⁰⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 19.

²⁰¹ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 07.

chegava a atingir valores de 25\$00 a 30\$000.²⁰² Em Teresina, as cifras nos mercados também subiram bastante: “se o preço em 1870 era de 4\$000 reais, em 1877 atingia 25\$000, em 1880, 2\$000 (...).

O mesmo ocorria com a carne verde, que, em 1876, custava 160 a 200 réis o quilo, passando, em 1877, a 320, e em 1878, a 360 réis.²⁰³ Em 1877, já havia denúncias de pessoas que mantinham os seus estoques especulando maiores lucros: “indivíduos sem caridade monopolizam legumes, não querendo vender para matar a fome a centenas de patrícios seus, com a mira de em um futuro mais remoto vender esses mesmos legumes pelo triplo ou quádruplo do seu justo valor”.²⁰⁴ Esse cenário se repetiu em 1889, obrigando aqueles que não recorriam aos crimes, a aproveitar o que a natureza ainda oferecia para a alimentação, como plantas, muitas vezes tóxicas e “animais mortos pela seca”.²⁰⁵

Os relatos dos crimes contra a propriedade privada, como já indiquei anteriormente, tornaram-se comuns durante a extensão das secas, assim como a dificuldade de combatê-los, tanto pelo baixo contingente policial da província, como pela indiferença das autoridades em punir os responsáveis pelos delitos. De União, em 1879, um “Prejudicado”, que assim se identificou ao jornal *A Época*, relatou a inércia da justiça ao concluir os processos contra os acusados de roubo de gado naquela região. Dizia ele que

Os fazendeiros descrentes da justiça pública não se cansam mais de levarem ao conhecimento das autoridades respectivas, os prejuízos que sofrem, porque, suas representações, ou ficam dormindo no sono do esquecimento sobre a banca do órgão de justiça, ou segue de ali para encontrar igual obstáculo nas mãos do júízo municipal.²⁰⁶

Com a indiferença da justiça, os crimes possivelmente se multiplicavam, tanto aqueles feitos por pessoas que furtavam para matar a sua fome e de seus familiares, como aqueles que cometiam crimes além da sua necessidade alimentar, aproveitando o momento favorável para essa prática. Em Oeiras, diante da necessidade de reforço policial, defendeu-se a “criação de uma guarda voluntária de cidadãos de todas as classes, para armados, policiarem a cidade”.²⁰⁷

Vistos ao longo dos meses, os relatórios dos presidentes da província do Piauí, revelam o número e a natureza dos vários crimes praticados no território piauiense entre 1877 e 1879. Neles, é visível um acréscimo, de furtos, roubos, homicídios e tentativas de

²⁰² JÁ SE MORRE A FOME. *A Imprensa*, n.º 531, p. 04, ano XIII, 02 jun. 1878.

²⁰³ ARAÚJO, 2010, p. 87.

²⁰⁴ AGORA QUE (...) *A Imprensa*, n.º 520, p. 03, ano XIII, 13 out. 1877.

²⁰⁵ A SECCA. *A Phalange*, n.º 21, p. 03, ano I, 05 jun. 1889.

²⁰⁶ PREJUDICADO. *A Época*, n.º 69, p. 04, ano II, 26 jul. 1879.

²⁰⁷ OEIRAS. *A Imprensa*, n.º 516, p. 04, ano XIII, 31 ago. 1877.

homicídios, comparados ao ano de 1876. Muitos desses delitos eram praticados por alguns criminosos e desertores que se infiltravam entre os migrantes.²⁰⁸ No relatório de 1879, o alto registro de homicídios e furtos passou a ser atribuído dessa vez aos próprios migrantes cearenses que se encontravam no Piauí.²⁰⁹

De acordo com o balanço feito por Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, foram registrados em Teresina 96 casos de furtos e/ou roubos, entre 1876 e 1882, destes, 70 foram praticados em 1879. Neste ano, também teve recorde de assassinatos, 15, em um total de 35 de todo o período. Segundo a autora, a prática do roubo em Teresina, podia ser explicada pelas condições de precariedade e pobreza que dominava o cotidiano da população. Furtava-se basicamente “pequenos objetos, de fácil comercialização ou troca, que viessem a servir para o consumo de suas famílias”; em muitas situações, em subtraídas frutas como melancias, macaxeiras e laranjas, além de animais, como cabras. O alto número de assassinatos pode ser também entendido como “um dado revelador dos conflitos sociais à época”.²¹⁰

Desencadeadora de novos comportamentos na sociedade, a seca provocava mudanças também no desenvolvimento das atividades públicas e políticas. Em 1877, as eleições foram suspensas em Príncipe Imperial e Independência, em decorrência da situação calamitosa que passava a comarca, só sendo realizadas novamente em 1880;²¹¹ o mesmo aconteceu com o alistamento militar nessa localidade e em Marvão.²¹²

Economicamente, a província ressentia-se com a redução da coleta do dízimo, vista a grande perda com a morte do gado, registrando-se, em 1881, uma “depressão equivalente a 36:000\$000 réis”²¹³ na arrecadação piauiense. Diante do cenário, tornou-se rotineiro em 1878 e 1879, criadores de gado vacum e cavalariários anunciarem nos jornais, avisando para que os coletores provinciais não lançassem o seu dízimo, devido à morte do gado com seca e à venda do que havia restado.²¹⁴ Ao atingir a principal fonte de riqueza provincial, a seca causava impactos também no comércio e nas exportações; as rendas da alfândega de Parnaíba, por

²⁰⁸ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, n.º 45, 1878.

²⁰⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879.

²¹⁰ ARAÚJO, 2010, p. 80.

²¹¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, em sua sessão extraordinária de 13 de abril de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1878.

²¹² OFÍCIOS n.º 494 e 514. *A Imprensa*, n.º 560, p. 01 e 02, ano XIV, 28 set. 1878.

²¹³ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Sinval Odorico de Moura, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente, Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, no dia 31 de dezembro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1882.

²¹⁴ ATENÇÃO. *A Época*, n.º 60, p. 04, ano II, 27 mai. 1879.

exemplo, reduziram significativamente no final da década de 1880. No ano de 1889, importaram a quantia de 300:545\$774, uma diferença para menos, de 78:112\$978, se comparado com o ano anterior.²¹⁵

À medida que a seca foi se alastrando pelo Piauí, tanto a população local como o poder público agiram para tentar minimizar, tanto as perdas humanas quanto as materiais. Para aliviar o sofrimento daqueles mais atingidos, muito importante foi a solidariedade e a caridade particular. Se para o Ceará chegavam constantemente doações advindas de várias províncias do Brasil, enviadas por diferentes tipos de público e entidades sensibilizadas com as notícias que liam sobre a seca, no Piauí, a ação solidária foi na sua maioria restrita à população nativa, que presenciava o sofrimento alheio com os próprios olhos, que via as pessoas famintas passando à frente da sua casa, e utilizava o que tinha ao seu alcance para alimentar tanto as pessoas das suas mesmas vilas como os emigrantes que por ali transitavam, não sendo encontrada na documentação analisada, o envio de donativos por particulares para socorrer as vítimas de seca no Piauí.

As ações humanitárias “dignas do mais justo louvor”,²¹⁶ eram realizadas principalmente por religiosos, autoridades policiais e pessoas de vulto econômico. Na vila de Manga, em 1877, o reverendo daquela freguesia, Antonio Marques dos Reis e o tenente-coronel Francisco Emydio de Feitas, ofereciam alimento a todos os migrantes que chegavam àquela localidade; em Príncipe Imperial, por onde entrava grande leva de cearenses, o Dr. João Felipe da Cunha, além de emprestar dinheiro a Comissão de Socorros da vila, fornecia alimentos, como rapadura e farinha para os necessitados.²¹⁷ Nos dois primeiros anos da seca, “a caridade dos (...) patrícios *se manifestou* na altura dos generosos sentimentos que tão nobremente os *distinguiam*”; mesmo com todos os esforços, sabia-se que somente a ação particular não seria capaz “de remediar tantos desgraçados nem suavizar tantos sofrimentos”.²¹⁸

As chamadas “ações meritórias”, mais documentadas como ocorridas em 1877 e 1879, iam desde o fornecimento de alimentos à adoção de crianças, da forma como fez o capitão

²¹⁵ Relatório com que o Sr. 1º vice-presidente do Estado do Piauí, Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá, entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro, no dia 23 de agosto de 1890. Teresina, Typografia de Honorato Sousa, 1890.

²¹⁶ AÇÃO MERITÓRIA. *A Época*, n.º 08, p. 04, ano I, 25 jun. 1878.

²¹⁷ MANGA (...) e PRÍNCIPE IMPERIAL (...). *A Imprensa*, n.º 519, p. 03, ano XIII, 29 set. 1877.

²¹⁸ EMIGRAÇÃO. *A Imprensa*, n.º 519, p. 04, ano XIII, 29 set. 1877.

Miguel de Sousa Borges Leal, que se incumbiu “‘gratuitamente da criação de seis crianças retirantes’ com idades entre oito e doze anos, que haviam ficado órfãos de pai e mãe”.²¹⁹ A divulgação das “ações humanitárias” durante a crise, e os extensos elogios que faziam a muitos nomes, embora pareçam ser intenções despretensiosas, podem carregar na sua essência, tanto interesses políticos como também pessoais. Elogiado como realizador de um ato “digno de louvor, pelos sentimentos altamente humanitários e filantrópicos”, o tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo, segundo divulgou *A Imprensa* em maio de 1878, “dava agasalho” desde outubro do ano anterior, “no sítio Bentos, de sua propriedade, a 105 emigrantes”, fornecendo-lhes sustento.²²⁰ Mesmo que tenha tido as suas intenções solidárias, é pouco provável que o tenente-coronel, tenha despendido alimento por tanto tempo a uma quantidade tão grande de pessoas, sem em troca fazer uso dos seus serviços na propriedade. Independente das intenções da ação desse sujeito em particular, analisando o mesmo contexto, aplicando ao Ceará, Frederico de Castro Neves, afirmou:

A caridade individual assumia seu lugar no interior do modelo paternalista de proteção aos pobres em tempos de crise, quando aqueles que sofrem as agruras do trabalho cotidiano pela sobrevivência sequer tinham como sustentar-se até as próximas chuvas. As trocas pessoais e privadas, que caracterizam esse modelo, pareciam satisfazer as necessidades dos pobres diante de uma escassez momentânea e situavam o caridoso cristão em seu lugar nos céus, pronto para a salvação de sua alma. As iniciativas privadas reforçavam esses laços de solidariedade social, apresentando a todos, especialmente aos pobres, um “sistema” de apoio mútuo que parecia eficaz e justo.²²¹

Segundo Araújo (2010), proceder de forma caridosa ou solidária em prol dos necessitados, tornou-se “uma prática de famílias de elite da época, pois a Igreja Católica, através dos sermões, passava a necessidade de uma atitude cristã em que a fé, a esperança e a caridade eram princípios fundamentais para o homem alcançar a salvação eterna”. Ainda de acordo com a autora, em Teresina nos anos de 1874 a 1886, houve uma intensificação desse tipo de atitude, através das ações de Frei Serafim de Catânia, “que conseguiu envolver a sociedade na ética católica, através dos seus conselhos, palavras de paz e esperança”.²²² De maneira significativa é descrita a ação do religioso naquele momento junto aos migrantes pela “inexorável dedicação com que se multiplicava dentro e fora da cidade, para atender a tantos

²¹⁹ ACTO MERITÓRIO. *A Imprensa*, nº 600, p. 04, ano XIV, 06 jul. 1879.

²²⁰ AÇÃO HUMANITÁRIA. *A Imprensa*, n.º 543, p. 04, ano XIII, 23 JUN. 1878.

²²¹ NEVES, Frederico de Castro. O bolsinho do imperador: caridade e crise do paternalismo nos anos de 1870. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História* – João Pessoa, 2003, p. 02.

²²² ARAÚJO, 2010, p. 90.

indigentes e moribundos, provendo-lhes as necessidades do corpo, ao mesmo tempo que curava as doenças da alma”.²²³

Independentemente da forma que vinham, se através de abrigo, dinheiro distribuído ou alimento, essas doações fortaleciam a esperança de muitos migrantes que resistiam até chegarem nesses locais onde recebiam ajuda. Para além de ser um ato “meritório” ou humanitário, e significasse prestígio ou simplesmente inspiração religiosa, para os que podiam matar a fome sua e dos seus naquele dia, significava a possibilidade de continuar lutando pela sobrevivência em meio a um período completamente adverso. Certamente essas ações não foram restritas aos casos citados aqui e nem somente aos demais que encontrei na documentação consultada. Muitas pessoas, até mesmo quando já não tinham muito nem para si, ofereceram o que ainda lhes restavam na tentativa de aliviar a dor dos demais.

De grande significado social, essas ações iam parar nos jornais, levando de certa forma a mensagem de que cada piauiense, na medida das suas possibilidades, podia tomar alguma atitude que ajudasse renovar a esperança de um migrante. Tão importantes eram as pessoas que se prestavam a essas ações, que a morte de um desses “benfeitores” resultou na lamentosa nota publicada no *A Época*, do falecimento, em Pedro II, do capitão Ernesto Mendes da Rocha, de 30 anos. Preocupado com as necessidades do “povo pobre” e “especialmente os indigentes desta vila”, sua casa “estava constantemente cheia desses infelizes e cuja mão caridosa não cessava de estender-se para eles, ministrando-lhes o pão de cada dia para mitigar lhes a fome nesta quadra de calamidade”.²²⁴

Além da ação particular, as medidas tomadas pelo poder público iniciaram no Piauí, assim como no Ceará, em 1877, onde foram empregados “os meios convenientes em ordem a evitar funestos resultados, como quase, são os que semelhante mal produz entre as classes desvalidas e de poucos recursos”, segundo consta o relatório do presidente da província Graciliano Paula Batista, de junho daquele ano. Por “meios convenientes”, deve-se entender Comissões de Socorros, inicialmente nomeadas em Príncipe Imperial e Independência, a partir da abertura de um crédito que somava oito contos de réis.²²⁵ No relatório de agosto, o presidente já admitia a extensão da seca para outras localidades, nomeando “comissões para quase todas as comarcas, incumbindo-lhes a distribuição de socorros precisos”, além de recursos para a compra de viveres e roupas.

²²³ MARTINS, Elias. *Frei Serafim de Catânia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 17.

²²⁴ FALLECIMENTO. *A Época*, n.º 05, p. 04, ano I, 04 mai. 1878.

²²⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877, p. 01.

Em locais onde havia falta de viveres, como em Príncipe Imperial, as comissões “prudentemente” distribuíram “os socorros em dinheiro, fazendo os emigrantes retirar-se para outros lugares”, mesmo sendo o oposto do que recomendava o governo imperial.²²⁶ Mesmo com todos os esforços, a distribuição dos socorros quase sempre foi irregular ou insuficiente. Em 1878, o presidente Sancho de Barros Pimentel admitiu que em muitas localidades onde havia migrantes espalhados, algumas delas distantes mais de cem léguas de Teresina, era “difícil, senão impossível”, manter um “sistema regular de distribuição de socorros”.²²⁷ A inconstância da chegada dos socorros em algumas freguesias, tanto pela distância como pela falta de transportes, tornava mais agravante a condição de quem estava migrando, como também daqueles que ainda buscavam resistir no seu lugar de morada.

A dificuldade da ação do Estado de atender a todos, certamente contribuía para o aumento da migração interna, que juntamente com a população das províncias vizinhas, caminhava em direção à fronteira oeste, especialmente para Teresina. No capítulo quatro, irei abordar de modo específico sobre a ação das Comissões de Socorros no Piauí, assim como da implantação dos Núcleos Coloniais. Se lá irei analisar a distribuição dos recursos, os socorros em âmbito local, nos parágrafos seguintes discorro com mais detalhes sobre o envio de verbas para serem aplicadas pelas províncias do Piauí e do Ceará no amparo às vítimas da seca.

Os recursos enviados às províncias para ser usado nos Socorros Públicos eram repassados por meio dos créditos extraordinários feitos pelo Ministério do Império. Pelo Decreto legislativo n.º 2726, de junho de 1877, foi concedido o crédito especial de 2.000:000\$0000, para o “pagamento de despesas com socorros às vítimas flageladas pela seca”. Em dezembro do mesmo ano, foi aberto um crédito suplementar “de igual quantia”, pelo Decreto n.º 6768, visando destinar verbas aos Socorros Públicos e melhoramento do estado sanitário das províncias, no exercício de 1877-1878.²²⁸ Em 1889, pelo Decreto n.º 10.181, de fevereiro daquele ano, abriu o Ministério do Império, um crédito extraordinário de “5.000:000\$000, para ocorrer a despesas urgentes” que tinha entre outras finalidades auxiliar as populações vítimas da seca do Ceará e de outras províncias no Norte, “prestando

²²⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, em sua sessão extraordinária de 13 de abril de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1878, p. 17.

²²⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 10.

²²⁸ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, p. 132.

indiretamente por meio do trabalho em obras públicas e melhoramentos para atenuar desde já e de futuro os males provenientes do flagelo”.²²⁹

No segundo quinquênio década de 1870, muito contribuiu para as despesas imperiais, e conseqüentemente para o aumento do déficit nas contas públicas, as somas destinadas ao Ministério do Império, que se observado ao longo prazo, tinha picos de gastos, principalmente em épocas de calamidade pública, como as epidemias e as secas no Norte. Naquele período, a soma dos valores repassados aos Socorros Públicos importou em 74.163:906\$159, divididos entre as províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí.²³⁰ No repasse feito por meio do crédito aprovado em junho de 1877, no mês de novembro, o jornal *Cearense* divulgou a distribuição dos valores entre algumas províncias, já alcançando a soma de 1.326:496\$410; destes, para o Ceará foram remetidos 561:797\$040, e para o Piauí, 50:000\$000.²³¹

A tabela seguinte mostra as despesas feitas com os Socorros Públicos entre 01 de maio de 1877 até 20 de novembro de 1878, por conta dos créditos ordinários que foram votados na lei do orçamento imperial. Nota-se que esse espaço de tempo compreende, praticamente, o período mais crítico da seca. A tabela original traz todas as províncias do Império na época. Busco aqui atentar principalmente para aquelas que estavam enfrentando os obstáculos causados pela falta de chuvas.

²²⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, Anexo G, p. 04.

²³⁰ CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

²³¹ SECCA NO NORTE. *A Imprensa*, n.º 100, p. 03, ano XXXI, 29 nov. 1877.

Tabela 17: Distribuição das despesas dos Socorros Públicos entre 01 de maio de 1877 e 20 de novembro de 1878

Província	Valor repassado
Amazonas	4:228\$200
Pará	10:399\$052
Maranhão	15:769\$560
Piauí	2:064\$677
R. G. do Norte	12:050\$000
Pernambuco	1:012\$444
Alagoas	19:164\$331
Sergipe	3:559\$611
Bahia	18:000\$000
Espírito Santo	3:811\$480
Santa Catarina	16:059\$879
S. Paulo	50:500\$000
Paraná	25:975\$454
S. Pedro	2:153\$494
Minas Gerais	3:100\$000
Total	188:358\$565

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, Anexos, p. 05.

Embora seja admitido que os socorros não eram exclusivos para locais que estavam passando por distúrbios climáticos, e sim para qualquer província que atravessasse algum problema que afetasse a sociedade, entre as províncias do Norte tocadas pela seca naquele período, o Piauí foi a que menos recebeu. No documento, o Ceará não consta como região beneficiária, mas se comparado com os dados de 1879, percebe-se que os valores destinados a uma e outra província, eram bem distantes.

Por conta dos créditos especiais abertos para “acudir às despesas da seca, até dia 21 de abril daquele ano, o Ceará recebeu 28.579:999\$990, enquanto o Piauí, apenas 1.333.900\$191, atrás também do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que mesmo percebendo valores bem abaixo que o Ceará, superavam a quantia destinada ao Piauí. Pela movimentação feita na imprensa e pelo meio político, é de notar que o Ceará sempre manteve a preferência dos repasses para o combate às secas, tanto quando o assunto, eram o destino dos créditos aprovados pelo Império, como na arrecadação de fundos feitos de diferentes fontes, que somados a esse primeiro, eram distribuídos entre as províncias atingidas.

Uma importante fonte de recursos para o combate à seca no Norte eram os donativos. O próprio imperador participou “ativamente da montagem desse modelo de relações recíprocas mediadas pela troca de lealdade por proteção, e sua presença efetiva nesses atos em que a caridade centraliza, organiza e dirige as ações de assistência aos pobres é inclusive

cobrada pelos órgãos de imprensa”;²³² então era comum que membros da família real, e pessoas de vulto social que tivessem ou almejavam conseguir algum *status* na Corte, dispendessem boas quantias em forma de donativo, e ação da realeza contribuiu para o sucesso nas arrecadações, como destacou o relatório do ministério do Império de 1878:

Para auxiliar as populações vitimadas pela seca, organizaram-se comissões filantrópicas; a iniciativa particular explorou todos os meios honestos por onde pudesse obter o óbolo da caridade; o Governo não barateou a vida do cidadão flagelado, com o intuito de economizar os dinheiros do Estado; e das Augustas mãos dos Imperantes e da Sereníssima Princesa Regente, e mais membros da Família Imperial partiram donativos em benefício daquelas populações.²³³

Em novembro de 1877, já constavam ter recebido a tesouraria geral, a importância de 181:318\$637, sendo destinado em maior vulto em relação às demais províncias, a quantia de 60:000\$000, enquanto para o Piauí, Paraíba e Pernambuco, a metade desse valor para cada uma. Alagoas, recebeu apenas 15:000\$000.²³⁴ Obviamente, deviam existir critérios para determinar a quantia destinada a cada região, e o Ceará certamente, pela movimentação que exista na imprensa, sensibilizava mais diretamente os emissários dos recursos. Com essa diferenciação no tratamento, podia-se esperar que os representantes políticos de outras províncias constantemente se queixassem da atenção desigual, quando a matéria era o repasse de verbas.

Em junho de 1878, o jornal *A Época*, questionou essa situação. Afluindo “sem interrupção massas enormes de emigrantes”, para Piauí, onde se achava “acumulada a maior parte dos emigrados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”, o governo geral pouco havia despendido. Segundo o jornal, “esse pouco, que tem relação ao Ceará, constitui insignificantes migalhas, tem sido dado de preferência aos emigrantes das quatro províncias supracitadas, ficando à margem a maioria dos nossos infelizes conterrâneos, tão necessitados como aqueles”.

Diante da denúncia, se criava mais um imbróglio. Recebendo menos que as demais províncias, segundo relatou o jornal, o governo do Piauí gastava mais com os migrantes de regiões vizinhas do que com a sua própria população, por isso, questionava: “Por que se procede assim? Por que razão o governo da província procura de preferência curar as misérias

²³² NEVES, 2003, p. 02.

²³³ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, p. 117.

²³⁴ SECCA NO NORTE. *A Imprensa*, n.º 100, p. 03, ano XXXI, 29 nov. 1877.

de poucos que não foram confiados à sua administração?”.²³⁵ Certamente o Piauí tinha um desafio duplo no combate aos efeitos da seca: não só a população local era atingida, como também existiam os milhares de migrantes que a essa província se destinavam ou acabavam ficando ao longo de um percurso maior. Essa diferenciação foi colocada em pauta pelo “Sr. Basson”, em discurso na câmara dos deputados na sessão de 19 de maio de 1879, que assim se pronunciou: “Eu venho, portanto, lembrar ao honrado ministro do Império a conveniência de se fazer para o Piauí, o que acredito que tem feito para outras províncias, também flageladas pela seca: isto é, que se faça uma remessa mensal enquanto durarem estas circunstâncias excepcionais”.

Para justificar a cobrança, afirmou que o Piauí possuía despesa mensal de 50:000\$ com os emigrantes, e grandes eram as dificuldades em que se encontrava a província.²³⁶ O debate em torno dos recursos para a seca, muitas vezes tomava os caminhos da discussão político-partidária; se de alguma forma as influências políticas prevaleciam no momento do destino dos créditos, essa questão era exposta nos jornais, em alguns casos em tom de ironia. O jornal *A Época*, órgão defensor da política conservadora no Piauí, enquanto constatava a distribuição desproporcional das verbas, apontava a indiferença dos políticos piauienses que possuíam representatividade na corte em interceder pelo Piauí.

*O governo liberal, previdente e generoso, apesar do crédito extraordinário de dez mil contos de réis, aberto ultimamente para ocorrer as despesas da seca, absorve toda sua atenção com o Ceará, onde gasta mensalmente 1:500 contos de réis; com o Rio Grande do Norte, onde o presidente em menos de três meses consumiu 1:800 contos pela verba Socorros públicos; e assim por diante; ou dorme indolente à sombra dos louros cochilos do campo eleitoral; enquanto nós, deserdados filhos da pátria, somos entretidos com alguns sacos de farinha e milho pobre, afora uns 150 contos de reis chorados, que nos vieram ab initio! E temos na corte um senador poderoso, filho da província, e um deputado geral, genro daquele que não sabem, ou não querem usar do seu incontestável prestígio em benefício de sua província natal e adotiva (...).*²³⁷

Obviamente, por se tratar de um órgão opositor ao governo naquele momento, as críticas acabavam exacerbando em determinados aspectos, mas, por outro lado, não podem ser ignoradas quando avistado o cenário da representação política que possuía o Ceará e o Piauí na corte. Enquanto o primeiro contava com nomes importantes e atuantes como, Senador

²³⁵ OS EFEITOS DA SECCA. *A Época*, n.º 10, p. 01, ano I, 08 jun. 1878.

²³⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A Imprensa*, n.º 600, p. 02, ano XIV, 05 jul. 1879.

²³⁷ IMPREVIDÊNCIA REGENERADORA. *A Época*, n.º 31, p. 01, ano I, 02 nov. 1878.

Pompeu,²³⁸ o Piauí ficava em posição desprivilegiada quanto à atuação da voz dos seus parlamentares.

O mais notável, parece ter sido o Marquês de Paranaguá. Nascido no Piauí, conseguiu importante *status* político, atuando como desembargador, senador do Império, conselheiro do Estado e também ministro. Mesmo tendo forte influência política junto a D. Pedro II, foi chamado de “degenerado e ingrato” pelo jornal *A Época*, por supostamente não ter usado o seu posto para promover “benefícios e melhoramentos (...) a sua pobre e infeliz província (...)”.²³⁹ Embora o jornal faça acusações ao renomado político, pelo menos no discurso, o senador, que já tinha ocupado os cargos de ministro da justiça e ministro da guerra,²⁴⁰ discursou em prol do Piauí e das demais províncias assoladas pela seca, que eram colocadas em segundo plano na distribuição dos socorros. Na sessão em 25 de junho de 1877, o senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, contestou o projeto que concedia ao governo um crédito de 400:000\$ para trabalhos públicos na província do Ceará. Em sua fala na assembleia, disse o seguinte:

Esta calamidade devasta várias províncias do Norte e não unicamente a do Ceará, embora mais cruamente tenha pesado sobre essa província. Distribuïrem-se os socorros de uma maneira tão restrita e parcial, como quer o projeto, sob a forma de trabalhos públicos, é medida, além de injusta, odiosa. Sofre, e sofre muito, a província do Ceará; mas não sofrem menos a do Rio Grande do Norte, a da Paraíba, o sertão de Pernambuco e a província do Piauí, principalmente naquelas partes que limitam com as províncias de Pernambuco e do Ceará. A seca está causando grandes estragos no Piauí, nessas partes em que ela é limítrofe com as províncias referidas; urge que o governo envie socorros àquela província que, parece, está esquecida, senão abandonada. (...) É indispensável, pois, que o governo vá em auxílio do Piauí. Porque aquela província não brada como a do Ceará, porque não se organiza em seu favor uma comissão central subdividida estendendo-se como uma rede nesta grande superfície (...).²⁴¹

A opinião do senador demonstra que ele não estava em total apatia em relação à sua província de origem. Alertando para a condição de calamidade que se passavam as outras províncias, além do Ceará, reconhecia a inexistência de um grupo político engajado que falasse em favor do Piauí, por isso, pedia: “Não concentre o governo todas as suas vistas no

²³⁸ Ver: SOUSA, José Weyne de Freitas. O projeto Pompeu Sinimbu e o desequilíbrio econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil (1877-1901). *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 49-67, jul./set., 2019.

²³⁹ DIZ-SE POR AHI (...). *A Época*, n.º 290, p. 01, ano VII, 01 fev. 1884.

²⁴⁰ Para saber mais sobre a trajetória política de Marquês de Paranaguá, ver: CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá: ensaio biográfico*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

²⁴¹ Anaes do Senado do Império do Brasil. 13º sessão da 16ª legislatura, de 25 de junho de 1877. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1887, p. 219. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Imperio/1877/1877%20Livro%205.pdf.

Acesso: 29 ago. 2020.

Ceará, província digna de todos os socorros que para ela se encaminham, mas que devem repartir-se igualmente por todas as que sofrem”.²⁴² Embora tenha intercedido pelo Piauí nesse momento, o Ceará foi destaque absoluto na preferência do governo imperial em enviar recursos durante os três exercícios que durou a seca. Percebendo valores muito distantes da província vizinha, os presidentes que estiveram à frente do executivo piauiense, tiveram que administrar, comparativamente ao Ceará, os poucos recursos que recebiam, para tentar amenizar o sofrimento da população da província e migrante, como discrimina a tabela abaixo.

Tabela 18: Demonstração de todas as despesas feitas com a seca por conta dos diferentes créditos.

Províncias	Exercícios			Total
	1876-1877	1877-1878	1878-1879	
Amazonas	-----	77:676\$5780	193:367\$661	271:241\$444
Pará	-----	196:000\$000	313:544\$480	509:544\$480
Maranhão	-----	228:683\$312	342:068\$542	570:751\$834
Piauí	10:000\$000	235:000\$000	130:000\$000	373:799\$040
Ceará	100:000\$000	5.979:799\$040	5.030.000\$000	11.129799\$040
R. G. do Norte	30:000\$000	1.775.000\$000	1.679:161\$880	3.484:161\$880
Pernambuco	103:000\$000	2.254:000\$000	450:000\$000	2.807:300\$000
Alagoas	5:500\$000	291:000\$000	150:000\$000	446:300\$000
Sergipe	-----	5:000\$000	5:000\$000	10:000\$000
Bahia	-----	190:000\$000	153:000\$000	143:000\$000
Espírito Santo	-----	35:000\$000	83:000\$000	120:000\$000
S. Paulo	143\$100	10:000\$000	-----	10:143\$100
S. Pedro	17:828\$370	6:500\$000	-----	24:338\$370
Minas Gerais	-----	1:200\$000	-----	120:000\$000

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878, Anexos, p. 05.

Colocados lado a lado, identifica-se no primeiro ano da seca, o Ceará recebendo dez vezes mais recursos que o Piauí. Mesmo que nessa última província a seca tenha se tornado mais intensa a partir de 1878, principalmente após a entrada do grande volume de cearenses, as quantias destinadas ao Piauí se mantiveram nos três exercícios bem inferiores ao que teve disponível o Ceará. No restante do período, a tendência foi a mesma, recebendo o Piauí o menor valor entre as cinco províncias mais afetadas pela seca.

²⁴² Anaes do Senado do Império do Brasil. 13º sessão da 16ª legislatura, de 25 de junho de 1877. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1887, p. 220. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Imperio/1877/1877%20Livro%205.pdf. Acesso: 29 ago. 2020.

Em 1889, as reclamações na imprensa eram quase idênticas às da década anterior: a seca atingiu o Ceará e o Piauí, a migração de cearenses para as terras piauienses se repetiu, a seca no Piauí se agravou e os recursos enviados para as duas províncias eram novamente desproporcionais. No começo de 1889, os reclames na imprensa piauiense voltavam a fazer o paralelo entre os recursos que a província vizinha recebia: “Para o Ceará tem-se dispendido milhares de contos de reis, e para esta podem ser concedidos alguns pares de contas para salvar-se milhares de vidas de comprovincianos nossos que morrerão impreterivelmente se o governo geral não acudir em tempo”.²⁴³ No mês de abril, o jornal cearense *A Constituição*, informou da concessão do crédito de 10:000\$000 pela tesouraria da fazenda à província do Piauí, “para ocorrer às despesas com socorros às vítimas da seca”²⁴⁴, o valor repassado, considerado baixo, foi motivo para uma longa crítica ao ministro do Império, publicada em um artigo intitulado “Trocós e trocas”, no jornal *A Imprensa*. Em tempo que o valor solicitado pelo presidente da província foi de cem contos de réis, o auxílio enviado pelo “avarento ministro”, foi considerado “ofensivo do bom senso, da dignidade governamental e dos brios (...) da província perseguida pela injúria do tempo”.²⁴⁵

Se no Ceará é perceptível o uso de um discurso que, antes de tudo, a colocava como vítima das secas e, por meio disso, recorria-se aos recursos do governo do Império para construção de obras públicas, que seriam importantes para amenizar os seus efeitos e também para os socorros indiretos, no Piauí, adotou-se o discurso da “província esquecida” e abandonada pelos olhares governamentais, diante da condição de preferência que parecia existir na repartição dos créditos. Essa impressão era reforçada a cada vez que saíam os balanços das despesas feitas com a seca em ambas as províncias. Enquanto o Piauí recebeu dez contos para administrar a crise em 1889, no ano de 1888, o Ceará teve disponível 229:833\$420 contos para subsidiar a emigração de seus habitantes e o prolongamento da estrada de ferro de Baturité.²⁴⁶

Diante dos fatos, a referência ao Ceará era constante nas redações dos jornais. O que se sabia era que, além de não possuir uma bancada forte comparada à do Ceará, a seca piauiense era ignorada por muitos veículos de comunicação da corte. Sabendo disso, o Dr. Coelho de Rezende, prontificou-se a realizar a missão de dirigir-se “a várias redações dos primeiros órgãos da imprensa da Corte, pedindo para chamarem a atenção do governo geral

²⁴³ OEIRAS. *A Imprensa*, n.º 1058, p. 04, ano XXIV, 01 fev. 1889.

²⁴⁴ CONCEDEO-SE. *A Constituição*, n.º 81, p. 02, ano XXVI, 12 abri. 1889.

²⁴⁵ TROCOS E TROCAS. *A Imprensa*, n.º 1069, p. 01, ano XXIV, 25 abr. 1889.

²⁴⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, anexo D, p. 12.

para este estado das coisas”, mesmo assim, o que se angariou foi o “mutismo”.²⁴⁷ Independente dos recursos, os presidentes provinciais tiveram que administrar uma massa de pessoas famintas, largadas dos seus lugares de origem, resistindo o quanto podiam às adversidades, em busca de sobrevivência. Após mostrar a travessia desses cearenses e piauienses, o que farei no próximo capítulo, será a vez de conhecermos como os recursos enviados pelo Império foram utilizados na gestão da seca no Piauí.

Em 15 de fevereiro de 1889, o jornal *A Phalange* publicou a descrição do sentimento que se espalhava no Piauí, a partir da observação que fazia dos acontecimentos que se sucediam, em um mês que se esperava muita chuva:

Cada dia que surge nesta parte do nosso planeta vem trazer mais uma cruel decepção para aqueles que com a alma ainda animada pela fé, esperam uma mudança qualquer nas regiões atmosféricas, embora na fisionomia se desenhem os mesmos sintomas dos anos de 1877 e 1878!²⁴⁸

A partir do fim da seca iniciada em 1877, uma nova imagem do fenômeno foi conhecida, sentida e também temida tanto pela população local como pelas autoridades piauienses. A seca deixou de ser apenas relatos da província vizinha, passando a ter características locais próprias, passando o episódio iniciado em 1877, a ser o combustível de insegurança e apreensão. Como existia o temor de que o fenômeno se repetisse, qualquer sinal de verão mais extenso era motivo de preocupação. Em 1880, o jornal *A Época*, publicou um poema que se remetia ao tempo recentemente vivido:

(...)

Com toda e grande razão

Queixa-se o povo coitado

Da carência absoluta

De pastagem para o gado.²⁴⁹

Em outros versos, publicados pelo jornal *A Imprensa*, em 1883, o autor referia-se às cenas passadas em Príncipe Imperial:

No belo Crateús, sertão formoso,

Obra sublime do Supremo Artista

Num terreno coberto de mimoso,

Está a fazenda “Bela Vista”

²⁴⁷ SECCA. *A Phalange*, n.º 02, p. 01, ano 01, 19 jan. 1889.

²⁴⁸ JÁ SE MORRE A FOME! *A Phalange*, n.º 05, p. 02, ano I, 15 fev. 1889.

²⁴⁹ O CABANO. *A Época*, n.º 133, p. 02, ano III, 06 nov. 1879.

Do Príncipe Imperial, braço e rixoso,
 Vila do Piauí seis léguas dista:
 Ai, num massapé torrado e brusco,
 Nasceu o valoroso touro-fusco.
 Em certo ano do século dezenove,
 Além de peste e fome assoladora
 No pobre Crateús nem sequer chove,
 A seca é por demais abrasadora,
 Um aqui jaz faminto – nem se move!
 Outro ali, ante a imagem da Senhora
 Pede, em pranto banhado ao Bento Filho,
 Chuva, arroz e feijão, farinha e milho.
 (...).²⁵⁰

As imagens repetidas nos versos remetiam a episódios presenciados e experimentados por muitos, em uma época não muito distante. Cenas que estavam marcadas na “memória coletiva”²⁵¹ da população. De tempos em tempos, essas imagens eram avivadas pela imprensa como uma forma de alertar para o perigo que rondava a província. Em 1888, o jornal *A Imprensa* fez sentir a aproximação de uma nova seca, rememorando o que tinha se passado na década anterior. Em um longo texto, o autor relatou o que aconteceu na região centro-sul do Piauí, atentando para o cenário que se formava, já encaminhando para a renovação da seca. Com mensagem enviada de Oeiras, o remetente dizia o seguinte:

Não exageremos: ainda se acham indeléveis na memória de todos, por meio de dolorosa reminiscência, as torturas por que passam os habitantes dessa zona do império, quando flagelados pela falta de inverno, mortandade dos gados e escassez quase absoluta de gêneros alimentícios nos anos de 1877 e 1878 em que quase não choveu em grande parte do Norte do Brasil. Pois bem: e nessa época tudo se afigurava assustador, no tocante à falta de inverno e esterilidade consequente do solo, agravado, então a situação dos habitantes desta comarca e municípios adjacentes pela afluência de emigrantes, que despejavam sobre nós as províncias vizinhas, essa situação infelizmente não foi mais melindrosa do que a que vemos presentemente acercar-se de nós. E se não vejamos: no biênio referido, em que faltaram as chuvas nos períodos ordinários, a população deste município e dos de Valença, Picos, Jaicós, São João do Piauí e São Raimundo Nonato, apesar de surpreendida por aquele fenômeno climático, tinha, não obstante, em seu favor, para encará-lo, ou mesmo afrontá-lo, a despreocupação com que entrava nessa luta pela vida, pois nunca tinha experimentado um transe igual, no entanto, que hoje, que a mesma população conserva de memória os horrores daquela calamidade, tem contra si e sob o ponto de vista desse flagelo, apreensões tão profundas e amargas, que isso por si só bastará para tolher-lhe os meios de ação, e torna-la, por assim dizer, incapaz de enfrentar com o novo mal que nos está propínqua.²⁵²

²⁵⁰ UM POETA DO NORTE. *A Imprensa*, n.º 789, p. 04, ano XIX, 08 set. 1883.

²⁵¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

²⁵² OEIRAS. *A Imprensa*, n.º 1053, p. 03, ano XXIV, 29 dez. 1888.

Importante destacar na descrição, que a seca e suas consequências, já conhecidas dos habitantes daquela região, soando como um alerta e presente na memória, deveriam ser usadas como um modelo de prevenção e ação, para que os impactos da sua repetição fossem reduzidos porém, para o autor, as próprias memórias preservadas daquele período eram a menor fraqueza daquela população, pois, antes de tudo, eram capazes de neutralizar a atitude daquela gente para se defender de um novo episódio doloroso.

De alguma forma, a primeira seca a afetar o Piauí de maneira mais abrangente na segunda metade do século XIX, passou a ser uma referência, seja para pressentir a chegada da seca em 1888, ou para comparar com o estado atual em que a população e a economia locais se encontravam em momentos posteriores. Em 1889, de Valença, calculava-se que os estragos provocados pela seca naquele momento eram superiores ao ano de 1878. Mesmo sentimento se tinha em Jaicós, Pio 9º e Paulista, onde as implicações da seca produzidas em 1889 eram “maiores males do que os resultados das horrorosas secas dos anos de 1877 a 1878”.²⁵³ Atingindo ou não com maior intensidade, a memória da seca de 1877, pode ter passado a ser usada como parâmetro hiperbólico para chamar a atenção do poder público para as necessidades urgentes de um lugar, pois o que quer que ocorresse pior do que o que foi visto na “grande seca”, poderia ser muito perigoso.

Rodeado por um cenário impetuoso, experimentando-o pela primeira vez, ou tendo a sua presença na memória, a fome, a nudez, as doenças e as mortes começavam quando se renovava a seca, obrigando os cearenses e os piauienses a resistirem às dificuldades impostas, emigrando em direção às regiões do Piauí, onde tinham a esperança de sobrevivência.

²⁵³ SECCA, *A Imprensa*, n.º 1075, p. 04, ano XXIV, 01 jun. 1889.

Capítulo IV

Do Ceará para o Piauí

01 As migrações cearenses na segunda metade do século XIX

No ano seguinte à publicação do romance *A Fome: cenas da seca do Ceará*, de Rodolpho Teófilo, em 1890, o jornal *Estado do Ceará* reproduziu uma resenha publicada no *Gazeta do Norte*, acerca do livro, descrevendo, entre outras qualidades da obra, o seguinte: “o romancista conduz do fundo da província uma família de emigrantes que fora rica e considerada; fá-la sofrer todas as vexações desse longo êxodo através do sertão queimado e abandonado, a sentir fome e sede desesperadoras (...)”.¹

Embora tenha sido publicado em 1890, anos após a seca de 1877-1879, o romance de Rodolpho Teófilo toma como base esse episódio para narrar a trajetória de um fazendeiro² “descendente de uma das mais antigas e importantes famílias do alto sertão”,³ que da mesma forma que muitos outros cearenses, tiveram que migrar com suas famílias em busca de sobrevivência no decorrer da seca. Com o passar dos meses, o cenário narrado por Teófilo foi se transformando: “a cidade estava quase deserta. Apenas o vigário e muito poucas famílias tinham ficado. (...) A travessia, entretanto, ia-se tornando impraticável (...) decidindo a emigrar (...) deveria seguir enquanto havia alguma probabilidade de vencer a distância”.⁴

O personagem central do romance, exposto a muitas situações desafiadoras que também são descritas nos jornais da época, mostrava que a seca tocava a todos de alguma forma, e que até mesmo aqueles acostumados com comida sempre à mesa também estavam sujeitos a experimentarem as dificuldades enfrentadas pelos mais pobres. Do interior ou das áreas fronteiriças, da mesma maneira que no romance, muitos locais ficaram quase desabitados. Indo em direção a Fortaleza, às serras, às comarcas menos afetadas ou às províncias vizinhas, a população cearense se movimentou na tentativa de fugir daquele período difícil.

¹ A FOME: SCENAS DA SECA DO CEARÁ. *O Estado do Ceará*, nº 115, p. 03, ano I, 20 dez. 1890.

² Na análise de Luciana Brito, o livro de Rodolpho Teófilo, “é resultado de observações sobre as secas e migrações que assolam periodicamente o Ceará e os variados problemas sociais ocorridos na província no final do século XIX. O autor procura focalizar, dentro da linha regionalista e naturalista, a tragédia de uma família de retirantes assolada pela seca, ao mesmo tempo em que se serve do romance para lançar o seu protesto veemente contra a incúria do governo em relação às abandonadas populações sertanejas”. BRITO, Luciana. *A fome: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX. Estação Literária*. Londrina, Volume 10B, p. 111-125, jan. 2013, p. 116.

³ TEÓFILO, Rodolpho. *A fome: cenas da seca no Ceará*. São Paulo: Tordesilhas, 2011, p. 18.

⁴ TEÓFILO, 2011, p. 27.

Na segunda metade do século XIX, a migração da população cearense ocorreu em especial para o Pará, Amazonas, Bahia, Pernambuco, além das províncias do Sul. Nesse contexto, também é relevante mencionar as caminhadas dos cearenses até o Piauí, realizadas em larga escala, e amplamente descrita nos jornais, relatórios de governo e órgãos públicos piauienses. Para abordar este último tema, é necessário entender, primeiramente, como o Estado cearense administrou as migrações, em especial nas secas de 1877-1879 e 1888-1889, já que em cada momento o governo do Ceará lidou de maneiras diferenciadas com o fenômeno, ora restringindo, ora incentivando os deslocamentos para fora da província.

Entre 1872 e 1890, de acordo com as estimativas de Graham e Holanda Filho (1984), o Ceará teve migração negativa de 18,87% em relação à porcentagem da população.⁵ À medida que a chegada de pessoas em Fortaleza se tornava mais evidente e acentuada, “ainda na metade do ano de 1877, já começaram a aparecer propostas defendendo a migração dos flagelados para outras províncias, especialmente para o Amazonas e o Pará”.⁶ A chegada de mais de cem mil pessoas esfarrapadas ocupando os espaços públicos da cidade de Fortaleza, que não possuía mais que 27 mil habitantes na época, surpreendeu as autoridades. Sem planejamento e surpresas, as autoridades “buscaram manter os retirantes fora da cidade, seja em obras públicas na periferia (...) ou embarcando-os para a Amazônia”.⁷

Dentre as iniciativas existentes no Ceará, pode-se citar o Projeto Pompeu-Sinimbu, levado adiante pelos senadores Thomaz Pompeu e João Luís Vieira Cansação Sinimbu. A proposta principal era utilizar a mão de obra disponível durante as secas para realizar obras públicas, utilizando os recursos dos Socorros Públicos, com o objetivo de, entre outras coisas, “corrigir o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul”.⁸ Apesar do “esforço das elites cearenses em manter o sertanejo dentro da própria província para explorar a sua mão de obra”,⁹ nem todos os braços foram ocupados nessas frentes de trabalho, como mostrado no capítulo anterior, e muitos resistiram em se sujeitar à sistematização e rigidez dos serviços nos

⁵ GRAHAM, Douglas H. e HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: IPE USP, 1984.

⁶ VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 57.

⁷ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 B, p. 82.

⁸ SOUSA, José Weyne Freitas de. Secas e Socorros Públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015, p. 179.

⁹ SOUSA, 2015, p. 201.

canteiros de obras,¹⁰ encorpando aquela massa de pessoas, consideradas vadias,¹¹ tornando quase inevitável a migração da população, seja ela incentivada ou espontânea.

Na fala governamental, a migração era posta em prática como uma necessidade extrema. Na análise do presidente Albuquerque Barros, “Ninguém se resolve a abandonar o lar, expor a sua família a longas e penosas jornadas em procura de um refúgio incerto e desconhecido, senão na última necessidade”.¹² Em abril de 1877, um dos primeiros órgãos a defender publicamente a migração foi o jornal *Cearense*. Quando a seca ainda era dúvida para alguns, o periódico já alertava da “iminência do perigo”, advertindo que a forma mais útil de aplicação dos socorros seria promovendo “seriamente a emigração de nossa população para as regiões mais férteis e quase despovoadas de outras províncias”.¹³ Essa proposta rendeu muitos debates, tanto na seca da década de 1870 quanto na ocorrida no decênio seguinte. O próprio jornal ora se posicionava contra, ora a favor da migração, dependendo do destino para o qual o governo incentivava as saídas. Colocando-se de forma antagônica à emigração, o jornal *Retirante* também tecia críticas constantes à política de subsídio de passagens para os cearenses.

A subsidiação das passagens era classificada como uma *política de abandono* por parte da província, que no entender da folha preferia expatriar os retirantes em vez de tentar segurá-los na terra, elaborando medidas de socorro para ajudá-los na luta pela sobrevivência. Uma das intenções do periódico, portanto, era alertar para os possíveis perigos da travessia, sempre referindo-se ao território amazônico como local de grandes perigos, destino inglório para os já tão debilitados sertanejos. A decisão de migrar era tida como ingênua, sintonizada com o desespero que deixava as pessoas *fora de si* (...).¹⁴

Em novembro de 1877, ao relatar as ações tomadas para conter os avanços da seca naquele ano, o presidente Estellita Pessoa, apresentou o balanço da saída de pessoas da província até aquela data. Segundo ele,

¹⁰ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

¹¹ Ver: BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Revista Projeto História*, São Paulo, n° 16, fevereiro de 1998.

¹² Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879, p. 40.

¹³ SECCA. *Cearense*, n° 32, p. 01, ano XXXI, 15 abr. 1877.

¹⁴ CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. 2011. 244f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 153.

Uma parte diminuta desses emigrantes, cedendo ao movimento emigratório, que se estabeleceu para fora da província, têm se retirado para o Maranhão, Pará e Amazonas e ultimamente para o sul do Império, conforme resolveu o Governo Imperial. Até o último recenseamento, o número dos emigrantes sabidos para norte e sul do império orçava por 3.503, sem contar os que se tem retirado por terra, e cujo número é bastante avultado.¹⁵

Na fala do presidente deposto, admitia-se a migração tanto por embarcações, para outras províncias do Norte e Sul, quanto por movimentos a pé. Estellita Pessoa parece relativizar o número de habitantes que deixaram o Ceará em relação ao número total que se “recolhia à capital”, parecendo admitir que a saída de cearenses pelo meio terrestre fosse mais significativa. Pode-se afirmar que “o deslocamento de trabalhadores (...) para outras regiões, especificamente para o Sudeste, vinha acontecendo há tempo”, como, por exemplo, por meio do tráfico interprovincial para as regiões produtoras de café. Contudo, durante os anos de seca, esses deslocamentos foram protagonizados por trabalhadores pobres e livres, motivados pelas consequências da situação.

O período da administração do presidente João José Ferreira de Aguiar, entre novembro de 1877 e fevereiro de 1878, foi um dos espaços em que a migração foi incentivada pelo poder público. Diante da dificuldade de levar os socorros a diferentes localidades do centro da província, “reconhecendo a necessidade de prevenir males futuros que tornar-se-iam irremediáveis”, o próprio presidente provincial procurou fazer com que a população afetada compreendesse “a necessidade de aproveitarem os recursos que ainda podiam ser-lhes proporcionados para buscarem abrigo (...) em qualquer ponto onde pudessem com mais facilidade serem socorridos”, advertência que, na análise do governante “salvou muitas famílias”; segundo ele, fazendo respeitar as deliberações de escolha dos lugares para a nova residência dos migrantes, proporcionando facilidade àqueles que decidiram deixar a sua terra natal.¹⁶

No decorrer do ano de 1878, apesar de considerar economicamente inadequada recomendar a emigração, o presidente Albuquerque Barros, diante da impossibilidade de “alimentar um crescente número de pessoas”, e percebendo “os males da ordem de saúde

¹⁵ Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, passou a administração da Província do Ceará, ao Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira D’Aguiar, presidente da mesma província, no dia 23 de novembro de 1877. Typographia do Pedro II. Fortaleza, 1871, p. 21.

¹⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da Província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878, pp. 09-10.

pública” que poderiam causar as grandes aglomerações, principalmente em Fortaleza, resolveu facilitar a saída para fora da província.¹⁷

Diante do cenário de calamidade, tanto o poder público quanto “a classe proprietária tomou a decisão de abrir uma exceção – temporariamente – ao controle desse reservatório de mão de obra e o disponibilizou para outras oligarquias regionais”.¹⁸ Com o passar do tempo, os números foram ascendendo. Em fevereiro de 1878, João José Ferreira Aguiar já tratou do assunto em seu relatório com certa preocupação e lamento, tentando justificar o aumento da cifra de migrantes:

O abandono da terra natal, seja por qual for o motivo que o determine, é sempre um ato doloroso para o coração humano, e por isso, deve supor-se que, somente à custa de um esforço supremo o homem consegue romper esse laço invisível que o prende ao torrão onde pela primeira vez veio à luz. Apesar desse sentimento natural, apesar dos trabalhos e incertezas do futuro que acompanham quantos vão procurar abrigo em terra estranha, a emigração cearense tem continuado sem interrupção.¹⁹

Mesmo admitindo ter dificultado a concessão de passagens que “eram pedidas a todo momento”, a migração desenvolveu-se com mais força a partir do início de 1878, quando a esperança da chegada do inverno se dissipou totalmente, tornando-se a migração “uma condição imprescindível para a salvação da numerosa população desta província”. Era tratada naquele momento como uma necessidade, motivada por um contexto visto pelo presidente como uma “verdadeira calamidade para o Ceará”. No discurso oficial, é possível notar que, apesar de desejar impedir a movimentação de pessoas para fora do Ceará – negando em alguns momentos o subsídio de passagens, por exemplo – admitia-se, mesmo sob penas mais duras para a província a longo prazo, a migração como uma solução para o problema enfrentado por todos naquele período. Saindo dos portos de Aracaty, Granja e Acaracú, das 11.853 pessoas que deixaram o Ceará até os dois primeiros meses de 1878, 8.306 buscaram as províncias do Amazonas, Pará e Maranhão, e 3.547 destinaram-se a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.²⁰

¹⁷ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879.

¹⁸ SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. *Revista Trajetos*, v. 2, n. 4 (2003), p. 03.

¹⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da Província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província no dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878, p. 09.

²⁰ Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da Província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província no dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878, p. 09.

Em 1880, o presidente Albuquerque Barros apresentou outros dados referentes ao período entre abril de 1878 e junho de 1879. Por ele, havia migrado um total de 23.509 pessoas, sendo 15.166 para o Norte e 8.343 para o Sul.²¹ Ainda que esses números, de longe, não representem a totalidade real das pessoas que emigraram,²² pois eles se baseiam apenas nos dados coletados em alguns portos da província, desconsiderando, entre outros elementos, a iniciativa individual de muitos cearenses que migraram a pé, é possível ter a noção de que mesmo praticado como “último recurso para a salvação da vida”,²³ o deslocamento de cearenses para fora dos limites territoriais da província natal abriu uma nova etapa da história do Ceará, assim como das regiões receptoras desse contingente populacional.

Encontrando resistência em alguns grupos políticos locais e na imprensa, a emigração em diferentes momentos da segunda metade do século XIX causou controvérsias no Ceará. O jornal *Cearense* foi um dos maiores opositores: “primeiro, em 1877-1879, opõe-se à imigração para o Norte e depois, em 1888 – 1889 opõe-se à imigração para o Sul”. Nesse caso, o destino dos migrantes, também era uma razão para alimentar as polêmicas em torno do tema.²⁴ Ao defender sua posição, o jornal veiculou, entre os anos de duração da seca, denúncias “das péssimas condições em que se encontravam os retirantes” nas províncias do Norte. Quando mudou de discurso, na seca de 1888-89, o jornal passou a vincular notícias enumerando as vantagens que existiam no Norte, entre elas, o clima, passagens mais baratas, acesso à terra, a riqueza da região e a liberdade de escolha;²⁵ seria “ir para o Sul, onde o desconhecido o espera, ou ir para o Norte, onde uma extensa rede de conhecidos já está estabelecido desde a última seca”.²⁶

Pode-se considerar que “um elemento desta configuração social que ajudou sobremaneira o desenvolvimento dos fluxos migratórios foi a emigração subvencionada do Governo Central, que estava instrumentalizado pelos paulistas, e dos Governos do Pará e do

²¹ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura, da Assembleia Provincial, no dia 01 de julho de 1880. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1880.

²² Franciane Gama Lacerda (2010), alerta para a dificuldade que existe para chegar a um número mais aproximado da realidade, visto que os dados quase sempre encontrados, se referem às passagens subsidiadas nos períodos de seca, não considerando o contingente de pessoas que também migrava em “épocas normais”, além daqueles que mesmo em épocas de seca, migravam pagando a sua própria passagem.

²³ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura, da Assembleia Provincial, no dia 01 de novembro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1879, p. 39.

²⁴ SECRETO, 2003, p. 10.

²⁵ SECRETO, 2003, p. 11.

²⁶ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 2000A, p. 66.

Amazonas”.²⁷ Durante o governo de Caio Prado, entre os anos de 1888-1889, houve um aumento do estímulo da migração, porém direcionada para o Sul. Paulista, o governante “foi o único presidente do Ceará que incentivou a emigração de sua população durante esse período de forte deslocamento populacional”.²⁸ Em fevereiro de 1889, o *Cearense* publicou a contagem de 12.754 cearenses que já tinham “expatriado da província”. Antes mesmo da liberação de passagens pelo governo, em setembro do ano anterior, a emigração já se dava “em não pequena escala para o Norte, principalmente para Amazonas e Pará, além dos que têm emigrado por terra para o Piauí e do Piauí para o Maranhão”; por isso, acreditava-se que o número de 12.754 pudesse chegar a 16 ou até 18 mil pessoas. A continuidade do êxodo, segundo o jornal, “desgraçadamente”, continuava graças ao “patriotismo do nosso paternal governo”.²⁹

Essa atitude, na análise de alguns historiadores, pode ter um motivo específico: Caio Prado “era sobrinho do Conselheiro Antonio Prado, que na época, além de grande cafeicultor e ministro da Agricultura, considerava o envio de retirantes para os cafezais como melhor combate à seca”.³⁰ Neste ponto, é de entender a aversão do jornal *Cearense* à emigração para o Sul; oposição ao governo Caio Prado, se, na seca anterior, como já mostrado, criticava a migração de cearenses para a Amazônia, considerada um “inferno verde”, em 1889 essa região tornou-se aos olhos do jornal o destino ideal para os cearenses, entre outras coisas, pela facilidade de retorno ao Ceará, após passada a crise.

Por mais bem harmonizados e dispostos que sejam os argumentos apresentados para provar a superioridade da emigração para o sul sobre a do norte, nenhuma há, por certo, que seja capaz de demonstrar a vantagem daquela sobre esta (...). (...). Os emigrantes partidos daqui para a região amazônica na tremenda crise de 77 a 80, cobertos de trapos, anos depois, quando tornaram-se normais, aqui, as estações, voltaram uns ricos, outros quase abastados. (...) a abundância dos recursos naturais da região amazônica não pode ser comparada com a das regiões do sul do império.³¹

Na conjuntura política da época, o *Cearense* alertava que o interesse do presidente em enviar cearenses para o Sul passava por cima do direito de escolha, sendo os retirantes tratados com violência no momento do embarque quando era “forçada a emigração para as

²⁷ BRAGA NETO, Edgar. *Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. 2012. 170 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012, p 57.

²⁸ BRAGA NETO, 2012, p. 111.

²⁹ EMIGRAÇÃO. *Cearense*, nº 34, p. 01, ano XLIII, 10 fev. 1889.

³⁰ BRAGA NETO, 2012, p. 111.

³¹ EMIGRAÇÃO. *Cearense*, nº 10, p. 01, ano XLIII, 12 de janeiro de 1889.

províncias do sul”.³² Em meio às acusações, defesas e condenações de um local ou de outro, argumentava-se “que a emigração para o Norte permitiria aos retirantes trabalhar autonomamente, enquanto a emigração para o Sul os converteria em trabalhadores dependentes dos fazendeiros cafeicultores”.³³ Como se percebe, a política emigratória de Caio Prado rendia muitas críticas na imprensa, algumas delas em forma de versos:

O empolado Caio Prado
Falava com veemência
“Cearenses, brasileiros,
Amigos por consequência”.

(...)

Gritava alto, fecundo
Com toda a sua eloquência:
“Cearenses, brasileiros,
Amigos por consequência”.

(...)

Era um soberbo discurso!!!
Um requinte da ciência!
“Cearenses, brasileiros,
Amigos por consequência”.

(...).³⁴

O jornal ironicamente buscava desqualificar as intenções do paulista em relação à população cearense. Para alguns, movidos por interesses que contrariavam o desejo da população afetada pela seca, o presidente buscava manobrar a mão de obra local para onde mais lhe convinha, e essa política parece ter surtido efeito: os números de janeiro de 1889, relativos à saída de cearenses da Hospedaria Geral de Emigração, indicou maioria significativa de emigrados em direção ao Sul do Brasil.³⁵

É importante destacar, neste contexto, o relatório do Ministério do Império, assumido por Antonio Ferreira Viana. Sua posição em relação à migração era de promovê-la somente “quando não fosse possível reter o emigrante por meio do trabalho, *concedendo* passagens aos que desejassem transportar-se para outras províncias, observando-se o máximo respeito às

³² EMBARQUE DE ONTEM. *Cearense*, nº 18, p. 01, ano XLIII, 22 jan. 1889.

³³ SECRETO, 2003, p. 14.

³⁴ CHRONICA POLÍTICA. *Cearense*, nº 34, p. 01, LXIII, 10 fev. 1889.

³⁵ A NOTA QUE (...). *Gazeta do Norte*, nº 60, p. 01, ano IX, 15 mar. 1889.

preferências por eles manifestadas quanto ao porto de destino”.³⁶ No caso de promoção da emigração, a postura do ministro, embora defendesse a liberdade de escolha dos migrantes, argumentava que esta fosse feita em benefício do Sul:

O procedimento de pessoas mal-intencionadas procurando afastar os emigrantes da direção que mais lhes convinha, do que resultou projetar-se a emigração, durante algum tempo, para os portos do Pará e Amazonas, apesar da propaganda contrária, que buscava encaminhá-la para o sul, onde se lhe ofereciam recursos prontos. Sucedeu o que devia suceder: atiradas ali as primeiras levas de retirantes, surgiram os embarços; e os presidentes daquelas províncias, coadjuvados pela própria colônia cearense, começaram a telegrafar para o Ceará reclamando contra uma invasão de indigentes, que, na quantidade em que afluíam, só podiam encontrar a miséria em provindos completamente despercebidas para recebê-los. Felizmente, depois disto, o movimento orientou-se para os portos do Rio de Janeiro e Santos, com proveito para os emigrantes e para os agricultores.³⁷

Assim, entre as disputas pela imigração para o Sul, defendida pelo jornal *A Constituição*, e para o Norte, pelo *Cearense*, parte da população cearense via nesse momento uma oportunidade não só de fugir da seca, mas de ir em busca de novas oportunidades de sobrevivência e de mudar a vida para melhor, pois “continuar fixo no Ceará, para o sertanejo pobre, significava se submeter às exigências de um latifundiário e, assim, trabalhar em terra emprestada, sob o sistema de parceria”.³⁸

Na demonstração das despesas feitas com socorros diretos e indiretos, no exercício de 1888, o Ministério do Império declarou ter empregado um total de 113:833\$950 réis no pagamento de 5.191 passagens de cearenses.³⁹ Dados apresentados por Frederico de Castro Neves mostram que, entre janeiro e fevereiro de 1889, circularam na Hospedaria Geral dos Imigrantes aproximadamente 11.200 retirantes; “destas pessoas, 4.744 foram embarcadas para o sul e 4.043 foram para o norte do país”.⁴⁰ Com o falecimento de Caio Prado em meados de 1889, há uma “mudança na política com relação aos retirantes”, com o completo desmonte das ações levadas pelo governo anterior. Sob o comando do presidente Henrique D’Ávila, foi

³⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 92, *grifo meu*.

³⁷ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 92, *grifo meu*.

³⁸ BRAGA NETO, 2012, p. 48.

³⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, Anexo D, p. 12.

⁴⁰ NEVES, 2000A, p. 68.

necessário “parar completamente a saída dos retirantes para fora da província”,⁴¹ o que resultou na “redução dos serviços públicos, fim da política de migrações, fechamento da Hospedaria, e estímulo ao internamento dos retirantes de volta às suas terras, sustentando-os até a primeira colheita”.⁴²

Um dos maiores argumentos usados por aqueles contrários à migração dos cearenses era a perda da oferta de força de trabalho e, conseqüentemente, os impactos na economia provincial. Em 1885, ao mesmo tempo em que criticou a continuação dos deslocamentos de cearenses para o Amazonas, “à procura de uma fortuna imaginada, nos inóspitos seringais daquela província, e que para muitos têm servido de túmulo”, o presidente Odorico de Moura afirmou que isso contribuía “para a desorganização do trabalho e, conseqüentemente, para a escassez dos produtos da lavoura”.⁴³ A saída constante de pessoas da província, mesmo em períodos não críticos, desagradava o poder público, pois suas implicações afetavam diretamente o desenvolvimento da riqueza cearense. A fascinação por buscar fortuna na Amazônia chegava a causar incômodo em alguns governantes. Continuada ao longo do século XIX, a migração cearense foi vista como um abuso “da liberdade de emigrar, que se lhe tem deixado, pondo a se correr mundos à procura de um fantástico paraíso”.⁴⁴

Reconhecendo que, independentemente da oferta de trabalho, para evitar a migração em tempos de fome, haveria sempre um excedente populacional que procura emigrar, o ministro do Império Ferreira Viana tendia, em seu relatório, a aceitar a migração cearense, mesmo que ela fosse “contrária a economia política”.⁴⁵ O que nem sempre as autoridades levavam em conta era que, além da migração subsidiada – aquela que se tinha uma noção dos números de pessoas que saíam da província para destinos, às vezes, preestabelecidos – havia a migração por terra, atravessando as fronteiras vizinhas, para locais em que não havia a “propaganda” da possibilidade de enriquecimento através do trabalho.

Um desses destinos foi o Piauí, para onde não houve incentivo à emigração, mas que atraiu milhares de cearenses que, caminhando aos grupos, adentraram esse território,

⁴¹ Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Henrique D’ávila, senador do Império e presidente do Ceará, passou a administração ao Exmo. Sr. Jerônimo de Moraes Jardim, no dia 09 de setembro de 1889. Fortaleza, Typographia Econômica, 1889, p. 03.

⁴² NEVES, 2000A, p. 68.

⁴³ Fala com que o Sr. Conselheiro Sinval Odorico de Moura, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1885, por ocasião da instalação da sua sessão ordinária. Fortaleza. Typographia da Gazeta do Norte, 1885, p. 26.

⁴⁴ Mensagem do presidente do Estado do Ceará. Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembleia Legislativa, em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura. Fortaleza. Typ. da República 1893, p. 14.

⁴⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 103.

possivelmente não em busca de riquezas naquele momento, e talvez nem com esperanças de consegui-las com facilidade em um futuro próximo, mas vislumbrando nessas terras a possibilidade de sobreviver àquele período que o Ceará estava passando.

02 As migrações de cearenses para o Piauí: deslocamentos, travessias e cenários após a chegada

As migrações de cearenses para o Piauí são identificadas não só em jornais e documentos oficiais piauienses. Os periódicos cearenses também divulgavam as iniciativas da população que optava por destinar-se ao Piauí ou atravessar o seu território em busca de outras terras. Embora o deslocamento para a província vizinha tenha ocorrido quase sempre a pé, muitas vezes por veredas e estradas defeituosas, cortando serras, seguindo o “caminho do gado”, havia aqueles, mesmo em número menor, que optavam seguir a esse destino através de embarcações, assim como faziam os que se deslocavam para o Pará ou Rio de Janeiro, por exemplo.

Em fevereiro de 1889, da Hospedaria Geral da Emigração, destinaram-se ao Piauí duas famílias, com um total de dez pessoas.⁴⁶ Certamente uma escolha feita entre tantas outras possibilidades. Ainda nesse mês, do mesmo local, províncias como Maranhão, Pará, São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo e Manaus foram eleitas por muitos outros cearenses como ponto de chegada. O que fazia com que os cearenses escolhessem o Piauí como rota migratória? Uma afirmação feita pelo historiador Odilon Nunes sugere o seguinte:

Como consequência de sua bacia hidrográfica, o Piauí sempre foi um corredor de migrações. Os flagelados da seca, tocados pela fome, também, testemunharam essa peculiaridade. É a bacia do Parnaíba passagem obrigatória dos retirantes, porque está situada entre as terras castigadas do Nordeste e frescas e ubérrimas terras do Maranhão. A transumância, como fenômeno demográfico, manifesta-se mesmo nos períodos normais.⁴⁷

Alguns pontos na afirmação de Odilon Nunes devem ser observados: a bacia hidrográfica do Piauí, de certa maneira, pode-se dizer, funcionava como fator de “atração” de migrantes em diferentes épocas. Por estar situada em uma zona de transição, apresentava aos olhos de quem saía de regiões mais secas um cenário menos inóspito. Embora tenham sido contínuas, as migrações que tocavam o solo piauiense não eram apenas do tipo passageiras. Se o Piauí funcionou como “corredor de migrações” desde o período colonial, na segunda

⁴⁶ A NOTA QUE (...). *Gazeta do Norte*, nº 60, p. 01, ano IX, 15 mar. 1889.

⁴⁷ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí vol. 1*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p. 55.

metade do século XIX, não foi exclusiva “essa peculiaridade”, pois a documentação sugere, da forma como será afirmado nas páginas seguintes, que embora migrantes de outras províncias, em especial cearenses, tenham cruzado as terras piauienses com destino a regiões mais ao Norte, muitos outros atravessavam a fronteira chegando ao Piauí com distintos propósitos.

Para aqueles que buscavam essas terras a pé, a proximidade contava, uma vez que não precisavam dispender de custos com passagens ou esperar ação do estado com a concessão de bilhetes para emigrar, e as possibilidades de retorno eram mais fáceis. Nesse movimento migratório, apesar de muitos cearenses terem permanecido no Piauí após cessar a seca, alguns retornaram ao Ceará e outros seguiram viagem em direção ao Maranhão e ao Pará. Migrar para o Piauí também era uma opção dos mais ricos, que vislumbravam um retorno certo após a volta das chuvas. Eram pessoas que não estavam em busca de riquezas, apenas de um local que desse suporte à sobrevivência durante um período determinado.

O Piauí também era uma opção para pessoas pobres que pensavam em ficar nessas terras após o fim da seca, tentando estabelecer vínculos locais e fixando-se em um pedaço de terra. O Piauí também passou a ser uma opção para muitos cearenses por outros motivos: havia aqueles que só queriam usar esse território como rota para o Maranhão, mas que por não conseguirem seguir viagem acabavam ficando; e também teve aqueles que estabeleceram vínculos e permaneceram mesmo após a seca. Além desses, é necessário considerar também aqueles que ficaram no Piauí, possivelmente por não terem tido mais condições de voltar ao Ceará.

Alguns, como sugere a quadra abaixo, aproximando-se de pessoas influentes nas localidades, conquistavam algum espaço no meio social, o que permitia a sua permanência no Piauí. No poema, carregado de ironias, “A festança do coronel”, à medida que descreve um grandioso banquete ocorrido em Picos, promovido pelo coronel “Bendegó”, possivelmente um apelido atribuído a um rico e influente deputado da região (mencionado como um deputado conservador por Gilbués, naquela vila residente),⁴⁸ pelo autor definido como “Pechincha”, a posição ocupada por um emigrante naquele espaço é identificada:

Santo Jesus! O fedelho
Arrota vinho e leitão
Nas saúdes eloquentes
Que dedica ao promotor,
O Benedicto emigrante,

⁴⁸ PICOS. *A Imprensa*, nº 1056, p. 04, ano XXIV, 19 jan. 1889.

⁴⁸ CARDOSO, 2011, p. 155.

Seu maior adulator.⁴⁹

De uma vastidão de cenários possíveis, baseados na documentação analisada, é possível pensar que a emigração de cearenses para o Piauí, durante os períodos de seca, é, antes de tudo, uma forma de resistência imediata, que exprime o protagonismo de homens e mulheres cearenses na tomada de decisões e escolhas, sejam elas planejadas ou impulsionadas pela condição que se encontravam no momento, ainda que diante de outras possibilidades reais de resistência, como migrar em direção a Fortaleza ou ao litoral e por lá permanecer, ou seguir para outra província, beneficiar-se dos Socorros Públicos diretos ou indiretos no Ceará, ou migrar dentro do próprio Ceará, para regiões que ainda permitiam possibilidades de resistir à seca, como em algumas serras. Ao optar pelo Piauí, embora estivesse tecendo uma ação de retirada, exprime-se a “capacidade de ação dos sujeitos”, desviando-se de serem meramente vítimas e posicionando-se como “sujeitos da história”.⁵⁰

A seca, embora nesse contexto seja a motivadora mais importante para o empreendimento das migrações, não pode ser vista como a única razão indicativa desse fenômeno. Outros fatores, como os “(des)mandos político e econômico locais, (...) regime de centralização da propriedade dos recursos hídricos por parte da elite secular que comandava as relações de mando locais e a sucessão política a nível de Estados”,⁵¹ também podem ser vistos como a raiz dessas migrações, que com a seca ganhava impulso. Tendo ela, na sua origem, fatores multiplicados que explicam sua razão de existir.

Segundo Braga Neto, “a forma como as atividades econômicas se desenrolavam nas terras cearenses não dava condições sociais para manter a estabilidade da população”, dando origem a “uma tensão entre as relações de produção e a densidade da população no território cearense”, pois à medida que a população se multiplicava e requeria “uma maior intervenção do Estado na economia, ou de uma maior proteção do paternalismo privado, Estado e produtores se enredavam cada vez mais nas relações capitalistas”.⁵² Como consequência disso,

a esfera do trabalho se autonomiza, deslocando-se da esfera da cultura sertaneja, na qual o trabalho era visto como um acerto de compadres, envolvido em relações familiares, e, assim, sobram trabalhadores para as novas relações de trabalho. Com efeito, ocorre a destruição do equilíbrio

⁴⁹ A FESTANÇA DO CORONEL. *A Imprensa*, n° 1056, p. 03, ano XXIV, 19 jan. 1889.

⁵⁰ CARDOSO, 2011, p. 155.

⁵¹ BURITI, Catarina de Oliveira e AGUIAR, José Otávio. Secas, migrações e representações do semiárido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. *Textos e debates*. Roraima, n° 15 (2008), p. 08-13.

⁵² BRAGA NETO, 2012, p. 50-51.

tradicional de tensões e a emigração surgia, então, como uma importante válvula de escape para a população pobre.⁵³

Com a chegada das secas, foram expostos os desdobramentos da quebra dos vínculos de proteção. Com o descompasso existente entre o crescimento populacional, ocasionado pelos lucros da economia algodoeira, e a estabilidade das relações de produção, houve a fragilização do elo que estabelecia o relacionamento entre produtores e trabalhadores ou agregados. Mesmo com a necessidade de garantir a oferta de mão de obra, os proprietários não conseguiram manter sob sua tutela, a população de cearenses que se encontrava inviabilizada de trabalhar nas atividades que lhes eram próprias, diante da falta de chuvas, rompendo, assim, os vínculos paternalistas.⁵⁴

Nesse cenário, muitos cearenses encontravam “a maleabilidade necessária para escapar da penúria e da fome, da violência que se entrelaçava ao mandonismo local e aos recrutamentos forçados (...) fugir das intempéries que inviabilizavam o sobreviver”.⁵⁵ Na concepção de Guillen, essas mobilidades foram provocadas “por um sistema que marginalizava os homens livres pobres, uma vez que eram apenas aproveitados residualmente pelo monopólio da propriedade da terra, pelo latifúndio e pela presença da mão de obra escrava”.⁵⁶

É mergulhado nesse contexto que o migrante cearense da segunda metade do século XIX deve ser analisado. Não apenas como meras vítimas das ações das secas, mas como indivíduos que, dentro de um contexto econômico, político e social amplo, tendiam a buscar novas estratégias, não só para sobreviver, mas para existir como sujeito dentro da esfera social. Nessa conjuntura, migrar “seria, em última instância, dizer não à situação em que vivia, não conformando-se a ela, resgatando sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente”,⁵⁷ era uma maneira de resistir, seja à forma de exploração e dominação seculares ou à quase inexistente perspectiva de vida.⁵⁸

A decisão de migrar, para além de ser motivada pela orquestração do momento em que se vivia, não era impulsionada, pelo menos de forma generalizada, unicamente pelo desespero

⁵³ BRAGA NETO, 2012, p. 51.

⁵⁴ BRAGA NETO, 2012.

⁵⁵ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: *História da vida privada no Brasil*: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 59.

⁵⁶ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização e sua dimensão histórica. In: CAVALCANTI, Helenilda e BURITI, Joanildo (Org.). *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, p. 228.

⁵⁷ BURITI, e AGUIAR, 2008, p. 17.

⁵⁸ PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil”. *Travessia*. n. 19. São Paulo: CEM, mai./ago. de 1994.

que se instaurava na vida de alguns durante as secas. Muitos cearenses, nesse caso, eram ativamente “partícipes na conformação dos deslocamentos”.⁵⁹ Para isso, muitas pesquisas que mostram as migrações para a Amazônia em períodos em que chovia normalmente no Ceará revelam que esses cearenses tinham o sonho de mudar de vida buscando oportunidades em outras províncias. Seguindo esse pensamento, pode-se concordar que empreender uma jornada migratória era resistir à condição em que se vivia, era “pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente”.⁶⁰

Se os cearenses migravam para a Amazônia com muita frequência, como relata a historiografia, para o Piauí essas travessias também não eram inéditas quando iniciou a seca em 1877, por exemplo. Ao contrário disso, os cearenses buscaram o Piauí, possivelmente, por conhecerem ou ouvirem falar das possibilidades de sobrevivência que essa terra oferecia, inclusive em épocas difíceis, como as das secas; daí poder pensar que muitos aproveitavam o momento para investir pela primeira vez nas antigas rotas que conduziam o gado em direção ao Ceará, levando as riquezas dessa terra para a província vizinha.

Como já descrevi anteriormente, o comércio e os contatos entre os dois lados da fronteira eram intensos. Com isso, pode-se dizer que o Piauí não era uma terra totalmente desconhecida dos cearenses, e as vantagens que essa região oferecia para o desenvolvimento pessoal não eram tão remotas, a ponto de o Piauí ser uma “terra considerada da promessa”.⁶¹ Além da carne do gado vacum, cereais eram comumente exportados para o Ceará. Isso foi feito inclusive nos primeiros meses da seca, em 1877 e em 1888, quando o Piauí ainda não era seriamente atingido e lhe restavam estoques de grãos.

As terras úmidas às margens dos rios próximas à fronteira com o Maranhão, em especial o Rio Parnaíba, e as regiões piauienses de chuvas mais frequentes, de certa forma contribuíam para que muitos cearenses avistassem essas áreas como local de parada, seja enquanto esperava as chuvas retornarem ao Ceará ou, definitivamente, fixando-se no lugar. Em 1877, ao descrever as cenas que encontrou na estrada enquanto empreendia a sua jornada migratória, o vigário de Saboeiro, Germano Antenor de Araujo, relatou o fluxo de pessoas em direção ao Piauí. Como justificativa para a escolha desse destino, ele disse: “o Piauí oferece seguramente mais recursos; ali a pobreza pode passar sem dinheiro, porque há muita caça, muito peixe e toda qualidade de frutos”.⁶²

⁵⁹ CARDOSO, Antônio Alexandre Isidoro. Os migrantes cearenses e o horizonte amazônico no século XIX. *Revista de História*, 4, 1 (2012), p. 68-87, p. 72.

⁶⁰ GUILLEN, 2002, p. 229.

⁶¹ ASSARÉ (...). *Cearense*, nº 78, p. 02, ano XXXI, 14 set. 1877.

⁶² CORRESPONDÊNCIA DO INTERIOR. *Cearense*, nº 66, p. 02, ano XXXI, 09 ago. 1877.

Digna de nota é a convocação realizada pelo capitão Salustiano Elyseu de Sant'Anna, presidente da junta de alistamento da Freguesia de N. S. das Dores, em Teresina, que listou, em outubro de 1875, todos os cidadãos aptos para o serviço do Exército da Armada existentes no Piauí. Do total de 238 homens convocados, 18 eram naturais do Maranhão e 11 do Ceará, como o caso de Manoel Raimundo da Silva, de 26 anos, e Cosme José Raimundo, na época com 19 anos.⁶³ Essas informações, relativas apenas a uma freguesia da capital, sugerem que a presença de pessoas vivendo no Piauí, oriundas das províncias vizinhas, era um dado costumeiro. Não só cearenses estabeleciam seus laços e se fixavam no Piauí, mas também uma quantidade relativa de maranhenses, o que dá a pensar que, longe de ser uma terra de repulsão, o Piauí, de certo modo, tinha características atrativas que faziam com que a emigração das províncias vizinhas fosse algo que se dava em tempo contínuo.

Em 1886, o jornal *A Época* noticiou com muito pesar o falecimento do Coronel João Martiniano Fontanelle e sua esposa, na vila de Piracuruca. “Maior de 60 anos, filho do Ceará, e um dos mais antigos e notáveis chefes conservadores desta província, onde residia desde a mocidade”, coronel Fontanelle, na tarde de 09 de setembro daquele ano, após trancar-se em casa com a esposa, iniciou uma discussão, resultando no disparo de um tiro contra sua companheira e outro contra si mesmo; não obtendo sucesso na segunda investida, cortou a própria garganta com um punhal. “Condecorado com os habitus de Cristo e da Rosa” o cearense gozava de grande prestígio em Piracuruca e também no restante do Piauí, “sendo comandante superior da guarda nacional” daquela vila, além de, em várias legislaturas “ter assento na assembleia provincial”.⁶⁴ Esses exemplos ilustram que a chegada de cearenses e também de maranhenses ao Piauí, que se fixavam e alcançavam, em algumas vezes importante *status* econômico e social, não era rara. O que se viu, contudo, a partir de 1877, foi uma emigração acentuada, com a entrada de pessoas em grande volume em um curto espaço de tempo, que não viam outro recurso em sua terra natal “senão o das retiradas para o Piauí”.⁶⁵

Em maio de 1877, a migração que passava por Sobral em direção ao Piauí era “extraordinária”,⁶⁶ segundo um informante local. Os correspondentes que enviavam mensagens aos jornais editados em Fortaleza quase sempre descreviam com tom hiperbólico as cenas que relatavam. Em agosto de 1879, o jornal *Echo do Povo* publicou um artigo mostrando a situação de muitos cearenses ao longo dos quase três anos de seca. Em relação ao

⁶³ EDITAES. *Opinião Conservadora*, nº 87, p. 04, 05 e 06, ano II, 29 out. 1875.

⁶⁴ FALECIMENTOS. *A Época*, nº 25, p. 01, ano I, 23 set. 1878.

⁶⁵ SECCA. *Cearense*, nº 45, p. 02, ano XXXI, 27 mai. 1877.

⁶⁶ SECCA. *Cearense*, nº 44, p. 03, ano XXXI, 24 mai. 1877

Piauí, o jornal descreveu existirem “caveiras esparsas nas estradas *que serviam* de roteiro onde passara a dolorosa peregrinação cearense”.⁶⁷ Faziam assim, possivelmente, pela perplexidade do momento, por verem tantas pessoas em caminhada, famintas, nuas, à morte, ou por quererem alertar as autoridades para a complexidade da situação.

É importante entender que os seus escritos partiam de um contexto social econômico e político, que quase sempre interferia nas intenções das suas narrativas, e foi através dos olhos e da escrita dessas pessoas que viviam nas localidades, que sentiam a seca, e que também muitas vezes migraram, que é possível conhecer atualmente um pouco do que transcorria no percurso daqueles anos em que duraram as secas.

Para empreender a jornada migratória, quase sempre era necessário romper vínculos, seja ele com o lugar, com a família ou com o grupo social que se relacionava. Muitas vezes, a decisão de migrar implicava abrir mão de alguém ou de algo, definitivamente ou por um período determinado; assim fez José Targine. Agente do correio de Boa Viagem, “pediu demissão desse cargo para poder emigrar para o Piauí, a fim de escapar dos rigores da seca”.⁶⁸ Dadas as condições do lugar, encontra-se uma pessoa que possuía emprego fixo, não se vendo em condições de permanecer estabelecido ali. Se para aqueles que tinham trabalho garantido havia essas dificuldades, os lavradores que naturalmente dependiam das chuvas para produzir o seu próprio alimento, estando ocupando terras de terceiros naquela situação, eram outros que tinham motivos iguais ou mais fortes que José Targine para, assim como ele, emigrarem. Em maio de 1877, o fluxo de pessoas saindo de Saboeiro em direção a Fortaleza e ao Piauí era intenso. Segundo a narrativa do Padre Germano Antenor de Araujo, da referida localidade, nas estradas avolumavam-se os emigrantes em todas as direções “nus, pálidos e abatidos”.⁶⁹

Em março de 1889, Umbelino Dornel de Souza, juntamente com sua esposa, Maria Canuta de Lima, procuraram o viário de Príncipe Imperial, solicitando-lhe que batizasse⁷⁰ “seu inocente filhinho que se achava em perigo de morte,⁷¹ e que no dia seguinte tinham de emigrar para a província do Piauí”. Por não terem dinheiro para pagarem a realização do referido ritual, o religioso negou-se a cumprir o procedimento.⁷²

⁶⁷ ECHO DO POVO. *Echo do Povo*, nº 07, p. 01, ano I, 07 ago. 1879.

⁶⁸ DEMISSÃO PARA EMIGRAR. *Cearnense*, nº 34, p. 01, ano XXXI, 20 abr. 1877.

⁶⁹ SECCA. *Cearnense*, nº 49, p. 02, ano XXXI, 10 jun. 1877.

⁷⁰ Sobre batizado de crianças ver: ARIËS. Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, pp. 18-19.

⁷¹ Segundo Claudia Pancino e Lygia Silveria “a mortalidade infantil era, ainda em 1877, elevadíssima e era “normal” que as crianças morressem; mas em uma sociedade marcada pela alta taxa de mortalidade infantil, as próprias crianças não eram mantidas alheias ao fato de que a morte as esperitava”. PANCINO, Claudia e SILVERIA Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. *Cad. hist. ciênc.* vol. 6 nº 1 São Paulo Jan./Jul 2010, p. 184.

⁷² PRÍNCIPE IMPERIAL. *A Constituição*, nº 80, p. 03, ano XXVI, 11 abr. 1889.

Para além das pessoas mais desfavorecidas, que eram certamente as primeiras a serem atingidas pelo fenómeno, proprietários e funcionários públicos, por exemplo, também rumaram para o Piauí. Fato constatado pelo jornal *A Constituição* em agosto de 1877: “Não é só a pobreza que tem emigrado: diversas famílias abastadas da Paraíba e Ceará o tem feito, e aqui estão”.⁷³ Possivelmente o jornal fez essa afirmação com base na história de alguns emigrados cearenses de meses anteriores.

Em junho de 1877, “muitas pessoas importantes” de Saboeiro foram procurar um abrigo na província do Piauí, a fim de escaparem com suas famílias dos horrores que os aguardavam.⁷⁴ Concretizando o que narrou o correspondente do jornal, dois meses depois, a freguesia supracitada já contabilizava 4.000 pessoas que havia emigrado para o Piauí “onde foram procurar refúgio”, entre eles o “Dr. Lima Bastos, capitão Ferrer, Tenente José Braga, alferes Garrido, José de Araújo, Francisco Félix e Manoel Félix, com suas respectivas famílias, e parte deles, senão todos, creio que não voltam mais”.⁷⁵

A impressão suscitada pelo emissário da notícia ao *Cearense* possivelmente não se cumpria com tanta precisão. Entende-se que, ao escolherem o Piauí como ponto de chegada, as pessoas mais ricas do Ceará vislumbravam o retorno após o fim da seca, pois suas posses, propriedades e prestígio estavam fincadas no solo e na sociedade cearenses. Para essas pessoas, o Piauí possivelmente só era visto como lugar para passar uma temporada difícil do Ceará e não onde se poderia criar vínculos e estabelecer-se economicamente, ao contrário do que parecia ser uma possibilidade para pessoas mais pobres. Afinal, quase nada materialmente deixavam no Ceará, então o que conseguissem no Piauí seria motivo para por lá permanecer. Embora essas afirmações não devam ser generalizadas, pode-se expor esse ponto com base em dois migrantes cearenses que, gozando de um prestigiado espaço na sociedade e na política cearenses, migraram para o Piauí na seca da década de 1870, e após o fim desta retornaram ao Ceará. Um deles é o citado doutor Lima Bastos, advogado, que ocupou cargos públicos no Piauí entre 1877 e 1880, e em seguida voltou à sua terra natal. Outro exemplo é o de André Jacome da Paz. Advogado e político, migrou de Santa Quitéria para Campo Maior, no Piauí, também no transcurso da referida seca, tomando o caminho de retorno para o Ceará, assim como fez Lima Bastos.

Mesmo com poucas fontes encontradas, pode-se citar um caso oposto aos dois primeiros: Fausto Ferreira Lustosa, nascido em Milagres, no Ceará, no ano de 1863, “de

⁷³ A RESPEITO DA SECCA. *A Imprensa*, nº 514, p. 06, ano XIII, 1º ago. 1877.

⁷⁴ SECCA *Cearense*, nº 56, p. 02, ano XXXI, 05 jun. 1877.

⁷⁵ SABOEIRO. *Cearense*, nº 78, p. 02, ano XXXI, 14 set. 1877.

imigrante da seca de 77, passou a ser juiz e chefe político em Gilbués”.⁷⁶ Falecido em 1942, coronel Fausto Lustosa, como é chamado nos jornais, aparece como membro do Partido Liberal em Bom Jesus do Gurguéia, no sul do Piauí, em 1882, porém foi nas primeiras décadas do século XX que os periódicos passaram a fazer referência às suas ações políticas na região onde detinha prestígio e poder. Personagem bastante controverso, entre poucos elogios, é denunciado por mais de uma dezena de vezes por práticas de corrupção, mandonismo e crimes, principalmente em Santo Antônio do Gilbués. Ao que tudo indica, o migrante cearense, definido como “um herói sanguinário de muitos crimes”,⁷⁷ permanecendo no Piauí após a seca de 1877, conseguiu acumular muita influência e poder políticos, principalmente durante a república, o que contribuía para os seus crimes, incluindo a perseguição ferrenha aos seus opositores apontados no jornal *O Apóstolo*, permanecessem impunes.

Com isso, não se descarta que pessoas “de posses” se estabelecessem no Piauí ou nesta província fizessem “fortuna” e ganhassem prestígio, embora se acredite que tenha sido algo restrito a poucos casos, se comparado com os cearenses mais pobres que teriam mais motivos para permanecerem em solo piauiense, mediante as possibilidades de conseguir trabalho, ou até mesmo um pedaço de terra para morar e cultivar.

No romance piauiense *Um manicaca*, ao conversarem sobre as correntes migratórias para o Pará e para Piauí, os dois personagens, Luís Borges e Araújo, tiveram o seguinte diálogo:

- No Ceará, (...) a migração é uma necessidade. A população muito densa e acumulada num território relativamente pequeno, flagelado periodicamente pelas secas, incapaz de fornecer os recursos que ela necessita. Se o cearense não emigrasse, em poucos anos seria intolerável o preço de vida no Estado. Araújo não pensava assim:
- Por que no Piauí, onde há tão grossa corrente emigratória é tão elevando o preço dos gêneros de primeira necessidade?
- Justamente pelo fato da emigração, explicou-lhe o sócio.⁷⁸

As falas expressas no texto literário servem para ilustrar, em dois pontos, a análise do personagem a respeito das motivações que impulsionavam as migrações cearenses e as consequências da entrada dessa população em território piauiense, como ocorreu a partir de 1877.

⁷⁶ SANTO ANTONIO DE GILBUÉS. *O Apóstolo*, nº 132, p. 05, ano III, 19. Dez. 1909.

⁷⁷ O CAMBÃO. *O Apóstolo*, nº 154, p. 02, ano IV, 29 mai. 1910.

⁷⁸ NEVES, 2012, p. 53.

Uma quadra publicada no jornal *A Imprensa* indicou o destacamento de cearenses para a região vizinha nos primeiros meses de 1877:

São hoje 18 de abril e as chuvas oh! Deus, não aparecem!!!
 De Pajeú de Flores a Ibiapaba e Sete-alagoas a Serra da Joaninha, um só brado se faz ouvir – Retiremos para o Piauí – Mas estará o Piauí em proporções de acomodar uma emigração superior, talvez, a quarenta mil almas?
 Poderão nossos infelizes hóspedes serem preservados das intermitentes, que nas épocas, de que acima falamos, aniquilaram seus antepassados?
 Haverá mantimento suficiente para tanto povo?
 Tudo é possível – porque, segundo Genuense “não há nada tão difícil e duro que a alma humana não vença”.⁷⁹

Os cenários expressos no texto acima, juntamente com os questionamentos que ele sugere, são significativos para visualizar a migração cearense desde as condições que condicionam a partida naquele momento (sem chover até abril), à decisão de retirada em direção ao Piauí, e as dúvidas acerca dos impactos que a migração provocaria nessa província. Alude o texto a um dos pontos mais significativos da migração cearense para o Piauí naquela época: a existência de mantimento para alimentar uma população tão numerosa, diante das características de produção de gêneros agrícolas, considerada praticamente autossuficiente, que possuía o Piauí. Embora tenha dúvidas quanto a isso, o emissor é esperançoso.

A entrada de migrantes cearenses no Piauí começou a ser identificada ainda no primeiro semestre de 1877, quando a seca ainda atingia poucas localidades da província. Em Príncipe Imperial, diariamente a partir de maio daquele ano, chegaram emigrantes das províncias vizinhas, sendo que grande parte deles seguia em “direção ao centro da província”.⁸⁰

Em agosto, era numerosa a população migrante residindo em Oeiras: a primeira notícia indicava existir naquela cidade “e no subúrbio, para mais de três mil emigrantes”, e dizia-se que “muito maior *era* o número deles que ainda vem em caminho, lutando com toda sorte de dificuldades e privações para chegarem ao termo de sua longa e penosa viagem”.⁸¹ Semanas depois, os relatos chegados à imprensa da referida cidade possuíam quase a mesma tônica: a migração excessiva fazia chegar diariamente “famílias e famílias”, que se avolumavam embaixo das árvores da cidade, transformando-as em habitação que, para além da fome que carregavam, apresentavam “nudez extraordinária, a ponto de muitas mulheres não poderem aparecer”.

⁷⁹ SÃO HOJE 18 DE ABRIL (...). *A Imprensa*, nº 508, p. 02, ano, XII, 09 jun. 1877.

⁸⁰ PRÍNCIPE IMPERIAL. *A Imprensa*, nº 527, p. 04, ano XIII, 12 dez. 1877.

⁸¹ A RESPEITO DA SECCA. *A Imprensa*, nº 514, p. 06, ano XIII, 1? ago. 1877.

Nessas levas de migrantes, chegavam também “famílias emigradas de boa gente, entre as quais um padre. Havia chegado também há poucos dias o Dr. Francisco Rodrigues Lima Bastos, emigrado de Saboeiro, onde exercia o cargo de promotor público.⁸² Em outubro, permanecia a afluência de cearenses e paraibanos para a antiga capital. Chegando quase todos nas condições já descritas anteriormente, avolumavam-se à espera dos Socorros Públicos, em uma das comarcas piauienses mais afetadas pela seca. Até março de 1878, ainda se encontram nos jornais a descrição de volumosa migração para Oeiras. Esta cidade, juntamente com Príncipe Imperial, conjuntam os primeiros registros da emigração cearense em 1878.

Na segunda comarca é de notar que, devido à sua posição geográfica, tanto pouco oferecia subsídios para a permanência dos piauienses, pois estava quase da mesma forma que o Ceará, como também era para muitos apenas a porta de entrada para o Piauí.

Oeiras, localizada no centro-sul da província, já era o destino, muitas vezes definitivo, dos cearenses que partiam da fronteira ao sul cearense. Por estar mais distante dos limites provinciais, o percurso se tornava mais andrajoso e cansativo para aqueles que, muitas vezes, já haviam percorrido muitos quilômetros até adentrar o território piauiense. Chegando a essa cidade, encontravam a descrição de migrantes em estado precário de nutrição e portando doenças, muitos falecendo após a chegada.

É necessário apontar que Oeiras era também um dos locais mais afetados pela seca climática naquele ano, tendo restritas as suas condições de atender a grande massa de imigrantes que ali estava. Outro fator agravante era a falta de estradas que ligassem a cidade a outros pontos que oferecessem suporte àquela população. Localizada praticamente no centro da província, distava muitas léguas das margens do rio Parnaíba, na fronteira com o Maranhão, e muitas outras até Amarante, entreposto comercial onde os socorros poderiam chegar com mais facilidade, além de ser bem mais distante de Teresina, para onde muitos migrantes acabaram se dirigindo.

Considerada como ponto de passagem ou de chegada dos emigrantes que se deslocavam do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, Oeiras certamente recebia mais migrantes do que outras localidades e requeria atenção diferenciada no envio e distribuição dos Socorros Públicos, o que nem sempre ocorria, visto que muitas vezes eram insuficientes para alimentar os grupos familiares ali encontrados na cidade.

Visível também é a indicação do que poderia ser chamado de “composição dos grupos migratórios”. Famílias inteiras são identificadas chegando no Piauí; tanto no caso dos

⁸² EFEITOS DA SECCA. *A Imprensa*, nº 515, p. 04, ano XIII, 25 ago. 1877.

migrantes abastados financeiramente, como dos mais pobres, a documentação sugere o deslocamento de todos os integrantes da família em uma única leva, fenômeno que chamo migração de família. Por se tratar de uma condição extrema, era esperado que, com o rompimento dos laços com o local de origem devido à impossibilidade de permanência, não seria lógico que apenas alguns membros fossem e outros ficassem, visto que não havia tempo para esperar notícias e/ou acomodação no lugar de destino para possibilitar o deslocamento do restante dos membros. Dentro desses grupos, na composição das famílias, foi identificado um grande número de mulheres e “muito comuns as famílias de 6, 8, 10 e mais crianças”, que eram conduzidas por suas mães após a morte do esposo.⁸³

Dizia o jornal *A Imprensa* que o estado de viuvez era uma condição que impulsionava a escolha do Piauí como destino: “essas mulheres e essas crianças não querem e naturalmente não podem procurar outras províncias, onde se veriam na mesma necessidade de viver à custa da caridade pública”.⁸⁴ Além disso, muitos idosos também empreendiam a jornada migratória. Em setembro de 1877, o mesmo jornal relatou a existência de uma grande quantidade de mulheres, crianças e idosos em Príncipe Imperial, necessitando dos Socorros Públicos. Embora haja uma invisibilidade em relação a uma identificação mais precisa das mulheres liderando suas famílias na caminhada para o Piauí, posso afirmar que não foram insignificantes nesse processo. Uma publicação do *A Imprensa* relatou a chegada de “caravanas de homens, mulheres e crianças” na vila de Manga, em setembro de 1877, após vencerem “centenas de léguas, a pé, desprovidos inteiramente de recursos”, além de muitos “velhos arrimados em bastão e pais com filhinhos nas costas”.⁸⁵

Dito isto, identifica-se que não existia um padrão específico que caracterizasse de forma particularizada o deslocamento de cearenses para o Piauí. Em relação aos grupos que entravam, compunham-se de famílias completas e quase sempre numerosas, vide o exemplo do Dr. Lima Bastos, que migrou ao Piauí acompanhado da sua família completa composta por treze pessoas. Muitas outras, possivelmente, eram em número maior. Quanto à idade, desde crianças até idosos; em relação à composição social, pessoas de várias profissões são identificadas nesse trajeto.

Em 16 de outubro de 1877, um ofício encaminhado de Oeiras ao presidente da província relatou “o estado vexatório em que se acha a população deste município em

⁸³ Lacerda identificou no processo migratório entre o Ceará e o Pará, grupos de mulheres, que vinham para a região como chefes de extensas famílias. LACERDA, Franciane Gama. Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX. *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, v. 27, p. 305-320, 2003.

⁸⁴ SOCORROS AOS EMIGRADOS. *A Imprensa*, nº 556, p. 03, ano XIV, 04 set. 1878.

⁸⁵ MANGA, 02 DE SETEMBRO DE 1877. *A Imprensa*, nº 519, p. 03, ano XIII, 29 set. 1877.

presença de grande número de emigrantes das províncias vizinhas, Ceará e Paraíba, que se tem acumulado nesta cidade e seus arredores”. No documento, os membros da comissão daquela cidade relatavam as dificuldades para manter os socorros à quantidade de pessoas ali existentes, seja pela dificuldade de transporte, seja pela escassez de gêneros e de carne, pois com os gados magros, “dificilmente se encontra reses que sirvam para o talho”. Em lista anexa ao ofício, a Comissão de Socorros enumerou 934 famílias, somando ao total 5.702 pessoas alistadas. Dessas, metade estava “em idêntico estado de penúria com a diferença de estarem abrigados das intempéries”.⁸⁶

Esse documento é muito significativo ao identificar o nome do responsável pela família e a quantidade de pessoas que a compõem. Os números são variados, mas quase sempre as famílias eram numerosas, três, seis, nove, doze e, em algumas ocasiões, até dezessete pessoas. Algumas famílias eram lideradas por mulheres. Esse documento evidencia mais uma vez a natureza da migração cearense para o Piauí, que, em primeira instância, era caracterizada pelo deslocamento de famílias inteiras. Muitos grupos de cearenses que se destinaram a Teresina tiveram os seus rastros registrados pela Comissão de Socorros Públicos daquela capital, que, quase sempre, relatava a procura dos emigrantes pelo seu auxílio:

Diz José Florêncio de Araújo, pobre desvalido, emigrante natural da província do Ceará, que tendo se regressado daquela província para esta e não tendo para sua família alimentação alguma e nem também roupa para o seu vestuário, vem com o devido respeito que lhe mande dar o que alega (...).⁸⁷

Assim como se apresentou José Florêncio, também fizeram Bento Joaquim Bandeira, casado, com família composta por nove pessoas;⁸⁸ Jezuíno José da Silva, também casado, acompanhado por mais três pessoas do seu núcleo familiar, que buscou o auxílio da Comissão de Socorros em abril de 1878;⁸⁹ Salustiano Gomes da Silva, na companhia de dois filhos menores⁹⁰ e João Assis Moreira, com sua esposa e mais cinco filhos, que chegaram a Teresina

⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do governo. Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Oeiras, em 16 de outubro de 1877. Caixa Comissão de Socorros de Oeiras, localização não identificada.

⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 54, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 87, de 18 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁸⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 04 abr. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 58, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

há mais de um mês, também em março de 1878,⁹¹ buscou a Comissão de Socorros para relatar a sua situação.

Muitas dessas famílias eram destinadas aos Núcleos Coloniais. Como a do casal Joaquim Loureço e Joana Baptista do Rosário, que migraram com os seus seis filhos, sendo a mais velha Maria Antonia, com 11 anos, e a mais nova, com apenas dois meses de vida. Os registros também mostram muitas viúvas que, algumas vezes, conduziam a família, quase sempre numerosa, como Maria da Conceição, de 39 anos, que chegou a Teresina acompanhada de seis filhos: Antonio de 18 anos, Joana de 19, Maria de 15, Isabel de 14, Ana de 12 anos, e João, com apenas 08. Ela foi designada em 06 de outubro de 1878 para ser alocada no Núcleo Guandú, juntamente com outras 153 famílias. Outras viúvas, além de migrarem acompanhadas de seus filhos, também levavam sobrinhos que possivelmente tinham ficado órfãos. Há também situações em que os órfãos eram destinados aos núcleos sem o registro de pessoas responsáveis, como Maria Rosa da Conceição, de 15 anos, e Jacinta Maria da Conceição, de 12 anos, provavelmente irmãs que perderam os pais ao longo da travessia ou ao chegarem a Teresina.⁹²

Esse grande fluxo de famílias cearenses em Teresina, no ano de 1878, pode ser entendido como um reflexo do esgotamento das condições de assistência das Comissões de Socorros em outras localidades do Piauí, assim como também um momento de engrossamento da migração, relatado pelos jornais e pelos relatórios dos presidentes da Província do Piauí, naquele que era o segundo ano da extensão da seca.

Em 01 agosto de 1878, um dos registros da Comissão de Socorros identificou a chegada de 35 pessoas com idades entre 21 e 40 anos, entre mulheres e homens; a maioria era casada ou viúva. Não eram somente as pessoas pobres e desempregadas que recorriam aos Socorros Públicos como forma de sobrevivência. A solicitação de auxílio feita por um migrante cearense da comarca de Saboeiro, que se encontrava em Teresina em janeiro de 1879, demonstra a peculiaridade por ser uma pessoa que, pela descrição, encontrava-se naquela condição por causa da seca e, mesmo ocupando um cargo público no Piauí, requeria ajuda por não ter condições de manter todos os seus filhos. Ademais, o pedido é diferenciado tanto pela sua extensão quanto pela argumentação utilizada pelo solicitante:

⁹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 64, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Códices da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Relação de emigrantes que foram designados ao Núcleo Guandu, em 06 de outubro de 1878. Localização: Código 586, estante 05, prateleira 03.

Dimas Bezerra de Carvalho, emigrante cearense da freguesia do Saboeiro, achando-se na indigência com sua família de seis pessoas, inclusive três órfãos, requer a V.Ex.a que designa mandar fornecer suprimento de cereais e vestuário correspondentes as pessoas acima indicadas marcando-se lhe uma quantidade suficiente por um prazo determinado (...). Velho sem força e vítima do flagelo da seca que consumiu os poucos bens de fortuna que possuía a consideração e importância de que gozava em sua província nos desempenhos de diversos cargos públicos que ali exerceu durante 20 anos, vê se hoje nas circunstâncias necessárias de implorar e pedir a V.Ex.a um auxílio dos socorros públicos como hóspede importuno perante V.Ex.a, enquanto melhora o estado medonho da peste na capital do Ceará, para onde pretende embarcar em dias de fevereiro deste ano. O fato de exercer o lugar de escrivão de paz na Freguesia de Nossa Senhora do Amparo desta cidade, não é motivo suficiente para abstar-le de receber suplementos, porque os emolumentos deste emprego são tão diminutos durante quase dois meses, a esta parte que os salários recebidos não tem chegado para despesa de papel para as certidões de óbitos dos imigrantes que tem falecidos no núcleo Pirajá, no hospital desta capital e na freguesia, de sorte que o *requerene* vive diariamente ocupado no trabalho de registrar ditos óbitos sem receber ganho algum (...). É mas isto um argumento e serviu para não ser negado o suprimento de que é devido como emigrante e necessitado, sendo que o *requerente* sempre foi considerado como tal pelo antecessor de V.Ex.a a que o requerimento (...) mandou dar-lhe suplementos (...).⁹³

Dimas Bezerra de Carvalho foi um dos cearenses que considero, dentro da documentação que encontrei, quem mais deve ter produzido requerimentos formalmente à Comissão de Socorros entre 1878 e 1879. Ao todo, quase uma dezena de ofícios foi encontrada contendo algum tipo de pedido protocolado pelo cearense. Ele estava com sua família no Piauí, como sempre enfocava nos ofícios, composta por ele, seus filhos, a esposa e duas órfãs de pai e mãe, menores de idade, sendo uma sobrinha e a outra afillhada.⁹⁴ Ao longo do tempo, as suas solicitações foram deixando pistas sobre a sua articulação para sobreviver no Piauí. Em um dos seus primeiros requerimentos, alegou ser velho e possuir um “deslocamento no braço esquerdo que o inibie de qualquer trabalho pesado”.⁹⁵

Os pedidos sucessivos de suprimentos e roupas à Comissão de Socorros, algumas vezes, eram datados em um espaço curto de tempo. Além de ofícios dessa natureza, em outros, ele se ocupou de cobrar o trabalho que havia feito registrando o óbito de 118 emigrantes na capital, cujo serviço alegava não ter recebido emolumentos. Embora tenha cobrado contínuas vezes por esse trabalho, a Comissão de Socorros indeferiu o seu pagamento, justificando que, pelo regulamento do registro civil, por se tratarem de emigrantes

⁹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 87, de 07 jan. 1879, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 04, ?? de abril de 1878. Caixa – Correspondências recebidas pela Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº ?13, de 04 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos 1878. Localização: Cod: 587, Est. 05, Prat. 03.

miseráveis, ele apenas “cumpriu o seu dever de escrivão de paz”, registrando os referidos óbitos, sem direito a emolumento algum.⁹⁶

Ao final de 1878, Dimas tentou conseguir uma casa para fixar-se no Núcleo Pirajá,⁹⁷ nas proximidades de Teresina. Em janeiro de 1879, sem receber o valor pedido pela cobrança do registro dos óbitos, o cearense resolveu escrever o ofício que transcrevi acima. Esse documento, embora possua alguns elementos presentes nos anteriores, é diferenciado tanto em relação aos seus primeiros como aos demais requerimentos existentes nos arquivos da Comissão de Socorros do Piauí.

Emigrante e tendo que sustentar sua família, o ofício de Dimas Bezerra oscila entre a sujeição e o orgulho. Bem argumentado, o autor do documento deixa claro que aquela é uma condição que está, não por ser pobre, mas por ter perdido tudo o que tinha devido à seca. Exige do presidente da província o que considera ser um direito seu e da sua família. Para isso, aceita se definir como pobre, mas alerta que está naquela condição por tempo determinado e que logo voltará ao Ceará.

Ocupando cargo público no Piauí, Dimas Bezerra recebia um salário que alegou ser insuficiente para proporcionar-lhe uma vida digna. Vendo-se impossibilitado de continuar contando com benefício dos socorros, quando chegou ao poder o vice-presidente José Mariano Lustosa do Amaral, descontente com a situação, Dimas Bezerra pediu demissão do emprego que ocupava, pois este comprometia seus interesses. Após isso, reforçou o pedido de auxílio dos socorros, sempre destacando que se tratava de um período curto. Este exemplo mostra como era diversificada a condição social, o grau de instrução e a ocupação exercida pelas diferentes pessoas que migravam em direção ao Piauí.

Para estas terras deslocavam-se agricultores pobres, pessoas ricas que continuavam ricas e pessoas que, supostamente, empobreceram com a seca a ponto de não conseguirem garantir o próprio alimento às suas custas. Ele também é um exemplo de cearenses que adentraram essas terras e conseguiram ocupar cargos públicos, o que pode ter se repetido com muitos, pois este é apenas um dos vários casos encontrados na documentação analisada. Ademais, as ameaças de retorno ao Ceará indicam que esse era um dos migrantes que recorreu ao Piauí, talvez pela possibilidade mais fácil de retorno à sua terra natal,

⁹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 09 de janeiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, Caixa 320.

⁹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 826, de 26 de novembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos 1878. Localização: Cod: 587, Est. 05, Prat. 03.

considerando-se apenas um “hóspede”. Ao que tudo indica, não desejava voltar mais a Saboeiro, tentando conseguir seguir sua vida na capital cearense.

O ofício de Dimas também expressa uma preocupação antecipada quanto à quantidade de mantimentos que solicitava, que fossem em “quantidade suficiente”. Muitos migrantes, apesar de receberem cereais e viveres dos Socorros Públicos, os tinham em quantidade tão pequena que não era satisfatório para alimentar a si e a sua família por muito tempo, daí o solicitante ter destacado a necessidade de atenção a esse aspecto. É importante considerar que se tratava de uma época em que o preço, principalmente da farinha, do milho e do feijão, estavam em alta, devido à sua escassez no mercado. As próprias Comissões de Socorros muitas vezes tinham dificuldades de adquirir alimentos para distribuição aos mais pobres, ou para venda em algumas freguesias a preços baixos. Por isso, eram comuns reclamações da população beneficiada, como na imprensa piauiense, acerca do fornecimento dos alimentos pelas comissões.

Outro aspecto que se sobressai no ofício do requerente é o destaque dado ao seu estado civil. A condição de viuvez e a orfandade indicam ser uma qualidade de apelo na hora de solicitar os socorros. Arruinada financeiramente após a morte do marido, Maria Sá Costa Baptista, viúva do tenente do exército, Baptista, recorreu à Comissão de Socorros alegando ter em sua companhia três órfãos emigrantes, em estado de nudez. Apelava aos “sentimentos humanitários” do presidente da província para que atendesse o seu pedido.⁹⁸

A dinâmica migratória de pessoas do Ceará para o Piauí, na segunda metade do século XIX, demonstra que a escolha de migrar a família completa em uma única jornada apresenta-se como estratégia pouco comum nas dinâmicas migratórias conhecidas até então. Pela documentação analisada, compreende-se que diferentes famílias de diversas localidades do Ceará destinaram-se ao Piauí em um curto espaço de tempo e em grande quantidade, sem incentivo governamental ou propaganda de atração por parte de algum setor.

Quando muito, identificam-se alguns laços de amizade e políticos e, raramente, familiares, entre os emigrantes e piauienses, mas nesses poucos casos, restringiam-se às pessoas ricas. Isso impede de que se aceite, nesse contexto, a ideia de que uns iam na frente e depois chamavam os demais (redes), e que as notícias de oportunidades locais pudessem atrair futuros migrantes (cadeias). Embora seja identificado, no contexto da dinâmica migratória cearense, a ida de famílias inteiras para o Pará, Amazonas e até para províncias do Sul,

⁹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 25 mar. 1879, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

existiam outros fatores de atração para essas regiões e, em alguns momentos, incentivo governamental para a sua concretização.

Em muitos casos, como aponta Franciane Gama Lacerda (2010), poderia existir motivação familiar, como a esposa ir em busca do marido. Para o Piauí, pelo que percebi, a família só viajava incompleta quando algum membro do grupo já havia falecido, ocorrendo a necessidade da mãe, ou algum outro membro da família, liderar a migração. Em algumas, devido à quantidade de pessoas que formavam o grupo, é possível que, além da família nuclear, outros parentes também seguissem o mesmo trajeto. Talvez o contexto em que essas migrações ocorreram tenha contribuído para essa característica. Não havendo possibilidade de permanecer no local de moradia, todos eram obrigados a se deslocar ao mesmo tempo.

O objetivo naquele momento parecia ser encontrar alguma maneira de sobreviver, e o Piauí poderia, aos olhos de alguns, oferecer essa possibilidade. Desse modo, observa-se que a migração de cearenses para o Piauí deve ser pensada principalmente a partir dos “fatores de expulsão”, do que necessariamente de atração. A saída do Ceará foi motivada por um fenômeno climático, que se transformou em social, ao passo que a população não encontrou mais meios de subsistência onde residia.

A partir da expulsão da terra natal, o Piauí, longe de ter fatores de atração significativos naquele momento, era uma opção migratória que oferecia várias possibilidades: migrar a pé sem esperar auxílio do governo, adentrar outras províncias a partir do Piauí, encontrar socorros que não recebiam no Ceará, rejeição da migração para a Amazônia ou para o Sul, não serem absorvidos pelas obras públicas cearenses, proximidade da fronteira e contatos preexistentes entre as províncias, existência de regiões frias, principalmente às margens dos rios e possibilidade de se estabelecer no Piauí após a seca.

Com esses fatores, vê-se uma migração em massa composta por centenas de famílias, afluindo para diferentes pontos do Piauí, quase que concomitantemente. Esse modelo migratório também contribuía, de certa forma, para que não houvesse muitas motivações para algum retorno ao Ceará. Esses emigrantes, quando encontravam possibilidades de se fixar, ficavam no Piauí ou seguiam viagem para o Maranhão, embora, obviamente, a migração de retorno também tenha se efetivado.

Longe de ser apenas pobres que migravam para o Piauí, como exemplifiquei anteriormente, pessoas de diferentes profissões e posições sociais escolheram essas terras como ponto de chegada. É necessário reforçar o que já disse anteriormente, que, devido a essa composição social, a migração de retorno, principalmente dos mais abastados, deve ter sido uma constante.

Por outro lado, os mais pobres, dependendo das características da composição familiar, como no caso de mulheres chefes de família e dos grupos compostos por idosos e crianças, dificilmente teriam motivos para voltar ao Ceará, visto que quase nada possuíam garantidos lá em caso de retorno, embora a condição de muitos, ao se estabelecerem no Piauí, não diferisse de forma acentuada da condição que viviam no Ceará. Um exemplo é o caso de Antonio Bento de Aguiar, que juntamente com sua esposa e dez filhos, passou a viver no sítio Alívio, no termo de Barras, de propriedade de José Ribeiro Franco de Sampaio, de quem recebeu uma casa de palha, estabelecendo-se como agregado, assim como outros emigrantes na mesma localidade.⁹⁹ O termo que pode ser destacado nesse contrato é que, dependendo da região em que o cearense e sua família se fixavam, a ameaça de perder a plantação de cereais por causa das secas era reduzida. Então, para muitos, possivelmente a possibilidade de não ser exposto a períodos de fome extrema e nudez já era motivo suficiente para querer continuar no Piauí.

Obviamente, ao receberem auxílio de particulares no Piauí, muitos cearenses estabeleciam laços de dependência e também, de certo modo, fidelidade. Esse foi o caso de Antonio Soares de Brito, que foi chamado para depor em uma contenda que envolvia o capitão Manoel Cardoso, na vila dos Humildes, e não pôde “recusar o seu concurso ao seu protetor”.¹⁰⁰ Da mesma forma que o emigrante citado acima, muitos chegaram e outros estacionaram na referida vila por não poderem prosseguir, ainda em outubro de 1878.¹⁰¹

Os laços de amizade que se possuíam ou que se construíam após a emigração também colaboravam para a estadia e até a escolha do destino. Saindo de Assaré, no Ceará, em 29 de abril de 1878, Benedito Barros de Alencar ocupou o cargo de promotor público naquela localidade até janeiro daquele ano. Após ser demitido, motivado pelas “circunstâncias excepcionais a que a seca reduziu” o Ceará, ele disse: “determinou-me a emigrar para esta e aqui estou efetivamente residindo”.

O deslocamento de Benedito Barros apresenta, entre outros aspectos, algumas características que devem ser particularizadas: ele decidiu migrar já no segundo ano do transcurso da seca, após perder o emprego público que possuía. Oriundo de Assaré, sul do Ceará, destinou-se a Jaicós, na mesma linha geográfica, no também sul do Piauí, em um percurso, que mesmo que tenha sido feito a pé, pôde ser concretizado em poucos dias, visto que a distância entre os dois pontos não ser tão extensa. Ao que tudo indica, o promotor foi

⁹⁹ ATENDA O PÚBLICO. *A Época*, nº 91, p. 02, ano III, 03 jan. 1880.

¹⁰⁰ MISSÃO POLICIAL AOS HUMILDES. *A Época*, nº 138, p. 02, ano III, 21 dez. 1880.

¹⁰¹ HUMILDES, 07 DE OUTUBRO DE 1878. *A Imprensa*, nº 564, p. 04, ano XIV, 25 out. 1878.

demitido por questões políticas, e foi esse mesmo fator que determinou a sua escolha de Jaicós como destino, onde afirmou que foi “geralmente bem recebido” e “tratado bem”, em especial pelo chefe conservador local, Coronel Carvalho e Sousa, seu “particular amigo”, com quem compartilhava a mesma filiação política. Tendo emigrado em um momento crítico da sua terra natal, ele vivia em Jaicós com “inteira independência”, através do trabalho desenvolvido com alguns requerimentos que arranhou.¹⁰²

Além da solidariedade particular, que nesses casos se aplicava tanto aos ricos quanto aos pobres, pois em ambos os casos era importante ter um ponto de apoio no caso dos ricos, ou ao menos quem desse uma esmola diária, no caso dos pobres, as Comissões de Socorros instaladas em vários pontos da província, tinham a função de distribuir recursos àqueles que não possuíam como alimentar a si e a sua família naquele momento. Uma “manifestação honrosa” feita em setembro de 1878, por dezesseis cearenses “residentes” em Valença, “em razão da seca e da fome e da peste” que devastava a sua “província natal”, foi dirigida ao juiz municipal daquele termo, Jesuino José de Freitas, “como prova de eterna gratidão (...) pela incessante proteção que (...) dispensou aos nossos compatriotas mais desfavorecidos de fortuna”. Após descrever as várias ações do membro da Comissão de Socorros naquele lugar, a manifestação foi concluída, definindo-se como “a expressão sincera do reconhecimento de um povo cujo o mais terrível dos fatos ainda não pode pagar o sentimento justo do bom e verdadeiro”. O posicionamento dos sujeitos é posto em favor do juiz a partir de um lugar diferenciado em relação aos demais.

Assumindo-se emigrantes cearenses, posicionavam-se em condição diferente aos demais compatriotas enumerados, que não dependiam do auxílio da Comissão de Socorros, mas reconheciam a sua importância e sua gestão principalmente para os compatriotas “mais perseguidos pela miséria”. Ao final do texto, os manifestantes explicitam as suas profissões, certamente para demonstrar o seu *status* econômico e talvez com a intenção de diferenciarem-se em relação aos demais migrantes.

Dos dezesseis, sete identificaram-se como proprietários, possivelmente de fazendas de gado. Nesse caso, a escolha de emigrarem para Valença, um dos principais pontos de comércio de gado com o Ceará, pode explicar em parte essa decisão, já que possivelmente o comércio possibilitava a aproximação de contatos pessoais e facilitava a fixação na vila piauiense – mesma interpretação que se aplica aos quatro identificados como “negociantes”.

¹⁰² JAICÓS, 08 DE DEZEMBRO DE 1879. *A Época*, nº 90, p. 03 e 04, ano II, 28 dez. 1879.

Além desses, dois definiram-se como artistas, um como farmacêutico, um promotor público e outro escrivão de paz.¹⁰³

Se em Valença, onde ocorreu o agradecimento pelos trabalhos da Comissão de Socorros, há poucas informações sobre os impactos da seca naquela quadra, sugere-se, dadas as condições econômicas do lugar, mesmo com a notável presença de migrantes, um impacto social menos significativo em comparação com outras regiões. Em Campo Maior, a escassez de alimentos e a chegada constante de emigrantes fizeram com que a câmara municipal encaminhasse um apelo ao presidente da província, Sancho Barros Pimentel, pedindo que tomasse providências “necessárias no sentido de salvar muitas vidas”.

O documento contabilizava em torno de 500 pessoas existentes na vila “e seus arrabaldes”, emigrantes e moradores, “em deplorável estado de indigência, e muitas delas já exaustas de forças e seminuas, vagão pelas ruas a esmolarem o pão da caridade sem mais acharem socorro”. Implorando para os sentimentos humanitários do presidente, a câmara municipal pedia auxílio em nome dos seus munícipes e dos emigrantes que ali estavam. Mesmo relatando as péssimas condições em que se encontrava a vila, o documento busca não expor os necessitados, fazendo uso de palavras corriqueiras em outras fontes, como “miseráveis” e “flagelados”.

O ofício também sempre enfoca que não só aqueles que aportaram em Campo Maior necessitavam de atenção imediata do poder público, mas também os próprios munícipes, pois já estavam sem condições de sobrevivência, inclusive os proprietários que já se encontravam esgotados pela falta de gêneros.¹⁰⁴

Além de Oeiras, Jaicós e Valença no centro-sul, outras vilas, como Campo Maior, localizadas no norte da província, principalmente as que serviam de porta de entrada dos cearenses ou ficavam na rota do seu percurso até Teresina, como Pedro II, Príncipe Imperial, Piracuruca e Parnaíba, constantemente relatavam as implicações ocasionadas pela estadia dos migrantes. Embora muitos seguissem viagem, alguns migrantes permaneciam nas vilas à medida que recebiam auxílio das Comissões de Socorros. Em 1878, eles já estavam “disseminados (...) pelo território de toda a província, em grande número em algumas localidades, pouco em outras, às vezes distantes *da capital* mais de cem léguas”.¹⁰⁵

Em Parnaíba, no litoral, e nas circunvizinhanças, o número de migrantes era ascendente em julho de 1877, motivando a solicitação ao governo do aumento dos recursos da

¹⁰³ MANIFESTAÇÃO HONROSA. *A Imprensa*, nº 559, p. 04, ano XIV, 25 set. 1878.

¹⁰⁴ DOCUMENTO. *A Imprensa*, nº 571, p. 03, ano XIV, 24 dez. 1878.

¹⁰⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 10, *grifo meu*.

Comissão de Socorros.¹⁰⁶ Em Piripiri, além da solicitação dos socorros, chamava a atenção a necessidade de “um delegado para manter a ordem pública”. Em setembro de 1877, o grande número de emigrantes do Ceará, aproximando-se de “mil almas”, chegou àquela vila.¹⁰⁷

Um número significativo de cearenses, ao chegar ao Piauí, rumava em direção à Teresina. De Príncipe Imperial, por exemplo, seguiam em direção ao centro da Província, e à medida que os socorros ficavam escassos e as forças permitiam, continuavam caminhando em direção à capital. Enquanto não se instituía em alguma vila e viviam dos recursos recebidos dos Socorros Públicos, quando suficientes, chegavam a Teresina, onde também já existia um grande número de migrantes, ou então se estabeleciam na propriedade de algum particular. Versos escritos por um emigrante de Príncipe Imperial, levados ao jornal *A Época*, expressavam os “sentimentos que lhe afligem a alma”. Nos versos “o poeta das desgraças da seca”, exprimia, segundo o jornal, “o quadro medonho dos sofrimentos dessa pobre gente que implora socorros públicos”:

Adeus! Adeus!
Sertão onde fui criado.
Hoje te vejo em pobreza
De gente, animais e gado

Bom poderá Jesus Cristo
Um prodígio nos mostrar,
Que tanto a nós como aos bichos
A vida pode salvar.

Coitados dos emigrantes
Que não são acreditados
Que sempre vem a morrer
Da mesma morte dos gados.¹⁰⁸

Os versos colocam em evidência a voz de um migrante piauiense, que deixando a vila de Príncipe Imperial, assim como muitos cearenses que por lá entravam no Piauí, rumou a Teresina. A crença na intervenção divina é irrompida com a certeza da morte, da mesma forma que os animais. Possivelmente, no seu trajeto até a capital, deparou-se com muitas pessoas estacionadas ao longo das estradas, algumas fracas, outras mortas. Assim como Príncipe Imperial, Marvão também era um dos pontos de chegada dos cearenses no Piauí, que desejavam seguir a Teresina. Em abril de 1878, a rota que ligava essa vila à capital, foi assim descrita: “em toda a estrada (...) se encontra, de distância em distância, debaixo de árvores que

¹⁰⁶ PARNAÍBA. *A Imprensa*, nº 515, p. 04, ano XIII, 25 ago. 1877.

¹⁰⁷ PERIPERY, 10 DE SETEMBRO DE 1877. *A Imprensa*, nº 518, p. 03, ano XIII, 25 set. 1877.

¹⁰⁸ A, B, C. *A Época*, nº 04, p. 04, ano I, 27 abr. 1878.

ficam às margens do caminho, – extenuados e famintos emigrantes doentes, quase que inteiramente nus (...) alguns a exalar o último suspiro, e outros, já a morte!”.¹⁰⁹ Além de irem a pé por iniciativa própria, assumindo todos os riscos do que poderiam encontrar, as Comissões de Socorros de algumas vilas também auxiliavam nos deslocamentos.

Pela descrição dos documentos, pode-se supor que era grande a movimentação nas estradas que ligavam as diferentes vilas à Teresina. Com tantas pessoas em trânsito, a condição de emigrante passou a ser assumida por muitos que buscavam se beneficiar com esse fato. Além de criminosos que se infiltravam entre essas pessoas, um escravo, de nome Jacinto, fugindo da propriedade onde vivia, assumiu a identidade de “emigrante do Crateús”, na tentativa de viver em liberdade. A fuga motivou o seu senhor, Luís Gonçalves Pereira, a publicar anúncios com as características do escravo, para que ele fosse desmascarado, caso tentasse ingressar em algum Núcleo Colonial quando chegasse a Teresina.¹¹⁰

Ao chegar à capital, muitos continuavam vagando pelas ruas e pedindo esmolas, eram abrigados no Quartel de Polícia, destinados aos Núcleos Coloniais, ou mesmo ficavam às margens do Rio Parnaíba, perto do palácio presidencial, “à sombra de algumas árvores que *serviam* de teto”. Muitos deles eram destinados a alguma ocupação nas obras que foram executadas com a verba Socorros Públicos. Em documento de 18 de outubro de 1878, entre casados, viúvos, solteiros, adultos, idosos e crianças, inclusive órfãos, foram numeradas e identificadas 153 pessoas, além de dezenas deles que não receberam numeração.¹¹¹ Para as dezenas de famílias que ficaram abrigadas no Quartel de Polícia, existia uma deliberação expressa:

1º empregá-los constantemente em alguma obra de utilidade pública; 2º Fixar-lhes pelos dias úteis a diária de 300 réis para os adultos e 150 réis para os menores em estado de trabalhar; 3º Conceder-lhes e às suas famílias, suficientes rações de carne na razão dos consumidores; dar-lhes mais proporcionalmente ao número excedente de seis consumidores em cada família, não se incluindo neste número aqueles menores ou maiores que houverem salário.¹¹²

Por esse documento, identificam-se alguns aspectos, tais como: era possível que os emigrantes ficassem alojados em repartições públicas com suas famílias; havia um claro direcionamento de todos aqueles considerados válidos para a execução de algum tipo de

¹⁰⁹ A SECA E OS EMIGRANTES. *A Época*, nº 02, p. 01, ano I, 13 abr. 1878.

¹¹⁰ EM DIAS DO MÊS (...). *A Época*, nº 26, p. 04, ano I, 28 set. 1878.

¹¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relação dos emigrantes existentes no quartel de polícia, de 18 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Cod. 586, Prat. 05, Est. 03.

¹¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 346 de 15 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Cod. 575, Prat. 05, Est. 02.

trabalho remunerado, incluindo menores de idade, e certamente crianças, evitando-se o ostracismo e conseqüentemente a vadiagem; a concessão de socorros de forma direta era permitida apenas àqueles que não trabalhavam.

Mesmo existindo realidades como essas, o jornal *A Época* descrevia a condição de “dezenas de infelizes”, como forma de denunciar o que considerava falta de assistência do governo àqueles pessoas. Tentando atingir o presidente liberal que estava no poder, dizia: “ali vivem e ali morrem à custa dos próprios recursos!”. Famintos e muitos deles doentes, sem ter para onde ir, muitos ali permaneciam, “estendidos pelo chão, tiritando de frio, causado pelos sezões”,¹¹³ ou saíam às ruas pedindo esmolas.

Os versos atribuídos a um emigrante cearense exprimiam essa condição a que muitos eram submetidos:

Ruim terra do Piauí,
Para nós lá do sertão
Que sempre havemos de morrer
De nudez, fome e sezão
(...)
Uns morrendo, outros chorando,
Tudo vai se acabar
Um homem aqui não tem
Que uma esmola queira dar.¹¹⁴

Os Socorros Públicos, com a distribuição de carne e farinha, por exemplo, era uma das formas de reduzir a fome da população, mas as denúncias de violação do cumprimento das obrigações desse órgão eram diversas, para isso, trabalhavam os jornais de aspiração política liberal e conservadora. As acusações, quase sempre, eram negadas posteriormente pelo órgão que defendia o interesse do denunciado, não sendo possível afirmar, em muitas situações, o que era realidade e o que era invenção ou exagero dos redatores. Ainda assim, a leitura dessas contendas jornalísticas e políticas são importantes para entender o modo como os migrantes eram situados nesse contexto.

Mesmo que falassem mais propriamente sobre os seus interesses, essas denúncias, reais ou “fabricadas”, eram úteis para dar visibilidade às necessidades dos cearenses, piauienses e emigrantes de outras províncias que estavam em Teresina naquele momento. Um exemplo que pode ser citado refere-se à acusação feita pelo jornal *A Época*, órgão conservador, contra o Sr. Jeremias, nomeado como depositário dos viveres e distribuidor geral deles. Aglomerado na porta do local onde estavam guardados os alimentos à espera da distribuição, o jornal disse, que em vez disso, o povo recebeu uma “nova espécie de socorro”,

¹¹³ EMIGRANTES. *A Época*, nº 26, p. 01, ano I, 28 set. 1878.

¹¹⁴ A, B, C. *A Época*, nº 04, p. 04, ano I, 27 abr. 1878.

pois em lugar do alimento “atira-lhe água na cara”.¹¹⁵ Essa provocação foi prontamente rebatida poucos dias depois pelo jornal *A Imprensa*, que tentou justificar o ocorrido explicando tratar-se de um acontecido de forma não proposital, quando um soldado que estava dentro do armazém atirou para fora o resto de água que lhe restara em uma caneca, o que acabou acertando a face de um migrante.¹¹⁶

Além de Teresina, Amarante também foi um dos destinos de muitos migrantes. Usufruindo de uma condição econômica e comercial relativamente confortável se comparada com muitas vilas do Piauí, poucas são as descrições de migrantes vivendo na condição de mendicância naquele local, embora tenham se deslocado para lá e isso tenha existido. Ao que consta, alguns migrantes estabeleciam laços de amizade, movidos ou não por interesses, com os habitantes e autoridades locais.

Em 1878, quarenta e seis cearenses assinaram um protesto, publicado no jornal *A Imprensa*, em defesa do delegado e do subdelegado de polícia de Amarante, após serem acusados pelo jornal *A Época* de terem “deflorado cerca de quinze raparigas emigrantes”. Eles diziam que aquilo não passava de uma calúnia, pois os “cidadãos a que ela se refere tem os emigrantes somente recebido benefício, e em tal ordem que consideramos como o refúgio que desejam aqueles, que expulsos do solo da pátria depois de atravessarem em peregrinação estes sertões abrasados pela seca, vem aqui encontrar alívio”.¹¹⁷ Ao tomarem a voz para si em favor das autoridades locais, os emigrantes cearenses mostram-se envolvidos e atuantes na localidade onde se inseriam, inclusive politicamente.

Em 1882, muitos foram surpreendidos com o “alistamento eleitoral da comarca de Paranaguá, onde foram alistados 530 eleitores”. Compreendendo os termos de Paranaguá e Corrente, a explicação para o número expressivo de votantes foi dada pelo aumento populacional “pela corrente emigração cearense, no período da seca”.¹¹⁸ Como afirmou Itamar de Souza, “a importância das migrações não está na quantidade de pessoas que se deslocam de uma região para outra. Mas, sobretudo, no impacto que elas causam nas regiões receptoras, onde podem atuar como fator de mudanças sociais e econômicas”.¹¹⁹

Independentemente do tempo em que permaneceram no Piauí, os cearenses foram sendo registrados a partir das suas ações como sujeitos, das mais diferentes formas. Quase sempre iam parar nos jornais quando se envolviam em conflitos que os conduziam às páginas

¹¹⁵ NOVA ESPÉCIE DE SOCORRO. *A Época*, nº 60, p. 04, ano II, 17 mai. 1879.

¹¹⁶ NOVA ESPÉCIE DE SOCORRO. *A Imprensa*, nº 596, p. 04, ano XIV, 06 jun. 1879.

¹¹⁷ NOS ABAIXO ASSINADOS (...). *A Imprensa*, nº 564, p. 03, ano XIV, 25 out. 1878.

¹¹⁸ THEREZINA, 25 DE SETEMBRO DE 1882. *A Imprensa*, nº 721, p. 02, ano XVIII, 23 fev. 1882.

¹¹⁹ SOUZA, Itamar. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Natal: Editora Vozes, Fundação José Augusto, 1880, p. 10.

policiais, quando os redatores buscavam desqualificá-los em sua condição de migrante no momento em que alcançavam *status* social ocupando cargos públicos ou ainda quando se envolviam em contendas políticas locais.

João Pinto Nogueira é um exemplo dessa última condição. “Emigrado do Ceará por ocasião da seca”,¹²⁰ em 1886, ocupava o cargo de subdelegado na vila de Livramento. Sua passagem pelos noticiários teresinenses deu-se após a execução de um ato violência no uso do seu cargo. O mais divulgado entre eles foi a “surra” dada pelo subdelegado em um menor, de nome Sebastião, logo após recolher a vítima à cadeia pública. Esse episódio foi constantemente denunciado pelo órgão do partido liberal, *A Imprensa*, talvez motivado pela filiação política ao partido conservador que tinha o subdelegado. Meses após o ato violento, o jornal continuou denunciando a impunidade pelo ato. Permanecendo no cargo, e sem sucesso, após denunciar o ato a várias autoridades, “sem esperanças de ser mais feliz”, desabafou o redator: “vou contudo registrar mais algumas abrilhantaras dessa autoridade. Ao menos os vindouros ficarão sabendo o que era a polícia nos sertões do Piauí nos fins do século XIX”.¹²¹

Aproveitando-se também da impunidade, “o abronzeado indivíduo de nome Manoel de tal”, que vivia no Piauí desde 1877, quando migrou do Ceará devido à seca, e acolhido pelo ancião Antonio Mathias Carneiro, “que tornou-se seu bem feitor”, foi denunciado pelo mesmo em 1892, após “deflorar” a sua filha adotiva na residência onde eles moravam, em Alto Longá, antiga vila dos Humildes. Sem a ação da justiça no caso, após vários meses da denúncia, Manoel ainda continuava sem punição pelo “tão hediondo crime”.¹²² Foi mais um cearense, que, tendo a possibilidade de continuar no Piauí após a seca, não retornou ao Ceará, envolvendo-se nessa contenda anos mais tarde. Em Jaicós, em 1880, houve uma situação de natureza parecida, quando a honra de uma moça foi também posta em xeque.

Chegada na referida localidade “durante os horrores da seca”, levando “em sua companhia uma neta órfã de pai e mãe, dona Mônica, conseguindo se estabelecer em uma casa naquela vila, sobrevivia às custas da caridade pública”. Necessitada, recorreu a um de seus vizinhos, por alguns meses, mas esse “em vez de socorrer a infeliz com desinteresse, tentou especular com a pobre, isto é, quis entrar em negociação com a pobre velha, relativamente à honra da neta”. Negada a proposta pela avó, o “conquistador repetiu os

¹²⁰ ABUSOS INQUALIFICÁVEIS. *A Imprensa*, nº 916, p. 04, ano XXI, 29 maio. 1886.

¹²¹ POLÍCIA. *A Imprensa*, nº 946, p. 03, ano XXII, 04 dez. 1887.

¹²² ESCÂNDALOS. *A Legalidade*, nº 30, p. 03, ano I, 30 jul. 1892.

oferecimentos”, sendo obrigadas as duas a buscarem proteção na casa do parente Joaquim Joselino; este, por sua vez viúvo, pediu-a em casamento, tendo sido aceito.¹²³

Esses dois casos ilustram as condições em que alguns cearenses, emigrados ao longo da seca de 1877, enfrentaram ao permanecerem no Piauí. É certo que esses são apenas dois exemplos em um universo de possibilidades amplas, onde aqueles que ficavam poderiam ter a chance de prosperar. No caso de Mônica e sua neta, percebe-se que a pobreza torna-se um elemento de exposição aos interesses de terceiros, que buscavam se aproveitar da condição de vulnerabilidade das duas. Não estando sujeitas à condição imposta, tiveram que agir, talvez contra a sua própria vontade, fazendo o que pode não ter sido o mais conveniente para elas, mas o que pareceu mais acessível para sair daquela condição. Nesse caso, os laços familiares foram ativados, e o parente, Joaquim Joselino, provavelmente também emigrado, assim como as duas, concordou em ampará-las, aproveitando-se disso para se casar novamente.

Ao longo da seca de 1888-1889, os relatos da entrada de emigrantes cearenses no Piauí permanecem, embora com uma intensidade menos acentuada. Mesmo que ainda fossem editados, os jornais *A Época* e *A Imprensa*, dois dos principais porta-vozes da seca e da migração de 1877-1879, em 1889, o principal noticioso a dar destaque para a migração foi o recém-lançado *A Phalange*, que, assim como o *A Época*, representava os interesses do Partido Conservador no Piauí.

Como demonstrei, a seca do final da década de 1880 teve seus efeitos mais significativos no Piauí a partir de 1889. Embora tenha atingido alguns pontos do Piauí, o alarde emitido a partir desses locais acerca da presença de migrantes foi bem menor em relação a 1877 e 1878. Parnaíba foi um dos primeiros locais a identificar a chegada de cearenses em janeiro de 1889: “a imigração cearense invadiu a cidade de Parnaíba, abrigando-se a maior parte dos ardentes raios solares à sombra das árvores que circundam a cidade”.¹²⁴ Em março, dizia-se: “a província está invadida pela imigração cearense faminta”.¹²⁵ Um desses pontos de chegada era Barras, de onde se afirmava: “a imigração do Ceará não cessa e vai aglomerando por aqui um pessoal imenso sem recurso algum”.¹²⁶

Dois meses depois, em Parnaíba, houve um momento de tensão entre os migrantes e os representantes políticos locais. Diante do reduzido orçamento da Comissão de Socorros para atender à demanda ali existente, cerca de 80 emigrantes cercaram a casa do presidente da câmara municipal, solicitando serviços ou passagens para o Maranhão. Não obtendo sucesso

¹²³ NOVAS FORÇAS NO FORO DE JAICÓS. *A Época*, nº 132, p. 01 e 02, ano III, 30 out 1880.

¹²⁴ OS EFEITOS DA SECCA. *A Phalange*, nº 01, p. 03, ano I, 12 jan. 1889.

¹²⁵ O DEPUTADO (...). *A Phalange*, nº 09, p. 04, ano I, 13 mar. 1889.

¹²⁶ SECCA, FOME E PESTE. *A Phalange*, nº 10, p. 01, ano I, 20 mar. 1889.

imediatos, alguns deles “tiveram a audácia de dizer ao presidente da câmara que se ele não lhes desse serviços ou passagens viam-se obrigados a fazer barulho e cometer crimes, porque não haviam de morrer a fome, tendo tanto dinheiro na alfândega e na casa da câmara!”. Com a situação estabelecida, o emissário alertou: “a corrente emigratória cresce, dia a dia, e não temos força para garantia da propriedade pública e particular, pois os poucos soldados que há aqui, acham-se doentes”.¹²⁷ As ameaças de ataques às Comissões de Socorros ou aos seus representantes não eram algo raro em momentos de crise e “os retirantes não hesitavam em fazer ameaças aos agentes de Socorros Públicos quando estes noticiavam mais um atraso das remessas de comida”.¹²⁸

Muitos conflitos foram registrados nos jornais ao longo da seca da década de 1870; em alguns deles, os migrantes punham-se no lugar de vítima e aceitavam as humilhações, quando muito, denunciando aos redatores de jornais que tornavam as situações públicas. Em outras, já estando em situação extrema, tomavam para si a autoridade de ameaçar e até invadir os depósitos onde eram armazenados os alimentos para serem distribuídos, “assim atitudes de certo modo previstas e temidas passam a ter lugar num ambiente social propício à propagação da revolta. Não só se sabia da insuficiência de socorros, mas das cenas de miséria (...) o que desenvolve um temor diante da possibilidade concreta de um confronto generalizado”.¹²⁹

Em setembro de 1889, uma pequena nota publicada no *A Phalange*, intitulada “Assalto de emigrantes”, possivelmente inspirado em motivações políticas, dizia: “os da Parnaíba e Amarração estão no seu direito assaltando os viveres da comissão”. Justificava a ação dessas pessoas nas duas localidades, alegando que “os viveres ali têm sido divididos pelos da grey em quanto que os famintos mendigam e esgotam a caridade particular. (...). Portanto, os emigrantes estão no seu direito tirando a força algumas migalhas dos socorros que têm tido criminoso destino”.¹³⁰

Segundo Frederico de Castro Neves, a corrupção era um dos crimes que se espalhavam nesse contexto de desorganização social. As denúncias e os relatos dos desvios de recursos das comissões de socorros eram frequentes. Na sua análise, o autor vê ações como essas como “sinais de uma reação coletiva um pouco mais articulada”.¹³¹ Esse tipo de atitude era também uma forma de resistir aos abusos e desmandos das autoridades locais. Se migrar em si, era uma maneira de romper com a condição social estabelecida no seu local de origem,

¹²⁷ PARNAHYBA. *A Imprensa*, nº 1073, p. 04, ano XXIV, 18 mai. 1889.

¹²⁸ CÂNDIDO, 2014, p. 201.

¹²⁹ NEVES, 2000A, p. 40-41.

¹³⁰ ASSALTO DE EMIGRANTES. *A Phalange*, nº 35, p. 03, ano I, 29 set. 1889.

¹³¹ NEVES, 2000A, p. 39.

mesmo que houvesse a possibilidade de se submeter a posição parecida em outro local por onde se estabelecesse, nem todo emigrante se conformava em ser consumido pela fome, diante do que tinha à sua frente. O furto, o roubo, atitudes extremamente reprovadas pelas autoridades naquele momento, e até temida por eles, era uma forma continuada de resistir à fome, à pobreza e à estrutura social estabelecida no Império.

A postura do jornal em favor dos emigrantes, atribuindo a eles o direito de cometer um crime como resposta a outro crime, é, apesar de uma postura estranha para um periódico conservador, uma oportunidade de “fala” dos oprimidos, mesmo que através das letras do jornal, que de certo modo o fazia por motivações políticas, mas certamente não ideológicas. Diante dos abusos das autoridades locais, quase sempre acobertadas ou ignoradas pelas autoridades superiores, levava aquela população sofrida às ações necessárias no sentido de serem vistos, pois a eles “não era dado o direito de manifestar-se publicamente, e ocupar a cena capital, área destinada a pessoas com instrução e posses”.¹³²

Esses registros, feitos em 1889, no litoral, divergem completamente das descrições feitas sucessivas vezes dos emigrantes na seca anterior. Antes, somente descritos como miseráveis, famintos, nus, doentes, que assistiam passivamente aos desmandos e desvios dos membros da Comissão de Socorros, agora agem em prol dos seus direitos e dos seus interesses, não esperando morrer de fome, diante dos recursos ao seu alcance: ameaçavam e assaltavam, tomando para si, pelo menos momentaneamente, o controle da situação que estavam vivenciando.

Se os registros de 1889 são mais específicos em mostrar os migrantes no litoral do Piauí, também identificaram a movimentação deles ao entrarem na província por esse local. Em julho do mesmo ano, o jornal *A Época*, publicou parte da trajetória de um cearense recém-chegado a Teresina:

Chegou a essa cidade o emigrante Antonio de tal, casado com Bernarda de tal, tendo quatro filhinhos, dois dos quais ainda não caminham. Do Ceará vieram a cidade de Parnaíba, e ali, tendo-se demorado algum tempo tentando obter passagem para essa capital, o que sendo lhe sempre negado, viram-se na dura necessidade de virem a pé até aqui, com mil sacrifícios e misérias. Aqui chegados, estão abaixo do quartel de linha tendo por abrigo a copa de um cajueiro, vestidos de trapos que muito mal lhes cobrem as carnes, atacadas ainda pela fome e pela necessidade. As criancinhas têm pouco mais ou menos 5 meses, e a pobre e desventurada mãe não tem um pedaço de pano com que lhe cubra o corpo e a preserve do frio. É duro ver aquele quadro, mas é verdadeiro.¹³³

¹³² NEVES, 2000A, p. 39.

¹³³ EMIGRANTES. *A Época*, nº 559, p. 04, ano XI, 17 jul. 1889.

A descrição da história de Antonio, Bernarda e seus filhos pelo jornal possui algumas características que devem ser elencadas: o noticioso se preocupa em detalhar todo o trajeto da família, mas não lhes dá nomes com sobrenomes. São os “de tal”; o padrão migratório não difere dos identificados em 1877 em diante: migrava a família completa, inclusive crianças ainda de colo. O modo de realizar o trajeto também é o mesmo. Assim como na seca anterior, as famílias veem-se obrigadas a percorrem longas distâncias a pé, até chegarem ao destino que desejam.

A narrativa os apresenta como vítimas e incapacitadas diante de tantas necessidades, mas, se percebidas por outro ângulo, mostra uma família que, em fins do século XIX, enfrentava a pobreza e a seca, resistindo à condição que a ela era imposta tanto pela natureza, como principalmente pela estrutura política, econômica e social predominante. Antes de mais nada, migrar não era uma aventura, mas uma luta incessante pela sobrevivência diante de todas as adversidades; nesse caso, lutar pela sobrevivência era resistir. Decidir migrar naquele momento já revela um ato de extrema coragem. Dependendo de onde saíram do Ceará, enfrentaram muitas léguas até chegar a Parnaíba. No Piauí, percorreram centenas de quilômetros a pé antes de avistarem Teresina.

Por mais que estivessem enfrentando limitações, a família cearense resistia não só à seca, mas também às investidas do poder público em não lhe possibilitar que seguissem adiante: apesar da negativa das passagens, não desistiram. O jornal, naquela época, não consegue perceber de maneira direta o protagonismo dessa família em escolher o Piauí como destino em meio à seca no Ceará, e conseguem chegar todos com vida até a capital. Longe disso, o *A Época*, busca sensibilizar o leitor para aquela situação, usando-a como pano de fundo para fazer críticas ao grupo político que estava no poder, da maneira como continuou o relato:

Enquanto se dá esse fato lamentável, porém real, as áreas do tesouro nacional se abrem e deitam pela verba – socorros – dezenas de contos, não para aliviar o infeliz e desgraçado que se estorce nas garras da fome e envergonha-se da sua nudez e da sua família, mas para encher as mãos dos que justamente não precisam do socorro do governo, – dos Zés desta terra, em detrimento da nudez da miséria e da fome. Que horror! Que triste realidade!¹³⁴

Como referi anteriormente, o principal órgão da imprensa a dar visibilidade para a migração em 1889 para o Piauí foi *A Phalange*. Tanto *A Imprensa* como *A Época*, pouco destacaram o fenômeno, comprando com o seu empenho em isso fazer entre 1877 e 1879.

¹³⁴ EMIGRANTES. *A Época*, nº 559, p. 04, ano XI, 17 jul. 1889.

Mesmo no *A Phalange*, o tema foi restrito a algumas matérias no primeiro semestre daquele ano. Os motivos para que isso tenha acontecido sugerem algumas interpretações. Da mesma forma que em 1877-1879, a seca não atingiu todas as regiões do Piauí; em algumas áreas, somente em 1889 seus efeitos foram mais adversos. Em outras, principalmente no sul, localidades como São Raimundo Nonato, Jaicós, Pio 9º e Paulista, as implicações foram mais demoradas. Nessas regiões, a documentação não alardeou sobre a chegada de cearenses. Embora as Comissões de Socorros tenham sido também instaladas em várias vilas durante essa seca, possivelmente para atender à população local atingida, os cearenses parecem ter optado por adentrar no Piauí, principalmente pela parte mais ao norte, e se dirigido a Teresina. Parnaíba foi um desses pontos de contato.

No Ceará, os Socorros Públicos foram, da mesma forma que na seca anterior, utilizados para auxiliar a população local, fornecendo-lhe alimentos e também trabalho, através de obras públicas, como o prolongamento da Estrada de Baturité e a construção de reservatórios de água, como o açude Cedro, em Quixadá, iniciado em 1884, como parte do plano de prevenção aos efeitos das secas, após o exemplo de 1877. O problema decorrente disso é que não havia postos de trabalhos suficientes para “alistar todos nos serviços do reservatório”.¹³⁵ Além dessas obras, outras foram colocadas em prática, como “a estrada de rodagem ligando Fortaleza a Uruburetama e os açudes Rajada (vale do Ipu), São Miguel e Imperatriz”, todos empregando entre 360 e 960 pessoas, entre homens, mulheres e meninos.¹³⁶ Acresce a isso, a facilitação da emissão de passagens para quem desejasse emigrar do Ceará, durante os meses do governo de Caio Prado, entre 1888 e 1889.

Com isso, entendo que, quando a seca atinge Ceará e Piauí, no final da década de 1880, na primeira província citada, os governos locais tomaram duas atitudes distintas em relação à população pobre: evitar a saída de braços, valorizando o trabalho “como resposta aos desafios que a crise apresentava”,¹³⁷ e subsidiando passagens para que aqueles que desejassem emigrar, fossem para o Norte e para o Sul, sem grandes obstáculos.

Essas medidas, que ofereciam maiores possibilidades de escolha, além do Piauí, podem ter sido um dos fatores que fez com que essa região fosse escolhida em menor demanda como ponto de chegada ou de passagem. Acresce a isso, o período de extensão da seca, mais agravada, principalmente em 1889, tendo havido chuvas em muitos pontos do

¹³⁵ MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: Ciência, Política e Trabalho na construção do açude Cedro (1884 - 1906)*. 2012. 200f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2012, p. 111.

¹³⁶ MONTEIRO, 2012, p. 114.

¹³⁷ CÂNDIDO, 2014, p. 20

Ceará e do Piauí ao longo de 1888. Enquanto na seca anterior, em muitas regiões, as últimas chuvas que permitiram o plantio e cultivo dos cereais ocorreu em 1876, voltando a ser regular apenas em 1880, provocando o engrossamento da migração para o Piauí entre 1877 e 1878.

Assim, se entre 1877-1879, relatou-se com muita frequência a chegada de migrantes em Príncipe Imperial, Oeiras, Jaicós, Piracuruca, Campo Maior, Valença, Jerumenha, Pedro II, Marvão, Batalha, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Picos e Teresina, em 1889, embora a seca tenha se feito presente em quase todas essas localidades, a menção aos emigrantes foi restrita a Parnaíba, Amarração e Teresina, mesmo que não se possa desprezar que não tenham estado em outras regiões do Piauí.

Na análise realizada por Araújo (2010), no ano de 1878, 96% dos emigrantes que chagavam ao Piauí de outras províncias, eram de origem cearense. Isso teve como consequência principal um crescimento ascendente na capital ao longo das décadas seguintes. Entre 1872 e 1900, a cidade ampliou sua população de 21.692 habitantes para 31.523, representando um saldo positivo de 45,3%. Esse fenômeno é associado pela autora à migração interna e, significativamente, à chegada de muitos cearenses durante os períodos de seca.¹³⁸ O mapa abaixo identifica os principais pontos da Província do Ceará, de onde os cearenses se deslocavam em direção ao Piauí.

¹³⁸ ARAÚJO, 2010.

Figura 10: Regiões de onde migravam os cearenses em direção ao Piauí (1877-1879)



Fonte: Mapa adaptado de: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/112x.htm>. Acesso: 23 jul. 2020. Dados coletados de: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 598, estante 05, prateleira 03 e Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 584, estante 05, prateleira 03. Relação de emigrantes do Núcleo Santa Filomena, Teresina (1879).

Os locais específicos de saída migratória localizados na documentação analisada foram: Sobral, Telha, Ipu, Crateús (Vale do Crateús na parte cearense), São Matheus, Icó, Iguatu, Crato, Telha, Tauá, Mombaça, Ouricuri, Acaraú, Inhamuns, Granja, Pereiro, Tamboril, Saboeiro, Maria Pereira, Quixeramobim, Pedra Branca, Santana do Acaraú, Canindé, Santa Quitéria e Flores.¹³⁹

¹³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 598, estante 05, prateleira 03 e Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 584, estante 05, prateleira 03. Relação de emigrantes do Núcleo Santa Filomena, Teresina (1879).

É possível que, além dessas, muitas outras localidades fossem também ponto de partida. Centenas de emigrantes são identificados apenas como oriundos do Ceará, sem especificação da freguesia de origem. Também há outros em que aparecem nomes de localidades incrustadas dentro de comarcas que não são identificadas no mapa, o que inviabiliza a localização específica.

De todo modo, a extensa relação de migrantes estabelecidos nos Núcleos Coloniais, fornece valiosas informações acerca dos migrantes, como, por exemplo, a província de origem, freguesia ou localidade de onde saiu para o Piauí, idade, estado civil, quantidade e nome dos filhos que acompanhavam a família. Através desses documentos, é possível extrair uma gama importante de informações que melhor possibilitam compreender a dinâmica da migração cearense naquele período. Um dos pontos que busquei identificar foram os locais de partida dessas pessoas.

Optei por dispor o mapa com destaque para as localidades de saída, como forma de mostrar os diferentes pontos de partida dos cearenses em direção ao Piauí. Além de freguesias próximas à fronteira, também migraram pessoas do centro da província e também do Sul e Leste cearense, já na fronteira com a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

A documentação pesquisada sugere que, longe de ser uma migração combinada apenas de algumas localidades próximas à fronteira, que estivesse condicionada à questão da proximidade geográfica, os cearenses migravam para o Piauí de regiões com características econômicas variadas. Elimina-se, então, ao mesmo tempo, o condicionante geográfico e econômico do local de origem, revelando uma dinâmica migratória bem mais ampla e complexa. Quem saía de regiões como Canindé, no centro cearense, ou de Icó, Pereiro, ou do Crato, por exemplo, percorria centenas de quilômetros a pé até cruzar as serras da fronteira e adentrar no Piauí. Depois disso, outra jornada igualmente extensa era percorrida até chegar a Teresina.

É importante notar também que, quem tinha como ponto de partida Canindé, iniciava a jornada por região não muito distante de Fortaleza, para cruzar centenas de quilômetros até o Piauí. Isso mostra que as opções existentes na capital cearense, como migrar para a Amazônia, não eram apreciadas por todos; deixava-se para trás também Baturité, onde havia trabalhos em obras públicas. É certo que as intenções dos sujeitos migrantes em optar pelo Piauí eram diferentes, como já citei anteriormente. Pobres e ricos migrantes tinham expectativas diferenciadas. Afinal, se quase todos os ricos usavam o Piauí como local de pouso temporário, os mais pobres o avistavam como um espaço de possibilidades.

Para além da migração externa ao Piauí, nos dois momentos, houve um fluxo significativo dentro da própria província, como já visto, tanto pelos cearenses que se moviam entre as vilas, a maioria com destino a Teresina, como de piauienses, que buscavam o mesmo destino.

No romance *Ataliba, o vaqueiro*, no percurso da seca de 1877, os personagens, da mesma forma que muitos piauienses, tiveram que migrar. Um deles foi Dionísio, que passou na casa de Tia Deodata durante o seu percurso, vindo “a testa de algumas famílias que abandonavam esses lugares que se faziam inabitáveis e, conhecedor dos caminhos, conduzia-as a Marvão, em direção a capital da província”,¹⁴⁰

trazia ao ombro, na ponta de um cacete, o seu surrão contendo toda a sua riqueza, a rede e a viola, que estava sem cordas e muda no competente saco. Via-se a tiracolo a espingarda lazarina e um embornal contendo um frasco de cachaça, uma cabacinha de pólvora e outra de chumbo; na cintura trazia seu paraíba, isto é, um facão de má qualidade, metido na bainha de sola (...).¹⁴¹

Pode-se supor que, assim como na literatura, poucos eram os objetos carregados pelos migrantes. Considerando as distâncias que percorriam e o estado de fome que muitos já estavam acometidos, somente os seus objetos principais de uso mais importantes eram carregados. Pelo estado de nudez que muitos se apresentavam, descritos nos jornais, é possível que a maioria nem sequer roupas carregasse, levando apenas o corpo e a esperança de chegar onde encontrasse meios de subsistência.

A escassez de alimentos para a população mais pobre, o acirramento da seca em muitas localidades piauienses, que era agravada conforme os migrantes chegavam, acrescida da dificuldade de chegada dos Socorros Públicos a regiões mais distantes do interior da província, além dos desvios nos recursos que deveriam ser distribuídos pelas respectivas comissões à população, fizeram com que migração interna ganhasse corpo. A respeito do assunto, em 1877, informou o jornal *A Época*:

Alguns municípios da província – como Príncipe Imperial e Jaicós, quase que estão despovoados; porque sua população, não encontrando mais ali meios de subsistência, se internará pelo interior em demanda de outros municípios e especialmente desta capital em procura de recursos para sustentar a vida”.¹⁴²

¹⁴⁰ CASTELO BRANCO, 2012, p. 71.

¹⁴¹ CASTELO BRANCO, 2012, p. 71.

¹⁴² A SECCA E OS EMIGRANTES. *A Época*, Teresina, a. I, n. 02, abr. 1878, p. 01, grifo nosso.

Em abril de 1877, de Piracuruca, já se falava na possibilidade de uma migração temporária para Barras.¹⁴³ Em agosto, havia “muitas casas abandonadas” na vila de Independência, “havendo lugares onde já não mora ninguém”.¹⁴⁴ Entre os emigrantes da comarca de Príncipe Imperial, Isabel Maria de Jesus apresentou-se à Comissão de Socorros em Teresina pedindo ajuda para alimentar a si e o seu filho.¹⁴⁵ Outro grupo familiar, oriundo da mesma comarca, era guiado por Marcelino Correia do Vale, “imigrante do terno de Independência, solteiro”, recorreu à Comissão de Socorros, afirmando ter em sua “companhia seis pessoas, sendo uma cunhada com quatro filhos, chegando nesta capital há apenas dois dias, achando-se em estado lastimoso tanto da fome como de nudez e doenças”.¹⁴⁶ Possivelmente, com a morte de seu irmão, Marcelino seguiu viagem com a cunhada e os sobrinhos.¹⁴⁷

Assim também agiam muitas mulheres que ficavam viúvas. Na falta do esposo, seguiam o percurso acompanhando outras famílias que se destinavam a Teresina. Isso mostra que muitos piauienses, da mesma forma que os cearenses, na condição de emigrantes, recorriam à Teresina na perspectiva de que ali encontrariam mais recursos de sobrevivência. Talvez, por ser uma cidade instalada há pouco mais de duas décadas, possivelmente causava a ilusão de que oferecia alguma oportunidade.

De Pedro II, João Luiz Pereira, foi exonerado do cargo de ajudante de agente do correio daquela vila, por ter se retirado dessa localidade, “por ocasião da seca”.¹⁴⁸ Outros funcionários da província também sentiram a necessidade de migrar, como alguns professores de instrução primária.

Em 1878, o Sr. Magalhães, deputado provincial, apresentou um projeto autorizando “o presidente da província a dar destino aos professores de instrução primária, que emigrarem das salas das respectivas cadeiras por causa da seca”,¹⁴⁹ como requereram alguns professores. De Príncipe Imperial, Firmino José Roza, ressentido por não ter recebido ajuda de seus

¹⁴³ PIRACURUCA, 29 DE ABRIL DE 1877. *A Imprensa*, nº 507, p. 02, ano XII, 30 mai. 1877.

¹⁴⁴ SECCA. *A Imprensa*, nº 515, p. 03, ano XIII, 25 ago. 1877.

¹⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 09 abr. 1878, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 02 abr. 1878, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁴⁷ Nesse caso, os laços familiares eram estendidos para além do núcleo inicial, e o cunhado, assumia o papel de condutor da travessia. Segundo Ariès (1886, p. 241), “a ideia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que os laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois, distintos embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa Família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral”.

¹⁴⁸ PORTARIAS. *A Imprensa*, nº 519, p. 01, ano XV, 29 nov. 1879.

¹⁴⁹ SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1878. *A Época*, nº 13, p. 01, ano I, 29 jun. 1878.

familiares para sair daquela localidade, não achando “quem emprestasse um animal”, só não concretizou na jornada porque recebeu socorro do seu padraço.¹⁵⁰

Em algumas localidades, a emigração era possibilitada para o interior da província pelas próprias Comissões de Socorros. Em maio de 1878, o juiz de direito da comarca de Pedro II, “resolveu de acordo com os habitantes daquela vila, abrir uma subscrição com o fim de auxiliar os emigrantes que quisessem transportar a vila de Campo Maior e dali para a capital”, tendo a comissão daquele município autorização para gastar 400\$ réis com os meios de locomoção.¹⁵¹

Além dos pobres, a seca no Piauí afetou também muitas famílias abastadas, que “ficaram reduzidas à pobreza extrema”.¹⁵² Semelhante aos cearenses, aqueles que tinham melhores condições para migrarem dentro do Piauí, assim fizeram, “principalmente por possuírem escravos que utilizavam no serviço de transporte”.¹⁵³ Como procedeu o coletor das rendas provinciais da vila de Príncipe Imperial, Joaquim Carlos de Melo Falcão, que pediu demissão em abril de 1878,¹⁵⁴ “e migrou para o interior da província”.¹⁵⁵

Em 19 de março de 1878, emigrado de Jaicós, Antônio Pedro de Lima estava em Teresina com uma “família numerosíssima de 19 pessoas, quase todos atacados de febres intermitentes”, pedia para si e seus familiares, viveres e roupas, a fim de aliviar o estado de indigência em que se encontravam.¹⁵⁶ As relações de pessoas alistadas nos Núcleos Coloniais nos anos de 1878 e 1879 mostram com exatidão a origem de muitos piauienses que ocupavam as terras destinadas a receber os migrantes em localidades que ficavam a alguns quilômetros de Teresina.

Além da maioria de cearenses, muitas pessoas oriundas de diferentes comarcas do Piauí terminavam sendo destinadas para esses locais. Com maioria significativa de Príncipe Imperial, seguindo de Independência, mostrando serem esses os principais pontos da emigração interna piauiense em direção à Teresina, estavam lá também piauienses de Campo Maior, Pio IX, Jaicós, Pedro II, Picos, Marvão, Oeiras, Amarante, Valença e Piripiri,¹⁵⁷

¹⁵⁰ ROZA, Firmino José. *A Imprensa*, nº 623, p. 02 e 03, ano XV, 30 dez. 1879.

¹⁵¹ OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 44, p. 02, ano XIII, 22 mai. 1878.

¹⁵² SECCA. *A Imprensa*, nº 508, p. 04, ano, XII, 09 jun. 1877.

¹⁵³ ARAÚJO, 1991, p. 43.

¹⁵⁴ PORTARIAS. *A Imprensa*, nº 539, p. 02, ano, XIII, 21 abr. 1878.

¹⁵⁵ ARAÚJO, 1991, p. 43.

¹⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 92, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁵⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 598, Est. 05, Prat. 03. e Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 584, Est. 05, Prat. 03. Relação de emigrantes do Núcleo Santa Filomena, Teresina (1879).

evidenciando que o fluxo ocorria de diferentes localidades do norte e do centro-sul da província em direção à capital. Deve-se considerar também as rotas que tinham como destino outras vilas do Piauí que estavam em condições mais favoráveis para a sobrevivência, principalmente aquelas próximas aos rios, em especial o Parnaíba.

O fluxo de piauienses entre as comarcas da província, assim como a disseminação de doenças como a varíola na capital, também se repetiu em 1889: em julho daquele ano, o jornal *A Imprensa*, publicou:

Perseguidos pela seca e pelo feroz cortejo inerente a tão terrível calamidade, começam os habitantes do centro a se dirigir para a capital; e de estranhar não é que a aglomeração do povo faminto, andrajoso, enfermo no moral e no físico, se torne causa violenta de numerosas manifestações mórbidas e até mesmo de epidemias quais, mais devastadora.¹⁵⁸

Além dos emigrantes, era grande a quantidade de pessoas pobres que vivia na capital. Era comum, assim como ocorria com aqueles que chegavam recentemente a Teresina, essas pessoas recorrerem à Comissão de Socorros em busca de meios de “sustê a vida”. Em março de 1879, Camilla Lelles de Sousa Martins, “moradora nesta cidade, com três filhos, pobre” recorreu, através da comissão, ao vice-presidente da província em exercício naquele momento para que fornecesse a ela e aos seus filhos “alguma fazenda”, esperando na justiça que assim ocorresse.¹⁵⁹

Da mesma forma que Camilla, outras mulheres pobres, como Sebastiana Pereira de Sousa, mãe de quatro filhos, utilizavam o mesmo recurso na esperança de serem atendidas.¹⁶⁰ É grande o número de mulheres, principalmente viúvas, que recorriam à Comissão de Socorros de Teresina com o mesmo propósito. Outras, com o esposo doente e sem condições de trabalhar, iam até o órgão tomando a frente na luta pela sobrevivência. A pobreza e suas manifestações eram verificadas. O cotidiano da cidade foi descrito por Araújo (2010) da seguinte forma:

A cidade configurava um espetáculo diurno: pela manhã cedo alguns dos emigrantes despertavam para esmolar a caridade pública, enquanto outros iam para o trabalho. Grande parte dessa população vivia nos becos, nas tabernas, debaixo de árvores, à beira do rio Parnaíba, na Praça da Constituição, Praça Marechal Deodoro, nas proximidades da Companhia e Navegação a Vapor do Rio Parnaíba.¹⁶¹

¹⁵⁸ SECCA NO PIAUHY. *A Imprensa*, nº 1082, p. 03, ano XXIV, 22 jul. 1889.

¹⁵⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 25 mar. 1879, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 23 mar. 1879, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁶¹ ARAÚJO, 2010, p. 54.

Essa condição despertava o interesse dos jornalistas e literatos locais, servindo de inspiração para os cronistas da época, que faziam “diariamente observações detalhadas sobre o andar cambaleante, os cabelos assanhados, as roupas sujas e esfarrapadas, e a fisionomia pálida e tristonha da gente pobre que perambulava pelas ruas da cidade”, revelando os modos de sobrevivência “e os movimentos reais que se tornavam estranhos para a classe dirigente”.¹⁶²

Os emigrantes e as pessoas pobres que residiam em Teresina e recorriam à Comissão de Socorros para encaminharem as suas solicitações ao presidente da província, faziam isso não só com pedidos de “fazendas” ou de viveres. Therêsa Maria de Oliveira, por exemplo, “viúva, desvalida, com três filhos”, pretendia retirar-se para a cidade do Amarante, onde possuía alguns parentes que poderiam socorrer a ela e a sua família naquele momento. Ela foi até o órgão solicitar passagens para que pudessem chegar ao destino desejado.¹⁶³

Se houve um fluxo intenso em direção a Teresina nos dois primeiros anos de seca, a partir de 1879, a migração se deu saindo dessa cidade em direção a outras, como Amarante. O transporte até esses municípios era feito pelo rio Parnaíba, através de embarcações com passagens pagas pelo Ministério do Império. Em março daquele ano, foi autorizado ao gerente da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba a dar passagens de convés “aos emigrantes Manoel Domingos de Araújo, sua mulher e quatro pessoas de sua família, e a um menor de nome Napoleão”.¹⁶⁴ Em julho, do mesmo ano, foram concedidas passagens para que viajassem na proa do porto de Teresina ao de Amarante e alguns para a Colônia São Pedro de Alcântara,¹⁶⁵ totalizando dez emigrantes, dentre eles sete homens e três mulheres.¹⁶⁶

Como nos ofícios que concediam as passagens, os passageiros são citados apenas como emigrantes, os deslocamentos de Teresina para Amarante, ao longo de 1879, podem sugerir tanto a migração de piauienses para a própria província, como, mais provável, de cearenses que partiam de Teresina para aquela localidade, a fim de se estabelecerem ali, principalmente porque, durante aquele ano, a migração já havia reduzido significativamente

¹⁶² ARAÚJO, 2010, p. 56.

¹⁶³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 19 mar. 1879, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁶⁴ GOVERNO PROVINCIAL, OFÍCIOS, 2ª SECCÃO – nº 282. *A Imprensa*, nº 589, ano XIV, 16 abr. 1879.

¹⁶⁵ Tratava-se de uma colônia agrícola lançada em 1874, à margem direita do rio Parnaíba a aproximadamente 60 km ao Sul de Teresina. Tinha como objetivo aproveitar a mão de obra dos libertos da nação, dando aos ingênuos educação através de escolas para ambos os sexos e uma oficina de preparo para artífices. Como objetivos de ordem técnica e econômica focou em “estabelecer a cultura do algodão, cana de açúcar, cereais, fábrica de queijos, de manteiga, sabão, charque (...) construir currais, cercados, estábulos, açudes prados artificiais, fazer cruzamento e seleção de gados” (NUNES, 2007, p. 284).

¹⁶⁶ GOVERNO PROVINCIAL, OFÍCIOS, 2ª SECCÃO – nº 100 e 101. *A Imprensa*, nº 602, ano XV, 19 jul. 1879.

devido à chuva em parte do Piauí, tornando a colheita possível em algumas localidades. Amarante, localizada às margens do rio Parnaíba, como já citado, era um importante ponto de comércio no Piauí, além de ser um local propício para a agricultura.

Conforme mencionei, muitas pessoas chegavam às diferentes vilas do Piauí, e a Teresina, em estado crítico de saúde. Somado a isso, as epidemias de varíola e as febres, além de outras doenças citadas no capítulo anterior, acometiam os migrantes. Era comum que fossem solicitados médicos e ambulâncias para determinadas vilas a fim de socorrer os adoentados. Em junho de 1878, diante da “epidemia que ali reinava” solicitava-se ao presidente da província que enviasse uma ambulância da capital, assim como medicamentos para o tratamento “dos indivíduos atacados por aquela epidemia”.¹⁶⁷

Em várias localidades, houve uma grande mortandade de pessoas, seja pela fome, pela ingestão de plantas tóxicas ou pelas doenças. De várias vilas do norte da província, chegavam as notícias ao jornal *A Época*: “o morticínio diário do povo quer nas vilas, quer pelas estradas, é espantoso! As febres perniciosas têm se desenvolvido de um modo horrível (...)”.¹⁶⁸ Uma das ideias defendidas era que o grande número de mortes se dava “na população emigrada”, como “efeito do estado em que vem esses infelizes, que muitas vezes já trazem em si a morte quando chegam, depois de longas viagens, aos lugares que possam receber os socorros do governo”.¹⁶⁹

Em Teresina, o atendimento aos adoentados ocorria na Santa Casa de Misericórdia. A documentação mostra a existência de “enfermarias de emigrantes”, estabelecidas no quartel de polícia, no Hospital de Caridade, além de outras montadas em um lugar denominado Santo Antônio dos Morros, distante duas léguas de Teresina, “destinada ao tratamento dos enfermos que existiam em grande cópia nos diferentes núcleos de retirantes”.¹⁷⁰

Segundo Clodoaldo Freitas (1988), o Hospital da Caridade foi extinto pela Lei nº 511, de 1 de agosto de 1861, tendo o seu espaço ocupado pela Santa Casa de Misericórdia,¹⁷¹ porém há na documentação a menção ao referido hospital no relatório provincial de 1879, indicando a internação de emigrantes.

¹⁶⁷ OFFÍCIOS nº 332. *A Imprensa*, nº 553, p. 02, ano, XIV, 13 ago. 1878.

¹⁶⁸ OS HORRORES DA SECCA. *A Época*, nº 21, p. 02, ano I, 24 ago. 1878.

¹⁶⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 03.

¹⁷⁰ SENADO. SESSÃO DE 18 DE AGOSTO DE 1879. *A Imprensa*, nº 610, p. 03, ano XV, 20 set. 1879.

¹⁷¹ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

É possível ter havido algum equívoco na nomenclatura das instituições no momento da escrita do relatório citado. A Santa Casa de Misericórdia era uma instituição que “oferecia uma gama de ações, que perpassavam pela atenuação do sofrimento do doente, como o consolo, acolhimento, hospedaria para emigrantes e preparação para a morte. Atendia a enfermos portadores de todos os tipos de doenças, inclusive as contagiosas”.¹⁷² Recebia os doentes que se enquadrasse no estado de indigência a ponto de não ter condições de fazer um tratamento às próprias custas,¹⁷³ assim “os segmentos sociais mais beneficiados na Santa Casa pertenciam às baixas camadas da população teresinense, isso caracteriza o hospital como um lugar de atendimento que proporcionava a – suavização da pobreza através de auxílio aos – desvalidos”.¹⁷⁴ Nos anos em que a presença de migrantes tornou-se intensa em Teresina, também atendeu a uma grande massa de pessoas que chegavam doentes ou adoeciam após chegarem à capital.

A instituição era mantida com recursos repassados pelos cofres provinciais, e, às vezes, através das verbas dos Socorros Públicos, além das doações de particulares, como fez Miguel Borges, que ofereceu 50\$000 réis mensais pelo período de um ano em favor da Santa Casa, a contar de 1º de março de 1877.¹⁷⁵ Em dezembro de 1878, o presidente Barros Pimentel explicou a condição em que se encontrava a instituição e os trabalhos para atendimento dos emigrantes:

Tornando-se imprescindível a criação de uma enfermaria para os emigrantes, dos quais muitos aqui chegavam prestes a morrer, entendi que seria mais conveniente estabelecê-la no hospital da santa casa, edifício que ainda se acha incompleto e que com o levantamento de algumas paredes para fechar a frente, e outros pequenos serviços de mais urgente necessidade, em cujo trabalho foram aproveitados os emigrantes (...).¹⁷⁶

Identifica-se que a instituição, mesmo durante o pico da chegada de emigrantes a Teresina, não possuía estrutura completa para fazer os atendimentos. No relatório do presidente Barros Pimentel, de junho de 1878, ele concluiu que a instituição estava

¹⁷² SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia: a Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889-1930)*. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Teresina, 2016, p. 34.

¹⁷³ FREITAS, 1988.

¹⁷⁴ SILVA, 2016, p. 34.

¹⁷⁵ OFFERTA IMPORTANTE. *A Imprensa*, nº 503, p. 04, ano XII, 07 ?? 1877.

¹⁷⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 13.

“inteiramente desnaturada”. Criada para ser mantida por verbas dos irmãos, possuía receita quase única, que era destinada à província, pois poucos eram os recursos doados.¹⁷⁷

Apesar de todas essas limitações, o jornal *A Época* elogiou o atendimento na Santa Casa, comparado com a condição a que os doentes que se encontravam nos Núcleos Coloniais eram submetidos. Dizia que, na Santa Casa, os emigrantes tinham “um leito e uma casa em que se abrigarem, uma dieta e uma medicação racionais”, enquanto nos Núcleos eram “abandonados à natureza”, onde estavam condenados a comer o que encontrassem e a “engolirem as tais pílulas que muitas vezes são até prejudiciais pela contra indicação”.¹⁷⁸ As pílulas Honorato de Moura eram um dos medicamentos utilizados para diversos tipos de doenças que acometiam a população em Teresina naquele período. Em março de 1878, o contratante de um dos Núcleos Coloniais existentes ao redor da capital, solicitou à Comissão de Socorros de Teresina 50 caixas de pílulas Honorato de Moura, que vinham sendo administradas “com bom resultado”, em grande número de doentes que lá existiam.¹⁷⁹

Os registros encontrados nos relatórios dos presidentes da província e nos boletins do jornal *A Imprensa* dão uma noção do número de pessoas atendidas nos estabelecimentos de saúde citados anteriormente. Embora, certamente, não deem conta de todos os migrantes que foram internados ou morreram nas enfermarias piauienses, pode-se, através desses números, mensurar o índice de internação e mortalidade de alguns cearenses no Piauí.

O livro de registros da admissão de doentes na Santa Casa de Misericórdia, entre julho e agosto de 1879, marcou a entrada de 923 pessoas. Dessas, 487 (52.8%) eram oriundas do Ceará, 402 (43.5%) do Piauí, 32 (3.5%) de Pernambuco e 02 (0.2%) da Paraíba. A grande quantidade de cearenses que buscou os serviços dessa instituição mostra a forte presença dessa população na cidade de Teresina naquele ano. O registro é rico em informações sobre a população citada, indicando, além do nome, cor (brancos e pardos), idade, naturalidade, estado civil e a doença apresentada.

Nesse aspecto, as principais doenças citadas foram febres intermitentes ou febre paludosa, além de diarreias e úlceras. É significativa também a quantidade de crianças presentes no registro, muitas na faixa entre três e oito anos de idade. Essa tendência segue em relação aos demais, com o maior volume de pessoas na faixa etária que não ultrapassava os 30 anos. Esse fenômeno pode ser explicado pela grande quantidade de migrantes que

¹⁷⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 21.

¹⁷⁸ NÚCLEOS. *A Época*, nº 22, p. 01, ano I, 31 ago. 1878.

¹⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 22 mar. 1878, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

compunham cada grupo familiar. Como todos os membros da família se deslocavam juntos, era comum que um casal tivesse muitos filhos com diferentes idades. Pode ser um indicativo também da baixa expectativa de vida¹⁸⁰ daquela população, pois poucos foram os idosos que chegaram à enfermaria daquele hospital.

A presença de pernambucanos e paraibanos, mesmo em quantidade diminuta em relação aos oriundos do Ceará, é mais um indicativo de que, assim como citados nos jornais, essa população também buscou o Piauí durante aquela quadra calamitosa.¹⁸¹ As tabelas abaixo, colhidas do relatório do presidente da Província do Piauí no ano de 1789, mostram com mais detalhes a movimentação de três enfermarias existentes em Teresina com finalidade específica para atendimento dos emigrantes.

Tabela 19: Mapa do movimento da enfermaria de emigrantes estabelecida no Hospital da Caridade, a contar de 10 de maio a 06 de agosto de 1879

Meses	Entraram	Saíram Curados	Faleceram	Ficaram
Maio	839	438	324	77
Junho	22	30	19	50
Julho	08	22	18	18
Agosto	---	01	01	16
Total	869	491	362	161

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879, p. 45.

Tabela 20: Mapa do movimento da enfermaria de emigrantes estabelecida no Quartel de Polícia, de 18 de maio a setembro de 1879

Meses	Entraram	Saíram Curados	Faleceram	Ficaram
Maio	203	40	20	143
Junho	117	100	43	117
Julho	31	75	30	61
Agosto	31	19	09	64
Setembro	01	35	04	26
Total	383	269	106	411

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879, p. 43.

¹⁸⁰ Segundo as estimativas de Mortara (1941), a expectativa de vida do brasileiro na segunda metade do século XIX era de aproximadamente 32 anos.

¹⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de Registros da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, entre julho e agosto de 1879. Localização: código 1.297, estante 11, prateleira 04.

Tabela 21: Mapa do movimento do hospital do Morro de Santo Santo Antonio, 1879.

Baixaram	Tiveram alta (curados)	Tiveram alta (a pedido)	Evadiram-se	Faleceram	Existem
2.498	1.840	73	47	448	90

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879, p. 41.

O comparativo das três enfermarias que recebiam emigrantes dentro e fora de Teresina mostra que, mesmo submetidos ao atendimento médico e de enfermagem, muitos cearenses morriam no Piauí. Seguindo o pensamento de Ariès (2012), nesse caso, percebe-se que a morte “era quase sempre anunciada”, pois “as doenças um pouco graves eram quase sempre mortais”.¹⁸² De acordo com Araújo (1991), os obituários progrediam de modo que esgotaram os espaços nos cemitérios públicos de Teresina, “sendo a população enterrada nas chapadas”. Os dados visualizados revelam, além de uma alta taxa de letalidade, um intenso movimento nas enfermarias e nos hospitais da província.¹⁸³

Desconsiderando os que permaneceram hospitalizados, a enfermaria do Hospital de Caridade apresentou a maior taxa de mortalidade naquele período: 41,6%, em comparação com 27,6% da enfermaria do quartel de polícia e 17,9% da enfermaria do Hospital do Morro Santo Antonio, que ficava fora do centro urbano da capital.¹⁸⁴ Essas enfermarias foram sendo encerradas ou tiveram os seus atendimentos restritos ao longo de 1879 e de 1880, com a justificativa de redução das despesas com os Socorros Públicos. Neste último ano citado, só era aconselhado o atendimento no quartel da polícia para os “emigrantes essencialmente doentes”. Essa medida motivou ferrenhas críticas do jornal *A Época* contra o governo, pois advertia a necessidade de atender a um público doente composto quase sempre por pobres e “viúvas carregadas de filhos”.¹⁸⁵

No período de 08 de dezembro de 1880 a 30 de novembro de 1881, a Santa Casa de Misericórdia recebeu, entre pessoas definidas como pobres, presos de justiça, soldados de

¹⁸² ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 215-216.

¹⁸³ ARAÚJO, 2010, p. 45.

¹⁸⁴ Pesquisa realizada por Daiane Julia Carvalho Dias, com base em registros paroquiais, identificou um aumento do número de óbitos na freguesia de São José (Fortaleza), no ano de 1878, principalmente de crianças de 0 a 9 anos de idade, provocada pela concentração de retirantes e às doenças epidêmicas na capital do Ceará. No ano de 1879, por exemplo, 40,7% dos óbitos registrados na referida freguesia correspondeu a indivíduos oriundos de outras localidades da província. DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). *Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 175-194, jul./dez. 2019.

¹⁸⁵ EMIGRANTES. *A época*, nº 99, p. 04, ano III, 02 mar. 1880.

polícia, educandos, emigrantes e escravos públicos e particulares, um total de 3.770 pessoas. Nesse espaço, sem a ocorrência de epidemias, a taxa de mortalidade foi bem mais reduzida, saindo curados 3.174. Passado o pico do fluxo dos deslocamentos, o número de emigrantes nesse universo era de apenas 44, tendo morrido quatro entre eles. Destaca-se o número de pessoas consideradas pobres, ao todo 2.526, o que indica ser possível que entre essas pessoas existissem muitos cearenses que, por já permanecerem no Piauí mesmo após o fim da seca, incluíam-se entre a massa da população pobre residente na cidade.¹⁸⁶

No ano de 1889, o presidente Vieira da Silva, em seu relatório, enfatizou a importância da Santa Casa de Misericórdia por ser “pio estabelecimento, o único que existe nesta província”, ainda que lutando contra as dificuldades financeiras, “grandes e relevantíssimos serviços tem prestado à pobreza desvalida desta província”, mesmo funcionando em um edifício que ressentia das acomodações necessárias, por uma obra incompleta, iniciada há mais de dez anos.¹⁸⁷ Naquela data, mais uma vez, a população da província e emigrada experimentou as epidemias, como impaludismo, sarampo, as pneumonias e broncopneumonias e as febres de mau-caráter, que além de Teresina, disseminaram-se por várias vilas piauienses.

Da forma como já mencionado, muitos cearenses, na tentativa de resistir à seca e à fome, acometidos por doenças diversas, acabavam morrendo ao chegarem em Teresina. As notícias sobre a morte de migrantes publicadas nos jornais, os registros de óbito das enfermarias de emigrantes e livros paroquiais dão conta do falecimento dessas pessoas por diferentes causas.

O livro de óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Dores, em Teresina, é outra fonte onde é possível encontrar o registro do momento em que muitos cearenses “davam o último suspiro” em terras piauienses, como ocorreu com Maria Augusta da Silva, em fevereiro de 1878, com 30 anos, casada com João Serafim da Silva. Também em 1878, no mês de abril, da mesma idade que Maria Augusta, faleceu Sebastião de Sousa, que deixou viúva a sua esposa e órfã a sua família, com quem tinha emigrado para o Piauí.

Os locais onde ocorriam os óbitos são quase sempre identificados como a própria casa onde a pessoa residia em localidades nos arredores de Teresina, ou simplesmente não eram especificados pelo declarante ao responsável pelo registro, o que indica que é possível que

¹⁸⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Sinval Odorico de Moura, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente, Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, no dia 31 de dezembro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1882, Apensos.

¹⁸⁷ Relatório do Inspetor de Higiene Pública. In: Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889., p 158.

muitas pessoas morriam sem a assistência médica adequada. As doenças mais comumente apontadas como causadoras dos óbitos são as diferentes febres, que ganham variações de “persistentes”, “intermitentes” e “paludosa”.¹⁸⁸

Como mostra a documentação, era comum a morte de um ou outro membro da família naquela época de crise, mas em algumas situações, todos os adultos de uma família acabavam não resistindo às enfermidades e falecendo, deixando crianças e adolescentes órfãos.

A partir de 1879, os documentos identificam a existência desses órfãos no Piauí e o destino dado a eles. Alguns eram encaminhados aos Núcleos Coloniais, ou por lá já permaneciam diante da morte dos genitores, quando já estavam estabelecidos. Ao final da seca, com a dissolução dos Núcleos, parte deles foi adotada, como fez o capitão Miguel de Sousa Borges Leal, que tomou para seus cuidados seis órfãos, executando uma ação digna de mérito, como já mostrei no capítulo anterior.¹⁸⁹

Durante o governo do presidente João Pedro Belfort Vieira, que vigorou de abril a dezembro de 1879, foi implantado o Colégio Orfanológico, mantido à custa dos Socorros Públicos, com a finalidade de recolher “diversas órfãs desvalidas” do Ceará.¹⁹⁰ Ao final do seu mandato, foi considerado pela crítica da imprensa de oposição um “legado pesadíssimo aos cofres públicos, atentos aos nulos resultados”, que essa casa de educação oferecia. No exercício de Manoel Idelfonso de Sousa Lima, “o viveiro de órfãos” aos poucos foi sendo extinto, alegando-se a insuficiência de verbas para a sua manutenção.¹⁹¹

Das 44 órfãs que lá existiam em dezembro de 1879, “22 foram distribuídas por famílias capazes” e as demais colocadas à disposição do governo do Ceará, “por não ter sido possível dar ao resto das órfãs o destino que tiveram as primeiras”, visto afirmar o presidente ser raro alguma família em Teresina que não tivesse “em sua casa uma ou mais dessas desvalidas”.¹⁹² Em fevereiro de 1879, foi autorizada, à custa do Ministério do Império, a concessão de passagens para as 22 órfãs emigrantes que foram levadas de Teresina para Fortaleza,¹⁹³ na companhia de D. Lucia Pereira de Matos, diretora do colégio. Segundo

¹⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de registro de óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Dores. Secretaria da Câmara Municipal de Teresina. Livro nº 07, 1877-1905.

¹⁸⁹ ACTO MERITÓRIO. *A Imprensa*, nº 600, p. 04, ano XIV, 06 jul. 1879.

¹⁹⁰ Relatório com que o 4º vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Snr. Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 04 de março de 1880. Teresina, Tipografia da Época, 1880, p. 09.

¹⁹¹ COLÉGIO ORFANOLÓGICO. *A Época*, nº 89, p. 04, ano II, 29 dez. 1879.

¹⁹² Relatório com que o 4º vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Snr. Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 04 de março de 1880. Teresina, Tipografia da Época, 1880, p. 10.

¹⁹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 144, fevereiro de 1880. Teresina, Códice com ofícios da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 580, Est. 05, Prat. 02.

consta, no Ceará, foram recebidas pelo presidente da província, Albuquerque Barros, onde foram “convenientemente acomodadas”.¹⁹⁴

A migração de retorno promovida pelo governo do Piauí expunha o fim de uma etapa da vida de muitas crianças cearenses que, seguindo os passos da fronteira junto com suas famílias, conseguiram resistir à seca e às doenças, embora tenham perdido algo mais significativo: o eixo familiar. Possivelmente, a dor mais severa da seca, para esses órfãos, não foi necessariamente a fome ou as caminhadas em meio ao sertão seco, mas a perda e a adaptação a uma nova família no Piauí, ou o destino incerto que os esperava.

No Ceará, em 1880, foi criada a Colônia Orfanológica Cristina, destinada ao “asilo de órfãos desvalidos e a escola de agricultura”, sendo classificada pelo presidente da província em exercício, o senador Pedro Leão Velloso, como uma ideia benéfica e útil em uma época que a o “flagelo da seca” havia deixado centenas de crianças sem pai e mãe.¹⁹⁵ A instituição, que recebia meninos e meninas, assim como outras no Brasil que tinham a mesma finalidade, funcionava com “(...) uma forma de organização – de espaço e pedagógica – que submetia os indivíduos a um total controle, sob regime de internato”, instruindo os internos sob um sistema que envolvia a educação elementar, profissional, moral e religiosa.¹⁹⁶ No ano em que foi implantado, “entraram 157 meninas entre brancas e pardas” e 57 meninos.¹⁹⁷ Não foi possível saber se as órfãs regressadas do Piauí foram levadas para essas instalações. Como foram enviadas um ano antes da implantação do colégio orfanológico, podem ter sido colocadas à disposição para adoções de algumas famílias de Fortaleza.

No relatório de agosto de 1877, o presidente Paula Baptista, ao anunciar as medidas adotadas através dos Socorros Públicos, deixou a sua impressão sobre a migração para o Piauí:

a emigração para esta província tem sido incompreensível, e causa dor ver-se o estado de nudez e completa penúria em que chegam os emigrantes. Em quase todo o interior da província encontra-se um numeroso extraordinário

¹⁹⁴ Relatório com que o 4º vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Snr. Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 04 de março de 1880. Teresina, Tipografia da Época, 1880, p. 10.

¹⁹⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881, p. 30.

¹⁹⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 177.

¹⁹⁷ MADEIRA, Maria das Graças de Lóiola. A educação pela caridade no Império em Fortaleza – O abrigo de órfãos na Colônia Cristina. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003, p. 03.

desse infelizes, que vencendo dificuldades enormes na viagem, buscam recursos em uma província pobre como essa.¹⁹⁸

Talvez o presidente não compreendesse a migração em relação ao grande número de pessoas que cruzavam as serras, chegando ao Piauí, mas convalescesse das condições precárias que chegavam.

Espalhados pelo interior piauiense, os cearenses buscavam no Piauí o que a província, naquele momento, possivelmente não tinha condições razoáveis de oferecer. Os recursos enviados pelo Ministério do Império, como visto, eram acanhados mediante o papel que o Piauí assumia naquele momento, recebendo e alimentando uma massa populacional volumosa em relação até mesmo à sua própria população nativa. Colocando em números, em abril do ano de 1878, o jornal *A Época* avaliava, mesmo não podendo afirmar com certeza, “porém nos parece que não exageramos calculando em vinte mil almas a emigração que recebemos do Ceará”.¹⁹⁹ Se levados em conta esses números, ou algo aproximado a eles, comparando com a população total da província, que no censo de 1872, era superior a 200.000 habitantes, tem-se em torno de 10% de adicional humano em números totais, com maioria desse contingente necessitando dos Socorros Públicos para sobreviver.

A consequência direta refletia-se no desabastecimento. Faltavam os gêneros básicos para alimentação, pois, como é sabido, o Piauí era uma “província criadora e não agricultora”. A conversa entre Luís Borges e Araújo, no começo deste texto, exemplifica bem esse cenário.

A falta de chuvas por dois anos e conseqüentemente a falta de colheitas, aumentando o valor dos gêneros, privaram por si só os meios de subsistência a grande número de filhos da província, quando mesmo a grande imigração de cearenses não viesse acelerar a marcha ascendente dos valores e rapidamente esgotar os poucos viveres que ainda havia na província.²⁰⁰

Os preços dos alimentos subiam e nem os migrantes, nem a população pobre, tinham acesso com facilidade à alimentação diária, salvo quando fornecida pelas comissões ou por particulares. Seca e migração conjugavam-se, resultando em um cenário dificultoso para a Província do Piauí. Em alguns momentos, a migração é apontada como o agravante principal das condições de sobrevivência locais, afetando a economia provincial como um todo. O juiz de direito da comarca de Pedro II expressou o seu pensamento através de uma carta publicada

¹⁹⁸ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 16-17.

¹⁹⁹ A SECA E OS EMIGRANTES. *A Época*, nº 02, p. 01, ano I, 13 abr. 1878.

²⁰⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 10.

no *A Imprensa* em 1877, afirmando: “a calamidade que nos ameaça e que se tornará mais prejudicial a nós por termos de socorrer com os minguados recursos da comarca o grande número de emigrantes do Ceará, já por aqui a farinha tem subido de preço (...)”.²⁰¹

Domingos Neto e Geraldo Almeida, na já citada obra *Seca Seculorum*, teceram uma interpretação bem objetiva a esse respeito: analisando, alguns documentos aos quais se teve acesso, os autores afirmaram:

Os dramas sociais relacionados ao clima que constam na história piauiense até 1877, foram, sem exceção, devido à chegada de imigrantes, sobretudo cearenses. Vagas de famintos de outros estados adentraram o território piauiense em busca de refúgio, alimentando as crônicas das tragédias locais. Mesmo após 1877, e ainda por longo tempo, o Piauí viria a desempenhar um notável papel de anteparo às periódicas perturbações da economia de seus vizinhos, atuando sempre no sentido de preservação da mão de obra ameaçada. Os problemas clássicos da “seca nordestina”, surgiram então, no Piauí, não devido a fatores internos, mas sim em razão dos retirantes de outros Estados. Para todos os efeitos, o drama vinha de fora.²⁰²

A análise dos autores atribui todo o agravamento das consequências da seca no Piauí à chegada dos emigrantes. Por essa perspectiva, sem eles, as secas não teriam causado impacto no Piauí e a fome não teria afetado sua população. Os autores são taxativos em generalizar uma situação que abrange um território imenso, como o do Piauí, e suas diversificadas condições locais. Quando teci uma extensa discussão sobre as bases econômicas piauienses, buscou-se relacionar esse fato apresentado acima. É certo que o impacto significativo que a chegada dos cearenses causava ao adentrarem o Piauí não pode ser descartado, mas não se deve atribuir unicamente a eles a escassez de alimentos, muito menos a fome generalizada que se estabeleceu em muitas localidades. Algumas vilas piauienses, é certo, quando apontou a seca de 1877, tinham mantimentos que seriam suficientes para a alimentação local por algum tempo, mas dificilmente para sustentar uma seca que durou três anos.

Sabe-se que nem todas as localidades foram atingidas da mesma forma pela seca climática, mas quase todas foram em certo momento visitadas pelos migrantes, tanto as mais prósperas como as que possuíam economia mais simplificada. Embalados pelos discursos dos cronistas da época, a impressão que se é tentado a afirmar é esta dos autores: os cearenses foram responsáveis pela fome que se alastrou no Piauí, pois foram eles quem a trouxeram!

No entanto, se analisado no sentido mais amplo, a economia do Piauí não tinha estrutura básica para resistir a uma seca tão prolongada, e com ou sem os cearenses, a fome

²⁰¹ O DR. JUIZ DE DIREITO (...). *A Imprensa*, nº 507, p. 02, ano XII, 30 mai. 1877.

²⁰² DOMINGOS NETO, Manuel e BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum*: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987, p. 33.

iria se manifestar em algum momento à população pobre local, que impossibilitada de produzir pela falta de chuvas e sem excedentes, possivelmente iriam, da mesma forma, minguar à fome, talvez em algum momento mais tarde, ou até não, mas iriam depender da mesma forma dos Socorros Públicos.

Os problemas decorrentes da seca no Piauí não podem ser atribuídos somente aos emigrantes, mas à própria condição de província criadora. A carne por si só não era suficiente para alimentar uma população de mais de duzentas mil pessoas. Eram necessários cereais, estoque, agricultura planejada, algo que a província não conhecia.

Embora tenha chovido em algumas localidades ao longo de 1877 e 1878, permitindo alguma produção, essa era insuficiente para alimentar qualquer que fosse uma quantidade mais ampla de pessoas. A economia do Piauí era quase sempre cambaleante e frequentemente enfrentava déficits, o que impedia de abrir grandes créditos para socorrer os migrantes, embora os tenha ajudado sempre que necessário. O comércio também era reduzido. As exportações dependentes das oscilações do mercado externo. Em Teresina, o comércio era “monopolizado pela praça do Maranhão”,²⁰³ sendo considerada por alguns como uma “cidade que servia para abrigar funcionários públicos”.²⁰⁴

Como demonstrei, os recursos enviados pelo Império também eram minguidos e insuficientes para atender à população necessitada. Poucas obras foram realizadas com os recursos dos socorros, nenhuma de grande vulto como as desenvolvidas no Ceará, como, por exemplo, a construção de vias férreas. Todo um complexo que envolve uma estrutura mais ampla, englobando a política, a economia e a sociedade locais, também contribuiu para o agravamento da fome. Apontar os cearenses como únicos produtores do “drama” piauiense é analisar toda uma conjuntura de maneira simplificada, até porque a mão de obra poderia e foi utilizada no Piauí como produtora de riqueza, não só nas poucas obras públicas, mas também na produção agrícola.

²⁰³ Notícia sobre as comarcas da Província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In*: Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885, p. 223.

²⁰⁴ O romance *Um manicaca* critica o desinteresse da população de Teresina em desempenhar atividades manuais que gerassem renda. Na fala entre Luís Borges e Araújo, fica evidente a crítica do autor aos que ele enxergava como predileção do teresinense ao comércio e às letras: “todo mundo só quer vender, ninguém quer produzir; todo mundo quer ser doutor: (...). Ou teremos de ver bacharéis tocando forjas de ferreiro, batendo sola, desbastando madeira, vendendo lenha, ou então, é preciso que uma raça venha tomar conta das oficinas desertas. (...) é o exército do proletariado das letras que toma posições à espera do momento de atirar-se aos cofres públicos” (NEVES, 2012, p. 54).

Como expus anteriormente, embora se reconheça que havia a migração de retorno após as secas e que a proximidade entre as duas regiões possibilitava isso com mais facilidade, principalmente para os cearenses mais pobres que migravam com toda a sua família, havia poucas motivações para voltarem ao Ceará quando eram acolhidos no Piauí e podiam se estabelecer em algum pedaço de terra.

Não necessariamente se pode dizer que o Piauí era um depósito de “reserva de braços”, pois também fez uso temporário e permanente da mão de obra cearense. Se isso não foi feito com mais intensidade, foi devido à posição de estagnação no desenvolvimento econômico e tecnológico da província, o que inviabilizou o uso da mão de obra abundante que chegava em tempos de seca para retê-la em prol do próprio enriquecimento.

Algumas iniciativas nesse sentido puderam ser vistas com a criação dos Núcleos Coloniais, que empregaram a mão de obra de milhares de cearenses em fazendas e sítios nos arredores de Teresina, além de outros que iam se fixando nas terras de pessoas que permitiam que as famílias cearenses ficassem e cultivassem. Importante foi a solicitação feita em novembro de 1877 pela vila de Santa Filomena. Localizada na fronteira com o Maranhão, margeando o rio Parnaíba no sudoeste piauiense, gozava naquele momento de relativa tranquilidade econômica e climática a ponto de solicitar ao governo para desviar para aquela localidade o percurso de parte da migração cearense:

Lembro-lhes a conveniência de chamar atenção do governo, a fim de encaminhar parte dos emigrantes das vizinhas províncias flageladas pela seca, para este município, que tem capacidade para receber a todos, visto a extensão e fertilidade do seu solo. Como é geralmente sabido, o clima daqui é ameno e talvez o mais salubre desta província. É fácil ao governo transportar esses emigrantes, na estação presente em vapores da companhia, que nem tropeço encontrarão para chegar até aqui (...). Com isto, far-se-á um grande benefício àquela infeliz gente e também a este lugar que terá a conveniência de ficar mais depressa habitado, e assim aproveitadas as suas matas, acompanhadas sempre de grandes correntes as quais até hoje tem jazido em abandono por falta de braços que as cultivem ou de população que as anime com o seu laborioso movimento.²⁰⁵

Esta solicitação indica que no Piauí não só existiam regiões que não sentiam os impactos da seca, nem climática, nem social, como já citei anteriormente, mas também alerta para o fato de que em algum lugar existia trabalho disponível para ser executado, dependendo da disponibilidade de mão de obra e investimentos no desenvolvimento do potencial de riqueza que possuía a província. Se o Ceará lamentava a perda de braços, o Piauí, antes de lamuriar o ganho populacional, caso possuísse estrutura para reter essa massa de migrantes,

²⁰⁵ S. FILOMENA. *A Imprensa*, nº 524, p. 04, ano XIII, 19 nov. 1877.

não a veria como agravadora dos problemas locais, podendo direcioná-la para as regiões próximas aos rios que continuaram permitindo a produção agrícola, mesmo enquanto a seca permanecia em algumas partes do próprio Piauí e do Ceará.

Em Relatório apresentado ao presidente da Província do Piauí, José de Araújo Costa, por uma comissão designada para estudar as providências que “lhe parecessem mais proveitosas” em relação aos emigrantes existentes no Piauí, apresentou a seguinte conclusão:

É um princípio da economia política geralmente seguido que – o acréscimo da população de um país é um grande bem porque é ao mesmo tempo um aumento de sua força produtiva, – não há dúvida, pois que a grande corrente de emigração cearense seria um benefício transcendente para a província, se a colheita do ano passado tivesse sido abundante, e não houvesse o flagelo da seca assolando também grande parte dos municípios como os de Príncipe Imperial, Independência, Jaicós, Picos, S. Raimundo Nonato e São João, aqueles quase despovoados, e toda a zona que se limita com as províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Esses males, acompanhados de um inverno tardio, como o atual são causas mais que suficientes para inibir a esta província de auferir as vantagens inerentes à emigração que ora possui. E., V. Exc., conhecedor, como é, e sabendo perfeitamente que é ela mais criadora do que agrícola, não pode deixar de reconhecer que uma fluência excedente de vinte mil emigrantes, quase de chofre, e em tão críticas circunstâncias, foi um grande mal, em vez de um bem. Para que a província pudesse ver prosperar a sua riqueza com a produção relativa ao aumento de braços que recebeu, seria preciso que a subsistência do agricultor lhe fosse proporcionada pelo seu trabalho, e que ela possuísse algumas fontes de indústria manufatureira e comercial. Mas atrasada como se acha, a ponto do jornaleiro não ganhar nos anos ordinários se não o que é restritamente necessário para viver, terá de morrer de fome não pequena parte de sua população, quando forem esgotados os minguados recursos que lhe restam, se o governo não lhe fornecer grande quantidade de cereais.²⁰⁶

Em posse disso, é evidente, mais uma vez, que culpar a migração cearense pelas consequências da seca no Piauí é ignorar as causas mais amplas que possibilitaram o agravamento da crise. Embora reconheça o abalo causado pela chegada da massa migratória na década de 1870 e de 1880, as condições econômico-administrativas que historicamente estavam estabelecidas no lugar fizeram com que a migração fosse prejudicial ao Piauí naqueles momentos. Posso pensar também que a forma como a imprensa divulgava as cenas que eram vistas em quase todo o Piauí contribuiu para a formatação desse imaginário. Juntando-se a uma camada pobre já existente, que também vivia do trabalho na terra dos grandes proprietários sem acumular riqueza, sendo explorada quase em condições similares à dos cearenses migrantes, teve-se como resultado o engrossamento da população que começava a passar fome.

²⁰⁶ THEREZINA, 05 DE MARÇO DE 1878. *A Imprensa*, nº 534, p. 02, ano XIII, 14 mar. 1878.

Os jornais locais, em meio às suas disputas políticas, usavam a condição da população migrante e piauiense para atacar os seus rivais que se encontravam no poder, alimentando as crônicas políticas e ignorando o debate sobre as questões mais complexas acerca da estrutura econômica do Piauí que o tema suscitava. *A Imprensa e A Época* eram um campo amplo para esse debate. Longe de cobrar recursos para a construção de grandes obras que proporcionasse o desenvolvimento do Piauí, como propôs o Projeto Pompeu-Sinimbu, os jornais piauienses ocupavam-se quase sempre em exigir do poder público, quando lhe era conveniente, assistência aos migrantes com a distribuição de alimentos.

Quando as posições na cadeira do executivo provincial eram trocadas, o discurso se modificava, passando a achar malfeitorias na gestão da seca no mandato anterior e exaltando medidas muitas vezes superficiais e de efeito de curto prazo, apenas para minorar os efeitos do sofrimento dos migrantes momentaneamente.

O poder público e a imprensa não souberam colocar o Piauí em papel de destaque, nem para repensar a sua condição econômica, que seguia com poucos avanços desde os seus primórdios, como também não souberam usar o fenômeno para angariar recursos do Império, como fez o Ceará, dada a sua pequena representatividade política.

A fala do presidente Sancho Barros Pimentel em 1878 reforça o tom conformista da condição econômica da província, sem apresentar projetos que repensassem o desenvolvimento local em longo prazo. Segundo ele, se por um lado “a sustentação do imigrante custa aqui talvez menos do que em qualquer outra província por haver sempre na falta do mais, carne muito barata, por outro é certo que sendo uma província criadora e não agricultora, mais difícil, senão impossível, é achar trabalho”.²⁰⁷

Optou-se pelo discurso de província pobre e vítima dupla da seca e da presença dos migrantes, continuando exposto o Piauí a fenômenos da mesma natureza em datas futuras, como ocorreu em 1889, quando mais uma vez a seca atingiu a região causando consequências até certo ponto mais agravantes. O indicado na documentação, que mostra a entrada de cearenses mais expressiva na seca de 1877-1879, é mais um dado que reforça não ter sido a afluência dessa população a condição única para a crise que se estabeleceu no Piauí, pois a seca por si só era capaz de afetar as suas parcas estruturas econômicas e sociais vigentes na segunda metade do século XIX.

Reforça isso o fato de que ao longo da seca de 1888-1889, muitas comarcas do Piauí foram atingidas, com relatos de morte do gado e inviabilização das colheitas, causando

²⁰⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 12.

problemas econômicos significativos da mesma forma que na seca anterior, e, ao contrário da década de 1870, serem mais escassos os registros da chegada de cearenses ao Piauí.

03 Dois migrantes no Piauí: Francisco Rodrigues Lima Bastos e André Jacome da Paz

Das várias famílias cearenses que migraram em direção ao Piauí entre 1877 e 1878, algumas ganharam registros mais específicos por serem lideradas por pessoas que possuíam influência política e determinado *status* social no Ceará. Ao chegarem ao Piauí, utilizaram a sua condição preexistente para ocupar cargos públicos e atuar em prol da assistência à população afetada pela seca. Adentrando o território piauiense no ano de 1877, um ao sul, em Oeiras, e o outro ao norte, em Campo Maior, o bacharel em direito, Francisco Rodrigues Lima Bastos e o político André Jacome da Paz trouxeram consigo familiares e pessoas do local onde viviam, dispostos a estabelecer contatos a fim de preservar a sua posição social naquele momento dificultoso.

Mais limitada em relação à Lima Bastos, mas bem mais ampla acerca da vida e da atuação profissional de André Jacome, a documentação permite acompanhar a trajetória dos dois migrantes durante e após a passagem pelo Piauí. Permaneceram nessa província enquanto duraram as consequências mais diretas da seca, voltando ao Ceará à medida que as circunstâncias lhes possibilitaram. Com raízes fincadas no Ceará, nesses dois casos, constata-se o interesse em ficar no Piauí apenas pelo tempo que lhes foi conveniente. Retornaram da mesma forma que muitas pessoas que se diferenciavam dos demais pelo poder aquisitivo, para retomar suas carreiras em terras cearenses.

Enquanto estiveram no Piauí, ambos ocuparam cargos públicos. Porém é identificável que, pela sua articulação política mais densa, André Jacome da Paz teve mais sucesso como migrante e, por isso mesmo, foi alvo dos cronistas políticos da época. Ambos foram atacados pela imprensa local por suas aspirações políticas liberais. Inclusive, a sua condição como migrante foi utilizada de forma pejorativa a fim de rebaixá-los no desempenho das suas funções.

Francisco Rodrigues Lima Bastos auferiu o título de bacharel em direito pela Academia de Pernambuco em 1845.²⁰⁸ Casado com D. Felisbela de Lima Bastos, perdeu a esposa em trabalho de parto, em maio de 1873, na vila de Saboeiro, onde residiam.²⁰⁹ Ao longo de sua vida, ele ocupou diversos cargos públicos ligados à sua área de formação, como juiz e promotor. Atuou como advogado em vários momentos, além ter assumido cargos eletivos, possuindo importante mando político nas comarcas onde executou o seu ofício, colecionando quase sempre muitos desafetos políticos.

A sua atuação como servidor público é registrada nos documentos a partir de 1847, quando foi nomeado, através de carta imperial de agosto daquele ano, para o cargo de juiz municipal dos órfãos do termo de S. João do Príncipe.²¹⁰ Na década seguinte, já obteve sucesso na carreira política cearense, ocupando a cadeira de deputado provincial no biênio de 1850-1851 e como suplente da mesma assembleia no biênio 1858-1859.²¹¹ Entre o primeiro e o segundo período como deputado, foi conduzido da comarca de Inhamuns, no Ceará, para a de Príncipe do Seridó, no Rio Grande do Norte. Por lá ficou desempenhando a função de juiz municipal dos órfãos dos termos reunidos de Príncipe e Acari até 1858, quando pediu exoneração.²¹²

O retorno de Lima Bastos a Saboeiro e a nomeação para cargo de promotor fizeram parte das articulações para que sua família, apelidada nos jornais de “carcarás”, voltasse a ocupar os cargos existentes naquela comarca, onde possuíam rivalidade com outra importante família local, os “Feitasas”.²¹³

As desavenças políticas, a perseguição aos opositores e as acusações de fraudes foram comuns na trajetória política e profissional de Lima Bastos. Em 1866, foi demitido pelo presidente da Província do Ceará, em virtude das representações documentadas enviadas ao mesmo “contra as picardias e violências praticadas”, enquanto atuava como delegado de polícia em Saboeiro.²¹⁴

No entanto, no embalo das oscilações políticas imperiais e das articulações que possuía em âmbito local, mudando a sua simpatia conforme seus interesses, seja para o lado liberal ou conservador, Lima Bastos foi reconduzido e ocupou o cargo de delegado e

²⁰⁸ BACHARÉIS (...). *Cearense*, nº 224, p. 02, ano XXXVII, 16 nov. 1882.

²⁰⁹ FALLECIMENTO. *Cearense*, nº 45, p. 01, ano XXVII, 08 jun. 1873.

²¹⁰ EXPEDIENTE (...). *Cearense*, nº 80, p. 01, ano ?, 02 set. 1847.

²¹¹ BIENNIO DE 1850-1851 e BIENNIO DE 1858-1859. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará para o ano de 1873*. Ano II, pp 61 e 63. Fortaleza, 1873.

²¹² EM DIAS DO MÊS (...). *Cearense*, nº 865, p. 04, ano IX, 14 set. 1855, e FOI CONCEDIDA (...). *Cearense*, nº 1160, p. 03, ano XII, 21 set. 1858.

²¹³ O PEDRO II (...). *Cearense*, nº 1185, p. 01, ano XIII, 17 dez. 1858.

²¹⁴ NOTICIÁRIO. *A Constituição*, nº 32, p. 01, ano III, 17 dez. 1866.

promotor de Saboeiro em vários momentos, continuando, assim, a perseguir os seus desafetos quando estava no poder.

Em outubro de 1876, foi novamente nomeado para o cargo de promotor público de Saboeiro.²¹⁵ O jornal *Cearense*, que em muitas outras ocasiões havia denunciado suas arbitrariedades como delegado, promotor e político enquanto atuou nas comarcas de Saboeiro e Inhamuns, desta vez teceu uma nota elogiosa acerca da nomeação. Nessa época, as afinidades políticas já haviam feito com que o jornal liberal mudasse o discurso em relação ao bacharel.

Em 1877, uma vez que a seca dificultou a sobrevivência no Ceará, até mesmo para os mais abastados, Lima Bastos buscou “refúgio” no Piauí, juntamente com outras famílias “de boa gente”. Possivelmente acreditando na possibilidade de um retorno para o mesmo posto, o promotor emigrou após a concessão de uma licença de dois meses pelo presidente da Província do Ceará.²¹⁶

As primeiras notícias da chegada de Lima Bastos no Piauí, em Oeiras, datam de agosto de 1877. Como as informações publicadas nos jornais teresinenses, trazidas do interior, quase sempre eram publicadas com semanas de atraso, é possível que ele e sua família tenham emigrado algum tempo antes disso. Sua condição, juntamente com sua família, foi exposta pelo *A Imprensa*, em tom de penosidade, buscando causar comoção do leitor para a situação em que ele se encontrava: sua “pobre e numerosa família” era constantemente mencionada com a finalidade de chamar a atenção para um sofrimento que eles passavam, quase equiparado ao que vivenciavam os pobres que se abrigavam debaixo das árvores ao chegarem ao Piauí.

Uma das notas publicadas a respeito do assunto dizia o seguinte:

(...) O Dr. Francisco Rodrigues Lima Bastos, que não podendo resistir a seca em sua província – o Ceará –, para aqui emigrou com sua numerosíssima família. É casado e tem 13 filhos, inclusive uma moça paralítica. Calcule pois as dificuldades com que tem lidado esse homem, que já tem feito três quadriênios de juiz municipal, afora outros de promotor. O foro por aqui nada rende aos advogados: como, pois poderá subsistir essa família, se o chefe da mesma não puder obter uma promotoria (...)? O Dr. Lima Bastos não poderá convir – senão a daqui ou de lugares próximos a esta cidade: pois não pode ele transportar para longe a sua pesada bagagem.²¹⁷

A escolha de Lima Bastos por Oeiras segue o mesmo padrão do percurso de muitas outras famílias. A proximidade geográfica contribuía para que aquela cidade fosse o primeiro

²¹⁵ PROMOTOR PÚBLICO. *Cearense*, nº 105, p. 03, ano XXX, 19 out. 1876

²¹⁶ OFFÍCIOS. *Mercantil*, nº 57, ano III, 20 ago. 1877

²¹⁷ OEIRAS. *A Imprensa*, nº 516, p. 04, ano XIII, 31 ago. 1877.

ponto de chegada de muitos cearenses. Compondo uma família que ao todo possuía 14 pessoas, as dificuldades de se deslocar para lugares mais distantes, para além de Oeiras, tornavam-se um desafio maior, visto as dificuldades de locomoção impostas pelas péssimas estradas que conduziam aquela localidade a outros pontos do Piauí.

Viúvo em 1873, Lima Bastos já havia contraído novas núpcias, sendo possível que grande parte dos seus filhos fosse ainda crianças e adolescentes. Entre eles, consegui localizar os nomes de Benjamim Olegário, Gonçalo Aprígio, Manoel Lafayete, José de Lagos, Theobaldo Augusto, Gregório Magno, Felisbella Rodrigues e Francisco Ramiro Lima Bastos.²¹⁸ Destes, Gregório Magno de Lima Bastos faleceu em 1889, aos 32 anos.²¹⁹ Vítima de “padecimentos pulmonares”, Benjamim faleceu em 1892,²²⁰ aos 29 anos, e Felisbella Rodrigues, em 1894, aos 21 anos de idade.²²¹ Pela idade em que faleceram, no ano da migração, os três possuíam idades respectivas aproximadas de 20, 14 e 04 anos. Da família emigrante de Lima Bastos, também foi possível localizar informações a respeito de Francisco Ramiro e Gonçalo Aprígio; o primeiro desempenhando a função de tenente e o segundo nomeado como escrivão de São Matheus, em 1889.²²² Possivelmente conseguiram esses cargos por influência do pai, que nessa época ainda possuía vida política bastante movimentada.

Conforme relatado pelo jornal *A Imprensa*, ainda que fosse de família abastada, Lima Bastos também enfrentava grandes dificuldades. Embora não fique explícito, suponho que ele teve algum ponto de apoio na cidade onde foi recebido com sua família e pôde fazer repouso. É possível que existisse algum amigo ou partidário político naquele lugar que lhe deu suporte na sua chegada, não ficando ele e sua família ao relento, da forma como estavam centenas de famílias pobres. Devido às condições limitadas de empregabilidade do local, era inviável se estabelecer em Oeiras, restando a ele procurar uma vaga em cargo público.

Para esse feito, era necessário que o cenário político governamental no Piauí fosse favorável. Na tentativa de se arranjar economicamente, Lima Bastos deixou a sua família em Oeiras e dirigiu-se à Teresina, poucos dias após a sua estada na província. Na capital, ficou hospedado na casa do “ilustrado colega” do jornal *A Imprensa*, Dr. Valente, possivelmente um liberal, para assim ser adjetivado pelo noticioso, ativando a sua provável rede de contatos políticos ou amizades que já possuía no Piauí previamente.

²¹⁸ VÍTIMA (...). *A República*, nº 204, p. 03, ano I, 21 dez. 1892.

²¹⁹ FALLECEU. *Gazeta do Norte*, nº 229, p. 01, ano VI, 21 out. 1889.

²²⁰ VÍTIMA (...). *A República*, nº 204, p. 03, ano I, 21 dez. 1892.

²²¹ EM 15 (...). *A República*, nº 126, p. 02, ano III, 06 jan. 1892.

²²² FOI (...). *Gazeta do Norte*, nº 194, p. 02, ano X, 03 set. 1889.

A viagem de Lima Bastos a Teresina teve um motivo claro: foi “entender-se pessoalmente com o presidente da província, na esperança de poder conseguir uma promotoria pública, em qualquer das comarcas que lhe fiquem próximas”.²²³ Nesse período, o liberal Francisco Bernardino Rodrigues Silva havia assumido a presidência há poucos dias. A situação de Lima Bastos foi constantemente divulgada pelo *A Imprensa*, que lamentava o seu estado atual e reforçava a necessidade de que ele fosse bem acolhido no Piauí. Por outro lado, o jornal *A Época* frequentemente fazia referências irônicas e críticas à presença de Lima Bastos e aos cargos que ele ocupou no Piauí.

Ao “seguir a trajetória” de Lima Bastos em solo piauiense, o jornal liberal tomou para si o exemplo de um migrante que possuía influência política, formação acadêmica e uma determinada posição econômico-social, tratando-o como digno de atenção pelo poder público, quase como fez em alguns momentos em relação aos pobres, pois, igualmente, ele e sua família eram afetados pelo mesmo fenômeno.

Noticiar o seu estado pode ter sido uma forma de pressionar o governo para sua nomeação, como levou ao público, “a situação do Sr. Dr. Lima Bastos (...) era digna realmente do maior interesse – da parte daqueles que ainda tem coração para se doerem pelos males alheios”. Na mesma nota, rogava a Deus para que o presidente da província acolhesse o advogado “benignamente, como é de esperar”.²²⁴ Ao que indica o jornal, Lima Bastos ficou algumas semanas em Teresina, embarcando em setembro no vapor para Amarante, e de lá retornando a Oeiras. Os resultados junto ao presidente da província, pelo menos imediatos, não foram alcançados, pois ele voltou levando apenas “a esperança de ser oportunamente atendido em suas pretensões, aliás, muito justas”, segundo *A Imprensa*.²²⁵

Os resultados vieram menos de dois meses após a solicitação de um cargo, quando foi nomeado promotor público da comarca da Piracuruca.²²⁶ Em dezembro de 1877, Lima Bastos teve uma nova nomeação; dessa vez, para o Ceará. Deveria ele retornar a sua província para assumir o cargo de juiz municipal “dos termos reunidos de Quixeramobim e Riacho do Sangue”. A nova função foi considerada pelo jornal aliado “um ato de justiça do governo imperial”. Mesmo auferido o novo emprego, Lima Bastos continuou em solo piauiense com sua família, pois avaliou-se impossível que ele tomasse posse do cargo naquele momento,

²²³ ESTADA. *A Imprensa*, nº 516, p 04, ano XIII, 31 ago. 1877.

²²⁴ ESTADA. *A Imprensa*, nº 516, p 04, ano XIII, 31 ago. 1877.

²²⁵ PARTIDA. *A Imprensa*, nº 518, p 04, ano XIII, 25 set. 1877.

²²⁶ PROMOTOR DE PIRACURUCA. *A Imprensa*, nº 523, p 04, ano XIII, 10 nov. 1877.

“por causa da devastadora seca”. Tendo que permanecer no Piauí, lutando, segundo o jornal, “com grandes dificuldades para se poder manter e a sua numerosa família”.²²⁷

Mesmo nomeado para ocupar cargos públicos no Piauí e no Ceará, Lima Bastos permaneceu estancado em Oeiras por mais alguns meses. Em fevereiro do ano seguinte, *A Imprensa* voltou a dar destaque ao estado em que se encontrava o cearense, dizendo que “o Dr. F. R. Lima Bastos está reduzido aos últimos apuros da desgraça com sua honrada família. *A Imprensa* devia já ter soado esses indignos presidentes partidários que deixaram a numerosa família de um colega reduzir-se a este estado”.²²⁸ É possível, de fato, que ele e sua “família numerosa”, ao que tudo indica, ainda fixados em Oeiras, estivessem passando por algumas provações. Vivendo no Piauí há cerca de um semestre e ainda desempregado, se possuía reservas, estas já poderiam estar se esvaindo. Na antiga capital, a alimentação era escassa e cara. A menos que recorresse à Comissão de Socorros Públicos ou recebesse ajuda de algum particular, certamente era dificultoso para aquela família emigrante manter o padrão alimentar que supostamente possuíam quando viviam no Ceará antes da seca.

Embora os cargos tenham sido disponibilizados em seu nome, naqueles meses foi impossível Lima Bastos empreender uma nova migração, seja para Piracuruca ou retornando para o Ceará. *A Imprensa* continuou lamentando o estado em que supostamente deixava-se que aquela família permanecesse, chegando a culpar o governo da província por não oferecer emprego em uma comarca mais próxima de onde ele se encontrava.

Embora tenha recebido toda visibilidade dada ao caso – algo feito de modo individual, enquanto a de centenas de outros cearenses era feita de modo coletivo – migrar para o Piauí não livrou Lima Bastos, pelo menos por alguns meses, das dificuldades que a seca provocou na população do Ceará e do Piauí. É certo que sua condição não pode ser igualada à da população pobre que esmolavam o pão da caridade de porta em porta, vivendo, adoecendo e morrendo embaixo das árvores, mas o advogado foi submetido a algumas privações juntamente com sua família e necessitou da ajuda de terceiros; é possível que não se sentisse confortável em ter a sua situação exposta nos jornais piauienses.

Enquanto esteve à espera de ocupar um cargo, Lima Bastos não deixou de levantar sua bandeira política em solo piauiense durante a sua estada em Oeiras. Em janeiro de 1878, quando chegou ao poder do Império o gabinete liberal, os políticos locais fizeram algumas comemorações em Oeiras, e Lima Bastos participou ativamente da festa. Em tom eufórico, as comemorações foram assim descritas pelo *A Imprensa*:

²²⁷ JUIZ MUNICIPAL. *A Imprensa*, nº 526, p 04, ano XIII, 10 dez. 1877.

²²⁸ JÁ SE MORRE A FOME. *A Imprensa*, nº 531, p 04, ano XIII, 06 fev. 1878.

No dia seguinte (*à chegada da notícia ao Piauí, em 08 de janeiro, da queda dos conservadores*) pelas 6 horas da tarde, acharam-se (...) reunidos em casa do seu principal chefe, Tenente-coronel Jesuíno de Moura, todo o pessoal do partido residente nesta cidade, e depois de servirem-se refrescos e licores, saíram em passeata pelas ruas mais publicas desta velha Oeiras tendo a frente a melhor música de pancadaria e subindo aos ares extraordinário número de foguetes. A passeata durou até quase meia noite, por que além de ser longa a excursão, teve de demorar-se em casa de nossos dignos amigos Dr. Newton Burlamaque, Achilles Pereira Ferraz e major Hollanda, que igualmente ofereceram aos seus correligionários refrescos, finos licores e houveram muitas locuções entusiásticas e magníficas, sendo estas pronunciadas pelos Drs. Newton Burlamaque, Lima Bastos, Major Holanda (...).²²⁹

Esta passagem evidencia que Lima Bastos manteve as suas aspirações políticas ativas no Piauí. Pela descrição, é possível imaginar o que ocorreu nas salas de reuniões na casa de cada um dos anfitriões, assim como as comemorações que ocorreram em público. O dia festivo parece ignorar a seca e a grande quantidade de migrantes que tomavam conta das ruas de Oeiras, e a própria condição em que se encontrava o migrante Lima Bastos é esquecida.

O próprio jornal, naquele mesmo número, trouxe outras notas a respeito da seca, das doenças e da fome em Oeiras. Embora a festa seja noticiada em data retroativa, a situação social em que se encontrava a cidade à época da comemoração política não era diferente. Ao tomar a palavra em discurso naquele momento de importância política para o país e para a elite local, evidencia-se que Lima Bastos possuía boa circulação entre a elite política oeirense, compartilhando com eles aqueles momentos de sociabilidades, descartando-se entre os demais pelo seu posicionamento.

Em relação à ocupação de um cargo público por Lima Bastos, a provisoriedade com que se dava a ocupação dos cargos de presidente da província também pode ter contribuído para esses longos meses no ostracismo. Somente em fevereiro de 1878, foi nomeado para a comarca de Jaicós.²³⁰

Entre agosto do ano anterior e o referido mês do ano seguinte, o Piauí foi governado por, além de Francisco Bernardino, quando Lima Bastos foi nomeado para Piracuruca, também pelo Barão de Campo Maior, Raimundo Mendes de Carvalho e José de Araújo Costa. Este último permaneceu no cargo por pouco menos de dois meses e, no segundo dia de mandato, finalmente possibilitou que Lima Bastos ocupasse o cargo de promotor público em

²²⁹ PUBLICAÇÕES GERAES. *A Imprensa*, nº 534, p. 01, ano XIII, 14 mar. 1878.

²³⁰ PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 534, p. 01, ano XIII, 14 mar. 1878.

um termo mais próximo de onde estava desde que chegou ao Piauí, entrando em exercício do cargo em 25 de março de 1878.²³¹

Mesmo com um histórico importante da política cearense, Lima Bastos não teve facilidades imediatas em ingressar no serviço público piauiense. É de se levar em conta que a condição econômico-social em que se encontrava a província pode ter contribuído para a essa situação, mas, além disso, vê-se que com o “troca-troca” de presidentes da província, a importância política que Lima Bastos possuía no Ceará foi ignorada, valendo-se eles mais de acudir os correligionários piauienses, visto que em algumas comarcas existiam juízes leigos ocupando cargos que podiam ser oferecidos a Lima Bastos. Pesa contra ele também a dificuldade de locomoção dentro da província, o que inviabilizava que assumisse emprego em comarcas muito distantes de onde estava situado com sua família. Mesmo assim, é bom destacar que ao optar pelo Piauí, os emigrados cearenses considerados ricos, assim como os ditos pobres, sem posse da terra e sem emprego, também poderiam visar conseguir trabalho na província vizinha.

Após meses em exercício, Lima Bastos, em setembro de 1878, recebeu licença “com ordenado” por 30 dias para tratar de sua saúde,²³² retomando ao posto somente quase dois meses depois.²³³ Em 17 de dezembro, foi publicada a sua exoneração, após ter sido nomeado para o cargo de juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de São Mateus e Telha, no Ceará,²³⁴ também não muito distante de onde estava no Piauí.

A exoneração de Lima Bastos durante o curto mandato do vice-presidente Constantino Luís da Silva Moura, que se estendeu de 13 a 19 de dezembro de 1878, foi explicada pela *A Imprensa* como motivada pela nomeação do decreto imperial para assumir os termos limítrofes ao Piauí na província cearense. No entanto, o jornal *A Época* questionou essa versão, afirmando que a demissão foi causada por um descaso dos seus próprios correligionários com a situação de Lima Bastos.

Obtendo a primeira nomeação para Quixeramobim, ainda enquanto os conservadores estavam no poder no Piauí, Lima Bastos, já nomeado para Piracuruca, embora não pudesse assumir em nenhuma das localidades, só foi exonerado do cargo que não ocupava quando foi conduzido para o termo de Jaicós. A segunda nomeação que o designava para o Ceará desta vez foi motivo para a exoneração do posto que ocupava. A demissão, segundo explicou o jornal, se deu por motivos políticos: na necessidade de satisfazer os interesses locais, o lugar

²³¹ PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 534, p. 03, ano XIII, 14 mar. 1878.

²³² PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 561, p. 01, ano XIV, 04 out. 1878.

²³³ PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 571, p. 01, ano XIV, 14 dez. 1878.

²³⁴ PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 574, p. 01, ano XIV, 08 jan. 1879.

de Lima Bastos foi esvaziado para promover “um filhote da situação”, “filho de um vulto político dos sertões de Jaicós”.²³⁵

Questionando a exoneração, *A Época* perguntou: “Como que hoje são mais favoráveis as condições de fortuna do Dr. Lima Bastos? De fevereiro para cá já melhoraram consideravelmente, ao ponto de já poder ele transportar-se a vila de Telha, apesar de não terem desaparecido as causas que naquela época o tornavam tão desgraçado (...)?”. Em resposta às suas perguntas, o jornal respondeu: “(...) o Dr. Lima Bastos ainda está nas mesmas condições de outrora”.

Em um texto recheado de críticas ao governo liberal no Piauí, o jornal atribuiu a demissão de Lima Bastos unicamente às articulações políticas locais. Se isso se deu dessa forma, o “emigrante”, como ele foi algumas vezes referido pelo noticioso conservador, teve seu prestígio político suplantado em meio à crise econômico-social que se instalava no Ceará e Piauí. O jornal, com bastante objetividade em relação ao assunto, não poupou Lima Bastos para criticar o governo liberal, referindo-se diretamente a ele, aconselhou:

O Dr. Lima Bastos, vá chorar na cama que é lugar quente, ou então arraste-se se quiser e puder, com sua numerosa e paupérrima família ao juizado municipal de Telha, aonde a esta hora, além da seca medonha, talvez se haja desenvolvido varíola, que assola por todos os lados a e infelicíssima vizinha província do Ceará. Resigne-se e sofra dos correligionários o que nunca experimentou dos adversários; aceite o fruto da coerência regeneradora; e, se não lhe agradar, queixe-se ao bispo (...).²³⁶

O período que vai desde a chegada de Lima Bastos no Piauí, no começo do segundo semestre de 1877, ao início do primeiro semestre de 1879, foi marcado por poucas alterações na condição em que veio do Ceará com sua família. Em boa parte do tempo, permaneceu em Oeiras, desempregado à espera de uma posição favorável do seu grupo político. As suas nomeações nesse meio-tempo foram inviabilizadas, só assumindo a promotoria de Jaicós no ano seguinte, onde permaneceu no cargo por alguns meses. Mesmo após o fim do breve governo do Dr. Constantino Moura, Lima Bastos não foi mais reconduzido a nenhum cargo público no Piauí. É possível que seu estado financeiro àquela altura já estivesse na penúria. Ex-deputado provincial do Ceará, Lima Bastos empreendeu uma nova migração, retornando ao seu local de origem, mesmo estando a província cearense ainda vivenciando os efeitos da seca.

²³⁵ COHERENCIA REGENERADORA. *A Época*, nº 42, p. 01 e 02, ano II, 18 jan. 1879.

²³⁶ COHERENCIA REGENERADORA. *A Época*, nº 42, p. 02, ano II, 18 jan. 1879.

De volta ao Ceará, ocupou o cargo de juiz municipal em São Matheus, Telha e Iguatu, além de ter sido nomeado para a promotoria de Cascavel e Assaré em 1891. Por onde passou, foi motivo de denúncias nos jornais cearenses pelas atitudes persecutórias aos seus adversários e o uso do poder para benefício próprio e dos seus familiares. As acusações eram variadas, como alistamento irregular de eleitores, venda de gado alheio e prisão indistinta dos seus adversários “sem crime e somente para persegui-los, maltratá-los e ensiná-los, como ousa dizer sem reserva”.²³⁷

Atuando em comarcas no sul cearense, o nome de Lima Bastos era frequente nos jornais da capital, principalmente pelos seus supostos crimes. Em 1881, o jornal *Pedro II*, ao avaliar as acusações de irregularidade no alistamento de São Matheus, concluiu: “O Sr. Lima Bastos não tem defesa possível: recalcitra no crime, apesar de advertido, para bem servir os seus correligionários políticos, tudo pratica com impavidez”.²³⁸ Quando nomeado para assumir o juizado de Iguatu em 1877, o mesmo jornal lançou a seguinte nota: “um dos maiores castigos que poderia receber os habitantes desta comarca foi lhes der dado por juiz o Dr. Lima Bastos (...)”.²³⁹

Ao longo da década de 1880 e na seguinte, Lima Bastos parece ainda ter conservado a sua importância política no Ceará, mantendo os seus cargos e sua influência local, permanecendo ileso às acusações que recebia e até conseguindo a nomeação de alguns de seus filhos para cargos públicos, mesmo que as notícias veiculadas nos jornais fossem, na sua maioria, pouco elogiosas à sua atuação, principalmente dos órgãos conservadores.

Ao que tudo indica, o regime político republicano não favoreceu a continuidade da expressividade política de Lima Bastos. Antes de ser nomeado para o cargo de promotor da comarca de Assaré, em setembro de 1891, o bacharel ofereceu os seus serviços advocatícios “aos habitantes de S. João do Inhamuns, Assaré, Jaicós, no Estado do Piauí, Ouricury em Pernambuco, oferecendo-se ao comércio (...) para fazer cobrança de dívidas quer amigáveis, quer judicialmente”,²⁴⁰ a partir da vila de Saboeiro, onde estava residindo novamente. Após isso, os registros da atividade profissional e política de Lima Bastos desaparecem aos poucos dos noticiários cearenses.

A migração do advogado e sua trajetória no Piauí foram, entre muitas outras, empreendidas por chefes de famílias, homens e mulheres que optaram por se deslocar para essa província durante a seca. Pobres e ricos migravam. Ao optar pelo deslocamento, Lima

²³⁷ S. MATHEUS. *Gazeta do Norte*, nº 229, p. 01, ano VI, 21 out. 1885.

²³⁸ O MODUS AGENDI (...). *Pedro II*, nº 42, p. 01, ano XLI, 29 mai. 1881.

²³⁹ IGUATÚ. *Pedro II*, nº 63, p. 03, ano XLVIII, 07 ago. 1887.

²⁴⁰ ANNUNCIOS. *O Estado do Ceará*, nº 278, p. 03, ano I, 27 jul. 1891.

Bastos possuía emprego público em Saboeiro, o que poderia lhe possibilitar alguma fonte de renda, diferentemente de muitos homens e mulheres que migraram porque não havia ali mais recursos e nada que os fizesse prender àquela terra.

Mesmo possuindo um cargo que, em tese, possivelmente lhe rendia saldos suficientes para sobreviver com sua família em épocas consideradas normais, as condições gerais impostas pela seca, como escassez de alimentos, induziram um homem com uma família composta por mais de 13 pessoas encontrar na migração uma alternativa para escapar da fome, que ameaçava a quase todos.

Conforme descrito nos jornais piauienses, Lima Bastos, embora tivesse algum prestígio no Ceará, quando emigrou, não levou consigo grande fortuna. Os meses que permaneceu como migrante, não foram, de fato, tão fáceis como talvez pudesse ter pensado que seria ao migrar para o solo piauiense. Com poucas oportunidades no Piauí, restou-lhe retirar-se novamente para o Ceará, onde pôde colocar em prática, como desejava, a sua autoridade.

No dia 18 de agosto de 1877, na vila de Campo Maior, o piauiense e emigrante do Ceará, André Jacome da Paz, detalhou em uma lista o nome dos 18 chefes de família que se deslocaram de Santa Quitéria, no Ceará, em sua companhia, com destino à vila piauiense. Ao todo, somou aproximadamente uma centena de pessoas, que pela documentação não é possível identificar quando exatamente saíram do Ceará, mas pela data do documento sabe-se que no começo do segundo semestre daquele ano já haviam alcançado o local de destino.²⁴¹

O percurso de dezenas de léguas foi vencido com o uso de “animais cavалares” e a pé. Parte do que aconteceu ao longo da viagem foi descrito em ofício encaminhado por André Jacome ao presidente da Província do Piauí, Francisco Bernardino Rodrigues da Silva. Dizia ele que “no trajeto de setenta e tantas léguas” foi submetido a ver cenas que lhe faltavam forças para “descrever as peripécias de tão penosa luta”. No mesmo documento, são narrados os acontecimentos finais da migração:

(...) nas proximidades de findarem a viagem, foram obrigados a andarem a pé homens velhos, mulheres e meninos de tenra idade porque se achavam fora de combate sessenta e tantos animais cavалares que iam servindo na

²⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 03, de 22 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

condução, e que perecerão por falta da mais minguada ração de forragem, na extensão de mais da metade de tão longa viagem.²⁴²

Pelo trecho, é possível identificar alguns elementos que possivelmente foram comuns ao deslocamento de muitos cearenses que rumaram ao Piauí: usavam o lombo de animais para transportar o que conseguiam levar, como cavalos, éguas, burros e jumentos, que além dos objetos também carregavam os próprios emigrantes, que possuíam diferentes idades, evidenciando o caráter do deslocamento das famílias completas com um único destino. Em uma viagem longa por uma região que estava totalmente atingida pela seca, era possível que os recursos durante o percurso fossem precários, o que dificultou a nutrição dos animais de carga. Os mais de sessenta animais que ficaram para trás por morrerem de fome foram apenas mais alguns entre tantos outros que não resistiram por falta de pasto nas veredas e estradas das regiões atingidas pela seca naqueles anos.

Em alguns ofícios produzidos pela Comissão de Socorros de Campo Maior, é destacado o protagonismo de André Jacome conduzindo sob “sua guarda” os cearenses à referida vila: “cidadão humanitário”,²⁴³

(..) próximo da sua partida, que bem considerada podia chamar derrota, viu com admiração de sua parte, o futuro triste que se aguardava ao povo daquela província, e levado dos sentimentos de humanidade lançou mão de seus minguados recursos e com eles reuniu esses infelizes, e lhes facilitou a emigração dando lhes condução e o necessário sustento durante a viagem (...).²⁴⁴

Em quase todos os ofícios encaminhados ao presidente da província, a migração é posta como um fenômeno realizado de forma indesejada, obrigatória e modeladora de um estado de lamentação e infelicidade dos sujeitos migrantes, apontados como “vítimas” da imposição da “severa lei da natureza com o bárbaro castigo das secas”.²⁴⁵

Ao chegarem em Campo Maior, continuaram “esses infelizes” passando por dificuldades, vivendo como “forasteiro, pisando em terreno desconhecido”.²⁴⁶ É certo que o uso desses termos e adjetivos buscava sensibilizar o receptor da mensagem para as solicitações feitas pelo suplicante. André Jacome da Paz, além de liderar e financiar a

²⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício da Comissão de Socorros de Campo Maior, sem numeração, de 23 de agosto de 1877. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

migração e a acomodação dessa centena de pessoas em Campo Maior, constantemente requereu recursos ao governo da província para auxiliar na manutenção desses sujeitos.

Os motivos pelos quais ele usou “seus minguados recursos” para empreender a travessia de tão grande número de pessoas, além dos “sentimentos humanitários” citados, não ficam muito evidentes. André Jacome, pelo que consta, não era um simples piauiense vivendo no Ceará. Cidadão articulado, possuía influência política no Ceará e no Piauí, ocupando cargos públicos ao chegar de volta à sua terra natal. Abrigando os cearenses em terras que eram da sua família, estava sempre solicitando recursos para possibilitar a sobrevivência desses migrantes.

Além das 99 pessoas distribuídas em 18 famílias que empreenderam a travessia inicial sob a liderança do piauiense, em “30 de outubro de 1877, já estavam *sub a* sua tutela (...) o número de 109 migrantes”.²⁴⁷ Emigrar sob o comando de “um guia”, que na mesma condição dos demais também era um emigrante, foi uma prática existente na dinâmica migratória de cearenses para o Piauí. Além do grupo conduzido por André Jácome da Paz a Campo Maior, outro emigrante, o cearense José Francisco Pacheco, chegou em Marvão, em janeiro de 1878, tendo “em sua companhia” quarenta pessoas.²⁴⁸

A tabela abaixo, de 22 de agosto de 1877, enumera a “relação das pessoas que emigraram para o termo de Campo Maior do Piauí, sob a companhia e direção de André Jacome da Paz, vindas por força da seca na província do Ceará, do termo de Santa Quitéria, da mesma província”:

²⁴⁷ PAZ, Antônio Helder de Souza. *A vila de Campo Maior e os Paz: 1838-1960*. Teresina: Cancioneiro. 2021, p. 116.

²⁴⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 148, de 31 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

Tabela 22: Chefes de família, estado civil e profissão dos emigrados do Ceará para Campo Maior, em 1877.

Número	Nome dos chefes de família	Estado	Profissão
01	Francisco das Chagas Barbosa	Casado	Lavrador
02	José Joaquim de Macêdo	–	–
03	Manoel de Souza Oliveira	–	–
04	Silvestre de Souza	–	–
05	José de Souza Cavalcante	–	–
06	Henrique Francisco da Silva	–	–
07	Francisco das Chagas	–	–
08	José do Rêgo Chaves	–	–
09	Antônio Pereira de Souza Rêgo	–	–
10	Antônio Cleto Ayres	Solteiro	Sapateiro
11	Joaquim Pereira da Silva	–	Lavrador
12	João Roiz (?) de Farias	–	–
13	Francisco Pereira de Macêdo	Viúvo	–
14	José Felisardo da Silva	Casado	–
15	Francisco Candea do Nascimento	Solteiro	–
16	Braz Pereira da Silva	Solteiro	–
17	Maria Vieira	–	Costureira
18	Isabel Francisca Rodrigues	–	–

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 03, de 22 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.²⁴⁹

Conforme consta em outro ofício, e já quantificado anteriormente, os/as 18 chefes de família, na tabela determinados, estavam acompanhados ao todo por 99 pessoas. Infelizmente, a parte do documento que identificava o número total de pessoas por família já havia se perdido. Mesmo assim, os demais dados contidos na tabela são extremamente relevantes. Dos 18 chefes de família, destacam-se as duas mulheres colocadas ao final da lista. Elas eram costureiras e, por não se saber quantas pessoas vieram em sua companhia e por serem indicadas como solteiras, torna-se abstruso elaborar qualquer afirmação sobre sua condição familiar como migrantes, embora o protagonismo delas deva ser destacado.

Além delas, outros cinco homens foram qualificados da mesma forma: solteiros e chefes de família. A razão para isso, como já expliquei anteriormente, pode ter sido o índice de mortalidade entre os grupos familiares, deixando muitos órfãos que eram assumidos por parentes próximos. É provável que os identificados como solteiros, como Maria Vieira e Joaquim Pereira, tenham tomado para si essa responsabilidade diante da realidade comum citada.

A condição de casados e o suposto número de pessoas migrantes associadas a esses sujeitos evidencia mais uma vez a opção pela migração de todos os componentes de uma

²⁴⁹ Agradeço imensamente ao descendente de André Jacome da Paz, Antonio Helder de Souza Paz, por me conceder importante documentação encontrada por ele no Arquivo Público do Estado do Piauí, a respeito do período em que André Jacome permaneceu no Piauí, incluindo o ofício que detalha esta tabela, também exposta e analisada no seu livro *A vila de Campo Maior e os Paz: 1838-1960*.

mesma família. Das três profissões elencadas, aqueles que trabalhavam diretamente com a lavoura são predominantes. Era esperado que em uma região onde a maioria da população sobrevivia desenvolvendo atividades relacionadas à agricultura e à pecuária, vendo-se impossibilitados de continuar exercendo o seu ofício devido à falta de chuvas, procurassem outras regiões onde isso fosse minimamente possível.

Se as razões pelas quais um grande número de pessoas lideradas por André Jacome migrou para o Piauí às suas custas são pouco esclarecidas, a opção do lugar de destino é bastante evidente. Além do fato de que muitos cearenses haviam migrado para o Piauí, a escolha de Campo Maior era bastante óbvia, já que ele estava apenas reemigrando à sua terra natal em 1877.

Segundo consta, André Jacome nasceu na fazenda Passagem da Negra, na vila de Campo Maior, em 30 de novembro de 1847. Ele era filho de um emigrante cearense Cel. José Joaquim da Paz e D. Maria Jacome, pernambucana. No histórico de sua filiação destacavam-se políticos, comerciantes e pessoas de “alta patente”.²⁵⁰ Embora ele tenha alegado residir em Santa Quitéria desde os seis anos de idade,²⁵¹ “fez seus primeiros estudos em Campo Maior, depois em Teresina e Caxias, não podendo seguir para Pernambuco, onde pretendia concluir os seus preparatórios devido a morte de seu progenitor”, o que o obrigou ainda “muito moço”, a voltar para Campo Maior, residindo nesta vila por algum tempo, indo depois “para Sobral, onde (...) ficou alguns anos como empregado do comércio e professor de música”. Em 1869, casou-se com Ignácia de Oliveira Jacome, filha do Cel. Francisco Lopes Frango. Do idílio, tiveram sete filhos, dos quais quatro sobreviveram: o médico José Jacome de Oliveira, Maria Jacome, Luzia Jacome e Iza Jacome.²⁵² Pelo menos um dos filhos, o primogênito Pompeu Jacome, nasceu em Campo Maior quando ele mais uma vez esteve na localidade.²⁵³

Com 30 anos, quando ele migrou de volta para o Piauí em 1877, não fica claro se sua família, incluindo os filhos sobreviventes, esteve com ele no período em que permaneceu em Campo Maior. No entanto, dada a dinâmica das migrações e o cenário que fazia com as famílias migrassem do Ceará, é irreal pensar que a sua prole não tivesse ficado no Piauí junto com ele na fazenda Passagem da Negra.

²⁵⁰ ANDRÉ JACOME. *Almanach do Norte*, Typ. Nortista. Sobral, 1916, p. 05.

²⁵¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício elaborado para o Presidente da Província do Piauí, Cel. José de Araújo Costa, em 18 de março de 1878, da vila Campo Maior. Localização: Cx. 40, 1875 a 1881, p. 02.

²⁵² ANDRÉ JACOME. *Almanach do Norte*, Typ. Nortista. Sobral, 1916, p. 06; PAZ, 2020.

²⁵³ PAZ, Antônio Helder de Souza. *A Vila de Campo Maior e os Paz: 1838-1960*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

Ao longo da vida, André Jacome atuou como advogado e “praticou conhecimentos de farmácia”.²⁵⁴ Além disso, dedicou-se à ação política. “Influenciado pelo sogro que era vereador em Santa Quitéria, filia-se ao Partido Liberal. Ali, tornou-se seu suplente na vereança, posteriormente vereador titular”.²⁵⁵ Também foi juiz de paz e deputado da Província do Ceará entre 1886 e 1888. Ligado ao Partido Liberal, perdeu espaço no cenário político após o início da república.²⁵⁶ A sua trajetória política foi bastante elogiada pelo *Almanach do Norte*, em escrito póstumo, no ano de 1916. Identificado até mesmo como “aboliconista convencido”, que “fazia tudo” para libertar um escravo, André Jacome conseguiu em alguns aspectos, deixar suas marcas na região de Santa Quitéria, onde viveu grande parte da vida. Sobre ele, assim disse *Almanach do Norte*: “piauiense de origem, porém cearense de coração, identificou-se conosco compartilhando de nossas alegrias ou de nossos sofrimentos, foi em todos os tempos valoroso guarda da soberania popular, dando prova indubitável nos combates travados em mais de um prélio (...)”.²⁵⁷ Quando faleceu em 16 de junho de 1910, o *Jornal do Ceará* lamentou a sua morte pelo menos em três ocasiões e atribuiu grandes virtudes ao piauiense.

No dia 16 deste mês, pelas três horas da tarde, a morte ingrata, em sua carreira devastadora, arrebatou do nosso seio um amigo prestimoso, (...) o coronel, André Jacome, vítima de longos e pertinazes sofrimentos, que o fizeram guardar o leito desde fevereiro. O seu cadáver, sendo transportado de sua fazenda Monte Sinai para esta vila, sepultou-se às 8 horas do dia 17, concorrendo avultado número de pessoas de todas as classes e posições, sem distinção política – testemunho eloquente da alta estima de que gozava. O pranteado morto, natural do Piauí, contava com 63 anos; viera para Santa Quitéria em 1870 onde casara com Exma. Sra. d. Ignácia de Oliveira Jacome. (...) O desaparecimento do coronel André foi uma perda irreparável, um vácuo impreenchível. (...) era pai de família exemplar, esposo extremoso, amigo dedicado, cidadão benemérito, político infatigável; (...) era protetor dos fracos, consolador dos desgraçados, arrimo dos infelizes (...) Sua existência feneceu, mas sua memória será duradoura,²⁵⁸

Ao que tudo indica, o *Jornal do Ceará*, editado em Fortaleza, teceu esses imensos elogios ao falecido coronel motivado pelo significado político que ele representou na região de Santa Quitéria. Quando esteve no Piauí, constantemente recorreu ao governo provincial em pedido de recursos para os emigrantes que estavam na fazenda onde nasceu. Nos primeiros ofícios, descreveu o estado em que se encontravam as pessoas que o acompanharam até o

²⁵⁴ PAZ, 2021, p. 276.

²⁵⁵ PAZ, 2021, p. 278.

²⁵⁶ ANDRÉ JACOME. *Almanach do Norte*, Typ. Nortista. Sobral, 1916, p. 06-07.

²⁵⁷ ANDRÉ JACOME. *Almanach do Norte*, Typ. Nortista. Sobral, 1916, p. 06-07.

²⁵⁸ CORONEL ANDRÉ JACOME. *Jornal do Ceará*, nº 1223, p. 02, ano VII, 27 jul. 1910.

Piauí, na tentativa de sensibilizar o presidente da província em prol de recursos. Em um deles, dizia: “Agora avalie V. Exma. as dificuldades que encontram esses infelizes”²⁵⁹. E insistia a narrativa:

A indigência dos emigrantes de que falo Exmo. Sr., é total: deixaram eles seu lar, seu torrão natal já quando não lhes restavam os mais pequenos recursos, e nestas emergentes circunstâncias, necessitam de serem de pronto socorridos, já com viveres para não perecerem a fome com que se acham, roupas ou fazendas que os prive da completa nudez a que se vão reduzindo e já com ferramenta para o trabalho da lavoura, isto é, foices, machados e enxadas, com que possam irrem procurando da terra futuros recursos.²⁶⁰

Os ofícios subsequentes a esse indicam que André Jacome foi atendido na sua solicitação. Em documento datado de 30 de outubro, o “suplicante”, em favor dos emigrantes, justificou os valores aplicados da quantia recebida. Disse ele que ao todo foram auferidos 79\$520 reis da Comissão de Socorros para aplicação no vestuário dos emigrantes. Dos cento e nove que estavam com ele, 85 já estavam em completa nudez, sendo fornecido, com o recurso, vestuário para os mais necessitados. Ao total, 35 pessoas: 10 mulheres, 12 meninas, 08 homens e 05 meninos. Além de vestuário, as ferramentas parecem também ter sido concedidas, pois declarou ainda que “18 pais de famílias que compõem o número de meus emigrantes, cada um deles já contam com o seu pequeno pedaço de terreno pronto para a lavoura à espera da estação chuvosa para fazerem a devida plantação, faltando-lhes para isso sementes, o que reclamo a V. S.a (...)”.²⁶¹ Vê-se com isso que André Jacome tinha uma relação de propriedade muito forte em relação aos emigrantes, ao defini-los como “meus”. Abrigando-os nas terras de sua família, estava sempre fazendo solicitações ao governo com os mais diversos pedidos. O dado que se revela é em relação ao trabalho. Evitando a ociosidade do grupo, pôs eles para trabalharem, a ponto de, em outubro, já estarem com a terra preparada para o cultivo agrícola.

A ideia defendida por Paz (2021) é que, na fazenda Passagem da Negra, onde residia sua mãe, Maria Floresta da Paz Brasileira, “André Jacome estabeleceu uma espécie de núcleo de migrantes”.²⁶² De fato, as características da presença das famílias que se estabeleceram na

²⁵⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁶¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, de 30 de outubro de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁶² PAZ, 2021, p. 115.

fazenda são muito próximas da proposta dos Núcleos Coloniais implantados pelo governo da província naqueles anos, a alguns quilômetros de Teresina.

Localizada a pouca distância de Campo Maior, a localidade de Passagem da Negra fica em uma região cortada pelo rio Longá, que, em tempos de chuva, transborda, alagando as áreas próximas. Em épocas secas, poucas chances de cultivo propiciavam, visto que poucas poças de água sobram no rio. Em 1877, é possível que, na espera da chuva nos meses subsequentes, esse contingente de pessoas tenha sido conduzido por André Jacome ao trabalho naquelas terras, que também poderiam ser suas. No entanto, se chegaram a plantar, diminuto foi o resultado, pois o período chuvoso em 1878 foi pouco promissor e, nas poucas regiões em que choveu no Piauí, como em Campo Maior, não foi suficiente para uma boa colheita.

Ao longo do período que esteve em Campo Maior, André Jacome, além de ocupar cargos públicos, agiu como verdadeiro intercessor dos migrantes. Além dos constantes pedidos ao presidente da província, ofereceu os seus serviços no atendimento dos doentes. Para esse exercício, já havia sido considerado “ter condições” e “não lhe faltando inteligência e conhecimentos adequados” pela prática de farmácia e medicina adquirida na companhia de Dr. Francisco de Paula Pessoa, formado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro.²⁶³

Dispondo de habilitação para aplicar a medicina e sem ter nenhum médico formado em Campo Maior, André Jacome, mais uma vez “levado pelos sentimentos de humanidade” ofereceu “seus serviços grátis” em março de 1878,²⁶⁴ “em favor da pobreza desvalida que emigrada neste termo necessita de tratamento as moléstias de que a cada passo é atacada e por falta de socorro vai baixando no túmulo”,²⁶⁵ oferecimento aceito através do ofício nº 223, de 09 de maio de 1878.²⁶⁶ Muito antes de apresentar gratuitamente os seus serviços médicos e farmacêuticos, já havia solicitado uma ambulância e sortimento de medicamentos para o tratamento de moléstias “tão fatais aos forasteiros”.²⁶⁷

Nos documentos analisados, percebe-se que mesmo estando há alguns anos vivendo no Ceará, André Jacome não se via como mais um migrante cearense que havia regressado ao Piauí por causa da seca. De fato, ele não era cearense, mas havia migrado de lá para a sua

²⁶³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício com data de 18 de março de 1878, dirigido ao presidente da Província do Piauí, Cel. José de Araújo Costa. Localização: Caixa 40, 1875-1881; PAZ, 2021.

²⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício com data de 16 de março de 1878, dirigido ao presidente da Província do Piauí, Cel. José de Araújo Costa. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁶⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, com data de 09 de abril de 1878, Caixa 40, 1875-1881.

²⁶⁶ OFFÍCIOS, nº 223. *A Imprensa*, nº 539, p. 02, ano XIII, 21 mai. 1878.

²⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

terra natal da mesma forma e pelo mesmo motivo como os que eram nativos do Ceará. O que coloca o caso de André Jacome em diferença em relação a muitas famílias emigrantes cearenses é que ele migrou com um ponto certo de chegada: um endereço fixo e seguro para onde ir. Se ele não era cearense, era emigrante, assim como os demais, mas pela forma como se dirigia aos cearenses que com ele migraram para o Piauí, colocava-se quase sempre fora dessa condição, e também não se referia à sua família nesses termos.

Outro ponto que aparece evidente é que as suas solicitações buscavam quase sempre beneficiar as famílias que emigraram na sua companhia. Ao recorrer à presidência da província via Comissão de Socorros, restringia em muitos aspectos os seus pedidos na intenção dos tutelados, que estavam residindo e trabalhando nas terras da sua família, ignorando outros tantos migrantes e pobres que atravessavam as mesmas dificuldades em Campo Maior.

O posicionamento em prol de um seletivo grupo, os recursos que foram conseguidos para o auxílio aos migrantes e os cargos públicos que foram ocupados na vila piauiense, foram motivos para que André Jacome fosse constantemente atacado pelo “seu principal adversário político em Campo Maior: o português Francisco Figueiredo da Silva Duarte, ex-delegado de polícia e então perito”.²⁶⁸

As desavenças políticas existentes entre os dois quase sempre acabavam em ofensas pessoais publicadas por Francisco Figueiredo no jornal *A Época* e por André Jacome, no liberal *A Imprensa*. Na tentativa de desqualificar o campomaiorense, o português referia-se a André Jacome como um *emigrante*, e dizia: “(...) o senhor André Jacome se julga tão alto que se injuria com se lhe chamar de emigrante”.²⁶⁹ Atribuía-lhe também o apelido de *Caim*,²⁷⁰ possivelmente por ter assinado, quando ainda era suplente de delegado, um mandado de busca das portas de um sobrado na casa do próprio irmão, Gregório da Paz, o que era vedado pela legislação da época.²⁷¹

Nas discussões públicas expostas nas páginas dos jornais, corriam diversos xingamentos, muitas vezes diretos, outras vezes mais contidos. André Jácome alimentava essa discórdia pública com palavras do mesmo nível, em uma ocasião escreveu o seguinte:

Li no jornal *Época* (...) um protesto assinado pelo (...) Francisco de Figueiredo Duarte – vulgo Xico Bexiga, simples bodegueiro cachaceiro nesta vila. Nesse protesto chimerico procura esse bufão menosprezar minha

²⁶⁸ PAZ, 2021, p. 277.

²⁶⁹ CAMPO MAIOR (...). *A Época*, nº 34, p. 03, ano I, 23 dez. 1878.

²⁷⁰ EU E O 3º SUPLENTE (...). *A Época*, nº 36, p. 02, ano I, 07 dez. 1878.

²⁷¹ PAZ, 2020; VISTOS O AUTOS (...). *A Época*, nº 56, p. 02, ano II, 26 abr. 1879.

peessoa, – qualificando-me – emigrante, com outros sofismas e parvoíces próprias de seu caráter.²⁷²

Ocorre que, mesmo sendo um migrante, André Jacome não gostava de ser qualificado como tal. Sabendo disso, em diversas partes dos textos que publicava no *A Época*, Francisco Figueiredo fazia questão de enfatizar essa condição. É possível que o ódio do português contra André Jacome decorresse dos cargos que passou a ocupar em Campo Maior, concorrendo com ele a influência política na localidade.

Em uma das ocasiões, Francisco Figueiredo questionou as habilidades médicas do seu opositor no trabalho com os doentes, assim como a concessão de uma segunda ambulância para a vila, após requerimento de André Jacome em 1878. Além de considerar desperdício de recursos do tesouro provincial, o envio da segunda ambulância era para o português algo desnecessário, ainda mais que seria colocada nas mãos do seu rival, que, segundo ele, entendia “tanto de medicina (salvo se estudou na academia de Santa Quitéria) como um boi olhar pro palácio? Além disso, qual foi a pessoa que o Sr. André aqui medicou com o remédio da primeira ambulância que com todo desembaraço lhe remeteu?”²⁷³

O ódio de Francisco Figueiredo por André Jacome, entre outras motivações, também foi provocado pelo fato do segundo tê-lo “multado em 60\$000 por não comparecer a um chamamento para perícia”.²⁷⁴ Punição que foi anulada pelo juiz de direito municipal e aproveitada pelo perito para fazer mais ataques ao delegado, chamando-o de botocudo, rombudo e emigrante “célebre pelas suas peripécias, dignas de um agente pífilo”.²⁷⁵ É possível que muitas das acusações feitas por Francisco Figueiredo fossem motivadas por questões políticas, embora tenha afirmado que não possuía nenhuma pretensão nesse sentido em Campo Maior, definindo-se apenas como um democrata.²⁷⁶

Possivelmente, por já ter a intenção de voltar ao Ceará após a seca, André Jacome exerceu cargos públicos graças ao momento favorável na política piauiense, quando os liberais ascenderam ao poder. No ano de 1879, proferiu um imenso discurso no velório do ex-presidente da província Dr. Constantino Moura,²⁷⁷ algo que certamente não seria possível se não tivesse expressividade no meio político.

Além disso, usou o jornal *A Imprensa* para fazer o que era extremamente comum nos periódicos piauienses na época: defender a bandeira política, fazendo uso de palavras muitas

²⁷² O DELEGADO DE POLÍCIA (...). *A Imprensa*, nº 564, p. 03, ano XIV, 25 out. 1878.

²⁷³ CAMPO MAIOR (...). *A Época*, nº 34, p. 03, ano I, 23 dez. 1878.

²⁷⁴ PAZ, 2021, p. 277.

²⁷⁵ FRANCISCO FIGUEIREDO. *A Época*, nº 40, p. 02, ano II, 04 mai. 1879.

²⁷⁶ CAMPO MAIOR (...). *A Imprensa*, nº 518, p. 03, ano XIII, 25 set. 1877.

²⁷⁷ DEPOIS DO QUAL (...). *A Imprensa*, nº 595, p. 04, ano XIV, 15 mai. 1879.

vezes toscas e chulas para ofender os opositores, incluindo o próprio jornal *A Época*, que, por abrir espaço para as publicações de seu inimigo em Campo Maior, foi alvejado por André Jacome. Em uma dessas situações, afirmou: “o que receio da *Época* contra minha reputação, é por desgraça minha merecesse seus elogios”.²⁷⁸ O jornal conservador tornou-se alvo do delegado, principalmente após *A Época* repercutir a acusação de que ele, na função de delegado, exigia a “gratificação (...) de cada uma das datas do soldo” que eram pagas aos soldados do corpo de polícia de Campo Maior.²⁷⁹

Sobre o assunto, acredita-se que ele tenha sido “provavelmente absolvido das acusações, visto não ter nenhuma indicação de que tenha sido processado”.²⁸⁰ O próprio André Jacome, em um dos artigos que assinou criticando o *A Época*, tocou no assunto: “depreciado no tribunal da verdade”, segundo ele, *A Época* “calunia-me por fatos que já provei o contrário do que alega esse nojento pasquim no citado artigo *polícia concussionária* servindo-se de documentos apócrifos adrede preparados aproveitando-se de fornecedores analfabetos como são os 5 soldados do 12 destacamentos desta vila”,²⁸¹ e caindo esses documentos nas mãos do senhor Silva Duarte, a quem mais uma vez chamou de *Xico Bexiga*, ganhou repercussão no jornal de oposição.

As polêmicas envolvendo André Jacome não ficaram restritas apenas a Francisco Figueiredo. Em 1879, um artigo assinado por João Joaquim Mendes da Rocha, de Campo Maior, e, como deveria de ser, publicado no *A Época*, também atribuía a André Jacome adjetivos como mentiroso, perverso, falso e arbitrário,²⁸² termos que não distanciavam muito dos atribuídos a ele por Francisco Figueiredo.

Nomeado escrivão das coletorias provinciais em março de 1878,²⁸³ André Jacome permaneceu na função até fevereiro de 1880, quando pediu exoneração.²⁸⁴ A partir daí, não deve ter tardado em voltar ao Ceará, pois os registros seguintes apontam sua presença novamente residindo em Santa Quitéria.

Após os primeiros meses da chegada de André Jacome em Campo Maior, quando foram comuns os ofícios de solicitação de auxílios para os emigrantes que estavam fixados na fazenda de sua família, os vestígios da sua presença no Piauí voltam-se mais para a sua

²⁷⁸ O DELEGADO DE POLÍCIA (...). *A Imprensa*, nº 564, p. 03, ano XIV, 25 out. 1878.

²⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração. Juiz do distrito de Campo Maior, na União de 30? de dezembro? de 1878. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

²⁸⁰ PAZ, 2021, p. 277.

²⁸¹ CAMPO MAIOR. *A Imprensa*, nº 572, p. 03, ano XIV, 19 dez. 1878.

²⁸² JOÃO JOAQUIM MENDES DA ROCHA (...). *A Época*, nº 59, p. 03, ano II, 17 mai. 1879.

²⁸³ PARTE OFFICIAL. *A Imprensa*, suplemento ao nº 555, p. 05, ano XIII, 21 mar. 1878.

²⁸⁴ PARTE OFFICIAL. *A Imprensa*, nº 629, p. 01, ano XV, 18 fev. 1880.

atuação na política, nos cargos públicos que ocupou, e principalmente, na rivalidade contra Francisco Figueiredo, expressada em forma de acusações e xingamentos nos jornais.

A presença de André Jacome em Campo Maior, ao que tudo indica, não foi marcada apenas por polêmicas com Francisco Figueiredo e outros descontentes com as suas ações julgadas arbitrárias. Parece que os atritos com membros da sua própria família também foram constantes, principalmente após o mandado de busca na casa do seu irmão, Gregório da Paz. A informação mais direta sobre esse aspecto foi indicada pelo seu rival, Francisco Figueiredo, publicado no *A Época*. Embora possa conter exageros, as afirmações descritas no texto sugerem que André Jácome não caminhou em harmonia com sua família enquanto permaneceu na sua terra natal, o que causou muitas preocupações para sua mãe, que vivia na fazenda onde estavam assentados os emigrantes. Segundo Silva Duarte,

essa pobre senhora, digna sem dúvida de melhor sorte, desde que o Sr. André pisou na terra campo-maiorensis, que copia desgostos profundos porque tem passado pelas lágrimas que sempre e diariamente verem em seus olhos, que a devastação horrorosa que esse gênio satânico tem promovido contra seus próprios irmãos, (...) a ponto dessa aflita senhora, esgotando os recursos que lhe dão os direitos de mãe infrutiferamente lançar mão do extremo, atirando sobre o filho desnaturado o anátema dos réprobos – a maldição! De forma que a superstição popular, que se fez esperar em tais caos, atribui a isso a causa primordial de não chover neste lugar!²⁸⁵

Pela afirmação final, tem-se uma ideia do nível como se tratavam pelos jornais, André Jacome e Francisco Figueiredo. Se em outros artigos atribuíram-lhes xingamentos e acusações, neste, culpa o rival de ser o causador da seca em Campo Maior. Mesmo que em algumas situações essas desavenças expressas em textos possam até causar riso no leitor, por outro lado, como o próprio Francisco Ferreira afirmou, elas abriram e estabeleciam “um precedente nas polêmicas jornalísticas *de Campo Maior* de um efeito perigosíssimo e que *podia* trazer graves consequências”.²⁸⁶ Embora existam as discórdias políticas locais e familiares, André Jacome parecia ter méritos no meio da elite política provincial ligada ao Partido Liberal. Mesmo com as trocas de presidentes da província, ele manteve os seus cargos públicos.

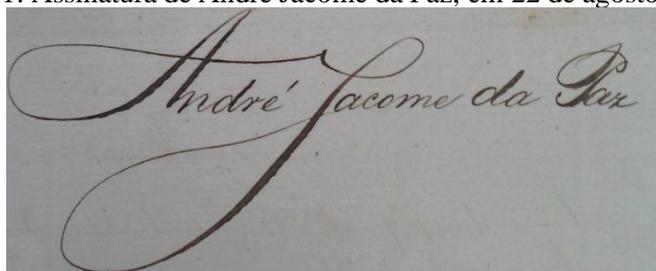
Ainda que não se ignore que André Jacome tenha causado alguns desgostos à sua mãe enquanto esteve em Campo Maior, devido às suas atitudes, não se pode afirmar com certeza se ela chegou a amaldiçoá-lo. Porém, é de se supor que as discórdias entre ele e sua família foram se agravando ao longo do ano de 1878, quando ele próprio renegou o sobrenome “Paz”

²⁸⁵ EU E O 3º SUPLENTE (...). *A Época*, nº 36, p. 02, ano I, 07 dez. 1878.

²⁸⁶ EU E O 3º SUPLENTE (...). *A Época*, nº 36, p. 02, ano I, 07 dez. 1878, *grifo meu*.

e passou a assinar apenas André Jacome, a partir do começo de 1879; a decisão que ele mesmo fez questão de publicitar nos jornais do Piauí e do Ceará: “O abaixo assinado, residente em S. Quitéria, declara que desde 1º de janeiro de 1879, conforme anunciou pelos jornais da província do Piauí, deixou de assinar-se André Jacome da Paz, e sim simplesmente da forma seguinte: André Jacome”.²⁸⁷ A figura 11 mostra a assinatura de André Jacome da Paz quando assim assinava o seu nome.

Figura 11: Assinatura de André Jacome da Paz, em 22 de agosto de 1877.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documento avulso, de 22 de agosto de 1877.
Localização: Caixa 40, 1875-1881.

Nessas condições, era possível prever que André Jacome acabaria retornando para Santa Quitéria. Mesmo possuindo relativa circulação nos meus políticos piauienses, a cidade onde residia anteriormente foi, da mesma forma que para muitos emigrantes, a opção a seguir após o fim dos efeitos mais graves da seca. É bem provável que também tivesse seus inimigos políticos e pessoais em Santa Quitéria, mas isso não foi empecilho para que fosse eleito deputado provincial do Ceará na década de 1880, assumindo, com isso, o auge da sua trajetória política. Seu corpo encontra-se “Sepultado na Igreja Matriz de Santa Quitéria”.²⁸⁸ O local para seu depósito denota a importância que o Coronel André Jacome teve no Ceará. Não foi possível localizar informações específicas sobre o retorno ou a permanência do Piauí das famílias que emigraram com ele em 1877. É possível que algumas tenham retornado em épocas distintas, antes mesmo até que ele, e outras tenham permanecido em Campo Maior ou seguido para outras vilas piauienses.

Ao se olhar lado a lado as migrações de Lima Bastos e André Jacome, pode-se observar aproximações e distanciamentos significativos. Ambos emigraram por causa da seca; o primeiro com sua família, possivelmente em comboio com outras que também se direcionavam ao Piauí, saindo de uma localidade mais próxima à fronteira, chegando ao sul

²⁸⁷ O ABAIXO (...). *Cearense*, nº 53, p. 04, ano XXV, 10 mar. 1881.

²⁸⁸ PAZ, 2020, p. 92.

da província sem muito apoio e recursos para sua sobrevivência. Andava com uma família numerosa, e sua condição de penúria foi várias vezes relatada nos jornais.

Embora ambos fossem liberais e Lima Bastos já tivesse até mesmo assumido a posição de deputado provincial do Ceará antes da migração, teve pouca expressividade na política piauiense, mal conseguindo um cargo público que pudesse assumir por um curto período de tempo. Após ser demitido, voltou para o Ceará, mas não para a vila de onde tinha saído. Seu retorno foi, de certa maneira, precoce, e é possível que ainda não desejasse ir naquele momento, visto que os efeitos da seca ainda estavam presentes com intensidade no Ceará quando teve que retornar.

André Jacome fez a trajetória a partir de uma vila do centro do Ceará e se dirigiu em direção ao norte do Piauí. Era piauiense e filho de uma família importante na vila de Campo Maior. Não migrou para uma terra estranha, e ao que parece, estava em condições financeiras mais favoráveis que Lima Bastos, a ponto de ser responsável pela condução e acomodação de um grupo de pessoas. Recorreu aos suplícios dos presidentes da província na mesma época que o bacharel, com pedidos mais incisivos em prol “dos seus emigrantes”, conseguiu muitas benesses para esse coletivo e para si, ocupando cargos públicos na vila de Campo Maior.

Ainda que só viesse a possuir uma cadeira de deputado no Ceará anos depois de sua estadia no Piauí, André Jacome já demonstrou maior habilidade ao se articular com a elite política piauiense e soube tirar proveito disso. Envolveu-se em polêmicas políticas, pessoais e familiares, mas sempre firmou seu lugar em Campo Maior, voltando para o Ceará somente no começo de 1880, quando as chuvas já estavam mais regulares.

O caso desses dois emigrantes que reemigraram é útil à medida que permite vislumbrar a dinâmica das migrações cearenses para o Piauí na segunda metade do século XIX: “de boa gente”, “ricos”, políticos, ocupantes de cargos públicos... a condição econômica e social não foi critério para impedir a migração. Assim como os pobres que não tinham terras próprias, muitos outros que possuíam bens mais vultosos tiveram que se desgarrar da terra e rumar em direção ao Piauí, fazendo dessa província lugar de estadia ou residência permanente. Lima Bastos e André Jacome, com suas famílias, foram apenas dois exemplos de muitas outras realidades que tiveram a sua trajetória moldada pela ação da seca temporariamente ou definitivamente naqueles anos difíceis para ricos e pobres nas províncias do Ceará e do Piauí.

PARTE III

Política, imprensa, assistencialismo e trabalho

Capítulo V

Política, imprensa e a “gestão da seca” no Piauí

A forma como o poder público provincial trabalhou para gerir os impactos provocados pelas secas no Piauí, na segunda metade do século XIX, perpassa diretamente pelo cenário político que se configurava no Império. Tanto os créditos abertos à custa do tesouro provincial, como aqueles enviados pelo Ministério do Império para aplicação na “gestão da seca”, foram motivos de intensos debates acerca da forma como foram utilizados pelas Comissões de Socorros espalhadas pelas diversas vilas, seja nos Socorro Diretos, nos Núcleos Coloniais, na assistência de saúde ou até mesmo na concessão de passagens.

A imprensa teve um papel significativo na vigilância da aplicação desses recursos. Notadamente, o jornal *A Época*, ao longo da seca de 1877-1879, e a *Phalange*, em 1889, ambos faziam críticas constantes às ações do governo, aos membros das Comissões de Socorros e aos contratantes dos Núcleos Coloniais, seja dando sugestões de como aplicar os recursos ou fazendo denúncias de corrupção, má aplicação dos socorros ou da indigência dos migrantes.

A condição dos migrantes cearenses e piauienses que estavam ou que circundavam pelo Piauí no período dessas duas secas, foi tema recorrente nas páginas dos jornais teresinenses, seja o da oposição, que usava a situação dessas pessoas quase sempre para atacar o partido rival, ou do jornal que representava os interesses de quem estava no poder, que se ocupava de defender os acusados, além de mostrar os feitos na gestão dos socorros.

Enquanto os cearenses entravam no Piauí, e os piauienses, juntos com essa população vizinha, migravam do interior da província em direção a Teresina, ou estacionavam em algumas vilas, os jornais piauienses travavam uma verdadeira arena que tinha como matéria-prima a seca, a fome e a morte de muitos brasileiros. Representando os interesses do Partido Liberal, que esteve no poder no curso das duas secas, o jornal *A Imprensa* participava dessas “batalhas” como uma forma de escudo do referido partido no Piauí, enquanto, principalmente o jornal *A Época*, manteve a função de atacar.

Dito isso, para entender o cenário em que se dá a chegada dos migrantes no Piauí e as ações do governo em prol do socorro aos cearenses e piauienses, é preciso analisar primeiro os debates e/ou ataques políticos que existiam na imprensa naquele período, que punha de forma explícita as articulações do Partido Liberal e Conservador no Piauí, reverberando na maneira como o poder público provincial agiu para amenizar as consequências da seca.

01 Política e imprensa no Piauí na segunda metade do século XIX

Em fevereiro de 1878, o jornal *A Imprensa* publicou a descrição dos acontecimentos que ocorreram em Amarante com a notícia da queda do Partido Conservador:

(...) Indizível foi o prazer que transluziu em quase todas as fisionomias e risonho foi o aspecto que tomou a nossa poética cidade. Centenares de foguetes subiram imediatamente aos ares, e entre nuvens de fumo, anunciavam com repetidos estalos o grande acontecimento. À noite inúmeras linhas de luminárias e lanternas cingiram a maioria das casas da cidade, revelando o maior regozijo de que se achavam possuídos os habitantes (...).¹

Descrita como uma festa pública, a comemoração que se deu em uma pequena cidade do Piauí do século XIX era a tradução de um acontecimento maior, que tinha significância nacional. Os membros do Partido Liberal naquela localidade tinham realmente muito que comemorar. Para eles se iniciava uma nova era em que, antes de tudo, prometia trazer benesses para os seus correligionários. O povo, inclusive os migrantes, em meio à seca que já matava gente à fome, necessitando dos Socorros Públicos, como sempre se participou, dificilmente soube entender o que aquela comemoração significava em termos práticos para a sua realidade. Se comemorou, possivelmente foi embebedado pelos discursos políticos, pela fumaça dos foguetes e pela oportunidade de participar de uma festa, quebrando a rotina em meio às dificuldades, pois se considerarmos a dinâmica política do Império, pouco tinha o que estar comemorando.

Durante o período imperial, apesar de terem existido outros partidos, os gabinetes ministeriais foram compostos e comandados por membros do partido Liberal ou Conservador, e o que ocorria se dava em âmbito nacional e repercutia de forma direta no Piauí. Os liberais, embora agissem segundo os próprios interesses, ideologicamente afirmavam ser defensores, conforme José Murilo de Carvalho, “de maior autonomia provincial, pela justiça eletiva, pela separação da polícia e da justiça, pela redução das atribuições do poder moderador”; e a partir da década de 1860, passou a defender também ideias que contemplavam as “liberdades civis, participação política e reforma social”, enquanto os conservadores eram defensores “do fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da política, o fortalecimento do poder moderador”.²

¹ AMARANTE (...). *A Imprensa*, nº 532, p. 01, ano XIII, 13 fev. 1878.

² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 206-207.

Em relação à ocupação dos filiados de um e outro partido, a análise de José Murilo de Carvalho identificou que o Partido Liberal concentrava, em sua maioria, profissionais liberais, enquanto o Conservador agremiava os funcionários públicos, composição confluyente “com a ideia de que os conservadores foram os principais suportes da centralização e do fortalecimento do Estado”.³ Em análise mais detalhada, se conclui que “o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalização de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalização de profissionais liberais e de donos de terra”.⁴

Em relação à Província do Piauí, a análise de Ana Regina Rêgo sugere que os partidos políticos se estruturavam a partir da composição familiar com a família Castelo Branco, defensora da ala liberal, e os Sousa Martins, vinculados às ideias conservadoras. Segundo a autora, no Piauí,

(...) coincidentemente, também coexistem as elites agrária e burocrática. Esta última, na verdade, fundamenta-se numa aparente burocracia, pois a origem das famílias que a compõem aponta para a posse de grandes extensões de terra, aliada à prática de uma pecuária extensiva. Tal elite, composta, sobretudo, pelas famílias Sousa Martins e Coelho Rodrigues e ramos colaterais, de fato, pouco a pouco, consolida-se como burocracia, até porque, estão vinculadas ao Partido Conservador, o que mais tempo permanece no governo, e, portanto, seus correligionários têm mais acesso e tornam-se dependentes do aparelho do Estado.⁵

Partindo dessa análise, Amanda Chaves da Rocha concluiu que a proposta de José Murilo de Carvalho em relação à composição dos partidos políticos, que associou os membros do Partido Conservador à elite agrária, e os do Partido Liberal aos grupos ligados à burocracia estatal, não se aplica à realidade política que se formou no Piauí, pois nessa província, “a relação da elite burocrática com a questão da terra é intensa, a ponto de ser a mesma oriunda das grandes propriedades de terra. (...) Muitos políticos do período aderiam aos partidos políticos, nem tanto pelas ideologias, mas, muitas vezes, por influências de amigos e parentes”.⁶

Teresinha Queiroz, no livro *Os literatos e a república*, identificou algumas características da composição do Partido Liberal no Piauí quanto à profissão, que se aproxima

³ CARVALHO, 2008, p. 211.

⁴ CARVALHO, 2008, p. 212.

⁵ RÊGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, pp. 167-168.

⁶ ROCHA, Amanda Chaves da. *Miguel Borges: a atuação de um homem de letras no Piauí oitocentista*. 2015. 136f. Dissertação. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2015, p. 53.

do que afirmou José Murilo de Carvalho. Em 1871, por exemplo, o Diretório do Partido Liberal no Piauí era composto por oito membros: destes, cinco tinham bacharelado em Direito. Nas eleições para a Assembleia Provincial de 1877, o Partido Liberal concorreu com 16 candidatos, deles, dois residiam em Teresina, um na capital do Maranhão e os demais espalhados pelo interior da província, possuindo as seguintes formações e/ou ocupação: “quatro bacharéis em direito, um funcionário público, sete proprietários, dois fazendeiros, um negociante e um engenheiro”.⁷ Em relação a isso, a autora verificou que a maior quantidade de candidatos ligados às atividades rurais condizia com a realidade econômica da província, vindo em seguida os bacharéis em direito. Na eleição de 1880-1881, no Piauí, dos 24 candidatos do Partido Liberal, identificou-se que 66% eram de alguma forma ligadas à burocracia urbana, diferentemente do pleito anterior, pondo em cheque algumas generalizações acerca do assunto, “em vista das intrincadas relações familiares, pessoais, de origem e de afinidade entre os diversos grupos”.⁸

Conhecer o período em que liberais e conservadores permaneceram no poder também é importante para identificar a forma como oscilaram as ações do governo e os discursos políticos nos jornais piauienses. Dos 37 gabinetes que existiram no Império entre 1840 e 1889, em 15 deles estiveram à frente o Partido Liberal, em 14 os Conservadores, e nos demais o ministério ficou a cargo dos Progressistas ou formou-se um gabinete da Conciliação; isso mostrou a instabilidade de governos existentes no sistema político imperial. Em média, cada um dos 36 ministérios durou um ano e meio, com predominância da duração dos ministérios conservadores, que se estenderam por um tempo duas vezes maior que os liberais. Após 1847, quando foi criada a Presidência do Conselho, até o fim do Império, foram escolhidos 30

⁷ A chapa estava organizada da seguinte forma: 1 Dr. José Manoel de Freitas – juiz de direito – residente no Maranhão, 2 Dr. Lourenço Valente de Figueiredo – Advogado – Residente em Teresina, 3 Dr. José Basson de Miranda Ozorio – Advogado – Residente em Parnaíba, 4 Dr. Newton Cezar Burlamaque – Empregado público – Residente em Teresina, 5 Major Antonio Hollanda Costa Freire – Proprietário – Residente em Oeiras, 6 Capitão José Pereira Nunes – Proprietário – Residente em Oeiras, 7 João José Pinheiro – Proprietário – Residente em Barras, 8 Mathias Quaresta e Mello – Fazendeiro – Residente em Campo Maior, 9 Tenente-coronel Antonio Maria Eulalio – Proprietário – Residente em Campo Maior, 10 Thomaz Rabello d’Oliveira Castro – Proprietário – Residente em Piripiri, 11 Dr. Pacífico da Silva Castelo Branco – Advogado – Residente em União, 12 Aristides Mendes de Carvalho – Proprietário – Residente em Jaicós, 13 Capitão Antonio Alves de Noronha – Negociante – Residente em Amarante, 14 Tenente-coronel Francisco Emygdio de Freitas – Empregado público – Residente na Manga, 15 Francisco Antonio de Sousa Xirrite – Proprietário – Residente em Piracuruca, 16 Capitão Cícero Leoncio Ferreira Ferraz – Fazendeiro – Residente em Valença. CHAPA PARA DEPUTADOS (...). *A Imprensa*, nº 520, p. 03, ano XIII, 13 out. 1877.

⁸ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 121.

presidentes, destes, dois foram do Piauí, um em 1864, do Partido Conservador, outro em 1882, do Partido Liberal.⁹

Em 1877, ano do início da seca, Lima e Silva, do Partido Conservador, comandava o 27º ministério, iniciado em junho de 1875.¹⁰ No Piauí, desde o início daquele ano, o executivo provincial foi comandado por pelo menos três presidentes diferentes, todos conservadores.¹¹ Nos primeiros dias do ano de 1878, subiu ao poder o Partido Liberal, iniciando um período que durou até agosto de 1885, quando novamente os conservadores voltaram ao gabinete, se estendendo até junho de 1889, quando os liberais mais uma vez ascenderam ao poder por poucos meses, sendo irrompidos quando o Império teve fim.¹² Durante esse período, continuaram as trocas de nomes na presidência da Província do Piauí, subindo e decaindo do poder liberais e conservadores, à medida que a dinâmica política existente na corte ia se movimentando. A tabela seguinte mostra, dentro dos anos da presença e/ou consequências mais rígidas das secas analisadas nesta pesquisa, os nomes, período que esteve no governo e a filiação partidária dos presidentes da Província do Piauí.¹³

⁹ CARVALHO, 2008.

¹⁰ Elaborado com base na tabela disponível em: FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Rev. Sociol. Polit.*, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017.

¹¹ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*, vol. 4. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

¹² Elaborado com base na tabela disponível em: FERRAZ, 2007.

¹³ As filiações partidárias anexadas na tabela foram extraídas a partir da interpretação documental, porém é possível que haja algum equívoco em relação a algum ou outro dado, visto que as informações a respeito de composição do partido de alguns presidentes não serem totalmente objetivas nas fontes que tive acesso.

Tabela: 23 Presidentes da Província do Piauí (1877-1881, 1888-1889)

Nome	Início	Fim	Partido
Dr. Graciliano de Paula Batista	02.01.1877	13.08.1877	Conservador
Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva	13.08.1877	21.11.1877	Conservador
Barão de Campo Maior ¹⁴	21.11.1877	09.01.1878	Conservador
Dr. Raimundo Meneses de Carvalho	09.01.1878	27.02.1878	Conservador
Cel. José de Araújo Costa	27.02.1878	15.04.1878	Liberal
Dr. Sancho de Barros Pimentel	15.04.1878	13.12.1878	Liberal
Dr. Constantino Luís Silva Moura	13.12.1878	19.12.1878	Liberal
Dr. José Mariano Lustosa do Amaral	19.12.1878	18.03.1879	Liberal
Dr. Francisco de Souza Martins	18.03.1879	07.04.1879	Liberal
Dr. João Pedro Belfort Vieira	07.04.1879	11.12.1879	Liberal
Dr. Manoel Idelfonso de Sousa Lima	11.12.1879	04.03.1880	Liberal
Cons. Síval Odorico de Moura	04.03.1880	15.04.1880	Liberal
Dr. Manoel Idelfonso de Sousa Lima	15.04.1880	01.05.1880	Liberal
Dr. Francisco de Sousa Martins	01.05.1880	07.02.1881	Liberal
Dr. Firmino Licínio da Silva Soares	27.07.1888	26.09.1888	Liberal
Dr. Raymundo José Vieira da Silva	26.09.1888	27.06.1889	Liberal
Dr. Firmino de Sousa Martins	27.06.1889	23.07.1889	Liberal
Dr. Teófilo Fernandes dos Santos	23.07.1889	10.10.1889	Conservador
Cel. João da Cruz Santos	10.10.1889	12.10.1889	Conservador
Dr. Lourenço Valente de Figueiredo	12.10.1889	15.11.1889	Conservador

Fonte: NUNES, 2007, pp. 340, 341 e 342.

A política no Piauí provincial seguia os ditames da política do Império. Com alguns presidentes oriundos de outras províncias, enviados principalmente nos anos de extensão da seca, poucas ações de impacto duradouro podiam tomar, não havendo uma sucessão de projetos que desenvolvessem a economia da província e criassem uma estrutura para combater os efeitos de futuras secas, como ocorreu no Ceará. Embora a natureza flutuante do cargo de presidente da província não possa ser atribuída como única causa dessa falta de projeção futura, visto que no Ceará a dinâmica também não era diferente, porém, de forma contrária ao Piauí, como já mostrei antes. Havia uma articulação política mais forte que conseguiu levar recursos para investimentos em grandes obras, como ferrovias e açudes.

Como mostrado na tabela, entre os mandatos meteóricos, como o do Dr. Constantino de Moura e outros que duraram poucos meses, têm-se uma média aproximada de permanência no cargo, levando em conta todos os 34 presidentes e vice-presidentes que governaram o Piauí, entre janeiro de 1877 e novembro de 1889, de quatro meses e meio.

Nos dois momentos de crise climática, econômica e social que ocorreram ao longo das últimas duas décadas, do Norte do Império, o Piauí esteve quase sempre sob comando do

¹⁴ Para saber mais sobre a trajetória política e pessoal de Augusto da Cunha Castelo Branco, o Barão de Campo Maior, ver CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013, pp. 531-537.

Partido Liberal, abrindo arena profícua para as críticas oriundas dos periódicos conservadores, que marcavam oposição ferrenha ao governo.

Conforme citado, no Piauí, durante os episódios de secas, entre os vários jornais que circulavam na província, os jornais *A Imprensa*, *A Época*, e *A Phalange* foram dentre os outros, aqueles que alimentaram o debate a respeito da seca e dos migrantes, utilizando esses elementos para reforçar o discurso ou as discórdias políticas. *A Imprensa*, com tipografia própria, funcionou de 1865 até 1889. Teve entre os seus redatores Deolindo Mendes da Silva Moura, Davi Caldas, Clodoaldo Freitas e Higino Cunha. Era o “Órgão do Partido Liberal” no Piauí, “e oficial quando este se achava no poder”.¹⁵ O jornal *A Época*, fundado em 1878, manteve suas publicações semanais até 1889. Também possuía tipografia própria. Representando o Partido Conservador, teve entre os seus redatores: Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Arêia Leão e Simplício Coelho de Resende. *A Phalange*, de vida curta, publicou alguns números em 1889 defendendo as ideias do Partido Conservador. Seu principal redator foi Simplício Coelho de Resende.¹⁶ Quanto à manutenção e ao conteúdo, Teresinha Queiroz afirmou que esses jornais contemplavam

manchetes de diferentes municípios da Província e os jornais eram sustentados não só pelas assinaturas, mas principalmente pela colaboração dos filiados, inclusive coronéis do interior da Província. Os artigos de editorial ou de responsabilidade da redação (...) derivavam de ajustes e discussões coletivas envolvendo redatores principais e lideranças políticas, que poderiam eventualmente ser as mesmas pessoas. Em geral, a responsabilidade era assumida coletivamente.¹⁷

Os jornais tinham uma função muito importante na defesa dos interesses políticos na província, e o que era vinculado a eles quase sempre era composto por conteúdo dessa natureza e se proliferavam não só em conteúdo, mas também em números. De um total de 96

¹⁵ PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: Zodiaco, 1997, p. 222. Embora também defendessem as ideias conservadoras, e tendo sido contemporâneos, *A Phalange* e o *A Época* possuíam as suas discordâncias, havendo, segundo o primeiro jornal “uma grande distância” que os separava “em matéria de dignidade”. MAIS ADULAÇÃO (...). *A Phalange*, nº 04, p. 04, ano I, 05 fev. 1889. Segundo Monsenhor Chaves, a cisão do Partido Conservador no Piauí ocorreu após a seca de 1877. “De um lado ficaram figuras exponenciais como Coelho Rodrigues, Simplício de Sousa Mendes, Odorico de Sousa e outros, defendendo intransigentemente a ortodoxia partidária, sem abertura para liberalidades que se faziam sentir em seu seio. Do outro lado, ficaram o cônego Tomás de Morais Rego, o coronel Augusto da Cunha e outros, que aceitavam as ‘ligas’ e certo *modus vivendi* com os liberais”. Chamados de Padeiros e Batinas, os dois grupos tiveram uma luta feroz, da qual um dos mais prejudicados foi o Barão de Campo Maior, que nela “jogou-se inteiramente (...) e como era o que possuía mais fortuna foi o que arcou com a responsabilidade financeira do entrevero, acabando por arruinar-se completamente” (CHAVES, 2013, p. 532).

¹⁶ PINHEIRO FILHO, 1997. Além desses, circularam no Piauí outros importantes jornais dentro do recorte que analiso nesta pesquisa, como o *A Moderação*, órgão do Partido Conservador, que na sua segunda fase de existência (primeira 1864), publicou de 1876 a 1878, e *O Telephone* (1889).

¹⁷ QUEIROZ, 2011, p. 301-302.

jornais que circularam no Piauí entre 1880 e 1889, 47 foram identificados como “jornais políticos”,¹⁸ repetindo o que ocorria em outras partes do Império. A imprensa quase sempre estava vinculada ao governo ou organização partidária. “O governo tinha sempre os seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos”.¹⁹ No caso do Piauí, da forma como se davam as formações partidárias, os políticos, muitas vezes “atrelados a um grupo familiar”, não demonstravam apenas afinidades intelectuais na composição dos jornais, prevalecendo “sobretudo, laços de parentesco e interesses econômicos”, organizando-se “em torno de um partido e *fundando* um jornal, para exercer a função de porta-voz de suas ideias e dos anseios de suas famílias”.²⁰ A exemplo disso, o Cel. José de Araújo Costa, importante membro do Partido Liberal no Piauí, que governou a província por pouco mais de um mês em 1878, era dono da Companhia de Navegação a Vapor, empregando nela “sempre o redator-chefe d’*A Imprensa* como subsídio pecuniário para obrigá-lo a certas privações”, usando o jornal para “defender os amigos e atacar os adversários”.²¹

Em uma sociedade que era majoritariamente analfabeta como a piauiense, da forma como afirmou Jonatas Batista, o único interesse do leitor do Piauí voltava-se “para as polêmicas, insultos e diatribes políticos”.²²

É possível que muitos leitores se interessassem mesmo pelas diversas polêmicas que eram publicadas. Os jornais *A Imprensa* e *A Época* foram espaços dedicados a muitas ofensas, acusações e também defesas dos atingidos, quase sempre também ofensivas. Então, é provável que já se lesse um jornal e nos números seguintes procurasse o que o outro ia trazer como resposta, tornando-se verdadeiros roteiros úteis para entreter quem era interessado na política, como também quem gostava de “ficar informado” das desavenças que envolviam muitos personagens que faziam a história do Piauí, tanto na capital como espalhados pelas comarcas da província. Os textos, algumas vezes assinados, outras vezes não, referiam-se ao nome do ofendido ou ao coletivo a quem era direcionado, e em caso de resposta, indicava o número e a data que o jornal rival havia publicado o texto anterior, possibilitando que quem desejasse acompanhar a “novela” em detalhes recorresse ao número citado. Se não se tratasse

¹⁸ QUEIROZ, 2011, p. 357.

¹⁹ CARVALHO, 2008, p. 54.

²⁰ RÉGO, 2001, p. 166, *grifo meu*.

²¹ FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. Academia piauiense de Letras/EDUFPI, 2012, p. 136.

²² QUEIROZ, 2011, p. 170.

de acusações sérias e desarranjos políticos, poder-se-ia até pensar que faziam isso de propósito, a fim de captar leitores. Para Marinalva Barbosa,

Os insultos verbais presentes em profusão nesses periódicos fazem parte de uma longa linhagem narrativa, na qual a quebra da normalidade presumida, a inclusão de temas sensacionais e o apelo às fórmulas retóricas são fundamentais para a conquista do público. Por outro lado, ao fazerem dos insultos e das chacotas, dos xingamentos e das bravatas o tema fundamental da imprensa, os jornais se incluem na ordem do dia, sendo objeto das conversas e dos casos que se contam pela cidade. Com isso, incluem-se quase que compulsoriamente entre as necessidades de um público que se alastra.²³

Independentemente dos objetivos de quem lia os periódicos na época, devia estar preparado para os insultos e xingamentos que poderia encontrar, pois “os jornais utilizavam, em seus discursos, uma linguagem crítica e agressiva, e, quando ditas de forma indireta, demonstravam, nas entrelinhas, desavenças muito além das causas políticas, tendo, por vezes, motivações, exclusivamente, pessoais”.²⁴ Na leitura dos textos publicados, tanto nos jornais liberais como conservadores, observa-se um discurso pautado na ideia de transmissão da verdade e da mentira, onde o emissor sempre conduzia o leitor ao melhor pensamento, enquanto o opositor buscava enganar. Na escrita liberal, o Partido Conservador, seu tradicional adversário, é associado muitas vezes “às forças do arbítrio e a violação do direito (...) personificações do mal e da iniquidade e sobre eles deve recair todo o opróbrio do autor e do leitor”.²⁵ Como a acusação se dava de maneira recíproca, não havia diferenciação nos modos de transmitir o conteúdo aos leitores. Se suprimido o nome dos jornais e as marcas político partidárias, seria impossível identificar a quem pertencia um ou o outro discurso.²⁶ Em muitas situações emitiam as suas opiniões, atribuindo as ideias expostas à expressão do pensamento do povo, e até mesmo a assinatura do texto podia ser conferida ao coletivo,²⁷ e não de um único sujeito movido por motivações políticas. Em 1889, um artigo publicado no *A Imprensa* acerca da volta dos liberais ao poder transmitia a ideia de salvação da nação e do Piauí, motivo para encher-se de “esperança e de coragem o que luta com a seca e com a fome”.²⁸

²³ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 49.

²⁴ ROCHA, 2015, p. 52.

²⁵ QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e o imaginário político do século XIX. In: FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. Academia piauiense de Letras/EDUFPI, 2012, p. 174.

²⁶ RÊGO, 2001.

²⁷ AO EXMO. (...). *A Imprensa*, nº 517, p. 02, ano XIII, 14 set. 1877.

²⁸ SECCA NO PIAUHY. *A Imprensa*, nº 1082, p. 03, ano XXIV, 27 jul. 1889.

As ofensas eram publicadas em forma de crônicas, mas as poesias também eram um dos gêneros preferidos pelos redatores para mencionar o adversário. Publicado em maio de 1878 pelo jornal *A Época*, o poema “Vampiros” fez uma referência direta aos presidentes e autoridades que foram promovidas ao poder da Província do Piauí após a queda do Partido Conservador:

Na noite do dia cinco
Do fatal mês de janeiro,
Infectara nossas plagas
Voraz bando alvicareiro.

Vinham famintos, sedentos
Dos dinheiros do erário;
E assim foram desfilando
Em cortejo funerário:

Fedendo a chifre queimado,
Enxofre, veneno e fel,
Das profundezas do averno
Surge o velho coronel.

Com queixo de légua e meia
Receitando só quinino
De negra asquerosa campa
Sai Dr. Constantino.

Traz mãos inchadas de bolos,
Cabeça envolta em um lenço;
Cara de *macaca fêmea*
O novo juiz Lourenço.

Inda cheirando ao desprezo
De seu chefe Victorino,
Surge o poeta *potóla*
José Joaquim Avelino.

Com o ventre enorme, repleto
De caroços de pequi
Se mostra o *nobre parente*
Do mulatão do Poty.

Pedindo pensões, empregos,
A todos que vê se atraca,
Vem um santinho Colin
Jesuíta de casaca.

Uns Judas Iscariotes,
Beijudo da cara inchada,
Se apresenta foragido
Com sua farda bordada.

Com a barriga lá no fundo

Prestes a levar a breca,
Vê-se um juiz chupeta
Mestre Teixeira careca.

Eis que aparece faminto
Com figura de *basbaque*,
O furreta e agiota
Engenheiro Burlamaqui.

De fundo abismo ladrando
Furioso como um cão;
Que a todos morde e devora
Se apresenta um *violão*

Magro, feio, olho estufado,
Já dando o último arranco,
Brota de feia caverna
Um Leal Castelo Branco.

Chorando e pedindo fundas
Para a sua quebradeira,
Vem mentindo e se arrastando
O barão *da mata escura*.

Fino como um *lambisgoia*,
Recurvado como um til;
Mostra o focinho comprido
O banqueiro esperto Gil.

Olhar sinistro, esfaimado
Parecendo ter o mal;
Vem Zé Cazuza mercúrio
Coletor lá da geral.

Após vem roendo as unhas
Tocando leque e bandurra;
O resto da bicharada
Cachorros, vacas e burra.²⁹

Entre referências ao desempenho profissional, apelidos, metáforas e depreciações às características físicas dos sujeitos citados, o poema faz alusão à chegada dos liberais ao poder no Piauí. Publicado poucos meses após a queda dos conservadores, é visível o ressentimento do autor com a ascensão dos opositores ao comando político do Piauí. Além da perda da gerência financeira da província, os conservadores perderam vários cargos públicos que ocupavam até janeiro de 1878. Isso era uma prática comum mediante a alternância de poder. Segundo Teresinha Queiroz (2011), “apesar das reclamações dos liberais quanto aos aspectos políticos das nomeações e transferências, o Partido Liberal, quando estava no poder, realizava

²⁹ VAMPIROS. *A Época*, nº 08, p. 04, ano I, 25 mai. 1878.

atos similares contra os conservadores”.³⁰ A partir de janeiro de 1878 as exonerações e nomeações foram constantes, favorecendo os correligionários liberais; e isso se dava não só em relação aos opositores conservadores, muitas vezes, para favorecer um aliado mais forte, transferia-se ou até demitia outro membro do partido. Os constantes ofícios de demissões e nomeações feitos pelo vice-presidente Dr. Constantino são um exemplo disso: mesmo passando menos da metade de um mês no governo, fez várias alterações no quadro de funcionários públicos da província. “Essa instabilidade de cargos e posições, ao sabor dos ventos da política, é um dos indicadores da intransigência partidária do período e um dos elementos que explicam a mobilidade geográfica da elite burocrática imperial”,³¹ que algumas vezes tinha que se deslocar até províncias distantes para assumir um cargo público, devido a perseguições políticas locais. Com isso, a luta pela garantia do poder era também, em última instância, a garantia pela continuidade em um cargo público. As queixas eram constantes nos meses que seguiram o início do governo liberal no Piauí: “os conservadores têm sido despedidos de todos os empregos, lucrativos ou não, mesmo daqueles em que eram providos a título vitalício”.³² A perda dos postos de trabalho e as remoções executadas após o início do governo liberal foi motivo para uma queixa direcionada pelos conservadores piauienses ao imperador D. Pedro II, em agosto de 1878. Entre várias acusações contra os liberais, a carta era direta no seu objetivo:

A paternal clemência de V. M. Imperial recorre por meio desta a maioria dos habitantes desta infeliz província, sacrificada aos ódios, que não estancam, de um partido déspota no poder e revolucionário na oposição. Senhor! Temos fome do pão quotidiano, que a seca cruel e os bárbaros liberais arrancaram aos nossos filhos, porém, mas que tudo, nos devora a sede de justiça! Senhor, fomos privados de todos os cargos públicos, vitalícios ou não, que com o maior zelo exercemos nesta província; fomos ainda privados dos lugares de suplentes de juiz municipal que não são demissíveis; porém nada disso satisfaz o ódio implacável do chefe liberal desta mesma província, que pôs em jogo contra nós a pior e a mais ferina arma da perseguição, a dos processos e crimes. (...) Senhor, compadecei-vos de nós!³³

O redator do texto, na tentativa de sensibilizar o imperador, em alguns momentos põe a população da província como vítima das ações do governo liberal, porém a intenção da carta buscava necessariamente preservar os benefícios individuais dos conservadores no Piauí. Se a carta chegou às mãos de D. Pedro II e se ele atendeu às clemências dos prejudicados, não foi

³⁰ QUEIROZ, 2011, p. 122.

³¹ QUEIROZ, 2011, p. 122.

³² O SR. JOSÉ DE ARAÚJO (...). *A Época*, nº 08, p. 02, ano I, 25 mai. 1878.

³³ A S. M. O IMPERADOR. *A Época*, nº 18, p. 01, ano I, 03 ago. 1878.

possível identificar, mas pelas acusações que seguiram nas páginas seguintes contra o governo dos liberais na província, é provável que a maioria dos conservadores permaneceu longe dos mais importantes cargos públicos no Piauí até 1885, quando retornaram ao poder.

Ser excluído das benesses da administração pública no Piauí não se referia apenas ao caso de opositores do partido que estava governando: como bem exemplificou Teresinha Queiroz, dentro do próprio partido nem todos eram agraciados com um cargo público, principalmente aqueles que caíam no ostracismo político eram relegados à marginalidade. Alguns “letrados” piauienses, quase sempre bacharéis em direito, como Jesuíno José de Freitas, Manoel Idelfonso de Sousa Lima, Newton Cezar Burlamaqui, David Caldas e Clodoaldo Freitas, mesmo com os liberais no poder, tiveram que exercer profissões como a advocacia ou a docência, por exemplo.³⁴

Um trecho da fala dos personagens Luís Borges e Araújo, no romance *Um manicaca*, criticava diretamente essa dependência de muitos bacharéis e “homens das letras” dos cargos públicos. Em uma noite de conversa, disse o primeiro: “Chegamos ao ideal de uma geração inteira de médicos, dentistas, farmacêuticos, legisladores, parteiros, sem termos quem faça sapatos, quem nos prepare as ceroulas. É o exército do proletariado das letras que toma posições à espera de atirar-se aos cofres públicos”. Diante da afirmação, questionou Araújo: “– Aos cofres públicos?”, respondendo Luís Borges: “– Perfeitamente. Nem todos poderão ganhar a vida: pedirão ao Estado que não os deixe morrer à fome”.³⁵

Em busca de retomar as decisões de distribuição dos cargos públicos no Piauí, nem sempre abundantes para todos que eles almejavam, os conservadores mantiveram a sua posição ferrenha de crítica ao governo liberal, enfocando principalmente a gestão dos recursos direcionados para a seca no Piauí.

02 A vigilância da imprensa na gestão dos Socorros Públicos

Em setembro de 1877, o jornal *A Imprensa*, em longo artigo acerca da gestão da seca no Piauí, enviado por um cidadão de Piracuruca, descrevia em um trecho a importância da imprensa na vigilância do serviço público. Dizia ele que

(...) a autoridade zelosa de sua reputação, ou o cidadão brioso, sempre deve respeitar as manifestações da opinião pública, e prestar atenção à imprensa –

³⁴ QUEIROZ, 2011.

³⁵ NEVES, 2012, p. 54.

que é um dos mais poderosos elementos do progresso, e sempre foi considerada um dos mais eficazes corretivos do abuso e do erro.³⁶

A assertiva explicitada pelo autor do texto foi colocada em prática centenas de vezes nos jornais piauienses ao longo do período em que se estenderam as secas no Piauí. Nem sempre de forma briosa, em casos beirando a calúnia e sem muito critério de fonte, quando às vezes dizia antes de uma denúncia “fomos informados que”, ou “soubemos que...”, os jornais piauienses demonstraram-se vigilantes na aplicação dos recursos públicos.

Se os conservadores tomaram como uma das pautas mais relevantes no jornal *A Época* a gestão dos recursos da seca pelo governo liberal a partir do começo de 1878, quando perderam grande parte dos cargos públicos que ocupavam no Piauí, essa posição já era assumida pelos liberais, quando no início da seca, ainda em 1877, o controle do gabinete ministerial ainda estava sob comando do Partido Conservador.

Em discurso proferido na sessão da Câmara de 02 de outubro de 1877, publicado pelo jornal *A Imprensa*, enquanto ainda estava na oposição, o deputado liberal Silveira Martins fez acusações semelhantes às direcionadas pelos conservadores após a virada de posições. Ao ser questionado por Diogo de Vasconcelos, “Somos também autores da seca?”, ele respondeu: “o Partido Conservador é, porque cruza os braços, nada faz para melhorar a condição das províncias e tomou o conselho da Bíblia como programa político; se tens fome, abre a boca e invoca a Divina Providência. (...)”. Após várias acusações, recebeu como retruco de Vasconcelos outra provocação: “Isto sucede como V. Exc.^a, que é tão liberal como Cipião foi africano”.³⁷

Se olhadas as páginas do jornal *A Imprensa* do ano de 1877, encontram-se em algumas delas conteúdo quase idêntico ao que passou a ser publicado pela *A Época* após a destituição do Partido Conservador. Uma das denúncias dizia respeito à compra de mantimentos pela Comissão de Socorros de Teresina, que fazia os contratos sem haver “publicidade nos atos (...) nos casos em que deveriam tê-la...”. Em uma dessas situações, o jornal citou, em agosto daquele ano, o aluguel de uma égua para o transporte de gêneros alimentares para Príncipe Imperial “pelo preço de 25\$000 réis”, quantia considerada maior até do que o valor do animal. Diante disso, indagou *A Imprensa*: “Por que razão não se chegou a um acordo de anunciar que se queria alugar cavalos ou burros para a condução dos referidos mantimentos? Mande nesse sentido a comissão os anúncios que quiser, e os publicaremos gratuitamente”.³⁸ Motivados ou

³⁶ SRS. REDATORES (...). *A Imprensa*, nº 519, p. 02, ano XIII, 29 set. 1877.

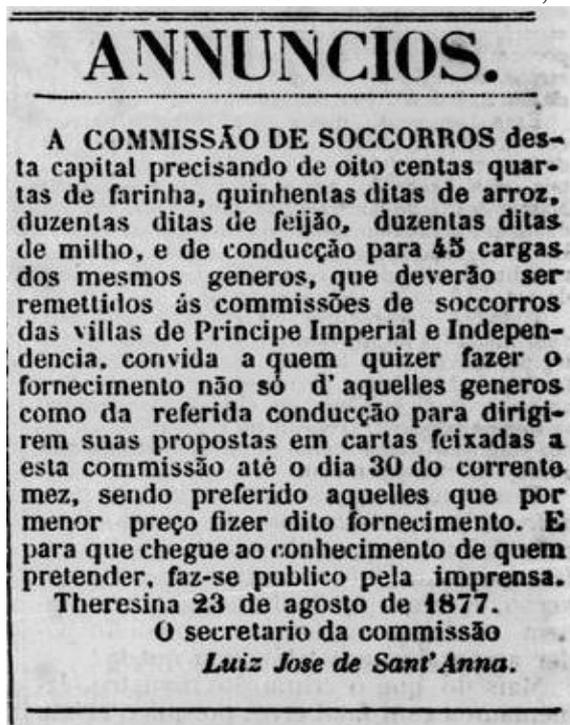
³⁷ DISCURSO PROFERIDO (...). *A Imprensa*, nº 527, p. 02, ano XIII, 17 dez. 1877.

³⁸ COMISSÃO DE SOCORROS. *A Imprensa*, nº 514, p. 06, ano XIII, 15? ago. 1877.

não por estes questionamentos do jornal liberal, no dia 23 de agosto, em reunião, a Comissão de Socorros de Teresina decidiu que “os viveres, fazendas, ferramentas, medicamentos e a condução dos mesmos para diferentes pontos da província, *fossem* feitos por meio de arrematação, precedido de propostas em cartas fechadas e convites públicos nos jornais”, devendo aqueles que pretendiam a fazer negócios com o governo apresentarem amostras dos artigos que desejavam fornecer.³⁹

Até então, os questionamentos acerca da gestão dos recursos pelo jornal liberal eram bem menos agressivos e, embora, da mesma forma que depois foram os do jornal conservador, carregados de ironia, ofertou a sua contribuição na tarefa que criticava. Pressionado ou não pela oferta, no número seguinte ao da crítica, a Comissão de Socorros de Teresina publicou um anúncio no *A Imprensa* a respeito do assunto, o que não pode ser considerado um ato comum, visto que se tratava do jornal da oposição. A iniciativa deve ter sido uma tentativa de comprovar ao jornal e ao público que a referida comissão cumpria com suas obrigações da forma correta, evitando, assim, futuras críticas do periódico.

Figura 12: Anúncio da Comissão de Socorros de Teresina, em agosto de 1877



Fonte: ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 515, p. 04, ano XIII, 25 ago. 1877.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ata da primeira sessão da comissão de Socorros de Teresina, na data de 23 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

Anúncio dessa natureza foi feito novamente no mesmo jornal no mês de novembro, quando mais uma vez a Comissão de Socorros de Teresina, “autorizada pelo Exmo. Sr. Presidente da província”, avisou estar recebendo proposta para compra de “2.600 metros de chita (...), 1800 metros de algodãozinho (...), para distribuir aos emigrantes necessitados” na capital e em outros pontos da província.⁴⁰ Após a inversão dos partidos no poder no ano seguinte, quando o *A Imprensa* tornou-se o órgão oficial do governo, apesar de serem comuns as publicações de páginas completas dos ofícios das Comissões de Socorros de Teresina e demais comarcas do Piauí, poucas vezes foram localizados anúncios dos representantes das comissões, nomeados pelo governo liberal, publicando “editais” para a compra de mercadorias ou contratação de prestação de serviço, nem no jornal oficial, nem no jornal da oposição, abrindo espaço para que o *A Época* mantivesse a linha de críticas ferrenha à gestão dos recursos das comissões pelos seus representantes.

Enquanto esteve na oposição, a postura do *A Imprensa* a respeito da forma como os conservadores geriam as Comissões de Socorros, além de conter críticas menos ácidas, comparadas com as feitas pelo *A Época* nos anos seguintes, também, em certas ocasiões, elogiou algumas pessoas à frente do órgão assistencialista. Um deles foi direcionado ao delegado de Príncipe Imperial, que não se rendia às investidas dos poderosos, cumprindo a sua função junto aos mais desfavorecidos.⁴¹

Em dezembro de 1878, André Jacome da Paz publicou, também no *A Imprensa*, um artigo em que acusava os conservadores de esquecerem o passado de quando estavam no poder, optando, após isso, por manter a “oposição descabelada, sustentada em fatos apócrifos (...) longe do teatro dos acontecimentos (...) estampados com o maior cinismo!”⁴² Ao noticiar a posse de Araújo Costa, ocorrida em fevereiro de 1878, o jornal cuidou em fazer várias acusações ao governo anterior: recebia ele o governo das mãos dos adversários, “que foram os obreiros da decadência das nossas finanças e da corrupção dos nossos costumes, terá ele que caminhar sobre ruínas acumuladas em quase dez anos. E de lutar com embaraços de toda ordem levantada pelos descarados contrabandistas do dinheiro público”.⁴³

Em “resposta”, durante os anos que se estendeu a seca iniciada em 1877, eram constantes os questionamentos e acusações de desvios pelo jornal conservador, e a gestão da seca pelos liberais era sempre colocada em xeque. Enquanto estavam no poder, dizia: “as

⁴⁰ ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 524, p. 04, ano XIII, 19 nov. 1877.

⁴¹ A SECCA. *A Imprensa*, nº 516, p. 03, ano XIII, 31 ago. 1877.

⁴² PAZ, André Jacome. *A Imprensa*, nº 572, p. 03, ano XIV, 19 dez. 1878.

⁴³ POSSE. *A Imprensa*, nº 533, p. 03, ano XIII, 28 fev. 1878.

infelizes vítimas da seca, eram pelos homens do governo descaído tratadas com magna solicitude. Então ainda não se morria de fome; todas as localidades estavam mais ou menos abastecidas de viveres e de dinheiro (...)", e antes de três meses do início do governo liberal "já muita gente tem morrido e continua a morrer de fome; os viveres do governo em poucos dias desapareceram como por encanto (...)".⁴⁴

Muitas informações de irregularidades chegavam até a redação dos jornais em Teresina, por meio de pessoas residentes nas localidades onde estavam instaladas as comissões, que insatisfeitas com o gerenciamento e decisões dos gestores nomeados para tal função, dissertavam cartas à redação dos periódicos, demonstrando o que consideravam irregularidade. Embora possa ver com relevância o trabalho dessas pessoas, é possível que muitas denunciavam pela mesma forma que os jornais, por estarem ressentidas ao terem sido alijados do processo de gestão dos recursos, ou privadas de ter acesso a algum benefício oriundo deles. De Piracuruca, um sujeito que se identificou como "um vigilante em favor dos desvalidos", ao relatar irregularidades na Comissão de Socorros daquele município, escreveu: "Tendo encarregando-me voluntariamente de fiscalizar e dar publicidade a maneira porque vai se distribuindo os dinheiros que o governo tem mandado para esta vila, a fim de socorrer aos emigrantes, devo continuar essa missão, pois assim me é forçoso".⁴⁵ Em outra carta, o "fiscal", identificado como R. C. de Moraes, mesmo sabendo das consequências advindas de tal atividade, como adquirir "desafeições, como quase sempre acontece quando se dizem verdades", justificou a sua condição de vigilante: "sou brasileiro – sou piauiense, pago impostos ao Estado, e por isso tenho o direito de fiscalizar a maneira porque esse recurso é despendido".⁴⁶

De fato, a atividade dos gastos com os recursos enviados para as Comissões de Socorros nas mais diversas localidades deveria ser vigiada, visto que, mesmo sendo compostas por "pessoas socialmente qualificadas" e "conceituadas na comunidade", como "o vigário, o Juiz de Paz, o Coletor de Renda e o Delegado",⁴⁷ é possível que corresse entre eles, o jogo de interesses. Em posse dos recursos, decidiam a melhor forma como aplicar, seja comprando carne, cereais, distribuindo diretamente aos necessitados ou contratando serviços. Em meio a essas muitas possibilidades, alguns tentavam estratégias para tirar algum proveito. De Piripiri, "O pesquisador" relatou ao jornal *A Imprensa* o imbróglio surgido na reunião para

⁴⁴ O SR. JOSÉ DE ARAÚJO (...). *A Época*, nº 08, p. 02, ano I, 25 mai. 1878.

⁴⁵ PIRACURUCA. *A Imprensa*, nº 532, p. 02, ano XIII, 13 fev. 1878.

⁴⁶ SRS. REDADORES (...). *A Imprensa*, nº 519, p. 02, ano XIII, 29 set. 1877.

⁴⁷ ARAÚJO, 1991, p. 72 e 73.

a tomada de decisão a respeito da aplicação de dois contos de réis, recebidos pela comissão da referida vila, em 19 de setembro de 1877.

(...) o delegado e comissário, tenente Francisco Gonçalves de Medeiros, deu o seu parecer a comissão, para dirigir-se a ela aos fazendeiros, assim de saber qual deles vendia gados mais baratos, e feito isso, comprassem aquele que mais vantagem oferecesse, do que preferirem as compras feitas em açougues, mas qual este plano ou parecer não convinha, porque prejudicava o presidente da comissão, – o juiz municipal – que é o marchante que fornece a carne que pela comissão é esmolada aos emigrantes, com cuja negociação tem ele algum lucro. O coletor geral, que é também comissário, tem sido escrupuloso no desempenho dos deveres, porém é cunhado do juiz municipal e, por isso, deve ir de acordo com ele. O presidente da câmara, que é outro comissário, é um pobre moço que além do adeus e apoiado, nada diz. Assim, será mal e bem distribuído o dinheiro que para aqui veio. O delegado vendo rejeitado o seu parecer, saiu de tal reunião bem angustiado (...). É assim que as mãos largas vão sendo destruídos os cofres da nação, aproveitando sempre aos felizardos.⁴⁸

Nessas reuniões, colocava-se na mesa os jogos de interesses locais, que começavam na vila ou no município e iam até o presidente da província. É provável que em muitas comissões os valores tenham sido utilizados de forma indevida, e muitas vezes as prestações de contas foram superfaturadas para beneficiar um ou todos os membros da comissão. Ao final de tudo, a população migrante e pobre era a mais penalizada por essas atitudes que, embora fossem constantemente denunciadas, pelo seu viés político, tanto da natureza da denúncia, como pela posição social e política do denunciado, dificilmente foram punidos com o rigor necessário, (não localizei nenhum processo na documentação) e quando ocorria alguma punição, ela se dava somente através da destituição do cargo, tanto ao longo do período da gestão dos conservadores, como dos liberais.

O relato acima foi respondido por um dos membros da Comissão de Socorros de Piripiri no próprio *A Imprensa*, em que o emissor defendia-se das acusações lançadas contra a comissão e explicava as razões usando números para a decisão tomada na aplicação dos recursos.⁴⁹ Essas réplicas foram praticamente impossíveis de serem encontradas no mesmo jornal após os liberais chegarem ao poder. Após isso, os extremos se estreitaram e não foi mais usual denúncia e defesa no mesmo periódico. Elas continuaram existindo, mas sendo feitas uma de cada lado. Essa tolerância vista no jornal do Partido Liberal ao longo de 1877, permitindo a acusação à administração conservadora, assim como abrindo espaço para a

⁴⁸ EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 520, p. 03, ano XIII, 13 out. 1877.

⁴⁹ SENHORES REDATORES (...). *A Imprensa*, nº 527, p. 04, ano XIII, 17 dez. 1877.

defesa, se esvaiu após chegarem ao poder, principalmente por terem que dedicar parte de suas páginas quase que diariamente para as defesas das acusações feitas pelo jornal *A Época*.

Na oposição, as críticas e denúncias do *A Época* de má aplicação dos recursos eram direcionadas tanto à Comissão e quanto aos Socorros de Teresina e de diversas localidades do interior da província. Sempre lançando perguntas nesse sentido: “Qual destino teve o dinheiro recebido? Qual o destino que teve os remédios que a comissão recebeu para os doentes de febre?”.⁵⁰ Na capital, os Núcleos eram um dos principais focos dos redatores do *A Época*. Em uma ocasião, o jornal reuniu dados para mostrar que havia superfaturamento nas despesas com um dos Núcleos Coloniais,⁵¹ que considerava “a melhor mina a explorar” naquela “quadra desastrosa”. Dizia o jornal que a maior parte dos contratantes rapidamente enriqueceram à custa desse negócio, que se mostrou uma “(...) rendosa indústria, no exercício da qual todos prosperarão indubitavelmente”. Completava dizendo ainda que “ser comissão do governo em tempos de seca é emprego tão rendoso que todos querem entrar para o quadro do funcionalismo, e muitos contentam-se com serem apenas sócios da indústria”.⁵²

Como grande parte das ações do governo liberal para o combate aos efeitos da seca era criticada no jornal conservador, o *A Imprensa* publicou uma nota pedindo “não se critique pelo prazer de criticar”, vós foste governo até ontem e fizeste o que estás condenando hoje”.⁵³ As contas que não batiam, os preços abusivos na venda de gêneros pelas Comissões de Socorros, a não prestação de contas do dinheiro apurado com as vendas e a irregularidade na distribuição de viveres e grãos para os migrantes, seja na cidade ou nos Núcleos, era ocupação do jornal. Essas ações teriam sido mais relevantes se não fossem motivadas pelo ressentimento de não estar no poder para gerir – e possivelmente – desviar esses recursos extras enviados pelo Ministério do Império.

O enriquecimento pessoal, descrito na literatura sobre as secas, também foi um fato denunciado com veemência pelo jornal *A Época*, no Piauí, que considerou a Comissão de Socorros “uma chaga cancerosa”, que sugava dos cofres públicos dia após dia enormes quantias que eram “revertidos não em benefício dos pobres, porém em satisfação e voracidade de famintas harpias (...)”,⁵⁴ afirmando que muitos homens ligados ao Partido Liberal, antes pobres, gozavam após chegarem ao poder, da “abastança”, “à medida em que o Estado

⁵⁰ ATTENDA O EXMO. (...). *A Época*, nº 13, p. 03, ano I, 29 jun. 1878.

⁵¹ A SÊCCA, OS EMIGRANTES E A IMPRENSA. *A Época*, nº 05, p. 01, ano I, 04 mai. 1878.

⁵² OS MESMOS EM TODA PARTE. *A Época*, nº 28, p. 04, ano I, 12 out. 1878.

⁵³ A SECA. *A Imprensa*, nº 541, p. 02, ano XIII, 02 mai. 1878.

⁵⁴ NÓS E O SR. (...). *A Época*, nº 56, p. 01, ano I, 26 abr. 1879.

derrama a favor das vítimas de seca do Norte os recursos que o papel moeda deu ao erário”.⁵⁵ Nesse contexto, foi publicada a canção *Muamba*, como mais uma forma chamar atenção para os desvios cometidos pelo governo e pelos agentes das Comissões de Socorros:

Muamba! Que doce nome!...
 Como é doce Muamba!
 – Já é pecado – ser pobre,
 Pois a toca é de entornar, –
 Muamba! Que doce nome!
 Como é doce Muamba!

Ou seja plebeu, ou pobre
 Tem direito de furtar,
 Contanto que a liberdade
 Tenha ao seu lado um altar
 (...)
 São tempos de novidades,
 A melhor é – muambar;
 Quem deixa hoje e chopana,
 Vai um palácio habitar!
 (...)
 Venham secas, muitas secas
 E quem saiba portelhar...
 Que a irei saberemos
 Ablações mil enfeudar!
 (...)
 Que morram os retirantes
 Ou vivam sempre a penar;
 Nada Importa... são perversos...
 Podemos deles... roubar!
 Muamba! Que doce nome!
 Como é doce Muamba!
 (...)⁵⁶

As denúncias da maneira como eram destinados os recursos dos socorros abrangiam diversos aspectos, como a pequena quantidade de alimentos distribuída, não sendo suficiente para alimentar a fome da população emigrada, a irregularidade com que os víveres e cereais chegavam às Comissões de Socorros, os altos preços pagos nos fretes para transportar os mantimentos de um ponto até determinada vila, quando se podia pagar a metade, por exemplo, além dos contratos fraudulentos para fornecimento de alimentos e prestação de serviços que eram firmados por muitas comissões sem o devido critério “na seleção dos contratos, desconsiderando-se totalmente a concorrência pública (...)” beneficiando os

⁵⁵ OS LIBERAIS SE DIVERTEM. *A Época*, nº 30, p. 01, ano I, 27 out. 1878.

⁵⁶ MUAMBA. *A Época*, nº 46, ano II, 15 abr. 1879.

amigos, familiares e membros do partido.⁵⁷ Em uma dessas situações relatou o jornal *A Época*:

Continham os grandes fornecimentos ao governo para as *urgências da seca* a serem feitos em segredo, sem a necessária chamada de licitantes como em casos tais sempre foi costume e exige o público interesse, que desta forma vai sendo escandalosamente sobrepujado pela gana particular.⁵⁸

O contrato em questão descreve o fornecimento de roupas, entre as quais, 1000 camisolas para adultos e 300 para crianças, além de vários utensílios domésticos como pratos, colheres e panelas. Em outros casos, os víveres destinados pelo governo central desapareciam sem que se soubesse o destino que levaram. Segundo *A Época*, “apareciam depois expostos a venda em diversas tavernas, que suprem-se no celeiro público (...) para fornecer pequenos lucros aos que especulam com a penúria da população desfavorecida”.⁵⁹ Com as irregularidades acontecendo constantemente, avolumavam-se pessoas na porta dos depósitos da Comissão de Socorros e também dos seus representantes. Essa situação também foi exposta em forma de versos no jornal como maneira de denunciar o que se passava:

(...)

Homens, meninos, mulheres,

A implorar compaixão;

De fome têm morrido,

Na porta da comissão

(...)

Monstruoso é este homem

Com o que tem praticado;

Pois os viveres da pobreza

Só os ricos ele tem dado.

(...)

Por via da grande seca

Tudo isto tem se dado,

E o *gimbo* do governo

Só chega pros empregados.⁶⁰

Enquanto o *A Imprensa* tecia elogios à gestão de Barros Pimentel descrevendo as suas ações enquanto gestor da província e no combate aos efeitos da seca, o periódico conservador levantou questionamento quanto à contratação de Dr. Constantino Moura para fiscalizar as condições sanitárias dos Núcleos Coloniais por um conto de réis, julgado pelo *A Época* ser um preço excessivo para pequeno trabalho, pois segundo o jornal, somente “passou em

⁵⁷ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Universidade Federal do Piauí e Academia Piauiense de Letras, 1991, p. 74.

⁵⁸ SEM CONCURRENCIA. *A Época*, nº 63, p. 04, ano II, 16 jun. 1879.

⁵⁹ EMIGRANTES. *A Época*, nº 26, p. 01, ano I, 28 set. 1878.

⁶⁰ ABC. *A Época*, nº 04, p. 04, ano I, 27 abr. 1878.

recreio algumas horas em cada núcleo, donde ele escreveu de febre, como César ao senado romano acerca do filho Mithridates: *veni, vidi, vici!*”.⁶¹ A essa denúncia, o jornal liberal tratou de justificar o gasto dizendo que o médico “desempenhou cabalmente, como era de esperar, fez uma viagem de mais de 40 léguas (...) e apresentou um minucioso relatório”.⁶²

Em 1889, outra vez fora do poder, o *A Época* continuou fazendo críticas e denunciando o que considerava ser má gestão e aproveitamento pessoal dos recursos da Comissão de Socorros, como quando relatou acerca da distribuição de carne em Amarante, “feita com toda parcialidade”, sendo escolhidas “determinadas pessoas” para receber o benefício,⁶³ e até mesmo as quantias pagas pelo presidente da província Theófilo dos Santos com as verbas dos Socorros. A essa distribuição para vários amigos e correligionários, por prestação de serviços ou fornecimento de mercadorias para as comissões, o jornal chamou de “mimos”, uma vez que considerou os valores repassados extremamente altos e até de investimento desnecessário.⁶⁴

A distribuição dos “benefícios” acontecia muitas vezes em forma de contratos, da mesma maneira que na seca de 1877, e o que se fazia na capital, como citado no exemplo anterior, também se reproduzia nas vilas do interior da província. Em setembro de 1889, a denúncia partia de Piracuruca. Assinada por “Uma pessoa do povo”, o relato descrevia os detalhes da articulação para beneficiar os “Zés” da localidade: “aberto como se acha o cofre das graças, ou melhor dizer, as arcas do tesouro, aos Zés da atual situação, não podiam os Zés de Piracuruca ficar esquecidos, pois tem tanto direito ou talvez mais que os outros, como eles se julgam”. O texto da sequência refere-se à contratação da Comissão de Socorros daquela cidade para o transporte de farinha “destinada ao socorro dos indigentes” após a dispensa “dos conservadores que dela faziam parte” pelo valor de um conto de réis, enquanto o valor real do serviço era de trezentos mil réis.⁶⁵

Segundo Maria Celestina Mendes da Silva, a formação daqueles responsáveis pela editoração dos jornais piauienses, muitos deles escritores, permite que sejam visualizadas nos seus textos “verdadeiras narrativas do mundo cruel e desumano”. Para ela, nos textos havia uma interferência na narrativa: “às vezes mostra sua indignação; outras vezes procura não apenas denunciar, bem como transmitir sua opinião sobre os políticos”. Na análise, a autora identificou o uso de vários recursos comuns ao texto literário contidos nos jornais piauienses a

⁶¹ ADMINISTRAÇÃO FINDA. *A Época*, nº 38, p. 01, ano I, 21 dez. 1878.

⁶² OS EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 561, p. 02, ano XIV, 04 out. 1878, *grifo meu*.

⁶³ AMARANTE. *A Época*, nº 570, p. 03, ano XI, 05 out. 1889.

⁶⁴ MIMOS. *A Época*, nº 571, p. 04, ano XI, 12 out. 1889.

⁶⁵ UMA PESSOA (...). *A Época*, nº 571, p. 03, ano IX, 12 out. 1889.

respeito da seca, “tal como a presença de um narrador, ora homodiegético, ora heterodiegético”. Em alguns momentos os narradores participam das cenas das secas, em outros estão distantes daquele cenário. De modo geral, os recursos linguísticos utilizados pelos jornais piauienses daquele período eram empregados com um propósito, pois tinham como função “transmitir uma ideologia que visa a mudança do comportamento do leitor, pois, ao agirem sobre ele, obrigam-no a assumir uma função, defendendo a causa daqueles que sofrem com a seca”.⁶⁶

A seca e os migrantes estiveram no centro das discussões políticas no Piauí na segunda metade do século XIX. Os Socorros Públicos, como já analisados por vários pesquisadores, foram almejados como uma oportunidade de angariar recursos. A própria elite política regional viu na seca uma importante fonte de riqueza, como já mostrado. O que se punha em questão e motivo para tantas denúncias era estar ou não no poder para ter a possibilidade de usufruir desses recursos e dividir com os seus aliados. Pode-se dizer que a má gestão dos socorros e, conseqüentemente, o uso pessoal deles em detrimento da população necessitada, envolvia desde o presidente da província, na forma de concessão de privilégios a muitos funcionários dessas comissões, passando pelos fornecedores, até aqueles responsáveis pela distribuição dos socorros. Seja nos Socorros Diretos, nos Núcleos Coloniais ou na contratação de serviços, quase sempre se dava um jeito de se beneficiar do dinheiro destinado aos pobres emigrados.

Os migrantes e a população pobre, “centro da atenção dos jornais locais”, apareciam na linguagem dos periódicos como uma massa de pessoas, sendo identificados por diversos adjetivos que buscavam causar comoção no leitor, como já dito: “flagelados”, “pobres”, “miseráveis”, “famintos”, “infelizes”, “cearenses”. Seus nomes e sua identidade poucas vezes apareciam nos jornais. Na verdade, os sujeitos individuais pareciam pouco importar para os redatores, sendo mais importante a condição geral em que eles estavam inseridos, pois essa poderia ser objeto de denúncia e reclamação, a fim de atingir o governo, sendo eles somente citados pelos seus nomes quase sempre quando estavam envolvidos em algum incidente. Diferentemente dos jornais, nos documentos das Comissões de Socorros o nome de tantos cearenses e piauienses são expostos, da mesma forma que outras informações a respeito de cada um. Em alguns momentos, após o início da gestão liberal, os ofícios do governo que eram publicados no *A Imprensa* identificavam alguns desses homens e mulheres em ocasiões quando a eles eram concedidas passagens para viajarem nos vapores para Norte ou para Sul

⁶⁶ SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *Para uma historiografia literária do Piauí: a narrativa da seca*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2013, pp. 79, 80, 82 e 85.

ou também quando morriam. Em fevereiro de 1879, ao delegado de polícia do termo de Parnaíba foi expedida por ordem da tesouraria a quantia de 29:960 réis, em reposição ao que tinha gasto com o emigrante Luiz Antonio Soares, que havia falecido de varíola naquela cidade.⁶⁷

Como os liberais estiveram no governo da província na maior parte do tempo em que ocorreram as duas secas, a imprensa, ou melhor, os membros do partido conservador, faziam o seu papel de denunciar, embora fosse uma função desempenhada de forma interessada e ressentida. Mesmo que em muitas situações fossem fundamentadas em fatos, algumas vezes caíam na exacerbação e na contradição pelo puro objetivo de desqualificar o governo, por isso é importante que mesmo sendo consideradas, deve-se observar o importante papel das Comissões de Socorros espalhadas no Piauí durante os períodos de seca no auxílio à população local e aos migrantes. Algumas vezes, com recursos insuficientes diante de tamanha demanda, tendo que resistir às fraudes e até mesmo às dificuldades de chegar a quem precisava, as Comissões de Socorros tiveram relevância na assistência à alimentação, à saúde, ao transporte e também na promoção do trabalho e de pequenas obras públicas, como será visto nas páginas seguintes.

03 As Comissões de Socorros Públicos no Piauí

A imprensa teve função primordial no alarde acerca do início da seca no ano de 1877. Por meio de notícias de algumas comarcas do Piauí, como Príncipe Imperial, Oeiras e Jaicós, os jornais pediam providências do governo provincial para acudir a população local e a emigrada, que já entrava aos volumes no território piauiense. Para que se iniciasse a ação governamental era necessária a liberação de verbas pelo governo central, porém, a princípio, o envio dos repasses ficou “quase impossível, em virtude de vários projetos apresentados com fins idênticos aos já determinados por lei (...) a ponto de retardar a efetiva liberação de verbas assistenciais”. A preferência em destinar recursos principalmente para o Ceará também foi motivo para o atraso nas liberações.⁶⁸ De Independência, um correspondente invocou a Constituição afirmando que ela garantia os “socorros nas grandes calamidades (...) a todos os necessitados”.⁶⁹ De fato, além de serem garantidos pela Constituição de 1824, no artigo 179, os Socorros Públicos eram garantidos pelo Decreto nº 2.884, de fevereiro de 1862, que em seu

⁶⁷ OFFÍCIOS. Nº 119, de 13 de fevereiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, p. 02, ano XIV, 26 fev. 1879.

⁶⁸ ARAÚJO, 1991, p. 72.

⁶⁹ AO EXMO. (...). *A Imprensa*, nº 517, p. 02, ano XIII, 14 set. 1877.

artigo 5º permitia a abertura de créditos pelo presidente da província em casos da “necessidade de pronto socorro” por motivo de calamidades, como epidemia e fome.⁷⁰

O livro da Comissão de Socorros, de março de 1878, que resumiu as principais ações desse órgão, definiu a sua função da seguinte forma:

O principal serviço da comissão consiste na distribuição de viveres e fazendas aos emigrantes necessitados, - empregando-os nos trabalhos determinados pela presidência, ou obrigá-los a se recolherem e a permanecerem nos sítios onde foram criados núcleos de retirantes com o fim de entregarem a lavoura, - fornecimento desses núcleos e a remessa de socorros para diversos municípios da província assolados pela seca ou ocupados pela corrente da emigração do Ceará.⁷¹

Este texto, escrito quando o Piauí já era governado por um presidente do Partido Liberal, seguia a orientação da referida agremiação em relação à distribuição dos auxílios: conceder os socorros mediante o desempenho do trabalho. No Piauí, além do trabalho nas obras públicas, foram criados os Núcleos Coloniais, onde podiam dedicar-se ao trabalho da lavoura com a finalidade de evitar a aglomeração de pessoas no centro urbano de Teresina. Mesmo com essa orientação, tanto nos primeiros meses da seca, quando o Piauí ainda estava sob o comando do Partido Conservador, e também ao longo de 1878 e 1879, quando a província foi governada por representantes do Partido Liberal, observei na documentação analisada a constante distribuição dos Socorros Diretos aos migrantes e também à população piauiense.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí, em agosto de 1877, o presidente Graciliano de Paula Batista descreveu as primeiras ações tomadas pelo seu governo para minorar os impactos da seca sobre a população: “abri créditos sob minha responsabilidade, nomeei comissões, para quase todas as comarcas, incumbindo-lhes da distribuição de socorros, e enviei as que exigiam as quânticas necessárias para despesas com compra de víveres e roupas”.⁷² Vê-se que a primeira iniciativa do governo provincial foi o assistencialismo através da criação das Comissões de Socorros implantadas nos municípios atingidos diretamente pela seca, como em Príncipe Imperial e em outras localidades que, a

⁷⁰ BRASIL. DECRETO Nº 2.884, de 1º de fevereiro de 1862. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2884-1-fevereiro-1862-555417-publicacaooriginal-74643-pe.html>. Acesso: 26 set. 2020.

⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

⁷² Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 17.

princípio, sentiram os impactos da seca mais diretamente pela chegada dos emigrantes, como Oeiras. Instituídas pelo governo provincial, as comissões eram “subordinadas a Repartição Provincial de Socorros públicos”.⁷³

Para a comissão instalada em Príncipe Imperial, um dos primeiros pontos a sentir o impacto da seca na província, o primeiro socorro foi recebido em 13 de maio de 1877, na quantia de 500\$000 réis; em junho, o segundo, já somou 1:000\$000 réis. Parte desse valor foi entregue em dinheiro para os emigrantes devido à alta dos preços das mercadorias e da escassez em adquirir gêneros naquela localidade.⁷⁴ Diante da afluência de pessoas para aquela comarca, esses valores eram muito pequenos. Depois de junho, aquela comissão só voltou a receber recursos em agosto, quando foram enviadas 42,5 quartas de farinha de 40 litros cada uma e duas cargas de sal, da comissão de Teresina. Em setembro foi remetido novamente para aquela localidade 30 quartas de farinha, idas por meio da comissão de Campo Maior.⁷⁵

Para Oeiras e Jaicós, foram enviados pelo presidente da província, “179 sacos de farinha (...) mandando também dinheiro para a compra de outros viveres (...) e para despesas de transporte, compra de fazenda e com alojamento dos emigrantes”.⁷⁶ Pelo relatório e pelas notícias publicadas no jornal *A Imprensa*, identifica-se que a primeira ação do governo do Piauí foi promover os Socorros Diretos distribuindo carne, farinha e grãos, assim como também dinheiro (embora contrária à determinação do governo geral) para que os migrantes pudessem comprar o alimento que conseguissem. Esse tipo de assistência, iniciado pelo governo conservador, não era suficiente para a demanda das localidades atingidas inicialmente.

Em Oeiras, por exemplo, a distribuição de “esmola” pela Comissão de Socorros, em fins de 1877, acontecia nas quartas e sábados, quando tanto os migrantes que se encontravam na sede do município quanto aqueles acampados nas terras ao redor da cidade, dirigiam-se até a comissão para receber às vezes “um ou dois quilogramas de carne verde”.⁷⁷ Em outubro daquele ano, em ofício enviado ao presidente da província, os membros da Comissão de Socorros de Oeiras, na tentativa de alertar sobre a dimensão da necessidade do envio de mais socorros àquela localidade, arrolaram uma lista com o nome de 934 chefes de família,

⁷³ ARAUJO, 1991, p. 72.

⁷⁴ PRÍNCIPE-IMPERIAL (...). *A Imprensa*, nº 519, p. 03, ano XIII, 29 set. 1877.

⁷⁵ IMPORTANTE DOCUMENTO. *A Imprensa*, nº 521, p. 04, ano XIII, 24 out. 1877.

⁷⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 17.

⁷⁷ OEIRAS. *A Imprensa*, nº 526, p. 02, ano XIII, 10 dez 1877.

contabilizando um total de 5.702 pessoas dependentes do auxílio do governo naquele momento para sobreviver.

Ao passo em que fizeram os devidos agradecimentos às medidas tomadas até então pelo presidente da província no envio de recursos para aquela comissão, informavam que “essas medidas não são suficientes para o mal que tão dolorosamente nos ressentimos e que maior e mais doloroso ainda se nos figura no futuro”.⁷⁸ A comissão de Oeiras não era a única que se ressentia com os poucos recursos para tamanha demanda. Além disso, a escassez de gêneros e carne verde dificultava o trabalho de ajuda aos migrantes e pessoas pobres das diversas localidades, algumas delas ainda sem comissão instalada, como na vila de Manga. De lá, foi enviada para que fosse publicada na imprensa uma solicitação pública de socorros.

Chamamos a atenção do Exmo. Sr. Presidente da província para este município, e se em outros lugares os emigrantes são socorridos pelos favores do governo, é justo que esta vila não seja esquecida, por ser um ponto onde eles se aglomeram de passagem para a província ou os centros desta à margem do majestoso Parnaíba. Assim, pedimos que seja aqui também montada uma comissão de socorros e que S. Exc.^a. volva um olhar de proteção aos emigrantes que transitam entre nós. (...).⁷⁹

Os esforços do governo pareciam não serem suficientes para a situação da população em diversos pontos da província. Recursos abaixo do necessário, dificuldade de transporte e desabastecimento em âmbito local eram obstáculos que inviabilizavam uma cobertura completa dos socorros à população. Em 1878, o presidente da província, Sancho de Barros Pimentel, reconheceu que diante desse tipo de problema era difícil e até impossível “seguir-se um sistema e regularizar-se o serviço de distribuição dos socorros”.⁸⁰

Diante dessa inconsistência na distribuição de alimentos em locais mais críticos, particulares agiram auxiliando as comissões concedendo-lhes empréstimos, seja em forma de dinheiro ou de alimentos, da forma como fez o coronel João Ferreira Melo Falcão, em Príncipe Imperial, que emprestou 600 litros de farinha à Comissão de Socorros daquele lugar para serem distribuídos entre os emigrantes.⁸¹ Em Parnaíba, o capitão Manoel Francisco Moreira, emprestou à comissão daquela cidade a quantia de 4:950\$527 réis para despesas realizadas pelo dito órgão.⁸² Esse tipo de atitude geralmente partia de pessoas que se

⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Oeiras ao presidente da Província, de 16 de outubro de 1877. Localização: Cod. 1053, estante 09, prateleira 03.

⁷⁹ MANGA (...). *A Imprensa*, nº 519, p. 03, ano XIII, 29 set. 1877.

⁸⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 10.

⁸¹ OFFÍCIOS. Nº 08, de 17 de abril de 1878. *A Imprensa*, nº 540, p. 01, ano XIII, 28 abr. 1878.

⁸² OFFÍCIOS. Nº 397, de 03 de agosto de 1878. *A Imprensa*, nº 555, p. 01, ano XIV, 24 ago. 1878.

sensibilizavam com a condição de fome em que se encontrava a população, quase na sua totalidade formada por migrantes. O pagamento era feito à medida que as comissões recebiam recursos do governo da província. No caso do coronel, a princípio, foi-lhe devolvido 320 litros de farinha, ficando o restante a ser pago quando a comissão tivesse condições. Existiram também aquelas pessoas que, na falta de recursos financeiros, ofereceram o seu trabalho como contribuição às comissões. Reconhecendo os “relevantes serviços” que fazia o Sr. Manoel Joaquim da Silva Sobreira “visitando muitos doentes fazendo o serviço de enfermeiro”, a Comissão de Socorros solicitou que a ele fosse dada “uma gratificação”, visto que exercia a profissão de alfaiate “e em tais circunstâncias” não estava trabalhando no seu ofício.⁸³

Além dos créditos abertos pelo governo e dos repasses logo depois enviados pelo Ministério do Império, particulares também faziam doações em dinheiro para os socorros aos migrantes. O chefe de polícia, Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho foi um deles; ofereceu “cem mil reis em moeda e 5% de seus vencimentos para auxílio das despesas”; também com a mesma finalidade, major Benício José Mendes, da vila de Piracuruca, ofereceu “cem mil réis em moeda e dez matalotagens”,⁸⁴ demonstrando isso que algumas pessoas da província não se faziam indiferentes aos problemas enfrentados por todos; além desses dois doadores, muitos outros contribuíram entregando o que possuíam às comissões para ser distribuído ou doavam diretamente à população que se encontrava nas ruas ou quando batiam à porta das suas casas.

Os créditos abertos inicialmente pelo presidente Graciliano de Paula Batista foram na importância de 30:000\$000, distribuídos entre 12 Comissões de Socorros, instaladas tanto na capital como em várias localidades do interior, conforme detalha a tabela abaixo:

⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao presidente da província, Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, em 03 de outubro de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁸⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 18.

Tabela 24: Recursos destinados às Comissões de Socorros do Piauí em 1877.

Localidade	Valor
Teresina	8:823\$727
Príncipe Imperial	1:750\$000
Independência	1:750\$000
Parnaíba	2:000\$000
Piracuruca	1:500\$000
Pedro II	2:000\$000
Campo Maior	1:500\$000
Oeiras	4:000\$000
Amarante	2:000\$000
Valença	1:000\$000
Barras	1:500\$000
Jaicós	1:500\$000
Total	29:323\$727

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 18.

Pela tabela identifica-se onde foram inicialmente instaladas as Comissões de Socorros; vistos serem locais onde a princípio já havia sido decretada a seca, eram receptores de grande quantidade de migrantes ou apresentavam os dois fenômenos. Na distribuição dos recursos, a comissão de Teresina se destacou por levar a maior parte do valor total, possivelmente por ser na capital onde já se concentrava grande número de cearenses e onde foi implantada a maioria dos Núcleos Coloniais, que demandavam muitos recursos para manutenção. Oeiras, um dos pontos que mais recebia emigrantes na província, aparece em segundo com menos da metade do que recebeu Teresina; é de notar que esse valor não era suficiente para atender a todos de forma satisfatória.

A escassez de alimentos na região e a localização da cidade tornavam mais caro chegarem até lá alimentos enviados de outras localidades, como de Amarante. Príncipe Imperial e Independência, primeira região afetada pela seca e pela migração, e nos primeiros anos de seca, são juntamente com Oeiras os locais mais citados nos jornais, receberam recursos abaixo de outras localidades, como Pedro II, Parnaíba e Amarante. Essas duas últimas, poucas vezes constam na documentação como ponto de acúmulo de migrantes, pelo menos nos primeiros meses da seca, embora Parnaíba também fosse uma porta de entrada para migrantes cearenses. Acredito que os valores repassados para as comissões dessas localidades em vantagem a outras localizadas em comarcas mais atingidas, ocorreu por serem de regiões como Parnaíba, Amarante e Pedro II, de onde que era encaminhados gêneros para outras regiões. Muitos ofícios publicados no jornal *A Imprensa* a partir de 1878, dão conta que Parnaíba era um dos pontos de saída de gêneros que iriam para Teresina. Em fevereiro de

1878, foi enviado de lá para a capital, pelo Vapor Parnaguá, 955 sacos de cereais, incluindo milho, feijão e farinha.⁸⁵ Teresina também recebia gêneros de outras partes, como Amarante; desse município também partiam os produtos enviados à Oeiras. Pedro II, assim como Campo Maior, igualmente foi ponto de exportação de gêneros, principalmente para Príncipe Imperial nos primeiros meses, até também escassearem. Destacando que, além dos créditos em dinheiro, as comissões também recebiam, sempre que possível, carregamentos de gêneros alimentícios, na sua maioria, incluindo cargas de farinha, milho e feijão, para serem distribuídos à população. A farinha era, nesse contexto, o alimento mais requisitado. Em toda a documentação analisada esse componente alimentar apareceu em destaque, seja na compra ou distribuição. Inclusive nos estoques do governo existia em maior quantidade em relação aos grãos também vendidos e distribuídos pelas Comissões de Socorros. Em dezembro de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina possuía no seu depósito 396 quartas de farinha, somando 19.800 litros do produto, enquanto milho e feijão eram apenas 26 e 40 quartas, totalizando 1.300 e 2.000 litros destes grãos, respectivamente.⁸⁶

A carne verde oferecida geralmente era comprada pela comissão nos açougues ou de fazendeiros da região onde estavam instaladas, mas a quantidade e a frequência variavam de acordo com o rebanho local. Enquanto em Oeiras, em fins de 1877, relatava-se que o gado existente estava escasso, dificilmente sendo encontrado em condições de abate,⁸⁷ em abril daquele mesmo ano, Teresina não passava por essa dificuldade. A recomendação feita pelo governo para a Comissão de Socorros foi que distribuísse carne aos necessitados em dias intercalados, mesmo que em maior quantidade, com a finalidade de “simplificar o trabalho da comissão, poupando-lhe tempo”.⁸⁸ Em abril 1878, a comissão de Teresina foi autorizada a contratar o fornecimento de carne “para ser distribuída com os emigrantes e pessoas necessitadas, na razão de 4 a 5 vezes por semana”,⁸⁹ o que demonstra a existência de gado bovino disponível para o consumo nas proximidades da cidade. No mês seguinte, possivelmente pelo aumento do número de migrantes e pessoas pobres na capital, o presidente

⁸⁵ OFFÍCIOS. Nº 104, de 28 de janeiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, p. 01, ano XIV, 26 fev. 1879.

⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Quadro de cereais existentes no depósito da comissão de socorros de Teresina em 17 de dezembro de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Oeiras ao presidente da Província, de 16 de outubro de 1877. Localização: Cod. 1053, Est. 09, Prat. 03.

⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 11 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos (1876-1877). Localização: Cod. 575, Prat. 05, Est. 02.

⁸⁹ PARTE OFICIAL (...) PORTARIA nº 45. *A Imprensa*, nº 541, p. 01, 02 maio de 1878.

da província, Barros Pimentel, autorizou que fossem distribuídas “duas vezes por dia com os emigrantes e pessoas necessitadas” que se encontravam por ali localizadas.⁹⁰

Em Teresina, a distribuição de fazendas e carne verde era feita tanto para as pessoas que se encontravam no centro urbano, como também nos Núcleos Coloniais, que a depender da quantidade de migrantes que possuía estabelecido, recebiam mais ou menos recursos. De acordo com o relatório do presidente José Mariano Lustosa, os gastos com essa finalidade, entre dezembro de 1878 e março de 1879, foram na casa de 30:749\$290, deste valor, 21:211\$110 foram destinados à compra de carne verde.⁹¹

Além da distribuição direta de carne e cereais à população, o governo também disponibilizava esses gêneros para venda mais barata àqueles que tinham condições de adquirir através da compra; assim autorizou o presidente Araújo Costa, como “providência salutar”, que fossem comprados porções de viveres e expostos à venda na capital e em vários pontos da província, “salvando somente os custos”.⁹² Medida parecida foi tomada pelo presidente Belfort Vieira, no ano seguinte. Visando combater a alta do preço da farinha em Teresina, colocou à venda a preços baixos parte desse produto remetido à capital pelo governo geral, “obstando”, segundo ele, o monopólio quanto a esse gênero, obrigando que o seu preço no mercado local fosse reduzido.⁹³

Essa atitude de Belfort Vieira foi anunciada com muito fervor pelo *A Imprensa*⁹⁴, porém como era comum, o *A Época* acusou o governo de fazer o contrário. Dirigindo-se diretamente ao presidente da província, lançou a seguinte nota:

Ou apodrecem nos depósitos, ou *virão alma*. À pobreza não se vende, não se dá um caroço da porção de viveres que o governo tem no celeiro. Todo está sendo vendido por atacado a diminuto número de particulares. Não era melhor e mais humanitário vende-los em pequenas porções à pobreza do que reserva-los para os amigos? Sr. Belfort Vieira, V. Exc.^a. equivocou-se; o *socorro* público é destinado aos pobres... Saberá quanto custou cada litro de cereal ao governo geral? Para que procede assim; pois prefere vende-lo a um só do que repartidamente pelos necessitados? (...).⁹⁵

⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício S/N, de 15 de maio de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02

⁹¹ Relatório com que o Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da Província do Piauí ao excelentíssimo Sr. 3º vice-presidente, Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Typographia da Imprensa, 1879.

⁹² Relatório da província apresentado pelo vice-presidente Araújo Costa, em 15 de abril de 1878, p. 06.

⁹³ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879.

⁹⁴ CEREAS. *A Imprensa*, nº 591, p. 04, ano XIV, 28 abr. 1879.

⁹⁵ VIVERES DO GOVERNO. *A Época*, nº 66, P. 04, ano II, 05 jul. 1879.

É provável que as acusações do jornal ao governo tivessem algum fundamento; não é difícil imaginar que diante de tantos querendo tirar qualquer proveito dos socorros do governo, alguns comprassem a preços baixos grandes quantidades dos gêneros destinados à venda para a população pobre para depois revender a esses mesmos pobres por um preço mais alto, como também denunciou o mesmo jornal em outra ocasião. Mesmo considerando que isso fosse prática, em dado momento alguma quantidade desses gêneros era posta à venda. Os preços variaram ao longo da seca e dependendo da localidade, quanto mais distante de Teresina ou de algum porto às margens do rio Parnaíba fosse, maior era o valor final vendido aos emigrantes. Em 1877, em Teresina, a farinha era vendida a 80 réis o litro, o milho a 50, e o arroz a 300 o quilo, com limite de oito litros por pessoa.⁹⁶ A carne de gado bovino custava, em abril de 1879, 190 réis o quilo.⁹⁷ O arroz, que comumente aparecia como gênero alimentar ofertado aos migrantes nos ofícios dos primeiros meses de seca, mesmo a preço mais caro com o passar do tempo, foi tornando-se escasso. Em fevereiro de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina recebeu 1000 litros de farinha para serem distribuídos em “pequenas rações aos emigrantes mais necessitados” que fossem chegando à capital.⁹⁸ Para aqueles que não recebiam o gênero gratuitamente, geralmente a farinha era vendida em Teresina a um preço mais acessível em relação a outras localidades. Em agosto de 1878, na capital, este produto era vendido a sete mil réis a quarta. Em algumas vilas, esse valor podia chegar ao dobro. Em ofício de julho daquele ano, a dita comissão da capital encaminhou 210 quartas de farinha para seis localidades diferentes, que deveria ser vendida à proporção de dois terços do total, e o restante distribuído à população.

Tabela 25: Preço da quarta de farinha vendida pelas Comissões de Socorros em julho de 1878

Localidade	Quartas de farinha	Preço da quarta
Humildes	18	11 mil réis
Pedro II	30	13 mil réis
Príncipe Imperial	42	14 mil réis
Campo Maior	60	11 mil réis
Marvão	18	11 mil réis
Valença	42	11 mil réis

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 10 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos (1878). Localização: Cod. 578, Prat. 05, Est. 02.

⁹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 11 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos (1876-1877). Localização: Cod. 575, Prat. 05, Est. 02.

⁹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 07 de abril de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 160, de 05 de fevereiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

Esses preços eram estabelecidos por ofícios encaminhados pela Comissão de Socorros Públicos da capital às comissões estabelecidas nas localidades de destino. É possível que contassem para a alta dos valores a quantia despendida com os fretes do transporte do produto. Geralmente os gêneros chegavam a Teresina pelos vapores, que quase sempre partiam de Parnaíba, recebidos nos portos desse município vindos de Pernambuco e do Maranhão, como registram alguns documentos de 1878.⁹⁹ De Teresina, os sacos com os gêneros eram encaminhados para o interior da província através do transporte animal, que geralmente era alugado. Em 1877, a Comissão de Socorros da capital pagou 30 mil réis pela condução de cada uma das 35 cargas de cereais enviados para Príncipe Imperial e Independência.¹⁰⁰ O mesmo ocorria com o envio às demais comissões. O valor do frete muitas vezes era extraído da própria venda do produto. Em outros casos, os lucros da comercialização dos gêneros tinham outro destino.

Em 1878, a Comissão de Socorros de Campo Maior informou, por meio de ofício, que usou o dinheiro proveniente da venda da farinha feita por ordem da presidência, somando 200\$000 réis, para custear a locomoção de 353 emigrantes saindo daquela localidade para as margens do rio Parnaíba. Além disso, comprou com o restante do valor adquirido com aquela venda, 100\$000, mais 60 quartas de farinha, das quais 40 seriam para a venda ao preço de 11\$000 a quarta de 50 litros e 20 para distribuir gratuitamente à população.¹⁰¹ Como já mostrei, esses valores de revenda podiam variar, e dependendo da localidade onde eram vendidos, os preços aumentavam progressivamente. Em julho de 1878, a tesouraria da fazenda autorizou o envio de 100 sacos de farinha para as comissões de Amarante, Oeiras e Jaicós, e 50 para as de Picos e São João do Piauí. Desse total, um terço era destinado à distribuição gratuita e o restante vendido pelos seguintes valores a quarta de 50 quilos: 11:000 réis em Amarante, 12:000 em Oeiras, 13:000 em São João do Piauí e Picos, e 14:000 e Jaicós.¹⁰² Em Oeiras, em março de 1878, a quarta de 50 litros era vendida a 10:500.¹⁰³ Em algumas situações o preço não era determinado pela comissão de Teresina, ficando a cargo dos membros desse órgão na localidade de destino decidir sobre o seu valor de venda. Em

⁹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 78, de 07 de outubro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02; Ofício nº 904, de 11 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

¹⁰⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

¹⁰¹ OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 553, p 02, ano XIV, 13 ago. 1878.

¹⁰² OFFÍCIOS. Nº 349, de 02 de agosto de 1878. *A Imprensa*, nº 555, p 01, ano XIV, 24 ago. 1878.

¹⁰³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício S/N, de 28 de março de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-julho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02

outubro de 1878, a comissão de Príncipe Imperial recebeu a orientação para que oferecesse a farinha ao “preço que achar mais conveniente”.¹⁰⁴ Para a de União, a orientação foi que vendesse a preço que achar razoável.¹⁰⁵ Essa liberdade nos preços fazia com que em algumas localidades os dirigentes dos socorros disponibilizassem os gêneros a preços exorbitantes, inviabilizando o acesso da população mais pobre a essas mercadorias, principalmente a farinha. Em novembro de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina, alertou a comissão de Pedro II, sem especificar valores, que o “preço marcado da farinha era muito alto”, devendo essa comissão “vende-la por preço mais baixo”.¹⁰⁶

Como os valores eram estabelecidos para venda quase sempre em medida de quartas, não dá para auferir uma ideia do preço do litro ou do quilo praticado nos diferentes municípios, salvo a demonstração dos preços em fração exercidos em Teresina em 1877. É bem possível que grande parte da população que ainda podia pagar pelos gêneros alimentícios recorresse às comissões para compra em pequenas quantidades. Ao mesmo tempo em que vendiam, as comissões também eram compradoras de gêneros nas localidades, quando estes não chegavam através de envios da comissão de Teresina. Compravam rezes para serem vendidas e distribuídas com os recursos em dinheiro que recebiam, mas também eram autorizadas a fazer grandes compras de outros gêneros para distribuir gratuitamente aos migrantes. Em janeiro de 1878, a comissão da vila de Marvão, foi autorizada a comprar, a “preço corrente do mercado”, 400 litros e farinha, 200 litros de feijão e dois bois para matalotagem, para serem distribuídos ao migrante José Francisco Pacheco e mais quarenta pessoas que estavam em sua companhia, vindas do Ceará, e se encontravam naquela vila “baldos completamente de qualquer recurso”.¹⁰⁷

Em janeiro de 1890, quando já havia sido instaurada a república, as Comissões de Socorros, denominadas – Comissões Patrióticas de Socorros –, também trabalharam na venda e distribuição de gêneros. Devia ser a farinha “vendida à população pobre pela metade do preço” praticado no mercado e distribuída gratuitamente “em pequena porção somente aos

¹⁰⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 692, de 10 de outubro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02

¹⁰⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 814, de 12 de novembro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02

¹⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 796, de 07 de novembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

¹⁰⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 148, de 31 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

indigentes paralíticos ou cegos”.¹⁰⁸ No mês seguinte, a comissão de Teresina recomendava que a venda do produto fosse feita a cem réis o litro.¹⁰⁹

Dito isto, identifica-se que as Comissões de Socorros, entre as suas várias atividades, desempenhavam também a função comercial. Autorizadas a vender gêneros alimentares para reduzir a alta dos preços no comércio das localidades, reinvestiam os valores adquiridos para auxiliar os migrantes, mas deve-se observar que ao fazerem isso tomavam para si uma função dúbia: tanto vendiam como doavam alimentos. No caso das comissões citadas, percebe-se que o interesse comercial se sobrepunha ao assistencialismo direto, visto que dois terços da remessa de farinha foram destinados à venda, e a um preço que geraria um lucro significativo para o órgão, que deveria reinvestir o valor em novos socorros, enquanto a entrega direta a quem recorria à comissão era bastante reduzida comparada com a demanda de muitas localidades. Pelo preço e pela medida estabelecidos, a comissão dá a entender que a oferta da farinha para venda era posta em grande quantidade. A quarta de farinha era uma medida muito alta e, certamente, o valor pedido por ela inviabilizava que pessoas mais pobres tivessem acesso ao produto por meio da compra, restringindo o consumo da mercadoria a um público específico, àquele que podia pagar para comer ou até mesmo para revender, como constantemente denunciou o jornal *A Época*. Postura diferente teve a comissão de Barras, que no ano de 1879, informou ao presidente da província que achou mais conveniente distribuir aos migrantes os cereais recebidos ao invés de vendê-los.

O “sumiço” dos viveres e cereais ao chegarem ao poder dos responsáveis pela Comissão de Socorros não era algo restrito. Como já mostrei aqui, era comum em muitas localidades os migrantes pouco usufruírem o que era destinado a eles. Em Campo Maior acusava-se que a distribuição dos legumes era feita “com os do peito da situação, ficando a população *a ver navios*”.¹¹⁰ Em Marvão, a queixa era a mesma: pouco se conhecia o destino do dinheiro remetido à comissão. De lá, um denunciante que se identificou como “Veritas”, recorria ao presidente da província para que tomasse providências quanto à identificação do destino dado aos socorros recebidos pela comissão daquela localidade.¹¹¹ Pela leitura, percebe-se que existiam diversas formas de desvios dos recursos das Comissões de Socorros e essa prática ocorria em distintos níveis da sua gestão, seja na forma de contratos fraudulentos

¹⁰⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 301, de 28 de janeiro de 1890. Códice Comissão de Socorros. Localização: Código 583, Estante 05, Prateleira 03.

¹⁰⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 419, da comissão patriótica de socorros de Teresina, de 10 de fevereiro de 1890. Códice Comissão de Socorros. Localização: Código 583, Estante 05, Prateleira 03.

¹¹⁰ CAMPO MAIOR. *A Época*, nº 34, p. 02, ano I, 23 nov. 1878.

¹¹¹ ATTENDA (...). *A Época*, nº 13, p. 03, ano I, 29 jun. 1878.

ou na apropriação direta dos gêneros alimentares enviados pelo governo, como disse o *A Época*: “o difícil não está na distribuição, mas nos distribuidores”.¹¹² Nos Núcleos Coloniais, nos primeiros meses do seu estabelecimento, não havia um rigor na fiscalização das informações passadas pelos contratantes: a princípio, os contratos “nem contratos eram, no rigor da palavra”. O presidente da província autorizava pessoas determinadas a realizarem “as despesas necessárias com os retirantes que chegassem nas suas fazendas, apresentando depois a respectiva conta” no início de cada mês, não havendo “base alguma, entregue a todo arbítrio, à boa fé daquele a quem se dirigia o presidente ou vice-presidente”, principalmente nas administrações de Graciliano de Paula Batista e do seu sucessor.¹¹³

Talvez isso se desse pelo fato de que a fiscalização do trabalho dessas comissões, se não inexistente por via governamental, ocorresse somente por meio do que os próprios membros das comissões justificavam em ofícios ao governo, sobre o dinheiro ou os cereais. Em setembro de 1878, o inspetor da Tesouraria da Fazenda mandou entregar a quantia de 400\$000 réis a Manoel Monteiro de Oliveira Lima, membro da Comissão de Socorros da vila de Parnaguá, “para socorrer os desvalidos que ali *estavam* flagelados pela seca”, “cuja quantia a referida comissão prestaria contas oportunamente”.¹¹⁴ Em fevereiro de 1880, o jornal *A Imprensa* publicou um ofício que havia sido encaminhado pela segunda vez, após não ter resposta do primeiro, de outubro do ano anterior, ao juiz de direito da comarca de Barras, que requeria esclarecimentos a respeito da condição daquela localidade antes e depois da seca, entre os pontos questionados, buscava-se saber “o número de indigentes e o de emigrantes que receberam viveres, medicamentos e outros socorros”, indicando não ter havido uma fiscalização sistemática do destino feito pelas comissões com esses recursos, podendo elas justificarem da maneira como desejassem, ou até mesmo não prestassem os devidos esclarecimentos, como havia feito o juiz de direito de Barras.¹¹⁵ Fora disso, as denúncias ocorriam apenas por cidadãos locais, que mandavam correspondências de diversas localidades para serem publicadas principalmente no *A Época*. Quando eram interrompidas, ou durante a execução das suas atividades, quando havia troca de governo, eram feitas solicitações de esclarecimentos sobre a atividade dessas comissões. Em abril de 1889, todas as comissões instaladas no Piauí foram notificadas a informar com “máxima urgência o número de pessoas que tem socorrido e de que está socorrendo presentemente, em que têm consistido os

¹¹² COMISSÕES SANITÁRIAS. *A Época*, nº 59, p. 04, ano II, 17 mai. 1879.

¹¹³ NEGÓCIOS DO PIAUHY. Discurso do senador Parnaguá na Sessão de 18 de agosto de 1879, do senado. *A Imprensa*, nº 610, p. 03, ano XV, 20 set. 1879.

¹¹⁴ OFFÍCIOS. Nº 554, de 20 de setembro de 1878. *A Imprensa*, nº 562, p. 01, ano XIV, 10 out. 1878.

¹¹⁵ OFFÍCIOS, nº 90, de 06 de fevereiro de 1880. *A Imprensa*, nº 631, p. 01, ano XV, 23 fev. 1880.

socorros, se em esmolas ou salários”, além de que obras haviam sido executadas com o valor destinado a cada localidade.¹¹⁶ Obviamente, da mesma maneira que na seca anterior, essa “prestação de contas” era elaborada pelos representantes locais, que poderiam com facilidade fraudar a finalidade dos números repassados pelo governo.

Independentemente dos desvios existentes, o governo aplicava os recursos destinados para os socorros aos migrantes de diversas formas. Como já dito antes, além da compra de alimentos, como grãos e carnes, comprava-se, por exemplo, tecidos e roupas, ferramentas de trabalho, pagavam-se fretes para o transporte de alimentos, passagens para os migrantes se deslocarem de um lugar para outro dentro do Piauí ou para fora dele, a manutenção dos Núcleos Coloniais, diárias para os fiscais dos núcleos, medicamentos, ambulâncias enviadas a diversas localidades, pagamentos de médicos e enfermeiros, sementes para plantio das roças, além da distribuição direta de dinheiro aos migrantes. Importantes somas eram despendidas para as despesas com o tratamento de doenças que acometiam os emigrantes, tanto na Santa Casa de Misericórdia, como nas outras enfermarias existentes em Teresina e fora dela. Em abril de 1878, a comissão de Teresina despendeu recursos para a compra de “12 vomitórios e 13 doses de quinino de quatro grãos cada uma para serem utilizados no tratamento dos emigrantes asilados no lugar Lages.¹¹⁷ Além de quinino, um dos medicamentos citados nos documentos são as pílulas de Honorato de Moura. Em 1878, a Comissão de Socorros de Teresina pagou a quantia 105:000 réis por pílulas compradas do referido doutor Honorato José de Moura.¹¹⁸

No primeiro semestre do exercício 1878-1879, a despesa efetuada com a “alimentação, vestuário, medicamentos, dietas e outros misteres tendentes a socorros públicos”, tanto em Teresina, como nos municípios do interior, arrolavam a soma de 31:690\$860 réis. Para os

¹¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Circular nº 205, de 04 de abril de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 581, Estante 05, Prateleira 02.

¹¹⁷ OFFÍCIOS. Nº 205, de 05 de abril de 1878. *A Imprensa*, nº 539, p. 01, ano XIII, 21 abr. 1878.

¹¹⁸ OFFÍCIOS, Nº 442, de 14 de agosto de 1878. *A Imprensa*, nº 555, p. 02, ano XIV, 24 ago. 1878. Poucas informações a respeito de Honorato de Moura foram encontradas nos documentos analisados. Na maior parte deles, são indicadas apenas as indicações de compra ou pagamento das pílulas que levavam o seu nome. Ao que tudo indica, foi um pesquisador e inventor. “Residente na vila de São José das Cajazeiras”, em 1869, o jornal *A Imprensa*, publicou a respeito de um dos seus inventos: uma graxa que tinha a propriedade de lustre. Em formato de líquido esverdeado e “bastante aromático”, passado sobre o calçado dava “um lustre quase igual ao da pele de bezerro francês, que chamam polimento”. Por essa descoberta, o jornal deu “Louvores ao Sr. Honorato, pela dedicação com que aplica sua atividade a descobertas úteis e a serviços vantajosos. INVENTO. *A Imprensa*, nº 198, p. 04, ano IV, 12 mai. 1869. Em 1877, o jornal *O Argonauta*, fez referência ao que parece ter sido o seu maior invento, exaltando as suas pílulas e conformando-os das críticas que recebia “dos invejosos”. HONORATO MOURA. *O Argonauta*, nº 05, p. 03, ano I, 26 jul. 1877. Faleceu em 10 de abril de 1880, em Teresina. Na ocasião do seu falecimento, o *A Época*, publicou a seguinte nota: “cidadão prestimoso, dado a estudos médicos e autor das afamadas pílulas antifebris, intituladas Pílulas de Honorato. Sentimentos a seus ilustres parentes” (NO DIA 10 (...). *A Época*, nº 105, p. 04, ano III, 17 abr. 1880.

Núcleos Coloniais, o total era de 200:641\$970, valores que ainda não haviam sido pagos “por falta de numerário” nos cofres da tesouraria.¹¹⁹ Com uma economia em desequilíbrio, o impacto da seca e o acréscimo dos gastos com os Socorros Públicos afetavam ainda mais as finanças provinciais. Em discurso da câmara dos deputados em 19 de maio de 1879, o deputado do Partido Liberal, José Basson de Miranda Ozorio, cobrou do Ministro do Império o envio de uma remessa mensal para a Província do Piauí, da mesma maneira como supunha que o ministro enviava para outras províncias, informando que a despesa com migrantes no Piauí a cada mês que durava a seca estava calculada em 50:000\$, sem o devido auxílio do governo central, colocar-se-ia em grande dificuldade o auxílio à população necessitada.¹²⁰

A avaliar pela quantidade de ofícios enviados diretamente ao presidente da província com pedido de ajuda, tanto dos representantes das comissões nas diversas localidades, como também de particulares, os Socorros Públicos eram quase a única referência a quem se recorria ao Piauí; salvo algumas ações de particulares, que distribuía alimentação à população que se encontrava na rua, abrigava migrantes nos seus sítios ou fazendas, e/ou raramente aqueles que concediam créditos para serem gastos pelas comissões. Todo o restante das despesas era autorizado pelo tesouro da fazenda provincial, tanto com a abertura de créditos próprios como dos repasses que recebia do Ministério do Império. Algumas dessas pessoas que davam abrigo aos migrantes em suas terras, comumente pediam ajuda às Comissões de Socorros em nome daqueles que estavam sob a sua proteção.

Na Comissão de Socorros de Teresina eram frequentes os pedidos de ajuda feitos por cearenses e piauienses, que imploravam ao presidente da província que atendessem às suas solicitações. Os requerimentos feitos em nome de migrantes cearenses eram muito comuns, que junto com os dos piauienses, avolumavam a soma dos ofícios registrados diariamente pela comissão.

Muitos dos requerentes eram residentes na própria capital. Ana Maria do Nascimento, solteira, “pobre desvalida”, tendo em sua companhia “uma filha com um filhinho” todos em igual circunstância, implorava a autorização para que a Comissão de Socorros lhe fornecesse cereais e algumas fazendas para cobrir a sua nudez e matar a sua fome.¹²¹ Assim como Ana Maria, outras mulheres também fizeram pedidos da mesma natureza, como Feliciano Ana de

¹¹⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da Província do Piauí ao excelentíssimo Sr. 3º vice-presidente, Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Typographia da Imprensa, 1879.

¹²⁰ DISCURSO PRONUNCIADO (...). *A Imprensa*, nº 600, p. 02, ano XIV, 05 jul. 1879.

¹²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 19 de março de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

Oliveira, que possuía um filho menor,¹²² e Leandra Maria da Cruz, moradora da “Rua Faveira”, na capital. Com idade de 46 anos e considerada “eminente pobre”, baldava de recursos para atravessar aquela quadra da seca. Pedia “viveres e fazendas não só para sua subsistência e de quatro filhos que tem em sua companhia, bem como para cobrir a sua reconhecida nudez”.¹²³ Em grande parte das dezenas de ofícios que teve acesso, o conteúdo é quase sempre o mesmo: pede-se viveres, cereais e fazendas para combater a fome e a nudez, mas o que chamou a atenção em grande parte deles, principalmente os que possuíam indicação de pessoas que moravam em Teresina, foi o fato de serem quase sempre requeridos por mulheres solteiras, de diferentes idades e com uma prole composta por crianças menores de idade. Em 1889, quando as residências de algumas pessoas pobres foram destruídas por incêndios em Teresina, a Comissão de Socorros, pelo menos em alguns momentos, concedeu recursos diretamente às vítimas para que reconstruíssem as suas casas. Em ofícios datados de abril e outubro daquele ano, foram especificadas quantias que variaram de 50 a 300 réis a serem distribuídas à listagem de pessoas determinadas no documento; dos nomes mencionados, todos eram de mulheres.¹²⁴

Essa documentação pode levantar algumas hipóteses e merece uma pesquisa ampla sobre a composição familiar de pessoas pobres que viviam em Teresina naquela época, mas creio que nesse caso, colocar-se como uma mulher pobre e desvalida, mãe de criancinhas que não tinha recursos para se alimentar, poderia ser uma condição para sensibilizar a quem se suplicava o auxílio. Em uma “relação nominal de pessoas desvalidas que tinham que receber” recursos do governo, assinada de março de 1878, composta de 14 pessoas, apenas três eram do sexo masculino; destes, dois eram oriundos do Ceará e um do Piauí. As demais 11 pessoas eram da mesma província do último e seis declararam-se viúvas, com idade entre 47 e 65 anos; com exceção de uma, as demais possuíam filhos ou sobrinhos sob a sua companhia. Das demais, com idades entre 47 e 68 anos, apenas uma estava acompanhada de três sobrinhos. Embora algumas das solteiras não fossem mais jovens, não há mais detalhes sobre a sua

¹²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 19 de março de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹²³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 18 de março de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Ofício nº 767, de 08 de abril de 1889 e Ofício nº 432, de 04 de outubro de 1889. Localização: Código 581, Estante 05, Prateleira 02.

condição familiar.¹²⁵ Já em outros documentos, há situações em que o estado de solteirice é especificado. Maria Francisca dos Prazeres, moradora da capital, declarou-se solteira “por lhe haver falecido seu marido”. Vivia na companhia de seis filhos órfãos, entre eles “cinco fêmeas”. “Achando-se em estado de miséria e nudez a ponto de não poder aparecer ou sair de casa por causa do decoro do seu sexo”, rogava alimentos e roupas para cobrir o seu corpo e de seus filhos.¹²⁶

Entre aqueles que eram identificados como migrantes, seja de alguma localidade do Piauí ou de outra província, também apareciam mulheres solteiras e algumas viúvas requerendo auxílios em seus nomes, mas nesses casos era mais comum que estes estivessem no nome de pessoas do sexo masculino. Nessas situações, a “estratégia” era destacar quase sempre a existência de uma família numerosa em sua companhia; outros, a sua condição física. Manoel do Carmo Cavalcante, além de declarar-se pobre e desvalido, alegou ser aleijado. Não declarou ter ninguém em sua companhia, mas destacou a necessidade de atenção ao seu “deplorável estado” em face da seca que atingia a província.¹²⁷

Ser reconhecidamente pobre e inapto para o trabalho eram algumas condições essenciais para que se recebesse socorros gratuitamente do governo, por isso em muitos requerimentos essa condição era destacada. Nessa situação estavam dois emigrantes piauienses em Teresina, um de Príncipe Imperial e outro de Valença. Segundo declarou, Antonio das Chagas Leitão migrou para Teresina após perder todos os poucos bens que possuía em consequência da seca. Estava na capital acompanhado de sua família composta de 13 filhos; tendo “completa cegueira”, recorreu ao governo em pedido de auxílio.¹²⁸ Emigrado de Valença, Estevão Pereira, de 44 anos, declarou-se cego e paupérrimo à Comissão de Socorros de Teresina. Casado com Perpetua Maria de Jesus, de 36 anos, estava na capital acompanhado ainda de dois filhos, José, de seis anos, e Maria, de dois, além da sogra, de 60

¹²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 20 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos. 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03. Há também outras relações com nomes de pessoas “pobres e desvalidas”, que pela sua condição estavam aptas a receber os socorros do governo, que indicam a mesma interpretação. Uma composta por 43 pessoas, a maioria de piauienses, (exceção de uma pessoa do Rio de Janeiro, uma do Ceará, uma do Rio Grande do Norte e uma do Maranhão); a outra com 48 pessoas (exceção de três do Ceará e uma da Bahia), entre homens e mulheres, traziam muitas viúvas, casadas e solteiras quase todas essas pessoas, com filhos ou netos na sua companhia.

¹²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 29 de janeiro de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹²⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício dos membros da Comissão de Socorros de Teresina, 20 de março de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹²⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 66, de 23 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

anos de idade.¹²⁹ A idade avançada e a presença de alguma deficiência eram sinônimos de tratamento diferenciado, pelo menos na hora de receber os socorros.

Em 1877, quando a seca ainda era tida como dúvida para alguns, a Comissão de Socorros já autorizava que todos os migrantes cegos e aleijados fossem destinados ao sítio de Sinval de Vasconcelos, permitindo naquela data, também, que o proprietário do lugar recebesse um emigrante velho.¹³⁰ Em 1878, por ordem do presidente Barros Pimentel, foi informado que fossem supridos diariamente pela Comissão de Socorros da capital os emigrantes pobres, cegos e aleijados residentes em Teresina.¹³¹

Observando a narrativa do requerimento de Antonio das Chagas Leitão, identifica-se outro aspecto comumente encontrado nesse tipo de documento: a alegação da condição de pobreza em que se encontrava devido às perdas dos bens por causa da seca, o que mostra o empobrecimento de muitas pessoas que possuíam pelo menos algum meio razoável de sobrevivência. Morador de Príncipe Imperial e se encontrando em Marvão, no lugar denominado Ininga, em dezembro de 1878, Sinval de Mello Falcão recorreu à Comissão de Socorros reconhecendo-se em estado de pobreza. O seu requerimento dizia o seguinte: (...) Tendo se retirado em consequência da seca (...) e sendo minimamente pobre por ter se acabado os poucos bens que possuía, devido ao (...) flagelo, e tendo uma família numerosa composta de sua mulher, oito filhas fêmeas, dois machos e um órfão em sua companhia” e sem ter meios para sustentá-los, implorava que o governo mandasse fornecer gêneros alimentícios através da Comissão de Socorros da capital.¹³²

O requerimento de Sinval demonstra aspectos comuns a muitos outros, como família numerosa, mas enfoca a perda dos bens pela seca. Pela data em que chegou a Marvão, em fins de 1878, deve ter resistido o máximo possível à emigração, permanecendo em Príncipe Imperial. Marvão também era uma das vilas bastante afetadas pela seca, e o fato de ter direcionado um requerimento dessa localidade diretamente à Comissão de Socorros de Teresina pode ser um indicativo de que a comissão local não era capaz de atender todas as demandas existentes.

¹²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº S/N, de 23 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

¹³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 29?, de 06 de abril de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina (1876-1877) Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

¹³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 740, de 21 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

¹³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 581, de 19 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

Outro requerimento de quatro órfãs da família de sobrenome “Virgilina Patrício Lima”, também oriundas de Príncipe Imperial, que haviam emigrado para Teresina, também possui a mesma alegação: por causa da seca, “virão acabar todos os seus bens e as suas propriedades ficaram abandonadas”. Além de ser também de pessoas oriundas da mesma comarca, o requerimento assinado pelas quatro irmãs órfãs permite avistar outra dimensão acerca dos efeitos da seca não presentes em grande parte dos requerimentos: filhas do major Raimundo Patrício Lima e D. Joana Patrício Lima, tratava-se de uma família que possuía *status* social e econômico em Príncipe Imperial, e que por causa da seca viram-se empobrecidos. Restando uma família de 16 pessoas, o documento refere-se a “uma casa de mulheres”, que se viam “sujeitas às consequências da sorte”, na capital. Reduzidas à pobreza pelos impactos da seca, recorreram à Comissão de Socorros para pedir viveres que fossem necessários ao seu sustento.¹³³

A seca foi constantemente citada nos ofícios dessa natureza. E mesmo se tratando de pessoas que moravam em Teresina, onde a seca não se manifestava na forma como fazia em outros pontos do Piauí, ela era o motivo principal que levava os habitantes da capital a buscarem a Comissão de Socorros. Evidentemente, nesse caso, não era necessariamente a seca que atuava com todo o seu rigor em Teresina naquele momento, mas sim as consequências somadas a ela, advindas de uma seca mais rigorosa em diversos pontos do Piauí e do Ceará, reverberando na população da jovem capital.

Um dos requerentes que chegou a Teresina após empreender migração “em consequência da terrível seca” foi João Vieira Passos, que emigrou de Ipu, Província do Ceará, com toda a sua família, composta de 27 pessoas. Residindo naquele momento na vila de Barras, se fez presente em Teresina para pedir fazendas e cereais diretamente ao presidente da província. Ao que indica o mesmo documento, as súplicas do cearense foram atendidas com relativa rapidez, sendo autorizada à Comissão de Socorros de Teresina entregar a ele alguma medida de chita e riscado, além de três quartas de farinha.¹³⁴

Como João Vieira, muitos outros cearenses impetraram pedidos junto à Comissão de Socorros de Teresina e receberam o fornecimento de recursos para resistir por mais algum tempo aos efeitos da seca. Embora com todos os problemas de funcionamento que possam ter

¹³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 22 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

¹³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 14 de março de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

apresentado, as Comissões de Socorros Públicos tiveram uma função importantíssima na manutenção da esperança de muitos cearenses e piauienses em permanecerem resistindo àquela época difícil, pois nela era quase sempre o local onde se poderia encontrar comida, como carne, produto ainda existente no Piauí, diferentemente de gêneros agrícolas.

Em fevereiro de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina autorizou a distribuição de “duas rezes por dia com emigrantes e pessoas necessitadas”.¹³⁵ Não é possível identificar se essa quantidade era suficiente para alimentar toda a população necessitada que vivia ou estava na cidade, visto ser difícil mensurar quantas pessoas se enquadravam como “necessitadas”, pois entre elas existiam os emigrantes no núcleo urbano de Teresina, pessoas vivendo às margens do rio Parnaíba e em diversos pontos da capital, como na “Rua do Amparo”, na “Praça da Constituição”,¹³⁶ alojados no Quartel de Polícia¹³⁷ e no prédio do “extinto estabelecimento de educando e artífices da província”, que comportava cerca de 100 a 140 pessoas. Outros “arranchavam-se nos subúrbios da cidade e ruas do Barroco, Chapada, Estrada Nova, e outras, compostas de casas de palha”.¹³⁸ Com base na documentação analisada, sabe-se que não eram poucas as pessoas que recorriam à alimentação fornecida pelas comissões na capital e no interior. Como muitas famílias eram numerosas, dificilmente a carne fornecida era suficiente para atender a todos e em quantidade necessária; a complementação alimentar mais comum que existia para consumo junto com a carne era a farinha, que quando à venda custava grandes quantias; quando distribuída, possivelmente também era em quantidades moderadas diante da demanda.

Não é difícil pensar que nos dias e horários de distribuição de alimentos uma multidão faminta se avolumava no local determinado para a entrega. Mesmo assim havia pessoas consideradas não necessitadas que também recorriam ao recebimento dos socorros, disputando-os com os mais pobres. Com tom irônico, o jornal *A Época* denunciou a prática do senhor que chamou de “Tadinho”, definindo-o como “um espertalhão dos trezentos”, que

Todos os dias vai ele receber três quilos de carne dessa que o governo distribui a pobreza. Mas esse homem não está nas condições de receber

¹³⁵ OFFÍCIOS. Nº 133, de 13 de maio de 1878. *A Imprensa*, nº 544, p. 02, ano XIII, 22 mai. 1878. No relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1878, o presidente Barros Pimentel, destacou a que (...) “a sustentação do imigrante no Piauí, custa menos que em outra qualquer província, por haver sempre na falta do mais, carne muito barata (...)”. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 10.

¹³⁶ OFFÍCIOS. Nº 274, de 30 de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 606, p. 01, ano XV, 16 ago. 1879.

¹³⁷ QUARTEL DE POLÍCIA. *A Imprensa*, nº 727, p. 01, ano XVIII, 20 abr. 1882.

¹³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

esmolas, nem dele recebe-las. Tem escravos e até vive de negociar em uma taverna, que estabeleceu com grande quantidade de gêneros, que por sua atividade recebeu do governo. Pede-se a S. Exc.^a. Que mande examinar o fato e determine a paralização de tal abuso. Dê-se esmolas a quem precisa, mas aos Tadinhos e outros... é demais.¹³⁹

O relato do jornal se soma a tantos existentes que denunciavam o destino inadequado dos socorros. Buscando tirar vantagem da alimentação distribuída, “Tadinho” era apenas mais um que, publicamente, se beneficiava do que era destinado aos menos favorecidos.

Nas páginas do jornal *A Imprensa* constantemente eram publicados os ofícios que indicavam as orientações da Tesouraria da Fazenda nas despesas a serem feitas com os recursos enviados para as diferentes Comissões de Socorros da província. Além de farinha, milho, feijão, e raramente arroz, recebiam também a autorização para gastar com os emigrantes “estacionados” quantias determinadas. Em setembro de 1878, a Comissão de Independência recebeu a ordem para despender a quantia de 400:000 réis, a de Piracuruca, 300:000.¹⁴⁰

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo presidente da província, José Mariano Lustosa do Amaral, as despesas efetuadas entre dezembro de 1878 e março de 1879, foram de 18:566\$762; já as executadas através da autorização dos dois governos anteriores, Barros Pimentel e Constantino Moura, somaram a monta de 45:607\$686. Considerei importante colocar as tabelas abaixo, embora já tenha deixado explícitos os valores gastos, para mostrar a forma como eram aplicados os recursos dos Socorros Públicos pelo governo provincial.

¹³⁹ SOCORRO MAL EMPREGADO. *A Época*, nº 10, p. 04, ano I, 08 jul. 1878.

¹⁴⁰ OFFÍCIOS. Nº 623 e 624, de 20 de setembro de 1878. *A Imprensa*, nº 560, p. 02, ano XIV, 28 set. 1878.

Tabela 26: Socorros Públicos – despesas autorizadas pelos governos Sancho Barros Pimentel e Constantino Moura, pagas na administração de Mariano Lustosa

Item	Valor
Carne verde	14:500\$650
Pagamento a diversas comissões (...)	14:847\$492
Transporte de cereais	1:640\$944
Roupa feita para emigrantes	1:602\$000
Gratificação ao ex-fiscal dos núcleos e seus escreventes (...)	2:178\$330
Sementes para plantações	825\$500
Cinquenta lajes para os consertos de uma das rampas da margem do rio Parnaíba em Teresina	60\$500
Saldo de ajustamento de contas da comissão de Teresina	13\$248
Aluguel do sítio “Pirajá” (de 17 out 1878 a 17 jan. 1878) a mil réis diários	37\$000
Indenização feita a Miguel de S. B. L. Castelo Branco pelos estragos no seu sítio “Pirajá”, ocasionados pelos emigrantes que lá estavam asilados	200\$000
Doze mil duzentas e dez palhas de palmeiras para o fabrico de casas dos emigrantes do sítio “Pirajá”	195\$360
Medicamentos para os emigrantes estacionados em Teresina e nos demais municípios da província	1:281\$204
Fornecimento de viveres para o hospital dos emigrantes em Teresina	6:433\$017
Transporte de emigrantes	1:419\$620
Gratificação a Manoel Joaquim da Silva Sobreira pelo serviço de vacinação dos emigrantes dos diversos núcleos	323\$321
Total	45:607\$686

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da Província do Piauí ao excelentíssimo Sr. 3º vice-presidente, Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Typographia da Imprensa, 1879, anexos, p. 02.

Tabela 27: Despesas com socorros públicos no governo de José Mariano Lustosa do Amaral (dez. 1878- mar. 1879)

Item	Valor
Carne Verde	7:395\$300
Dinheiro remetido a diversas comissões	1:500\$000
Transporte de cereais	137\$580
Roupa feita e fazendas para emigrantes	4:516\$602
Dinheiro despendido com a viagem do fiscal dos núcleos em visita aos mesmos	200\$000
Sementes para plantações	4:817\$280
Total	18:566\$762

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da Província do Piauí ao excelentíssimo Sr. 3º vice-presidente, Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Typographia da Imprensa, 1879, anexos, p. 02.

Os valores contidos nas duas tabelas referem-se ao período de aproximadamente quatro meses, compreendidos entre o fim de 1878 e o começo de 1879. Nelas contêm os diversos destinos da aplicação do dinheiro dos socorros, a carne era um deles. Medicamentos também ocupavam uma parcela significativa da soma, além do que era destinado para as

comissões fora de Teresina. Os valores repassados para as despesas no Núcleo Pirajá são destaque na primeira tabela; para os núcleos que ainda estavam implantados em 1879, grande parte de recursos era despendida, pois neles encontravam-se números significativos de emigrantes. O envio de sementes para os Núcleos e para as Comissões de Socorros foi um dos pedidos constantes que chegaram a Teresina de diversas partes da província, assim como dos donos dos núcleos. Como se tratava do final de um ano e início do outro, época que costumeiramente era chuvosa, havia a esperança de que o inverno fosse bom a ponto de segurar as plantações. Ao mesmo tempo, sugere o envolvimento dos próprios migrantes com as atividades agrícolas no Piauí, indicando o interesse destes pelo trabalho, em atividade com a qual já se ocupavam no Ceará.

A partir de novembro de 1878 começaram os avisos por ordem do Ministério do Império acerca da interrupção dos socorros “aos retirantes, por haverem melhorado o abastecimento de gêneros alimentícios nos mercados das cidades e vilas das províncias cujas populações foram obrigadas pela seca a emigrar”.¹⁴¹ Ainda em meados de 1877, quando a Comissão de Socorros Públicos atendeu a um pedido de auxílio de André Jacome da Paz para os 99 emigrantes que migraram para o Piauí em sua companhia e estes estavam estabelecidos na fazenda de sua família em Campo Maior, enviou no documento o seguinte aviso: “a comissão de socorros intermedia com os seus esforços para induzir os emigrantes a recuperação, certificando-os de que os socorros do governo são provisórios e não podem ir além de certo tempo determinado”.¹⁴²

Embora o auxílio só tenha cessado em meados de 1879, a justificativa utilizada pelo Ministério do Império para tal medida não avaliava as condições de milhares de cearenses, que desgarrados do local onde viviam, poucas referências possuíam para retornar. Não bastavam os mercados estarem sendo abastecidos, era necessário que essas pessoas tivessem condições de fixar-se novamente à terra e pudessem produzir. Em fins de 1878, ainda era incerto se teria chuva suficiente para uma boa colheita no ano seguinte; e se houvesse, até a chegada da colheita, como viveriam aqueles homens e mulheres que haviam resistido há tantos meses de seca recebendo a ajuda do Estado? Sabia-se da provisoriedade dos Socorros Públicos, pois, por lei, deveriam ser aplicados em momentos de crise como aquela que se passava, mas esses foram encerrados em uma época em que grande parte da população que era beneficiada por esse auxílio ainda não tinha condições de subsistir por conta própria.

¹⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 834, de 19 de novembro de 1878. Comissão de Socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

¹⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 1??, de 29 de agosto de 1877 Comissão de Socorros Públicos (1877-1878). Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

Ao longo de 1879, o governo provincial trabalhou na redução das despesas com Socorros Públicos após mais de um ano de continuidade deles. Ao passo que agradeceu o trabalho das Comissões, dispensou os seus serviços e anunciou a medida por meio do ofício nº 70, de 24 de abril daquele ano.

Tendo de esperar que melhorasse consideravelmente o abastecimento de gêneros alimentícios nos mercados das cidades e nas vilas desta província; por isso que com as chuvas ultimamente havidas, vão sensivelmente desaparecendo as causas que determinavam a penúria que por tanto tempo a tem flagelado; hei resolvido de acordo com as instruções do Ministério do Império, e, em ordem a ficarem os cofres públicos aliviados das despesas, que sobre eles parasse com os auxílios aos indigentes que de 15 de maio (...) em diante cessem todos os socorros do Estado prestados a esses indigentes (...).¹⁴³

Embora considerasse a necessidade de economizar para trazer alívio aos cofres públicos, e contando com as chuvas caídas como único elemento capaz de aliviar a fome da população emigrada e a pobre do Piauí, o governo não considerou que grande parte dessas pessoas continuaria, mesmo com as chuvas, a perambular pelas ruas pedindo esmolas aos particulares devido à impossibilidade de todos conseguirem um emprego. Aos que estavam espalhados pelos diversos pontos da província, muitos ainda não estavam agregados à terra de nenhum proprietário, portanto, chuva não significava garantia de sobrevivência, pois continuariam, mesmo com elas, no estado de indigência referido no ofício.

Com essa decisão, entre os cortes feitos durante o governo de Belfort Vieira estava a dissolução dos Núcleos Coloniais, mantendo-se a assistência apenas aos emigrantes doentes, reduzindo os custos com os núcleos de 57:000\$ mensais para apenas 14:000\$.¹⁴⁴ Com um “inverno mais ou menos regular”, em 1879, já se considerava o estado da província mais “animador e próspero”, pois dizia-se já haver abundância de gêneros alimentícios que eram vendidos a preços módicos “quase iguais aos anos anteriores”.¹⁴⁵ Ao terem os seus serviços dispensados, as diversas comissões da província,¹⁴⁶ incluindo a da capital, foram informadas

¹⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 70, encaminhado à Comissão de Socorros de Teresina, 24 de abril de 1879. Códice Comissão de Socorros 1879. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.

¹⁴⁴ NEGÓCIOS DO PIAUHY. Discurso do senador Parnaguá na Sessão de 18 de agosto de 1879, do senado. *A Imprensa*, nº 610, p. 03, ano XV, 20 set. 1879.

¹⁴⁵ ENFERMARIA (...). *A Imprensa*, nº 599, p. 02, ano XIV, 30 jun. 1879.

¹⁴⁶ Pelo ofício nº 70, de 24 de abril de 1879, estavam ainda instaladas Comissões de Socorros nas seguintes localidades: Valença, Picos, Jaicós, Campo Maior, Humildes, Marvão, Príncipe Imperial, Independência, Amarante, Oeiras, União, Barras, Batalha, Piripiri, Piracuruca, Parnaíba, Manga, Jerumenha, Bom Jesus, Parnaguá, Santa Filomena, Corrente, São Raimundo Nonato e São João do Piauí. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 70, encaminhado à Comissão de Socorros de Teresina, 24 de abril de 1879. Códice Comissão de Socorros 1879. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.

para que cessassem os socorros, com ordens para que informassem dados acerca dos emigrantes que ainda existiam necessitando de auxílio. Para a comissão de Teresina, no dia 24 de abril de 1879, foi encaminhada a seguinte mensagem por ofício:

Devendo cessar dentro de poucos dias os socorros prestados pelo Estado aos emigrantes que se acham dispersos nesta cidade, cumpre que a comissão de socorros desta capital a partir de hoje até a cessão desses socorros, só a preste exclusivamente aos enfermos e aqueles que se acham empregados nas obras do cemitério e nos serviços de limpeza da cidade.¹⁴⁷

A ordem do governo para a seletividade na oferta dos socorros foi motivo para que o tenente-coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, membro da comissão sanitária do 6º distrito de Teresina, ameaçasse se destituir do cargo após o governo pedir revisão da lista de pessoas elaborada por ele para receber socorros: em resposta ao ofício do governo, o tenente-coronel reafirmava a necessidade de manter todas as pessoas que havia listado.¹⁴⁸

A restrição dos socorros iniciada por Belfort Vieira e continuada por Manoel Idelfonso de Sousa ao longo do ano de 1879, enquanto ainda existiam muitos cearenses e piauienses necessitando dos recursos oferecidos pelas comissões, mesmo que as condições climáticas não fossem mais as mesmas dos dois anos anteriores, foi criticada pelo jornal *A Época*, que considerou a ação “vexatória”, principalmente às famílias da cidade que se viam “perseguidas diariamente por um aluvião de mendigos importunos”. Ao restringir os socorros apenas aos enfermos, o governo deixava de assumir a responsabilidade sob uma massa de pessoas que continuavam vivendo nas ruas da capital e vilas do interior da província. O importante de ser observado no discurso do jornal *A Época* nesse momento foi que não demonstrou preocupação com as condições as quais as pessoas pobres estavam submetidas, como havia feito nos anos anteriores; agora o interesse era a defesa do sossego particular e da propriedade privada, visto afirmar que com a suspensão do “pouco que lhe dá, a rapina crescerá imenso, o que para os proprietários é flagelo sobre flagelo”.¹⁴⁹

Como já sabemos, em 1889, quando a seca mais outra vez atingiu o Piauí, causando consequências de grandes proporções, as Comissões de Socorros mais uma vez foram ativadas. Em abril daquele ano, o presidente da província, Vieira da Silva, “fez distribuir a quantia de cinco contos de réis, para os municípios considerados inicialmente mais afetados”. Desse valor, um quinto foi destinado à capital para os serviços da Santa Casa de Misericórdia,

¹⁴⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 71, encaminhado à Comissão de Socorros de Teresina, 24 de abril de 1879. Códice Comissão de Socorros 1879. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.

¹⁴⁸ OFFÍCIOS. Nº 274, de 30 de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 606, p. 01, ano XV, 16 ago. 1879.

¹⁴⁹ SOCORROS PÚBLICOS. *A Época*, nº 56, ano II, p. 04, 26 abr. 1879.

onde trabalhavam migrantes, ficando o restante dividido entre outras dez localidades que receberam entre 500\$000 e 200\$000 réis, com a promessa de que seriam enviados mais recursos, assim como também para municípios não contemplados, mediante a liberação de mais verbas do tesouro nacional.¹⁵⁰ Mesmo com a “indiferença” do governo imperial, no mês de junho, o jornal *A Época* publicou a abertura de um novo crédito pelo governo provincial, distribuído da seguinte forma:

Tabela 28: Recurso destinado às Comissões de Socorros do Piauí em 1889

Teresina:	
Obras da Santa Casa de Misericórdia	3:000\$000
Para obras e reparos da matriz de N. S. do Amparo	1:536\$000
Pedro II	500\$000
Parnaíba	500\$000
Campo Maior	500\$000
Piripiri	250\$000
Marvão	300\$000
Piracuruca	500\$000
Regeneração	300\$000
Valença	400\$000
Oeiras	500\$000
Picos	300\$000
Paulista	500\$000
Jaicós	400\$000
Pio IX	500\$000

Fonte: SÃO POR (...). *A Época*, nº 554, p. 04, ano XI, 08 jun. 1889.

Mesmo que tenha aumentado em relação aos cinco contos primeiramente enviados a alguns municípios, comparado com os repasses feitos às Comissões de Socorros no ano de 1877, os valores despendidos em 1889 eram bem menores, não atingindo sequer um terço do declarado na tabela 24, durante o governo do presidente Paula Batista, o que demonstra uma ação bem mais tímida contra os impactos da seca. Mesmo que se considere que a massa de migrantes que afluíram para o Piauí entre 1888 e 1889 tenha sido menor que na seca da década anterior, e se ponha em evidência a crise financeira que persistia na província somada aos poucos repasses do governo geral¹⁵¹ para a aplicação nos socorros, ainda assim se tem um cenário muito aquém do necessário para amenizar os impactos da seca sobre a população naquele ano.

¹⁵⁰ SOCORROS PÚBLICOS. *A Imprensa*, nº 1069, p. 04, ano XXIV, 23 abr. 1889; CONTINUAÇÃO (...). *A Época*, nº 552, p. 04, ano XI, 25 mai. 1889.

¹⁵¹ Em julho de 1889, o governo central liberou um crédito de 50:000\$ para a Província do Piauí, ainda muito abaixo dos 100:000\$ que enviou pelo mesmo decreto, para a província da Paraíba, por exemplo. O GOVERNO (...). *A Phalange*, nº 28, p. 03, ano I, 09 ago. 1889.

Com esse cenário, era comum que os pedidos de ajuda fossem feitos de vários pontos da província. De Manga, alguns homens de vulto enviaram uma representação pedindo providências do governo, invocando até mesmo o artigo 179 da Constituição do Império¹⁵². Em julho, na tentativa de regularizar os serviços de distribuição dos socorros às diversas localidades, contratou-se um funcionário para que organizasse o recebimento, a guarda e a expedição dos gêneros alimentícios para as regiões necessitadas.¹⁵³ A partir desse mês, os recursos enviados às comissões apareceram em quantias maiores. Para a comissão de Jaicós, foi enviado 1:200\$000 réis,¹⁵⁴ para a de Piracuruca, 1:300\$000.¹⁵⁵ Da mesma forma que nos anos da seca anterior, os valores destinados às Comissões de Socorros deveriam ser aplicados no tratamento dos doentes,¹⁵⁶ e também para a compra de gêneros alimentícios, como gado¹⁵⁷ e farinha.

Em 1890, a Comissão de Socorros de Teresina comprou pelo preço de cem réis o litro, quarenta e quatro sacos de farinha, contendo cem litros cada um, a fim de distribuir para as vítimas da seca.¹⁵⁸ A compra desse gênero aparece mais clara nos ofícios, mesmo que escassamente, principalmente após a chegada do governo republicano, que deu continuidade à assistência nos meses que se estenderam as consequências da seca. Além da criação de postos de trabalho para emprego da população afetada, agiu distribuindo grãos como milho para que fossem cultivados por “agricultores pobres”,¹⁵⁹ vendendo farinha pela metade do preço encontrado nos mercados locais, além de conceder o alimento, mesmo que em pequena quantidade, àqueles que não possuíam condições nem de serem direcionados ao trabalho, nem de comprar com os próprios recursos.

Em certos aspectos, a mudança de regime político deu continuidade ao que já vinha sendo feito pelo governo imperial. Com o início da república e a permanência da seca, estenderam-se as medidas de auxílio à população por meio das Comissões de Socorros, que em alguns ofícios do ano de 1890 passaram a ser identificadas como Comissões Patrióticas de Socorros. Em fevereiro de 1890, no governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo, foi encaminhada a quantia de seis mil e quinhentos réis para sete comissões, como a de Corrente

¹⁵² MANGA. *A Imprensa*, nº 1079, p. 03, ano XXIV, 02 jun. 1889.

¹⁵³ PORTARIAS. 1ª sessão, de 31 de julho de 1889. *A Imprensa*, nº 1093, ano XXV, 16 out. 1889.

¹⁵⁴ OFFÍCIOS. 1º sessão, de 06 de julho de 1889. *A Imprensa*, nº 1083, ano XXIV, 27 jul. 1889.

¹⁵⁵ OFFÍCIOS. 1º sessão, de 16 de julho de 1889. *A Imprensa*, nº 1087, ano XXV, 24 ago. 1889.

¹⁵⁶ OFFÍCIOS. 03 de março de 1890. *Estado do Piauí*, nº 23, p. 01, ano I, 07 mar. 1890.

¹⁵⁷ OFFÍCIOS. 07 de dezembro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 01, p. 02, ano I, ?? jan. 1890.

¹⁵⁸ OFFÍCIOS. 22 de janeiro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 08, p. 02, ano I, 31 jan. 1890.

¹⁵⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 429, de 10 de fevereiro de 1890. Códice Comissão de Socorros. Localização: Código 583, Estante 05, Prateleira 03.

e São Raimundo Nonato, que eram consideradas pela administração do Estado localidades que não convinha “remeter-se gêneros”.¹⁶⁰ Embora ainda tenha-se localizado documentos que indicam a continuidade dos socorros pelo menos até maio de 1890, em fevereiro foi emitida uma circular pelo governo informando a todas as Comissões de Socorros ativas,¹⁶¹ que deveriam encerrar as suas contas e despesas até 30 de abril daquele ano, justificando-se o desaparecimento da “necessidade dos socorros pelos cofres públicos” por causa da mudança das condições climáticas, após a chegada do inverno no Piauí.¹⁶²

04 A ocupação da mão de obra migrante nas obras públicas

Na historiografia cearense relativa às secas da segunda metade do século XIX, existem relevantes pesquisas sobre o emprego da mão de obra da população local com o uso dos Socorros Públicos durante os períodos de escassez de chuvas. Um desses trabalhos é a tese já aqui citada *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*, do historiador Tyrone Apollo Pontes Cândido. Observa-se que, impulsionados pela ideologia do projeto Pompeu-Sinimbu, o Ceará empreendeu a construção de obras de grande vulto, como ferrovias e açudes. Visava, com isso, o desenvolvimento da província, além de equipá-la com uma estrutura para secas futuras. Embora existisse o assistencialismo direto, na forma do fornecimento de alimentos à população, por exemplo, o governo local fez uso constante dos socorros indiretos por meio do trabalho.

Em ofício encaminhado à Comissão de Socorros de Príncipe Imperial, em setembro de 1877, recomendava-se que os dois contos de réis enviados para socorrer as necessidades da população fossem distribuídos mediante “os esforços dos desvalidos”, “transformando-se esmola em remuneração do trabalho, o que é mais honroso para quem recebe”.¹⁶³ Era clara a recomendação para que os migrantes e a população local recebesse os socorros mediante o desempenho de alguma atividade; porém, principalmente nas vilas e distritos do Piauí, ao longo dos anos em que perdurou a seca, os migrantes foram assistidos mais diretamente pela

¹⁶⁰ OFFÍCIOS. 26 de fevereiro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 21, p. 01, ano I, 02 mar. 1890.

¹⁶¹ Pela circular nº 426, 11 de fevereiro de 1889, estavam ativas no Piauí Comissões de Socorros nas seguintes localidades: Teresina, Valença, Picos, Jaicós, Paulista, Patrocínio, Alto Longá, Marvão, Piracuruca, Parnaíba, Amarração, Santa Filomena, Manga, Bom Jesus, São Pedro de Alcântara, Jerumenha, Parnaguá, Corrente, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Natal, Oeiras, Regeneração, União, Barras, Batalha, Retiro da Boa Esperança, Estreito, Matões, Livramento, Piripiri, Campo Maior e Aparecida.

¹⁶² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Circular nº 426, 11 de fevereiro de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 583, Estante 05, Prateleira 03.

¹⁶³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 241, de 25 de setembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

distribuição de dinheiro, roupas e alimentos, sem a contrapartida do trabalho. Ao longo da seca de 1877, o que se viu foram os Socorros Públicos sendo distribuídos de várias maneiras, em grande parte através dos socorros diretos. Embora tenha havido o emprego da mão de obra em algumas edificações, principalmente dos migrantes, ele não foi direcionado para grandes construções, como ocorreu no Ceará. Por conta disso, a documentação da ocupação migrante cearense no trabalho com uso dos socorros públicos ao longo da seca, é escassa; além da agricultura nos Núcleos Coloniais, encontram-se registros das obras na Igreja de São Benedito e outros trabalhos em locais específicos, quase sempre concentrados em Teresina que, por sua natureza, não podem ser equiparadas a algumas obras realizadas no Ceará.

Em 1889, embora tenha havido um direcionamento contrário e tenha-se procurando usar os Socorros Públicos para a concretização de obras importantes na província, em detrimento dos socorros diretos vistos na seca anterior, não se pode dizer que foram realizadas edificações de grande vulto; talvez um dos fatores associados a isso estão os recursos destinados ao Piauí, que sempre foram mais reduzidos em comparação ao Ceará, limitando os investimentos em projetos de grande expansão. Com isso, pode-se considerar que a gestão da seca no Piauí, em dois momentos específicos, teve direcionamentos diferentes: na seca da década de 1870 o governo Liberal priorizou a distribuição dos socorros diretos, obra iniciada pelos conservadores na província, mesmo que tenha havido algumas iniciativas de direcionar a mão de obra migrante para o trabalho; na seca do final década de 1880, o governo provincial, em postura contrária, buscou limitar a distribuição dos socorros diretos em favor da oferta de emprego aos migrantes e piauienses, porém, nos dois momentos as obras desenvolvidas na capital e no interior da província não passaram de projetos sem grande repercussão para o desenvolvimento econômico do Piauí, além de não serem voltadas para a redução dos impactos de secas futuras.

Ao longo da seca iniciada em 1877, a referência existente ao trabalho dos migrantes em obras públicas no Piauí foi feita no relatório do presidente Sancho Barros Pimentel, em dezembro de 1878, onde afirmou: “aqui na capital e em outros pontos da província, foram aproveitados os serviços dos emigrantes em algumas obras públicas”,¹⁶⁴ sendo elas:

Na capital concertaram-se as rampas e taluds à margem do rio Parnaíba (...). Em Valença foram empregados na construção de um prédio para as sessões da câmara e do júri, que ali se está edificando com auxílio dos particulares, e fizeram reparos de que carecia a casa da cadeia; em Pedro II, na reedificação

¹⁶⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 08

da igreja da vila; em Piripiri na abertura de um poço público; na Parnaíba em entulhar o grande covão que ali existia; em Piracuruca na abertura de uma fonte pública; em São João do Piauí na construção de uma casa para o mercado.¹⁶⁵

Como se observa, os migrantes foram empregados em obras de caráter momentâneo e que trariam pequenos benefícios apenas para a localidade em que estavam sendo executadas. Evidentemente, após concluídas essas obras, estavam mais uma vez os migrantes a depender dos socorros diretos do governo sem a contrapartida do trabalho. Onde parecem ter sido ocupados por mais tempo foi na edificação da Igreja de São Benedito. Iniciada em 1874, no “Alto da Jurubeba”, treze dias após a chegada de Frei Serafim de Catania, no Piauí, a construção do templo só foi concluída em 1886, e ao longo do seu edifício contou com a força do trabalho dos migrantes cearenses.¹⁶⁶

Erigida nos primeiros anos com a mão de obra da população local, caminhou lentamente até quase paralisar no ano de 1875 com uma crise de varíola que atingiu o Piauí, que diminuiu “o pessoal urbano”. Chegada a seca em 1877, sob a direção do religioso, muitos cearenses que estavam em Teresina foram direcionados para o serviço no templo. “Alguns deles, enfraquecidos pelas moléstias, fizeram questão de ser aproveitados para qualquer coisa, convictos de que São Benedito era o melhor remédio para os seus males”.¹⁶⁷ Para essa atividade, foram direcionados recursos através da Resolução nº 937, de 03 de julho de 1878, que autorizou o presidente da província a prestar no exercício de 1878 a 1879, o auxílio de quatro contos de réis para a construção da igreja.¹⁶⁸ Para essa ocupação eram alistados os migrantes que se encontravam no centro urbano e arredores de Teresina considerados aptos para o trabalho; para o canteiro de obras da dita construção também foram direcionados alguns migrantes que estavam alojados no sítio Pirajá, após o seu fechamento, em janeiro de 1879, sendo recebidos e supridos por Frei Serafim.¹⁶⁹

Diferentemente de outras obras em que a população afetada pelos efeitos da seca foi empregada em construções públicas “mediante salários”, como recomendou o governo

¹⁶⁵ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 11

¹⁶⁶ MARTINS, Elias. *Frei Serafim de Catania*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

¹⁶⁷ MARTINS, 1917, pp. 15 e 18.

¹⁶⁸ RESOLUÇÃO Nº 937, de 03 de julho DE 1878 – autoriza o presidente da província a prestar no exercício de 1878 a 1879, o auxílio de quatro contos de réis para a construção da igreja de S. Benedito, que nesta capital está sendo erigida. In: *Código das leis piauienses*. Teresina: Typographia da Moderação, 1878, p. 09.

¹⁶⁹ OFFÍCIOS. Nº 110, de 14 de janeiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, p. 01, ano XIV, 26 fev. 1879.

provincial à comissão de socorros de Oeiras,¹⁷⁰ não ficou claro como o dinheiro enviado ao religioso foi empregado, mas ao que tudo indica os migrantes recebiam apenas alimentação pelo seu trabalho na igreja. Vários ofícios, tanto encontrados nos Códices da Comissão de Socorros de Teresina, como publicado no jornal *A Imprensa*, datados dos anos de 1878 e 1879, dão conta da entrega a Frei Serafim de feijão, farinha, arroz, milho e rezes, além de tecidos para vestimentas “a fim de que fossem distribuídos aos emigrantes que trabalham na igreja de S. Benedito”.¹⁷¹

Figura 13: Igreja de São Benedito, onde trabalharam migrantes cearenses durante a seca, nos anos de 1878 e 1879



Fonte: *Almanaque Brasileiro Garnier*. Rio de Janeiro, ano 5, 1907, p. 118, *apud* FERREIRA, 2017, p. 22.

Além da igreja de São Benedito, os migrantes eram direcionados para outras obras na capital do Piauí, como a Santa Casa de Misericórdia, Delegacia, Quartel de polícia, taluds do Rio Parnaíba e na extração de “pedra de laje” para a construção da igreja de Nossa Senhora das Dores. Para essa última obra foram empregados 102 emigrantes de ambos os sexos que haviam estacionado na localidade Nazária, distante dez léguas de Teresina, ao pagamento da

¹⁷⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 1039, encaminhado a comissão de Socorros de Oeiras, de 04 de março de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 581, Estante 05, Prateleira 02.

¹⁷¹ OFFÍCIOS. Nº 09, de 17 de dezembro de 1878. *A Imprensa*, nº 574, p. 02, ano XIV, 08 de janeiro de 1879.

diária de 220 réis, feito pela Comissão de Socorros ao contratante do serviço, no segundo semestre de 1877.¹⁷²

Em outubro de 1878, a Comissão de Socorros autorizou, através de contrato firmado com o coronel Ignácio de Sousa Lima, a construção de um cemitério “em continuação”¹⁷³ ao que existia em Teresina, onde deveria ser empregado o “pessoal emigrante”, “percebendo cada um deles a quantia de quinhentos réis (...) diariamente a qual lhes seria pago no fim de cada semana mediante folha organizada pelo administrador da obra (...).¹⁷⁴ Por meio das ferramentas recebidas pelo contratante da obra em novembro de 1878, é possível ter uma ideia da quantidade de pessoas empregadas no local nos primeiros meses de trabalho; entre os objetos estavam: oito enxadas de ferro, duas foices, dois machados americanos, um facão americano, duas alavancas, pé de cabra, quatro marretas, dois barris e dois funis.¹⁷⁵ Percebe-se que, pelo menos a princípio, a quantidade de migrantes chamada para usar essas ferramentas pode ter sido reduzida. Já em ofício de abril de 1879, era concedida a entrega diária ao responsável pela condução das obras do cemitério da capital de “20 quilos de carne verde, 40 litros de farinha e 1.200 gramas de sal, a fim de serem distribuídos pelos emigrantes empregados nesse serviço”, além disso, também foi autorizada a compra de “02 caldeirões grandes e 04 gamelas ou bandejas de pau”.¹⁷⁶

Por esse documento, supõe-se que essa obra ocupava um número considerável de pessoas devido à quantidade de alimento fornecida para um único dia. Por outro lado, tratava-se de uma dieta limitada à carne, farinha e sal, servida possivelmente de modo coletivo nas gamelas em que os trabalhadores se serviam. Mesmo com esses obstáculos, para pessoas que não tinham outra forma de manter a sua alimentação diária, ter um trabalho e alimento podia representar a possibilidade de manter-se vivo à espera de novas oportunidades. Para a maioria dos migrantes cearenses e piauienses pobres, ter o que comer diariamente, mesmo que fosse

¹⁷² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 523, de 21 de novembro de 1877. Ofício nº 93, de 07 de dezembro de 1877. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 575, Est. 05, Prat. 02;

¹⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 645, de 27 de setembro de 1878 Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 578, Est. 05, Prat. 03; por meio desse ofício o governador da província, Sancho de Barros Pimentel, especifica como devem ser as paredes do cemitério, que diferente das do já existente, deveriam ter algumas diferenciações, a fim de evitar maiores despesas.

¹⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros desta capital com o Tenente-coronel Ignácio de Sousa Lima, em 03 de outubro de 1878. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03;

¹⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Relação de ferramentas e mais utensílios que recebi para o cemitério em construção. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03

¹⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 67, de 23 de abril de 1879. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.

somente farinha, significava sobreviver. Em maio de 1878, aproximadamente uma dezena deles foi empregada na condução de areia para entulhar “um grande covão existente na rua grande”.¹⁷⁷ Trabalhavam também em atividades como a limpeza da cidade e descarga dos sacos de cereais que chegavam a Teresina pelos vapores¹⁷⁸ a fim de serem distribuídos e vendidos à população necessitada.

Outra obra em que os migrantes foram constantemente empregados foi a construção das rampas e taluds do porto do rio Parnaíba, em Teresina. Em um dos contratos, as obras foram realizadas “na seção compreendida entre as ruas Grande e Bela”. Sendo instruído por contrato a empregar “o pessoal de emigrantes que for necessário” a pagamento de 500 réis por dia de trabalho, que se estendia das seis horas às onze da manhã e das duas às seis da tarde”, sujeitos a descontos aqueles que chegassem fora do horário. Nesse serviço, que teve início no mês de outubro, trabalharam 43 migrantes, reduzindo-se essa quantidade para dez trabalhadores no mês seguinte. A obra total custou aos cofres provinciais 423\$200 réis, dos quais, 503\$030 foram destinados ao pagamento dos serviços dos emigrantes.¹⁷⁹

Além desses trabalhos, os migrantes se dedicavam a atividades relacionadas à lavoura, tanto nos Núcleos, como fora deles, como José Jacome de Sousa, cearense, acompanhado de numerosa família, incluindo crianças, que fez uma roça às margens do rio Poty, distante meia légua de Teresina, a fim de conseguir a subsistência para si e sua prole.¹⁸⁰

O pagamento de diárias aos migrantes pela execução do trabalho nas diferentes atividades direcionadas pelo poder público piauiense possibilitava que aqueles trabalhadores adquirissem a própria alimentação, podendo comprar no mercado ou nos depósitos das Comissões de Socorros, onde eram distribuídos e também vendidos viveres à população. Observa-se uma variação no preço pago pelas diárias nos anos de 1877 e 1878. No primeiro, pelo documento consultado, era pago 220 réis pelo dia de trabalho na extração de lajes. No ano seguinte, para os trabalhadores das rampas, taluds e do cemitério em Teresina, eram remunerados 500 réis por uma diária de nove horas de atividade. Se comparado com o valor

¹⁷⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 179, de 28 de maio de 1878. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina (janeiro-junho 1878). Localização: Código 576, Estante 05, Prateleira 02.

¹⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 141, de 07 de maio de 1879. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1879. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.

¹⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo, Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros desta capital e o cidadão Antonio Rodrigues Teixeira e Silva, de 21 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Cod. 593, Prat. 05, Est. 03; Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

¹⁸⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo, documento de 30 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Cod. 586, Prat. 05, Est. 03.

da quarta de farinha, além de outros viveres que necessitavam serem consumidos, alimentar uma família numerosa com o valor desse pagamento poderia ser dificultoso para o migrante mediante os altos preços que os gêneros alimentícios alcançaram, salvo em condição da possibilidade de que a família possuísse vários membros empregados nas obras públicas.

A baixa remuneração pelo trabalho no Piauí foi motivo para uma petição encaminhada ao presidente Sancho Barros Pimentel, assinada por 35 homens presos na casa de detenção:

Nós, infelizes presos, indigentes, e encarcerados na casa de detenção e prisão, com trabalho desta capital, abaixo assinados, nos achando no mais deplorável estado de indigência, expostos a perecermos à míngua, o como já de entre nós alguns infelizes tem perecido a fome, pois que Exmo. Sr. tanto claro e provado está que nós abaixo assinados que não temos recurso algum se não as nossas diminutas diárias, sendo esta tão somente de 160 réis por dia, não é possível que com tão diminuta quantia possamos assim alimentar nossas existências, visto como se acham os gêneros alimentícios caros, pela terrível crise em que na época presente nos achamos. Verdade é Exmo. Sr., que de entre nós há muitos presos que não necessitam esmolar o pão da caridade, por disporem de algum recurso, os quais dizem que deixaram de assinar na presente petição por não quererem seus nomes esmolando o pão da caridade. Estes não necessitam da graça da benevolência do coração de V. Exa., e assim, Exmo. Sr., somos nós abaixo assinados dentre os infelizes que aqui jazemo-nos esmolados desprezíveis miseráveis e indigentes que necessitamos o pão da caridade, e que assim, confiando nós abaixo assinados no zelo benevolência e caridade com que trata V. Exa. os infelizes, vamos submissos e respeitosamente com os olhos enternecidos da mais lamentável lágrima filhos da mais flagrante necessidade impetrarmos do humano benévolo caritativo e generoso coração de V. Exa. a graça de nos mandar por humanidade dar ao menos diariamente meio quilo de carne verde e uma caneca de farinha enquanto durar a terrível seca (...).¹⁸¹

A carta dos encarcerados coloca em evidência alguns aspectos da ação dos Socorros Públicos no Piauí: diferentemente dos diversos requerimentos existentes desse período, este é singular por ser assinado por um coletivo. Os demais são feitos quase sempre por uma única pessoa referindo-se à sua família, ou por um alguém pedindo na intenção de dezenas de outras, e não assinam o próprio nome nos documentos, que eram escritos supostamente por um membro da Comissão dos Socorros Públicos. Neste caso, em especial, pela escrita e pela letra, acredito que foi redigido por um dos suplicantes e, ao final, aparecem quase todas as assinaturas em letras diferentes. A forma como se põem em completo estado de submissão diante da situação é outro ponto a destacar. Além de o comunicador principal, que fala em nome de todos os outros, deixar clara a condição social e econômica de todos eles, repetidas vezes se põe junto aos demais em posição subalterna e passiva. Por último, observo a ação da

¹⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício de 04 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Cod. 587, Prat. 05, Est. 03.

Comissão de Socorros na promoção do trabalho como maneira de assistência. Diferentemente de outros trabalhadores migrantes, que em 1878, mesmo ano da elaboração desse documento, recebiam até 500 réis diários, e até mesmo em 1877, quando a diária era menos da metade desse valor, os encarcerados recebiam pouco menos de um terço da remuneração oferecida aos demais trabalhadores em 1878. Pelo pequeno valor pago a eles e pelo preço em que se encontravam os gêneros, essa petição demonstra a insuficiência dos socorros indiretos à população. Não bastava destinar as pessoas necessitadas ao trabalho, era necessário que elas tivessem um pagamento que fosse ao menos suficiente para comprar a alimentação básica sem precisar dos socorros diretos do estado. O documento direcionado ao presidente Barros Pimentel pedia exatamente uma complementação alimentar por não conseguirem ser supridos com o valor recebido pelas diárias.

Em 1889, os socorros foram disponibilizados à população, novamente mediante condição de trabalho. As obras continuaram a ser executadas na capital, nos templos religiosos e nos prédios públicos. Para a igreja de São Benedito, mais uma vez foram destinados recursos dos socorros. Desta vez, os migrantes foram encarregados de erguer o patamar da dita igreja e as torres da igreja de Nossa Senhora do Amparo.¹⁸² No ano de 1890, o incentivo do governo ao trabalho nos templos religiosos permaneceu. Em março daquele ano foi concedida “a quantia de 500\$000 réis ao cônego Honório José Saraiva, para ser aplicado aos serviços feitos por pessoas vítimas da seca, na Igreja do Amparo”, em Teresina.¹⁸³ Além dessas, muitas outras construções foram executadas. Diferentemente da seca anterior, a concessão dos socorros indiretos à população migrante e aos piauienses pobres afetados pela seca foi realizada mediante incentivo à execução de alguma atividade, sendo a referida concessão definida pelo governo local mediante orientação do Ministério do Império.

Por meio do Decreto nº 10.181, de fevereiro de 1889, o Ministério do Império autorizou a abertura de um crédito extraordinário de 5.000:000\$000 réis para serem destinados às despesas “imprevistas e urgentes”, entres elas, a seca do Norte. Para as províncias dessa região foi determinado que os recursos fossem utilizados da seguinte forma:

(...) prestado indiretamente por meio de trabalho em obras públicas e melhoramentos, previstos para atenuar desde já e de futuro os males provenientes do flagelo, e diretamente àqueles que, não podendo prover a

¹⁸² MEDIDA ACERTADA. *A Phalange*, nº 22, p. 03, ano I, 12 jun. 1889.

¹⁸³ OFFÍCIOS. Atos do Governo do Piauí, do dia 22 de março de 1890. *Estado do Piauí*, nº 31, p. 01, ano I, 28 mar. 1890.

sua subsistência nas províncias flageladas, preferiram retirar-se delas para outras ainda imunes.¹⁸⁴

O decreto era claro em relação à proibição de distribuição de socorros de forma direta, seja em alimentos ou dinheiro, da forma como foi praticado no Piauí entre 1877 e 1879. Dessa maneira, implicitamente o governo autorizava a construção de obras públicas nas províncias com os recursos dos socorros. A medida visava manter a população local no seu local de origem, facultando a sua migração apenas nas condições em que não fosse possível empregá-la nos serviços locais.

Em relação ao Piauí, por conta da seca e da migração da população em direção aos centros mais habitados, foram abertas Comissões de Socorros em 14 municípios, porém como contido no relatório do ministro Ferreira Viana, “a administração sentiu-se embaraçada, pela falta de obras gerais e pelo mau estado dos cofres provinciais, para adotar providências análogas às que foram postas em prática em outras províncias”.¹⁸⁵ Essa dificuldade pode justificar a ausência de obras de grande vulto na província no final do século XIX utilizando a mão de obra da população afetada pela seca, embora tenham sido realizadas algumas obras, muito mais que na seca anterior. Em estado financeiro dificultoso, não houve muito esforço do governo central para promover melhores condições para que o Piauí atravessasse aquele momento: em vez de recursos, as recomendações que recebeu do Ministério do Império foi que “tê-la-ão habilitação para tomar as medidas que o caso exige”.¹⁸⁶ Segundo consta no relatório do presidente da província, Raymundo José Vieira da Silva, de junho de 1889, o Piauí recebeu um crédito de 10:000\$000, abrindo o governo por sua responsabilidade, outro crédito de 60:500\$000 réis.¹⁸⁷

O presidente da província orientou as Comissões de Socorros para que “fizessem a distribuição do auxílio dos socorros em salários a pessoas válidas, que deveriam empregar-se em obras de utilidade pública nos referidos lugares”. Em torno disso, foram executadas as seguintes construções:

¹⁸⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, Anexo G, p. 03.

¹⁸⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 94.

¹⁸⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, p. 94.

¹⁸⁷ Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, p. 52.

Tabela 29: Obras contratadas com as verbas dos socorros públicos no Piauí, no governo de Raymundo José Vieira, em 1889.

Obra	Valor
Talud e duas rampas no Rio Parnaíba	21:000\$000
Ponte do riacho São Domingos	2:000\$000
Raio da Santa Casa de Misericórdia	5:000\$000
Duras torres da igreja Matriz de N. S. do Amparo	1:536\$700
Patamar da Igreja de São Benedito	1:000\$000
Ponte sobre o riacho dos cavalos	3:800\$000
Ponte do riacho fundo	2:200\$000
Ponte do riacho Marimba	2:500\$000
Ponte do Riachão	3:800\$000
Estrada do porto Conceição para Oeiras	6:000\$000

Fonte: Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889, pp. 44 a 48.

Para todos esses trabalhos deveriam ser designadas, prioritariamente, pessoas vítimas da seca ou migrantes. Pela natureza dos trabalhos não houve nesse momento o direcionamento de recursos para construção de açudes e de poços, tipo de empreendimento que visava amenizar os efeitos de futuras secas, como já vinha fazendo o Ceará. Além de obras na capital, com destaque para os templos religiosos, foram construídas pontes em diferentes pontos visando facilitar a vida da população local em épocas de cheias, e não das secas, o que chega a ser contraditório. Talvez a escolha desses serviços se deu por serem construções necessárias à locomoção de pessoas, e diante da necessidade de executar os socorros públicos, optou-se por algo que já estivesse à espera de ser construído. No governo seguinte, de Firmino de Sousa Martins, através de três contratos, foram designadas a obras do conserto da casa de detenção, um talud e três rampas e um açude em Campo Maior,¹⁸⁸ além da continuidade dos recursos para construções já em andamento. Em agosto, foi aberto à verba “socorros públicos” a quantia de mais dois contos de réis para ser aplicada na continuidade dos trabalhos da igreja de São Benedito, com a recomendação de que fossem empregados “na dita obra o maior número de indigentes flagelados pela seca” a quem por meio dos socorros procurava-se “conceder os necessários meios de subsistência”.¹⁸⁹

Pela documentação, o governo de Teófilo Fernandes dos Santos parece ter sido mais maleável em relação à distribuição dos Socorros Públicos com as comissões de alguns municípios, inclusive mantendo a distribuição de farinha às ditas comissões. Na primeira quinzena de agosto foram encaminhadas às diferentes Comissões de Socorros existentes no

¹⁸⁸ INSISTÊNCIA INJUSTIFICÁVEL. *A Imprensa*, nº 1082, p. 02, ano XXIV, 22 jul. 1889.

¹⁸⁹ OFFÍCIOS. 1ª sessão de 06 de agosto de 1889. *A Imprensa*, nº 1095, p. 01, ano XXV, 09 nov. 1889.

Piauí quantidades importantes de farinha, que variaram de 50 a 400 sacos,¹⁹⁰ a depender da localidade e da população a ser atendida. Pouco após o início da sua administração, algumas Comissões de Socorros receberam recursos do governo provincial, que foram assim distribuídos:

Tabela 30: Valores repassados para as Comissões de Socorros pelo governo da Província do Piauí em agosto de 1889

Localidade	Valor
Jerumenha	5:000\$000
Parnaguá	5:000\$000
Corrente	5:000\$000
Colônia S. Pedro de Alcântara	1:000\$000
S. João do Piauí	6:000\$000
Humildes	2:000\$000
Jaicós	4:000\$000
Picos	4:000\$000
Paulista	1:000\$000
União	2:000\$000

Fonte: PORTARIAS. 1ª sessão, de 01 de agosto de 1889. *A Imprensa*, suplemento ao nº 1093, p. 01, ano XXV, 16 out. 1889.

Mesmo que tenha havido essa distribuição de recursos, a orientação para a forma como deveriam ser aplicados era a mesma. Seguindo a diretriz do Ministério do Império, o governo provincial era taxativo com as comissões: deveriam elas evitar a entrega direta dos socorros aos necessitados, tendo eles acesso a esse benefício prioritariamente mediante a execução do trabalho.

(...) Convindo empregar a quantia (...) em melhoramentos materiais de que resulte vantagem para as localidades, dando-se ao mesmo tempo aos necessitados trabalho remunerado, em vez de simples esmola, que habitua a ociosidade, recomendo (...) que, por conta da indicada quantia, empreendam obras como reparo de estradas, pontes, construção de açudes e outras quaisquer de reconhecida utilidade para o município, empregando nelas somente os indivíduos que estiverem baldos de recursos para subsistência, em consequência da seca e dando-lhe remuneração proporcional, de acordo com as necessidades de cada um. Em uma família devem ser aproveitados todos aqueles que sejam aptos para o trabalho, fornecendo-se, entretanto, recursos aos que se acharem invalidados, e não vivam ao abrigo de quem possa os manter. (...) Destarte, observadas as recomendações que ora faço, (...) ampara-se a população flagelada dando-se lhe trabalho e meios de subsistência, ao mesmo tempo ficam as localidades dotadas com melhoramentos de que necessitam, e que no futuro servirão para atenuar os efeitos de calamidades idênticas que possam sobrevir.¹⁹¹

¹⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 238, de 14 de agosto de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 581, Estante 05, Prateleira 02.

¹⁹¹ PORTARIAS. 1ª sessão, de 01 de agosto de 1889. *A Imprensa*, suplemento ao nº 1093, p. 01, ano XXV, 16 out. 1889.

Seguindo a recomendação do Ministério do Império e a mesma designação já feita pelo governo anterior às comissões, o ofício de agosto de 1889 era claro em repetir algumas ideias já difundidas: combater a ociosidade através do trabalho. A orientação para que todas as pessoas válidas fossem empregadas “de acordo com as necessidades de cada um”, se enquadrava em uma ideia de recusa do Estado em oferecer socorros de forma gratuita e utilizava os Socorros Públicos para uma múltipla finalidade: a) construir obras, que embora fossem necessárias, fora da ocasião da seca dificilmente teria recursos para despender em sua execução, b) colocava a população sob o ritmo e a ideologia da valorização do trabalho remunerado, mesmo que a retribuição fosse baixa, c) e mantinha-se a assistência à população desvalida sem grandes custos ao Estado, visto que somente aqueles que em última instância não pudessem trabalhar receberiam os socorros diretos.

Em agosto de 1889, Antonio de Sousa Melo Neto, engenheiro encarregado pela construção de uma ponte na capital, teve que explicar ao presidente da província o motivo de existirem pessoas vagando pela rua “implorando a ajuda de particulares”, confirmando ele que essas pessoas eram “tão somente a indivíduos inválidos”, e se entre eles aparecia “um ou outro válido, é porque, negando-se ao trabalho, preferem a ociosidade”, pois desde o começo das obras afirmou nunca ter deixado de “aceitar emigrantes que procuram serviço e dar-lhes a preferência”.¹⁹² Em abril de 1889, a Comissão de Socorros de Teresina autorizou a comissão de Parnaíba a embarcar, a cada uma das viagens pelos vapores, até 16 emigrantes dos existentes naquele município para a capital, onde poderiam ser empregados nas obras ali existentes ou dedicariam-se à lavoura,¹⁹³ revelando uma movimentação dos migrantes dentro da província, não só por iniciativa própria, mas promovida pelo Estado, com a finalidade de situá-los em localidades onde pudessem exercer algum tipo de trabalho.

As obras, como já indicadas, quase sempre foram de pequena expressividade em âmbito regional, ficando restritas apenas a pequenos benefícios locais voltados sempre à edificação de órgãos públicos e templos religiosos, que diferentemente do que indica o ofício, dificilmente seriam úteis para atenuar os efeitos de uma nova seca. Campo Maior, por exemplo, foi um dos poucos lugares onde foram realizadas construções hídricas, com obras em um açude para a contenção de água. Neste município, além dessa obra, a Comissão de

¹⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pelo engenheiro Antonio de Sousa Melo Neto ao presidente da Província do Piauí, Teófilo Fernandes dos Santos, em 13 de agosto de 1889. Documento sem numeração, Caixa 01, comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 940 de 13 de abril de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 581, Est. 05, Prat. 02.

Socorros, já durante a república, destinou 700\$ para execução de trabalhos na igreja matriz.¹⁹⁴ Em Barras, outro município onde tiveram continuidades às obras por meio dos recursos das Comissões de Socorros, foram destinados 700\$000 réis para a reconstrução da casa de intendência do júri e 800\$000 para reparos na igreja matriz.¹⁹⁵

Os meses da gestão dos recursos da seca pelo governo republicano, entre o final de 1889 e começo de 1890, mesclaram assistencialismo por meio dos Socorros Diretos, como também por meio do trabalho. Pelo menos nesse primeiro momento não diferiu muito da postura do governo imperial, embora a orientação para a aplicação dos recursos dos socorros públicos buscasse restringir a distribuição dos Socorros Diretos, seja na forma de dinheiro ou de alimentos, sendo ele concedido principalmente mediante o trabalho em que eram empregados os migrantes e a população pobre do Piauí.

Os governos piauienses em momentos de crise, independentemente do regime político, buscaram amenizar minimamente as dificuldades dos migrantes e dos piauienses concedendo-lhes uma ocupação em obras públicas em troca de alimentação ou de “salários razoáveis”,¹⁹⁶ buscando gerir a presença de uma população que convergia seja de outras províncias ou do interior do Piauí para áreas mais povoadas, como Teresina. Sem o empreendimento de grandes obras, entre os anos de 1877 e 1879, com a chegada em massa de cearenses a Teresina, o governo local optou pela criação dos Núcleos Coloniais, como uma forma de evitar a aglomeração de migrantes no centro urbano da nova capital. Nesses espaços onde se estabeleciam, a população era servida de alimento e direcionada para a execução de atividades agrícolas, o que não pode ser enquadrado nos trabalhos comumente a que eram direcionados os migrantes no Ceará, por exemplo, e até no Piauí, como visto nas páginas anteriores. Não se tratava de obras públicas nem de investimentos que trariam algum benefício material ou prolongado ao Estado, funcionando apenas como uma estratégia para manter a população emigrada ocupada, mesmo que para isso fosse direcionada para o preparo de roças em um período de instabilidade dos invernos no solo piauiense.

¹⁹⁴ OFFÍCIOS. 26 de fevereiro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 21, p. 01, ano I, 02 mar. 1890.

¹⁹⁵ OFFÍCIOS. 03 de março de 1890. *Estado do Piauí*, nº 21, p. 03, ano I, 07 mar. 1890.

¹⁹⁶ JUSTUS. *Estado do Piauí*, nº 08, p. 03, ano I, 31 jan. 1890.

Capítulo VI

Os Núcleos Coloniais: trabalho, moradia e sociabilidades

A produção historiográfica que menciona a implantação dos Núcleos Coloniais em diferentes províncias brasileiras no século XIX, destaca as suas diferentes características e objetivos em cada época e regiões onde foram instalados.

Para as regiões produtoras de café, durante o Segundo Reinado, o “recrutamento e a fixação de imigrantes”, por meio dos incentivos do governo, deu origem ao agrupamento de pessoas em pequenas propriedades, fixando-as em núcleos. O objetivo de quem defendia a imigração estrangeira para o Brasil era, além de “incrementar o povoamento do país”, ter a partir dos Núcleos Coloniais os braços necessários para a atividade agrícola.¹

Nas pesquisas existentes acerca da implantação dos núcleos, independentemente da época, local e contexto em que foram criados, verifica-se uma correlação direta com a migração, seja de estrangeiros, ou de brasileiros. No caso de São Paulo, a corrente imigratória que ocorreu no século XIX, estava intimamente ligada à lavoura cafeeira; conjuntamente associado a esse fenômeno “e à reabilitação do processo de mão de obra estrangeira”, podem ser situados os Núcleos Coloniais.² No caso do Sul do Brasil, no século XIX, “a colonização baseada na pequena propriedade na qual seriam instalados imigrantes era a solução para todos os males econômicos e sociais do país”.³

Ao Norte do Império também foram colocadas em prática as ideias de colonização. No Pará, o incentivo à imigração estrangeira se dava através da “ênfase na colonização (...) através da implantação de colônias agrícolas e a importância do Núcleo Colonial como estratégia de povoamento e substituição da cobertura vegetal de floresta por plantações de gêneros agrícolas”.⁴ Dessa forma, a colônia agrícola de Benevides, instituída em 1875, tida como a mais importante da Amazônia durante o período imperial⁵, “deveria representar o espaço de produção para abastecimento dos mercados do Pará, assim como a conquista e ocupação de uma área predominantemente de floresta”; os núcleos de colonização e a

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 189.

² FERLINI, Vera Lúcia Amaral e FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. *Rev. Bras. de Hist.* S. Paulo, v. 13, nº 25/26, pp. 121-132, set. 92/ago. 93, p. 130.

³ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 18.

⁴ NUNES, Francivaldo Alves. Núcleos coloniais e agricultura na Amazônia Imperial: uso e ocupação da terra. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 100, setembro de 2009, p. 71.

⁵ NUNES, Francivaldo Alves. Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia. 2011. 422f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 285.

produção agrícola vislumbravam-se como “elementos fundamentais para trazer o desenvolvimento agrário”.⁶ Nas últimas décadas do século XIX foram estabelecidas outras colônias no Pará, que eram compostas tanto por estrangeiros como por brasileiros; na composição dos últimos, observava-se forte presença dos cearenses no contingente migratório a se estabelecer nos Núcleos Coloniais. Nesses locais, “a organização de Núcleos Coloniais e de lotes agrícolas para produção” se inseriu no empenho desenvolvido “pelos poderes públicos em relação à colonização”.⁷

No Amazonas, no âmago da migração cearense na grande seca da segunda metade do século XIX, foram criados os Núcleos Coloniais com a verba dos Socorros Públicos, cujo objetivo era de desenvolver a agricultura na região, porém, por motivos como esgotamento dos recursos e desvio das verbas destinadas ao investimento dos núcleos, o projeto acabou sendo inviabilizado.⁸

Seja com a presença de estrangeiros ou brasileiros, os Núcleos Coloniais foram criados em regiões específicas do Brasil dentro de um contexto econômico determinado tanto para captação de mão de obra na produção cafeeira no Sul, como embalado pelo ideal de colonização e expansão da produção agrária no Norte. Os cearenses, de modo direto, fizeram parte da composição desses núcleos no Pará e em outras províncias, no contexto das constantes migrações impulsionadas pelas consequências da seca. No Piauí, em 1877, em meio a esse fluxo migratório, foram criados, durante a administração do Partido Conservador na província, estabelecimentos que receberam essa mesma denominação. Contudo, os Núcleos Coloniais piauienses, embora possuíssem algumas características que se aproximavam dos núcleos existentes em outras partes do Brasil, como a ênfase na agricultura e também por terem sido compostos por cearenses, se diferenciavam no contexto econômico, climático e social em que foram implantados, nos resultados obtidos, na forma com que eram mantidos, por abrigarem tanto migrantes como a população local, além de terem sua existência restrita a um período determinado pela extensão da seca.

Um dos poucos trabalhos que analisam a existência dos Núcleos Coloniais na província piauiense, o livro *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*, de Maria Mafalda

⁶ NUNES, 2009, p. 71.

⁷ LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açáí, 2010, p. 324.

⁸ BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na Província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). *Rev. Bras. Hist.* vol. 35, nº 70 São Paulo July/Dec. 2015.

Baldoino de Araújo, traz um pequeno tópico sobre a existência desses estabelecimentos ao longo da seca que se estendeu por três anos, na década de 1870. Segundo a autora, a ideia de criação desses locais partiu dos proprietários rurais, que visavam obter vantagens ao receber o contingente de migrantes nos seus terrenos, direcionando-os para o trabalho. Com os migrantes em suas terras, ficavam responsáveis pela administração do local onde eles estavam estabelecidos, e a administração pública custeava-lhes as despesas geradas pela presença dessas pessoas na propriedade. Na análise da autora, conforme a criação dos Núcleos Coloniais, estes tinham como objetivo “receber imigrantes flagelados pela seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-los de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais”, confluindo com a “carência de mão de obra escrava e a existência de abundante mão de obra para o trabalho agrícola”, fato este que segundo a pesquisadora, “impulsionou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na província do Piauí”.⁹

Ao longo de sua existência, os Núcleos Coloniais variaram em quantidade e capacidade de receber pessoas. Cearenses e piauienses fizeram uso desses espaços, não somente nos arredores de Teresina, mas também em outras localidades, como União e Humildes, para atravessarem um período de dificuldades, tanto para os despossuídos de terras das duas províncias como também para alguns que haviam perdido os bens que possuíam em consequência da seca. Nos Núcleos, deveriam produzir em uma terra que poucos sinais de reprodução da vida se permitiam em meio àquele momento. Não se pode negar que foram nesses espaços que cearenses e piauienses, esperando por chuva para fazer vingar os seus roçados, puderam ter uma nova oportunidade de sobrevivência, através do trabalho e da fixação da terra. Pelo menos de forma temporária, lá puderam construir suas casas de palha e aguardar por momentos melhores. Foram espaços de convivência, lutas, violências, doenças, mortes, mas também de trabalhos, experiências e sociabilidades. Esses Núcleos Coloniais tiveram importância primordial na concessão do assistencialismo promovido pelo governo do Piauí através dos Socorros Públicos, sejam eles diretos ou indiretos, e de uma forma direta, possibilitaram que muitos cearenses permanecessem no Piauí após o fim da seca.

⁹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Universidade Federal do Piauí e Academia Piauiense de Letras, 1991, p. 80.

01 Os Núcleos Coloniais no Piauí

Ao longo do ano de 1877, quando foram tomadas as medidas para reduzir os impactos da seca sobre a população emigrada no Piauí, os primeiros Núcleos Coloniais foram criados durante o governo de Graciliano de Paula Batista, que governou a província de janeiro até 13 de agosto de 1877. No relatório com que passou a administração da província a Francisco Bernardino, justificou a criação dos núcleos por tratar-se de uma “imensa dificuldade” que existia para acomodar os migrantes que procuravam Teresina e seus arredores e, “não podendo dar-lhes o trabalho necessário, de modo a evitar a indolência”, aceitou “o oferecimento de diversos agricultores, cujos terrenos são reconhecidamente férteis”. Nesse primeiro momento, o presidente da província revelou a existência da criação de três núcleos, localizados “nos sítios do major José Thomaz de Aguiar Catanhedos, capitão José Ferreira de Vasconcelos e tenente Raymundo Sinval de Vasconcelos, onde existia “grande número de emigrantes perfeitamente alojados, e já com alguma lavoura fundada”.¹⁰ Estes três núcleos iniciais, que são definidos somente como sítios, termo que não desaparece nas fontes ao longo da seca, foram definidos na documentação que prossegue os governos seguintes, respectivamente de núcleos Mocambo, Sant’Ana e Santa Philomena. Mantidos pela verba – Socorros Públicos – o governo mandava para esses sítios víveres, fazendas para vestuário, bois para matalotagem, ferramentas e utensílios úteis à lavoura, além de medicamentos para aqueles que fossem acometidos pelas febres intermitentes. Deveriam os migrantes dedicarem-se à lavoura de cana-de-açúcar e cereais.¹¹ Pelo contrato estabelecido, os proprietários forneciam alimentação aos migrantes, apresentando ao final de cada mês a conta da despesa em uma relação, contendo o número de migrantes que haviam recebido o benefício,¹² sendo permitido, a princípio, que o custo da diária fosse de 250 réis, depois passando para 220,

¹⁰ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 13 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 17-18.

¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

¹² Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 13 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 18.

continuando o governo responsável pelo fornecimento de roupa, medicamentos e ferramentas.¹³

A descrição das condições locais e os resultados que essa medida geraria, foi colocada de forma bastante otimista no relatório da passagem de cargo de Graciliano de Paula Batista:

Esses proprietários cedem seus terrenos e dão casas para moradia, mediante condições tão favoráveis, que muitos dos emigrantes que têm aceitado o contrato, e que me tem falado, mostram-se satisfeitos ao ponto de pretenderem fundar sua residência nesta província. Os cidadãos de quem trato, são homens de probidade e nobres sentimentos e neles V. Exc.^a. encontrará um auxiliar poderoso na província; e outros cidadãos não menos dignos estão dispostos a aceitar emigrantes nos seus sítios, dando-lhes as terras e casa, e o governo sustento, roupa, medicamentos e instrumentos para o trabalho agrícola, o que me parece de grande alcance para o futuro desta província e de economia para o governo.¹⁴

A avaliação de Graciliano de Paula Batista sobre esses empreendimentos do governo traz uma visão inicial de uma época em que a migração ainda não era tão avultada como passou a ser a partir dos fins de 1877 e primeiro semestre de 1878. Os núcleos ainda abrigavam uma quantidade reduzida de pessoas que não passavam de pequenas centenas e até mesmo somente dezenas, diferentemente de alguns núcleos que, durante o ano de 1878 e 1879, chegaram a contar com mais de dois milhares de migrantes. Enviar os migrantes para os núcleos era vantajoso para o governo à medida que tirava dos seus olhos no núcleo urbano uma quantidade significativa de pessoas que estavam vagueando nas ruas pedindo esmolas e provocando aglomerações. A forma como os primeiros contratos foram estabelecidos deixava a cargo dos contratantes do núcleo quase toda a responsabilidade de atenção e cuidados com os migrantes, ficando o governo apenas com o ônus financeiro, o que naquele momento pareceu algo bem cômodo para resolver a presença dessas pessoas na cidade. Na conclusão do governante, a decisão era acertada porque “ao mesmo tempo em que *acolhia* os infelizes perseguidos pela seca, *sujeitava-os* igualmente ao serviço da lavoura”.¹⁵

Como indicou Graciliano de Paula em seu discurso, é possível que alguns daqueles que eram abrigados em algum núcleo desejassem permanecer no Piauí mediante oferta de terra, trabalho e alimento, mas nem sempre as condições oferecidas aos migrantes foram

¹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

¹⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 13 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878, p. 18.

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 52, de 01 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

assim. Mais adiante irei mostrar os problemas que passaram a existir nesses núcleos, resultantes da ampliação desses estabelecimentos e dos contratos com termos pouco específicos e fiscalização precária, permitindo que, diferentemente do que acreditava o presidente, alguns contratantes agissem sem a probidade ou sentimentos nobres esperados. A princípio, o controle das despesas e da quantidade de pessoas assistidas era fornecido pelo próprio contratante do núcleo. Em sessão de agosto de 1877, os membros da Comissão de Socorros de Teresina determinavam que para o recebimento dos valores dos cofres da província, os contratantes apenas “apresentassem uma relação nominal de todas as pessoas que existissem nos seus sítios ou fazendas, com declaração de nomes, idades e sexo”.¹⁶ Nessa mesma reunião, a comissão aceitou a proposta do contratante do núcleo Santa Philomena, Raimundo Sinval de Vasconcelos, para o pagamento por parte do governo de uma dieta específica que ele passaria a servir aos migrantes a seu cargo, composta de “carne, farinha, arroz, toucinho, feijão, milho e rapadura, e aos doentes, galinhas, café, chá, pão e bolachas”. Comparando com os documentos que tive acesso, a alimentação supostamente fornecida aos migrantes do Santa Philomena era bastante diversificada, e alguns de seus componentes, quase impossíveis de serem consumidos pela população pobre e emigrada, nos meses seguintes da extensão da seca. Não se sabe se de fato essa dieta foi oferecida e por quanto tempo durou essa autorização para uma refeição tão “arrojada” diante daquele momento, visto que as mudanças no cargo da presidência da província podem ter alterado essa permissão. Em dezembro do mesmo ano, ao contratante do mesmo núcleo já só era permitida a despesa diária com o sustento de cada emigrante de 220 réis.¹⁷

Além desses três núcleos iniciais, nos meses seguintes o governo da província autorizou a abertura de mais dois estabelecimentos, o Belmonte e o São José; o primeiro recebendo 78 emigrantes, e o segundo 27.¹⁸ Em fins do ano de 1877 começaram a chegar ao governo novas propostas de aberturas de núcleos, entre eles os contratantes dos núcleos Felicidade, Sítio e Icó. Entre dezembro de 1877 e março de 1878, tiveram a sua maior expansão, sofrendo brusca redução após a chegada do Partido Liberal ao poder. Durante os

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ata da primeira sessão da comissão de Socorros de Teresina, na data de 23 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 225, de 28 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

meses em que foram se multiplicando, até março de 1878, o Piauí passou a somar, com os já existentes, os seguintes núcleos:

Tabela 31: Núcleos Coloniais no Piauí (1877-1878)

Nº	Núcleo	Contratante	Número de emigrantes	Condições de contrato
01	Felicidade	Major Mariano Gil Castelo Branco	150, podendo elevar a 300.	160 réis a diária, de cada um, fornecendo o governo 40 quartas de viveres mensalmente. Se elevado a 300 emigrantes, recebendo 2.500 litros de farinha.
02	Sítio	Tenente Antonio Martins Viana	200, elevando-se a 224.	210 réis a diária.
03	Icó	Capitão João do Rêgo	220 ou mais	160 réis a diária, fornecendo o governo 54 quartas de viveres mensalmente.
04	Coité	Capitão Ignácio Marques de Araújo	150 emigrantes	160 réis a diária e o fornecimento de 40 quartas de viveres.
05	Deserto	Capitão Raimundo Sininio de Lima e Almeida	150 emigrantes, podendo elevar a 300.	160 réis a diária e fornecimento de viveres.
06	Olho D'água	Luiz Gonçalves Pereira	150 emigrantes	160 réis a diária e fornecimento de 40 quartas de viveres.
07	Santa Bárbara	Custódio Ferreira Mello	150 emigrantes, elevando-se a 400.	160 réis a diária e fornecimento de viveres.
08	Retiro	Francisco Antonio Saraiva	150 emigrantes	160 réis a diária o fornecimento de 40 quartas de viveres.
09	Guandu	Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco	150 emigrantes, elevando-se a 200.	160 réis a diária e o fornecimento de 30 quartas de farinha, 10 de milho, 6 de feijão e 500 litros de arroz. Não houve acréscimo com o aumento dos migrantes.
10	Harmonia	Capitão Felinto do Rêgo Monteiro	300 ou mais emigrantes.	160 réis a diária e o fornecimento de 80 quartas de viveres.
11	Centro	Tenente-coronel José Gonçalves Pedreira	150 emigrantes	160 réis a diária e o fornecimento de 40 quartas de viveres.
12	Morros	Capitão Antonio Martins dos Reis Lima	150 emigrantes	160 réis a diária e o fornecimento de viveres.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

A cargo de homens de patente e posses do Piauí, os núcleos criados até o fechamento do ciclo do primeiro ano de seca, se somados todos eles, já apresentavam um número significativo de migrantes; o acréscimo na quantidade de núcleos e, conseqüentemente, uma maior população recebida neles já indicavam que se avolumava a migração a partir do segundo semestre de 1877. Nesses novos contratos firmados, os valores da diária paga pelo

governo para mantimento dos emigrantes foi reduzida significativamente, se comparada aos 250 réis pagos aos primeiros, com exceção do núcleo Sítio, que se manteve em 220 réis, mas sem contrapartida de viveres do governo. Como se percebe, a quantidade de viveres, que pelo indicado em alguns documentos poderia ser a definição aplicada a todo tipo de gênero alimentar como farinha e milho, nem sempre era correspondente ao número de migrantes que o núcleo possuía ou que passava a receber, em alguns dos contratos, ficando inespecífica a razão a ser enviada pelo governo.

Dos doze núcleos destacados, um se diferenciava dos demais pela sua localização. Criado em janeiro de 1878, a duas léguas da vila de União,¹⁹ o núcleo Harmonia recebeu, da mesma forma que os núcleos que ficavam ao redor da capital, significativo número de pessoas. Como União era uma vila que se situava a poucas léguas de Teresina e próxima ao rio Parnaíba, oferecendo as mesmas condições climáticas e agricultáveis que a capital, a criação de um núcleo nessa localidade pode ser vista como uma estratégia para evitar uma sobrecarga nos núcleos de Teresina. Mesmo com a extinção de muitos estabelecimentos no primeiro semestre de 1878, o núcleo de União sobreviveu até a suspensão dos Socorros Públicos, em 1879. No mês de abril daquele ano, para lá foi enviada a última carga de fazendas feita pela Comissão de Socorros de Teresina.²⁰ Até este ano, ainda no termo de União, também funcionou outro núcleo. De propriedade do major José de Araújo Bacelar, o Sítio Belém já havia recebido mais de uma centena de migrantes no começo do ano de 1878.²¹ Pode-se citar além do núcleo Harmonia, em União, a existência de um núcleo no sítio Carahybas, na vila dos Humildes, que abrigava 61 emigrantes.²²

A existência desses núcleos rompe com o discurso da centralização da existência da criação dos estabelecimentos de migrantes apenas ao redor da capital, para onde convergia grande parte dos cearenses e piauienses. Muitos deles nem sequer chegaram à Teresina, e ficaram estabelecidos em sítios e fazendas em algumas vilas, fornecendo, em alguns casos, as Comissões de Socorros, fazendas e viveres para a manutenção dessas pessoas. Outro exemplo que pode ser visto como um tipo de núcleo, foi a fazenda da família Paz, em Campo Maior, que, sob responsabilidade de André Jacome da Paz, abrigou 99 emigrantes cearenses,

¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 249, de 02 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 21, de 09 de abril de 1879. Códice Comissão de Socorros 1879. Localização: Cod. 579, Est. 05, Prat. 02.

²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 156, de 01 de fevereiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

recebendo recursos da Comissão de Socorros para a manutenção das pessoas ali presentes, na condição de que se dedicassem ao trabalho da lavoura, da mesma maneira que ocorria com os núcleos existentes no entorno de Teresina. Talvez o que diferenciava esses locais do interior da província com os núcleos estabelecidos pelo governo era a existência de um contrato que impunha obrigações específicas ao contratante e à Comissão de Socorros, enquanto em outros estabelecimentos de fazendas e sítios que abrigavam essas pessoas o governo fornecesse alimentos e fazendas mediante solicitação dos proprietários sem uma regularidade específica.

Durante o governo do Partido Conservador, o Piauí chegou a ter 19 Núcleos Coloniais em Teresina e fora dela. Concomitantemente, esse número pode ter variado um pouco para menos, visto que alguns núcleos foram sendo fechados e outros abertos com o passar dos meses. Até janeiro de 1878, a quantidade de emigrantes recebida nos núcleos e as despesas despendidas com a manutenção de cada um deles foram as seguintes:

Tabela 32: Núcleos Coloniais com emigrantes e despesas até 31 jan. 1878.

Nº	Nome do núcleo	Nº emigrantes	Despesa até 31 jan. 1878
01	Mocambo	452	16:279.650
02	Sant'Ana	333	10:973.950
03	Santa Philomena	369	10:879.895
04	Sam José	18	1:300.304
05	Belmonte	78	2:582.600
06	Felicidade	300	2:939.550
07	Sítio	167	2:624.290
08	Icó	159	541.380
09	Coité	150	1:152.290
10	Deserto	170	1:121.370
11	Olho D'água	148	1:136.530
12	Santa Bárbara	392	1:838.020
13	Retiro	150	1:201.290
14	Gandu	157	1:001.000
15	Harmonia	373	147.370
16	Centro	150	563.520
17	Morros	149	546.880
18	Carahybas	61	153.925
19	Belém	147	671.765
Total		3.924	57:619.579

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

Havia muitas críticas dos liberais em torno da criação e gestão dos Núcleos Coloniais. Considerava-se suas despesas muito altas para os cofres públicos e, embora tenham mantido os núcleos, possivelmente “porque não tinham um novo plano de emergência a ser aplicado

na ocasião da seca”,²³ a tratativa com a gestão dos mesmos foi diferenciada. Não sendo possível acabar repentinamente com os núcleos, permitindo que as mais de seis mil pessoas que haviam abrigadas neles no primeiro semestre de 1878 afluíssem para a capital, a opção encontrada foi a elaboração de novos contratos, mantendo os esforços para sustentar a regularidade dos socorros oferecidos nos estabelecimentos.²⁴ As críticas à gestão dos Núcleos Coloniais foram registradas no relatório de Sancho de Barros Pimentel, presidente que mais tempo passou à frente da administração da província nos anos de duração da seca, de abril a dezembro de 1878. Segundo o seu relatório de junho daquele ano, naquele momento existiam sete núcleos abrigando aproximadamente 7 mil pessoas.

A ideia *dos núcleos* a todos pareceu boa a princípio e realmente ela trazia duas vantagens reais - a de editar a aglomeração de indigentes *em Teresina*, já pouco salubre em tempos normais e onde a peste viria naturalmente sacrificar a todos, e a de poderem os imigrantes entregarem-se a trabalhos da plantação, único para que são aptos. Uma dificuldade apareceu logo - a da fiscalização destes núcleos, de modo que pudesse o governo ter a segurança de que os contratantes cumpriam as obrigações, fiscalização que ainda mais difícil tornou-se em virtude do modo defeituoso porque foram redigidos os contratos. Neles não se obrigaram os contratantes a dar aos imigrantes uma quantidade certa de viveres, mas a fornecê-los em quantidade suficiente para a alimentação, e podendo cada um avaliar diferentemente essa quantidade, dava isso ensanchar a abusos, sem que houvesse uma base para a aplicação de multas.²⁵

Durante o governo do Cel. José de Araújo Costa, que se estendeu de fevereiro a abril de 1878, os núcleos tiveram uma significativa redução. No poder, o presidente determinou que fossem inspecionados todos os núcleos existentes, concluindo os inspetores designados que os referidos estabelecimentos não “*satisfaziam os fins de sua criação*”.²⁶ Dos 18 núcleos existentes no começo da sua gestão, apenas sete novos contratos foram assinados para manutenção dos núcleos ao redor de Teresina,²⁷ transferindo-se pessoas dos núcleos extintos para os novos que foram criados ou para os que ganharam continuidade. Nos novos contratos que foram firmados com os proprietários, ficaram explícitas de forma mais clara as obrigações dos contratantes e também do Estado, cuja ausência era um dos pontos mais

²³ ARAÚJO, 1991, p. 82.

²⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878.

²⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 10.

²⁶ COMISSÃO. *A Imprensa*, nº 535, p. 04, ano XIII, 21 mar. 1878.

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ata da sessão da comissão de Socorros de Teresina, na data de 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

criticados na administração dos núcleos pelos conservadores. No relatório do Cel. José de Araújo Costa, o presidente deu como “medida de primeira necessidade” a rescisão de todos os contratos de núcleos existentes, fazendo existir apenas sete, segundo ele, fixados “mediante bases mais razoáveis e vantajosas para os infelizes retirantes e para os cofres públicos”. O resultado dessa medida foi a redução quase pela metade das despesas com os socorros direcionadas para os núcleos. Essa decisão fez parte do que os liberais consideravam “exageração das despesas”, que mais causavam impacto nos cofres públicos do que socorriam efetivamente a população emigrada e indigente.²⁸

Nos novos contratos assinados no mês de março de 1878 estabeleciam-se as seguintes cláusulas para o funcionamento dos núcleos, atribuindo-se aos proprietários das terras as obrigações transcritas:

1ª Obriga-se o contratante a receber em seu sítio (*quantidade máxima a ser recebida*) emigrantes de ambos os sexos, e de todas as idades para empregá-los no trabalho da lavoura.

2ª Obriga-se a dar-lhes alimentação de carne, farinha, arroz, feijão ou milho em quantidade suficiente e alimentação apropriada aos que estiverem doentes.

3ª Os produtos agrícolas ou em colheita proveniente do trabalho dos emigrantes serão em benefício deles, somente descontando-se a despesa que fez o governo com utensílios e ferramentas que lhes forneceu.

4ª Obriga-se o contratante a abrigar convenientemente os emigrantes até que tenham casas próprias.

5ª Obriga-se finalmente o contratante a pagar a multa de dez mil réis por cada emigrante que se verificar não ter estado no núcleo, e ter recebido a diária respectiva.²⁹

Em relação à contrapartida do governo, foram estabelecidas as seguintes condições:

1ª O governo obriga-se a fornecer para cada emigrante a quantia de cento e sessenta réis diários, que será paga no princípio e cada mês, mediante relação nominal, da qual consta a data de entrada de cada emigrante para o núcleo, contendo as declarações do estado, idade dias de fornecimento, devendo estar de acordo com a relação dos emigrantes recebidos.

2ª Obriga-se mais a fornecer aos contratantes algumas ferramentas para os emigrantes trabalhadores, bem como alguns medicamentos, que forem

²⁸ Relatório do vice-presidente Araújo Costa passou a administração da província ao presidente Sancho de Barros Pimentel, em 15 de abril de 1878. Teresina, Sem identificação de tipografia, 1878, p. 06.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03. Estas mesmas cláusulas estavam presentes em todos os outros contratos assinados em março de 1878.

requisitados pelo contratante e fazendas indispensáveis para os essencialmente necessitados.³⁰

A criação dos Núcleos Coloniais tinha um direcionamento claro quanto ao que deveriam fazer os emigrantes: trabalhar na lavoura. Nessas condições, os contratos deixavam explícitas em algumas cláusulas o que os emigrantes tinham direito: além de terra para trabalhar, deveriam ser assistidos tanto pelo contratante quanto pelo Estado, com condições de moradia, alimentação, ferramentas de trabalho e atendimento de saúde. Além disso, tinham em seu benefício o resultado do seu trabalho, visto que possuíam direito à produção da lavoura por eles cultivada, embora fossem descontadas despesas feitas com as ferramentas pelo governo. Aos que não pudessem trabalhar, receberiam alimentação enquanto durasse a condição de impedimento das atividades laborais. Ao contratante recaía grande parte das obrigações com a população cearense. Como disse, os núcleos parecem ter sido uma maneira que o Estado usou para eximir-se do trabalho de administrar a presença dos migrantes no Piauí, passando parte dessa gerência a particulares, que, sob auxílio do governo, conduziam o cotidiano dessas pessoas. A quem foi mais benéfico esse sistema, não é possível ter ao certo, mas sabe-se que os contratantes de algum modo lucravam com essa medida, visto que eram eles mesmos quem sugeriam/ofereciam suas terras para receber os migrantes; a contar pela diária que recebiam por cada pessoa, as somas repassadas para cada contratante, a depender da quantidade de habitantes em seu núcleo, eram avultadas; mesmo que em alguns momentos tenha parecido ser oneroso aos cofres públicos, principalmente pelos desvios ocorridos, o Estado, em meio à crise socioeconômica pela qual passava, favoreceu-se com um problema a menos, pois o amontoado de migrantes nos arredores da cidade de Teresina poderia causar uma crise sanitária muito mais ampla, a exemplo do que aconteceu em Fortaleza. A diluição da população emigrada, seja cearense ou piauiense em Núcleos Coloniais, evitou uma crise mais acentuada, tanto sanitária como social, pois nos núcleos os migrantes podiam dedicar-se ao trabalho e ter alguma produção. Porém, isso não significa que lá eles sempre tiveram boas condições de sobrevivência. Um dos pontos mais criticados eram os contratos vagos que não especificavam a quantidade de alimento exata a ser fornecida aos migrantes doentes, permitindo arbitrariedades por parte dos contratantes.

A partir de junho de 1878, os novos contratos firmados durante a administração de Sancho de Barros Pimentel tiveram algumas cláusulas melhor detalhadas.³¹ No mesmo mês,

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

após o fechamento do núcleo Sant'Ana, devido à morte do seu contratante, foi criado o núcleo Santo Antonio³² e o núcleo Alagoa da Mata, este último em substituição ao núcleo Boqueirão.³³ Nesses também já vinham estabelecidas as novas condições de contrato, entre elas: obrigava-se os contratantes a receberem o número de emigrantes dos contratos anteriores, podendo até um terço deles ser de inválidos. Em relação ao trabalho, determinava-se que todos os contratantes eram obrigados a “proporcionar aos emigrantes válidos de ambos os sexos lotes de terra próprios para a lavoura, induzindo-os ao trabalho por meios brandos e expelindo dos núcleos aqueles que a isso se segurem ou forem rixosas ou turbulentas, e derem escândalos entre os companheiros”, motivo que impedia o emigrante de ser aceito em qualquer outro núcleo.³⁴ Por determinação do governo, mesmo na falta de ferramentas para o trabalho, não se poderia utilizar esse argumento como “pretexto e incúria para a inatividade dos emigrantes”.³⁵

A punição de não ser aceito em nenhum outro núcleo era uma forma de pressionar os migrantes a aceitarem as condições a que estavam estabelecidos os contratos, sem espaço para reclamações ou tentativas de fuga daquela realidade, por isso determinava-se que “nenhum emigrante poderá ser aceito em outro núcleo sem apresentar atestado de conduta do núcleo que deixou”.³⁶ Buscava-se, com isso, disciplinar os habitantes dos núcleos por meio do trabalho e controlar os seus movimentos, impedindo-os que saíssem dos núcleos e chegassem até a capital. Pelos contratos assinados em março, os emigrantes estavam proibidos de residir fora da sede do núcleo a uma distância maior que duas léguas. Levando-se em conta que todos os núcleos estavam a uma distância maior do que essa da capital, ficava evidente que havia

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratantes dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina, com o cidadão Lucio Ferreira Lima, para a formação de um núcleo no lugar Santo Antonio (...), em 18 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

³³ Termo de contrato que fez a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Sr. Dr. presidente da província, com o Sr. Barão de Campo Maior para o estabelecimento de um núcleo de emigrantes no sítio Alagoa da Mata (...), em 07 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratantes dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratantes dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

uma clara determinação em limitar a locomoção dessa população dentro de um espaço geográfico. Nos contratos assinados a partir de junho de 1878, determinou-se que a residência dos emigrantes não poderia ultrapassar a distância de uma légua da sede do núcleo.³⁷ Isso não impedia que eles saíssem de lá por conta própria (quase sempre caracterizando evasão) ou para trabalhar nas obras públicas em Teresina. Na inspeção feita no núcleo Felicidade, em maio de 1878, identificou-se que os emigrantes com numeração de 606 a 613 e o 619 não estiveram presentes às vistas do inspetor por estarem dedicando-se ao trabalho na capital.³⁸

Em relação à alimentação fornecida, deveria seguir-se as determinações: duzentos e vinte e cinco gramas de carne verde, cento e cinquenta gramas de farinha, arroz pilado ou feijão e trinta gramas de sal para cada um dos emigrantes. O documento também determinava os dias da semana em que eram distribuídos aos viveres aos emigrantes.³⁹ Além disso, o contratante tinha a obrigação de fornecer “dieta apropriada à natureza da moléstia” que estava sofrendo o emigrante.⁴⁰ Em relação à continuidade da existência dos núcleos, os contratos firmados no governo do Cel. José de Araújo Costa determinavam o seguinte:

(...) o governo dissolverá o presente contrato, logo que os emigrantes possam subsistir por seu trabalho aplicado, ou quando o governo geral assim o julgar em sua sabedoria, ou finalmente, se o contratante (*nome do contratante*) deixar de cumprir qualquer das condições referidas, não podendo ele despedir os emigrantes nem lançar mão de suas lavouras, podendo, porém, do segundo ano em diante, ajustar com emigrantes as condições do arrendamento das terras por eles lavradas.⁴¹

Nos novos acordos feitos no mandato de Sancho de Barros Pimentel, a essência dessa cláusula foi mantida, principalmente no que diz respeito à permanência dos emigrantes nos núcleos mesmo após a dissolução deles, valorizando-se o trabalho realizado por eles na

³⁷ De acordo com os contratos feitos pela comissão de socorros, os núcleos coloniais situavam nas seguintes em léguas as distancias de Teresina: Santa Philomena – 04, Sant’Ana – 04, Alagoa da Mata – 05, Gadu – 05, Vista Alegre – 05, Boqueirão – 06, Sítio – 06, Deserto – 08, São Lourenço – 09, Santo Antonio – 10, Felicidade – 16.

³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Felicidade. 14 de maio de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03. Os emigrantes eram identificados por números, a depender da sequência a que iam chegando no núcleo. Quando algum morria ou evadia, o seu número ficava em aberto ou poderia ser substituído por outra pessoa.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Aditamento aos contratos celebrados entre a comissão de socorros de Teresina e os contratantes dos núcleos de emigrantes, em 21 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

⁴⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratantes dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

lavouira, permitindo que muitos pudessem continuar cultivando nessas terras mediante acordos particulares feitos com os proprietários. Essa medida possibilitou que muitos migrantes continuassem fixados nas terras após a dissolução dos núcleos em 1879, reproduzindo a mesma condição de que já eram sujeitos no Ceará: dependentes da concessão de terras de grandes proprietários para sobreviverem.

Muitos núcleos eram localizados às margens do rio Parnaíba ou próximo a ele, e quase sempre em terras propícias à lavouira; nos contratos não eram especificados o tipo de cultura a que se dedicavam os migrantes, mas pelos ofícios de envio de sementes feitos pelo governo a esses estabelecimentos próximos às épocas invernosas, identifica-se que se incentivava o cultivo de milho, arroz e feijão,⁴² e também a cana-de-açúcar, que, nesse caso, tinha a sua produção dividida ao meio com o proprietário da terra.⁴³

Entre a abertura e o fechamento de núcleos coloniais, em setembro de 1878 pelo relatório apresentado ao governo da província, existiam no Piauí sete núcleos nos arredores de Teresina, sendo eles: Sítio, Santo Antônio, Felicidade, Guandu Alagoa da Mata, Deserto e Santa Philomena,⁴⁴ mas esse número pode ter sido maior, visto que alguns contratantes de núcleos faziam contratos duplos, como o realizado com Mariano Gil Castelo Branco que, além do núcleo Felicidade, estendia o contrato à abertura do núcleo São Lourenço, distando o primeiro 16 léguas de Teresina, e o segundo, 09, recebendo respectivamente 700 e 300 emigrantes,⁴⁵ e os de propriedade do capitão Raimundo Sisínio de Lima, de denominação Deserto, a oito léguas da capital, e São Lourenço, distando cinco léguas, ambos com capacidade para receber 500 pessoas cada um.⁴⁶

O número de migrantes em cada núcleo variou muito, a depender do aumento da emigração e da morte e da saída desses sujeitos dos núcleos. No ato da assinatura dos contratos era determinada a quantidade de pessoas que cada núcleo deveria receber. Pelas

⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 13?, de 25 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina, com o cidadão Lucio Ferreira Lima, para a formação de um núcleo no lugar Santo Antonio (...), em 18 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

⁴⁴ DOCUMENTOS OFFICIAES. *A Imprensa*, nº 562, p. 01 e 02, ano XIV, 10 out. 1878.

⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina com o cidadão Mariano Gil Castelo Branco para a formação de dois núcleos de emigrantes nos sítios Felicidade e São Lourenço (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina com o capitão Raimundo Sisínio de Lima e Almeida para a formação de um núcleo de emigrantes (...), em 26 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

condições dos termos, cada um deveria comportar a seguinte quantidade de pessoas: Guandu 600 a 800, e Sant’Ana, 1.200; Felicidade e São Lourenço, 1.000; Boqueirão, 600; Deserto, 800 a 1000; Sítio, 1.200; e Alagoa da Mata, 1.500. No relatório do estado sanitário dos núcleos, apresentado em setembro de 1878, o número já ultrapassava mil pessoas em cada um deles. Por exemplo, no núcleo Santo Antônio, que recebeu os ocupantes do núcleo Sant’Ana, a população era de 1.200 pessoas, no Alagoa da Mata, 1.400.⁴⁷ Esses dígitos poderiam ser crescentes a depender da necessidade de incorporação de novas pessoas aos núcleos. Em setembro, por exemplo, o núcleo Guandu, que recebeu autorização para elevar a sua população em mais 200 emigrantes, chegou a comportar mil pessoas.⁴⁸

A imprensa, notadamente o jornal *A Época*, foi grande denunciante das condições que considerava irregulares nos núcleos. Praticamente em todos os aspectos relativos ao funcionamento desses estabelecimentos o jornal buscava espaço para fazer denúncias, e não só contra os agentes e a ação do governo; até mesmo os profissionais que realizavam a inspeção dos núcleos às vezes eram alvo das observações do jornal, entre eles, como já citado, o Dr. Constantino Moura, criticado por ter recebido um conto de réis para a realização da inspeção dos sete núcleos, o menor deles com 900 pessoas, “na ligeireza de um raio”, fazendo uma “verdadeira viagem recreativa”.⁴⁹

Os contratantes dos núcleos também foram constantemente alvo das queixas do jornal. Miguel Borges, do núcleo Gandú, foi um deles. Fazendo uso da ironia, como era comum nas suas páginas, o noticioso afirmou: “o núcleo de que ele é contratante vai às mil maravilhas. Os emigrantes (...) não recebiam regularmente as rações que lhes são marcadas por contrato, as medidas adotadas para fornecê-las carecem de veracidade”.⁵⁰ As despesas consideradas altas, os poucos resultados com os núcleos e ingerência dos contratantes com os migrantes, que comumente dizia o jornal, estarem morrendo à fome, eram temas mais recorrentes nas denúncias. Por uma dessas, o contratante Miguel Borges publicou uma nota reclamando da ação do *A Época*, afirmando sofrerem os contratantes dos núcleos “as mais injustas acusações”⁵¹. Rebatia o *A Imprensa*, que em “uma sórdida especulação com o dinheiro

⁴⁷ DOCUMENTOS OFFICIAES. *A Imprensa*, nº 562, p. 01 e 02, ano XIV, 10 out. 1878.

⁴⁸ OFFÍCIOS, nº 632, de 01 de outubro de 1878. *A Imprensa*, nº 562, p. 01 e 02, ano XIV, 10 out. 1878.

⁴⁹ RELATÓRIO. *A Época*, nº 28, p. 04, ano I, 12 out. 1878.

⁵⁰ OS NÚCLEOS. *A Época*, nº 21, p. 04, ano I, 24 ago. 1878.

⁵¹ NUNCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 542, p. 04, ano XIII, 10 mai. 1878.

público, vai o órgão oposicionista até o ponto de obscurecer a verdade”.⁵² O jornal defendia-se afirmando que buscava informações para apreciar como era explorada aquela “rica mina”.⁵³

Embora agisse no sentido de criticar a gestão dos recursos pelo Partido Liberal para combater aos efeitos da seca, e em muitos momentos exagerasse nas suas conclusões e denúncias, cometendo generalizações e acusações infundadas, o jornal *A Época* teve significativa importância para que os excessos na apropriação dos cofres públicos fossem levados ao público, assim como a maneira como eram geridos os Núcleos Coloniais. Em uma das denúncias o jornal expôs a tentativa do contratante Miguel Borges de receber diárias por um número de migrantes que não esteve no núcleo de sua responsabilidade, ao todo 64 fósforos, como chamava o jornal esse excedente de pessoas inexistentes. E ele não foi o único a tentar fazer isso: em documento à Tesouraria da Fazenda, a Comissão de Socorros de Teresina informou que dos 345 emigrantes a que um contratante requereu o pagamento de diárias, apenas 264 foram identificados na inspeção realizada em março de 1878.⁵⁴ Sabe-se que os contratantes que tentavam apropriar-se indevidamente de diárias de pessoas que não existissem nos núcleos ou declaravam a estada de um migrante acima da realidade, eram multados com dez mil réis por cada pessoa inventada. Aproveitando o ocorrido, o jornal reforçava sua posição: “que escândalo, que imoralidade...! (...) o escândalo é enorme e a audácia não é pequena: é preciso moralizar mais isto... (...) Não basta o grande lucro que auferem do sustento dos pobres; ainda querem inçar a conta de fósforos?!”.⁵⁵

Ligado a essas denúncias, o jornal também enfocava o enriquecimento com o negócio dos núcleos, oriundos de uma “seca que não seca, apesar de procurada secar”,⁵⁶ dizendo em uma de suas notas sobre os socorros públicos:

A melhor mina a explorar nesta quadra desastrosa, a todos os respeitos, é incontestavelmente o negócio dos núcleos de emigrantes. (...) É (...) certo que uma boa parte destes, compondo-se de indivíduos até ontem falidos e onerados de dívida, todos estão hoje ricos! Misteriosa, porém rendosa indústria, no exercício da qual todos prosperam indubitavelmente.⁵⁷

Da forma como afirmei antes, é possível admitir que os núcleos se estabeleceram como um importante negócio para aqueles que firmavam contratos com o governo. Em março

⁵² FISCAL DOS NÚCLEOS. *A Imprensa*, nº 585, p. 04, ano XIV, 20 mar. 1879.

⁵³ OS NÚCLEOS. *A Época*, nº 21, p. 04, ano I, 24 ago. 1878.

⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Documento sem numeração e sem data. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03. Os emigrantes

⁵⁵ ESCÂNDALO. *A Época*, nº 60, p. 04, ano II, 27 mai. 1879.

⁵⁶ PROPOSTAS. *A Época*, nº 60, p. 04, ano II, 27 mai. 1879.

⁵⁷ OS MESMOS EM TODA PARTE. *A Época*, nº 28, p. 04, ano I, 12 out. 1878.

de 1878, o contratante do núcleo Olho D'água, Luiz Gonçalves Pedreira, recebeu a quantia de 588\$100 réis, referente às diárias dos migrantes a seu cargo pelo período de 01 a 28 daquele mês. Além disso, foi a ele repassado o valor de 210:00 réis por 20 quartas de farinha que ele havia distribuído para a alimentação daquelas pessoas.⁵⁸ Ao contratante do núcleo Icó, João do Rêgo Monteiro, em abril do mesmo ano foi paga a quantia de 1336\$160 réis, por 393 emigrantes aos quais ele era responsável.⁵⁹ Os lucros eram advindos do recebimento do valor determinado de 160 réis por pessoa em somas diárias para fornecer-lhes alimento enquanto estes habitavam e trabalhavam em suas terras. Principalmente quando os contratos não determinavam a quantidade exata da alimentação a ser provida pelo contratante, esse poderia servir uma dieta reduzida e pouco diversificada, permitindo que eles tivessem maiores lucros, por isso não eram raras as denúncias de que os migrantes não viviam em boas condições alimentares nos núcleos. Em uma das denúncias, acusou o jornal *A Época* que migrantes presentes nos núcleos alimentavam-se unicamente de coco e palmito que encontravam nas matas, visto não serem supridos com a alimentação necessária.⁶⁰ Os cálculos que transcrevo abaixo, elaborados pelo referido jornal, dão uma dimensão dos possíveis lucros que os contratantes angariavam com o negócio. Segundo a matéria, os cálculos foram feitos com base nos dados informados por um migrante, de acordo com a quantidade de viveres fornecida a uma família de dez pessoas para o período de oito dias, sendo calculada à proporção de 800 pessoas, assim explicado:

07 pratos de farinha a 500 réis	3\$500
18 libras de carne a 100 réis.....	1\$800
1 litro de sal	80
Soma.....	5\$380
Nesta proporção, pois a despesa com 10 pessoas por mês é de 20\$175 réis a com de 800	1.614\$000.
O governo despense 160 réis diariamente com cada emigrante, portanto 128\$000 por dia, e por mês.....	3.840\$000.
Por conseguinte, fazendo a devida dedução, o lucro líquido do contratante mensalmente	2:226\$000.
O Sr. José Ferreira de Vasconcelos, tem a seu cargo (...) 1.200 emigrantes. Mata três vezes por semana (!!!), por conseguinte, 12 por mês, a 20\$000 réis	240\$000.
10 quartas de sal a 4\$000.....	40\$000
	<u>280\$000</u>
Recebe da tesouraria mensalmente a razão de 160 réis por cada emigrante	<u>5:760\$000</u>
LUCRO MENSAL!!!!	5:480\$000

⁵⁸ OFFÍCIOS, n° 146, de 04 de abril de 1878. *A Imprensa*, n° 551, p. 01, ano XIV, 25 jun. 1878.

⁵⁹ OFFÍCIOS, 2ª seção, n° 189, de 12 de abril de 1878. *A Imprensa*, Suplemento ao n° 559, p. 02, 21 abr. 1878.

⁶⁰ OS EMIGRANTES E A SECCA, *A Época*, n° 04, p. 01, ano I, 27 abr. 1878.

O Sr. Raimundo Sinval de Vasconcelos, que sustenta 1:000 emigrantes, é o mais generoso.

Mata 5 rezes por semana, e por consequências, 20 por mês, a
20\$000..... 400\$000
10 quartas de sal a 4\$000 réis40\$000
440\$000

Recebe da tesouraria mensalmente, a razão de 160 réis por cada
emigrante 4:800\$000
LUCRO MENSAL!!!!4:360\$000

É maravilhoso!⁶¹

Embora esses números possam ter alguma discrepância em relação ao que era praticado nos núcleos, existindo inclusive diferenciações na quantidade distribuída entre um núcleo e outro, à vista dos cálculos feitos pelo jornal, pode-se ter uma ideia da lucratividade dos contratantes, que se beneficiavam enormemente com os Núcleos Coloniais. Com ironia, o *A Época* destacava o quanto bom era esse negócio, por isso não cessava as críticas a esses estabelecimentos, visto que foram uma empresa lucrativa que haviam perdido após a ascensão dos liberais ao poder.

Por motivo de compensação financeira ou não, o contratante do núcleo Santa Bárbara, Custódio Ferreira de Mello, pediu rescisão do acordo que havia firmado, transferindo-se o contrato desse núcleo para o Barão de Campo Maior.⁶² Um dos elementos necessários para quem assumia esses contratos era dispor de capital para “investir” no empreendimento no primeiro momento, pois o contratante tinha um conjunto de obrigações a cumprir com os migrantes, como oferta de moradia e alimentação, e o pagamento feito pela tesouraria nem sempre era feito nas datas determinadas,⁶³ por isso, cidadãos menos abastados que não possuíam fundos para manter o funcionamento do núcleo enquanto recebia os repasses do Estado, poderiam ter dificuldades para fornecer os recursos básicos à sobrevivência dos migrantes sob a sua responsabilidade.⁶⁴

Embora diga-se que eram lucrativos, por vezes o próprio jornal opositor conservador *A Época*, que tanto criticava os excessos de gastos com os socorros públicos, alertava que a diária fornecida aos contratantes era insuficiente para a manutenção adequada, diante dos preços fabulosos com que se encontravam os gêneros alimentícios,⁶⁵ sendo necessária como medida do governo o aumento das diárias, pois a paga de 160 réis por pessoa

⁶¹ A SÊCCA, OS EMIGRANTES E A IMPRENSA. *A Época*, nº 05, p. 01, ano I, 04 mai. 1878.

⁶² OFFÍCIOS, nº 272, de 26 de junho de 1878. *A Imprensa*, nº 539, p. 01, ano XIII, 21 abr. 1878.

⁶³ OS MESMOS EM TODA PARTE. *A Época*, nº 28, p. 04, ano I, 12 out. 1878.

⁶⁴ IMPREVIDÊNCIA REGENERADORA. *A Época*, nº 31, p. 01, ano I, 02 nov. 1878.

⁶⁵ IMPREVIDÊNCIA REGENERADORA. *A Época*, nº 31, p. 01, ano I, 02 nov. 1878.

era insuficiente para aqueles que podiam dedicar-se ao trabalho.⁶⁶ Levando-se em conta que em meados de 1877, quando os núcleos foram criados, a diária paga era de 250 réis, reduzida depois para 220, o valor de 160 era muito abaixo do repassado inicialmente. Porém, deve-se ter em mente que as despesas do Estado com os socorros foram sucessivamente tornando-se mais altas. Se quando paga a 250 réis a diária, existiam poucas centenas de emigrantes em cada núcleo, com o passar dos meses, mesmo o valor pago individualmente ao contratante por cada um deles tenha decrescido, o montante final aos cofres públicos cresceu exponencialmente, visto que passou a existir em cada núcleo quase sempre mais de mil pessoas. Em janeiro de 1879, uma petição assinada pelos contratantes alegava que eles sofriam prejuízos, e por considerarem a diária de 160 réis insuficiente para alimentar a população dos núcleos, tendo em vista a alta do preço do gado que havia encarecido consideravelmente no mercado devido à continuidade da seca, pediam que a diária fosse elevada para 200 réis. Atendendo parcialmente à solicitação deles, o governo autorizou que fosse paga a quantia de 180, como lhe parecia razoável para aquele momento.⁶⁷

Fazendo o papel de criticar a gestão dos núcleos, um dos temas mais abordados a esse respeito nas páginas do jornal *A Época* foi o fechamento do núcleo Sant’Ana após a morte do seu contratante, o capitão José Ferreira de Vasconcelos, e a consequente transferência dos migrantes para outro núcleo, o de propriedade de Lucio de Souza Lima. Entre os aspectos que fizeram o jornal advogar contra a mudança estava a distância entre os dois locais, que era de dez léguas, considerando esse fato “por demais inconveniente e prejudicial”, pois,

Os emigrantes que o formam já estavam agasalhados: alguns já tinham feito ranchos, roças, e estavam mais ou menos acomodados. Fazê-los suspender o acampamento, abandonando tudo isso, deixando os serviços que fizeram, é doloroso, é prejudicial. (...) obrigá-los a empreender tão longa viagem, para irem estacionar em outra parte, onde precisam de fazer casas, abrir roças, preparar enfim, tudo e novo.⁶⁸

É evidente que além das perdas materiais, os migrantes que tiveram que se deslocar, foram obrigados a empreender uma nova jornada migratória até o núcleo Santo Antônio, alcançando-o às margens do Parnaíba, caminhando “rio abaixo”. Ao que se percebe, a decisão do governo em fazer a mudança visava beneficiar o novo contratante, dando “ganho a um

⁶⁶ O GOVERNO DA PROVÍNCIA E OS NÚCLEOS. *A Época*, nº 21, p. 02, ano I, 24 ago. 1878.

⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Sala das sessões da comissão de socorros de Teresina, 03 de janeiro de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

⁶⁸ O NÚCLEO SANT’ANA. *A Época*, nº 12, p. 04, ano I, 22 jun. 1878.

liberal feliz”,⁶⁹ mesmo que para isso os migrantes saíssem prejudicados, ainda mais que, segundo o jornal, o capitão Avelino José Martins, cunhado do falecido, tinha interesse em manter o núcleo no mesmo local onde já existia, sob as mesmas condições do contrato anterior. Em nota publicada no *A Época*, assinada por “Um liberal puro”, fica explícita a articulação que levou à mudança do núcleo. A decisão parece ter sido de fato provocada por motivações políticas, e Lucio Ferreira Lima, que era de Príncipe Imperial, teve a sorte de ser agraciado pelo contrato graças ao pedido de “um dos campeões da deputação” e o presidente da província quis agradar o seu aliado “morra a quem morrer”.⁷⁰ O texto, assinado por um liberal, publicado no jornal conservador, mostra as divergências dentro do próprio Partido Liberal e na gestão da Província do Piauí, e de modo direto as decisões políticas que afetavam a gestão dos núcleos e a vida dos migrantes estabelecidos neles.

Para o deslocamento de um núcleo a outro, por contrato ficava o contratante comprometido com o transporte gratuito dos migrantes, sendo o governo responsável por mandar pela companhia de vapores aqueles que não tivessem condições de ir por terra.⁷¹ O *A Época* tratou de descrever os acontecimentos ocorridos ao longo da caminhada, destacando todos os problemas ocorridos nesse deslocamento. Embora possa ter cometido exageros, atentados à sua intenção de desqualificar aquela medida do governo, é possível concluir que não foi uma mudança desejável à condição dos migrantes e nem aos que não puderam ir a pé e ficaram no antigo núcleo esperando para serem transportados.

Na viagem, que obrigados empreenderam, lá se foram alguns: – morreram oito antes de chegar a terra da promessa. Os que ficaram em Sant’Ana, por não se poderem transportar, em número de setenta e tantos mulheres e crianças, lá estão a morrer de fome. Ficaram sem socorro algum, (...) porque já cansados de caminhar não puderam repentinamente improvisar a mudança determinada!!... Os que se mudaram pioraram cento por cento, tiveram o incômodo e passam os dias em forçados jejuns por não haver o que se lhes dar. Que fatalidade persegue essa mísera gente! O destino – cruel e implacável – pretende completamente exterminá-la, fazendo-a primeiro andar como viajante maldito⁷².

Com consequências extremas, não foram levados em conta pelo governo os transtornos provocados pelo deslocamento aos migrantes e a fixação em outro espaço. A

⁶⁹ O NÚCLEO SANT’ANA. *A Época*, nº 13, p. 04, ano I, 29 jun. 1878.

⁷⁰ UM LIBERAL PURO. *A Época*, nº 14, p. 04, ano I, 06 jul. 1878.

⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina, com o cidadão Lucio Ferreira Lima, para a formação de um núcleo no lugar Santo Antonio (...), em 18 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

⁷² O NÚCLEO SANT’ANA. *A Época*, nº 13, p. 04, ano I, 29 jun. 1878.

medida de certo modo causou estranheza, além de tudo, porque quando os migrantes do núcleo Coité foram incorporados ao núcleo Felicidade, meses antes do ocorrido, continuaram residindo no núcleo a que já estavam fixados, distante três léguas do novo a que deveriam ir, devido já possuírem suas cercas e suas roças no Coité.⁷³

Em relação aos novos habitantes do Santo Antônio, se o deslocamento até lá foi dificultoso, os primeiros tempos na nova morada também não foram fáceis; dizia a imprensa que neste local, enquanto os viveres do governo não chegaram, idos de Parnaíba, os migrantes ficaram sem assistência, “alimentando-se com coco e palmito”,⁷⁴ enquanto isso, o contratante receberia normalmente as diárias dos migrantes pagas pelo governo. Essa situação, longe de ser apenas uma denúncia da oposição, foi constatada no relatório da inspeção do núcleo identificando que, a princípio, houve grande irregularidade na distribuição das diárias por falta de cereais.⁷⁵ Para os que ficaram no antigo núcleo, por não ter condição de seguir viagem ou por ter plantios, a sorte também não foi das melhores. Sem receberem os socorros, tiveram maiores dificuldades para sobreviver, alguns indo a óbito. Após semanas do fechamento do núcleo, a Comissão de Socorros mandou verificar a existência da continuidade de algumas pessoas no local. A descrição do funcionário é bastante evidente em mostrar a mazela a que estavam submetidos:

Chegando àquele lugar mandei chamar à minha presença todas as pessoas ali residentes e verifiquei existirem em completo desamparo 229 emigrantes e 116 indigentes da localidade. (...) o abandono em que ficaram esses infelizes (...) foi fatal e digno de lástima. Faleceram muitos à fome! Um cadáver foi encontrado no mato pelo festejo dos urubus!⁷⁶

Optou o funcionário em providenciar alimentos para os mais necessitados, em número de 229, e requereu providências imediatas do governo, ressaltando que deveriam ali permanecer os emigrantes existentes, por considerar que remover aqueles que tinham suas plantações, seria “obrigá-los a perderem os seus serviços e cortar lhes assim toda a esperança de melhoras de sorte”. Quanto aos demais, não possuíam condições de seguir viagem devido ao péssimo estado de saúde.

⁷³ OFFÍCIOS, 1ª seção, nº 268, de 13 de abril de 1878. *A Imprensa*, Suplemento ao nº 559, p. 02, 21 abr. 1878.

⁷⁴ O NÚCLEO SANT'ANA. *A Época*, nº 15, p. 04, ano I, 13 jun. 1878.

⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de inspeção do núcleo Santo Antonio, de 22 de agosto de 1878, assinado pelo fiscal dos núcleos, Barão e Gurguéia. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Termos de Inspeção, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Documento sem numeração. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

Contra esse tipo de atitude que beneficiava mais a elite política local que os migrantes, alertou o jornal *A Época*: “É preciso muito rigor em certas medidas, contra certos espertalhões que especulam a seca e com a desgraça geral. É preciso muita vigilância e grande preocupação contra as informações inexatas, melifluamente dadas a quem governa (...). Desconfie deles, o Sr. Dr. Barros Pimentel”.⁷⁷

Mesmo determinado por contrato que os núcleos “sujeitos a fiscalização do governo por si ou agentes seus sempre que julgar conveniente e em qualquer sentido, devendo o contratante apresentar a comissão a relação nominal de todos os indivíduos que fizerem parte do seu núcleo (...)”,⁷⁸ como já mostrou Sancho de Barros Pimentel no seu relatório, esse era um ponto que precisava ser melhorado por parte da gestão pública. A análise dos termos de inspeção realizada durante o governo de Barros Pimentel, em sua maioria produzida pelo Barão de Gurguéia,⁷⁹ permite conhecer que nas visitas dos fiscais buscava-se identificar os seguintes aspectos sobre o funcionamento dos núcleos: movimentação humana no núcleo (quantidade registrada, números presentes na chamada e dos que se retiraram do lugar ou morreram), regularidade da distribuição das diárias, se eram repassadas nos dias acordados em contrato,⁸⁰ algo que era perguntado aos migrantes sem registrar sobre a quantidade exata distribuída; entrega de medicação aos doentes, desempenho da atividade na lavoura e estado sanitário do núcleo, sempre avaliando com base no número de mortos em um espaço de tempo.

Dos relatórios de inspeção do ano de 1878, poucas foram as informações negativas acerca do fornecimento de alimentos e remédios nos núcleos, considerado quase sempre satisfatório. Mara Mafalda Balduino de Araújo, quando analisou o interrogatório feito aos migrantes dos núcleos em relação à ração recebida por eles, encontrou inconsistências em relação às informações contidas nos relatórios de inspeção. Em geral, em suas respostas, aquelas pessoas se diziam satisfeitas com a quantidade recebida, mas quase todos relatavam

⁷⁷ O NÚCLEO SANT’ANA. *A Época*, nº 15, p. 04, ano I, 13 jun. 1878.

⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

⁷⁹ Para saber mais sobre a trajetória política e pessoal de João do Rego Monteiro, o Barão de Gurguéia, ver CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013, pp. 489-492.

⁸⁰ Pelo determinado pela Comissão de Socorros em maio de 1878, os contratantes dos núcleos deveriam distribuir as diárias aos emigrantes em dias determinados de cada semana: Núcleo Felicidade, segunda e quinta-feira; Núcleo Sítio, sábados e terça-feira; Gandú, terças e sextas; Sant’Ana, às sextas-feiras; Santa Philomena, sábados e quartas; Boqueirão, quartas e domingos; Deserto, segundas, quartas e sextas. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Aditamento entre os contratos celebrados entre a comissão de socorros de Teresina e os contratantes dos núcleos de emigrantes, de 20 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

não saberem exatamente o peso dos gêneros que recebiam.⁸¹ É possível que essas perguntas fossem feitas na frente do fiscal e do próprio dono do núcleo, que participava da fiscalização juntamente com o agente público. Isso pode ter sido um fator de inibição de respostas mais realistas. Ainda que fossem distribuídas nas quantidades estabelecidas pelo governo, para muitas famílias não era suficiente. No relatório de inspeção do núcleo Sítio, o Dr. Constantino Moura identificou que “os emigrantes recebendo estes gêneros duas vezes por semana, nem sempre tem a cautela de conserva-los para o uso quotidiano, de sorte que de muitas vezes no segundo ou terceiro dia depois da distribuição, já não possuem coisa alguma”, buscando para complementar a sua alimentação substâncias prejudiciais à saúde, por isso sugeriu que a alimentação fosse feita diariamente, pelo menos para aqueles que se encontravam doentes.⁸² Em outra parte do relatório, o médico observou que “a alimentação pode ser insuficiente não só pela quantidade, como também pela qualidade”, restando, segundo ele, saber se “a quantidade marcada nos respectivos contratos será suficiente para a manutenção dos emigrantes”. Embora tenha levantado esse questionamento, por conformidade financeira, concluiu o seguinte:

É fora de dúvida que a ração de carne (250 gramas) por dia para cada indivíduo é suficiente, principalmente num clima quente como é o nosso; outro tanto não sucede com os cereais, cuja ração é composta de 150 gramas: não existe, pois, a proporção que a ciência aconselha e que os gastos da economia humana exigem. Entretanto como este problema de economia social é complexo e há trazido grandes despesas ao estado, me parece que deve ser mantido o status quo a respeito das rações dos indivíduos que estão sadios e que por outros meios poderão ainda procurar novos recursos, além dos fornecidos pelo governo.⁸³

Pelas próprias observações do fiscal, percebe-se que a alimentação fornecida nem sempre era suficiente para alimentar aqueles que recebiam o alimento no intervalo de dias até a próxima distribuição. Limitada quase sempre a carne e farinha, embora buscasse se basear nos preceitos da ciência, não existia um parâmetro para avaliar a quantidade exata a ser consumida, tabelando todas as pessoas com as mesmas quantidades e necessidades diárias de alimentação, o que certamente não atendia às expectativas de todos, ainda que considerassem em conclusões gerais que eram suficientes, mesmo que observassem ser necessário àqueles que em bom estado de saúde buscassem completar a sua alimentação por outras maneiras. A conformação era justificada por questões financeiras: aumentar o consumo alimentar nos

⁸¹ ARAÚJO, 1991.

⁸² MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, n° 562, p. 02, ano XIV, 10 out. 1878.

⁸³ MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, n° 562, p. 02, ano XIV, 10 out. 1878.

núcleos era acrescer os gastos do governo com os migrantes, por isso, aconselhava que fosse diferenciada aos adoentados, aumentando-lhes a “ração de cereais ao menos para fazer um caldo mais confortativo”, pois necessitavam de uma “alimentação mais adequada e reparadora”.⁸⁴

Em relação ao trabalho desempenhado nos núcleos, foram comuns as reclamações da falta de ferramentas suficientes para que todos pudessem se dedicar à atividade agrícola. Poucos foram os resultados positivos em relação à colheita ou andamento das roças. Com exceção do núcleo Santa Philomena, onde o relatório apontou que a lavoura ia em progresso, prometendo bons resultados,⁸⁵ nos demais núcleos essa atividade estava quase paralisada. Em geral, alegava-se a falta de ferramentas suficientes ou adequadas ao trabalho,⁸⁶ além de adoecimento.⁸⁷ Apontado como um dos maiores responsáveis pela inércia do trabalho na lavoura de muitos migrantes, o fornecimento de ferramentas para os núcleos era responsabilidade do governo. As solicitações dessas ferramentas pelos contratantes eram comuns. Em julho de 1878, o contratante do núcleo Gandu solicitou a entrega de 20 machados, 40 foices de broca e 40 enxadas para o trabalho dos migrantes, visto que se aproximava a época em que eles deveriam começar os seus trabalhos na lavoura.⁸⁸ No mesmo período, para o núcleo Felicidade, Mariano Gil Castelo Branco solicitou 70 machados e 150 foices, também para a broca da mata e preparo das roças.⁸⁹ Se for levado em conta que cada um desses núcleos possuía mais de mil pessoas, essa quantidade de ferramentas poderia ser insuficiente. Mesmo na época do preparo das roças, poucos parecem ter sido os resultados conseguidos com a lavoura nos núcleos, ainda que estivessem eles localizados “em áreas ribeirinhas, de terras férteis e propícias à atividade agrícola diversificada”.⁹⁰ Alguns contratantes alegaram o atraso na era lavoura provocado pela indolência a que se entregavam

⁸⁴ MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, nº 562, p. 02, ano XIV, 10 out. 1878.

⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Santa Philomena. 23 de outubro de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Felicidade. 08 de agosto de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Gandú, de 09 de agosto de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 335, de 04 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

⁸⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº ???, de 10 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

⁹⁰ ARAÚJO, 1991, p. 92.

os migrantes.⁹¹ Não eram raras as reclamações feitas de forma oficial acerca do comportamento dessas pessoas pelo contratante dos núcleos. O relato feito por Miguel Borges Leal Castelo Branco, contratante do núcleo Gandú, expõe a resistência de muitos deles ao trabalho. Segundo ele,

Tendo distribuído ferramentas a muitos dos emigrantes (...) para o serviço da lavoura, e procurando pelos meios brandos e persuasivos dispô-los para o trabalho, aconselhando-lhes que tratem do preparo das suas roças, alguns dos mesmos emigrantes se mostram indiferentes a esse meu pedido, e não se querem resolver a dar começo aos serviços, e ao contrário, quando são instados para fazê-lo, faltam em retirar-se para os lugares das suas antigas residências ou para algum outro núcleo, onde possam residir segundo pensam eles, sem serem impelidos ao trabalho.⁹²

Nesse documento, o contratante pedia orientação para a melhor forma de proceder diante da situação e sugeria a substituição desses migrantes por outros que tivessem disponibilidade para o trabalho. Diante de situação parecida, Sinval de Vasconcelos, do núcleo Santa Philomena, foi mais radical e expulsou nove⁹³ migrantes do seu núcleo, justificando que, além de resistirem ao trabalho, “só queriam viver de furtos”, lançando mão desse meio como uma maneira de estimular aqueles que tivessem tendência à preguiça.⁹⁴ Em abril do mesmo ano, José Martins Viana, do núcleo Sítio, informou ao governo uma lista de migrantes que ele afirmou ter despedido do núcleo sob sua responsabilidade, “por causa de terem o hábito de pegarem no alheio e terem prometido na minha presença darem uma sova de pau no imigrante Satiro Manoel da Costa, por ter este descoberto um furto que eles tinham feito (...)”.⁹⁵ Em 1879, o contratante do São José, o então mais novo núcleo a ser criado, em resposta às acusações de roubos pelos migrantes do seu núcleo, feitas pelo jornal *A Época*, respondeu: “não me comprometi com o governo a escolta-los em suas caçadas; mesmo assim

⁹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Felicidade, de 30 de setembro de 1878 e Termo de inspeção do núcleo Deserto, de 02 de outubro de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 26 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

⁹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Santa Philomena, de 44 de agosto de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

⁹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 15 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Ofícios de contratantes de núcleos. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

⁹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 12 de abril de 1878. Ofícios dos contratantes dos núcleos. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

tenho uma polícia secreta, escolhida dentre eles, para denunciar-me qualquer fato que mereça punição”.⁹⁶

A prática de roubos e a negativa ao trabalho nesse contexto podem ser vistas não somente como preguiça, mas como uma maneira de resistir ao isolamento dos núcleos, às normas a que deveriam se submeter e aos desejos de não se fixar naquela terra. Como a produção das roças eram de posse do próprio migrante, a negativa do trabalho poderia ser indicativo do desejo de seguir para outro local assim que possível, não despendendo trabalho na lavoura, o que poderia prendê-los naquele local à espera da colheita. Para um projeto que deveria dar resultados, não se empenhar na atividade manual a que eram destinados significava contrariar os propósitos dos governos e dos contratantes dos núcleos. A expulsão era uma forma de punição e de alerta àqueles que também resistissem à lavoura. Embora tenha sido possível, integrar-se a outro núcleo após a expulsão era dificultoso, visto que os contratantes só poderiam aceitar migrante mediante atestado de bom comportamento assinado pelo contratante do núcleo que vivia anteriormente.⁹⁷ Essa medida era antes de tudo uma forma de controle daquela grande massa de pessoas. Após ter a entrada negada nos núcleos, esses migrantes possivelmente iriam para Teresina, seguiam para outros municípios ou empreendiam a migração para outra província.

Não só a expulsão era a causa da movimentação do número de migrantes nos núcleos. Os relatórios de inspeção e as listas de entradas e saídas de pessoas dão conta de uma atividade bastante agitada: além da morte, muitos migrantes “se retiravam” do local onde estavam, muitas vezes indo se fixar em outro estabelecimento da mesma natureza. Em agosto de 1878, o contratante do núcleo Alagoa da Mata informou à Comissão de Socorros a evasão de alguns migrantes sob sua responsabilidade, sendo eles: Serafim dos Anjos Lima, viúvo de 49 anos de idade, natural de Príncipe Imperial e Antonio Loureço, casado, de 35 anos, oriundo da mesma localidade. Evadiram-se levando as suas famílias, em número de 13 pessoas, sendo cinco familiares de Serafim dos Anjos e oito de Antonio Loureço.⁹⁸ Em fevereiro de 1879, o contratante do núcleo Deserto encaminhou à Comissão de Socorros, uma lista de 16 pessoas que haviam evadido em menos de uma quinzena naquele mês.

⁹⁶ SARMENTO, Juvêncio. *A Imprensa*, nº 583, p. 04, ano XIV, 06 mar. 1879.

⁹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratantes dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03

⁹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 09 de agosto de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

Tabela 33: Emigrantes que se retiraram do núcleo Deserto em fevereiro de 1879.

Nº	Nome	Idade	Estado civil	Observação
01	Francisca Maria do Nascimento	25	Casada	Marido Anastácio Pereira faleceu
02	Ana Luísa dos Prazeres	26	Solteira	
03	J. Evangelista dos Anjos	24	Solteiro	
04	Rosa Lima Maria	38	Casada	Retiraram-se para o núcleo Santo Antonio
05	Maria Francisca do Nascimento	16	Solteira	
06	Ana I. da Conceição	07	Solteira	
07	M. Francisca do Nascimento	03	Solteira	
08	Maria G. de Belém	18 meses	Solteira	
09	Antonio de Sousa Sobreira	09	Solteiro	Retirou-se com um tio
10	Maria de Magdalissa	07	Solteira	
11	Gloria Maria	40	Viúva	Retirou-se para o núcleo São José com os filhos
12	Maria do Carmo de Js.	17	Solteira	
13	Ana do Carmo de Js.	16	Solteira	
14	Pedro Antonio do Nascimento	14	Solteira	
15	Joana Maria da S ^a .	06	Solteira	Foram para o núcleo Alagoa da Mata, onde se encontrava a sua mãe
16	Francisca Pereira da S ^a	03	Solteira	

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Lista de emigrantes que se retiraram do núcleo Deserto, de 2º de fevereiro de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

A dinâmica da evasão dos núcleos permite perceber que se tratava quase sempre de grupos familiares que saíam de um para outro. Os motivos poderiam ser diversos, entre eles ir ao encontro de um familiar, a insatisfação com as condições de vida no núcleo em que estava ou até mesmo tentar se estabelecer em outro local fora do controle do governo. Um dado que se avista na tabela é a predominância de menores de idade. Isso, além de reforçar a ideia de migração em grupos familiares, que se repetia na movimentação de entrada e saída dos núcleos, reflete o caráter matriarcal que também estava presente em algumas situações na empreitada migratória, quase sempre quando ficavam viúvas. Ademais, a composição familiar podia ser muito variada nesses casos. Em uma relação de 51 pessoas que foram enviadas para o núcleo Gandu em outubro de 1878, identifica-se que formavam dez famílias, dentre as quais havia famílias compostas por casal e filhos, outras por mães viúvas com filhos e também sobrinhos, por irmãos, além de pessoas que não apareciam agregadas a nenhum grupo familiar, como Antonia Roberta dos Santos, de 45 anos, casada mas sem companhia, e

Antonio Leandro dos Santos, de 44 anos, viúvo.⁹⁹ Para além da composição familiar mais frequente formada por marido e esposa, embora tenha sido mais comum mulheres viúvas e solteiras conduzindo um grupo familiar composto de filhos, havia também viúvos, como Leocádio José de Maria, de 50 anos, do Caratheus, que foi enviado para o núcleo Sítio, em julho de 1878 na companhia de seus cinco filhos: João, Francisca, Malaquias, Maria e Joaquim, com idades entre 11 e 18 anos,¹⁰⁰ e Raimundo Rodrigues Mariano, que foi encaminhado para o núcleo Sítio com oito filhos, entre eles Maria, sua filha de criação, de seis anos de idade.¹⁰¹

O fluxo de saída de migrantes dos núcleos foi significativo e crescente ao longo do ano de 1878, o que demonstra a dificuldade de se estabelecer um sistema contínuo de produção da lavoura. Muitos migrantes permaneciam por determinado tempo em um núcleo recebendo as diárias do governo, e, ao final, não se dedicavam à lavoura como o desejado. No segundo semestre de 1878, quando deveriam estar ocupando-se do preparo da roça para o período chuvoso que esperava iniciar a partir do último mês do ano, os relatórios de inspeção dos núcleos registraram número significativo de retiradas.

Tabela 34: Mortes e retiradas dos Núcleos Coloniais de Teresina (ago.-set. e out. de 1878)

Núcleo	Relatórios ago. 1878 ¹⁰²			Relatórios set. out. 1878		
	Existiam	Mortes	Retiraram	Existiam	Mortes	Retiraram
Sítio	980	25	58	1.280	15	103
Alagoa da Mata	1.778	23	107	1.740	74	230
Felicidade	1.155	05	58	1.301	12	236
Gandú	955	41	170	923	19	58
Deserto	1.173	38	111	1.095	19	132
Santa Filomena	1.419	35	173 ¹⁰³	1.310	22	105
Santo Antonio	-	-	-	1.233	81	32

Fonte: Relatório de inspeção dos núcleos coloniais¹⁰⁴.

⁹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que foram designados para o núcleo Gandu, em 06 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

¹⁰⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que foram designados para o núcleo Sítio, em 08 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

¹⁰¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que foram designados para o núcleo Sítio, de 24 a 31 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

¹⁰² Os dados referem-se aos meses de junho, julho e agosto.

¹⁰³ Mais 09 que foram expulsos por desobediência.

¹⁰⁴ Relatório de inspeção do núcleo Sítio, de 03 de agosto de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Sítio, de 25 de setembro de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Felicidade, de 08 de agosto de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Felicidade, de 30 de setembro de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Alagoa da Mata, de 07 de agosto de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Alagoa da Mata, de 29 de setembro de 1878; Relatório de

Somando pouco mais de sete mil pessoas de origem principalmente do Ceará e do Piauí, no segundo semestre de 1878 quase todos os Núcleos Coloniais tiveram uma variação que tendeu ao crescimento da evasão nos relatórios apresentados em setembro e outubro daquele ano, se comparado ao do mês anterior, mostrando que à medida que se intensificava a necessidade de preparo das roças, visto a chegada do período chuvoso nos meses seguintes, maiores foram as retiradas desses espaços. Com exceção do núcleo Gandu, que teve um estancamento brusco na perda de moradores, e do Santa Philomena, onde houve um freio considerável, todos os demais tiveram seu contingente humano reduzido pelas saídas, com destaque para os núcleos Felicidade, onde quadruplicaram-se as retiradas, e Alagoa da Mata, que teve mais que o dobro de evasão. Desse núcleo, entre junho e começo de agosto, evadiram-se sem guia¹⁰⁵ 78 pessoas de diferentes idades e origens, sendo 50% delas com idade compreendida entre 3 meses e 16 anos de idade. Quanto à naturalidade, 42 eram do Piauí; em grande medida, de Príncipe Imperial somaram 34 pessoas; 04 eram naturais do Rio Grande do Norte e 28 do Ceará.¹⁰⁶ A saída das pessoas dos núcleos, oriundas de Príncipe Imperial, não poderia significar retorno para a vila limítrofe, visto que ele era um dos pontos mais afetados pela seca no Piauí. As razões podem estar associadas a fatores que já expus anteriormente. Não só por esses dados pode-se perceber a forte presença de piauienses, sobretudo de Príncipe Imperial, nos Núcleos Coloniais, mas isso não pode ser levado como regra, visto que fatores como a data de chegada e a quantidade de pessoas residentes no núcleo, assim como a origem delas, poderiam influenciar nesses indicativos de evasão. Do núcleo Gandu, por exemplo, dos 81 que se retiraram no mês de julho daquele ano, apenas 23 eram de Príncipe Imperial, enquanto 58 eram cearenses,¹⁰⁷ já entre os 104 migrantes recebidos

inspeção do núcleo Gandu, de 09 de agosto de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Gandu, de 27 de setembro de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Deserto, de 09 de agosto de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Deserto, de 02 de outubro de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Santa Philomena, de 14 de agosto de 1878; Relatório de inspeção do núcleo Santa Philomena, de 03 de outubro de 1878 e Relatório de inspeção do núcleo Santo Antonio, de 22 de agosto de 1878. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

¹⁰⁵ Era o documento que o emigrante recebia do contratante confirmando com informações a respeito da sua estadia, como “comportamento e aptidão” no núcleo anterior. Era também requisito para a inserção em outro núcleo. Os emigrantes que evadiam sem solicitar esse documento, possivelmente não tinham mais interesse em se transferir para algum dos outros núcleos existentes.

¹⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que evadiram sem guia do núcleo Alagoa da Mata entre 01 de julho e 07 de agosto de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

¹⁰⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que se retiraram do núcleo Gandu em julho 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

no sítio Alagoa da Mata entre os dias 01 e 06 de agosto do mesmo ano, 63 eram do Ceará e 41 do Piauí, sendo 29 deles de Príncipe Imperial.¹⁰⁸

Durante o segundo semestre de 1878, a chegada de migrantes no Piauí e as caminhadas em direção à capital foram se intensificando. Como os núcleos ficavam no entorno de Teresina, muitos migrantes chegavam primeiro nesses locais sem nem ter acesso à capital. Já se estendia o segundo ano da seca e cada vez mais pessoas buscavam os socorros do governo onde pudesse alcançá-los. Como os contratantes dos núcleos possuíam lotação máxima fixada por contrato, era necessário solicitar a autorização de acréscimo diante da chegada cada vez maior de pessoas. Em outubro, o contratante do núcleo Sítio assim procedeu:

(...) Completo o número de 1.200 de meu contrato, vou por meio deste pedir autorização para elevar ao número de 1.500, isto porque me vejo forçado a suprir por mais de um dia aos que vão chegando em tal estado de indigência e moléstia, que são obrigados a demorar onde chegam. No caso do governo não anuir a elevação deste núcleo, sirvam-se dizer-me que destino devo dar a essa gente e aos que forem chegando, e se os posso suprir a fim de que eles possam seguir até essa cidade (Teresina).¹⁰⁹

Ainda que tenha oscilado na quantidade de pessoas que residiam nos seus espaços, pode-se considerar que houve uma elevação sensível na quantidade de pessoas que residiam nos núcleos coloniais nos fins de 1878 até 1879, quando foram extintos. A relação completa de pessoas que habitavam o núcleo Santa Philomena no mês de março de 1879 é um indicativo disso. Nessa época, o núcleo estava em sua capacidade máxima, com 1.500 pessoas. O documento permite uma visão bem mais detalhada da origem específica dos que ali residiam. Ao todo são enumerados 273 grupos de familiares, quase sempre bastante numerosos.

Os dados possibilitam identificar a entrada de migrantes no núcleo entre março de 1878 e março de 1879. Considerando-se a evasão e as mortes que podiam afetar o número inicial de pessoas vivendo no núcleo, a oscilação foi relativamente baixa, havendo dois grandes picos de entradas: em março de 1878, quando o núcleo recebeu 612 pessoas, e em dezembro, com 359 novos moradores. Nos demais meses a média de chegadas ficou abaixo de 50 pessoas, com apenas 08 adesões no mês de maio e 11 em novembro. A recepção de

¹⁰⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes recebidos no núcleo Alagoa da Mata entre 01 e 06 de agosto de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

¹⁰⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Offícios dos Contratantes. Documento sem numeração, de 02 de outubro de 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

novos migrantes ficava condicionada à abertura de vagas ou autorização do governo para ampliar a capacidade de diárias a ser fornecida. Em 1879, pouco tempo antes de ser iniciada a desmontagem dos núcleos, o Santa Philomena ainda recebeu 103 pessoas entre janeiro e março.

Com base na identificação dos migrantes, busquei identificar dois aspectos relativos aos seus locais de saída, até chegarem a Teresina. Ao todo, o núcleo abrigou pessoas oriundas do Piauí, Ceará, Maranhão (10), Rio Grande do Norte (2), Pernambuco (2) e Paraíba (1). Os migrantes procedentes das quatro últimas províncias citadas representam a minoria, apenas 15 pessoas, o que representa apenas 1% do total; os demais estavam distribuídos da seguinte forma: 841 piauienses, 56,1% e 644 cearenses, representando 42,9%. A tabela abaixo mostra as localidades de onde haviam se deslocado durante os meses de seca:

Tabela 35: Origem dos emigrantes do núcleo Santa Philomena (mar. 1878 – mar. 1879)

Piauí			Ceará		
Localidade	Quantidade	%	Localidade	Quantidade	%
Teresina	334	22,2	Inhamuns	143	9,5
Príncipe Imperial	277	18,4	Tauá	126	8,4
Independência	187	12,4	Pedra Branca	64	4,3
Campo Maior	19	1,3	Flores	62	4,1
Marvão	13	0,9	Icó	48	3,2
Amarante	03	0,2	Telha	31	2,1
Oeiras	03	0,2	Sant'Ana	28	1,9
Picos	03	0,2	Tamboril	21	1,4
Valença	01	0,06	São Mateus	11	0,7
Parnaíba	01	0,06	Sobral	11	0,7
-----	-----		Ipu	11	0,7
-----	-----		Outras localidades ¹¹⁰	88	5,9
Total	841	56,1	Total	644	42,9

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Lista geral dos emigrantes do núcleo Santa Philomena, 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

Em alguns contratos firmados entre a Comissão de Socorros e os contratantes dos núcleos, a finalidade do acordo entre as duas partes dizia ser a “a formação de um núcleo de emigrantes cearenses”,¹¹¹ mas o que ocorreu ao longo dos meses que se estendeu a seca foi que os piauienses também foram destinados a esses espaços. Embora não possa ser atribuído a todos os núcleos, visto a falta de documentação completa que indique a origem de cada migrante, como consta na lista do núcleo Santa Philomena, é possível que além dele, os piauienses tenham se tornado maioria em outros núcleos. Esse dado é relevante por contrariar

¹¹⁰ Entre elas: Pereiro, Quixeramobim, Maria Pereira. Mombaça, Apody, e Saboeiro.

¹¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com Antonio Martins Viana, para a formação de um núcleo Sítio, em 29 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

a concepção de que os Núcleos Coloniais piauienses eram núcleos de cearenses. Entre os piauienses, nota-se a presença forte de migrantes de Príncipe Imperial e Independência, localidades situadas próximas à fronteira com o Ceará na época, sendo possivelmente as regiões piauienses mais atingidas pelos efeitos da seca, confirmando a necessidade que teve de emigrar a população daqueles lugares. A quantidade quase insignificante de pessoas oriundas de Oeiras e Picos e a ausência de migrantes de Jaicós, regiões piauienses fortemente afetadas pela seca, revelam um dado curioso, visto que, pelas circunstâncias, esperava-se que também emigrassem em debandada em direção à Teresina. Surpreende a grande quantidade de declarados teresinenses: o que era pra ser um núcleo de migrantes acabou sendo preenchido por 22% de pessoas residentes na capital do Piauí. O fenômeno pode ser um indicativo da pobreza da população local, e o governo, na ausência de uma medida mais eficaz que evitasse que essa população sentisse mais fortemente os efeitos da seca que aportava na capital, pode ter autorizado o alojamento dos teresinenses junto de migrantes de diversas localidades, a fim de que recebessem os socorros mediante a contrapartida do trabalho; uma maneira também de permitir que em algum momento tivessem sua própria subsistência.

Em relação aos cearenses, aparecem chegados de várias regiões da província vizinha; mantiveram o fluxo em todo o período registrado no documento, sendo recebidos no núcleo, até 1879 tanto oriundos de áreas fronteiriças como de interioranas, chegando a Teresina de localidades do norte do Ceará, em sentido mais próximo a Teresina, como os vindos de Tauá, por exemplo, que possivelmente adentravam na província por municípios como Oeiras e depois seguiam viagem até chegar à capital.

Como já alertei, esses números variaram ao longo dos meses em que os núcleos foram mantidos pela verba dos socorros públicos. Um dos fatores que provocava a redução dos núcleos era a morte dos seus habitantes, quase sempre frequente. Pelos dados da Tabela 34, observa-se entre junho e agosto um total de 167 óbitos, identificados em seis dos sete núcleos. Se considerados os números originários dos habitantes dos referidos núcleos, sem descartar os que se retiraram em algum momento nesse período, tem-se um total de 6.860 pessoas, alcançando-se uma taxa de óbito de aproximadamente 2,5%. Nos relatórios de inspeção elaborados em setembro e outubro, com a incorporação da população advéncia do núcleo Sant'Ana ao recém-criado núcleo Santo Antonio, tem-se nos sete núcleos um total de 8.882 pessoas e um saldo de mortes de 242 indivíduos, apresentando uma taxa de mortalidade aproximada de 2,75%. Mesmo que se observe uma redução sensível no número de mortes em núcleos como Sítio e Gandu, e ainda com a elevação da sua população total no núcleo Sítio,

por exemplo, além de outros como Deserto e Santa Philomena, os óbitos cresceram no núcleo Alagoa da Mata, e Santo Antonio. Neste último, alegava-se que haviam morrido aqueles que chegaram em más condições de saúde devido ao estado em que viviam no núcleo Sant'Ana.¹¹²

Pelos relatórios de inspeção dos núcleos, fica evidente que o estado sanitário era avaliado principalmente pela quantidade de mortes existentes dentro do espaço de tempo analisado. Quanto mais mortes, pior era a condição do núcleo. Nos relatórios que analisei, quase sempre esse aspecto foi considerado regular, mesmo que as doenças e as mortes fossem frequentes nesses espaços. Em uma relação assinada pelo contratante do núcleo Alagoa da Mata, de 07 de agosto de 1878, lista-se 23 falecimentos desde primeiro de julho até esse dia, o que não pode ser considerada uma taxa de mortalidade tão baixa. A listagem desses óbitos permite uma compreensão melhor da população que foi a óbito nesse período.

Tabela 36 Lista de óbitos no núcleo Alagoa da Mata entre 01 de junho e 07 de agosto de 1878

Nº	Nome	Idade	Estado civil	Origem
01	Raimundo Pereira dos Santos	21	Casado	Ceará
02	Casemiro (filho do Doroteu Honorato)	04	Solteiro	Ceará
03	Antonio (filho do Doroteu Honorato)	1 mês	Solteiro	Piauí
04	Francisco (filho de Antonio)	02	Solteiro	Ceará
05	Sebastião Ferreira Viana	31	Casado	Piauí
06	Joana (filha de Odorico da S. Cedro)	07	Solteira	Ceará
07	Maria (filha de Odorico da S. Cedro)	04	Solteira	Ceará
08	Balbino (filho de Pedro Gomes)	03 meses	Solteira	Piauí
09	Maria (filha de Francisco Fernando)	01	Solteira	Ceará
10	Joana Maria do Espírito Santo	40	Viúva	Ceará
11	Rosa (filha de Francisco Vitorino)	04	Solteira	Ceará
12	Joaquim (filho de Ana Joaquina Cavalcante)	10	Solteira	Ceará
13	Damião José Luiz	20	Casado	Ceará
14	Raimundo Francisco de Melo	23	Casado	P. Imperial
15	Venâncio Alves da Cunha	24	Casado	P. Imperial
16	José (filho de M. Martins)	2	Solteiro	P. Imperial
17	Rolmeto Bizerra	40	Solteiro	P. Imperial
18	Antonio Francisco de Souza	30	Viúvo	P. Imperial
19	Galdino de Almeida Setubal	35	Casado	Ceará
20	Angelica (filha de Ana Maria)	03	Solteira	Ceará
21	Maria (filha de Eduardo J. Dias)	01	Solteira	Jaicós
22	Manoel (filho de Casimiro J. do Nascimento)	02	Solteiro	P. Imperial
23	Maria (filha de pais incógnitos)	22	Solteira	Ceará

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Lista de óbitos do núcleo Alagoa da Mata entre 01 de junho e 07 de agosto de 1878. Termos de Inspeção, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

¹¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Santo Antonio, de 22 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

Embora não seja identificada no documento a causa do óbito, é clara a incidência maior da morte de crianças, algumas delas nos primeiros meses de vida, possivelmente já nascidas nos próprios núcleos.¹¹³ Nos meses de agosto e setembro de 1878 nasceram 08 crianças no núcleo Alagoa da Mata, desses, seis filhos de piauienses e dois de cearenses.¹¹⁴ O relatório sanitário apresentado pelo Dr. Constantino Moura, em outubro de 1878, identificou que as principais doenças que afetavam os habitantes do núcleo Sítio eram “febres intermitentes, remitentes biliosas, vermes intestinais, anemia, hidropisias quase sempre astênicas e principalmente as infecções do aparelho digestivo, sobretudo a diarreia, provocada pela ingestão de substâncias impróprias para uma boa alimentação”, como o coco e o palmito que muitos consumiam crus.¹¹⁵ Pesquisa realizada por Dayane Julia Carvalho Dias sobre o índice de mortalidade da população existente na freguesia de São José, Fortaleza, entre 1877 e 1879, identificou que o grupo mais afetado pela mortalidade nos anos de seca foram as crianças de 0 a 9 anos de idade, chegando a de 54,3% do total de casos registrados, atribuindo-se esse fato ao péssimo estado sanitário e o pouco acesso a uma alimentação adequada e aos serviços de saúde necessários.¹¹⁶

Quase sempre se atribuía a morte nos núcleos ao agravado estado de saúde que os migrantes já possuíam ao chegar. Em junho de 1878, o Barão de Campo Maior devolveu o migrante José Miranda do Amaral um dia após ser enviado pela comissão de socorros para o núcleo Alagoa da Mata, visto o estado de doença em que esse se encontrava, “com o braço quase inutilizado de fístulas”, indicando melhor ser ele tratado em um hospital da capital¹¹⁷. O governo mantinha a sua responsabilidade contratando farmacêuticos para fornecerem remédios aos núcleos, como quinino e óleo de rícino, além de realizarem atendimentos. Um dos citados foi Aristides José Avelino, contratado para visitar os núcleos duas vezes por mês e aplicar medicamentos nos migrantes enfermos que por lá existissem, recebendo para isso a

¹¹³ Para conhecer mais sobre a mentalidade e a forma de lidava-se com morte infantil no século XIX, ver: PANCINO, Claudia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. *Hist. Ciênc.*, São Paulo, V. 6, n. 1, jul. 2010 e VAILATI, Luiz Lima. Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: um esboço comparativo preliminar. *Revista de História*. São Paulo, nº 167, p. 261-294, julho / dezembro 2012.

¹¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de recém-nascidos filhos de emigrantes no núcleo Alagoa da Mata em agosto e setembro de 1878. Documento de 01 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

¹¹⁵ MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, nº 562, p. 02, ano XIV, 10 out. 1878.

¹¹⁶ DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). *Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 175-194, jul./dez. 2019.

¹¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº S/N, de 22 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

paga de quarenta mil réis.¹¹⁸ Além disso, contratava profissionais para aplicação de vacinas¹¹⁹ com a finalidade de evitar epidemias, algo que não era difícil de ocorrer, considerando-se o estado sanitário em que se encontravam alguns núcleos.

No relatório do Dr. Constantino Moura acerca do estado sanitário dos núcleos, identificou-se algumas mortes e doenças que acometiam a população dos referidos estabelecimentos; muitas das enfermidades eram provocadas pela alimentação inadequada que os migrantes buscavam para complementar a sua dieta, como o “mel de furo” conseguido dos engenhos próximos ao núcleo Santo Antonio e as vermes intestinais, que comumente causavam mais danos, principalmente às crianças, sendo, entre outras coisas, a causa do seu adoecimento e até da morte de algumas. Em relação às moradias, quase sempre elogiou a boa estrutura das choupanas em que moravam os habitantes, ressaltando a construção inadequada da casa de algumas famílias em áreas sujeitas a alagamentos, como no núcleo Sítio. Em geral bebiam água de cacimba ou diretamente do Rio Parnaíba, sem o tratamento adequado, o que contribuía para que contraíssem doenças, da mesma forma que a nudez, presente em quase todos os locais, que também foi apontada como facilitadora do aparecimento de moléstias.¹²⁰ A nudez, tanto dentro como fora dos núcleos, era um dos problemas comumente relatados na documentação acerca da presença de migrantes no Piauí. Em momentos específicos, foram destinados tecidos como algodãozinho, riscado e chita para a confecção de roupas, enviados em quantidade para um número específico de pessoas;¹²¹ em março de 1879, a Comissão de Socorros de Teresina liberou 600\$ para a compra de fazenda a serem distribuídos no núcleo São José, visto o completo estado de nudez em que se encontravam os habitantes daquele lugar.¹²² Esses recursos nem sempre eram suficientes para cobrir a nudez de todos que necessitavam. O relato do fiscal de núcleos Barão de Gurguéia, ao distribuir vestimentas no

¹¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 319, de 16 de julho de 1878. Offícios da presidência. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

¹¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 815, de 09 de novembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02. Em novembro de 1878, a comissão de socorros de Teresina estabeleceu um contrato com Manoel Joaquim Sobreira, para a realização da vacinação nos migrantes dos núcleos de Teresina e União, com gratificação mensal de cem mil réis, devendo permanecer nos núcleos o tempo que fosse necessário para realizar esse serviço. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina com o cidadão Manoel Joaquim Sobreira em 14 de novembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

¹²⁰ MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, nº 562, p. 01 e 02, ano XIV, 10 out. 1878.

¹²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 164, de 18 de abril de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

¹²² OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 368, de 12 de março de 1879. *A Imprensa*, nº 591, p. 02, ano XIV, 23 abr. 1879.

núcleo Santo Antonio, em outubro de 1878, mostra a condição a que estavam sujeitos os migrantes nesses estabelecimentos. Disse ele que,

Impossível é descrever o desespero com que o povo se apresentou quando soube que ia fornecer-lhes roupa. Encontrei grande dificuldade de pacificar os ânimos daqueles que prevendo ser pouca a fazenda ficariam sem coisa alguma, prometendo-lhes que haviam de ser satisfeitos. E de fato aconteceu que sendo insuficiente a fazenda só pude suprir a quatrocentos diante de uma população de mil e duzentos pessoas. Ficaram deste modo grande número em estado de nudez.¹²³

Além dessa situação no núcleo referido, alertou o fiscal ao presidente da província da necessidade de providências, visto que essa era realidade comum em outros núcleos onde as fazendas não eram suficientes para satisfazer a nudez do povo, algo que apareceu no relatório do Dr. Constantino Moura na descrição de praticamente todos os núcleos.

Tendo apontado alguns problemas existentes de forma eufêmica, o relatório do Dr. Constantino Moura deixa perceber a discrepância existente entre o tratamento dado pelos contratantes nos diferentes núcleos. A quantidade de doenças presentes em quase todos eles é um indicador das difíceis condições que os migrantes enfrentavam nesses espaços para sobreviver: diarreias, anasarca, pleuro-pneumonias, cachexias palustres, leucocetemias, hidropesias, disenterias, discrasia do sangue, anemia, além das febres intermitentes e remitentes, eram doenças que faziam parte do seu cotidiano. Tomando como base o critério do número de mortes, o núcleo que apresentava melhores condições de funcionamento era o Felicidade, com apenas 13 mortes no trimestre analisado pelo médico, outros como o Alagoa da Mata oferecia piores condições, com 71 óbitos, e o Santo Antônio, com 82.¹²⁴

Na conclusão do relatório, o médico designado pelo governo, eximindo-se de fazer observações mais precisas sobre o estado de pobreza em que viviam os migrantes nos núcleos, optou por recorrer ao conceito de “febre de fome”, segundo ele, atribuído a um higienista chamado Meersman, cuja ideia se baseava em caracterizar o fenômeno “pela extrema magreza do corpo, a palidez lívida do rosto, as faces invocadas e sobretudo a expressão do olhar”, o andar vacilante e a voz quase muda que usavam para responder sobre os seus sofrimentos, dizendo “eles, nada sofriam, mas que tinham fome!”. Evitando mostrar o que tinha visto de forma mais direta, usou esses termos como escape para não denunciar contundentemente as

¹²³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção dos núcleos assinado por Barão de Gurgueia em 20 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

¹²⁴ MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, nº 562, p. 01 e 02, ano XIV, 10 out. 1878.

necessidades de mudanças imediatas nos núcleos, a fim de amenizar o sofrimento e a fome dos migrantes que neles viviam¹²⁵.

Em 1879, a população de migrantes existentes em Teresina e nos núcleos foi calculada em 17.000 pessoas, o que consideravelmente gerava uma grande quantidade de despesas ao governo. Além de destinar recursos para socorrer esse número de migrantes, ainda existiam as Comissões de Socorros espalhadas em diferentes municípios da província, também desempenhando o papel de assistência aos migrantes e à população de cada localidade, que continuava afligida pelos efeitos da seca. Gastavam-se somas elevadas de dinheiro e nem sempre os mais necessitados eram atendidos com a necessária prontidão. Do total indicado acima, 4.500 pessoas foram auxiliadas pela Comissão de Socorros na capital, o que é um indicativo significativo da grande pobreza da população migrante e também local. Nos núcleos, que passaram a ser oito após a criação do núcleo São José, no governo de Mariano Lustosa do Amaral, calculava-se existir 12.500 pessoas, sendo a exceção Alagoa da Mata, que possuía 2.000 habitantes; todos os demais, incluindo o recém-criado, com 1.500 cada um.¹²⁶ Para a manutenção do socorro a essa população, entre agosto e dezembro de 1878 foram destinados 200:641\$970 réis em suprimentos para os núcleos, assim distribuídos: Santo Antonio, 29:192\$620; Felicidade, 26:896\$960, Deserto, 23:145\$440; Sítio, 28:850\$000; Gandú (set. dez), 18:103\$040; Alagoa da Mata, 39:898\$630, Santa Philomena 34:555\$280 e núcleo São José 600\$5000, para a compra de carne verde e fazendas, entre dezembro de 1878 e março de 1879.¹²⁷

Entre janeiro e dezembro de 1878 e março de 1879, houve um aumento exponencial do número de pessoas vivendo nos núcleos. Se observado que mesmo com a existência de 19 núcleos a soma era de 3.924 pessoas, percebe-se que em alguns meses esse número praticamente quintuplicou, e com ele a necessidade de dispêndio financeiro pelo Estado. Como já ensaiei anteriormente, embora o preço das diárias tenha variado ao longo dos meses, decrescendo de 250 réis para 220 e depois para 160, e indo em início de 1879 a 180, isso não provocou muito impacto positivo para a economia final do governo, visto que a quantidade de pessoas a ser atendida era maior. Se a redução drástica do número de núcleos iria provocar a tão esperada economia aos cofres públicos, o que se viu foi a conta subindo, indo de

¹²⁵ MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, nº 562, p. 01 e 02, ano XIV, 10 out. 1878.

¹²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ata da Comissão de Socorros de Teresina em 15 de abril de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹²⁷ Relatório com que O Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1889. Tipografia da Imprensa, 1879, anexos, p. 20 e 22.

57:619\$579 réis em janeiro de 1878, a 200:641\$970 no final do mesmo ano. Além do pagamento das diárias, o governo continuava fornecendo os viveres, atendimento de saúde, roupas, ferramentas e sementes para o trabalho; quanto às ferramentas, que deveriam ser pagas com o desconto do que os migrantes produzissem nos núcleos, dificilmente o governo recuperou os gastos com esses objetos, pois poucos resultados foram conseguidos com a lavoura.

Adotando sempre o discurso de promover a economia dos cofres públicos, os governos dos liberais realizaram diversas mudanças nos núcleos ao longo dos meses em que perduraram os efeitos da seca sob os seus mandatos, iniciando com a redução drástica desses estabelecimentos, de dezenove herdados dos conservadores para apenas sete, medida que, segundo *A Época*, não provocou impacto, sendo essa justificativa “uma verdadeira pulha, que somente aos parvos poderá iludir”, pois reduziram-se os núcleos e elevaram-se a quantidade de pessoas dentro deles.¹²⁸ Ao soprar das mudanças de administrador na presidência da província, os negócios dos núcleos também sentiam alterações, de modo que até mesmo o Barão de Campo Maior, conservador que chegou a ocupar o cargo do executivo provincial por algum tempo entre fins de 1877 e começo de 1878, antes atacado pelo jornal *A Imprensa*, teve contrato firmado para ativar um núcleo sob sua responsabilidade durante o mandato do liberal Sancho de Barros Pimentel.

Outra ação que de longe não parecia ser voltada para a economia dos cofres públicos, além da criação do núcleo São José, foi o aluguel em outubro de 1878, da quinta Pirajá, localizada nas proximidades de Teresina, para servir de alojamento dos migrantes “que vagueavam pela capital” à quantia de mil réis diários.¹²⁹ Nesse espaço, diferentemente dos núcleos, a administração ficou sob a responsabilidade do capitão José Lopes Teixeira Pedra,¹³⁰ mas pelo contrato e ofícios a respeito do sítio pode-se entender que para lá foram contratados¹³¹ e enviados funcionários do governo para ajudar na administração do local. Com essa medida, toma o governo para si a missão de gerir a acomodação dos migrantes que

¹²⁸ A SÊCCA, OS EMIGRANTES E A IMPRENSA. *A Época*, nº 05, p. 01, ano I, 04 mai. 1878.

¹²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros de Teresina e o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, em 17 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878, Caixa 320.

¹³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 822, de 19 de novembro de 1878. Ofícios da presidência. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

¹³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 759, de 25 de outubro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

existiam na capital, construindo casas de palhas para que eles fossem abrigados¹³² e distribuindo as rações aos migrantes na mesma proporção que eram cedidas àqueles que viviam nos núcleos.¹³³

O *A Época* opôs-se ao aluguel do sítio por acreditar que além de não economizar os cofres públicos, a medida não beneficiava os migrantes. Disse o jornal que “o tal sítio (...) não passa de uma pequena casa coberta de telha com poucas acomodações, um cercado de madeira, três ou quatro pés de mangueiras – tudo isso em terreno árido e seco impróprio para toda e qualquer plantação”, além disso, não existia no local palhas para que os migrantes pudessem construir suas “choupanas”,¹³⁴ necessitando a Comissão de Socorros autorizar a compra de palhas para que fossem cobertos os espaços onde eles se abrigaram.¹³⁵ Considerou ainda que a medida gerava desperdício de dinheiro público porque os migrantes continuariam a serem supridos pela Comissão de Socorros, como já vinha acontecendo, permanecendo eles “no desespero” e, somado a isso, despenderia o valor do aluguel do sítio mais o pagamento do senhor Teixeira Pedra para distribuir as rações. Concluiu-se que a única vantagem nessa medida foi “aliviar a comissão de socorros (...) daquela chusma de pedintes inoportunos – dar o que fazer ao feliz Sr. Pedra, enchendo-lhe os bolsos de dinheiro, – e alugar o sítio do capital Miguel Borges, que até então nada havia ainda rendido a seu dono”. De modo geral, a medida era útil para beneficiar aqueles que se locupletavam da “*feliz* situação”, considerada uma “verdadeira cornucópia para os denodados paladinos do liberalismo, ainda que se especule a miséria do povo”.¹³⁶

A experiência do sítio Pirajá, pelo modo como deveria funcionar e pela sua finalidade, evidencia que este não pode ser caracterizado como um núcleo nos moldes dos outros existentes, embora em ambos os casos objetivava-se retirar a população de migrantes das ruas da capital, estando bem próximo a Teresina, não havia a contrapartida do trabalho, recebendo eles os socorros de forma direta, funcionando mais o sítio como um “depósito de emigrantes”.¹³⁷ A sua criação, já nos últimos meses de distribuição dos socorros no Piauí, mostrou por dois lados a reprodução de propostas já realizadas no Ceará com os

¹³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 884, de 05 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

¹³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 17, de 17 de novembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

¹³⁴ NÚCLEO NA CAPITAL. *A Época*, nº 31, p. 04, ano I, 02 nov. 1878.

¹³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 884, de 05 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

¹³⁶ NÚCLEO NA CAPITAL. *A Época*, nº 31, p. 04, ano I, 02 nov. 1878.

¹³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 140, de 14 de dezembro de 1879. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

abarracamentos (embora não possa associar mais diretamente a realidade do sítio Pirajá às condições desses espaços existentes no Ceará)¹³⁸ e a falta de projetos do governo para um efetivo trabalho e acomodação dos migrantes, visto que nos Núcleos Coloniais não houve o rendimento esperado. Além disso, mais uma vez a verba de socorros públicos estava sendo utilizada para beneficiar particulares em contraposição a medidas que viessem melhor contemplar os migrantes, de maneira que parte deles saíam do núcleo e percorriam as ruas da cidade “esmolando à caridade pública o pão necessário para sobreviver mais algum tempo as duras provações da sorte”.¹³⁹

Em 1879, com as mudanças na gestão da província, no governo de Mariano Lustosa do Amaral, foi dissolvido o Sítio Pirajá sob a justificativa de “conciliar a economia dos dinheiros públicos com as indeclináveis necessidades dos indigentes”, transferindo aqueles que habitavam esse local, para o núcleo São José,¹⁴⁰ ou que se apresentassem “nos diversos núcleos onde seriam aceitos”. Quanto aos doentes, deveriam ser supridos juntamente com suas famílias até que pudessem ter o mesmo destino dos demais “ou se empregassem nos serviços da Igreja de S. Benedito”.¹⁴¹ Nessas decisões, que envolviam interesses que podiam ser até mais políticos do que econômicos, pouco se pensava no bem-estar dos migrantes, que deveriam se deslocar caminhando por léguas até chegarem ao outro local onde deveriam se abrigar e reconstruir as suas moradias e plantios.

Durante a existência dos Núcleos Coloniais existiu o discurso de fornecer assistência aos migrantes, sempre observando a economia dos cofres públicos. O que se viu foi que, embora fosse tão prezada pelos administradores, a gestão das verbas destinadas aos socorros nem sempre era feita com a devida economia, em muito a assistência aos migrantes era aquém da desejada. Algo que ficou explícito na fala pública e nos jornais da oposição foi que os Núcleos Coloniais, além de gerarem uma grande despesa ao Estado, “não correspondiam aos fins a que foram criados”. Desde maio de 1878, o jornal *A Época*, em observância a essa situação, já dizia que a permanência dos Núcleos Coloniais não tinha “razão de ser”, pois apenas exprimiam “outros tantos sorvedouros dos dinheiros públicos sem vantagem real para

¹³⁸ Sobre os abarracamentos no Ceará entre 1877-1880, ver GARCIA, Ana Karine Martins. A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006

¹³⁹ PIRAJÁ. *A Época*, nº 35, p. 04, ano I, 30 nov. 1878.

¹⁴⁰ Relatório com que O Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1889. Tipografia da Imprensa, 1879, 14.

¹⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 140, de 14 de dezembro de 1879. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

aqueles infelizes aos quais se busca socorrer”.¹⁴² Objetivava-se que com o desenvolvimento da lavoura a população residente nos núcleos pudesse sobreviver com os cereais cultivados pelo seu trabalho. Aos primeiros que chegaram no núcleo Gandú, poucos foram os resultados com a colheita, pois a falta de inverno prejudicou o cultivo, passando muitos deles a se ocuparem nas vazantes dos brejos do núcleo e outros a “trabalhar em jornal em serviços que lhe proporcionam o proprietário do sítio”, enquanto chegava o momento de fazer novas roças.¹⁴³ O trabalho por jornada realizado pelos migrantes no Gandu, indica que é possível que recebessem alguma remuneração, além de reforçar a afirmação de que com a presença de migrantes houve uma maior familiarização dos proprietários com o trabalho livre remunerado. Em fins de 1878 e começo de 1879 foram encaminhadas sementes para os plantios nos núcleos, mas os resultados não foram necessariamente os esperados. Muitas roças foram devastadas pela lagarta que destruiu as plantações nos primeiros meses do ano, como ocorreu no núcleo São José. Alegou-se também a pouca produção de gêneros após o inverno que caiu naquele período, a “um pessoal péssimo, desacostumado ao trabalho e a maior parte doente”.¹⁴⁴

Com as chuvas que caíram na província em 1879, quis saber o governo sobre o estado da população, a fim de suspender os socorros, recebendo a recomendação da comissão para que esperasse até maio, quando seria possível avaliar o estado geral das colheitas¹⁴⁵. Desde que assumiu a presidência da província, Pedro Belfort Vieira trabalhou no sentido de findar a distribuição dos Socorros Públicos, afetando diretamente a população dos núcleos. A justificativa era a mesma já usada por outros gestores. Segundo ele, deveria “economizar o máximo possível os dinheiros públicos”, para isso tomou como prioridade “a dissolução dos núcleos, que não corresponderam absolutamente ao fim de sua criação (...) pois era tempo de procurar cada um no trabalho recursos para sua subsistência”.¹⁴⁶

De abril de 1879 em diante, os socorros foram sendo suspensos, concretizando-se no mês de maio o encerramento em sua maior parte, com determinação de que só permanecessem nos núcleos aqueles que possuíam roças e “das quais viessem a colher o

¹⁴² A SÊCCA, OS EMIGRANTES E A IMPRENSA. *A Época*, nº 05, p. 01, ano I, 04 mai. 1878.

¹⁴³ NÚCLEO DE EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 543, p. 03, ano XIII, 13 mai. 1878.

¹⁴⁴ SARMENTO, Juvêncio. *A Imprensa*, nº 583, p. 03, ano XIV, 06 mar. 1879.

¹⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ata da Comissão de Socorros de Teresina em 15 de abril de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

¹⁴⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879, p. 39.

produto do seu trabalho”.¹⁴⁷ Ao contratante do núcleo Santa Philomena, Raimundo Sinval de Vasconcelos, foi informado que os mais de duzentos migrantes a seu cargo que não possuíam roças recebessem os socorros do governo somente até dia 15 de maio, sendo após isso, encaminhados para a capital, conservando na forma do contrato nas suas terras apenas os que tinham roças, e que também não receberiam mais os ditos socorros, visto a rescisão do contrato feita pelo governo.¹⁴⁸

Imediatamente após a dissolução dos núcleos, os migrantes tiveram alguns destinos principais: permaneceram nos núcleos e puderam manter o cultivo das suas plantações, depois continuando a viver nas terras dos antigos contratantes sob o sistema de contrato feito entre as duas partes, proprietário e migrante; foram para Teresina, e de lá muitos embarcados para outras províncias nos vapores, e os doentes encaminhados para a enfermaria localizada no sítio Morro de Santo Antonio;¹⁴⁹ ou deslocaram-se a pé ou nos vapores em direção a algum outro município do Piauí.

O projeto de criação dos núcleos coloniais, como apontou a imprensa da época, funcionou mais como um órgão que beneficiou os contratantes do que os migrantes. O fato de terem sido encerrados mediante o reconhecimento do poder público de que não tinham alcançado a sua finalidade, é um retrato do fracasso da tentativa de criação de colônias agrícolas no Piauí baseado na mão de obra migrante. A produção agrícola desse investimento foi incipiente, tendo funcionado como uma forma de retirar a massa de pessoas famintas do núcleo urbano da capital, quase que as exilando na zona rural do município, fornecendo-lhes, embora, possa dizer que não, os socorros diretos. De certa maneira, para Teresina, uma cidade jovem que se desejava moderna¹⁵⁰ e em crescimento, manter uma população faminta e pedinte nas ruas, relegadas à ociosidade, não era desejo do poder público,¹⁵¹ além de representar perigo para a saúde da população como um todo com a propagação de epidemias, a exemplo do já citado caso que ocorreu no Ceará.¹⁵² Os núcleos coloniais funcionaram de certa maneira como um espaço de tentativa de controle social sob a égide do trabalho, que nas condições em

¹⁴⁷ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 01, de 1º de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 600, p. 01, ano XIV, 05 jul. 1879.

¹⁴⁸ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 01, de 07 de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 602, p. 01, ano XIV, 19 jul. 1879.

¹⁴⁹ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 01, de 09 de julho de 1879. *A Imprensa*, nº 610, p. 01, ano XV, 26 set. 1879.

¹⁵⁰ Sobre a fundação de Teresina e sua idealização como cidade moderna, ver: GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. *História* [online]. 2011, vol. 30, n. 1, pp. 90-113.

¹⁵¹ Sobre o tema ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy. *História de vário feito e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001 e ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

¹⁵² COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* vol. 11 nº 1 Rio de Janeiro Jan./Abr. 2004.

que foram submetidas aquelas pessoas, não funcionou. Embora previssem a autonomia das famílias neles abrigados quando retirassem as suas colheitas e possibilitasse a fixação à terra com contratos diretos, estabelecidos entre proprietários e migrantes, o que ocorreu em algumas situações foi que muitos migrantes não se empenharam em desenvolver a atividade agrícola. Mesmo estando alguns deles situados às margens do rio Parnaíba e em áreas que possibilitavam a agricultura até mesmo em períodos menos chuvosos, os migrantes foram relegados em grande volume aos Núcleos Coloniais mais precisamente no decorrer do ano de 1878, quando a seca estava bastante acentuada em muitas regiões do Piauí e do Ceará. Derrubar a mata na expectativa de colher naquelas terras em meio a uma seca que se arrastava há mais de um ano, pode ter sido algo desanimador para muitos deles, que não viam perspectiva naquele trabalho. Além disso, pode-se observar a grande quantidade de crianças vivendo nesses núcleos, que não necessariamente eram encaminhadas ao trabalho. Em relação ao núcleo Santa Philomena, por exemplo, das 1.500 pessoas que entraram no referido sítio entre março de 1878 e março de 1879, pude constatar que aproximadamente¹⁵³ 38% tinham idades entre 0 e 10 anos; 26% entre 11 e 20 anos; 15% entre 21 e 30 anos; 10% entre 31 e 40 anos; 6% entre 41 e 50 anos; e 3% entre 52 e 60. O número de pessoas entre 60 e 80 anos, embora existissem, foi em quantidade inferior a 1%.¹⁵⁴ Com esses dados, observa-se que além da quantidade de crianças e adolescentes, existia o caráter familiar, o que pode indicar que da população total de pessoas que residiam nesses ambientes, boa parte não estava apta ao desempenho na lida da lavoura. Embora possa se considerar esses aspectos, é inegável que nos núcleos os migrantes tiveram a oportunidade não só de ter uma esperança de melhorias, mas também puderam vivenciar momentos que fugiam às cenas de fome, doenças e mortes que muitos haviam sentido, vivido e presenciado, com celebrações e momentos de sociabilidades que a eles foram proporcionados nos núcleos.

02 Cotidiano, cerimônias e sociabilidades

Quando o Barão de Campo Maior assinou o contrato com a Comissão de Socorros para a formação de um núcleo de migrantes no sítio Alagoa da Mata, em junho de 1878, aceitou uma cláusula que atribuía aos contratantes uma nova atribuição: mandar batizar os

¹⁵³ Trato como valores aproximados porque para alguns poucos emigrantes não constava a idade no documento analisado, além disso, fiz aproximação decimal para cima nas casas fracionadas.

¹⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Lista geral dos emigrantes do núcleo Santa Philomena, 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

filhos dos emigrantes.¹⁵⁵ Essa nova cláusula estabelecida em contrato, se por um lado previa o nascimento de crianças nos núcleos e a permanência dos migrantes neles, por outra, atentava para a necessidade de oferecer a essas pessoas o exercício do curso normal da vida religiosa e familiar, visto que o batizado dos filhos representava um momento de grande importância para aquelas pessoas.

Para além dos registros de conflitos, evasão, adoecimentos, mortes, trabalho e fome, os documentos também deixaram marcas do cotidiano dos Núcleos Coloniais no Piauí. Descritos sob o olhar de observadores externos a eles, por meio desses escritos pude perceber a existência de momentos de sociabilidades, construção de laços, oportunidades de aprendizado e ações que denotaram a esperança de permanência e desenvolvimento desses espaços, ou pelo menos do estabelecimento de uma vida normal em meio à quadra que atravessavam e às condições que estavam submetidos. A descrição do núcleo Gandú feita por um viajante que nele esteve no primeiro semestre de 1878 demonstra uma dimensão do espaço, do lugar, dos modos de vida e do dia-a-dia da população que vivia no lugar naquele período.

De viagem da vila de Campo Maior, para esta capital, tive de pernoitar no sítio – Gandu – de propriedade do Sr. capitão Miguel Borges, onde se acham atualmente aldeados cerca de 400 a 500 emigrantes pouco mais ou menos. No dia seguinte (...) logo pelas 7 horas da manhã, ou pouco antes assisti fazer-se a distribuição da comedoria aos mesmos emigrantes, e verifiquei que para esse fim, ali se matam diariamente dois bois, e que além do suprimento da carne, fornece-se aos emigrantes, com possível regularidade, cereais, sal, medicamentos. Concluído o serviço da distribuição do suprimento de que falo, que foi executado com a melhor ordem, dirigi-me ao curral da fazenda, e vi que com efeito existia ali avultado número de rezes de boa qualidade que são convenientemente pastoradas para alimentação dos emigrantes. Em seguida, fiz um passeio na aldeia, e fiquei satisfeito de ver o sistema que adotou o proprietário do estabelecimento com relação a rancharia dos emigrantes. Cada família possui a sua choupana, e estas formam extensas ruas, quadrejando um imenso pátio perfeitamente limpo, no centro do qual se achava a casa de vivenda do Gandú. É um belo panorama às vistas do viajante. (...) Terminado o giro ou passeio que fiz pelas ruas da aldeia, preparava-me para seguir a minha viagem, quando chega o Exmo. Sr. chefe de polícia Dr. Antonio de Oliveira Cardoso Guimarães, presidente da comissão de socorros desta capital, que, em vista nos diversos núcleos de emigrantes, ia inspecionar o Gandú. Pediu-me então a curiosidade que eu ali demorasse por mais algumas horas para observar esse serviço. O Sr. Dr. Guimarães, depois de ter descansado um pouco das fadigas da viagem (...), procedeu com efeito a inspeção do núcleo (...) tratando os emigrantes com muita afabilidade e louvável delicadeza. Foram minuciosamente

¹⁵⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Contrata que fez a comissão de Socorros de Teresina com o Barão de Campo Maior para o estabelecimento de um núcleo de emigrantes no sítio Alagoa da Mata, em 27 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

interrogados (...) todos os emigrantes, e não só pelas respostas que por eles lhe foram dadas como pelos demais exames que procedeu, pareceu que o Sr. Dr. Guimarães ficou satisfeito com o resultado da inspeção. Outro fator que testemunhei ainda, de que não posso deixar de fazer especial menção: findos os trabalhos da inspeção, os emigrantes manifestaram ao Sr. Dr. chefe de polícia, o desejo que tinham de edificar no sítio Gandu, uma pequena capela ou casa de orações, e um cemitério, para cujo serviço já tinham obtido o consentimento do Sr. M. Borges, que também prometeu coadjuvar na execução dessa obra; e tendo o mesmo Exmo. Sr. Dr. chefe de polícia aprovado e louvado tão útil proveitosa ideia, os emigrantes lhe pedirão o favor de ir escolher o lugar mais apropriado para o assento da capela, (...) ao que prestou com suma bondade, e com as suas próprias mãos marcou o lugar e dimensões da capela (...).¹⁵⁶

Tenha intencionalmente ou não omitido a sua autoria, o registro publicado no mês seguinte à visita do viajante ao núcleo, deixa algumas características do funcionamento daquele lugar, da movimentação diária, da ação do Estado e dos anseios dos migrantes. Embora o documento seja em grande parte o despejo de elogios ao contratante e presidente da Comissão de Socorros (que em parte suprimi), por ele visualiza-se a organização do lugar, a disposição das moradias, a alimentação recebida e a ação dos sujeitos no espaço. Quando descreveu um passeio que fez ao núcleo Felicidade, Jacob de Almendra também teceu muitos elogios ao lugar. Dizendo ele, diferentemente da maneira que chegavam, famintos, esfarrapados e com aparência sofrida, após meses vivendo no núcleo, os semblantes eram de contentamento e expansividade causados pelo bem-estar.¹⁵⁷ Os relatos elogiosos desses observadores surgem como uma tentativa de convencer o leitor da época que a vida dos migrantes nos núcleos beirava o maravilhoso. Publicados no jornal que representava os interesses do Partido Liberal, além de elogiar os contratantes, os relatos podem ser vistos em sua intenção política de atestar o resultado das medidas do governo na acomodação da população emigrada.

Demonstrando encantamento com o que viu, o viajante esteve no Gandu quando ele ainda abrigava próximo de um terço da quantidade de pessoas que passou a comportar nos meses seguintes, tratou ele de deixar claro ter encontrado nesse lugar um clima de organização e cumprimento do contrato por parte do contratante Miguel Borges. A construção da capela é um indicativo do anseio daqueles ali residentes de praticarem a sua religião, possibilitando que naquele espaço fossem concretizadas experiências de momentos importantes das suas vidas, como os batizados e casamentos.

¹⁵⁶ NÚCLEO DE EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 543, p. 03, ano XIII, 13 mai. 1878.

¹⁵⁷ NÚCLEOS. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879.

Havia de fato um entusiasmo nas publicações a respeito do Gandú, considerando como um dos locais onde o projeto dos núcleos apresentava progresso, acreditando-se que naquele “pitoresco lugar” poderia no futuro existir “uma grande e agradável povoação”.¹⁵⁸ Na imprensa, o capitão Miguel Borges Leal Castelo Branco era constantemente elogiado pelos seus “atos meritórios” ou feitos notáveis em relação à vida dos migrantes. Por iniciativa própria, ele instalou uma “aula de primeiras letras, para o ensino de crianças de ambos os sexos, pertencentes às famílias de emigrantes” que lá residiam,¹⁵⁹ começando a funcionar em julho de 1878.¹⁶⁰ Embora não tenha sido algo restrito a esse núcleo, o apoio a essa proposta já havia sido colocada em discussão nos debates da Assembleia Legislativa em junho do mesmo ano, quando se propôs que o presidente da província mandasse pagar os professores oriundos dos municípios de Príncipe Imperial, Independência, Picos e Jaicós, que emigrassem por causa da seca, encaminhando-os para lecionar nos núcleos de migrantes; posta em votação e não havendo número suficiente para colocar a proposta adiante, ela foi encerrada.¹⁶¹

As iniciativas que buscavam “suavizar (...) os agravos” dos emigrantes que sofriam com a seca, partiram principalmente dos membros da família Castelo Branco, que estavam a cargo dos Núcleos Coloniais. Além de Miguel Borges, do Gandu, Mariano Gil Castelo Branco, contratante do núcleo Felicidade, também tomou iniciativas parecidas, a ponto do primeiro reivindicar na imprensa o pioneirismo das suas ações, afirmando que “a colônia do Gandu, foi a primeira que teve a lembrança de chamar um sacerdote para celebrar missas e batizar os filhos dos emigrantes”,¹⁶² em junho de 1878, sendo batizadas nessa ocasião 15 crianças, e na segunda missa, no primeiro dia de 1879, mais 19 filhos de migrantes receberam a água batismal, ritual que à mesma época também foi realizado no Alagoa da Mata.¹⁶³

¹⁵⁸ EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 546, p. 04, ano XIII, 08 jun. 1878.

¹⁵⁹ EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 546, p. 04, ano XIII, 08 jun. 1878.

¹⁶⁰ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 893, de 10 de dezembro de 1878. *A Imprensa*, nº 572, p. 01, ano XIV, 19 dez. 1878.

¹⁶¹ ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, em 25 de junho de 1878. *A Época*, nº 24, p. 02, ano I, 14 set. 1878.

¹⁶² NÚCLEO FELICIDADE. *A Imprensa*, nº 581, p. 04, ano XIV, 22 fev. 1879. Com denominação oficial de Núcleos Coloniais, em poucas situações encontrei sendo atribuída a denominação “colônia” aos referidos estabelecimentos, e em um único caso, a palavra “abarracamento”, citada Jacob de Almendra na descrição do passeio que fez ao núcleo Felicidade, em fevereiro de 1879. Abarracamento foi o nome dado aos locais para onde foram alojados os migrantes em Fortaleza e em algumas regiões do Ceará, no mesmo período da seca que foram instalados os Núcleos Coloniais no Piauí. É possível que ele tenha utilizado esse termo por já ter conhecimento da existência dos abarracamentos no Ceará.

¹⁶³ NÚCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879. NÚCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879. Segundo Francisco José Pinheiro (1889-1990), umas das formas de submeter a população às ordens dos grupos dominantes, foi através da religião, que atuou como mediadora a convencer a população livre e pobre a submeter-se a uma relação de trabalho regular e disciplinado.

Em observação às celebrações realizadas nos núcleos, concluiu Jacob de Almendra que, atendendo o governo às necessidades do corpo, “deixou no olvido as da alma, *esquecendo-se* de que a esse imenso rebanho expatriado, desgarrado dos seus pastores, faltava o pão espiritual, que era considerado, principalmente para a condição a que muitos se encontravam o “alimento da alma cristã (...), pois os sacramentos são as medicinas do espírito que saram a alma e lhes dão graça”, lacuna que foi sanada com a iniciativa particular.¹⁶⁴ Em concretização a isso, além do Gandu, as missas, os batizados e os casamentos foram promovidos em outros núcleos, como Santo Antonio, Sítio e Felicidade.

No Felicidade, uma das grandes celebrações descritas foi a realizada no dia 06 de fevereiro de 1879. Com início às dez horas da manhã, a missa foi seguida por casamentos e batizados que se estenderam até o dia seguinte. As impressões desses acontecimentos foram narradas por Jacob de Almendra.

(...) O vasto salão em que se achava erguido simples, porém decente altar regurgitava de povo; mais de mil pessoas de ambos os sexos e idades se comprimiam nessa vasta quadra e se derramavam pelas circunvizinhanças a ouvir a voz do ministro de Deus; chegou enfim a hora da missa, tão desejada, e o culto imponente do Rev.mo Pe. João M. de Almendra sobre os degraus do altar revestido dos paramentos sagrados, e começa no meio do maior silêncio, o incruente sacrifício, sua voz vibrante e potente, paira cheia e sonora sobre as frentes curvas dos fiéis prosternados ante a majestade de Deus e vai se perder ao longe nas últimas fileiras dos assistentes. Era um espetáculo majestoso o ver-se aquela multidão que ainda há pouco se arrastava faminta pelas cálidas areias dos sertões da pátria, e que as mil tribulações de sua longa peregrinação não esqueceu um só momento o Deus de seus pais, prostrada agora ante esse mesmo Deus como náfragos levados por milagre ao porto do salvamento, rendendo-lhe eternas graças.¹⁶⁵

Uma multidão de pessoas assiste a um ritual no início de 1879. Um padre, um altar, e uma mensagem. A missa, que provavelmente muitos não tiveram a oportunidade de escutar, mesmo que dificilmente tenha havido o silêncio descrito pelo narrador em função da quantidade de pessoas que ali estavam, é provável que somente os mais próximos tenham ouvido a palavra do religioso. Mas naquele dia, talvez o mais importante nem fosse ouvir. Participar daquele momento e vivenciar uma celebração, diante de tudo que tinham passado, já era um grande momento. Para os crentes, sinal de Deus. Para o narrador “um espetáculo majestoso” que refletia o contraste do antes e do depois. Os que ali estavam eram sobreviventes. Depois da decisão de partir, da longa caminhada e de todos os obstáculos superados, vivenciar aquela missa para os migrantes era ter sobrevivido, resistido às

¹⁶⁴ FREITAS, Jacob de Almendra F. da. NÚCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879.

¹⁶⁵ NÚCLEOS. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879.

provações impostas. Em sua teia elogiosa, indiretamente Jacob Almendra visualiza aquele povo como andantes condenados à morte, que encontraram a “terra da promessa”, por isso, ali agradeciam.

Após a missa, o padre realizou o casamento de dois jovens residentes no núcleo, e a partir das 4 da tarde, o batizado de 19 crianças, em um vespertino chuvoso.

(...) a essa hora o sol achava-se completamente obumbrado por pesadas nuvens que se estendiam por todo o firmamento, tornando a tarde em verdadeiro crepúsculo, e quando principiou a cerimônia religiosa, a chuva como se esperasse um sinal, caiu copiosa e forte e durou até muito depois de terminado o ato; na frente ao altar, formadas em semicírculo, as mães apertavam em seus braços os queridos frutos de suas entranhas; ao choro de crianças, ao rugir do vento, ao ruído da chuva que caía com fracasso, misturava-se a voz retumbante do trovão que bramava no espaço; as faíscas elétricas sucediam-se com pequenas intermitências refletindo seus enxoufrados clarões nas frentes dos assistentes! Por entre o ruído confuso dos diversos sons a voz clara e argentina do sacerdote se fazia ouvir distante dominando a voz da tormenta (...).¹⁶⁶

A chuva aparece na descrição do autor como um complemento do oposto do antes/depois. Complementa o cenário de beleza e prosperidade que Jacob de Almendra queria mostrar aos leitores do *A Imprensa*, mesmo que para isso tenha sido necessário romantizar aqueles momentos em sua escrita. Batizar os filhos naquele lugar significava a experiência da continuidade, a sobrevivência e a vivência religiosa dos migrantes. Além dessa tarde, na manhã do dia seguinte foram realizados mais 14 batizados, completando o ciclo de rituais realizados pelo padre naquele núcleo.

Sobre esses acontecimentos, descreveu *A Imprensa*: “Foram dois dias de festa para esses infelizes, que longe dos seus queridos lares tiveram a fortuna de encontrar um bom diretor que procura adoçar-lhes os agravos de uma prolongada expatriação pelo bom tratamento que lhes proporciona”.¹⁶⁷ As celebrações são colocadas como bondades dos contratantes, que apiedados pela condição que passavam os migrantes resolviam proporcionar aqueles momentos. Para o jornal, eram sortudos, pois nem todos os contratantes tinham essa iniciativa. Rogava para que todos os outros diretores de núcleos imitassem tão nobre exemplo.

As missas, os casamentos e os batizados eram momentos de sociabilidades que se reverberavam em festas para aquela população, e participavam delas não só os habitantes do lugar. Para o núcleo Felicidade, foram “muitas pessoas gradadas da vila do Livramento”

¹⁶⁶ NÚCLEOS. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879.

¹⁶⁷ NÚCLEO FELICIDADE. *A Imprensa*, nº 580, p. 04, ano XIV, 15 fev. 1879.

presenciar a festa. O próprio fazendeiro Jacob de Almendra era um dos espectadores externos que viveram junto dos migrantes aquelas experiências.¹⁶⁸

Mesmo que muito elogiadas, as celebrações religiosas possivelmente não foram algo comum a todos os núcleos, e nem mesmo frequentes. Ainda que estabelecidos por contrato, os batizados de filhos de migrantes, se promovidos pelos contratantes, não expressaram toda a pompa descrita nos núcleos Gandu e Felicidade.

A promoção dessas celebrações, de certa maneira, dava aos núcleos uma nova face. Não só lugar pra morar e trabalhar, mas também onde poderiam expressar a fé e festejar o casamento e a vida. Contrapunha-se à visão de sofrimento, de fome e de nudez. A esse respeito, disse o jornal sobre os habitantes do núcleo Felicidade: “os emigrantes se apresentavam decentemente vestidos e em suas fisionomias, divisava-se sinais de íntima satisfação”.¹⁶⁹

Esses poucos registros acerca das celebrações permitem identificar que nos núcleos foi possível criarem-se vínculos afetivos entre os que ali viviam, e certamente vingaram alguns sentimentos de comunidade. Como destacou Jacob de Almendra, a fome não era só de comida, precisava esse povo tão sofrido ser suprido do alimento espiritual. As missas, e com elas os rituais de casamento e batismo, proporcionaram no seu âmago o sentimento de pertencimento, não só de ser migrante, mas de viver em comunidade, afastando daquelas pessoas a imagem de nudez e fome que quase sempre apresentavam quando chegavam aos Núcleos Coloniais.

03 Seguir viagem, retornar, ficar: caminhos e paradas dos emigrantes cearenses no Piauí

Desde o início a migração de cearenses para o Piauí em 1877 seguiu diferentes fluxos. Estacionar em alguma localidade em que chegava ao Piauí, ir adiante até alguma vila ou cidade, ou seguir para Teresina foram alguns dos movimentos. Outros, retornaram ao Ceará ainda no decorrer do primeiro ano da seca. Em setembro daquele ano, o *Cearense* noticiou o retorno de algumas pessoas seguindo a mesma rota de partida: “do Piauí, para onde tem ido milhares de emigrantes, já começou a regressar aos 40 e 50, ficando muitos deles insepultos

¹⁶⁸ NÚCLEO FELICIDADE. *A Imprensa*, nº 580, p. 04, ano XIV, 15 fev. 1879.

¹⁶⁹ NÚCLEO FELICIDADE. *A Imprensa*, nº 580, p. 04, ano XIV, 15 fev. 1879.

pelos caminhos”.¹⁷⁰ Ao longo dos dois anos seguintes, a dinâmica migratória continuou intensa. Enquanto estes prefeririam voltar à sua terra natal a pé, da mesma forma que foram, enquanto ainda durava a seca, outros só empreenderam o retorno após as chuvas de 1879. Em junho, retornaram ao Ceará, no vapor Gurupy, 155 pessoas que haviam emigrado no ano anterior.¹⁷¹

A saída dos migrantes do território piauiense ao longo da seca obedeceu aos interesses deles próprios e também à ação do governo da província. Se no Ceará, em determinados momentos, o governo provincial facilitou a emigração da sua população, no Piauí, ações nesse sentido também foram tomadas. Quase sempre os pedidos para seguir viagem chegavam até as comissões de socorros, que, usando os recursos que possuíam, financiavam a passagem de pessoas individualmente e também famílias inteiras que desejavam seguir para diferentes destinos, como Maranhão, Pará e Rio de Janeiro. Geralmente seguiam nos vapores, obedecendo a rota Teresina a Parnaíba ou Amarração, e de lá eram encaminhados aos destinos citados ou para o próprio Ceará; alguns outros para Pernambuco.

Ainda que tenha agido no sentido de minorar as dificuldades que passavam os migrantes, possibilitando que eles sobrevivessem dentro do Piauí, o governo provincial não deixou de promover a emigração dessa população para fora da província, defendendo-a como uma das maneiras de atenuar a crise que afetava o Piauí, e também tentando poupar a vida dos próprios migrantes, pois o governo já havia sido alertado que mantê-los em determinadas localidades do Piauí era permitir que esperassem a morte.¹⁷² Parte deles ia para Parnaíba e lá ficava à espera dos vapores. Nos primeiros meses de 1878, o presidente Araújo Costa autorizou que a verba dos socorros públicos fosse usada para custear o transporte dos “emigrantes que espontaneamente *quisessem*” nos barcos da companhia fluvial piauiense, ir para São Luís, e de lá com destino à comarca de Grajaú, na Província do Maranhão.¹⁷³ Existia no governo um claro empenho de encaminhar esse excedente populacional principalmente para o Maranhão, por considerar ser a “mais apta a receber os emigrantes”, tanto pela sua natureza e oportunidade que ali poderiam ter os migrantes, como pela facilidade de transporte que existia de Teresina para alguns pontos daquela província.¹⁷⁴

¹⁷⁰ EFEITOS DA SECCA. *Cearense*, nº 83, p. 03, ano XXXI, 30 set. 1877.

¹⁷¹ REEMIGRANTES. *Cearense*, nº 33, p. 03, ano XXXI, 11 jun. 1879.

¹⁷² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878.

¹⁷³ Relatório do vice-presidente Araújo Costa passou a administração da província ao presidente Sancho de Barros Pimentel, em 15 de abril de 1878. Teresina, Sem identificação de tipografia, 1878, p. 06, *grifo meu*.

¹⁷⁴ DESPACHOS de 28 de fevereiro de 1878. *A Imprensa*, nº 534, p. 02, ano XIII, 14 mar. 1878.

Embora a continuidade da migração fosse facilitada pelo governo, ela era voluntária e muitos deles desejavam continuar no Piauí, e “em geral, (...) *ofereciam* grande resistência a sair da província”,¹⁷⁵ recusando-se a embarcar e seguir para o Sul.¹⁷⁶ O desejo de ficar pode ser advindo de maior facilidade que era voltar ao Ceará após o fim da seca, visto a proximidade, ou do desejo de fixar moradia no Piauí. Em 1879, o incentivo à saída da província foi intensificado, principalmente àqueles que não quiseram dedicar-se ao trabalho, como nos Núcleos Coloniais. Neste intento, observa-se um alinhamento no discurso, tanto do governo quanto da oposição conservadora. O jornal *A Época*, em um de seus artigos em que criticava as medidas do governo, admitiu que a melhor maneira a ser tomada, com vistas a evitar uma crise maior, seria “encaminhar a emigração para outras províncias em condições de recebê-la com vantagem”.¹⁷⁷

Além da Comissão de Socorros de Teresina, outras situadas em diferentes localidades possibilitaram a emigração dos migrantes. Havia uma recomendação expressa pelo governo que elas fizessem seguir as pessoas estacionadas em diferentes pontos para fora da província. Em maio de 1878, as Comissões de Socorros de Batalha e de Humildes receberam autorização para gastar a quantia de 200\$000 com essa finalidade.¹⁷⁸ Da vila de União saíram migrantes para as cidades de Caxias, Brejo e Parnaíba, aproveitando “as melhores vantagens” oferecidas pela comissão daquela localidade. Para os que pretendiam seguir para o Maranhão com destino à cidade de Caxias, ou outros pontos que fosse possível ir por terra, “pagava a passagem para atravessar o rio Parnaíba, e se lhes dava esmola mais avultada para se poderem transportar”. Aqueles que pretendiam retirar-se para as cidades de Brejo, no Maranhão, e à piauiense Parnaíba, recebiam passagens para seguirem nos vapores da companhia fluvial por conta do governo.¹⁷⁹

Parnaíba funcionou como um ponto de partida do Piauí em direção às outras províncias. Pegando as embarcações em Teresina ou em outros pontos do rio Parnaíba, eram levados até aquela cidade, e lá quase sempre ficavam esperando outro vapor para seguir a viagem. Assim aconteceu com o migrante Antonio Custodio Borges de Araújo, que recebeu

¹⁷⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878, p. 12, *grifo meu*.

¹⁷⁶ OS EMIGRANTES. *A Época*, nº 08, p. 04, ano I, 25 mai. 1878.

¹⁷⁷ A SÊCCA, OS EMIGRANTES E A IMPRENSA. *A Época*, nº 05, p. 01, ano I, 04 mai. 1878.

¹⁷⁸ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 173 e 174, de 27 de maio de 1878. *A Imprensa*, nº 546, p. 01, ano XIII, 08 jun. 1878.

¹⁷⁹ COMISSÃO DE SOCORROS DA UNIÃO. *A Época*, nº 62, p. 03, ano II, 08 jun. 1879.

passagens por conta do Ministério do Império para junto com a sua família, composta da esposa e mais quatro filhos, irem de Teresina a Parnaíba, e de lá para o porto de Recife.¹⁸⁰

O envio de migrantes para Parnaíba, a fim que de lá fossem expelidos para outras províncias, podia não ser realizado de forma como talvez desejassem. Da chegada em Parnaíba até o embarque em outro vapor poderia levar um bom tempo, enquanto isso, o governo deveria continuar oferecendo os socorros a essa população, algo que, segundo *A Época*, nem sempre ocorria. Realizado o projeto de tirar os migrantes da zona urbana da capital, ficavam em Parnaíba ou no porto de Amarração à espera de providências. Dizia o jornal conservador que nesses locais estava pior que Teresina, sendo “fatal sorte que espera essa pobre gente, que se trata de tirar dessa capital para ir morrer mais longe, fora das vistas do governo”, questionava, pois, *A Época*, quais eram os viveres que o governo possuía naquelas localidades para servir os migrantes e em que local seriam acomodados. Em tom irônico dizia: “boa providência”, uma providência “que nada providencia”.¹⁸¹ Mesmo que o jornal tenha feito essas denúncias, era no porto de Parnaíba que chegava ao Piauí boa parte dos gêneros que vinham de outras regiões do Império e eram distribuídos em Teresina e em várias partes da província. Foi possível identificar que em Parnaíba existia pelo menos uma casa para abrigo dos migrantes, que fora cedida pelos negociantes Singlehurst & Nephew, além disso, a Comissão de Socorros recebia, em janeiro de 1879, cerca de cem sacos de cereais da alfândega para suprimento dessas pessoas.¹⁸² Por meio de ofício de abril de 1878, a Comissão de Socorros foi autorizada a sustentar com alimentos durante os dias que ali demorassem.¹⁸³ O que poderia agravar a situação era a grande concentração de pessoas naquele município, somada com a população local e mais aqueles que para lá emigravam por iniciativa própria. Em janeiro de 1878, a Comissão de Socorros já havia pedido ao presidente da província que autorizasse a Companhia de Navegação a vapor do rio Parnaíba que desse passagens àqueles que se encontravam naquele município e quisessem seguir viagem, visando evitar a aglomeração, prejudicial à salubridade pública.¹⁸⁴

Após chegarem a Parnaíba, mesmo que existisse a autorização do governo para a concessão de passagens, o embarque poderia ser adiado por diversos imprevistos. Um deles estava na negativa das companhias de navegação de transportar os migrantes. No começo de

¹⁸⁰ OFFÍCIOS, 2ª sessão, nº 326, de 15 de março de 1879. *A Imprensa*, nº 591, p. 02, ano XIV, 23 abr. 1878.

¹⁸¹ O GOVERNO E OS EMIGRANTES. *A Época*, nº 02, p. 04, ano I, 13 abr. 1878.

¹⁸² OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 124, de 14 de janeiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, p. 01-02, ano XIV, 26 fev. 1879.

¹⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Parnaíba, de 12 de junho de 1878. Localização: Cod. 1053, Est. 09, Prat 03.

¹⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 22 de 22 de abril de 1878, Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

1879, os comerciantes das companhias maranhense e pernambucana recusavam-se a receber a bordo dos vapores os emigrantes que se achavam em Parnaíba com destino ao Ceará, ao Maranhão e a Pernambuco, necessitando a intervenção do governo para solucionar o imbróglio.¹⁸⁵ Se para esses destinos houve recusa das companhias, poucos meses antes a comissão havia conseguido embarcar pelo vapor inglês 320 emigrantes com destino ao Pará.¹⁸⁶

Não ficou claro qual era o motivo da negativa dos agentes em receber os emigrantes a bordo, pois as passagens eram pagas pelo governo e não haveria de ser pela recusa do desembarque nas províncias de destino, visto que alguns eram cearenses indo para o Ceará. Não é possível identificar também se esse total enviado fazia parte dos aproximadamente 400 emigrantes que ali já existiam desde agosto à espera do vapor que os levariam ao Pará. Desde aquele mês a Comissão de Socorros de Parnaíba já havia informado a conveniência de fazer encaminhar àquele município o número de emigrantes que fosse possível para embarque, visto que o vapor esperado para aquela condução tinha capacidade para até mil pessoas.¹⁸⁷

Com essa ação, observa-se que a saída de emigrantes do Piauí era um esforço do governo provincial como política de combate aos efeitos da seca. Além das obras públicas, da distribuição dos socorros diretos e da manutenção dos Núcleos Coloniais, a Província do Piauí fez o quanto pode para expelir o excedente populacional para outras províncias consideradas mais aptas a receber aquelas pessoas. Para isso, concedia passagens à custa do Ministério do Império em ação combinada com a Comissão de Socorros de Parnaíba, que recebia os emigrantes enviados de algumas regiões do Piauí e providenciava o embarque dessas pessoas.

Em relação à resistência à presença de emigrantes a bordo, em uma situação específica identifiquei que a existência de migrantes nos vapores causava desconforto a alguns passageiros. Uma viagem com destino a Amarante, pelo rio Parnaíba, acabou resultando em uma cena “inadmissível” àqueles que se sentiram ofendidos com a violação “das boas regras de bordo”. O acontecimento foi parar nas páginas do jornal *A Época*, que reproduziu o fato da seguinte forma:

¹⁸⁵ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 124, de 14 de janeiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, p. 01-02, ano XIV, 26 fev. 1879.

¹⁸⁶ OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 791, de 05 de novembro de 1878. *A Imprensa*, nº 567, p. 01, ano XIV, 15 nov. 1878.

¹⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 13 de agosto de 1878. Comissão de Socorros de Parnaíba. Localização: Cod. 1053, Est. 09, Prat 03.

Figura 14: Reclamação de emigrantes a bordo da embarcação (Teresina- Amarante, 1879)

Companhia de vapores.

Pedimos a attenção do Sr. gerente para o seguinte facto de que estamos certos S. S. não tem conhecimento pois do contrario elle não se daria.

Na ultima viagem á cidade do Amarante os passageiros de ré erão somente seis, pois tantos pagarão as competentes passagens.

Em caminho, porem, esse numero elevou-se a 21, pois 15 passageiros de outra classe confundião-se com aquelles e gosavão alguns ou quasi todos das mesmas regalias, com offensa das boas regras de bordo.

O facto explica-se por uma inadmissivel condescendencia, em aceitarem-se a ré passageiros que transitão como emigrantes por conta do ministerio do imperio, ou como *pobres*, por conta das passagens de que a presidencia dispõe.

Não precisa demonstrar o inconveniente de semelhante abuso, prejudicial a companhia, incommodo aos passageiros de ré e aproveitavel unicamente aos que *gosão* de taes favores, prestados com manifesto escandalo.

Alguns passageiros.

Fonte: COMPANHIA DE VAPORES. *A Época*, nº 66, p. 04, ano II, 05 jul. 1879.

A notícia, que também era uma denúncia que demonstrava rejeição da presença dos emigrantes a bordo, da forma como foi dada, colocava em evidência a continuidade da movimentação dos emigrantes via fluvial ao longo do ano de 1879. Neste fato, de acordo com os assinantes do documento, os imigrantes deveriam ser colocados nos locais correspondentes à sua classe, alertando-os que ocorrências desse tipo comprometiam a imagem da empresa de transportes. Certamente, para alguns mais abastados que faziam esse percurso, a presença de emigrantes e pobres incomodava por terem que ocupar o mesmo espaço, além de não aceitarem que estes usufruíssem das “mesmas regalias” que os mais ricos. A imagem do emigrante e do pobre contrastava com o *status* daqueles que preferiam se manter no mesmo espaço que aqueles da sua classe.

Além de ser um exemplo do preconceito contra os migrantes, esse documento também atesta outro aspecto das migrações de cearenses no Piauí: ao contrário de muitos que se deslocavam em direção do norte do Piauí, e de lá tomavam os vapores para outras províncias, esses seguiam sentido contrário: seguiam mais para o sul do Piauí. Isso reforça que, entre os migrantes existentes na província, alguns mudaram de município, mas permaneceram vivendo

em solo piauiense. Em maio de 1879 foi autorizado ao gerente da companhia de vapores do rio Parnaíba, que, “na forma do contrato”, desse passagem ao porto de Amarante aos emigrantes Vicente Ferreira Primo, José Ferreira Primo, Leonílio Ferreira Primo, José Ferreira Primo, Petronília Gomes das Neves, Maria Gomes das Neves e Josephina Gomes das Neves, ao que se identifica, pertencente a grupos familiares. Além desses, também receberam passagens para Amarante e para a colônia São Pedro de Alcântara,¹⁸⁸ Quirino José dos Santos, Tiburcio Raimundo Gomes, Pedro Nunes Ribeiro e Maria Emparedada.¹⁸⁹ É provável que eles tenham optado por dirigir-se a essas localidades, presumindo que nelas houvesse mais oportunidades de conseguir trabalhar. Amarante era um dos municípios mais prósperos do Piauí, e São Pedro de Alcântara; tratava-se de uma colônia agrícola que também poderia oferecer oportunidade a esses migrantes.

Da forma como foi comum a migração de grupos familiares para o Piauí, natural também seria que muitos daqueles que partissem, assim também fizessem. Em junho de 1878, o cearense João Tavares do Espírito Santo, desejando seguir viagem de Teresina para Grajaú, no Maranhão, acompanhado de sua esposa e mais oito filhos, solicitou que a eles fossem dadas passagens, além das fazendas que necessitavam.¹⁹⁰ Outro migrante que procurou a Comissão de Socorros em pedido de ajuda foi Benedito Rodrigues de Lima. Com uma família de 13 pessoas, desejava rumar para Pastos Bons, no Maranhão, mas em razão do estado de doença em que se encontravam alguns dos seus familiares, não conseguiam seguir a pé. Estando todos provisoriamente em Amarante, foi ele até Teresina em pedido de ajuda ao governo da província, alegando que a comissão do município onde estavam estacionados não estava habilitada a fornecer os socorros que ele e sua família necessitavam.¹⁹¹

Entre as solicitações de embarque, grande parte dos destinos era para a cidade de São Luís e também para diferentes localidades do Maranhão. Alguns outros para o Ceará, como o emigrante Raimundo Gonçalves da Silva, que desejava voltar àquela província juntamente com sua esposa e um filho menor que possuíam.¹⁹² Tanto a ação do governo como os requerimentos de passagens para outras províncias foram promovidos principalmente a partir

¹⁸⁸ Para conhecer mais sobre a história da colônia São Pedro de Alcântara, ver: NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí, vol 4 Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007, pp. 280-286.

¹⁸⁹ OFFÍCIOS, 2ª sessão, nº 100 e 101, de 08 de maio de 1878. *A Imprensa*, nº 602, p. 01, ano XV, 19 jul. 1879.

¹⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 14 de junho de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

¹⁹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 302, de 12 de junho de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

¹⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 16 de dezembro de 1878. Caixa de Requerimentos, comissão de socorros públicos de Teresina.

de 1878, quando os liberais assumiram o governo do Piauí. Se de um lado o incentivo do governo à continuidade da emigração indicava o desinteresse de manter a população cearense no Piauí, evitando assim agravamento da crise que a província passava provocada pela seca, por outro, quando os migrantes pediam passagens para deslocar-se a outro ponto, dando continuidade à sua jornada migratória, revelava-se que não viam possibilidades de melhoria de vida se permanecessem no Piauí.

Considerando-se o fato de que muitos deles não tinham o Piauí como destino desde o início, intentando chegar ao Maranhão e ao Pará, é compreensível que esses pedidos fossem realizados para essas províncias, porém houve registros de pessoas seguindo do Piauí para o Rio de Janeiro, o que pode indicar que esses possivelmente não desejavam seguir para esse destino quando decidiram emigrar do Ceará. Um deles foi Francisco José de Oliveira, “emigrante pobre e sem recursos”, que requereu uma passagem para “corte do Império”, partindo de Teresina.¹⁹³ Em outro requerimento, fez o pedido o emigrante foi Agostinho José da Silva, que exponho baixo:

Figura 15: Requerimento feito por um migrante cearense no Piauí, em maio de 1878.

Agostinho José da Silva emigrante Cearense, tendo procurado nesta Capital para nella passar os rigores da seca, e sendo impossivel o supplicante continuar a morar nesta Província por ter ella sido tambem acometida do mesmo mal, e faltando-lhe os recursos p.^o seguir p.^o o Rio de Janeiro, onde pretende residir sem respectivamente pedir a V. Exc.^a que lhe mande dar por conta do governo uma passagem até aquella Cidade, e confiado em sentir^{se} e Cuida^{do} de V. Exc.^a

C. R. A.
Teresina 5 de Maio de 1878.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 05 de maio de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

¹⁹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 114, de 02 de maio de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

Como muitos outros cearenses, Agustinho, sentindo os impactos da seca no Ceará, optou em migrar para o Piauí na tentativa de fugir das consequências daquele fenômeno. Chegando até Teresina, continuou perseguido pelos impactos da seca que estava alastrada pelos caminhos que ele percorreu. Essa foi a realidade de milhares de cearenses, uns morreram, outros ficaram, e alguns como ele continuaram a empreitada migratória. Percebe-se claramente no requerimento que ele buscou o Piauí “para passar os rigores da seca”, mas não encontrando condições de permanecer, seguiu outro destino. A escolha do Rio de Janeiro, apesar de não ser rara, demonstra que esse emigrante, diferentemente de outros que seguiram para o Maranhão e o Pará, optou por uma outra via de rota, comumente já feita por cearenses que saíram do próprio Ceará. Ao que tudo indica, não tinha familiares em sua companhia, visto o seu pedido ser somente para ele. Preferiu não empreender uma migração de retorno, talvez por saber que as condições no Ceará ainda eram desfavoráveis. O fato de possivelmente estar sozinho lhe possibilitava ir para mais longe, embora não fosse impossível também migrar do Piauí para o Rio de Janeiro com a família. É bem provável que se tivesse encontrado condições permaneceria no Piauí, da forma como fizeram muitos outros cearenses, dedicando-se ao trabalho da lavoura.

Mesmo estando todos em realidade parecida, cada emigrante possuía um anseio diferenciado. A terra natal podia ainda ser uma opção depois que o inverno possibilitasse a colheita no Ceará, mesmo que existisse o receio de uma nova seca. O Maranhão, com terras férteis e vales úmidos, também atraiu aqueles que desejavam se fixar em uma região sem correr riscos acentuados de uma nova seca prolongada; já o Pará, era o destino de muitos cearenses que saíam diretamente daquela província em direção mais ao Norte do Império, e comumente era uma região que atraía muitos emigrantes. Nesse meio, os destinos de homens, mulheres, crianças e idosos cearenses se diferenciavam de acordo com a rota escolhida. Voltar, seguir viagem, permanecer. O que unia todos eles era a história de resistência contra as consequências da seca e da fome que se traduzia na migração. Caminhar, ir mais adiante em busca do melhor e até do desconhecido, era apenas uma tentativa a mais de sobreviver. Emigrar era, pois, então, protagonismo, luta, modo de resistência, assim como também voltar ao Ceará e reiniciar o plantio e a criação. Aos que ficaram no Piauí, isso não significou parar, mas sim fincar a sua força para um novo recomeço.

Os migrantes que permaneceram no Piauí estabeleceram-se em diferentes regiões da província. Em 1881, registrou o relatório do presidente Firmino de Souza Martins: “Depois da

seca, pela afluência de emigrantes, Humildes tornou-se um pequeno povoado”.¹⁹⁴ Muitos desses homens e mulheres cearenses foram se constituindo a partir dos laços de matrimônios contraídos com piauienses. Em Oeiras, o emigrante cearense Alexandre Mendes Feitosa, após casar-se com uma filha do liberal tenente Antonio Thomaz da Silva Menino, passou a situar-se naquela cidade, vivendo da atividade comercial, que exercia na Rua do Conselho.¹⁹⁵

A presença dos cearenses vivendo no Piauí nos anos seguintes à seca de 1877 pode ser identificada em documentos como livros de casamento. Embora seja possível encontrar esses registros em arquivos e nas paróquias e dioceses de vários municípios do Piauí, o acesso a esse tipo de fonte ainda é muito limitado. Parte dos livros de casamento, batismo e óbito do século XIX, existentes no Arquivo Público do Estado do Piauí, encontravam-se lacrados devido ao seu estado de fragilidade para manuseio e consulta. Nesse arquivo, tive acesso apenas a dois livros de casamento e três de óbito. Três deles com informações fora do recorte desta pesquisa. Recorri ao arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, em Teresina, onde tive acesso a uma quantidade significativa de livros de casamento e óbitos, porém, assim como os livros do Arquivo Público, quase todos eles também abrangem um período que está fora do recorte temporal delimitado neste trabalho. Entre os registros de casamento, o mais antigo tem marcação dos rituais de 1883, indo até 1888, e outro de 1888 a 1894. Os demais contemplam a década de 1890 em diante, já adentrando o século XX. Perante essa limitação, resolvi adotar para esta análise três livros de casamento, onde foi possível localizar informações mais relevantes a respeito da vida dos cearenses no Piauí. Os dois primeiros são os livros de casamento do arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Amparo (1883-1888 e 1888-1894), e o segundo, também de casamento, do 1º Cartório de Registro Civil de Teresina (1891-1894).

Segundo Levi (2019), o uso de registros paroquiais para análise migratória tem desvantagens e vantagens. Entre os limites está o fato de representar a migração de forma indireta e se relacionar ao fenômeno com elementos secundários que podem comprometer a análise. Um dos fatores que devem ser observados é que os matrimônios podem ocorrer em um período diferente do momento em que ocorreu a migração. Como vantagem, cita o autor: “admiten consideraciones sobre la endogamia, sobre el nacimiento en relación con la

¹⁹⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 07 de fevereiro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1881.

¹⁹⁵ JUSTUS. *A Imprensa*, nº 650, p. 04, ano XVI, 07 ago. 1880.

residencia actual, y se refieren en su mayoría a categorías de edad relativamente delimitadas y aptas para representar a los individuos que se encuentran en edad laboral”.¹⁹⁶

Analisei os dados encontrados nos livros de casamento religioso e o civil de forma separada, visto que neles são encontradas informações que são próprias de cada um, e por isso não se complementam totalmente. Nesse caso, alerta para alguns aspectos: é possível que existam outros livros com registros de casamentos na cidade de Teresina dentro desse recorte ao qual não tive acesso. Esta pesquisa enfoca unicamente os registros de casamento em Teresina usando dois livros de registro eclesiástico e um civil, portanto, os resultados ficaram limitados, de certa maneira, a um número mais reduzido de casos, diante da possibilidade do que pode existir.

Antes da exposição dos dados, é relevante deixar evidentes algumas características do livro de registro de casamento religioso. Os dois livros de casamento da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, abarcando o período de onze anos, são individualizados, mas complementares entre si, visto que o segundo dá continuidade numericamente aos casamentos registrados no primeiro. O conteúdo dos registros variou ao longo do tempo. De modo geral, possuem as informações contidas na transição do registro abaixo:

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil oitocentos e oitenta e oito, na matriz de Nossa Senhora do Amparo, de Teresina, em minha presença e das testemunhas João Pedro de Sousa e Luís José de Sousa, feitas as denúncias canônicas, receberam-se em matrimônio na forma do sagrado concílio Tridentino, Nicolau Manoel da Costa e Francisca Perpétua Sant'Iago, ele filho natural Joana Maria da Conceição e ela, filha natural de Maria Pereira Lima, naturais, ele desta província, e ela da do Ceará e ambos paroquianos desta freguesia, os quais estavam competentemente habilitados e confessados, não havendo entre eles impedimento algum, que afirmo in verbo sacerdotis. E para constar, mandei fazer o termo que assino. Cônego Honório José Saraiva.¹⁹⁷

Na ordem em que aparecem, data, testemunhas, noivos, filiação e naturalidade são elementos principais encontrados nesses registros. Por tratar-se de um documento religioso, são identificados elementos institucionais da igreja católica, pois se tratava do processo de luta “dessa instituição pela manutenção da sua hegemonia frente à secularização do Estado,

¹⁹⁶ LEVI, Giovanni. Movilidad de la población e inmigración en Turín em la primera mitad del siglo xviii. In: LEVI, Giovanni. *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019, p. 03.

¹⁹⁷ ARQUIVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, Teresina-PI. Livro de registro de casamento dos anos de 1888 a 1894, registro nº 806, de 25 de setembro de 1888.

por parte dos setores liberais”.¹⁹⁸ Em relação à filiação, além de identificar o nome de pais e mães de ambos os nubentes, indicava-se a situação familiar em que se deu a sua concepção, podendo serem filhos naturais, como no registro acima, em que tanto o noivo como a noiva possuíam apenas o registro da mãe, filho legítimo, quando o noivo ou noiva, possuíam pais e mães casados segundo as normas da igreja católica, filho ilegítimo ou viúvo.

Nos registros que identifiquei, os filhos legítimos sobrepuseram-se em número à quantidade de filhos naturais. Do total de 88 nubentes,¹⁹⁹ incluindo cearenses, piauienses e também pessoas de outras províncias que se casaram com cearenses e viviam no Piauí, 68 deles eram filhos legítimos, 13 filhos naturais, 06 viúvos e 01 ilegítimo. Em relação aos filhos naturais, quase sempre aparece apenas o nome da mãe, seja do noivo ou da noiva. Apenas em um assentamento havia o nome do pai e da mãe, o que indica que, mesmo que os dois tivessem união estável, a igreja não reconhecia aquele casal como legítimo do ponto de vista moral e religioso. Resultado parecido também encontrou Cancela (2010), ao analisar os registros de matrimônios das paróquias da Sé e Nazaré, em Belém, o que indica que entre os cearenses e aqueles que contraíram matrimônios com eles no Piauí, a maioria era oriunda de famílias legítimas, ou seja, que possuíam pais também casados segundo os ritos da igreja católica. Entre os filhos naturais, dentre os cearenses, sete eram do sexo masculino e duas do feminino; entre piauienses, dos 13, quatro eram do sexo feminino e nenhum do masculino; já aqueles que contraíram segundas núpcias, dos seis, somente duas mulheres eram do Piauí; e os demais, dois homens e duas mulheres, eram cearenses.

Quanto ao município de origem, a maneira de identificação é variada, podendo aparecer “desta província”, “desta freguesia”, “da paróquia de...” indicando o município do Piauí, que um dos noivos era oriundo, “naturais do Ceará e residentes nessa freguesia”, ou de alguma outra província como o Maranhão. Em poucas ocasiões, o município de origem do cearense foi revelado, nas vezes que ocorreu identificou-se Sobral, Saboeiro e Boa Viagem. Por se tratar de um livro da matriz de Nossa Senhora do Amparo, quase todos os noivos eram “paroquianos desta freguesia”, mas também identifiquei alguns que pertenciam à freguesia de Nossa Senhora das Dores, também de Teresina, além de casamentos que foram realizados na igreja de São Benedito e em localidades rurais, quando concretizados em momentos de desobrigas. Em mais de uma centena, principalmente nos primeiros registros do livro de 1883

¹⁹⁸ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: Belém (1870-1920)*. Belém: Editora Açai, 2011, p. 150.

¹⁹⁹ ARQUIVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, Teresina-PI. Livros de registro de casamento dos anos de 1883 a 1888 e de 1888 a 1894. No segundo livro, (188-1894), a análise encerrou no registro 1594, último do ano de 1891, período que se estende o recorte desta pesquisa.

a 1888, não consta a origem dos noivos. Em muitas outras, não indica a naturalidade, apenas se referem aos citados como “paroquianos desta freguesia”, o que pode sugerir que alguns desses registros que não possuem naturalidade dos nubentes podem ocultar muitos outros migrantes que viviam em Teresina.

Tabela 37: Casamento envolvendo cearenses em Teresina (1883-1891)

Casamento entre cearenses	25
Casamento de cearenses com piauienses	16
Casamento de cearenses com pessoas outras províncias	03
Total de casamentos	44

Fonte: Livros de registro de casamentos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, Teresina-PI, anos 1883-1888 e 1888-1891.

Nesses dados, observa-se a predominância de casamentos feitos entre os próprios cearenses, 56,8%, ante 34% de casamentos envolvendo de um dos lados alguém do Piauí e do outro do Ceará. Em relação a esse tipo de união, dos 15 casamentos entre piauienses e cearenses, o que soma um total de 30 pessoas, prevaleceu a maior quantidade de noivos oriundos do Ceará, sendo eles nove, em relação a seis noivas cearenses que se casaram com piauienses, mostrando que os homens cearenses casavam-se mais com mulheres piauienses do que as mulheres cearenses com homens piauienses. De acordo com Michelle Perrot, a escolha do cônjuge pode ser vista como um “objeto de estratégias”. A homogamia nesse contexto seria uma tendência comum nos meios regionais e sociais, explicada pelas maneiras de se sociabilizar no meio. O casamento com um semelhante seria proporcionado pela proximidade e convívio já existente entre as partes.²⁰⁰ Cancela (2010) associou os casamentos homogâmicos entre migrantes em Belém, entre eles muitos oriundos do Ceará, “à possibilidade de maior convívio nos espaços de moradia e trabalho (...). À tentativa de manutenção de uma certa referência cultural, além do retorno à terra natal, possivelmente mais fácil de ser compartilhada quando se estava casado com alguém da mesma naturalidade”.²⁰¹ Nesse caso, as relações mais tendentes à homogamia mantinha os laços existentes entre os grupos que já se conheciam, muitas vezes por talvez serem vizinhos na capital ou na zona rural e compartilham das mesmas memórias enquanto migrantes. Já aqueles, principalmente homens que se casavam com mulheres piauienses, tinham a possibilidade de ampliar as redes sociais, o que pode ser visto também como estratégia de inserção social ou até de sobrevivência em um meio que para eles, a princípio, era estranho.

²⁰⁰ PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*, vol. 4: Da revolução francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 121.

²⁰¹ CANCELA, 2010, p. 167.

Pode-se citar, nesse ponto, o exemplo do cearense citado anteriormente, Alexandre Mendes Feitosa. Ao garantir o seu idílio com a filha de um tenente da cidade de Oeiras envolvido na vida política do município, pôde comungar das mesmas redes que o sogro e, conseqüentemente, inserir-se na sociedade oeirense.

Além dos cearenses, encontrei um número significativo de maranhenses e pessoas de outros municípios piauienses vivendo em Teresina. Os casamentos ocorreram de maneira diversa: piauienses de Teresina com cearenses, piauienses de outros municípios com teresinenses e também com cearenses, piauienses com maranhenses e esses com pessoas de diferentes localidades do Piauí que residiam em Teresina, e maranhenses com cearenses, por exemplo, além de um baiano e um Pernambucano cansando-se com mulheres cearenses. Para a tabela que mostrei anteriormente, considereei apenas casamentos que envolviam cearenses nos dois ou em um dos lados, mas para além deles, os registros dão conta de casamentos realizados em Teresina envolvendo migrantes das seguintes localidades da província: Oeiras, Picos, Jaicós, Regeneração, Livramento, Humildes, Campo Maior, Barras, Parnaíba e União. Um dos municípios que chamam a atenção é Príncipe Imperial, que foi uma das regiões do Piauí de onde mais migraram pessoas para Teresina ao longo da seca iniciada em 1877. Identifiquei oito casamentos envolvendo pessoas desse município em Teresina, desse total, seis foram realizados entre pessoas oriundas desse mesmo lugar, e apenas dois envolvendo teresinenses, sendo essas do sexo feminino, o que mostra mais uma vez a preferência em se casar com pessoas do seu mesmo local de origem, tendência já observada entre os cearenses.

Em relação ao registro de casamentos civis em Teresina do ano de 1891,²⁰² observei as seguintes características que diferenciam do registro do matrimônio realizado em ritual católico: além das já existentes no registro religioso, como data, local de realização, testemunhas, nome dos noivos, filiação e naturalidade, nesses foram registrados também a profissão e a idade dos nubentes, além do nome da localidade onde residiam. O livro do 1º Cartório de Registro Civil de Teresina refere-se aos casamentos realizados na vila de Natal, atual cidade de Monsenhor Gil, na região metropolitana de Teresina e que pertencia à capital

²⁰² O casamento civil no Brasil foi regulamentado pelo decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890. Fonte: DECRETO Nº 181, DE 24 DE JANEIRO DE 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 20. Out. 2020. Segundo Bercuó (1998, p. 420), “embora desde a república, segundo a constituição de 1891, a união reconhecida legalmente seja a civil, o casamento apenas religioso continuou sendo valorizado pelas pessoas, sobretudo nos contextos marcados pela ausência de cartórios do registro civil”. BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contratos da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

na época. Foram localizados, entre janeiro e outubro de 1891, nove casamentos envolvendo pelo menos um cearense de um dos lados.

Tabela 38: Registro de casamentos civis, Vila de Natal, Teresina-PI, envolvendo migrantes cearenses em 1891

01		Nome	Ida de	Natura lidade	Residência	Profissão	Legítimo/ Natural	Pais vivos/ falecidos
	Noivo	Leôncio José de Sant'Ana	42	Piauí	Lugar São Pedro	-	Legítimo	Falecidos
	Noiva	Joana de Oliveira Lima	25	Ceará	Vila de Natal	-	Legítima	Falecidos
02	Noivo	Luís Isaias Vasconcelos	19	Piauí	Lugar. Anajá	-	Natural (mãe)	Viva
	Noiva	Pedrina Maria da Conceição	22	Ceará	Vila de Natal	-	Legítima	Falecidos
03	Noivo	Antonio Fernando de Lima	22	Piauí	Lugar. ???	-	Legítimo	Pai falecido
	Noiva	A. Visgueira da Moita	20	Ceará	Vila de Natal	-	Legítima	Pai falecido no Ceará e mãe na vila de Natal
04	Noivo	João da Rocha Soares	23	Ceará	Lugar Jorge	Roceiro	Legítimo	Vivos
	Noiva	Antonia Lourença de Araujo	16	Ceará	Lugar Jorge	Costureira	Legítima	Vivos
05	Noivo	Manoel Rodrigues dos Santos	22	Piauí	Lugar Jorge	Roceiro	Legítimo	Vivos
	Noiva	Raimunda Lourença de Araujo	19	Ceará	Lugar Jorge	Rendeira	Legítima	Vivos
06	Noivo	João José da Cruz	65	Ceará	Lugar Laranjeira	Roceiro	Legítimo	Falecidos em Valença-PI
	Noiva	Maria Francisca Cesária	19	Ceará	Lugar Laranjeira	Serviço doméstico	Legítima	Pai falecido em Tauá-CE, e mãe falecida em Valença-PI
07	Noivo	Paulo José Bezerra	23	Piauí	Lugar Altos (distrito de Alto Longá)	Roceiro	Legítimo	Vivos
	Noiva	Antonia Maria dos Santos	17	Ceará	Vila de Natal	Serviço doméstico	Legítima	Vivos
08	Noivo	Manoel Raimundo da Costa	20	Ceará	Lugar Grotas	Roceiro	Legítimo	Falecidos no Ceará
	Noiva	Maria Izabel da Conceição	21	Piauí	Lugar Canto Alegre	Serviço doméstico	Legítima	Pai falecido
09	Noivo	Norberto José de Andrade	23	Piauí	Lugar São José	Roceiro	Natural (mãe)	Viva
	Noiva	Antonia Maria da Conceição	18	Ceará	Lugar São José	Serviço doméstico	Natural (mãe)	Mãe falecida no Ceará

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro nº 01 do 1º Cartório de Registro Civil de Teresina. Casamento (1891-1894)

Apesar do casamento civil, conservou-se a informação sobre a legitimidade ou a naturalidade da filiação dos nubentes, exposição que era uma forma com que a Igreja Católica buscava incentivar os casamentos segundo o rito religioso. Entre os nove registros, o índice de filhos naturais, como se vê, foi baixo, prevalecendo os noivos oriundos de famílias legítimas. A idade ao casar é uma informação relevante não presente nos livros eclesiásticos. A média de idade no casamento para os homens foi de 28,7 anos, enquanto para as mulheres foi de 19,8. Sobre esse dado, observa-se que a idade das mulheres ao casar foi quase sempre inferior à dos homens. Enquanto elas se casaram entre 16 e 25 anos, os homens saíram um pouco dessa faixa, mesmo que alguns tenham contraído matrimônio entre 19 e 23 anos. (Excluindo-se os noivos 01 e 06). Em dois assentos, observa-se que o noivo era mais jovem que a esposa, e em outros dois, a idade entre os noivos era um pouco mais distante, sendo elas mais jovens. Em todos os casamentos os nubentes eram solteiros. Se desprezada a idade dos noivos e das noivas dos casamentos de numeração 01 e 06 na tabela, observa-se que os homens também se casavam ainda jovens e com idade não muito distante das noivas; sendo eles com média de 21,7 anos e elas, 19,0. Esses dados, embora sejam baseados em um número pequeno de casamentos, diferenciam-se da tendência em apontar que os homens comumente casavam-se mais velhos que as mulheres, como na pesquisa de Cancela (2010) acerca dos casamentos realizados em Belém entre 1870 e 1920, concluindo-se que os matrimônios chegavam mais tardiamente para os homens, enquanto as mulheres estabeleciam idílio mais precocemente.

Acredito que um dos fatores que explicam a divergência desses dados em relação à boa parte da historiografia está no local onde residiam os noivos. Diferentemente da própria análise que fiz usando os livros da igreja do Amparo, na capital, em que poucos casamentos foram realizados em sobrias no âmbito rural, os dados da tabela se referem a uma pequena vila situada dentro dos limites de Teresina, que em maior parte registrou casamentos de pessoas que viviam em comunidades rurais. Os noivos, quando de profissão identificada, eram roceiros, ou seja, viviam no trabalho agrícola e moravam na zona rural. Em quatro dos nove casamentos, tanto os noivos como as noivas eram da mesma localidade. Vivendo da roça, de serviços domésticos ou de costura, homens e mulheres não tinham quase nenhuma outra expectativa de vida fora do casamento, que era logo promovido, ainda em idade juvenil; a exemplo disso, há os casamentos das irmãs Antonia e Raimunda Lourença, casadas no mesmo dia, respectivamente com 16 e 19 anos; a primeira com um cearense de 23, e a segunda com um piauiense de 22, todos morando no Lugar Jorge. Outro fator que pode ser apontado como determinante para o casamento das mulheres jovens, nesse caso, é a orfandade. Dos nove casamentos, em oito as noivas eram oriundas do Ceará, e seis delas são

órfãs. É possível que essa condição imputasse a elas a necessidade maior ainda de contrair casamento, mesmo sendo elas piauienses, o que fez com que aparecessem outras características diferenciada em relação ao casamento religioso realizado em Teresina: lá, como mostrei, os casamentos deram-se preferencialmente entre cearenses, enquanto no registro civil predominou a exogamia, com apenas dois casamentos realizados entre cearenses.

Esse livro de registro também revela que os cearenses que migraram para o Piauí e nele permaneceram, fixavam-se em áreas rurais e viviam da agricultura. A verificar pela formação familiar e pela profissão assumida pelos jovens naturais do Ceará e suas famílias, observa-se que estavam espalhados por diferentes vilas e localidades rurais do território piauiense, casando-se, seja com outros cearenses ou com piauienses, fixando-se à terra e constituindo famílias no Piauí. De modo geral, essas informações mostram que o Piauí e, especialmente, Teresina, era uma cidade formada por significativo número de migrantes, sejam eles de outras províncias ou do próprio Piauí, que em parte procuraram a cidade ao longo das secas e nela permaneceram.

Comparando os dados da população residente no Piauí nos anos de 1872 e 1890, identifica-se que houve um ganho populacional de 65.609 habitantes em menos de duas décadas, saindo dos 202.222 na primeira aferição para 267.609, em 1890. Nesse mesmo período, Teresina saltou de 21.692, em 1872, para 31.523 na contagem seguinte. Esses números sugerem que a capital do Piauí estava em constante crescimento urbano e populacional, que continuou na década seguinte. Embora, se comparado com outras províncias do Norte do Império, o Piauí tenha sido uma das que menos cresceu em números de habitantes, contraditoriamente, Teresina foi uma das que demonstraram maior crescimento populacional, diferentemente de capitais como Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife, que tiveram redução da sua população nos números conhecidos 1890 em relação ao que possuíam em 1872.²⁰³

Pode-se afirmar, com isso, que as migrações interprovinciais e depois interestaduais contribuíram para o aumento da população do estado do Piauí nas décadas seguintes, assim como de Teresina, que, fundada em 1852, ainda estava em processo de crescimento, desenvolvimento e em busca da tão sonhada modernidade. É crível que os migrantes, entre eles os cearenses, estiveram presentes no cenário urbano da capital do Piauí nas décadas seguintes, assim como também no de outros municípios do estado, não apenas por meio dos

²⁰³ BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, p. 206 e 208. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1992.pdf. Acesso: 29 out. 2020.

descendentes dos migrantes das secas de 1877 e 1889, mas também de outros movimentos migratórios que tiveram o Piauí como ponto de parada ou de destino ao longo do século XX, quando o Ceará foi afetado por outras secas, deixando como legado, na atualidade, muitos homens e mulheres piauienses que têm em suas memórias narrativas de um pai, mãe, avô, avó ou algum familiar que relatam terem “ido para o Piauí no tempo da seca”.

Considerações

Apesar de ser um trabalho que toma como base fontes escritas para responder aos questionamentos que foram aqui lançados, meu contato inicial com as histórias dos migrantes cearenses ocorreu por meio da memória. Involuntariamente me vi conhecedor de narrativas de pessoas que chegaram ao Piauí na época da seca, saindo do Ceará e por essas terras ficaram moradias. Questionando esse fato, iniciei as primeiras pesquisas sobre o assunto, ação que me levou a um arcabouço numeroso de documentos que indicavam os rastros dessas grandes caminhadas ainda no século XIX. Era um convite à descoberta e um importante desafio!

Dispor-me a ouvir e dialogar com pessoas que viveram e agiram há mais de um século, por meio dos vestígios por eles deixados, foi uma tarefa que requereu além da habilidade metodológica mínima que todo historiador deve possuir no exercício da sua atividade, também paradas e reflexões. O “eu estar” aqui hoje é muito do “esteve por eles” lá. Mesmo munido da imparcialidade que é necessária, e supõe-se que sejamos continuamente, foi impossível não viajar e me colocar no lugar dos sujeitos que fui encontrando. Afinal, o historiador escreve com base nos registros deixados pelos sujeitos ao longo do tempo, mas, como se sabe, são vestígios lacunosos, em que pouco ou até mesmo nada pode ser dito com a precisão de uma ciência exata. Mesmo que não pudesse expressar isso na escrita, uma das formas de preencher esses espaços, pelo menos ao modo pessoal, foi imaginando por completo aquilo que os documentos indicavam em fragmentos. Busquei acompanhar os cearenses e piauienses do século XIX, imaginando lugares, paisagens, fisionomias, sentimentos, situações e formas de agir dessas pessoas ao longo de cada relato trazido nas fontes. A partir disso, pude colocar-me junto a eles e entender as suas estratégias à medida que ia me deparando com as suas ações.

Mesmo que muitos apareçam compondo uma coletividade, a individualidade deles não pode ser desprezada nesse grosso, visto que foi o ato de cada um somado com o dos demais, realizados em sintonia, que resultou em um grande movimento de seres humanos por terra em direção a um mesmo terreno.

Tendo a seca prolongada um dos fatores imediatos do deslocamento do local de origem, homens e mulheres de duas províncias brasileiras do século XIX compuseram uma empreitada de resistência, que se concretizou em acelerada migração de pessoas para e no Piauí, tendo como pauta a sobrevivência.

A pobreza e a morte eram ameaça constante na vida de muitos desses sujeitos, mas por isso não podiam dizer-se somente como “miseráveis” ou “flagelados”, da maneira como foram adjetivados. Agiram de acordo com suas necessidades, mas também interesses.

Saídos do Ceará, pouco mudava sua vida em relação à ordem estabelecida dentro da província piauiense. Estrutura agrária concentrada, economia pouco desenvolvida e poder político em constante desalinho com os interesses da população. No Piauí, encontraram novamente a seca, e a depender do momento para alívio da fome, carne e cereais. Reencontraram também a morte, mas em contradição a ela, mantinham a esperança de melhoria de vida. Permaneceram, passaram e voltaram. Agiram dentro do contexto amplo e pessoal de cada um e deixaram suas marcas na história!

Amparados quando possível, rostos, corpos e movimentos vieram à minha mente ao ler os relatos e expressões nos documentos. Os requerimentos ao presidente da província com pedidos de comida, roupas ou qualquer tipo de fazenda, foram um dos pontos em que pude sentir a fragilidade humana em situação de extrema vulnerabilidade. Colocavam-se de forma passiva e humilde, suplicando pelo básico que qualquer ser humano necessita – a alimentação diária. Pôr-se a andar pelas veredas e ruas das vilas e da capital seminus e até nus com aparência fragilizada, como bem gostou de focar a imprensa, “a esmolar o pão da caridade”, indubitavelmente era um ato que colocava essas pessoas em condição indigna, mesmo assim lá estavam. Estavam agindo. Andavam, pediam, suplicavam. Pedir nada mais era do que continuar resistindo. Sabiam que aquela quadra difícil teria fim. Bastava o céu fechar e cair chuva! Queriam uma oportunidade de continuarem vivos até poderem seguir por conta própria, à medida que as circunstâncias lhes dessem recursos.

Os mais abastados, também afetados, ajudaram como a situação lhes permitia. O poder público operou de diversas maneiras, quase sempre usando recursos financeiros para tentar suavizar a condição da população emigrada e local, e obviamente reduzir problemas maiores como as epidemias e conflitos. A ação do governo, como foi frequentemente denunciada, serviu para beneficiar não apenas os necessitados do auxílio, mas praticamente todos os envolvidos nesse trabalho pegaram a sua parte. Aos olhos da imprensa, uma máquina que todos queriam tirar proveito. No Piauí, desde aqueles que faziam parte da elite política local até pessoas influentes nas vilas e locais mais distantes onde os socorros chegavam, foram beneficiados com a seca – seja na firmação de contratos para abrigar migrantes, na venda de mercadorias para o governo com altos lucros, ou até mesmo desviando o que era enviado para as Comissões de Socorros. Denúncias não faltaram. Eram pessoas de grande mérito na sociedade!

A imprensa de oposição tratou de denunciar as irregularidades de forma incansável. Mudava o partido político na gestão e mudava o discurso. Só roubavam aqueles da oposição. E nesse jogo, que não era um exclusivo local, a política piauiense reproduzia as desavenças existentes entre liberais e conservadores no Império. E o povo? O povo migrante foi usado como peça dos discursos para alimentar as acusações e contra-acusações. A economia já era e tornava-se mais fragilizada.

A migração de cearenses para o Piauí provocou impactos socioeconômicos imediatos, que conduziram o poder público a tomar as medidas que já conhecemos, com a finalidade de reduzir as suas consequências; ainda que não concorde que a entrada de cearenses no Piauí seja a motivadora principal dos impactos advindos pelos efeitos das secas, para essa província na segunda metade do século XIX, visto que existia um contexto amplo e complexo, por se dizer, de uma estrutura política e econômica que tornavam essa região susceptível ao agravamento de crises periódicas quando impactadas por um fator externo, a migração de cearenses exigiu do Piauí um aparato que ele não possuía para atender até mesmo os seus habitantes em um cenário prolongado de dificuldades, como a seca que se estendeu por três anos. Desse modo, esse fator auxiliar, a migração de milhares de pessoas para o solo piauiense de forma acelerada ao longo dos meses em que se estendia a seca, contribuiu diretamente para que a dificuldade de gerir aquele acontecimento fosse ampliada. Nesse ponto, posso dizer que a migração interprovincial foi impulsionadora de uma outra migração, agora intraprovincial, de piauienses que largavam as suas localidades, como Príncipe Imperial e Independência, e se dirigiam em sentido a municípios onde pensavam conseguir recursos para suas sobrevivências, como Teresina.

A implantação das Comissões de Socorros Públicos em vários municípios do Piauí, para a distribuição, seja dos socorros diretos ou indiretos, foi a medida principal adotada pelo poder público nas secas da década de 1870 e de 1880. Nos arredores de Teresina e União, foram implantados os Núcleos Coloniais, com o uso da verba Socorros Públicos, onde as pessoas para lá destinadas, além de não se acumularem pelas ruas de Teresina, poderiam praticar a agricultura e ter sua moradia, o que não impedia que pelas estradas e ruas das vilas e da capital perambulassem pessoas pedindo o alimento diário.

Busquei entender a migração de cearenses para e pelo Piauí dentro de um contexto abrangente, o que me levou às seguintes constatações: a) tratou-se de um deslocamento humano impulsionado pelas consequências de um fenômeno climático, que se reverberou em âmbito social, mas que não tinha a seca em si como causa única; b) foram migrações que ocorreram de forma não incentivada pelas províncias envolvidas, nem a “expulsora”, nem a

receptora; c) eram migrações que também tiveram pessoas que se deslocaram caminhando do Ceará para o Piauí, de forma independente, por famílias de homens e mulheres cearenses, pobres e ricos, caracterizando-se como migração de família; d) o Piauí, como bem cita Odilon Nunes, há muito era rota de migração no Norte do Brasil, embora isso não possa ser uma explicação dada para a causa da entrada de cearenses nessa província, os contatos comerciais, a migração que já se fazia com o gado e as estradas ligando as duas regiões podem ter somado como fatores colaborativos; e) é provável que a proximidade geográfica tenha sido um dos fatores de atração, mas não o único: em momentos específicos o Ceará dificultava a migração para províncias como Pará, e as passagens subsidiadas e os Socorros Públicos, sejam eles diretos ou indiretos, não atendiam a todos, restando como uma das poucas alternativas a migração para as regiões mais próximas; f) é crível que muitos indivíduos, saindo de diversos pontos do Ceará, buscaram o Piauí pelas suas características climáticas mais amenas em determinados pontos da província, o que permitiu que mesmo em meio à seca fosse praticada a agricultura em algumas regiões; g) outro ponto que se deve destacar é o fato de que a seca, nos dois momentos analisados, atingiu o Ceará e o Piauí de forma intensa, porém na segunda província citada, as consequências se acentuaram posteriormente à primeira, ou seja, a seca no Piauí, pelo menos em alguns pontos, “demorou a chegar”; h) o fluxo de pessoas que saía do Ceará correspondeu a três públicos distintos, cada um com suas particularidades internas: i) os que estavam de passagem pelo Piauí, seguindo viagem para outras províncias, como o Maranhão e o Pará, por exemplo. Dentre eles, havia os que conseguiram cruzar a fronteira delimitada pelo rio Parnaíba, durante ou após a seca, e outros que acabaram ficando devido à impossibilidade de prosseguir; ii) os que emigraram para terras piauienses de maneira provisória, na expectativa de retornar ao Ceará após a seca. Entre eles inclui-se tanto as famílias pobres, mas de maneira mais explícita aqueles com poder aquisitivo mais elevado, incluindo os fazendeiros e os funcionários públicos, que estavam no Piauí vivendo de suas próprias rendas ou mirando um cargo público. A movimentação de pessoas para fora da província, seja de forma espontânea ou promovida pelo poder público piauiense para quem quisesse se retirar do Piauí, indo para o Ceará ou para outra parte do Brasil no fim da década de 1870, é indicativo da continuidade da migração ou do retorno; iii) por último, os que partiram do Ceará na intenção de se arranjar em terras piauienses, caso encontrassem condições de sobrevivência.

São esses, junto daqueles que não possuíam intenção inicial de por essas plagas permanecerem, que ao encontrarem a possibilidade de fixarem-se à terra, foram constituindo famílias, não retornando ao Ceará, nem seguindo viagem para outras províncias. Em meio às

investidas do poder público local de encaminhar parte da população migrante para fora do Piauí, observa-se que muitos se recusavam em sair da província; em meio a isso, uns ficaram, outros deixaram Teresina, polo concentrador dessa população, e foram para outros municípios piauienses. O acesso à terra, seja por meio do acordo particular realizado com os donos dos extintos Núcleos Coloniais, ou como morador/agregado de algum proprietário, possibilitou que muitas famílias cearenses permanecessem no Piauí e seus descendentes fossem ficando laços de casamento e compadrio com os nativos. A própria natureza da migração para o Piauí, composta por todo o grupo familiar, pode ser apontada como uma facilitadora dessa permanência.

Até fincarem parada e terem estabilidade na terra, famílias perderam pais, mães e filhos. Alguns tinham que deixar os outros para trás e seguir a caminhada. Para muitos, não havia mais o que fazer. Órfãos, viúvas, viúvos. Os rostos dessas pessoas, embora nunca sejam conhecidos por nós, devem ser imaginados, a sua história conhecida e nunca esquecida. O seu estado representa o sentido da sobrevivência do homem e da mulher sertanejos, que migraram e migram sempre que a chuva deixa de cair.

O homem e a mulher sertanejos, que muitas vezes têm que largar o pedaço de terra onde moram não só pela seca, mas porque aquele chão não é seu. Os cearenses do século XIX não deixam de ter uma conexão direta com os cearenses, piauienses e nordestinos que deixam suas famílias sozinhas e partem em busca de emprego até os dias atuais à procura de formas de sobrevivência, seja no Sudeste ou em outras partes do Brasil. Não devemos deixar de imaginar os seus rostos, pois eles circulam entre nós continuamente, sem que percebamos. Enquanto no Brasil a riqueza for concentrada, o poder público agir em defesa dos interesses de minorias e o brasileiro já nasça com a obrigação de resistir a todas as adversidades em meio ao cenário político-social do nosso país, os homens e as mulheres irão migrar. Conheçamos a sua história! Fazer isso é também não esquecer a sua luta. Este texto é uma forma de lembrar que esse povo continua resistindo!

Referências

Livros, teses, dissertações e artigos

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino, de problema à solução (1877-1922)*. 1987. 435 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Estadual de Campinas, 1987.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História* 15 (28), 111-120, 1995.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ALMEIDA, Candido Mendes de (Org.). *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias (...)*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico, 1868.

AMADO, JANAÍNA. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 01. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Mãos Dadas* [Sentimento do mundo], 1940

ANDRADE JÚNIOR, Anderson Soares, et. al. *Classificação Climática do Estado do Piauí*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARAGÃO, Elizabeth. Fiúza (Coord.). *O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará*. Fortaleza: SINDITÊXTIL/FIEC, 2002.

ARAÚJO, José Luís Lopes (coord.). *Atlas escolar do Piauí geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Editora Grafset, 2011.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Universidade Federal do Piauí e Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy. *História de vários feitos e circunstâncias*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARIÈS. Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, tomo II.

AUTOR ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 62, parte I, 1900.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). *Rev. Bras. Hist.* vol. 35 n° 70 São Paulo July/Dec. 2015.

BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Revista Projeto História*, São Paulo, n° 16, fevereiro de 1998.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRAGA NETO, Edgar. *Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. 2012. 170 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EDUFPI, 2015.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Os primeiros tempos (1674-159): fixação do homem no espaço piauiense. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza. Typ de B. de Mattos, 1863.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. Estado da agricultura e da indústria no fim do ano de 1856 na província do Ceará. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n° 7, janeiro de 1857.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Memória sobre o clima e as secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1877.

BRASIL, Thomaz, Pompeo de Sousa. *Dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará*. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert, 1861.

BRITO, Luciana. A fome: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX. *Estação Literária*. Londrina, Volume 10B, p. 111-125, jan. 2013.

BURITI, Catarina de Oliveira e AGUIAR, José Otávio. Secas, migrações e representações do semi-árido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. *Textos e debates*. Roraima, nº 15 (2008).

CABRAL, Ivana Campelo. *Sertanejos piauienses: trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888)*. 155 f. (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2013.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: Belém (1870-1920)*. Belém: Editora Açai, 2011.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, nº 15, janeiro-junho de 2016.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia., 1925.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. 2011. 244f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Os migrantes cearenses e o horizonte amazônico no século XIX. *Revista de História*, 4, 1 (2012), p. 68-87.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá: ensaio biográfico*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ALVES, Joaquim. *História das secas (Séculos XIII a XIX)*. Edição Fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

CHAVES, Monsenhor. A escravidão no Piauí. In: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra Completa, Monsenhor Chaves*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CHAVES, Monsenhor. Fases históricas na vida da cidade: Companhia de navegação do rio Parnaíba. In: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra Completa, Monsenhor Chaves*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CORTEZ, Ana Sara R. P; CORTEZ, Ana Isabel R. P. e IRFFI, Guilherme. Escravidão e economia no cariri cearense da segunda metade do século XIX. *XVIII Fórum Banco do Nordeste de desenvolvimento*. 2012.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da república*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* vol. 11 nº 1 Rio de Janeiro Jan./Abr. 2004.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DAVIS, MIKE. *Holocaustos Coloniais*. Rio de Janeiro; São Paulo. Editora Record, 2002.

DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). *Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 175-194, jul./dez. 2019.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da língua portuguesa, seguido de um Dicionário de Sinônimos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859, tomo II.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral e FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. *Rev. Bras. de Hist.* S. Paulo, v. 13, nº 25/26, pp 121-132, set. 92/ago. 93.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. 2004. 2006 f (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2004.

FERRAZ, J. de Sampaio. Meteorologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Rev. Sociol. Polit.*, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017.

FERREIRA, Ronyere. *O teatro em Teresina: produções artísticas e tensões culturais (1890-1925)*. 2017. 176f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses apontamentos biográficos*. Academia piauiense de Letras/EDUFPI, 2012.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. *História* [online]. 2011, vol. 30, n. 1, pp. 90-113.

GARCIA, Ana Karine Martins. *A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, 2000; NETO, Eduardo Bezerra. O Banco Provincial do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, 2006.

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: *História do Ceará*. SOUZA, Simone de (Org.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRAHAM, Douglas H.; OLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: IPE USP, 1984.

GUABIRABA, Maria Célia de. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Fortaleza: Instituto de Memória do Povo Cearense, 1989.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização e sua dimensão histórica. In: CAVALCANTI, Helenilda e BURITY, Joanildo (Org.). *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras-História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 115-140.

KNOX, Miridan Brito. A vida escrava: liberdades consentidas. *Clio - Série História do Nordeste*, nº 15, 1994.

KNOX, Miridan Brito. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açaí, 2010.

LACERDA, Franciane Gama. Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX. *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, v. 27, p. 305-320, 2003.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo. *R. Bras. Econ.* Rio de Janeiro, v. 42, nº 04, p. 317-69 out./dez. 1988.

LAGOS, Manuel Ferreira. Relatório da Seção Zoológica (1861). BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP, Editora da USP, 2008.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira *et. al.* (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015.

LEVI, Giovanni. Movilidad de la población e inmigración en Turín en la primera mitad del siglo xviii. In: LEVI, Giovanni. *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019.

LIMA Solimar Oliveira. *Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista*. Teresina: EDUFPI, 2016.

LIMA, Pedro Airton Queiroz. O café na província do Ceará. In SOUZA, Simone (Org.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário. *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2009.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Sertões nordestinos. In: *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras I*. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. A educação pela caridade no império em Fortaleza – O abrigo de órfãos na Colônia Cristina. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

MAIA, Luiz Carlos Mourão e FARIAS, Luiz Carlos Moreira. *Histórico da Divisa Ceará – Piauí*. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARTINS, Elias. *Frei Serafim de Catania*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em História. Niterói, 2012.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte e a política de imigração. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

MONTEBELLO, Natalia Monzón e SILVA Marcílio Medeiros. Retirantes flagelados no Ceará-da-seca: (bio)políticas populacionais na consolidação do Estado moderno. *Conhecer: debate entre o público e o privado* n° 21, 2018.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”]: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do

Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2016.

MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: Ciência, Política e Trabalho na construção do açude Cedro (1884 - 1906)*. 2012. 200f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2012.

MORTARA, G. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VII Tabelas de mortalidade e de sobrevivência para os períodos de 1870-1890 e 1890-1920. Cálculo, exame e comparações internacionais. *Revista Brasileira de Estatística*, ano II, n. 7, p. 494-538, 1941.

MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

MOURA, Denise A. Soares de. Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888). *América Latina en la historia económica* número 27, enero-junio de 2007.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Rev. Bras. de História*, São Paulo, v. 15, n° 29, pp. 93-122, 1995.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000 A.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 B.

NEVES, Frederico de Castro. O bolsinho do imperador: caridade e crise do paternalismo nos anos de 1870. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa*, 2003.

NUNES, Francivaldo Alves. Núcleos coloniais e agricultura na Amazônia Imperial: uso e ocupação da terra. *Revista Espaço Acadêmico*, n° 100, setembro de 2009.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. 2011. 422f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí vol. 1*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí, vol 4*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861, pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-símile Fortaleza, INESP, 2009.

PANCINO, Claudia e SILVERIA Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. *Cad. hist. ciênc.* vol. 6 n° 1 São Paulo Jan./Jul 2010.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional 1830-1889*, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PAZ, Antônio Helder de Souza. *A vila de Campo Maior e os Paz: 1838-1960*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

PERROT, Michele. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, vol. 4: Da revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: Zodíaco, 1997.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). *Rev. de C. Sociais*, Fortaleza, v. 20/21 n° 1/2, p. 199-230, 1889/1990.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goiás*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PONTE, Sebastião Rogério. *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil”. *Travessia*. n. 19. São Paulo: CEM, mai./ago. de 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e o imaginário político do século XIX. In: FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses apontamentos biográficos*. Academia piauiense de Letras/EDUFPI, 2012.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha: *A importância da borracha da maniçoba na economia do Piauí: (1900-1920)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, pp. 167-168.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Cólera, varíola e fome no interior da província do Ceará: as crises sociais no Cariri do século XIX. *Revista Historiar*, vol. 9, nº. 16, Jan./Jun. de 2017.

ROCHA, Amanda Chaves da. *Miguel Borges: a atuação de um homem de letras no Piauí oitocentista*. 2015. 136f. Dissertação. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

ROCHA, Leandro Mendes e GANDARA, Gercinair Silvério. A presença francesa no Piauí do século XIX. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 291-309, jan./jun. 2009.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Academia piauiense de letras, 2001.

SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. *Revista Trajetos*, v. 2, n. 4 (2003).

SILVA, J. B. O algodão no processo de organização do espaço. In: SOUZA, Simone de. (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SILVA, Moacir. M. F. A Propósito da Palavra ‘Sertão’. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, VIII(90): 637-644, setembro, 1950.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia: a Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889- 1930)*. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Teresina, 2016.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *A representação da seca na narrativa piauiense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2005.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *Para uma historiografia literária do Piauí: a narrativa da seca*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2013.

SILVA, Rodrigo Caetano. O papel das sociedades abolicionistas no processo de libertação de escravos no Piauí (1870-1884). In: SILVA, Rodrigo Caetano, et. al. *Escravos libertos e livres: histórias de lutas e resistências no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

SILVA, Rodrigo Caetano. Uma economia em outono: trabalhadores escravos ligados ao labor. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, 2020.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, Tempo e História. In: CHAUVEAU, Agnes & TÉTART Philippe. *Questões para a História do Presente*. Bauru (SP), Edusc, 1999.

SOUZA, José Weyne de Freitas. (2009). 265f. *Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUSA, José Weyne de Freitas. O projeto Pompeu Sinimbú e o desequilíbrio econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil (1877-1901). *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 49-67, jul./set., 2019.

SOUZA, Itamar. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Natal: Editora Vozes, Fundação José Augusto, 1880.

SOUZA, José Weyne Freitas de. Secas e Socorros Públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, 1937, pp. 15-47.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária; São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome: cenas da seca no Ceará*. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. O açoite da seca: família e migração no Ceará (1780-1850). *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Associação brasileira de estudos populacionais, 2002.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

VAILATI, Luiz Lima Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: um esboço comparativo preliminar. *Revista de História*. São Paulo, nº 167, p. 261-294, julho / dezembro 2012.

VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 247-274, abril-junho 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: *História da vida privada no Brasil: República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Periódicos

(Disponíveis na Hemeroteca digital da biblioteca Nacional e no Arquivo Público do Estado do Piauí)

Ceará

- A FOME: SCENAS DA SECA DO CEARÁ. *O Estado do Ceará*, nº 115, ano I, 20 dez. 1890.
- A MORTANDADE (...). *Gazeta do Norte*, nº 20, ano IX, 24 jan. 1889.
- A NOTA QUE (...). *Gazeta do Norte*, nº 60, ano IX, 15 mar. 1889.
- A SECCA. *Cearense*, nº 32, ano XXXI, 15 abr. 1877.
- ALGODÃO. *Gazeta do Norte*. Nº 79, ano VI, 09 abr. 1886.
- ANDRÉ JACOME. *Almanach do Norte*, Typ. Nortista. Sobral, 1916.
- ANNUNCIOS. *O Estado do Ceará*, nº 278, ano I, 27 jul. 1891.
- ANNUNCIOS: A *Constituição*, nº 89, ano XXVI, 25 abr. 1889.
- ASSARÉ (...). *Cearense*, nº 78, ano XXXI, 14 set. 1877.
- BACHARÉIS (...). *Cearense*, nº 224, ano XXXVII, 16 nov. 1882.
- BIENNIO DE 1850-1851 e BIENNIO DE 1858-1859. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará para o ano de 1873*. Ano II, Fortaleza, 1873.
- CHRONICA POLÍTICA. *Cearense*, nº 34, LXIII, 10 fev. 1889.
- CHUVAS, *Cearense*, nº 33, ano XXXI, 18 abr. 1877.
- CHUVAS, *Cearense*, nº 41, ano XXI, 13 mai. 1877.
- COMISSÃO DE SOCORROS. *Cearense*, nº 41, ano XXXI, 13 mai. 1877.
- CONCEDEO-SE. A *Constituição*, nº 81, ano XXVI, 12 abri. 1889.
- CORONEL ANDRÉ JACOME. *Jornal do Ceará*, nº 1223, ano VII, 27 jul. 1910.
- CORRESPONDÊNCIA DO INTERIOR, *Cearense*, nº 78, ano XXXI, 14 set. 1877.
- CORRESPONDÊNCIA DO INTERIOR. *Cearense*, nº 66, ano XXXI, 09 ago. 1877.
- DEMISSÃO PARA EMIGRAR. *Cearense*, nº 34, ano XXXI, 20 abr. 1877.
- DESHONRA EM TROCA DE ESMOLAS. *O Retirante*, nº 08, ano I, 12 ago. 1877.
- DIA 16. *Mercantil*, nº 61, ano III, 13 set. 1877
- DIA 17. *Mercantil*, nº 61, ano III,, 13 set. 1877.
- É DESOLADOR O ESTADO (...). *Gazeta do Norte*, nº 55, ano IX, 11 mar. 1889.
- ECHO DO POVO. *Echo do Povo*, nº 07, ano I, 07 ago. 1879.
- EFEITOS DA SECCA. *Cearense*, nº 83, ano XXXI, 30 set. 1877.
- EM 15 (...). *A República*, nº 126, ano III, 06 jan. 1892.
- EM DIAS DO MÊS (...). *Cearense*, nº 865, ano IX, 14 set. 1855
- EMBARQUE DE ONTEM. *Cearense*, nº 18, ano XLIII, 22 jan. 1889.
- EMIGRAÇÃO. *Cearense*, nº 10, ano XLIII, 12 de janeiro de 1889.
- EMIGRAÇÃO. *Cearense*, nº 34, ano XLIII, 10 fev. 1889.
- EMIGRAÇÃO. *Gazeta do Norte*, nº 148, ano X, 10 jul. 1889.
- EPIDEMIAS EM BATURITÉ e PESTE E FOME. *Cearense*, nº 100, ano XXXII, 29 nov. 1877.
- EXPEDIENTE (...). *Cearense*, nº 80, ano ?, 02 set. 1847.
- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEARENSE. *Gazeta do Norte*, nº 259, ano IV, 27 nov. 1883.
- FALLECEU. *Gazeta do Norte*, nº 229, ano VI, 21 out. 1889.
- FALLECIMENTO. *Cearense*, nº 45, ano XXVII, 08 jun. 1873.
- FESTA DE CARIDADE. *Gazeta de Notícias*, nº 159, ano III, 10 jun. 1877.
- FOI (...). *Gazeta do Norte*, nº 194, ano X, 03 set. 1889.
- FOI CONCEDIDA (...). *Cearense*, nº 1160, ano XII, 21 set. 1858.
- GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. *Cearense*, suplemento ao número 83, ano XXXI, 03 out. 1877.
- HONORATO MOURA. *O Argonauta*, nº 05, ano I, 26 jul. 1877.
- HORRORES DA SECA. *Cearense*, nº 81, ano XXXI, 23 set. 1877.
- IGUATÚ. *Pedro II*, nº 63, ano XLVIII, 07 ago. 1887.
- IMPORTANTE DONATIVO. *Cearense*, suplemento ao número 83, ano XXXI, 03 out. 1877.
- JOSÉ THOMAZ. *Cearense*, nº 84, ano 31, 04 out. 1877.
- JUNQUEIRO, Guerra. *Cearense*, nº 87, ano XXXII, 14 out. 1877.

- LIMITES DO CEARÁ E DO PIAUHY. *Cearense*, nº 78, ano XXV, 09 jul. 1871.
- LIMITES DO CEARÁ E PIAUHY. *Cearense*, nº 125, ano XXXIV, 12 nov. 1879.
- LOPES, Josefa Rosa. *A Reforma*, nº 20, ano I, 12 de agosto de 1887.
- METEOROLOGIA, *Cearense*, nº 55, ano XXXI, 01 jul. 1877.
- MORTOS A FOME, *Cearense*, nº 61, ano XLIII, 16 mar. 1889.
- NASCIMENTO, Almiro Soares. *A Reforma*, nº 19, ano I, 05 de agosto de 1887.
- NOTICIÁRIO. *A Constituição*, nº 32, ano III, 17 dez. 1866.
- NOVO MUNDO. *Cearense*, nº 40, ano XXXI, 10 mai. 1877.
- O ABAIXO (...). *Cearense*, nº 53, ano XXV, 10 mar. 1881.
- O MODUS AGENDI (...). *Pedro II*, nº 42, ano XLI, 29 mai. 1881.
- O PEDRO II (...). *Cearense*, nº 1185, ano XIII, 17 dez. 1858.
- O PEDRO II (...). *Cearense*, nº 38, ano XXXI, 03 mai. 1877.
- O SR. JOSÉ DE ALENCAR. *Jornal do Comércio*, nº 103, ano LVI, 14 abr. 1877.
- OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS, *Cearense*, nº 40, ano XXXIV, 16 abr. 1880.
- OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS, *Cearense*, nº 47, ano XXXIV, 02 mai. 1880.
- OFFÍCIOS. *Mercantil*, nº 57, ano III, 20 ago. 1877
- PARA AS VÍTIMAS DA SECA. *Cearense*, suplemento ao número 83, ano XXXI, 03 out. 1877.
- PARA OS FLAGELADOS DA SECA. *Cearense*, suplemento ao número 83, ano XXXI, 03 out. 1877.
- PRÍNCIPE IMPERIAL. *A Constituição*, nº 80, ano XXVI, 11 abr. 1889.
- PROMOTOR PÚBLICO. *Cearense*, nº 105, ano XXX, 19 out. 1876.
- REEMIGRANTES. *Cearense*, nº 33, ano XXXI, 11 jun. 1879.
- REGO, Marcos Almeida. *Pedro II*, nº 1234, ano XIII, 11 mai. 1853.
- RODRIGUES JUNIOR. *Cearense*, nº 92, ano XXXIII, 27 ago. 1879.
- S. MATHEUS. *Gazeta do Norte*, nº 229, ano VI, 21 out. 1885.
- SABOEIRO. *Cearense*, nº 78, ano XXXI, 14 set. 1877.
- SANTA QUITÉRIA, *Cearense*, nº 59, ano XXI, 15 jul. 1877.
- SECCA *Cearense*, nº 56, ano XXXI, 05 jun. 1877.
- SECCA NO CEARÁ. *Cearense*, nº 16, ano XXXIV, 16 fev. 1880.
- SECCA, *Cearense*, nº 45, ano XXI, 27 mai. 1877.
- SECCA, *Cearense*, nº 56, ano XXXI, 05 jul. 1877.
- SECCA, *Cearense*, nº 84, ano XXXI, 02 out. 1877.
- SECCA. *Cearense*, nº 32, ano XXXI, 15 abr. 1877.
- SECCA. *Cearense*, nº 44, ano XXXI, 24 mai. 1877
- SECCA. *Cearense*, nº 45, ano XXXI, 27 mai. 1877.
- SECCA. *Cearense*, nº 49, ano XXXI, 10 jun. 1877.
- SECCA. *Cearense*, nº 52, ano XXXI, 21 jun. 1877.
- SECCA. *Cearense*, nº 93, ano XXXI, 04 nov. 1877.
- SECCA. *O Cearense*, nº 39, ano XXXI, 06 mai. 1877.
- SECCA. *O Cearense*, nº 40, ano XXXI, 10 mai. 1877.
- SECCAS NO CEARÁ. *Cearense*, nº 16, ano XXXIV, 16 fev. 1880.
- SOCORROS AS VÍTIMAS DA SECA. *Cearense*, nº 61, ano XXXI, 22 jun. 1877.
- SOCORROS MAÇÔNICOS. *Cearense*, suplemento ao número 83, ano XXXI, 03 out. 1877.
- TELHA. *Cearense*, nº 61, ano XXXI, 22 jun. 1877.
- THEÓFILO, Rodolfo. *O pão da padaria espiritual*, nº 11, ano III, 01 mar. 1895.
- UM PATRÍCIO. *Cearense*, Fortaleza, nº 87, ano XLIII, 18 de abril de 1889.
- UM PATRÍCIO. *Cearense*, nº 87, ano, 18 abr. 1889.
- UMA IDEIA APROVEITÁVEL. *Cearense*, nº 77, ano XXXIII, 24 jun. 1879.
- VIA-FÉRREA DE BATURITÉ. *Cearense*, nº 45, ano XXXI, 27 mai. 1877.

VIA-FÉRREA DE BATURITÉ. *Cearense*, nº 57, ano XXXI, 08 jul. 1877.
 VIA-FÉRREA DE BATURITÉ. *Cearense*, nº 71, ano XXXI, 26 ago. 1877.
 VIA-FÉRREA DE BATURITÉ. *Cearense*, nº 78, ano XXXI, 14 set. 1877.
 VICTIMA (...). *A República*, nº 204, ano I, 21 dez. 1892.
 VIEIRA, Adelina Lopes. *Gazeta de Notícias*, nº 159, ano III, 10 jun. 1877.
 500 BOIS. *O Cearense*, nº 228, ano XLIV, 09 out. 1889.

Piauí

A COMISSÃO QUE SE DESIGNOU (...). *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
 A FESTANÇA DO CORONEL. *A Imprensa*, nº 1056, ano XXIV, 19 jan. 1889.
 A FOME EM OEIRAS. *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878
 A FOME EM PICOS. *Estado do Piauí*, nº 20, ano I, 28 fev. 1890.
 A RESPEITO DA SECCA. *A Imprensa*, nº 514, ano XIII, 1º ago. 1877.
 A S. M. O IMPERADOR. *Época*, nº 18, ano I, 03 ago. 1878.
 A SECA E OS EMIGRANTES. *Época*, p. 01, ano I, 13 abr. 1878.
 A SECA. *Época*, nº ???, ano XI, 03 jan. 1889.
 A SECA. *A Imprensa*, nº 541, ano XIII, 02 mai. 1878.
 A SECCA E OS EMIGRANTES. *Época*, Teresina, a. I, n. 02, abr. 1878.
 A SÊCCA, OS EMIGRANTES E A IMPRENSA. *Época*, nº 05, ano I, 04 mai. 1878.
 A SÊCCA. *Época*, nº 33, ano I, 16 nov. 1878.
 A SECCA. *A Imprensa*, nº 516, ano XIII, 31 ago. 1877.
 A SECCA. *A Imprensa*, nº 530, ano XIII, 17 jan. 1878.
 A SECCA. *Phalange*, nº 21, ano I, 05 jun. 1889.
 A VAGABUNDAGEM. *Época*, nº 292, ano VII, 15 fev. 1884.
 ABC. *Época*, nº 04, ano I, 27 abr. 1878.
 ABUSOS INQUALIFICÁVEIS. *A Imprensa*, nº 916, ano XXI, 29 maio. 1886.
 AÇÃO HUMANITÁRIA. *A Imprensa*, nº 543, ano XIII, 23 JUN. 1878.
 AÇÃO MERITÓRIA. *Época*, nº 08, ano I, 25 jun. 1878.
 ACTO MERITÓRIO. *A Imprensa*, nº 600, ano XIV, 06 jul. 1879.
 ADMINISTRAÇÃO FINDA. *Época*, nº 38, ano I, 21 dez. 1878.
 AGORA QUE (...) *A Imprensa*, nº 520, ano XIII, 13 out. 1877.
 AMARANTE (...). *A Imprensa*, nº 532, ano XIII, 13 fev. 1878.
 AMARANTE. *Época*, nº 278, ano VI, 03 nov. 1883.
 AMARANTE. *Época*, nº 570, ano XI, 05 out. 1889
 AMARRAÇÃO. *A Imprensa*, nº 1067, ano XXIV, 06 abr. 1889.
 ANNUNCIOS, *A Imprensa*, nº 979, ano XXIII, 06 ago. 1887.
 ANNUNCIOS. 2.000 BOIS. *Época*, nº 84, ano II, 12 nov. 1879.
 ANNUNCIOS. *Época*, nº 100, 1880.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 383, 1873.
 ANNÚNCIOS. *A Imprensa*, nº 515, ano XIII, 25 ago. 1877.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 524, ano XIII, 19 nov. 1877.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 526, ano XIII, 10 dez. 1877.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 648, 1880.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 682, ano XVI, 29 mai. 1881.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 691, ano XVI, 08 jul. 1881.
 ANNUNCIOS. *A Imprensa*, nº 913, 1886.
 ANNUNCIOS. *A Opinião Conservadora*, nº 54, 1874.
 AO BASAR PARISIENSE. *A Imprensa*, nº 652, ano XVI, 21 ago. 1880.
 AO EXMO. (...). *A Imprensa*, nº 517, ano XIII, 14 set. 1877.

- AS ÚLTIMAS CARTAS (...). *A Época*, nº 538, ano XI, 10 fev. 1889.
- ASSALTO DE EMIGRANTES. *A Phalange*, nº 35, ano I, 29 set. 1889.
- ASSASSINATO. *A Imprensa*, suplemento nº 598, ano XIV, 1879.
- ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, em 25 de junho de 1878. *A Época*, nº 24, ano I, 14 set. 1878.
- ATENÇÃO. *A Época*, nº 60, ano II, 27 mai. 1879.
- ATENDA O PÚBLICO. *A Época*, nº 91, ano III, 03 jan. 1880.
- ATTENDA (...). *A Época*, nº 13, ano I, 29 jun. 1878.
- ATTENDA O EXMO. (...). *A Época*, nº 13, ano I, 29 jun. 1878.
- BARBOSA, Theodoro D'Assis. *A Imprensa*, nº 586, ano XIV, 23 mar. 1879.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A Imprensa*, nº 600, ano XIV, 05 jul. 1879.
- CAMPO MAIOR (...). *A Época*, nº 34, ano I, 23 dez. 1878.
- CAMPO MAIOR (...). *A Imprensa*, nº 518, ano XIII, 25 set. 1877.
- CAMPO MAIOR. *A Época*, nº 34, ano I, 23 nov. 1878.
- CAMPO MAIOR. *A Imprensa*, nº 567, ano XIV, 15 nov. 1878.
- CAMPO MAIOR. *A Imprensa*, nº 567, ano XIV, 15 nov. 1878.
- CAMPO MAIOR. *A Imprensa*, nº 572, ano XIV, 19 dez. 1878.
- CAMPO MAIOR. *A Phalange*, nº 24, ano I, 26 jun. 1889.
- CARVALHO, Ricardo Ernesto Ferreira de. *A Imprensa*, nº 813, ano XIX, 15 mar. 1884.
- CASTELO BRANCO, Herculano. *A Phalange*, nº 28, ano I, 09 ago. 1889.
- CAZA FRANCESA. *A Imprensa*, nº 603, ano XV, 26 jun. 1879.
- CAZA FRANCESA. *A Imprensa*, nº 611, ano XV, 26 set. 1879.
- CEREAES. *A Imprensa*, nº 591, ano XIV, 28 abr. 1879.
- CHAPA PARA DEPUTADOS (...). *A Imprensa*, nº 520, ano XIII, 13 out. 1877.
- COHERENCIA REGENERADORA. *A Época*, nº 42, ano II, 18 jan. 1879.
- COLÉGIO ORFANOLÓGICO. *A Época*, nº 89, ano II, 29 dez. 1879.
- COMISSÃO DE SOCORROS DA UNIÃO. *A Época*, nº 62, ano II, 08 jun. 1879.
- COMISSÃO DE SOCORROS. *A Imprensa*, nº 514, ano XIII, 15? ago. 1877.
- COMISSÃO. *A Imprensa*, nº 535, ano XIII, 21 mar. 1878.
- COMISSÕES SANITÁRIAS. *A Época*, nº 59, ano II, 17 mai. 1879.
- COMPANHIA DE VAPORES. *A Época*, nº 66, ano II, 05 jul. 1879.
- COMPANHIA INDUSTRIAL DO PIAUÍ. *A Opinião Conservadora*, nº 08, ano I, 05 mar. 1874.
- COMPRA-SE. *A Imprensa*, nº 371, ano VIII, 29 jan. 1873.
- CONTINUAÇÃO (...). *A Época*, nº 552, ano XI, 25 mai. 1889.
- DEPOIS DO QUAL (...). *A Imprensa*, nº 595, ano XIV, 15 mai. 1879.
- DESPACHOS de 28 de fevereiro de 1878. *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
- DISCURSO PROFERIDO (...). *A Imprensa*, nº 527, ano XIII, 17 dez. 1877.
- DISCURSO PRONUNCIADO (...). *A Imprensa*, nº 600, ano XIV, 05 jul. 1879.
- DIZ-SE POR AHI (...). *A Época*, nº 290, ano VII, 01 fev. 1884.
- DOCUMENTO. *A Imprensa*, nº 571, ano XIV, 24 dez. 1878.
- DOCUMENTOS OFFICIAES. *A Imprensa*, nº 562, ano XIV, 10 out. 1878.
- DUARTE, Francisco Figueiredo da Silva. *A Época*, nº 40, ano II, 04 jan. 1879.
- EDITAES. *A Opinião Conservadora*, nº 87, ano II, 29 out. 1875.
- EFFEITOS DA SECCA. *A Imprensa*, nº 515, ano XIII, 25 ago. 1877.
- EM DIAS DO MÊS (...). *A Época*, nº 26, ano I, 28 set. 1878.
- EMIGRAÇÃO. *A Imprensa*, nº 519, ano XIII, 29 set. 1877.
- EMIGRANTES. *A Época*, nº 26, ano I, 28 set. 1878.
- EMIGRANTES. *A Época*, nº 559, ano XI, 17 jul. 1889.
- EMIGRANTES. *A Época*, nº 99, ano III, 02 mar. 1880.

- EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 520, ano XIII, 13 out. 1877.
- EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 546, ano XIII, 08 jun. 1878.
- ENFERMARIA (...). *A Imprensa*, nº 599, ano XIV, 30 jun. 1879.
- ESCÂNDALO. *A Época*, nº 60, ano II, 27 mai. 1879.
- ESCÂNDALOS. *A Legalidade*, nº 30, ano I, 30 jul. 1892.
- ESTADA. *A Imprensa*, nº 516, ano XIII, 31 ago. 1877.
- ESTRADAS. *O Piauí*, nº 148, ano IV, 09 nov. 1870.
- EU E O 3º SUPLENTE (...). *A Época*, nº 36, ano I, 07 dez. 1878.
- FALECIMENTOS. *A Época*, nº 25, ano I, 23 set. 1878.
- FALLECIMENTO. *A Época*, nº 05, ano I, 04 mai. 1878.
- FISCAL DOS NÚCLEOS. *A Imprensa*, nº 585, ano XIV, 20 mar. 1879.
- FRANCISCO FIGUEIREDO. *A Época*, nº 40, ano II, 04 mai. 1879.
- FREITAS, Jacob de Almendra F. da. NÚCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 581, p. 02, ano XIV, 22 fev. 1879.
- GORDINHO. *A Imprensa*, nº 564, ano XIV, 25 out. 1878.
- GOVERNO PROVINCIAL, OFÍCIOS, 2ª SECCÃO – nº 100 e 101. *A Imprensa*, nº 602, ano XV, 19 jul. 1879.
- GOVERNO PROVINCIAL, OFÍCIOS, 2ª SECCÃO – nº 282. *A Imprensa*, nº 589, ano XIV, 16 abr. 1879.
- HUMILDES, 07 DE OUTUBRO DE 1878. *A Imprensa*, nº 564, ano XIV, 25 out. 1878.
- HUMILDES. *A Imprensa*, nº 1058, ano XXIV, 01 fev. 1889.
- IMPORTANTE DOCUMENTO. *A Imprensa*, nº 521, ano XIII, 24 out. 1877.
- IMPREVIDÊNCIA REGENERADORA. *A Época*, nº 31, ano I, 02 nov. 1878.
- INSISTÊNCIA INJUSTIFICÁVEL. *A Imprensa*, nº 1082, ano XXIV, 22 jul. 1889.
- INVENTO. *A Imprensa*, nº 198, ano IV, 12 mai. 1869.
- INVERNO. *A Imprensa*, nº 531, ano XIII, 06 fev. 1878.
- JÁ SE MORRE A FOME! *A Phalange*, nº 05, ano I, 15 fev. 1889.
- JÁ SE MORRE A FOME. *A Imprensa*, nº 531, ano XIII, 06 fev. 1878.
- JAICÓS, 08 DE DEZEMBRO DE 1879. *A Época*, nº 90, ano II, 28 dez. 1879.
- JEROMENHA, 08 DE JANEIRO DE 1889. *A Imprensa*, nº 1056, ano XXIV, 19 jan. 1889.
- JOÃO JOAQUIM MENDES DA ROCHA (...). *A Época*, nº 59, ano II, 17 mai. 1879.
- JUIZ MUNICIPAL. *A Imprensa*, nº 526, ano XIII, 10 dez. 1877.
- JUSTUS. *A Imprensa*, nº 650, ano XVI, 07 ago. 1880.
- JUSTUS. *Estado do Piauí*, nº 08, ano I, 31 jan. 1890.
- LEGUMES PARA PLANTAS. *A Imprensa*, nº 574, ano XIV, 08 jan. 1879
- LUIZ CORREIA LIMA. *A Imprensa*, nº 864, ano XX, 23 abr. 1885.
- MACHADO, Manuel da Cunha. *A Reforma*, nº 21, ano I, 20 de agosto de 1887.
- MAIS ADULAÇÃO (...). *A Phalange*, nº 04, ano I, 05 fev. 1889.
- MAIS UM PRODUTO (...). *A Época*, nº 63, ano II, 16 jun. 1879.
- MANGA (...) *A Imprensa*, nº 1079, ano XXIV, 02 jun. 1889.
- MANGA (...) e PRÍNCIPE IMPERIAL (...). *A Imprensa*, nº 519, ano XIII, 29 set. 1877.
- MANGA (...). *A Imprensa*, nº 519, ano XIII, 29 set. 1877.
- MANGA, 02 DE SETEMBRO DE 1877. *A Imprensa*, nº 519, ano XIII, 29 set. 1877.
- MANGA. *A Imprensa*, nº 1079, ano XXIV, 02 jun. 1889.
- MANIFESTAÇÃO HONROSA. *A Imprensa*, nº 559, ano XIV, 25 set. 1878.
- MEDIDA ACERTADA. *A Phalange*, nº 22, ano I, 12 jun. 1889.
- MIMOS. *A Época*, nº 571, ano XI, 12 out. 1889
- MISSÃO POLICIAL AOS HUMILDES. *A Época*, nº 138, ano III, 21 dez. 1880.
- MORRER DE FOME. *A Imprensa*, nº 526, ano XIII, 10 dez. 1877.
- MOURA, Constantino Luiz da S. *A Imprensa*, nº 562, ano XIV, 10 out. 1878.

- MUAMBA. *A Época*, nº 46, ano II, 15 abr. 1879.
- NEGÓCIOS DO PIAUHY. Discurso do senador Parnaguá na Sessão de 18 de agosto de 1879, do senado. *A Imprensa*, nº 610, ano XV, 20 set. 1879.
- NO DIA 10 (...). *A Época*, nº 105, ano III, 17 abr. 1880.
- NÓS ABAIXO ASSINADOS (...). *A Imprensa*, nº 564, ano XIV, 25 out. 1878.
- NÓS E O SR. (...). *A Época*, nº 56, ano I, 26 abr. 1879.
- NOVA ESPÉCIE DE SOCORRO. *A Época*, nº 60, ano II, 17 mai. 1879.
- NOVA ESPÉCIE DE SOCORRO. *A Imprensa*, nº 596, ano XIV, 06 jun. 1879.
- NOVAS FORÇAS NO FORO DE JAICÓS. *A Época*, nº 132, ano III, 30 out 1880.
- NÚCLEO DE EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 543, ano XIII, 13 mai. 1878.
- NÚCLEO FELICIDADE. *A Imprensa*, nº 580, ano XIV, 15 fev. 1879.
- NÚCLEO FELICIDADE. *A Imprensa*, nº 581, ano XIV, 22 fev. 1879.
- NÚCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 581, ano XIV, 22 fev. 1879.
- NÚCLEO NA CAPITAL. *A Época*, nº 31, ano I, 02 nov. 1878.
- NÚCLEOS. *A Época*, nº 22, ano I, 31 ago. 1878.
- NÚCLEOS. *A Imprensa*, nº 581, ano XIV, 22 fev. 1879.
- NUNCLEO GANDU. *A Imprensa*, nº 542, ano XIII, 10 mai. 1878.
- O ÂNGULO DA MEDIDA. *A Época*, nº 73, ano II, 23 ago. 1879.
- O CABANO. *A Época*, nº 133, ano III, 06 nov. 1879.
- O CAMBÃO. *O Apóstolo*, nº 154, ano IV, 29 mai. 1910.
- O CIGANO. *A Época*, nº 284, ano VI, 22 dez. 1883.
- O DELEGADO DE POLÍCIA (...). *A Imprensa*, nº 564, ano XIV, 25 out. 1878.
- O DEPUTADO (...). *A Phalange*, nº 09, ano I, 13 mar. 1889.
- O DR. JUIZ DE DIREITO (...). *A Imprensa*, nº 507, ano XII, 30 mai. 1877.
- O GOVERNO (...). *A Phalange*, nº 28, ano I, 09 ago. 1889.
- O GOVERNO DA PROVÍNCIA E OS NÚCLEOS. *A Época*, nº 21, ano I, 24 ago. 1878.
- O GOVERNO E OS EMIGRANTES. *A Época*, nº 02, ano I, 13 abr. 1878.
- O NÚCLEO SANT'ANA. *A Época*, nº 12, ano I, 22 jun. 1878.
- O NÚCLEO SANT'ANA. *A Época*, nº 15, ano I, 13 jun. 1878.
- O SR. JOSÉ DE ARAÚJO (...). *A Época*, nº 08, ano I, 25 mai. 1878.
- O SR. JOSÉ DE ARAUJO CONTINUA (...). *A Época*, nº 08, ano I, 25 mai. 1878.
- OEIRAS e PICOS. *A Época*, nº 04, ano I, 24 abr. 1878.
- OEIRAS. *A Imprensa*, nº 1053, ano XXIV, 29 dez. 1888.
- OEIRAS. *A Imprensa*, nº 1058, ano XXIV, 01 fev. 1889.
- OEIRAS. *A Imprensa*, nº 516, ano XIII, 31 ago. 1877.
- OEIRAS. *A Imprensa*, nº 526, ano XIII, 10 dez 1877.
- OEIRAS. *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
- OEIRAS: A SECA NO SUL DA PROVÍNCIA. *A Imprensa*, nº 1053, ano XXIV, 29 dez. 1888
- OFFERTA IMPORTANTE. *A Imprensa*, nº 503, ano XII, 07 ?? 1877.
- OFFÍCIOS nº 332. *A Imprensa*, nº 553, ano, XIV, 13 ago. 1878.
- OFFÍCIOS, 1ª seção, nº 268, de 13 de abril de 1878. *A Imprensa*, Suplemento ao nº 559, 21 abr. 1878.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 01, de 07 de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 602, ano XIV, 19 jul. 1879.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 01, de 09 de julho de 1879. *A Imprensa*, nº 610, ano XV, 26 set. 1879.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 01, de 1º de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 600, ano XIV, 05 jul. 1879.

- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 124, de 14 de janeiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, ano XIV, 26 fev. 1879.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 173 e 174, de 27 de maio de 1878. *A Imprensa*, nº 546, ano XIII, 08 jun. 1878.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 368, de 12 de março de 1879. *A Imprensa*, nº 591, ano XIV, 23 abr. 1879.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 791, de 05 de novembro de 1878. *A Imprensa*, nº 567, , ano XIV, 15 nov. 1878.
- OFFÍCIOS, 1ª sessão, nº 893, de 10 de dezembro de 1878. *A Imprensa*, nº 572, ano XIV, 19 dez. 1878.
- OFFÍCIOS, 2ª seção, nº 189, de 12 de abril de 1878. *A Imprensa*, Suplemento ao nº 559, 21 abr. 1878.
- OFFÍCIOS, 2ª sessão, nº 100 e 101, de 08 de maio de 1878. *A Imprensa*, nº 602, ano XV, 19 jul. 1879.
- OFFÍCIOS, 2ª sessão, nº 326, de 15 de março de 1879. *A Imprensa*, nº 591, ano XIV, 23 abr. 1878.
- OFFÍCIOS, nº 146, de 04 de abril de 1878. *A Imprensa*, nº 551, ano XIV, 25 jun. 1878.
- OFFÍCIOS, nº 223. *A Imprensa*, nº 539, ano XIII, 21 mai. 1878.
- OFFÍCIOS, nº 272, de 26 de junho de 1878. *A Imprensa*, nº 539, ano XIII, 21 abr. 1878.
- OFFÍCIOS, Nº 442, de 14 de agosto de 1878. *A Imprensa*, nº 555, ano XIV, 24 ago. 1878
- OFFÍCIOS, nº 632, de 01 de outubro de 1878. *A Imprensa*, nº 562, ano XIV, 10 out. 1878.
- OFFÍCIOS, nº 90, de 06 de fevereiro de 1880. *A Imprensa*, nº 631, ano XV, 23 fev. 1880.
- OFFÍCIOS. 03 de março de 1890. *Estado do Piauí*, nº 21, ano I, 07 mar. 1890.
- OFFÍCIOS. 07 de dezembro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 01, ano I, ?? jan. 1890.
- OFFÍCIOS. 1ª sessão de 06 de agosto de 1889. *A Imprensa*, nº 1095, ano XXV, 09 nov. 1889.
- OFFÍCIOS. 1º sessão, de 06 de julho de 1889. *A Imprensa*, nº 1083, ano XXIV, 27 jul. 1889.
- OFFÍCIOS. 1º sessão, de 16 de julho de 1889. *A Imprensa*, nº 1087, ano XXV, 24 ago. 1889.
- OFFÍCIOS. 22 de janeiro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 08, ano I, 31 jan. 1890.
- OFFÍCIOS. 26 de fevereiro de 1890. *Estado do Piauí*, nº 21, ano I, 02 mar. 1890.
- OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 44, ano XIII, 22 mai. 1878.
- OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 553, ano XIV, 13 ago. 1878.
- OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 582, ano XIV, 26 fev. 1879.
- OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 596, ano XIV, 06 jun. 1879.
- OFFÍCIOS. Atos do Governo do Piauí, do dia 22 de março de 1890. *Estado do Piauí*, nº 31, ano I, 28 mar. 1890.
- OFFÍCIOS. Nº 08, de 17 de abril de 1878. *A Imprensa*, nº 540, ano XIII, 28 abr. 1878.
- OFFÍCIOS. Nº 09, de 17 de dezembro de 1878. *A Imprensa*, nº 574, ano XIV, 08 de janeiro de 1879.
- OFFÍCIOS. Nº 104, de 28 de janeiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, ano XIV, 26 fev. 1879.
- OFFÍCIOS. Nº 119, de 13 de fevereiro de 1879. *A Imprensa*, nº 582, ano XIV, 26 fev. 1879.
- OFFÍCIOS. Nº 133, de 13 de maio de 1878. *A Imprensa*, nº 544, ano XIII, 22 mai. 1878.
- OFFÍCIOS. Nº 205, de 05 de abril de 1878. *A Imprensa*, nº 539, ano XIII, 21 abr. 1878.
- OFFÍCIOS. Nº 274, de 30 de maio de 1879. *A Imprensa*, nº 606, ano XV, 16 ago. 1879.
- OFFÍCIOS. Nº 349, de 02 de agosto de 1878. *A Imprensa*, nº 555, ano XIV, 24 ago. 1878.
- OFFÍCIOS. Nº 397, de 03 de agosto de 1878. *A Imprensa*, nº 555, ano XIV, 24 ago. 1878.
- OFFÍCIOS. Nº 554, de 20 de setembro de 1878. *A Imprensa*, nº 562, ano XIV, 10 out. 1878.
- OFFÍCIOS. Nº 623 e 624, de 20 de setembro de 1878. *A Imprensa*, nº 560, , ano XIV, 28 set. 1878.
- OFFÍCIOS Nº 494 e 514. *A Imprensa*, nº 560, ano XIV, 28 set. 1878.
- OFFÍCIOS. *A Imprensa*, nº 553, ano XIV, 13 ago. 1878

- OS EFEITOS DA SECCA. *A Época*, nº 10, ano I, 08 jun. 1878.
- OS EFEITOS DA SECCA. *A Phalange*, nº 01, ano I, 12 jan. 1889.
- OS EMIGRANTES E A SECCA. *A Época*, nº 04, ano I, 27 abr. 1878.
- OS EMIGRANTES. *A Época*, nº 08, ano I, 25 mai. 1878.
- OS EMIGRANTES. *A Imprensa*, nº 561, ano XIV, 04 out. 1878, *grifo meu*.
- OS HORRORES DA SECCA. *A Época*, nº 21, ano I, 24 ago. 1878.
- OS LIBERAIS SE DIVERTEM. *A Época*, nº 30, ano I, 27 out. 1878.
- OS MESMOS EM TODA PARTE. *A Época*, nº 28, ano I, 12 out. 1878.
- OS MESMOS EM TODA PARTE. *A Época*, nº 28, ano I, 12 out. 1878.
- OS NÚCLEOS. *A Época*, nº 21, ano I, 24 ago. 1878.
- P. IMPERIAL. *A Imprensa*, nº 521, ano XIII, 24 out. 1877.
- PARNAHYBA. *A Imprensa*, nº 1073, ano XXIV, 18 mai. 1889.
- PARNAÍBA. *A Imprensa*, nº 515, ano XIII, 25 ago. 1877.
- PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
- PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
- PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 561, ano XIV, 04 out. 1878.
- PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 571, ano XIV, 14 dez. 1878.
- PARTE OFFICIAL (...). *A Imprensa*, nº 574, ano XIV, 08 jan. 1879.
- PARTE OFFICIAL. *A Imprensa*, nº 629, ano XV, 18 fev. 1880.
- PARTE OFFICIAL. *A Imprensa*, suplemento ao nº 555, ano XIII, 21 mar. 1878.
- PARTE OFICIAL (...) PORTARIA nº 45. *A Imprensa*, nº 541, 02 maio de 1878.
- PARTIDA. *A Imprensa*, nº 518, ano XIII, 25 set. 1877.
- PAZ, André Jacome. *A Imprensa*, nº 572, ano XIV, 19 dez. 1878.
- PERIPERY, 10 DE SETEMBRO DE 1877. *A Imprensa*, nº 518, ano XIII, 25 set. 1877.
- PICOS. *A Imprensa*, nº 1056, ano XXIV, 01 jan. 1889.
- PIRACURUCA (...). *A Época*, nº 552, ano XI, 25 mar. 1889.
- PIRACURUCA, 29 DE ABRIL DE 1877. *A Imprensa*, nº 507, ano XII, 30 mai. 1877.
- PIRACURUCA. *A Imprensa*, nº 532, ano XIII, 13 fev. 1878.
- PIRAJÁ. *A Época*, nº 35, ano I, 30 nov. 1878.
- POLÍCIA. *A Imprensa*, nº 946, ano XXII, 04 dez. 1887.
- PORTARIAS. 1ª sessão, de 01 de agosto de 1889. *A Imprensa*, suplemento ao nº 1093, ano XXV, 16 out. 1889.
- PORTARIAS. 1ª sessão, de 31 de julho de 1889. *A Imprensa*, nº 1093, ano XXV, 16 out. 1889.
- PORTARIAS. *A Imprensa*, nº 519, ano XV, 29 nov. 1879.
- PORTARIAS. *A Imprensa*, nº 539, ano XIII, 21 abr. 1878.
- POSSE. *A Imprensa*, nº 533, ano XIII, 28 fev. 1878.
- PREJUDICADO. *A Época*, nº 69, ano II, 26 jul. 1879.
- PRÍNCIPE IMPERIAL. *A Imprensa*, nº 527, ano XIII, 12 dez. 1877.
- PRÍNCIPE-IMPERIAL (...). *A Imprensa*, nº 519, ano XIII, 29 set. 1877.
- PROMOTOR DE PIRACURUCA. *A Imprensa*, nº 523, ano XIII, 10 nov. 1877.
- PROPOSTAS. *A Época*, nº 60, ano II, 27 mai. 1879.
- PUBLICAÇÕES GERAES. *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
- QUARTEL DE POLÍCIA. *A Imprensa*, nº 727, ano XVIII, 20 abr. 1882.
- RELATÓRIO. *A Época*, nº 28, ano I, 12 out. 1878.
- RETIRO (...). *A Época*, nº 105, ano III, 17 de abril de 1880.
- ROZA, Firmino José. *A Imprensa*, nº 623, ano XV, 30 dez. 1879.
- S. FILOMENA. *A Imprensa*, nº 524, ano XIII, 19 nov. 1877.
- SALUBRIDADE PÚBLICA. *A Imprensa*, nº 546, ano XIII, 08 jun. 1878
- SANTO ANTONIO DE GILBUÉS. *O Apóstolo*, nº 132, ano III, 19. Dez. 1909.

- SÃO HOJE 18 DE ABRIL (...). *A Imprensa*, nº 508, ano, XII, 09 jun. 1877.
- SÃO POR (...). *A Época*, nº 554, ano XI, 08 jun. 1889.
- SARMENTO, Juvêncio. *A Imprensa*, nº 583, ano XIV, 06 mar. 1879.
- SARMENTO, Juvêncio. *A Imprensa*, nº 583, ano XIV, 06 mar. 1879.
- SECA. *A Época*, nº 34, ano I, 23 jul. 1878.
- SECCA HORRÍVEL EM JAICÓS. *A Imprensa*, nº 524, ano XIII, 19 nov. 1877.
- SECCA NO NORTE. *A Imprensa*, nº 100, ano XXXI, 29 nov. 1877.
- SECCA NO PIAUHY. *A Imprensa*, nº 1082, ano XXIV, 22 jul. 1889.
- SECCA. *A Imprensa*, nº 1075, ano XXIV, 01 jun. 1889.
- SECCA, FOME E PESTE. *A Phalange*, nº 10, ano I, 20 mar. 1889.
- SECCA. *A Época*, nº 38, ano I, 21 dez. 1878.
- SECCA. *A Imprensa*, nº 1075, ano XXIV, 01 jun. 1889.
- SECCA. *A Imprensa*, nº 505, ano XII, 02 mai. 1877.
- SECCA. *A Imprensa*, nº 508, ano XII, 09 jun. 1877.
- SECCA. *A Imprensa*, nº 508, ano XII, 09 jun. 1877.
- SECCA. *A Imprensa*, nº 515, ano XIII, 25 ago. 1877.
- SECCA. *A Phalange*, nº 02, ano 01, 19 jan. 1889.
- SECCA. *A Phalange*, nº 34, Ano I, 21 set. 1889.
- SEM CONCURRENCIA. *A Época*, nº 63, ano II, 16 jun. 1879.
- SENADO. SESSÃO DE 18 DE AGOSTO DE 1879. *A Imprensa*, nº 610, ano XV, 20 set. 1879.
- SENHORES REDADORES (...). *A Imprensa*, nº 527, ano XIII, 17 dez. 1877.
- SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1878. *A Época*, nº 13, ano I, 29 jun. 1878.
- SILVA, Agesilão Pereira da. *A Opinião conservadora*, nº 89, ano II, 11 de nov. 1875.
- SOCORRO MAL EMPREGADO. *A Época*, nº 10, ano I, 08 jul. 1878.
- SOCORROS AOS EMIGRADOS. *A Imprensa*, nº 556, ano XIV, 04 set. 1878.
- SOCORROS PÚBLICOS. *A Época*, nº 56, ano II, 26 abr. 1879.
- SOCORROS PÚBLICOS. *A Imprensa*, nº 1069, ano XXIV, 23 abr. 1889.
- SRS. REDADORES (...). *A Imprensa*, nº 519, ano XIII, 29 set. 1877.
- THEREZINA, 05 DE MARÇO DE 1878. *A Imprensa*, nº 534, ano XIII, 14 mar. 1878.
- THEREZINA, 25 DE SETEMBRO DE 1882. *A Imprensa*, nº 721, ano XVIII, 23 fev. 1882.
- TROCOS E TROCAS. *A Imprensa*, nº 1069, ano XXIV, 25 abr. 1889.
- UM DOS OFENDIDOS. *A Imprensa*, nº 508, ano XII, 09 jun. 1877.
- UM LIBERAL PURO. *A Época*, nº 14, ano I, 06 jul. 1878.
- UM POETA DO NORTE. *A Imprensa*, nº 789, ano XIX, 08 set. 1883.
- UMA PESSOA (...). *A Época*, nº 571, ano IX, 12 out. 1889.
- UNIÃO e FOME E PESTE. *A Época*, nº 70, ano II, 02 ago. 1879.
- UNIÃO. *A Época*, nº 66, ano II, 05 jul. 1879.
- VALENÇA. *A Imprensa*, nº 1054, ano XXIV, 03 jan. 1889.
- VAMPIROS. *A Época*, nº 08, ano I, 25 mai. 1878.
- VARÍOLA. *A Época*, nº 63, ano II, 16 jun. 1879.
- VENDA DE GADOS. *A Época*, nº 32, ano I, 09 nov. 1878.
- VENDA DE UM SÍTIO E SEIS FAZENDAS. *A Época*, nº 13, ano I, 29 jun. 1878.
- VENDE UM SÍTIO. *A Imprensa*, nº 529, ano XIII, 29 set. 1877.
- VISTOS O AUTOS (...). *A Época*, nº 56, ano II, 26 abr. 1879.
- VIVERES DO GOVERNO. *A Época*, nº 66, ano II, 05 jul. 1879.

Ofícios, atas, contratos e códigos das Comissões de Socorros Públicos e documentos diversos consultados no Arquivo Público do Estado do Piauí

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Offícios dos Contratantes. Documento sem numeração, de 02 de outubro de 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Documento sem numeração. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Lista geral dos emigrantes do núcleo Santa Philomena, 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Parnaíba, de 12 de junho de 1878. Localização: Cod. 1053, Est. 09, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 52, de 01 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 225, de 28 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 249, de 02 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 21, de 09 de abril de 1879. Códice Comissão de Socorros 1879. Localização: Cod. 579, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 156, de 01 de fevereiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 13?, de 25 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 335, de 04 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº ???, de 10 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº S/N, de 22 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 319, de 16 de julho de 1878. Offícios da presidência. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 815, de 09 de novembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 164, de 18 de abril de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 759, de 25 de outubro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 884, de 05 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 17, de 17 de novembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 140, de 14 de dezembro de 1879. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 22 de 22 de abril de 1878, Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 302, de 12 de junho de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 114, de 02 de maio de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 26 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 15 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Offícios de contratantes de núcleos. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 12 de abril de 1878. Ofícios dos contratantes dos núcleos. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 09 de agosto de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 13 de agosto de 1878. Comissão de Socorros de Parnaíba. Localização: Cod. 1053, Est. 09, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 14 de junho de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 16 de dezembro de 1878. Caixa de Requerimentos, comissão de socorros públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 05 de maio de 1878. Petições e despachos, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que foram designados para o núcleo Gandu, em 06 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que foram designados para o núcleo Sítio, em 08 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que foram designados para o núcleo Sítio, de 24 a 31 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que evadiram sem guia do núcleo Alagoa da Mata entre 01 de julho e 07 de agosto de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes que se retiraram do núcleo Gandu em julho 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de emigrantes recebidos no núcleo Alagoa da Mata entre 01 e 06 de agosto de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Relação de recém-nascidos filhos de emigrantes no núcleo Alagoa da Mata em agosto e setembro de 1878. Documento de 01 de outubro e 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Manoel Joaquim Sobreira em 14 de novembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Sr. Dr. presidente da província, com o Sr. Barão de Campo Maior para o estabelecimento de um núcleo de emigrantes no sítio Alagoa da Mata (...), em 07 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Aditamento aos contratos celebrados entre a comissão de socorros de Teresina e os contratantes dos núcleos de emigrantes, em 21 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Aditamento entre os contratos celebrados entre a comissão de socorros de Teresina e os contratantes dos núcleos de emigrantes, de 20 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ata da sessão da Comissão de Socorros de Teresina, na data de 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ata da primeira sessão da comissão de Socorros de Teresina, na data de 23 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Câmara de Oeiras. Ofício ao presidente da província do Piauí, de 21 de março de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 5586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Circular nº 426, 11 de fevereiro de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 583, Estante 05, Prateleira 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Ofício nº 767, de 08 de abril de 1889 e Ofício nº 432, de 04 de outubro de 1889. Localização: Código 581, Estante 05, Prateleira 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Códices da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Relação de emigrantes que foram designados ao Núcleo Guandu, em 06 de outubro de 1878. Localização: Código 586, estante 05, prateleira 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Contrato que fez a comissão de Socorros de Teresina com o Barão de Campo Maior para o estabelecimento de um núcleo de emigrantes no sítio Alagoa da Mata, em 27 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documento avulso, de 22 de agosto de 1877. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do governo. Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Oeiras, em 16 de outubro de 1877. Caixa Comissão de Socorros de Oeiras, localização não identificada.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do governo. Subsérie: Escravos. *Resumo Geral dos Escravos Matriculados na Província do Piauí* [s. d.]. Caixa: 417.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Lista de óbitos do núcleo Alagoa da Mata entre 01 de junho e 07 de agosto de 1878. Termos de Inspeção, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 598, estante 05, prateleira 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro da Comissão de Socorros Públicos de Teresina - Contratante dos Núcleos (1878). Código: 584, estante 05, prateleira 03. Relação de emigrantes do Núcleo Santa Filomena, Teresina (1879).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de registro de óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Dores. Secretaria da Câmara Municipal de Teresina. Livro nº 07, 1877-1905.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de Registros da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, entre julho e agosto de 1879. Localização: código 1.297, estante 11, prateleira 04.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro nº 01 do 1º Cartório de registro civil de Teresina. Casamento (1891-1894).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício com data de 16 de março de 1878, dirigido ao presidente da província do Piauí, Cel. José de Araújo Costa. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício com data de 18 de março de 1878, dirigido ao presidente da província do Piauí, Cel. José de Araújo Costa. Localização: Caixa 40, 1875-1881

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício da Comissão de Socorros de Campo Maior, sem numeração, de 23 de agosto de 1877. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício dos membros da Comissão de Socorros de Teresina, 20 de março de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício elaborado para o Presidente da Província do Piauí, Cel. José de Araújo Costa, em 18 de março de 1878, da vila Campo Maior. Localização: Cx. 40, 1875 a 1881, p. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Oeiras ao presidente da Província, de 16 de outubro de 1877. Localização: Cod. 1053, estante 09, prateleira 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao presidente da província, Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, em 03 de outubro de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 19 de março de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 18 de março de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 29 de janeiro de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Comissão de Socorros de Teresina, ao palácio do governo em 14 de março de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício encaminhado pelo engenheiro Antonio de Sousa Melo Neto ao presidente da Província do Piauí, Teófilo Fernandes dos Santos, em 13 de agosto de 1889. Documento sem numeração, Caixa 01, comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 03, de 22 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 05, de 23 de agosto de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 1039, encaminhado a comissão de Socorros de Oeiras, de 04 de março de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Código 581, Estante 05, Prateleira 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 144, fevereiro de 1880. Teresina, Códice com ofícios da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 580, estante 05, prateleira 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 148, de 31 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 160, de 05 de fevereiro de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-junho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 301, de 28 de janeiro de 1890. Códice Comissão de Socorros. Localização: Cód. 583, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 419, da comissão patriótica de socorros de Teresina, de 10 de fevereiro de 1890. Códice Comissão de Socorros. Localização: Cód. 583, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 523, de 21 de novembro de 1877. Ofício nº 93, de 07 de dezembro de 1877. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Cód. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 54, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 58, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 64, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 67, de 23 de abril de 1879. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 692, de 10 de outubro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 78, de 07 de outubro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 904, de 11 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 796, de 07 de novembro de 1878. Comissão de Socorros (julho-dezembro) 1878. Localização: Cod. 577, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 814, de 12 de novembro de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 87, de 07 jan. 1879, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO nº 92, de 19 mar. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício S/N, de 15 de maio de 1878. Comissão de Socorros. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício S/N, de 28 de março de 1878. Comissão de Socorros (janeiro-julho) 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, com data de 09 de abril de 1878, Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 02 abr. 1878, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 04 abr. 1878, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 09 abr. 1878, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 19 mar. 1879, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 22 mar. 1878, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 23 mar. 1879, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 25 mar. 1879, Teresina, caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina, de 30 de outubro de 1877. Campo Maior. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração. Juiz do distrito de Campo Maior, na União de 30? de dezembro? de 1878. Localização: Caixa 40, 1875-1881.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo, documento de 30 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Cod. 586, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo, Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da província do Piauí, pela Comissão de socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo, Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros desta capital e o cidadão Antonio Rodrigues Teixeira e Silva, de 21 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Cod. 593, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 66, de 23 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº S/N, de 23 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 29?, de 06 de abril de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina (1876-1877) Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 740, de 21 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 581, de 19 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 20 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos. 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 22 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ata da Comissão de Socorros de Teresina em 15 de abril de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Circular nº 205, de 04 de abril de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Cód.581, Est.05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Comissão de Socorros. Ambulância para tratamento de emigrantes acometidos por febres intermitentes na vila de Valença, de 16 de julho de 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Comissão de Socorros. Ambulância para tratamento de emigrantes residentes na vila de União, de 11 de julho de 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da província do Piauí, pela Comissão de socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Lista de emigrantes que se retiraram do núcleo Deserto, de 2? de fevereiro de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Livro Contratante do Núcleos. Comissão de Socorros. Relação de medicamentos para tratamento de emigrantes que fazem parte do núcleo em Santo Antonio. 31 de agosto 1878. Localização: Cod. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício de 04 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Cod. 587, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 01, de 16 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos, caixa 320.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 306, de 17 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos 1879. Localização: Cod. 579, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 04, ?? de abril de 1878. Caixa – Correspondências recebidas pela Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº ?13, de 04 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos 1878. Localização: Cod: 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 826, de 26 de novembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos 1878. Localização: Cod: 587, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 346 de 15 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Cod. 575, Prat. 05, Est. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 834, de 19 de novembro de 1878. Comissão de Socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 1??, de 29 de agosto de 1877 Comissão de Socorros Públicos (1877-1878). Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 70, encaminhado à Comissão de Socorros de Teresina, 24 de abril de 1879. Códice Comissão de Socorros 1879. Localização: Cód. 579, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 429, de 10 de fevereiro de 1890. Códice Comissão de Socorros. Localização: Cód. 583, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 241, de 25 de setembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 645, de 27 de setembro de 1878 Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Cód. 578, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 179, de 28 de maio de 1878. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina (janeiro-junho 1878). Localização: Cód. 576, Est. 05, Prat.02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 141, de 07 de maio de 1879. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1879. Localização: Cód. 579, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº 238, de 14 de agosto de 1889. Códice da Comissão de Socorros Públicos. Localização: Cód. 581, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 822, de 19 de novembro de 1878. Offícios da presidência. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício s/n, de 13 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 09 de janeiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, Caixa 320.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 11 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos (1876-1877). Localização: Cod. 575, Prat. 05, Est. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 07 de abril de 1879. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 10 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos (1878). Localização: Cod. 578, Prat. 05, Est. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Felicidade. 14 de maio de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Documento sem numeração e sem data. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Santa Philomena. 23 de outubro de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Felicidade. 08 de agosto de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Gandú, de 09 de agosto de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Felicidade, de 30 de setembro de 1878 e Termo de inspeção do núcleo Deserto, de 02 de outubro de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Registro de ofícios da presidência. Termo de inspeção do núcleo Santa Philomena, de 44 de agosto de 1878. Localização: Cod. 588, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Relação de ferramentas e mais utensílios que recebi para o cemitério em construção. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Sala das sessões da comissão de socorros de Teresina, 03 de janeiro de 1879. Documento avulso, Caixa 01, Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção dos núcleos assinado por Barão de Gurgueia em 20 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros de Teresina e o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, em 17 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878, Caixa 320.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Quadro de cereais existentes no depósito da comissão de socorros de Teresina em 17 de dezembro de 1878. Documento avulso, Caixa 01 – Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relação dos emigrantes existentes no quartel de polícia, de 18 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Cod. 586, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Sítio, de 03 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Sítio, de 25 de setembro de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Felicidade, de 08 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Felicidade, de 30 de setembro de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Alagoa da Mata, de 07 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Alagoa da Mata, de 29 de setembro de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Gandu, de 09 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Gandu, de 27 de setembro de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Deserto, de 09 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Deserto, de 02 de outubro de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Santa Philomena, de 14 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Santa Philomena, de 03 de outubro de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Santo Antonio, de 22 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de inspeção do núcleo Santo Antonio, de 22 de agosto de 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratados dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratados dos núcleos (...), em 11 de julho de 1878. (...). Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros desta capital com o Tenente coronel Ignácio de Sousa Lima, em 03 de outubro de 1878. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03;

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03. Estas mesmas cláusulas estavam presentes em todos os outros contratos assinados em março de 1878.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina, com o cidadão Lucio Ferreira Lima, para a formação de um núcleo no lugar Santo Antonio (...), em 18 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com o cidadão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco para a formação de um núcleo de emigrantes em seu sítio Guandu, com assistência do Dr. Procurador fiscal da tesouraria da fazenda (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina, com o cidadão Lucio Ferreira Lima, para a formação de um núcleo no lugar Santo Antonio (...), em 18 de junho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina com o cidadão Mariano Gil Castelo Branco para a formação de dois núcleos de emigrantes nos sítios Felicidade e São Lourenço (...), em 23 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a comissão de socorros de Teresina com o capitão Raimundo Sisínio de Lima e Almeida para a formação de um núcleo de emigrantes (...), em 26 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de contrato que fez a Comissão de Socorros de Teresina com Antonio Martins Viana, para a formação de um núcleo Sítio, em 29 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Termo de inspeção do núcleo Santo Antonio, de 22 de agosto de 1878, assinado pelo fiscal dos núcleos, Barão e Gurguéia. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Termos de Inspeção, 1878. Localização: Cod. 592, Est. 05, Prat. 03.

Livros eclesiásticos

ARQUIVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Teresina-PI. Livro de registro de casamento dos anos de 1883-1888 e 1888-19891.

ARQUIVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, Teresina-PI. Livro de registro de casamento dos anos de 1888 a 1894, registro nº 806, de 25 de setembro de 1888.

ARQUIVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, Teresina-PI. Livros de registro de casamento dos anos de 1883 a 1888 e de 1888 a 1894.

Relatórios do Ministério do Império e anais do senado

ANAES DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. 13^o sessão da 16^o legislatura, de 25 de junho de 1877. Volume I. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1887.

Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878.

Relatório apresentado Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Viana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

Relatório apresentado Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1879.

Falas, mensagens e relatórios provinciais e estaduais

Ceará

Fala com que o Exmo. Dr. desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembla Legislativa no dia 1^o de setembro de 1886, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, e ofício com que o mesmo passou a administração da província ao Exmo. Sr. Enéas de Araujo Torreão, no dia 21 do referido mês. Typ. Econômica. Fortaleza, 1886.

Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2^a sessão da 23^a legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877.

Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1^a sessão da 24^a Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1^o de novembro de 1878. Fortaleza. Typographia Brasileira, 1879.

Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1^o sessão da 25^a legislatura, da Assembleia Provincial, no dia 01 de julho de 1880. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1880.

Fala com que o Exmo. Sr. Senador Henrique Francisco D'ávila, presidente da província do Ceará, abiu a 2^o sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de julho de 1889. Fortaleza, Typogrphia da Gazeta do Norte, 1889.

Fala com que o Sr. Conselheiro Sival Odorico de Moura, presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1885, por ocasião da instalação da sua sessão ordinária Fortaleza. Typographia da Gazeta do Norte, 1885.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa do Ceará na segunda sessão da 26^a legislatura pelo presidente da província Dr. Enéas de Araujo Torreão. Typ. Econômica. Fortaleza, 1887.

Fala que o Exmo. Sr. Comendador Dr. Satyro D'Oliveira Dias, dirigiu a Assembleia Legislativa, do Ceará na sessão ordinária de 1883. Typografia do Cearense, 1884.

Fala recitada na abertura da Assembla Legislativa Provincial do Ceará pelo Excelentíssimo presidente da província, Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de novembro de 1868. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1868.

Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1901, pelo presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza, Typ. Economica, 1901.

Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1915, pelo presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso. Fortaleza, Typ. Moderna, 1915.

Mensagem do presidente do Estado do Ceará. Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à respectiva Assembleia Legislativa, em sua 5ª sessão ordinária da 1ª Legislatura. Fortaleza. Typ. da República 1896.

Mensagem do presidente do Estado do Ceará. Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembleia Legislativa, em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura. Fortaleza. Typ. da República 1893.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza: Typ. do Cearense, 1881.

Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente da província do Ceará, pelo 2º vice-presidente da mesma, Coronel Joaquim da Cunha Freire, no ato de passar-lhe a administração, em 20 de janeiro de 1871. Typographia Cearense. Fortaleza, 1871.

Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, passou a administração da província do Ceará, ao Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira D'Aguiar, presidente da mesma província, no dia 23 de novembro de 1877. Typographia do Pedro II. Fortaleza, 1871.

Relatório com que o Dr. Enéas de Araújo Torreão passou a administração da Província do Ceará, ao Dr. Antônio Caio da Silva Prado, no dia 21 de abril de 1888. Typ. Constitucional, nº 24. Fortaleza, 1888.

Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Henrique D'ávila, senador do Império e presidente do Ceará, passou a administração ao Exmo. Sr. Jerônimo de Moraes Jardim, no dia 09 e setembro de 1889. Fortaleza, Typographia Econômica, 1889.

Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, passou a administração da província do Ceará ao Exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1878.

Piauí

Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885.

Fala com que o Exmo. Sr. Presidente D. Francisco José Viveiros de Castro abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura a Assembleia Provincial do Piauí, do dia 02 de junho de 1888. Teresina, Typ. do Telephone, 1888.

Fala com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí, no dia 08 de outubro de 1886. Teresina, Typ. do Telephone, 1886.

Notícia sobre as comarcas da província do Piauí, na conformidade dos Avisos do Ministério da Justiça, de 28 de setembro de 1883 e 14 de outubro de 1884, e da ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, por Francisco Augusto Pereira da Costa, Secretário da mesma província. *In*: Fala com que o do Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva, abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885. Teresina, Typ. da Imprensa, 1885.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí em sessão ordinária em 1º de junho de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1877.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, em sua sessão extraordinária de 13 de abril de 1877, pelo Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Batista, presidente da mesma província. Teresina, Typ. da Moderação, 1878.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878.
Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 07 de junho de 1884. Teresina, xxxxx (oculto), 1884.

Relatório com que Exmo. Sr. presidente da província do Piauí, Dr. Manoel José de Menezes Prado, passou a administração da mesma província ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira, no dia 07 de setembro de 1886. Teresina, Typographia da Época, 1886.

Relatório com que o 3º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de julho de 1880. Teresina, Typ. da Imprensa, 1880.

Relatório com que o 4º vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, passou a administração da província do Piauí, ao Exmo. Snr. Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 04 de março de 1880. Teresina, Tipografia da Época, 1880.

Relatório com que o Exmo. Dr. Firmino Licinio da Silva Soares, 1º vice-presidente da província do Piauí, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. Dr. Raimundo José Vieira da Silva, no dia 26 de setembro de 1888. Teresina, Typ. da Reforma, 1888.

Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889.

Relatório com que O Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1889. Tipografia da Imprensa, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. 1º vice-presidente – desembargador José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da província do Piauí ao excelentíssimo Sr. 3º vice-presidente, Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Typographia da Imprensa, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. 3º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 07 de fevereiro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1881.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, passou a administração província do Piauí ao Exmo. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro, no dia 06 de julho de 1887. Teresina, Typ. do Telephone, 1887.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina, Typ. à Rua Bela, nº 45, 1878.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872. Maranhão. Typ do Paiz, 1872.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira, entregou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º vice-presidente, no dia 01 de fevereiro de 1873. Teresina, Typ. da Pátria, 1873.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Manoel José de Meneses Prado, passou a administração da mesma província ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira, no dia 07 de setembro de 1886. Teresina, Typ. da Época, 1886.

Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Sinval Odorico de Moura, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente, Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, no dia 31 de dezembro de 1881. Teresina, Typ. da Imprensa, 1882.

Relatório com que o Sr. 1º vice-presidente do Estado do Piauí, Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá, entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro, no dia 23 de agosto de 1890. Teresina, Typografia de Honorato Sousa, 1890.

Relatório com que p Exmo. Dr. Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello passou a administração da província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins, no dia 27 de abril de 1874. Teresina, tipografia não especificada, 1874.

Relatório da província apresentado pelo vice-presidente Araújo Costa, em 15 de abril de 1878. Relatório do Inspetor de Higiene Pública. *In:* Relatório com que o Exmo. Dr. Presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva, passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, no dia 27 de junho de 1889. Teresina, Typ. da Imprensa, 1889.

Relatório do vice-presidente Araújo Costa passou a administração da província ao presidente Sancho de Barros Pimentel, em 15 de abril de 1878. Teresina, Sem identificação de tipografia, 1878.

Leis

BRASIL. DECRETO Nº 2.884, de 1º de fevereiro de 1862. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2884-1-fevereiro-1862-555417-publicacaooriginal-74643-pe.html/>.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (de 25 de março de 1824), Artigo 179, parágrafo XXXI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

DECRETO Nº 181, DE 24 DE JANEIRO DE 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>.

DECRETO nº 3.012, de 22 DE OUTUBRO DE 1880 – Altera as linhas divisórias do Ceará e o Piauí. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3012-22-outubro-1880-546747-publicacaooriginal-61200-pl.html>.

RESOLUÇÃO nº 865, DE 13 DE JULHO DE 1874 – autoriza o presidente da província a contratar (...). *In: Código das leis piauienses*. Teresina: Typographia do Piauí, 1876.

RESOLUÇÃO Nº 887, DE 03 DE AGOSTO DE 1874 – aprova as posturas propostas pela câmara da vila de Independência. *In: Código das leis piauienses*. Teresina: Typographia do Piauí, 1876.

RESOLUÇÃO Nº 937, de 03 de julho DE 1878 – autoriza o presidente da província a prestar no exercício de 1878 a 1879, o auxílio de quatro contos de réis para a construção da igreja de

S. Benedito, que nesta capital está sendo erigida. *In: Código das leis piauienses*. Teresina: Typographia da Moderação, 1878.

Sites

IBGE

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE,
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1992.pdf.

Recenseamento do Brasil em 1872

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_sp.pdf
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v2_am.pdf.
[https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos-censos-demograficos.html](https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html).

Sites diversos

<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/112x.htm>
<https://www.brasil-turismo.com/ceara/mapas/ceara-antigo.htm>.
https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Imperio/1877/1877%20Livro%205.pdf.